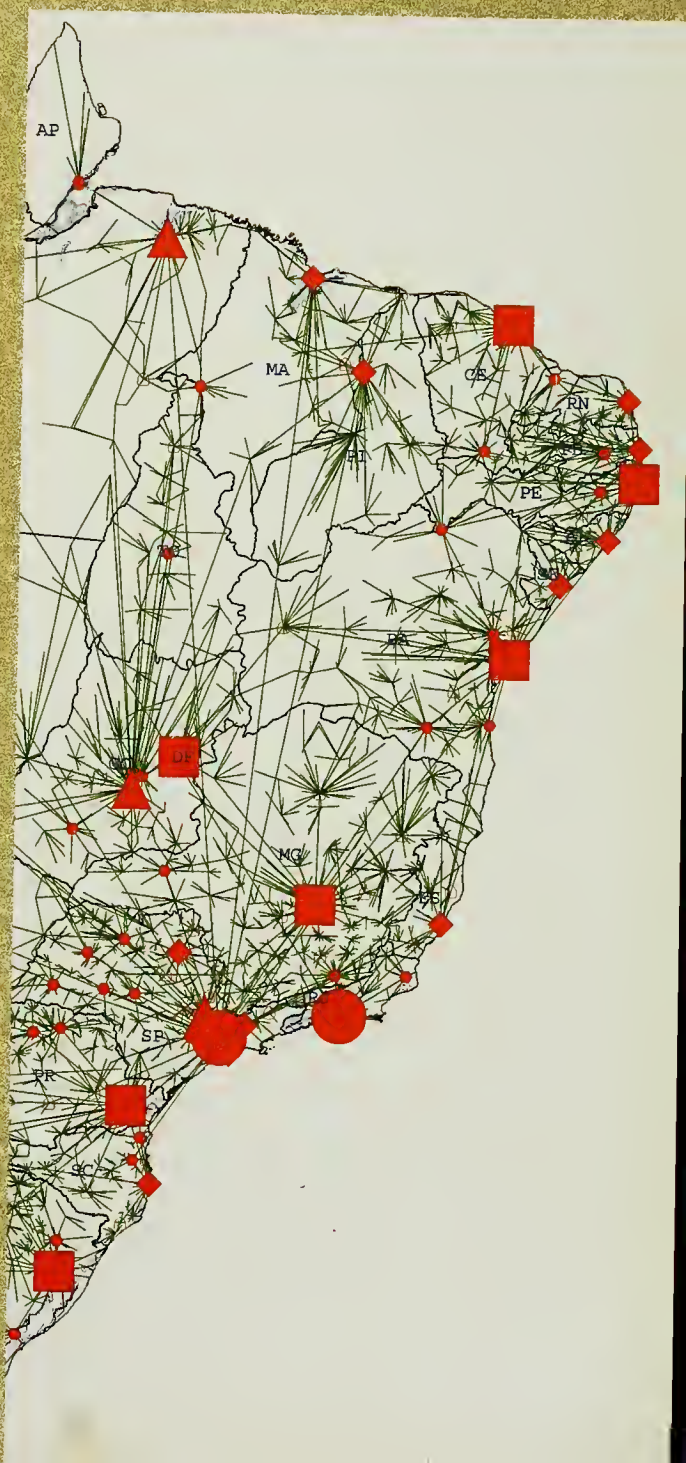
4

Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil

Redes Urbanas Regionais:

Norte, Nordeste e Centro-oeste



ipea

IBGE

UNICAMP

FINEP
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

POUPANÇA DA CAIXA
CAIXA

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos (Dirur)
Coordenação Geral de Política Urbana (CGPUR)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Diretoria de Geociências (DGC)
Departamento de Geografia (Degeo)

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Instituto de Economia (IE)
Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional (Nesur)

CARACTERIZAÇÃO E TENDÊNCIAS DA REDE URBANA DO BRASIL

Volume 4

Redes Urbanas Regionais: Norte, Nordeste e Centro-oeste

Brasília
2002

ipea

IBGE

UNICAMP

FINEP
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

POUPANÇA DA CAIXA
poupança da caixa CAIXA

AGRADECIMENTOS

A Coordenação-Geral da Pesquisa agradece as instituições, consultores e colaboradores que participaram deste estudo, bem como todos aqueles que contribuíram para sua publicação.

Diana Meirelles da Motta
Organizadora da Publicação

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Ministro
Martus Tavares

Secretário Executivo
Guilherme Dias

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA)

Presidente
Roberto Borges Martins

Diretoria
Eustáquio J. Reis
Gustavo Maia Gomes
Hubimaier Cantuária Santiago
Luís Fernando Tironi
Murilo Lôbo
Ricardo Paes de Barros

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais e torna disponíveis, para a sociedade, elementos necessários ao conhecimento e à solução dos problemas econômicos e sociais do país. Inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro são formulados a partir dos estudos e pesquisas realizados pelas equipes de especialistas do IPEA.

A pesquisa que deu origem a esta série foi financiada pelo Banco Mundial, por intermédio do Contrato de Empréstimo Bird 3442-BR, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, por meio do Projeto PNUD BRA/92/028, e também pelo Projeto de Modernização do Setor Saneamento (PMSS), o qual ainda financiou parte dos trabalhos editoriais, juntamente com o Programa Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas, Rede IPEA, Projeto PNUD BRA 97/013.

O PMSS é dirigido pelo Comitê de Direção do Projeto (CDP), integrado por representantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República (Sedu) e executado pela Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), vinculada ao Ipea.

Os estudos e pesquisas do Ipea, no âmbito do componente institucional do PMSS, são de responsabilidade da Coordenação-Geral de Política Urbana e da Coordenação-Geral de Política Regional, que compõem a Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos (Dirur).

O IBGE, mediante acordo de cooperação técnica com o Ipea, participou da pesquisa ao longo de todas as suas etapas.

© 2000 INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA
SBS, Quadra 1, Bloco J, Ed. BNDES, 3º andar, sala 327, Brasília, DF,
CEP 70076-900, fone: (61) 315-5374; fax: (61) 315-5314; e-mail: editbsb@ipea.gov.br
Home page: http://www.ipea.gov.br
Coordenação Editorial: SBS, Quadra 1, Bloco J, Ed. BNDES, 10º andar, Brasília, DF.
CEP 70076-900, fone: (61) 315-5374; fax: (61) 315-5314; e-mail: editbsb@ipea.gov.br
Serviço Editorial: Av. Presidente Antonio Carlos, 51, 14º andar, Rio de Janeiro, RJ,
CEP 20020-010, fone: (21) 212-1140; fax: (21) 220-5533; e-mail: editrj@ipea.gov.br

É permitida a reprodução, exceto para fins comerciais, desde que citada a fonte.

CRÉDITOS EDITORIAIS

Supervisão editorial
Diana Meirelles da Motta

Coordenação editorial
Gislaine Maria da Silva
João Batista Vaz

Projeto gráfico
Celso Carramenha Linck (capa)
Hamilton Marcos Fernandes (miolo)

Preparação de texto
João Batista Vaz

Revisão técnica
Manoel Seabra e Odette Carvalho de Lima Seabra
Professores-doutores do departamento de Geografia da FFLCH da Universidade de São Paulo

Revisão de texto
Isabel Aparecida Gomes
Luicy Caetano
Mônica Elaine Glasser

Revisão cartográfica
Celso Donizetti Talamoni
Teresa Cabral Jahnel

Editoração eletrônica
Globaltec Produções Gráficas

Produção de mapas e tratamento de imagens
Maps World Produções Gráficas
Mapa da Rede Urbana (capa) elaborado por Cláudio Egler

Apoio
Coordenação Editorial do Ipea
Fernando Luiz Araújo Sobrinho (assistente de pesquisa – Ipea)
Tatiana Rodrigues da Cunha (estagiária – Ipea)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Coordenação de Documentação e Biblioteca – Codob do Ipea, DF, Brasil)

Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil : redes urbanas regionais : Norte, Nordeste e Centro-oeste / IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR. Brasília : IPEA, 2001.
v. 4; 263 p.
Série de 6 volumes.
ISBN: 85-86170-24-0
1. Cidades 2. Rede urbana 3. Urbanização 4. Economia urbana 5. Política urbana
6. Aglomerações urbanas 7. Desenvolvimento regional 8. Desenvolvimento urbano
9. Municípios 10. Brasil I. IPEA II. IBGE III. UNICAMP

CDD 307.76
20ª ed.

Apresentação

Ao cumprir sua função de promover a realização de estudos e apoiar o governo brasileiro na formulação, avaliação e acompanhamento das políticas públicas, o Ipea coordenou, em parceria com o IBGE e o Nesur/IE da Unicamp, a execução de um amplo trabalho de pesquisa sobre a rede urbana do Brasil.

Este trabalho contou com a cooperação de várias outras entidades devidamente referidas no Prefácio deste volume. Trata-se de uma contribuição respaldada em extensivo esforço de pesquisa que, certamente, será utilizada na formulação de políticas urbanas, setoriais e territoriais, não somente do Governo Federal mas também dos Estados e Municípios.

Resgata-se, assim, um tema da maior relevância para a área urbana e regional. O Ipea, a Caixa Econômica Federal (CEF) e a Financiadora de Estudos e Pesquisas (Finep), em estreita cooperação, divulgam a série que reúne os estudos sobre a rede urbana e cumprimenta todos os participantes deste trabalho.

Roberto Borges Martins
Presidente do Ipea

Valdery Frota de Albuquerque
Presidente da CEF

Mauro Marcondes Rodrigues
Presidente da Finep

Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil

Volume 4

Redes Urbanas Regionais: Norte, Nordeste e Centro-oeste

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação-Geral

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Coordenadora-Geral da Pesquisa - *Diana Meirelles da Motta*
Coordenadora-Geral de Política Urbana - *Diana Meirelles da Motta*
Diretor de Estudos Regionais e Urbanos - *Gustavo Maia Gomes*
Diretor-Adjunto - *Ricardo R. de Araújo Lima*
Consultores - *Hamilton Tolosa; Cláudio Egler*

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Coordenador da Pesquisa - *Cesar Ajara*

Regiões de Influência das Cidades
Marília Carvalho Carneiro; Maria Mônica Vieira Caetano O'Neill, Viviane Narducci Ferraz

Aglomerações Urbanas para Fins Estatísticos
Maria Luisa Gomes Castello Branco

Tipologia dos Municípios Brasileiros
Vera Maria D'Ávila Cavalcanti Bezerra

Núcleo de Economia Social Urbana e Regional (Nesur/IE/Unicamp)

Coordenador do Nesur - *Rinaldo Barcia Fonseca*
Coordenador da Pesquisa - *Carlos Américo Pacheco*
Coordenadora da Pesquisa - *Áurea M. Queiroz Davanzo*

Estudo Região Norte

Mário José de Lima (Coordenador)
Elionete Garzoni
Marcelo Carpintéro
Marina Piazon Teixeira

Estudo Região Nordeste

Ana Cristina Fernandes (Coordenadora Geral)
Augusto César (Estagiário)
Lúcia Leitão
Maria do Livramento Clementino (Colaboradora)
Maria do Socorro
Norma Lacerda (Coordenadora Regional)
Rossine Chagas Cruz

Estudo Região Centro-oeste

Eduardo Guimarães
Heládio de Campos Leme
Paulo Sérgio Rais (Colaborador)
Rosana Baeninger (Coordenadora)
Zoraide Amarante I. Miranda (Coordenadora)

Instituições Colaboradoras

Fundação Joaquim Nabuco (PE)
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Prefácio

Nas duas últimas décadas, o processo de urbanização no Brasil manteve-se acelerado e apresentou situações de grande diversidade e heterogeneidade no território nacional, destacando-se: a interiorização do fenômeno urbano; a acelerada urbanização das áreas de fronteira econômica; o crescimento das cidades médias; a periferização dos centros urbanos; e a formação e consolidação de aglomerações urbanas metropolitanas e não-metropolitanas. Esses fenômenos são resultantes do processo de reestruturação econômica em curso no país.

A elaboração de um quadro de referência baseado na compreensão da rede urbana brasileira, aqui entendida como "armadura" da estrutura socioespacial contemporânea, constitui importante subsídio à formulação de políticas territoriais de âmbito nacional, regional e municipal.

Ciente da necessidade de se formar uma base analítica para a formulação de políticas urbanas, a Coordenação-geral de Política Urbana do Ipea propôs a realização e coordenou o estudo *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*, desenvolvido em rede nacional de instituições de pesquisa, em parceria com o Departamento de Geografia (Degeo) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional (Nesur) do Instituto de Economia (IE) da Universidade de Campinas (Unicamp), e com o apoio de diversas instituições.

O trabalho apresenta valiosa contribuição para o conhecimento da atual rede urbana do país, uma vez que o último estudo abrangente sobre esse tema data de 1984, tendo sido realizado, naquela ocasião, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU).

No estudo *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*, buscou-se analisar a atual configuração e as tendências de evolução da rede urbana do país, enfocando as transformações ocorridas no processo de crescimento demográfico, funcional e espacial das cidades brasileiras, a fim de contribuir para a definição de estratégias de apoio à formulação e à execução da política urbana nacional, bem como subsidiar as políticas setoriais e territoriais.

A urbanização e o sistema urbano são considerados, no estudo, "síntese" de um longo processo de mudança territorial do país, no qual a dinâmica e as alternativas de localização das atividades econômicas têm importante papel indutor, entendendo-se a urbanização como parte integrante dessas determinações.

A hipótese central do estudo é a de que as tendências da urbanização brasileira e o sistema urbano do país incorporam as transformações espaciais da economia. Para tanto, procedeu-se à análise das transformações na dimensão espacial do desenvolvimento brasileiro, explorando suas relações com a urbanização e a dinâmica demográfica do período recente, qualificando, dessa forma, os determinantes do processo de urbanização e do sistema urbano brasileiro.

A caracterização da economia regional evidencia o impacto da trajetória econômica regional sobre a estruturação da rede urbana e abrange a análise econômica, explicitando os desdobramentos espaciais decorrentes, bem como as razões desses desdobramentos, distinguindo áreas dinâmicas, áreas estagnadas e mudanças na base produtiva das regiões. A caracterização da rede urbana regional identifica as mudanças ocorridas na conformação do sistema urbano regional no período recente (décadas de 80 e 90), articulando essas alterações com as principais tendências do desenvolvimento econômico regional.

Tratou-se, também, das características do arranjo espacial da indústria e da agropecuária, nas décadas de 80 e 90, uma vez que são essas as atividades que, em grande parte, determinam as distintas trajetórias econômicas e urbanas regionais recentes, bem como as alterações nas formas de articulação comercial das regiões entre si e com o exterior. O argumento central desenvolvido é o de que, na década de 80, no contexto da crise econômica, o maior grau de abertura da economia brasileira estimulou uma forma distinta de articulação das economias regionais, com rebatimentos importantes sobre a urbanização e o sistema de cidades.

Além disso, as análises identificam as mudanças ocorridas na rede urbana do país, em especial nas redes urbanas regionais, nas décadas de 80 e 90. Tais análises incorporaram os seguintes estudos do IBGE: *Regiões de influência das cidades (Regic)*; *Tipologia dos municípios brasilei-*

ros; e *Aglomerações urbanas para fins estatísticos*. As análises também se valeram do estudo *A dinâmica espacial dos sistemas urbano-regionais no Brasil*, do consultor Cláudio Egler.

O estudo abrangeu três vertentes de análise. A primeira considera os processos econômicos gerais que estão na base da estruturação e do desenvolvimento da rede urbana do Brasil. A segunda leva em conta os processos econômicos regionais e seus desdobramentos na configuração e nas tendências da rede de cidades de cada uma das grandes regiões geográficas do país. A terceira refere-se à manifestação de processos característicos da tipologia da rede urbana – o tamanho, a função e a forma urbana –, enfocando essas manifestações seja para o país como um todo, seja para cada uma das grandes regiões geográficas.

Essas três vertentes de análise resultaram em quatro produtos referenciais básicos, que configuram a rede urbana do Brasil:

- as redes urbanas das grandes regiões;
- a hierarquia da rede urbana;
- os sistemas urbano-regionais; e
- o quadro de composição das aglomerações urbanas.

Realizado no período de dois anos e meio, o estudo foi desenvolvido em cinco etapas: referencial conceitual e metodológico; estudos preliminares de caracterização da rede urbana; estudos de caracterização da rede urbana; análise das transformações e tendências na configuração da rede urbana; e configuração atual e tendências da rede urbana.

O Nesur encarregou-se do conjunto de estudos sobre as transformações da rede urbana do Brasil, procedendo a uma análise atualizada das principais mudanças espaciais ocorridas na economia do país e das mudanças decorrentes na dinâmica das economias regionais, estudos esses que procuraram apreender os impactos dessas transformações sobre a configuração e as tendências da rede urbana brasileira.

O IBGE/Degeo desenvolveu o conjunto de estudos que inclui a atualização do trabalho sobre hierarquia urbana, rede de influências das cidades, aglomerações urbanas para fins estatísticos e tipologia dos municípios brasileiros.

Tais estudos compõem os seguintes relatórios parciais da pesquisa:

- relatório I: Metodologias e enfoques do estudo da rede urbana;
- relatório III: Hierarquização dos sistemas urbanos e de categorização de cidades;
- relatório V: Tipologia dos municípios brasileiros;
- relatório VII: Identificação dos sistemas urbano-regionais.

O consultor Cláudio Egler realizou os estudos referentes à configuração e à dinâmica atual da rede urbana, os quais integram os seguintes relatórios:

- relatório I: Mudanças recentes e perspectivas da urbanização em nível mundial e no Brasil;
- relatório II: Principais características da urbanização brasileira;
- relatório III: Dinâmica espacial dos sistemas urbano-regionais do Brasil.

O consultor Hamilton Tolosa, da Universidade Cândido Mendes, prestou inestimável apoio técnico ao Ipea durante todo o desenvolvimento dos trabalhos e elaborou, juntamente com Maria de Fátima Araújo, da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (Seade), os trabalhos sobre as metrópoles globais.

Os estudos desenvolvidos pelo Nesur apoiaram-se na organização de seis equipes de pesquisa, encarregadas da análise das economias regionais e da configuração e dinâmica das redes urbanas das grandes regiões geográficas brasileiras. Essas equipes mobilizaram especialistas em desenvolvimento urbano e regional, e também contaram com a colaboração de órgãos governamentais, universidades e instituições regionais de pesquisa[1].

O conjunto de estudos elaborados pelo Nesur compõe os seguintes relatórios:

- relatório II: Referencial conceitual e metodológico, e principais tendências do desenvolvimento regional brasileiro e suas implicações no sistema urbano do país;
- relatório IV: Evolução da rede urbana segundo metodologias e critérios econômicos de agregação dos espaços regionais;
- relatório VI: Caracterização da rede urbana (estudos regionais);
- relatório VIII: Síntese sobre a caracterização das redes urbanas regionais.

Cabe mencionar, ainda, a valiosa colaboração de instituições como o Seade, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), dentre outras, na realização deste trabalho[2].

Os resultados da pesquisa estão reunidos em seis volumes que integram a série *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*.

[1] A composição da equipe técnica e a relação das instituições colaboradoras constam das páginas de crédito dos livros desta série.

[2] Participaram também dos trabalhos a Fundação de Economia e Estatística (RS), a Secretaria de Desenvolvimento e Integração ao Mercosul (SC), a Universidade Federal de São Carlos (SP), a Universidade Federal do Espírito Santo (ES), a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (RN), a Fundação Joaquim Nabuco (PE), o Centro de Pesquisa e Documentação da Universidade Federal de Uberlândia (MG) e o Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves (ES).

O volume 1 – *Configuração Atual e Tendências da Rede Urbana do Brasil* – apresenta os resultados finais dos estudos sobre a rede urbana brasileira. São discutidas as transformações recentes na rede urbana nas décadas de 80 e 90, enfocando, como ponto de partida, as principais transformações espaciais da economia e seus impactos no processo de urbanização e na própria rede urbana. São apresentados os resultados do trabalho, que consistem na classificação da rede urbana do Brasil, na identificação das aglomerações urbanas brasileiras e na configuração da dinâmica espacial dos sistemas urbano-regionais e, por fim, uma discussão sumária sobre São Paulo e Rio de Janeiro como metrópoles globais. É também apresentada uma síntese das tendências de desenvolvimento regional e as implicações para a formulação de políticas públicas.

O volume 2 – *Estudos Básicos para a Caracterização da Rede Urbana* – reúne os trabalhos desenvolvidos pelo IBGE sobre as regiões de influência das cidades, as aglomerações urbanas e a tipologia dos municípios brasileiros, bem como os estudos elaborados pelo consultor Cláudio Egler sobre a configuração e a dinâmica atual da rede urbana brasileira, incluindo as mudanças recentes, as perspectivas e as características da urbanização, e os sistemas urbano-regionais.

O volume 3 – *Desenvolvimento Regional e Estruturação da Rede Urbana* –, traz o referencial conceitual e metodológico do projeto. Nele são explicitadas as hipóteses sobre as principais tendências do desenvolvimento regional brasileiro e suas implicações para a estruturação do sistema urbano do país, com ênfase nas transformações ocorridas nos anos 80 e início da década de 90. São apresentados os termos de referências estabelecidos para o estudo das redes urbanas regionais, abrangendo as cinco regiões geográficas brasileiras. Esses estudos estiveram a cargo do Nesur/IE/Unicamp.

O volume 4 – *Redes Urbanas Regionais: Norte, Nordeste e Centro-oeste* (estudos parciais para a classificação da rede urbana) – refere-se aos relatórios que precederam e fundamentaram a classificação final da rede urbana do Brasil. O volume é introduzido pelas bases teóricas dos estudos regionais e contempla a seguinte orientação metodológica:

- Caracterização da economia regional – análise das mudanças nas bases produtivas regionais e dos impactos de suas trajetórias econômicas e de suas mudanças espaciais sobre a estruturação da rede urbana, explicitando, ainda, os desdobramentos decorrentes e apresentando as áreas dinâmicas, as áreas estagnadas e as tendências de evolução econômica e espacial, com base nas intenções de investimento futuro;
- Caracterização da rede urbana regional – identificação das mudanças ocorridas na conformação urbana no período recente (décadas de 80 e 90), articulando essas transformações às principais tendências do desenvolvimento econômico regional, e procedendo à classificação da rede urbana regional, segundo categorias definidas com base na descrição do perfil da rede, na caracterização das funções desempenhadas por seus principais centros urbanos e na indicação, prioritariamente para os níveis superiores, da qualificação da urbanização; e
- Mudanças econômicas e impactos sobre a rede urbana – identificação e análise das principais tendências da dinâmica regional e dos desdobramentos espaciais decorrentes do desempenho econômico recente, com ênfase nas novas espacialidades/territorialidades do processo de urbanização, considerando as tendências locacionais da atividade produtiva; dos processos de desconcentração e aglomeração induzidos pelas transformações espaciais da atividade produtiva; dos projetos de expansão da infra-estrutura e do balanço dos novos investimentos privados; e dos traços contemporâneos da urbanização.

O volume 4 trata, ainda, das questões relativas às transformações das redes urbanas regionais e aponta as principais implicações para as políticas de desenvolvimento urbano.

O volume 5 – *Redes Urbanas Regionais: Sudeste* (estudos parciais para a classificação da rede urbana) – refere-se, como o volume anterior, aos relatórios da pesquisa, os quais precederam e fundamentaram a classificação final da rede urbana do Brasil, e contempla as mesmas orientações metodológicas adotadas para a rede urbana das regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste.

O volume 6 – *Redes Urbanas Regionais: Sul* (estudos parciais para a classificação da rede urbana) – refere-se ao relatório da pesquisa, que precedeu e fundamentou a classificação da rede urbana do Brasil, obedecendo às mesmas orientações metodológicas adotadas para a rede urbana das demais regiões pesquisadas.

Vale ressaltar ainda que a classificação da rede urbana das grandes regiões (volumes 4, 5 e 6) diz respeito aos estudos que subsidiaram a classificação da rede urbana do país. Na seqüência dos trabalhos, ao tomar as redes urbanas de cada uma das grandes regiões em seu conjunto, foram feitos os ajustes pertinentes nessa classificação, alterando-se a denominação das categorias urbanas e apresentando outra classificação para os centros urbanos. No entanto, os estudos sobre as redes urbanas das grandes regiões constituem produtos acabados, úteis para as grandes regiões e para os estados, uma vez que mostram a configuração e as tendências das redes urbanas regionais.

Acrescente-se que o estudo como um todo foi realizado no período 1997-99 e que as informações estão atualizadas, sempre que possível, em nota de rodapé, até a data desta publicação.

Este volume apresenta a análise regional e está organizado em três partes (Parte I – Norte; Parte II – Nordeste; e Parte III – Centro-oeste), precedidas pelas bases teóricas dos estudos regionais e por um texto introdutório,

que traz os referenciais da rede urbana do Brasil. São apresentados os principais processos econômicos ocorridos nos seus estados nas duas últimas décadas (1980/90), bem como a caracterização da rede urbana regional, sua hierarquia e morfologia.

Trabalhou-se com dados fornecidos pelo IBGE, Ipea, Nesur/Unicamp e outras fontes, valendo-se ainda, de informações estaduais, na busca de melhor qualificar as análises.

A classificação das categorias espaciais da rede urbana das regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste é uma etapa que reflete o esforço de aplicação dos conceitos e critérios definidos conjuntamente pelo Ipea, IBGE e Nesur às realidades regionais. A classificação parcial da rede urbana das regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste foi objeto de ajustes necessários para se chegar a uma única classificação final para todo o estudo, guardando alguma diferença daquela apresentada no volume 1 desta série.

É preciso destacar ainda que os resultados do estudo sobre a rede urbana do Brasil já vêm fundamentando a formulação e a implementação de políticas e programas urbanos e regionais no país e têm fornecido valiosa contribuição a trabalhos da agenda governamental e dos demais setores da sociedade. Este estudo deverá continuar sendo útil para o setor público, na definição de políticas; para as instituições de ensino, na ampliação do conhecimento sobre o processo de urbanização do país; e para muitos outros setores da sociedade, na tomada de decisões.

Diana Meirelles da Motta
Coordenadora-Geral de Política Urbana — CGPUR/Ipea

Ricardo Lima
Diretor-Adjunto da DIRUR/Ipea

Sumário

Lista de Tabelas e Quadro **15**
Lista de Tabelas dos Anexos **17**
Lista de Mapas **18**
Lista de Siglas **19**
Bases Teóricas dos Estudos Regionais **21**
Referências Bibliográficas 34
Referenciais da Rede Urbana do Brasil **35**

PARTE I – Região Norte
1 Introdução 41
2 Caracterização da Região Norte 44
2.1 Os Pré-requisitos do Período 1980-98 46
2.1.1 Estrutura do Emprego Regional 50
2.1.2 Dinâmica Demográfica Regional 51
3 Evolução e Configuração Atual da Rede Urbana da Região 57
4 Redes Estaduais da Região Norte 63
4.1 Estado do Pará 63
4.2 Estado do Amazonas 64
4.3 Estado de Rondônia 65
4.4 Estado do Acre 66
4.5 Estado de Roraima 66
4.6 Estado do Amapá 67
4.7 Estado do Tocantins 67
5 Impactos das Mudanças Econômicas Recentes sobre a Rede Urbana da Região Norte 69
6 Conclusão 72

Referências Bibliográficas **74**

PARTE II – Região Nordeste
1 Introdução 79
2 Caracterização da Economia Regional 80
2.1 Breve Histórico da Formação Econômica do Nordeste 80
2.2 Revisitando a *Nova Indústria*: o Período 1970-85 81
2.3 Crise, Instabilidade e Crescimento: o Período 1985-90 85
2.4 Evolução Recente: os Anos 90 88
2.5 Rebatimento Espacial da Dinâmica Econômica 91
3 Caracterização da Rede Urbana Regional 99
3.1 Descrição e Evolução do Perfil da Rede Urbana 102
3.2 A Morfologia do Sistema Urbano Regional 108
3.2.1 Sistema Sub-regional Agroexportador Tradicional 109
3.2.2 Sistema Sub-regional do Semi-árido 110
3.2.3 Sistema Sub-regional de Fronteiras Agrícolas 111
3.2.4 Sistema Sub-regional dos Complexos e Pólos Industriais 112
3.3 Funções das Principais Aglomerações Urbanas Metropolitanas 112

3.3.1 Aglomerações Urbanas Metropolitanas ... 112
3.3.2 Aglomerações Urbanas Não-metropolitanas ... 125
3.3.3 Centros Urbanos Regionais ... 136
4 Mudanças Econômicas e Impactos sobre a Rede Urbana ... 141
4.1 Investimentos em Infra-estrutura Econômica ... 142
4.2 Investimentos Privados Industriais ... 144
5 Considerações Finais ... 145

Referências Bibliográficas ... 146

Anexos (Tabelas A.1 a A.4) ... 151

PARTE III – Região Centro-oeste
1 Introdução ... 161
1.1 Objeto ... 162
1.2 Objetivo e Metodologia ... 163
2 Caracterização da Economia Regional ... 165
2.1 Formação Econômica e Social ... 165
2.2 Bases da Expansão Recente ... 168
2.3 Expansão Socioeconômica Recente ... 170
2.3.1 Programas Governamentais e Frentes de Expansão ... 170
2.3.2 Desempenho Econômico Regional (1985-96) ... 173
3 Caracterização da Rede Urbana Regional ... 188
3.1 Dinâmica Populacional ... 189
3.2 Perfil da Rede Urbana ... 198
3.3 Rede Urbana Principal ... 205
3.3.1 Conformação dos Principais Centros Urbanos ... 205
3.3.2 Classificação da Rede Urbana Principal ... 209
4 Mudanças Econômicas e Impactos sobre a Rede Urbana ... 217
4.1 Desenvolvimento Econômico e Urbano Recente ... 217
4.2 Tendências e Novas Espacialidades ... 220
5 Considerações Finais ... 224

Referências Bibliográficas ... 227

Anexos (Tabelas A.1 a A.14) ... 231

Lista de Tabelas e Quadro

PARTE I – Região Norte

1 Brasil e Região Norte – Taxas Médias Anuais de Crescimento e Índices de Instabilidade do PIB Real (1970-80) 48
2 Região Norte – Participação na Produção de Grãos (1968-94 – Médias Trienais) 49
3 Brasil e Região Norte – Taxas Médias Anuais de Crescimento e Índices de Instabilidade dos Produtos Agropecuário, Industrial e de Serviços (1970-80) 49
4 Região Norte – Distribuição da Produção Industrial, segundo os Principais Estados (1970/75/80) 49
5 Mesorregiões da Região Norte e Brasil – Emprego Formal na Atividade Industrial (1986/89/93/96) 50
6 Região Norte – Número de Estabelecimentos, Área e Pessoal Ocupado (1970/80/85) 51
7 Brasil – População Agrícola e Rural, por Região (1970/80) 53
8 Brasil e Região Norte – Taxas de Crescimento Anual da População Urbana (1970-96) 53
9 Região Norte – Taxas Líquidas de Migração, por Situação de Domicílio (1960-80) 53
10 Brasil e Região Norte – População Total e Urbana (1970/80/91/96) 56
11 Brasil e Região Norte – Taxas Médias de Crescimento da População (1970-96) 56
12 Região Norte – Número de Municípios e População Total por Classe de Tamanho ou Região Metropolitana (1970/80/91/96) 58
13 Região Norte – Número de Municípios e Taxas Médias Anuais de Crescimento da População por Classe de Tamanho ou Região Metropolitana (1970-96) 59
14 Região Norte – Grau de Urbanização, por Estado e Região (1970/80/91/96) 59
15 Região Norte – Tipologia dos Municípios (1998) 61
16 Região Norte – Síntese da Classificação da Rede Urbana (1996) 67

PARTE II – Região Nordeste

1 Região Nordeste – População Total de Número de Municípios (1996) 80
2 Região Nordeste – Participação dos Estados no Produto Interno Bruto a Preços Correntes (Vários Anos) 82
3 Região Nordeste – Distribuição do PIB por Gênero de Atividade Industrial (1970/80) 83
4 Região Nordeste – Origem da Demanda Intermediária por Bens da Economia Regional (1980/85) 84
5 Região Nordeste – Participação do Produto Regional no PIB Setorial e no Total do Brasil (1985/90/95) 85
6 Região Nordeste – Participação Setorial do PIB e Variação Média Anual (1985/90/95) 86
7 Região Nordeste – Participação dos Estados no PIB Regional e Variação Média Anual (1985/90/95) 87
8 Região Nordeste – Índices e Variações do PIB por Setor de Atividade (1970-96) 89
9 Região Nordeste – Unidades Locais, Pessoal Ocupado e Rendimentos, por Setor de Atividade (1994) 90
10 Região Nordeste – Participação dos Estados no Total de Estabelecimentos, Pessoal Ocupado e Remuneração Regionais (1994) 92
11 Região Nordeste – Participação dos Estados no PIB Regional, segundo Setores de Atividade (1985/90/95) 93
12 Região Nordeste – Número de Municípios e Rendimento Familiar por Estado (1991) 95
13 Região Nordeste – População Total e Urbana (1970/80/91/96) 95
14 Região Nordeste – Participação Relativa dos Estados na População Urbana e Rural (1970/80/91/96) 98

15 Região Nordeste e Brasil – Grau de Urbanização e Taxa de Crescimento da População Urbano (1970-96) 98
16 Região Nordeste – População Urbana por Classe de Tamanho e Taxa de Crescimento Médio Anual (1970-96) 99
17 Aglomerações Urbana Metropolitanas – Taxas de Desemprego Aberto (1986-97) 113

Quadro
Região Nordeste – Microrregiões com Maior Crescimento Demográfico (1980-91) 100

PARTE III – Região Centro-oeste
1 Região Centro-oeste – Ocupação das Áreas dos Cerrados e Projeções (1970/80/85/94/2000) 173
2 Regiões Sudeste, Sul e Centro-oeste – Valorização Anual Média do Preço da Terra (1985-95) 174
3 Região Centro-oeste – Indicadores Econômicos por Setor de Atividade (1985) 174
4 Região Centro-oeste – Indicadores Econômicos Relativos à Ocupação, por Setor de Atividade (1985) 176
5 Região Centro-oeste – Indicadores Econômicos Relativos por Produção Setorial (1985) 178
6 Região Centro-oeste – Indicadores Agropecuários Selecionados 1 (1985) 179
7 Região Centro-oeste – Indicadores Agropecuários Selecionados 2 (1985) 180
8 Região Centro-oeste – Confronto de Indicadores Selecionados dos Censos Apropecuários (1970/80/85/95-96) 181
9 Região Centro-oeste –Estoque e Saldo do Emprego Formal por Grande Setor de Atividade/IBGE (1986/97/1986-87/1996-97) 182
10 Mesorregiões da Região Centro-oeste – Emprego Formal na Atividade Industrial (1986/96) 183
11 Mesorregiões de Goiás – Emprego Formal na Atividade Industrial (1986/89/93/96) 184
12 Mesorregiões de Mato Grosso – Emprego Formal na Atividade Industrial (1986/89/93/96) 184
13 Mesorregiões de Mato Grosso do Sul – Emprego Formal na Atividade Industrial (1986/89/93/96) 185
14 Distrito Federal – Emprego Formal na Atividade Industrial (1986/89/93/96) 186
15 Brasil – Exportações por Classes de Produtos: Participação em Relação ao Total Exportado, por Região(1975/90) 187
16 Região Centro-oeste – Taxa Média de Crescimento Anual da População (1960-96) 189
17 Mesorregiões da Região Centro-oeste – Grau de Urbanização e Taxas de Crescimento Anual da População Urbana e Rural para os Períodos Intercensitários (1970-96) 193
18 Brasil e Região Centro-oeste – População Total, Urbana e Rural (1970/80/91/96) 197
19 Região Centro-oeste – Participação Relativa da População Urbana e Rural (1970/80/91/96) 197
20 Região Centro-oeste – Movimento Migratório (1981-91) 198
21 Região Centro-oeste – Evolução da Distribuição Percentual da População Total, por Classe de Tamanho de Município ou Área Metropolitana (1970/80/91/96) 199
22 Região Centro-oeste – Número de Municípios e Comparativo das Distribuições, segundo Categorias de Tamanho da População: Classificação Convencional e *Cluster* (1991/96) 202
23 Mesorregiões da Região Centro-oeste – Comparativo das Distribuições dos Municípios, segundo Categorias de Tamanho da População: Classificação Convencional e *Cluster* (1991/96) 202
24 Região Centro-oeste – Índice de Terciarização (1980/85) 207
25 Região Centro-oeste – Combinação do Cluster, Regic e Índice de Terciarização (1980/85/91/93) 210
26 Distrito Federal – Perfil de Rendimento do Chefe de Família (1991) 213
27 Aglomerado Metropolitano de Goiânia – Perfil do Rendimento do Chefe de Família (1991) 215

Lista de Tabelas dos Anexos

PARTE II – Região Nordeste

A.1 Brasil – Projetos Especiais de Infra-estrutura por Fonte de Financiamento (1996-98) 151
A.2 Brasil – Intenções de Investimento Industrial (1995-2000) 152
A.3 Brasil – Oportunidades e Intenções de Investimento Industrial (1995-2000) 153
A.4 Região Nordeste – Classificação e Indicadores da Rede Urbana (1980/91/96) 154

PARTE III – Região Centro-oeste

A.1 Região Centro-oeste – Principais Fluxos Migratórios Interestaduais (1981-91) 231
A.2 Região Centro-oeste – Participação da Migração de Retorno nos Principais Fluxos Migratórios: Pessoas com mais de 10 anos de Residência na UF (1981-91) 232
A.3 Região Centro-oeste – Principais Volumes de Emigração segundo Subáreas: RM/Capital e Interior (1981-91) 233
A.4 Região Centro-oeste – Migração Inter-regional (1986-96) 234
A.5 Mesorregiões da Região Centro-oeste – Matriz da Estrutura Ocupacional: Percentual da PIA dos Municípios, segundo Síntese da Tipologia Ocupacional, População Total, Urbana, Renda Familiar *per Capita* e Anos Médios de Estudo (1991) 235
A.6 Mesorregiões da Região Centro-oeste – Condioções dos Domicílios Urbanos (1991) 241
A.7 Região Centro-oeste – Matriz da Estrutura Ocupacional: Percentual da PIA dos Municípios, segundo Síntese da Tipologia Ocupacional, População Total, Urbana, Renda Familiar *per Capita* e Anos Médios de Estudo (1991) 250
A.8 Região Centro-oeste – Classificação da Rede Urbana: Conceito e Organização Espacial de Núcleos Urbanos e Suas Áreas de Influência (1998) 251
A.9 Região Centro-oeste – Classificação da Rede Urbana (1998) 253
A.10 Brasil – Resumo da Classificação Final da Rede Urbana (1998) 259
A.11 Brasil – Classificação Final da Rede Urbana – Metrópoles (1998) 260
A.12 Brasil – Classificação Final da Rede Urbana – Centros Regionais (1998) 261
A.13 Brasil – Classificação Final da Rede Urbana – Centros Sub-regionais 1 (1998) 262
A.13 Brasil – Classificação Final da Rede Urbana – Centros Sub-regionais 2 (1998) 263

Lista de Mapas

PARTE I – Região Norte

1 Região Norte – Mesorregiões Geográficas (1998) 52
2 Região Norte – Crescimento da População Total (1980-91) 54
3 Região Norte – Crescimento da População Total (1991-96) 55
4 Região Norte – Agrupamento de Municípios por Análise de *Cluster* (1998) 62
5 Região Norte – Rede Urbana 68

PARTE II – Região Nordeste

1 Região Nordeste – Crescimento da População Total (1980-91) 96
2 Região Nordeste – Crescimento da População Total (1991-96) 97
3 Região Nordeste – Mesorregiões Geográficas (1998) 104
4 Região Nordeste – Agrupamento de Municípios por Análise de *Cluster* (1998) 105
5 Região Nordeste – Rede Urbana 106

PARTE III – Região Centro-oeste

1 Região Centro-oeste – Crescimento da População Total (1980-91) 190
2 Região Centro-oeste – Crescimento da População Total (1991-96) 191
3 Região Centro-oeste – Mesorregiões Geográficas (1998) 194
4 Região Centro-oeste – Agrupamento de Municípios por Análise de *Cluster* (1998) 201
5 Região Centro-oeste – Rede Urbana 218

Lista de Siglas

AUM – Aglomeração Urbana Metropolitana
AUNM – Aglomeração Urbana Não-metropolitana
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Caged – Coordenação Geral de Estatísticas do Trabalho e Identificação Profissional
Chesf – Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CIA – Centro Industrial de Aratu
CIS – Centro Industrial do Subaé
CNDU – Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano
Copec – Complexo Petroquímico de Camaçari
CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
Degeo – Departamento de Geografia (IBGE)
Diter – Divisão de Estudos Territoriais (IBGE)
Emater – Empresa Brasileira de Extensão Rural
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Finor – Fundo de Investimento do Nordeste
GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IE – Instituto de Economia (Unicamp)
ISS – Imposto sobre Serviços
Mercosul – Mercado Comum do Cone Sul
Mtb/Rais – Ministério do Trabalho/Relatório de Informações Sociais
Nedru – Núcleo de Desenvolvimento Regional
Nesur – Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional (Unicamp)
PEA – População Economicamente Ativa
PIA – População em Idade Ativa
PIC – Programas Integrados de Colonização
Pimes – Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco
PIN – Plano de Integração Nacional
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
Polocentro – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
Profir – Programa de Financiamento de Irrigação
Proterra – Programa de Redistribuição de Terras e Desenvolvimento Agroindustrial
Ride – Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno (do Distrito Federal)
Sine – Serviço Nacional de Emprego
Sudam – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Sudam/SDR – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia/Secretaria de Desenvolvimento Regional
Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UFU – Universidade Federal de Uberlândia
Unicamp – Universidade Estadual de Campinas
VTE – Vetor Tecno-ecológico
VTI – Valor de Transformação Industrial

Bases Teóricas dos Estudos Regionais

Introdução

Para caracterizar a rede urbana do Brasil, com base no exame das principais tendências do desenvolvimento socioeconômico regional, foram consideradas as principais contribuições teórico-metodológicas sobre rede urbana presentes na literatura. Essa sistemática impôs, por sua vez, a necessidade de revisão dos estudos disponíveis, a seguir apresentada.

Nos estudos desenvolvidos ao longo da pesquisa, adotou-se como referência territorial a divisão em grandes regiões do Brasil, definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A despeito desse fato, as diretrizes metodológicas adotadas no desenvolvimento dos estudos regionais demonstraram que a dinâmica econômica regional recente e o próprio processo de urbanização do país, dadas suas características intrínsecas, tornam problemática a escolha dessa delimitação espacial, tendo em vista a interdependência econômica e urbana de espaços localizados em regiões geográficas distintas. Assim, nesses estudos, a identificação e a análise das correlações e interdependências entre espaços situados em diferentes regiões constituíram-se num objeto central, explicitando-se as articulações entre sistemas urbanos.

A escala de análise das economias regionais foi a das mesorregiões geográficas definidas pelo IBGE, que abrange os seguintes aspectos: tendências locacionais da atividade produtiva; concentração e desconcentração dessas atividades; diversificação do setor de serviços e mudanças ocupacionais relacionadas a essa diversificação, especialmente para as aglomerações urbanas e principais centros da rede urbana brasileira; transformações das estruturas ocupacionais dos centros urbanos, segundo sua hierarquia e tamanho, procurando caracterizar a estrutura do emprego; e, finalmente, identificação e qualificação da infra-estrutura urbana, quando ela constituiu-se em vetor de transformação do sistema de cidades, em fator de indução da ocupação de novas áreas ou, mesmo, em elemento de reestruturação das relações interurbanas.

Nos estudos regionais, elaborados para as grandes regiões brasileiras, essas questões foram trabalhadas como mediações para se entender a articulação entre a dinâmica recente das economias regionais, as características da urbanização e as transformações da rede urbana. Dessa forma, adotou-se um procedimento metodológico que envolveu, de um lado, a análise da dinâmica recente da economia e da urbanização regionais e, de outro lado, a definição de critérios quantitativos, a fim de apreender os diferentes estratos que compõem as redes regionais de cidades.

Esses critérios quantitativos, contudo, foram submetidos a ajustes finais de caráter qualitativo, referentes às características regionais específicas. Partiu-se, assim, do princípio de que a análise quantitativa, por si só, não seria capaz de constituir um procedimento suficiente para definir a caracterização da rede urbana brasileira, tampouco para atender aos objetivos da pesquisa.

Com os estudos regionais, chegou-se a uma primeira classificação dos centros urbanos, segundo as características específicas de cada região, base para estabelecer critérios e para proceder a classificação da rede urbana do Brasil. A seguir, apresentam-se os detalhes sobre a definição e a aplicação dos critérios norteadores dessa classificação.

As referências teórico-metodológicas de análise da rede urbana fundamentaram a proposta adotada na

pesquisa. Foi com base nessas referências metodológicas que se empreendeu a análise das diversas espacialidades do sistema urbano brasileiro e se desenvolveu o trabalho de classificação da rede urbana do Brasil. Essa classificação contempla as diversas espacialidades do sistema urbano brasileiro, bem como as diferentes formas de articulação física e de integração funcional nele presentes.

Na tradição do pensamento geográfico, a cidade é parte integrante e, ao mesmo tempo, formadora da região. Como tal, não pode, nem deve, ser tratada de modo separado ou desconexo. Nessa lógica, o espaço geográfico pode ser definido como o *locus* de produção e reprodução social, que na economia capitalista assume a forma dicotômica e articulada da cidade e sua região.

As implicações dessa concepção para o presente estudo são percebidas na própria orientação teórico-metodológica adotada, já que se partiu do pressuposto de que a classificação de rede urbana deveria contemplar não só a estrutura dos fluxos de bens, serviços e indivíduos, em um dado espaço econômico, em um momento específico, mas também os fatores econômicos e sociais que determinaram tal estrutura ao longo de um processo de desenvolvimento. Assim, não se pode considerar a cidade como *apartada* do processo de produção de uma economia regional.

A proposta não é esgotar a literatura sobre a questão urbano-regional, sobretudo no que tange às redes urbanas, o que certamente envolveria um levantamento multidisciplinar e por demais abrangente para os propósitos deste trabalho. O objetivo é tão-somente apresentar os fundamentos conceituais em que se baseou o estudo da rede urbana brasileira.

Optou-se, aqui, pelo desafio de articular, de um lado, a teoria neoclássica do pensamento geográfico, a respeito de hierarquias de redes urbanas, com a teoria histórico-materialista, de outro lado, cujo enfoque reside no processo de produção do espaço urbano-regional e seus determinantes, o que permite a identificação de dinâmicas recentes nos sistemas de cidades *pari passu* à evolução do capitalismo em escala internacional.

Com a articulação teórica dessas duas tradições, buscou-se obter as informações necessárias não só para a classificação da rede urbana brasileira, como também para uma análise prospectiva, com vistas à formulação de proposições para subsidiar a implementação de políticas públicas.

A Tradição Neoclássica de Estudos de Rede Urbana

Os estudos de rede urbana constituem parte relevante da tradição da chamada geografia quantitativa, inspirada em teorias funcionalistas e de sistemas. Têm produzido contribuições significativas com base em quadros referenciais empíricos sobre características sociais, econômicas e demográficas relacionadas a tamanhos de cidades, centrando a atenção na identificação de configurações de redes urbanas e na posição nelas ocupada por um dado centro urbano. Nas análises neoclássicas, a relação entre um centro e seu *hinterland* baseia a definição da posição hierárquica dos centros urbanos, configurando, assim, importante aspecto dos estudos dessa tradição.

É possível, em geral, reconhecer três formas elementares de configuração das relações entre cidade e região: a relação campo-cidade, a relação capital-província e a relação centro-periferia.

A primeira delas, conformando o *Estado isolado*, está na base da concepção de Thünnen (1966), que fundamentou todo um campo teórico sobre hierarquia urbana a que se convencionou chamar de *teoria dos lugares centrais*, como será apresentado mais adiante.

A relação campo-cidade, que também conformaria a concepção de *microssistema* na visão de Wallerstein (1979), reflete as trocas que se dão, segundo uma lógica puramente mercantil e fechada, em um modelo econômico fisiocrata, no qual o excedente agrícola é o motor da dinâmica econômica e principal fonte de financiamento do conjunto da economia. A lógica da economia marginal assume sua determinação maior na concepção dos anéis concêntricos de Thünnen (1966), em que a distância do mercado é o principal fator de organização do território e está na base da *construção ricardiana* da renda fundiária e da distribuição do produto social a partir da situação apresentada na pior terra[1].

Do ponto de vista da configuração da estrutura interurbana, o *Estado isolado* conforma o que Kayser (1960) denomina de *semis urbain*, isto é, a sementeira urbana, em que as cidades nascem e crescem isoladas, com fracas trocas entre elas. O caráter esporádico das trocas faz com que o mercado seja uma entidade temporária e móvel. As feiras, em muitos casos, constituem o principal elemento de ligação entre as cidades, assim como a presença esporádi-

[1] Harvey (1973) recuperou esse modelo em seu clássico trabalho, no qual mostra que a circulação do excedente e a renda fundiária são os principais elementos para a segregação socioespacial nas cidades. Mostra também como a distribuição social do rendimento é insumo e produto da distribuição espacial da renda em nível intra-urbano.

ca do príncipe, isto é, do Estado. A metáfora da sementeira urbana assemelha-se à metáfora econômica dos *produtores independentes*: o mercado constitui a principal forma de socialização dos membros isolados da sociedade, sem que tenha existência espaço-temporal fixa e permanente. Do ponto de vista da regulação política da economia, sua principal expressão está nas normas de controle da propriedade e das corporações de ofícios, tendo um alcance territorial preferencial no nível da escala local[2].

A concepção de que a distância do mercado é o principal fator de organização do território – e que esta possibilitaria uma organização de rede de cidades em círculos concêntricos – inspirou a construção da chamada *teoria dos lugares centrais*.

A segunda forma de configuração das relações entre cidade e região – sem que com isso exista uma ordem determinista – é, da perspectiva espacial, a relação entre capital-província, ou capital-interior. Essa relação traduz a presença de uma relação hierárquica entre cidades determinadas pela lógica da extração tributária e pelas necessidades da circulação mercantil estabelecidas de forma permanente no território. Do ponto de vista conceitual, corresponde ao modelo das localidades centrais de Christaller (1966), no qual o princípio do mercado em uma planície isomórfica (livre-circulação) e com uma distribuição hexagonal (livre-concorrência) responde pela hierarquia na rede de localidades centrais. Corresponde também à concepção de império-mundo de Wallerstein (1979), na qual a ordem espacial manifesta as determinações tributárias do Estado e a pequena divisão social e territorial do trabalho.

Do ponto de vista da estrutura intra-urbana, a lógica tributária e mercantil define localizações privilegiadas no território da cidade e as condições de reprodução social já espelham essa segregação espacial no que concerne ao acesso às redes de infra-estrutura e serviços urbanos, cuja lógica responde à dinâmica do sistema urbano como um todo e não às necessidades locais. As redes, na lógica do próprio modelo de Christaller (1966), já definem os mecanismos básicos de estruturação urbana, e os gastos públicos passam a orientar-se para manter e aumentar a arrecadação que os alimenta, ganhando dinâmica própria e ampliando a presença do controle estatal sobre o tecido urbano.

Quanto à configuração da estrutura interurbana, a relação capital-província manifesta-se na conformação da *bacia urbana* de Kayser (1960), em que os fluxos são orientados dos núcleos urbanos de menor porte para as capitais regionais, de maneira semelhante ao comportamento de uma bacia fluvial. Do ponto de vista da dinâmica econômica, a *bacia urbana* responde ao comportamento do mercado do bem dominante na estrutura produtiva regional; e quanto à política territorial, os principais mecanismos de alocação do gasto público respondem às demandas daqueles que detêm o controle dos bens de produção e à própria lógica da manutenção/ampliação do aparelho de Estado.

Tal modelo pode ser descrito como mercantilista, não em seu sentido vulgar, mas como descrito por Weber (1899), para quem o alcance da política territorial dá-se sobre os mecanismos tributários e de alocação do gasto público, buscando definir áreas cativas de mercado. A lógica da negociação é regionalizada, isto é, configura-se em uma estrutura em arquipélago, cujas negociação e concorrência fazem-se para capturar maior parcela dos fundos públicos disponíveis para cada ilha econômica.

Por fim, a terceira forma expressa-se nas relações entre centro-periferia, nas quais a dinâmica espacial está condicionada por níveis distintos de introdução do progresso técnico e, conseqüentemente, por diferenciais de ganhos de produtividade entre locais distintos no espaço. O modelo centro-periferia, que dominou o pensamento urbano e regional desde a década de 50 até os anos 70, é o modelo básico que procura explicar o comportamento da dinâmica urbana e regional, com a formação de estruturas hierárquicas e duais, quando o ritmo de desenvolvimento é diferenciado em razão da velocidade de introdução do progresso técnico.

No modelo clássico, a explicação das relações interurbanas, na visão centro-periferia, reside na própria rede urbana, caracterizada por uma estrutura em desequilíbrio: a uma parte industrial consolidada, na qual predominam as economias de escala, contrapõem-se outras partes menos desenvolvidas, em diferentes estágios. A planificação territorial por excelência do modelo centro-periferia seria uma forma de compensar os diferenciais de produtividade, mediante investimentos públicos em infra-estrutura, incentivos fiscais e creditícios, podendo, assim, ser vista, em sua essência, como uma política compensatória *ex post*.

[2] Embora seja um modelo abstrato, é interessante observar que no Brasil, na escala local, correspondente à administração municipal, as principais fontes de recursos próprios das prefeituras são baseadas no controle da propriedade e das corporações de ofício, ou de seus formatos mais contemporâneos: o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), cujas taxas incidem sobre a propriedade imobiliária urbana, e o Imposto sobre Serviços (ISS), que incide sobre o exercício das atividades dos profissionais autônomos, obedecendo à lógica clássica das corporações de ofícios.

A Tradição da Geografia Humana Radical

Embora não exatamente baseada em relações do tipo centro-periferia, mas considerando a configuração regional e urbana como resultante de processos desequilibrantes inerentes à expansão da acumulação capitalista, uma linha de análise funda-se dentro do chamado *paradigma radical* da geografia humana. Fundamentada em argumentos estruturalistas – que questionam a separação entre produção e distribuição assumida pelas teorias locacionais, e enfatizam aspectos históricos relacionados à constituição das cidades e dos conflitos entre os agentes sociais e econômicos que disputam o acesso à terra urbana –, essa escola privilegia o processo de urbanização, ressaltando as origens, a natureza e a organização espacial das atividades econômicas e da sociedade de um dado país ou região.

Nesse sentido, os estudos urbanos de inspiração estruturalista objetivavam proporcionar uma compreensão da localização, no espaço e no tempo, da economia e da população, as formas como estas determinam e são determinadas, distribuem e apropriam-se da produção, circulação e consumo, necessários à realização da acumulação de capital numa economia de mercado.

O foco desses estudos reside, portanto, na dinâmica do capitalismo e na estruturação de relações econômicas e sociais, no tempo e no espaço. Ademais, como registra Medici (1988), na concepção desse enfoque não é suficiente verificar como tais relações determinam-se no interior das cidades. É necessário também verificar como ocorrem as relações de produção e troca entre as cidades[3].

Menos interessados, portanto, na configuração de redes urbanas e mais nas causas dos desequilíbrios apresentados entre regiões e centros urbanos, mesmo nos países mais avançados, Castells, Harvey e Lojkine muito contribuíram para as pesquisas urbanas em dois aspectos simultaneamente: por reconhecerem o severo limite analítico imposto por modelos baseados no equilíbrio geral (*general equilibrium*) que caracteriza as interpretações neoclássicas; e por perceberem que o desequilíbrio inerente à expansão capitalista traz consigo permanente movimento gerador de regiões dinâmicas, em contraposição às regiões estagnadas, encontradas não apenas em países menos desenvolvidos.

Esses estudiosos verificaram que espaços estagnados são produzidos nos países de tecnologia avançada, e não apenas naqueles menos desenvolvidos, o que põe em xeque, portanto, os pressupostos neoclássicos sobre estágios de desenvolvimento, assim como aqueles sobre equilíbrio, os quais fundamentam a estrutura urbana *thunniana*, baseada no acesso ao mercado. A concepção de desequilíbrio, bastante desenvolvida por Hirschman (1962) em seu clássico trabalho sobre desenvolvimento econômico, introduz a percepção histórica e dinâmica do processo de acumulação e de produção do espaço em sociedades capitalistas, na qual a forma como se articulam os diferentes fatores de produção para a geração de valor constitui a *pista* para explicar os diferentes estágios de desenvolvimento entre cidades, regiões e nações, assim como as relações estabelecidas entre elas.

A configuração das redes urbanas é conseqüência de um dado processo de acumulação, mas passa a ser igualmente determinante ao estabelecer requisitos a esse processo, em novos estágios de expansão caracterizados especialmente pela intensidade de capital e tecnologia adotados, e pela forma como se dá a relação entre capital e trabalho. Esta explicaria os diferenciais de renda e produtividade, bem como as diversas relações entre cidade e região (o desequilíbrio, portanto) que caracterizam a produção do espaço em economias de mercado.

A relação fundamental passa a ser, nessa concepção, a relação entre capital e trabalho, baseada na inovação tecnológica e na capacidade de gerar os excedentes necessários à intensificação da divisão de trabalho e à expansão dos mercados. Como argumenta Harvey (1973), as condições para o surgimento das cidades são dadas na passagem de modos de organização social igualitários para outros redistributivos. Isso porque, como registra Medici (1988), para Harvey a redistribuição envolve um fluxo de bens (ou, em alguns casos, o estabelecimento de direitos sobre a produção) para sustentar as atividades de uma elite. Tal redistribuição promove a concentração de excedentes capazes de propiciar o desenvolvimento de centros urbanos.

A organização social de modo estratificado, baseada numa integração por meio do mercado de troca, constituiria, pois, as condições amplas para o desenvolvimento urbano, aprofundando o grau de mercantilização característico da urbanização capitalista e o desequilíbrio a ele inerente – desenvolvimento e não-desenvolvimento seriam, desse ponto de vista, duas faces da mesma moeda. Daí o conceito de cidade defendido por Harvey: formas criadas e produzidas para mobilização, extração e concentração geográfica de quantidades significativas do produto excedente socialmente definido. Sendo, então, formas concentradoras de valores, são igualmente responsáveis pela drenagem de valores de outras áreas, portanto, *desestruturadoras* no conceito defendido por

[3] Nesse sentido, os trabalhos de Castells (1972), Harvey (1973) e Lojkine (1977) são contribuições fundamentais.

Hirschman (1962). Ademais, dados os diversos processos históricos que originam as relações sociais, as cidades apresentam distintos perfis de desenvolvimento, estrutura, atividade e ocupação. Assim, o entendimento da dinâmica urbana estaria, necessariamente, associado à compreensão da dinâmica do processo de acumulação. Como propõe Massey (1977), o desenvolvimento espacial pode apenas ser percebido como parte do desenvolvimento geral do capitalismo.

A contribuição dessa corrente veio ampliar o entendimento do processo de formação dos centros urbanos e dos conjuntos que estes constituem, ao articularem as relações de produção, troca e de comunicação, propiciando, com isso, uma aproximação bastante detalhada da divisão de trabalho e das formas de organização da economia e da sociedade. Trata-se, portanto, de valioso instrumento para o planejamento, que objetiva tanto o incremento da acumulação, quanto a redução das disparidades resultantes dessa acumulação[4].

Em síntese, foi a partir da compreensão do espaço não só como o local onde acontecem as ações (função de receptáculo), mas, ao mesmo tempo, como o local geográfico da ação e da possibilidade de engajar-se na ação (Lefebvre, 1974), ou como o produto material de uma dada formação social (Castells, 1972), que se passou a compreender a rede urbana como a forma espacial privilegiada por meio da qual, no capitalismo, ocorrem a criação, a apropriação e a circulação do excedente (Corrêa, 1988)[5]; ou como o

> conjunto funcionalmente articulado de centros hierarquizados e suas diferentes manifestações em termos de forças de suas unidades, constituindo-se uma estrutura territorial onde se dá a criação, apropriação e circulação do valor excedente. (Corrêa, 1988, p. 119)

Apesar de partirem de pressupostos bastante antagônicos, as duas escolas fornecem elementos de análise muito poderosos para os estudos de rede urbana. A reunião dessas teorias foi um dos desafios abraçados na pesquisa.

Nela, partiu-se da concepção de que o sistema brasileiro de cidades deveria ser assinalado pelas características funcionais de seus centros urbanos, agrupados em diferentes níveis de especialização, porém contrapondo-se os resultados obtidos de análises estatísticas quantitativas com os de análises históricas sobre a expansão da acumulação de capital em anos recentes. Assim, cabe ainda uma última referência aos conceitos de sistema de cidades e de lugares centrais, uma vez que constituem parte importante do esforço de análise da organização do espaço econômico brasileiro e, portanto, de classificação da rede urbana do país.

Os Sistemas de Cidades

A cidade compõe, como já mencionado, um sistema que integra outro sistema, ou uma rede de cidades, cujo papel é essencial na estruturação e organização do espaço geográfico de uma região. As aglomerações urbanas mantêm e reforçam laços de interdependências tanto entre elas, quanto entre elas e as regiões que polarizam dentro de determinado território. A expressão rede urbana é mais usada para evocar os fluxos de toda natureza existentes entre os pontos desse território. De acordo com Pumain (1992, p. 623), cada vez mais os geógrafos usam o termo *armature urbaine*, pois permite traduzir a mesma função de organização territorial por meio de fluxos de bens, de pessoas e de informações. Hoje, o conceito de sistema de cidades é também muito usado, por dar um sentido dinâmico às redes urbanas, que se transformam devido às mutações profundas do sistema produtivo em todas as escalas geográficas.

Característica marcante da estrutura dos sistemas de cidades é a organização hierarquizada dos centros urbanos, que varia sobretudo em razão do tamanho, da qualidade funcional e da extensão da zona de influência espacial dessas aglomerações. Assim, os estudos sobre essa forma de organização territorial tornaram-se importante destaque no âmbito da geografia, suscitando um desenvolvimento teórico que foi realmente impulsionado pela formalização, nos anos 30, da teoria dos lugares centrais (Corrêa, 1989). Esse conceito, muito debatido, foi completado para a elaboração de uma teoria sobre a evolução das redes urbanas no espaço e no tempo.

[4] É bastante conhecido o debate a respeito da alegada inconsistência ou antagonismo entre objetivos de eficiência e objetivos de eqüidade. Tal antagonismo é considerado por essa corrente como uma ocorrência intrínseca ao processo de acumulação capitalista, o que inspirou o famoso questionamento de Harvey (1973): "que tipo de geografia para que tipo de política pública?". A escola radical introduz o elemento político à pesquisa geográfica, até então determinada pela visão convencional de que a ciência é neutra e apolítica (Johnston, 1996), além do reconhecimento da importância do Estado na distribuição mais eqüitativa dos benefícios do desenvolvimento econômico. A esse respeito, ver Johnston (1996).

[5] Corrêa está referindo-se ao texto de Harvey (1973).

A Teoria dos Lugares Centrais

A teoria dos lugares centrais busca explicar a hierarquia da rede urbana, questionando o tamanho, as funções econômicas e a localização das cidades num espaço dado. Esse problema foi abordado por vários pensadores do século XIX (Reynaud, Kohl, Reclus e outros), mas só foi formalizado mais recentemente por Christaller (1966) e Lösch (1954). Esses estudiosos notaram que existem aglomerações urbanas de todos os tamanhos, dotadas de funções centrais que consistem na produção e na distribuição de bens e serviços a um *hinterland* em relação ao qual o centro urbano ocupa posição central. Segundo essa teoria, a localização das atividades básicas induz à organização de um sistema hierarquizado de cidades.

Apoiado na concepção de equilíbrio geral, Christaller (1966) postulava que:

- o espaço geográfico apresenta características físicas e humanas que lhe conferem uma homogeneidade (do quadro físico, da distribuição da população, concorrência perfeita entre os produtores etc.);
- os preços são fixos para todos os agentes sociais que convergem em direção a um centro elementar;
- para o consumidor, que sempre apresenta um comportamento racional, o transporte de um produto tem um custo que aumenta proporcionalmente com a distância, o que tende a levá-lo a freqüentar os pontos de venda mais próximos; daí, o conceito de limiar de um bem ou serviço;
- o patamar de consolidação de um produto corresponde ao volume mínimo de clientela potencial, que assegura renda suficiente ao produtor;
- as economias de escala na produção de bens propiciam a algumas cidades condição para concentrar a produção a fim de revender em territórios mais ou menos estendidos[6].

Assim, qualquer estabelecimento comercial, industrial ou de prestação de serviços fornece bens e serviços a uma região mais ou menos distante do centro fornecedor, o que representa a polarização espacial da aglomeração urbana. Desse modo, constitui-se uma hierarquia de cidades, cuja polarização territorial é bastante diferenciada. No nível mais baixo, estariam cidades produtoras, basicamente, de bens e serviços mais procurados pela população para sua reprodução social cotidiana. No outro extremo, encontrar-se-iam os centros urbanos maiores, que produzem produtos e serviços mais especializados para uma área territorial mais extensa. O número de cidades decresce, portanto, à medida que se sobe nessa hierarquia, enquanto a variedade e a sofisticação da oferta aumentam. A metrópole seria a aglomeração que oferece a gama mais completa de produtos e de serviços não só para seus habitantes, mas também para uma região de influência mais ou menos abrangente (Corrêa, 1989, p. 23).

A teoria dos lugares centrais foi amplamente aplicada, desde sua utilização original nos anos 20 e 30, no sul da Alemanha, pelo próprio Christaller. Desde então, variados estudos comprovaram a importância desses princípios para explicar a configuração geral das redes em várias regiões do mundo. Entretanto, apesar de sua validade na verificação da configuração das redes urbanas, os postulados da teoria não escapam a múltiplas críticas. A primeira delas é relativa à disposição espacial das cidades num território dado, que nunca obedece a uma distribuição rigorosamente geométrica. Da mesma maneira, a distribuição populacional está longe de ser homogênea. A região de influência (em termos de extensão geográfica) de um centro urbano é bem menor numa região densamente povoada do que numa área pouco povoada (exemplo disso são as grandes extensões geográficas das regiões de influência de centros urbanos no oeste nordestino, por exemplo). Além dessas deformações dos modelos espaciais, o entendimento do comportamento do consumidor, dado como perfeitamente racional, é altamente sujeito à crítica. Pesquisas mostram que, numa sociedade urbana caracterizada pela crescente mobilidade urbana e interurbana (multiplicação dos deslocamentos com objetos múltiplos, oferta crescente de meios de transporte eficientes etc.), o comportamento do consumidor é cada vez mais imprevisível. Ademais, a teoria dos lugares centrais não leva também em consideração uma série de serviços especializados, tais como serviços às empresas, turismo, defesa, transportes etc., muitas vezes considerados como *motor* do desenvolvimento regional (Pumain, 1992, p. 631-632).

Além disso, a ênfase dada nos custos de transporte, baseada nos pressupostos sobre o papel da acessibilidade na estruturação do espaço de Thünnen (1966), Weber (1899) e Launhants (1885), que estudaram a localização ótima considerando-se o custo mínimo, faz com que Christaller (1966) e Lösch (1954) tenham em comum a defesa da teoria de equilíbrio geral, a pressuposição da concorrência perfeita, a desconsideração da relação entre espaço e tempo nos processos econômicos e sociais, e a montagem de suas teorias fundamentada em objetivos de maximização do lucro e minimização dos custos de tran-

[6] Para Bèguin (1992, p. 501), a conclusão fundamental dos postulados da teoria dos lugares centrais é a de que a existência das cidades é justificada pela existência de economias de escala.

sação, pressupostos esses pouco eficientes para traduzir a dinâmica da expansão de capital. Enfim, ao não reconhecer a existência das variáveis tempo e espaço, o modelo aplica-se *ex post*, isto é, não apresenta nenhum fator que explique o maior desenvolvimento de alguns centros em relação aos demais. Por essa razão, buscou-se complementar a metodologia aplicada ao presente estudo com uma análise histórica dos impactos espaciais da evolução recente da dinâmica da economia brasileira, ou seja, do processo de produção do espaço, tanto no tocante ao conjunto da economia nacional, como no que tange às especificidades regionais.

A Especialização das Cidades

A especialização das cidades pode ser captada também mediante a leitura de suas funções urbanas numa determinada divisão territorial de trabalho. A diferenciação das cidades por classificação funcional é entendida, assim, como uma abordagem complementar à teoria do lugares centrais. A teoria de Christaller (1966), como já visto, baseia-se em funções decorrentes dos serviços destinados à população residente na área de influência de determinado centro urbano. Portanto, essas atividades representam apenas uma parte dos empregos e das atividades urbanas. No mundo contemporâneo, muitas empresas não trabalham para um mercado local. Elas produzem bens ou serviços destinados a áreas bem mais abrangentes que o clássico *hinterland*: finanças, transportes, turismo etc., como demonstram, por exemplo, os casos de Seattle e Toulouse, ou mesmo São José dos Campos, no Brasil, pólos aeronáuticos que não são necessariamente grandes aglomerações urbanas. Da mesma maneira, a projeção regional ou internacional de centros turísticos como Cancun, Florença ou Parati não está relacionada ao tamanho dessas aglomerações. Isso significa que a diferenciação funcional das cidades, e não apenas sua dimensão populacional, é elemento essencial na organização espacial de um território.

Alguns autores classificaram os centros urbanos usando a terminologia clássica por categorias de atividades econômicas. Eles propuseram, assim, distinguir cidades industriais de cidades terciárias, classificando-as em centros industriais, mineiros, siderúrgicos, centros turísticos etc. Se tal classificação apresenta a vantagem de seguir o recorte geralmente usado nos censos demográficos, os geógrafos e os economistas usaram-na sempre com muita reticência. De fato, uma atividade (os transportes, por exemplo) pode aparecer no setor terciário em alguns países e no secundário em outros, dependendo da classificação de atividades econômicas adotada. Além disso, nessa classificação, não se consideram as divisões internas dos setores, nem o fato de que muitos centros urbanos, especialmente os de maior porte, não podem ser considerados especializados em uma determinada função, desempenhando, ao contrário, papel multifuncional na divisão territorial de trabalho de uma dada formação socioeconômica. Essa parece ser a realidade da grande maioria dos centros urbanos brasileiros pesquisados.

Pode-se, também, destacar o caráter pouco dinâmico das classificações funcionais tradicionais, dado que a especialização funcional de uma região pode ser profundamente transformada em alguns anos. Assim, durante uma crise econômica, uma região pode sofrer uma reconversão econômica ao ponto de desenvolver atividades que rompem radicalmente com as do passado. É o caso dos espaços de industrialização mais antiga nas montanhas européias, por exemplo, que sofreram profunda crise depois do fechamento das indústrias têxteis e metalúrgicas, mas apresentaram capacidade de reconversão bem-sucedida em atividades turísticas e de lazer (Alpes franceses, em particular). De outro lado, a evolução da microeletrônica e das tecnologias de informação propiciou a emergência, a partir dos anos 70, de novas atividades e formas de organização da produção, e com elas a produção de novas regiões de grande dinamismo. O outro lado da mesma moeda é traduzido pela decadência de cidades cuja economia estava assentada em atividades que foram tornadas redundantes, como é o caso, por exemplo, das antigas áreas da indústria metalúrgica e de mineração de carvão no Reino Unido.

Se, como defende Pumain (1992, p. 634), é a valorização desigual de algumas inovações que cria especializações, então a especialização de determinada cidade exige a aptidão dos atores urbanos em valorizar constantemente suas vantagens comparativas naturais (cidade portuária, amenidades naturais excepcionais, existência de jazida mineral etc.), ou produzidas (mão-de-obra qualificada, qualidade das infra-estruturas etc.). Manter a posição dentro da hierarquia urbana requer, portanto, capacidade de inovação. Assim, as funções econômicas, que decorrem cada vez mais da capacidade de inovar, permitem apontar classificações elaboradas com base no nível de desenvolvimento econômico e nas estruturas mais ou menos complexas dos centros urbanos.

As Relações entre Cidade e Região

A rede urbana pode ser também abordada do prisma das relações entre cidade e região, como proposto pelas análises neoclássicas, conforme apresentado anterior-

mente. Esse tema impulsionou uma produção científica importante nos anos 60, em particular na França, onde a chamada Escola da Geografia Ativa, de inspiração crítica ao modelo neoclássico, desenvolvia seus estudos num contexto de busca de reorganização geral do território francês em torno de novos pólos metropolitanos. Essa abordagem pode ser considerada como o prolongamento e a transformação dinâmica da temática tradicional das relações entre cidade e campo numa época marcada por mutações profundas do sistema produtivo e pela transformação da sociedade rural numa sociedade urbana.

Os geógrafos passaram, então, a analisar as relações existentes entre uma grande cidade, os centros urbanos de menor porte e as zonas rurais, para demonstrar que, tanto no tempo como no espaço, as relações entre cidade e região são, histórica e geograficamente, muito diferenciadas. Apesar dessa diversidade, George (1964) tentou definir a organização territorial com base nas relações entre as aglomerações urbanas e suas áreas de influências. Corrêa (1989, p. 40-46) apresenta excelente síntese da abordagem utilizada por George, como segue:

- a atração exercida sobre a população regional pelo centro urbano dominante traduz-se pela existência de dois tipos de fluxos humanos: a migração campo-cidade, que tem origens (sobre produtividade agrícola, catástrofes naturais, guerras etc.), modalidades (primeira migração para um pequeno centro urbano ou direta para uma grande aglomeração) e conseqüências (em razão do nível de desenvolvimento econômico etc.) múltiplas; as migrações pendulares ou alternantes, que levam, diariamente, *commuters* das periferias expandidas das grandes metrópoles para os centros de emprego nos núcleos metropolitanos. Essas migrações mudaram muito nos últimos anos, em virtude das novas formas de urbanização já descritas, da reorganização dos circuitos tradicionais de distribuição comercial, da generalização do uso do carro individual nas classes médias etc., e no caso brasileiro, em conseqüência da multiplicação das aglomerações não-metropolitanas, as quais também apresentam tais movimentos;
- a comercialização pela cidade de produtos rurais deve ser também levada em consideração, mediante a análise de todas as transações comerciais, sobretudo no que se refere à natureza dos bens envolvidos (produtos agrícolas, minerais, artesanais etc.) e aos agentes participantes do processo de comercialização (empresas de transporte, cooperativas, atacadistas; supermercados, varejistas etc.);
- a drenagem da renda fundiária pela cidade – pela sua importância socioeconômica e política para a vida regional – também deve ser considerada nos estudos sobre redes urbanas, em particular as análises baseadas na teoria dos lugares centrais. É importante ressaltar a existência de grupos de proprietários fundiários que drenam nas cidades os benefícios de atividades rurais, assim como a capacidade da renda fundiária de dinamizar, por meio de investimentos, o desenvolvimento econômico de toda uma região;
- a expansão do fenômeno metropolitano – e suas deseconomias de aglomeração – propicia a distribuição de empregos mediante investimentos públicos e privados, em áreas periurbanas, cidades médias e, mesmo, em áreas rurais. Esses investimentos são de natureza múltipla: deslocamentos de grandes fábricas para regiões rurais; desenvolvimento de pólos tecnológicos ou turísticos; grandes equipamentos públicos (aeroportos internacionais, estádios etc.); revalorização de um patrimônio histórico etc. Todas essas intervenções geram novas atividades, empregos e contribuem, assim, para a reorganização do território. O grande centro urbano, *pari passu* seu próprio crescimento, tem, pois, poder de difusão do desenvolvimento regional;
- a intensidade da circulação e a distribuição dos produtos e dos serviços determinam, em parte, o nível de integração regional. As cidades tornam-se núcleos de distribuição de bens e produtos, que devem ser analisados por estudos sobre os fluxos e agentes envolvidos, a organização logística, as redes de comercialização etc.

Nesse sentido, a abordagem cidade-região parece ser complementar à teoria dos lugares centrais. Mas, apesar da inclusão de parâmetros mais dinâmicos, que ajustam essa teoria às constantes mutações espaciais regionais, ela ainda apresenta lacunas que não lhe permitem, isoladamente, definir as dimensões de um verdadeiro modelo de rede urbana.

Dinâmicas Recentes dos Sistemas de Cidades

Como a pesquisa objetivava não só caracterizar a rede urbana brasileira, mas também verificar suas tendências, fez-se necessário um esforço de entendimento dos processos geradores de dinâmicas econômicas recentes, capazes de alterar a distribuição da população e do emprego no território, e, portanto, da configuração da rede urbana estudada. Desse modo, um breve panorama desses processos recentes havia de ser efetuado. É o que se faz a seguir.

Até a revolução industrial, o emprego em atividades especializadas[7] destacava basicamente o comércio ata-

[7] Esse termo é usado para diferenciar emprego em atividades mais comuns ou simples daquele em atividades complexas e intelectualmente mais exigentes.

cadista, as funções de abastecimento (em particular, o abastecimento alimentar) e a administração da região. A industrialização permitiu alargar o horizonte econômico das cidades, graças às economias de escala, que permitiram abastecer mercados cada vez mais distantes. Ao mesmo tempo, cresceu o emprego nos diversos ramos do setor terciário, em especial nos serviços às empresas.

Com o surgimento da indústria, a rede urbana dos diferentes países foi profundamente alterada, assim como a organização de seus territórios (crescimento de centros urbanos existentes, multiplicação do número das cidades etc.). A evolução da sociedade industrial rumo a uma organização intitulada *fordista*, no pós-guerra (Segunda Guerra Mundial), fundada na hegemonia da grande empresa industrial, produzindo em massa para consumo em massa, estabeleceu estratégias socioeconômicas que lhe permitiram (à grande empresa) um papel relevante na organização do território tanto nos países desenvolvidos, quanto nos demais, constituindo-se o que se convencionou chamar de *nova divisão internacional de trabalho* (Lipietz, 1987). Essa fase de desenvolvimento impulsionou a emergência das metrópoles, que, a partir de então, reforçam seu poder de decisão e sua participação nas economias nacionais e nos circuitos econômicos internacionalizados. Mas, a partir dos anos 70, mutações conjunturais e estruturais na economia mundial levam a novas transformações no padrão da urbanização.

Desde então, os países industrializados vêm passando, simultaneamente, por profunda reestruturação de suas bases produtivas e sociais, e por radical transformação da natureza, dos atores e dos lugares do crescimento econômico, a qual tem repercutido, por sua vez, em seus vizinhos menos desenvolvidos. A abertura dos mercados domésticos e a flexibilização da regulação ao movimento de capitais internacionais causaram, nos países menos desenvolvidos, grande impacto na organização territorial da produção, dadas as transformações decorrentes da crise do padrão fordista nos países centrais.

As indústrias que foram os motores desse padrão (indústrias automobilística e metalúrgica, em particular) passam por grandes reestruturações para manter, ou recuperar, seu nível de rentabilidade (a partir do esgotamento progressivo dos mercados nos países centrais, assim como das fontes dos ganhos de produtividade), enquanto desenvolvem-se indústrias de alta tecnologia, associadas à emergência de um novo paradigma produtivo baseado na flexibilização da produção e das relações de trabalho. Inovações atingem também o setor terciário, que, a exemplo dos demais setores da economia, sofrem mutações relacionadas ao uso generalizado da informática e do grande desenvolvimento das tecnologias de comunicação.

Essas transformações não poderiam deixar de causar mudanças significativas não só no padrão de acumulação, como também na organização da produção no espaço, influenciando a organização da hierarquia urbana. Alguns grandes centros industriais tradicionais entram em declínio, como já mencionado, levando consigo sua região de influência, apesar de algumas reconversões bem-sucedidas, igualmente já citadas. Paralelamente, ao se reduzirem as restrições à localização de atividades, novas locações são consideradas vantajosas, induzindo certa desconcentração do investimento e do emprego. Passa a ocorrer, assim, um movimento contraditório: há uma tendência à reconcentração espacial, particularmente ligada aos imperativos da acumulação financeira internacional, à organização de alguns setores industriais e à qualidade dos mercados do trabalho, como demonstra a participação da metrópole de São Paulo no conjunto das atividades econômicas do estado e do país, ou seja, verifica-se que a aglomeração espacial ainda apresenta vantagens, ao reduzir custos de transações e ao aumentar externalidades positivas. Nesse sentido, no tocante à atividade produtiva, verifica-se que a grande metrópole ainda exerce fator de atração de novos e modernos investimentos, como demonstram os pólos de alta tecnologia em torno de Los Angeles (Manzagol, 1992) e mesmo a participação de São Paulo no conjunto de atividades de maior intensidade de tecnologia do país. Ao mesmo tempo, verifica-se, também, o desenvolvimento rápido de centros urbanos intermediários, cujo crescimento está cada vez mais relacionado aos circuitos do capitalismo mundial, como, por exemplo, as cidades da chamada *Terceira Itália*, assim como as novas áreas de atração industrial no estado do Paraná, além de diversos centros médios brasileiros, cujo crescimento está acima da média nacional.

Nesse caso, o responsável pela difusão do crescimento não é mais a empresa, mas o tecido produtivo e gerencial. Enfim, novas estratégias de gerenciamento da produção (como a terceirização, o *just-in-time*, dentre outros novos conceitos), ao lado da aplicação de novas tecnologias de produção e comunicação, permitiram o crescimentó de cidades localizadas num raio de 50 a 150 quilômetros dos grandes centros metropolitanos, como Campinas, no entorno de São Paulo, ou Toyota, no Japão (Manzagol, 1992).

A Emergência de uma Nova Hierarquia Urbana

Parte das críticas feitas às abordagens tradicionais nos estudos de rede urbana decorre da defasagem histórica das teorias num contexto caracterizado por mutações significativas nos processos de produção ocorridas nos

últimos 30 anos. A redução dos custos de transportes, que se tornaram hoje pouco significativos para alguns ramos industriais produtores de bens de alto valor agregado ou tecnológico, as facilidades crescentes na área das telecomunicações, as condições cada vez melhores para mobilidade das pessoas, a generalização de serviços, equipamentos e comércio, antes reservados às grandes cidades, e a explosão dos serviços de alto nível prestados às empresas são alguns dos fatores que contribuíram para as mudanças processadas na organização das redes urbanas (Mérenne e Schoumaker, 1996).

A hierarquia urbana inscreve-se, cada vez mais, num contexto econômico internacional que transforma a natureza das relações entre as cidades e seus *hinterlands*, entre as cidades de mesmo nível e entre os centros urbanos de diferentes categorias. A estrutura da rede urbana aparece menos piramidal devido à importância das relações de complementaridade e às sinergias que se desenvolvem entre aglomerações urbanas de mesmo nível. Essas sinergias podem até tornar-se, em alguns casos, mais significativas que as relações tradicionais entre os centros das aglomerações urbanas e suas periferias[8].

O fato mais relevante que se pode notar é certamente a intensificação das relações entre centros urbanos de mesmo nível, que, em alguns setores econômicos, monopolizam a quase totalidade dos fluxos. Se as relações verticais centro–periferia persistem em todos os níveis urbanos e no mundo em desenvolvimento em geral, as relações horizontais não param de crescer nas regiões integradas aos fluxos financeiros e de produção globalizados. O progresso dos transportes e das comunicações, assim como a redução de instrumentos reguladores do fluxo de capitais e a prática da oferta de benefícios fiscais e financeiros aos grandes empreendimentos permitiram às cidades intermediárias implementar novas estratégias de desenvolvimento, fora do esquema clássico centro–periferia.

No caso da União Européia, são os fluxos de bens, informações e pessoas entre centros metropolitanos médios, como Barcelona, Munique ou Toulouse, que crescem mais regularmente, desde os anos 80. Toulouse, por exemplo, então uma região pouco dinâmica, passa por um processo de desenvolvimento acelerado. Veltz (1997, p. 61) releva que são os fluxos entre as capitais os que mais rapidamente crescem na Europa. No caso brasileiro, por não se dispor de dados de fluxo, tal afirmação é de difícil aplicação, mas pode-se considerar plausível que as capitais estaduais tenham fortalecido suas interações, especialmente em associação à centralização de capitais ocorrida nos diferentes setores de atividade econômica, desde a implantação do Plano Real.

O conteúdo dessas relações horizontais variam, geralmente, em razão dos níveis urbanos considerados, das funções que os centros urbanos exercem na rede de cidades, do nível de renda que apresentam, bem como da inserção que propiciam no mercado doméstico ou no mercado internacional. Camagni (1992, p. 42) afirma que para as metrópoles de segundo e terceiro níveis prevalecem relações de complementaridade e de mercado (cidades da Terceira Itália, por exemplo), já na rede das metrópoles internacionais predominam os fluxos de informação, em particular os fluxos de informação financeira. Assim, se vários segmentos das classes médias e alta da população nacional e parte considerável das firmas localizadas em centros como São Paulo, Buenos Aires ou Bangcoc articulam-se entre si e com os pólos de comando da economia mundial, em contrapartida, particularmente no caso de países em desenvolvimento, verifica-se que vários segmentos das classes de menor poder aquisitivo da população e parte considerável das firmas desses mesmos centros ou de cidades médias apresentam-se mais articuladas com seus *hinterlands* imediatos, ou com outros centros dinâmicos das economias nacionais.

Entre os diferentes níveis urbanos, as relações tradicionais de hierarquia dos mercados do centro para a periferia permanecem; e também se pode notar a multiplicação dos fluxos de bens e serviços de alto nível das redes urbanas inferiores em direção às redes urbanas superiores. Esse processo é uma das conseqüências dos novos padrões de localização das atividades produtivas em geral e, em particular, das atividades terciárias. Mesmo se a proximidade física representa fator essencial na localização dos serviços, como ressalta Castells (1972), as mutações que ocorrem nas áreas de transportes e comunicações permitem a relocalização dos serviços em áreas mais ou menos distantes dos grandes centros urbanos. Essa tendência é setorialmente determinada, tendo-se maior importância no caso dos setores chamados *back offices*, que produzem serviços transmitidos aos usuários por telecomunicações e, assim, podem dispensar interações pessoais freqüentes, mesmo que inseridos no conjunto de articulações interindustriais de determinada cadeia produtiva. Portanto, são serviços que exigem mão-de-obra qualificada, mas que podem estabelecer-se em localidades de terrenos e salários mais baratos, na periferia dos grandes centros urbanos (ou mesmo em pequenas cidades de zonas rurais, no caso de países mais desenvolvidos e de menor

[8] Para Camagni (1992, p. 42), o número de níveis de cidades diminui: de sete a nove níveis propostos pelas abordagens tradicionais, cai para três nos estudos que consideram as mutações atuais nos padrões de urbanização. Para esse autor, há a rede das metrópoles internacionais, a rede das aglomerações nacionais especializadas e a rede das cidades regionais especializadas. Vale aqui registrar, no entanto, que não se pode afirmar que as interações que constituem redes de cidades de diferentes níveis foram substituídas por redes horizontais formadas por cidades de mesmo nível.

dimensão territorial, como se pode observar no Sudeste da Inglaterra, na região parisiense e outras). Paralelamente, os serviços de alto nível prestados às empresas tendem a ficar relativamente concentrados nas grandes metrópoles, em virtude de suas restrições na localização, que supõe intensidade de interações interpessoais, redes de transportes e comunicações eficientes (sistemas de comunicação por satélites e por fibras óticas, modos mais velozes e regulares de transporte, redução de taxas de frete, implantação da *conteinerização* etc.), e um ambiente favorável à inovação, ao conhecimento especializado e às atividades culturais e de lazer mais sofisticadas.

Deve-se, por fim, salientar que os fluxos verticais entre centros urbanos de diferentes níveis são também alimentados pela intervenção do Estado, por meio do emprego público, dos investimentos em infra-estruturas diversas, dos circuitos de previdência social etc. Essas ações, de importância fundamental para o entendimento da territorialidade da economia e da rede urbana brasileira, objetivam compensar a desconexão crescente entre os pólos metropolitanos, ou as *ilhas de dinamismo*, assim chamadas na pesquisa, e as regiões menos dinâmicas, podendo ou não conter intenções de redução de disparidades de renda e produtividade decorrentes de tal desconexão. Uma vez que desde o desencadeamento da crise do regime fordista tem sido observado crescimento das desigualdades regionais, tanto entre os países mais desenvolvidos e os em desenvolvimento, quanto entre diferentes regiões infranacionais, mesmo nos primeiros, preocupações de que tais disparidades podem aumentar e atingir metrópoles mundiais, economicamente mais dinâmicas, têm estimulado investigações de questões dessa natureza, sobretudo no tocante aos estudos e à gestão de redes urbanas.

Se em países menos desenvolvidos não é dada necessária atenção aos efeitos das disparidades infranacionais, nos países europeus, em contrapartida, verifica-se grande preocupação, que se reflete na formação de crescentes fluxos de solidariedade interterritorial, na instituição de fundos públicos para reduzir os desequilíbrios regionais e na destinação de significativo volume de recursos à gestão do território. Esses instrumentos, que fornecem condições para reduzir a heterogeneidade territorial, não estão livres de resistência, mesmo entre os países europeus. Parte da população das regiões mais avançadas (como Milão, na Itália, por exemplo) não aceita ter de arcar com os custos do desenvolvimento das zonas mais pobres de seus países, tendência também observada no Brasil em estados do centro-sul. Essa questão é, no entanto, de vital importância para o desenvolvimento nacional e para o fortalecimento da Federação brasileira, devendo suscitar debates amplos, uma vez que revela não apenas a ausência de solidariedade entre as regiões (base de uma Nação ou de uma Federação), mas também a dissociação crescente entre o espaço produzido pelas grandes firmas (geralmente, os pólos de crescimento metropolitanos e as mencionadas *ilhas de prosperidade*) e a reduzida regulação de estratégias corporativas que caracteriza cada vez mais o processo de *mundialização*.

Esse processo de mundialização não implica, entretanto, que deixe de existir uma estrutura hierarquizada de relações e articulações entre os diversos centros dentro do território nacional, mas que essas relações estão cada vez mais mediadas por novos determinantes, dentre os quais o fato de que o espaço passa, a cada dia, a ceder lugar ao tempo nas diversas articulações e conexões existentes. Como defende Harvey (1989), parafraseando Marx, estaria havendo uma nova rodada de aniquilação do espaço pelo tempo, que sempre esteve no centro da dinâmica capitalista. O sistema globalizado contemporâneo de produção e, mais ainda, a mundialização dos fluxos financeiros – e com ela a determinação desses sobre as estruturas produtivas das nações, propiciada pelas reformas dos Estados nacionais – tornaram-se possíveis graças à implantação progressiva de tecnologias de comunicação e transporte sofisticadas, que viabilizam a movimentação financeira instantânea e em escala mundial, a operação simultânea, por grandes corporações, de plantas industriais em distintos locais e países, com custos financeiros, condições de venda e utilização de insumos vantajosos à ampliação das taxas de acumulação. Da mesma forma, esses avanços tecnológicos têm propiciado à indústria de produção de imagem a massificação da informação e a veiculação de idéias e costumes em escala planetária, por meio da comunicação de massa (em especial, pela televisão), associada à comunicação por satélites, viabilizando meios para ampliar os mercados e a acumulação.

Mas, alerta o autor, a redução de barreiras espaciais não implica o decréscimo da significação do espaço. Ao contrário, o aumento da competição em condições de crise coagiu os capitalistas a darem grande importância às vantagens locacionais relativas, precisamente porque a diminuição de barreiras espaciais permite às grandes corporações poder explorar minúsculas diferenciações espaciais. Assim, embora o controle do trabalho seja sempre central, há muitos outros aspectos da organização geográfica que assumiram nova proeminência. Isso significa que

> a diminuição de barreiras espaciais resulta na reafirmação e realinhamento hierárquicos no interior do que é hoje um sistema urbano global. A disponibilidade local de recursos materiais de qualidades especiais, ou mesmo a custos marginalmente inferiores, começa a assumir crescente importância. (...) As diferenças locais de capacidade de empreendimento, capital para associações, conhecimento técnico e científico e de atitudes sociais também contam, enquanto redes locais de influência e de poder e as estratégias de acumulação das elites dirigentes locais (em oposição às políticas do Estado-nação) também se tornam implicadas de maneira mais profunda no regime de acumulação flexível. (Harvey, 1989, p. 266)

Mas Harvey (1989) também lembra que se há maior sensibilidade às qualidades espacialmente diferenciadas que compõem a geografia do mundo, é igualmente possível que espaços específicos sejam alterados de modo a torná-los mais atraentes para o capital.

> Assim, as qualidades do lugar passam a ser enfatizadas em meio às crescentes abstrações do espaço. A produção ativa [em contraposição à simples exploração de vantagens naturais] de lugares dotados de qualidades especiais se torna um importante trunfo na competição espacial entre localidades, cidades, regiões e nações. (Harvey, 1989, p. 266)

Desse modo, quanto menor a importância das barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do capital às variações do lugar e tanto maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneiras alternativas, em favor do processo de reprodução e ampliação do capital.

Um novo quadro conceitual, por conseguinte, está em gestação, em vista das mutações recentes ocorridas no processo produtivo em escala mundial, na expansão dos fluxos financeiros e na desregulamentação da relação entre capital e trabalho, o que tem repercussões objetivas no processo de urbanização. Nesse contexto, há na literatura a emergência de um novo conceito de redes, ou sistemas de cidades, que pretende traduzir as novas interações existentes entre as cidades e a importância crescente da noção de circulação entre os centros de dinamismo. Essa abordagem evidencia o progresso dos transportes e das telecomunicações numa época caracterizada pela importância das circulações dos bens, das pessoas e, cada vez mais, das informações. Ou seja, o poder de difusão da inovação representa fator essencial na dinâmica dos sistemas de cidades, o que introduz nova dimensão – especialmente a dimensão *virtual* que a telemática propicia – ao estudo das relações entre os centros urbanos, antes desenvolvido com base apenas em fluxos e interações física e territorialmente mais definidas.

Esses novos fenômenos provocam, segundo Mérenne e Schoumaker (1996, p. 51), três mutações significativas:

- hierarquização dos centros urbanos de níveis intermediários, devido ao crescimento regular das relações horizontais entre eles, que tem como conseqüência maior a especialização crescente das cidades intermediárias;
- permanência e/ou reforço das polarizações nacionais tradicionais, uma vez que são as grandes capitais as cidades que mais se beneficiam do processo de mundialização da economia[9]; e
- emergência de metrópoles internacionais e de algumas cidades mundiais, que podem ser definidas como cidades que participam plenamente das redes econômicas, científicas e culturais supranacionais, graças à existência de serviços financeiros sofisticados, serviços de grande intensidade de conhecimento, grandes laboratórios de pesquisa, equipamentos culturais e de organização de congressos e feiras internacionais etc. Essa rede metropolitana incluiria, para muitos estudiosos, além das grandes cidades européias, japonesas e norte-americanas, os centros urbanos mais dinâmicos dos países em desenvolvimento, tais como: São Paulo, Cidade do México e Seul, dentre outras. Por outro lado, segundo Sassen (1994), a rede das cidades mundiais limita-se a Nova Iorque, Londres e Tóquio. Nessas três cidades, que têm o mundo por *hinterland*, registram-se, todos os dias, dois terços das transações financeiras mundiais.

Vale lembrar que essas mudanças provocam alterações na morfologia das redes de cidades. Se a organização tradicional em formato de teia de aranha é ainda uma realidade na maior parte do mundo em desenvolvimento, nos países industrializados as redes já apresentam um desenho em forma de estrelas. Esse modelo é a representação espacial dos maiores fluxos de bens, pessoas e de informações entre as grandes cidades que atravessam espaços intersticiais – de abrangência até internacional –, mostrando-se incapazes de captar aqueles fluxos impulsionadores do crescimento econômico, mesmo que parcialmente. Sugere-se, aqui, um *efeito túnel*, que produz zonas de exclusão no espaço entre os centros urbanos mais dinâmicos.

Assim, as referências metodológicas dos estudos de rede urbana não apenas são amplas, tendo inspirado numerosas contribuições à medida que cresce a importância da urbanização para o processo de acumulação, mas também têm passado por sucessivas revisões importantes, dadas as transformações recentes ocorridas no processo produtivo e nas bases tecnológicas, as quais propiciam as interações entre os centros urbanos em escala mundial.

Portanto, apesar do longo caminho percorrido pelos estudiosos da urbanização e da rede urbana, bem como das importantes diferenças que marcam as abordagens apresentadas, considera-se possível e necessária, para o entendimento da configuração e da dinâmica da rede urbana do Brasil, a reunião de instrumentos de interpretação de diferentes correntes teóricas.

Neste trabalho, adotou-se o seguinte procedimento: de um lado, realizou-se uma análise histórica com o objetivo de identificar os processos relevantes que têm marcado a economia e o perfil da rede urbana do Brasil, nos planos regional e nacional; de outro lado, fez-se uso de informações sobre as diferenças entre cidades segundo suas funções, dimensões, relação entre tamanho demográ-

[9] Segundo os autores, 30 anos depois da tentativa de implementar pólos de equilíbrio territorial na França, o peso de Paris na economia francesa aumentou.

fico e desenvolvimento, posição na hierarquia urbana e relações entre cidade e região (em contraposição à relação mais tradicional entre cidade e campo). Com esse procedimento, buscou-se detalhar os marcos mais gerais dos fluxos econômicos que articulam os diversos centros urbanos, sem perder de vista as determinações históricas, as características particulares existentes na formação socioeconômica estudada, bem como a perspectiva histórica que articula o espaço ao tempo e incorpora evidências de transformações recentes para o entendimento das relações entre os centros.

Nesse sentido, este trabalho pressupõe a existência de distintas estruturas produtivas regionais, muitas das quais especializadas ou articuladas a alguns poucos setores dinâmicos. Adota-se também, como pressuposto central, a forte heterogeneidade econômica e espacial existente entre as grandes regiões brasileiras. Esses pressupostos estão mais ligados às teorias que buscam explicar os desequilíbrios regionais, na linha de Myrdal (1968), do que às teorias de hierarquia funcional, de lugares centrais, ou de pólos de desenvolvimento[10]. Entretanto, pelo menos parte do arcabouço proposto pelas teorias locacionais ainda pode contribuir de forma substantiva para a caracterização da rede urbana brasileira. A classificação de cidades reflete a divisão territorial do trabalho expressa nos papéis (ou funções) que cada cidade cumpre no processo de acumulação, estando aí mantidos os pressupostos das teorias de localização, ao incorporar os métodos de verificação de função e centralidade na definição da classificação de cidades.

Além disso, apesar das transformações recentes por que tem passado a rede urbana brasileira, incluindo-se a possibilidade de interações horizontais ampliadas, articulando os grandes centros urbanos do país, bem como a existência de *cidades mundiais* em seu território, ainda existem no país amplos espaços em que é inegável a determinação de relações tradicionais de articulação e hierarquização dos diversos centros, notadamente em regiões ou áreas menos dinâmicas ou despreparadas para localizar novas atividades produtivas, onde a atividade econômica é comandada por setores tradicionais e a renda gerada é relativamente reduzida. Verifica-se, assim, que se mantém a correlação positiva entre renda e densidade da rede urbana, e que o processo de integração na economia mundial tende a intensificar não só a heterogeneidade mencionada, mas também o crescimento da renda dos espaços ou centros urbanos mais competitivos e a exclusão dos centros e espaços menos vantajosos. Com efeito, o Brasil deve continuar apresentando redes urbanas de configurações bastante diferenciadas, de região para região do país, diferenças essas que, não de hoje, vêm inspirando estudiosos preocupados com as relações entre o subdesenvolvimento e a configuração da rede urbana[11].

É incontestável também o fato de serviços e equipamentos de uso coletivo, principalmente aqueles mais sofisticados, não estarem homogeneamente distribuídos pelo território, tampouco foram universalizados nos diversos centros urbanos. Sua localização no território obedece a princípios de centralidade, cujo reconhecimento possibilitou o uso de trabalhos como *o Regiões de influência das cidades* (Regic), realizado pelo IBGE, o qual forneceu valiosas contribuições, baseadas na tradição neoclássica, para o entendimento da articulação entre os diversos centros urbanos brasileiros e a hierarquia de relações existentes, subsidiando a elaboração da classificação da rede urbana do Brasil, no âmbito deste estudo. Outros recursos também utilizados nessa tradição neoclássica foram a análise de agrupamento, as correlações multivariadas e a análise discriminante dos indicadores usados para a classificação dos centros urbanos.

Por fim, em que pese o fato de este trabalho ter sido ancorado em pressupostos distintos, não se aplicou nenhum modelo teórico rígido para o entendimento da realidade brasileira. Ao contrário, uma vez revisada a tradição teórica de estudos sobre a rede urbana, fez-se um trabalho empírico baseado na identificação da dinâmica da economia brasileira, no conjunto e por grandes regiões do país, mediante a construção de diversos grupos de indicadores, complementados com informações qualitativas sobre as distintas realidades urbanas e regionais brasileiras, para compor os argumentos e explicações dos processos espaciais encontrados.

[10] Sobre esse debate, ver Pacheco (1996).

[11] Corrêa (1988), baseando-se no conceito de *redes dendríticas* (que se caracterizam por sua origem colonial, originadas de uma cidade estratégica e localizada excentricamente ao conjunto que polariza – hinterlândia –, concentrando, nesse centro *primaz*, as principais funções econômicas e políticas de tal região), verificou a intensa correlação entre renda e densidade da rede urbana. Quanto menos desenvolvido o país ou região (portanto, de rendas médias inferiores), menos densas apresentam-se suas redes urbanas, sendo essas caracterizadas pela presença de uma cidade primaz, ausência de centros intermediários, presença de mercados periódicos (feiras semanais ou espaço de atuação de vendedores viajantes, onde não há renda suficiente para comércio regular, que têm a função de propiciar a integração entre espaços na fronteira econômica ao mercado mundial) e, também, de um número excessivo de pequenos centros indiferenciados entre si, atendendo a um estreito leque de demandas de sua população, os quais mantêm transações diretamente com o centro primaz ou com outros nas imediações deste, o que dificulta o aparecimento de centros intermediários. Apesar dos vazios que ainda apresenta, contudo, não se pode caracterizar a rede urbana brasileira como uma do tipo essencialmente dendrítico, como se verá mais adiante. A respeito, ver também Santos (1979).

Entende-se que aqui reside uma das principais contribuições deste estudo, dado o esforço despendido para reunir contribuições teóricas distintas e captar os efeitos das recentes transformações econômicas na configuração da rede urbana do Brasil, a fim de verificar suas tendências e de classificá-la.

A definição da classificação dos centros urbanos pressupõe, além da identificação das funções urbanas por eles desempenhadas e de suas áreas de influência – correlacionadas com o porte de cada centro urbano (e decorrentes de correlações multivariadas) –, a análise das recentes transformações da economia brasileira em processo de integração em uma economia mundial também transformada, assim como a análise dos impactos espaciais decorrentes de tais transformações.

Referências Bibliográficas

BÉGUIN, H. (1992) "La Distribution des activités banales". In: BAILLY, A. ; FERRAS, R. ; PUMAIN, D. (orgs.) – *Encyclopédie de géographie*, Paris, Economica, p. 497-513.

CAMAGNI, R. (1992) "Organisation économique et réseaux de villes". In: DERYCKE, H. (ed.) – *Espace et dynamiques territoriales*, Paris, Economica (Col. Bibliothèque des Sciences Régionales).

CASTELLS, M. (1972) *La Question urbaine*. Paris, Maspero.

_____(1998). *The Rise of network society*. London, Blackwell Publishers.

CHRISTALLER, W. (1966). *Central places in central Germany*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall (edição original em alemão publicada em 1933).

CORRÊA, R. L. (1988) "O Estudo da rede urbana: uma proposição metodológica". In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, ano 50, n. 2, p. 107-124.

_____(1989) *A Rede urbana*. 2ª ed., São Paulo, Ática (Série Princípios).

GEORGE, Pierre (1964) *Précis de géographie urbaine*. Paris, PUF, 287 p.

HARVEY, D. (1973) *Social justice and the city*. London, Edward Arnold.

_____(1982) *The Limits to capital*. Chicago, University of Chicago Press.

_____(1989) *The Condition of postmodernity*. Oxford, Basil Blackwell.

HIRSCHMAN, A. (1962) *The Strategy of economic development*. New Haven, Yale University Press.

JOHNSTON, R. J. (1996) "Paradigms and revolution or evolution?" In": AGNEW, J. ; LIVINGSTONE, D. ; ROGERS (orgs.) – A *Human geography – an essential anthology*, Oxford, Blackwell, p. 37-53.

KAYSER, B. (1960) *Campagnes et villes de la Côte D'Azur*. Monaco, Editions du Rocher, 593 p.

LAUNHANTS, W. (1885). *Mathematische Begründung der Volkswirtschaftslehre*. Leipzig.

LEFEBVRE, H. (1974) *La Production de l'éspace*. Paris, Anthropos.

LIPIETZ, A. (1987) *Mirages and miracles. The crisis of global fordism*. London, Verso.

LOJKINE, J. (1977) *Le Marxisme, l'état et la question urbaine*. Paris, Presses Universitaires de France.

LÖSCH, A. (1954) *The Economics of location*. New Haven, Yale University Press (edição original em alemão publicada em 1940).

MANZAGOL, C. (1992) "La Localisation des activités spécifiques". In: BAILLY, A. ; FERRAS, R. ; PUMAIN, D. (orgs.) – *Encyclopédie de géographie*, Paris, Economica, p. 471-496.

MASSEY, D. (1977) "Towards a critique of industrial location theory". In: PEET, R. (ed.) – *Radical geography: alternative viewprints on contemporary social issues*, London, Metheuen/Chicago, Maaroufa, p. 181-196.

MEDICI, André C. (1988) *Subsídios para a elaboração de uma metodologia para os estudos sobre urbanização e estrutura ocupacional*. Campinas, Unicamp/Instituto de Economia, mimeo.

MÉRENNE, O.; SCHOUMAKER, B. (1996) *La Localisation des services*. Paris, Nathan Université (Col. Géographie d'aujourd'hui).

MYRDAL, G. (1968) *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Saga.

PACHECO, C. A. (1996) "Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional". In: *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 6, jun./set., p. 113-140.

PUMAIN, D. (1992) "Les Systèmes de villes". In: BAILLY, A.; FERRAS, R. ; PUMAIN, D. (orgs.) – *Encyclopédie de géographie*, Paris, Economica, p. 624-641.

SANTOS, M. (1979) *O Espaço dividido*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.

SASSEN, S. (1994) *Cities in a world economy*. California, Pine Forge Press.

VELTZ, Pierre (1997) "Le Retour des villes". In: *Sciences Humaines*, Paris, n. 17, jun./jul.

VON THÜNNEN, J. H. (1966) *Isolated state*. Oxford, Pergamon Press (tradução do original alemão *Der isolierte Staat*, de C. M. Wartenberg, publicado em 1826).

WALLERSTEIN, Immanuel (1979) *The Capitalist world-economy*. Cambridge, University Press, 238 p.

WEBER, A. (1899) *The Growth of cities in the 19th century*. New York, Macmillan.

Referenciais da Rede Urbana do Brasil

Introdução

O processo de desconcentração da economia brasileira, iniciado na década de 70, reforçou e tornou mais complexa a integração da rede urbana nacional, engendrando nova articulação entre as estruturas espaciais que a compõem. Os processos de integração produtiva e de articulação funcional entre regiões e/ou centros urbanos conformaram a existência de dois movimentos distintos, porém complementares. Por um lado, ampliaram-se e diversificaram-se as funções desempenhadas pelos centros urbanos, tornando-se mais complexas suas atividades. Por outro, ampliaram-se as demandas de articulação e integração entre eles. Esses movimentos configuram-se, simultaneamente, como reflexo e como suporte à desconcentração das atividades econômicas e à interiorização do desenvolvimento, com um padrão de urbanização restrito, até então, aos maiores centros urbanos nacionais. Assim, não só se verificou um crescimento populacional mais elevado nas antigas *periferias econômicas* nacionais e nos centros urbanos médios, ocasionando o espraiamento da urbanização, especialmente em direção ao Oeste – fenômeno contraposto à tendência anterior de localização da urbanização na faixa litorânea do território nacional –, como também diversas aglomerações urbanas surgiram e ampliaram seu papel na rede de cidades do país, tornando mais complexa a configuração da rede urbana nacional.

Como mais um fator explicativo da interiorização da urbanização, destaca-se o surgimento de nova dinâmica na agricultura, que emergiu em meados da década de 60 em alguns espaços rurais do país, com a internalização do setor produtor de meios de produção e a industrialização da agricultura. O marco do novo padrão agrícola foi a constituição do complexo agroindustrial brasileiro, como o momento mais avançado da modernização da agricultura. Essa teve como efeito relevante a intensificação da urbanização nas regiões de agricultura moderna, integrada a complexos agroindustriais, particularmente no Sudeste e Sul, bem como as transformações observadas no processo de ocupação das regiões Centro-oeste e Norte.

É importante ressaltar que a crise econômica dos anos 80 não se abateu homogeneamente sobre todas as regiões brasileiras, além do que a desconcentração produtiva criou espaços dinâmicos em pontos localizados do território nacional, reforçando as tendências à heterogeneidade inter-regional, num contexto de convergência das rendas *per capita* regionais. Esse processo vem agudizando-se pela forma como o país insere-se no mundo globalizado, uma vez que essa inserção se dá a partir da integração de alguns setores de atividade e de localidades específicas. Isso tem contribuído para reforçar as desigualdades regionais e romper os nexos econômicos de complementaridade – que foram fundamentais no padrão de crescimento das últimas décadas –, causando riscos de maior fragmentação da estrutura produtiva, com forte impacto sobre o desenvolvimento regional. Essa inserção subalterna no mercado global, num contexto de crise do Estado nacional e de inexistência de políticas industriais e regionais estruturantes, pode levar a um novo ciclo de reconcentração das atividades econômicas ou de especialização de espaços determinados, segundo fatores e vantagens já construídos e ali presentes.

Por outro lado, as áreas rurais também têm mudado de feição, com o surgimento, ou a ampliação, em regiões mais dinâmicas – especialmente no caso de São Paulo e de alguns estados do Sul e Sudeste –, de um conjunto de atividades e ocupações não-agrícolas, que colocam esses espaços em outro patamar de articulação com os centros urbanos, em que o rural não mais pode ser visto simplesmente como fornecedor de produtos primários para os centros urbanos.

Observa-se, assim, mesmo em pequenos centros urbanos, bem como no meio rural, uma parcela da população residente totalmente integrada – por meio dos circuitos de produção, comunicações e transportes – ao mais avançado padrão de consumo ofertado pelos grandes cen-

tros. Ao mesmo tempo, nos grandes e médios centros, existem significativos contingentes populacionais marginalizados do processo de modernização e geração de renda. Verifica-se, dessa forma, uma expressão nova do atual ciclo de acumulação, que produz uma face moderna, de alta renda e complexidade, e outra com características opostas.

Vale ainda mencionar a formação de novas espacialidades em todas as regiões brasileiras, especialmente na região Nordeste, associadas ao crescimento do setor de turismo, com localização principalmente no litoral. Observa-se que as novas atividades propiciadas pela expansão do turismo naquela região têm substituído ou proporcionado alternativas a antigas especializações econômicas, o que se verifica marcadamente no litoral sul da Bahia. Em vista dos requisitos de urbanização exigidos pelas novas atividades, as cidades envolvidas com o turismo tendem a apresentar altas taxas de crescimento, contribuindo para o adensamento da rede urbana regional.

Além desses fatos, a integração econômica ao Mercosul, com a conseqüente intensificação das relações comerciais do Brasil com países vizinhos, tem ampliado o papel de algumas cidades de fronteira, as quais vivem forte crescimento urbano, algumas delas já conurbadas com cidades daqueles países, gerando aglomerações urbanas de caráter internacional.

Embora bem distantes da configuração observada na estrutura da rede urbana do Sudeste e do Sul, pode-se afirmar que, em todas as regiões do país, as transformações econômicas recentes levaram a rede urbana brasileira a perder aos poucos sua forma essencialmente concentrada no litoral.

No caso do Centro-oeste, vale registrar que ainda se mantém a estrutura desigual da antiga ocupação, apesar da desconcentração econômica observada, com vastas extensões territoriais ainda não integradas ao processo de desenvolvimento econômico, paralelamente a expressivos contingentes populacionais que continuam mantidos à margem do novo padrão de urbanização.

Refletem-se, portanto, na atual estrutura da rede urbana brasileira as especificidades e diferenças de renda e produtividade que existem entre as regiões e os estados do país, assim como a dicotomia do processo de desenvolvimento que caracteriza historicamente a sociedade brasileira. Verifica-se uma rede urbana ainda em construção, tanto inter quanto intra-regionalmente, articulada por um número significativo de aglomerações e centros urbanos, dotados de equipamentos, infra-estrutura e serviços modernos e complexos, porém com periferias muito pobres. No âmbito intra-urbano, áreas de concentração de pobreza vêm marcando o perfil de crescimento especialmente das metrópoles nacionais, ao mesmo tempo em que nelas se concentram agentes e atividades de alta qualificação e rendimento, integrados a circuitos globalizados de acumulação, realçando, assim, o grave desequilíbrio do processo de urbanização da sociedade brasileira.

Configuração da Rede Urbana Brasileira

A análise da rede urbana brasileira permitiu sua configuração em quatro referenciais básicos: *Estudos regionais* (redes urbanas das grandes regiões); a hierarquia da rede pela classificação dos centros urbanos (seis categorias e 111 centros urbanos); os sistemas urbano-regionais (12 sistemas) e sua articulação em três estruturas urbanas; e as aglomerações urbanas (49 aglomerações)[1].

Para efeitos deste estudo, a rede urbana nacional compreende o conjunto das cidades que polarizam o território brasileiro e os fluxos de bens, pessoas e serviços que se estabelecem entre elas. Em uma visão simplificada, é formada por centros, com dimensões variadas, que estabelecem relações dinâmicas entre si como campos de forças de diferentes magnitudes. São essas interações que respondem não apenas pela atual conformação espacial da rede, mas também por sua evolução futura, cuja compreensão é fundamental para o estabelecimento de metas de políticas públicas de desenvolvimento.

A classificação da rede urbana brasileira foi desenvolvida com base em um conjunto de critérios e procedimentos articulados às tipologias de tamanho dos centros urbanos, ocupacional e de dependência funcional desses, bem como da forma urbana assumida pelos centros.

A configuração da rede urbana abrangeu quatro fases. Na primeira, que corresponde aos *Estudos regionais*, os critérios e indicadores utilizados foram: classificação dos centros urbanos das grandes regiões, incluindo tipologia de tamanho e tipologia funcional – posição dos centros urbanos a partir do estudo *Regiões de influência das cidades* (Regic), desenvolvido pelo IBGE; porcentagem da PEA urbana; total da população em 1980, 1991 e 1996; taxa de crescimento da população no período 1991-96; porcentagem de acréscimo da população nos períodos 1980-91 e 1991-96; densidade demográfica em 1996; e análise de agrupamento dos centros urbanos.

Além desses indicadores, como apoio à composição do Quadro de Composição das Aglomerações Urbanas, con-

[1] A classificação final da rede urbana brasileira consta dos Anexos da Parte I (Tabelas A.1 a A.5).

siderou-se, ainda: a presença de processo de conurbação e/ou periferização entre os centros; de espaços urbanos descontínuos quando apresentavam articulação econômica e complementaridade urbana; o tamanho populacional dos centros urbanos em 1991 e 1996; o crescimento do município-núcleo e da periferia nos períodos de 1980-91 e 1991-96; bem como indicadores referentes às peculiaridades regionais quanto à articulação entre centros urbanos.

Na fase subseqüente aos *Estudos regionais* – classificação da rede urbana –, para qualificar a posição dos centros urbanos, foram agregados outros indicadores, com o objetivo de identificar: o grau de importância dos centros urbanos como centros decisórios e suas relações com outros centros de âmbito internacional; presença nos centros urbanos de setores econômicos diferenciados e com elevado nível de articulação inter e intrasetorial, bem como o grau de diversificação do setor terciário e funções urbanas específicas (centro administrativo, turístico etc.).

A segunda fase do trabalho – Quadro de Classificação da Rede Urbana do Brasil – identificou seis categorias espaciais, sendo três de caráter metropolitano.

- Metrópoles globais, nacionais e regionais, integradas por 13 centros urbanos, que, à exceção de Manaus, constituem aglomerações urbanas, desenvolveram-se a partir de um núcleo constituído pela capital do estado, sendo Campinas a única exceção. Para esses estratos, identificou-se a ocorrência de complementaridade funcional entre os centros e as periferias. Tais centros exercem fortes funções polarizadoras, além da articulação espacial das aglomerações, sempre com algum grau de contigüidade, muitas vezes ao longo de eixos viários. Constatou-se também seu elevado padrão concentrador: as duas metrópoles globais, Rio de Janeiro e São Paulo, abrangem 17,3% da população total do país, distribuída em 60 municípios; nas sete metrópoles nacionais residem 13% do total da população brasileira, em 113 municípios e o Distrito Federal; as quatro metrópoles regionais abrigam 3,9% da população total do país em 28 municípios.
- Centros regionais, estrato intermediário da rede urbana que abrange 16 centros, sendo 13 de aglomerações urbanas não-metropolitanas. Algumas aglomerações urbanas são compostas de centros que, em alguns casos, dividem as funções polarizadoras com subcentros da própria aglomeração. A maioria das aglomerações urbanas nucleadas por centros regionais possui contigüidade espacial, formando um conjunto de cidades articuladas. Esses 16 centros regionais abarcam 7,7% da população brasileira, em 72 municípios.
- Centros sub-regionais 1 e 2 (CSR 1 e CSR 2), somando 82 centros urbanos (CSR 1, com 31 centros, e CSR 2, com 51 centros), polarizam apenas os municípios de seu entorno. Nos 31 CSR 1, residem 7,2% da população brasileira, em 85 municípios, e nos 51 CSR 2, residem 5,7% do total da população, em 82 municípios.

A distribuição espacial dos 111 principais centros urbanos mostra que existe concentração em duas das cinco grandes regiões brasileiras (Sudeste, com 39,6% desses centros, e Nordeste, com 23,4%). No Sul, estão concentrados 18,9% desses centros urbanos, no Norte, 10,8%, e, no Centro-oeste, 7,2%. É importante ressaltar que a classificação da rede urbana brasileira definida não inclui os centros urbanos com menos de 100 mil habitantes, os quais, de todo modo, foram considerados nas análises dos *Estudos regionais*.

A terceira fase do trabalho – Sistemas Urbano-regionais – compreendeu a organização dos sistemas territoriais a partir das metrópoles e centros regionais que compõem a rede urbana do Brasil e que possuem encadeamento funcional entre os diversos níveis de influência, seja recíproco, isto é, entre cidades do mesmo nível, seja hierárquico, dos níveis superiores de polarização para os inferiores. A identificação desses sistemas foi feita a partir de estudo específico de sua dinâmica espacial, com base no fluxo de pessoas, mercadorias e informações, distinguindo como sistemas os conjuntos mais articulados entre si, com contigüidade espacial e dependência funcional. Essas dimensões territoriais assumem diferentes características segundo: o ritmo da urbanização; o nível de adensamento da rede de cidades; o grau de complementaridade entre os centros urbanos que a compõem; e os níveis de desenvolvimento humano atingidos pelos habitantes das cidades que as integram, expressos nos indicadores de renda, alfabetização e acesso aos serviços urbanos básicos. Tais características permitem nova reagregação desses 12 sistemas urbanos regionais em três grandes estruturas articuladas e diferenciadas presentes no processo de urbanização nacional, quais sejam:

- a do Centro-sul, composta dos sistemas urbanos de Belo Horizonte (área de influência de Belo Horizonte), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Juiz de Fora e Vitória), São Paulo (São Paulo, Campinas, Bauru, Ribeirão Preto, Marília, São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Uberlândia), Curitiba (Curitiba, Londrina, Maringá e Florianópolis), e Porto Alegre (Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas e Passo Fundo);
- a do Nordeste, composta dos sistemas urbanos do Meio-norte (áreas de influência de São Luís e Teresina), Fortaleza (Fortaleza), Recife (Recife, João Pessoa, Campina Grande e Caruaru), e Salvador (Salvador e Feira de Santana);
- a do Centro-norte, composta dos sistemas urbanos de Cuiabá (área de Influência de Cuiabá), Norte (Belém e Manaus), e Brasília-Goiânia (Brasília e Goiânia).

A quarta fase do trabalho – Quadro de Composição das Aglomerações Urbanas do Brasil – baseou-se no entendimento de que a grande maioria dos centros já não se res-

tringem a uma unidade espacial circunscrita aos seus limites político-administrativos, mas configura espacialidades integradas por mais de um município. Assim, as aglomerações urbanas correspondem à mancha de ocupação contínua entre pelo menos dois municípios (derivada de periferização ou conurbação), os quais apresentam intensos fluxos de relações intermunicipais, comutação diária, complementaridade funcional, integração socioeconômica decorrente de especialização, e complementação funcional das aglomerações urbanas que podem integrar municípios limítrofes próximos do município-núcleo da aglomeração, independentemente de continuidade de mancha, desde que mantenham fluxos perceptíveis de integração econômica e outras relações intermunicipais intensas.

Na rede urbana brasileira, foram identificadas 49 aglomerações urbanas, 12 classificadas em nível metropolitano.

PARTE I

Região Norte

1 Introdução

Esta parte do estudo tem por finalidade explicitar a configuração atual da rede de cidades na região Norte e suas tendências principais, com base nas relações estabelecidas com a dinâmica da economia. Nas últimas décadas, ocorreram amplas e profundas transformações no espaço regional, em especial a intensificação do processo de urbanização de suas populações, devido a uma complexa combinação de fatores, decorrentes do processo de modernização da economia e da sociedade brasileira.

O aprofundamento do processo de industrialização, centrado na região Sudeste, contribuiu de forma preponderante para que se estabelecessem novas bases para as relações entre as economias regionais, o que é alcançado mediante intenso e amplo conjunto de mudanças da base produtiva regional.

O fortalecimento do *rodoviarismo* – decorrente da centralidade assumida pela indústria automobilística no desenvolvimento da industrialização no país, desde os anos 50, com a ampliação da rede rodoviária e dos seus desdobramentos no sentido da hinterlândia – contribuiu para a criação e a consolidação de novos vetores de penetração e de circulação no interior e entre os espaços regionais, promovendo a reformulação, destruição, segmentação e criação dos fluxos de serviços em geral entre os pólos dos assentamentos. Os principais núcleos da urbanização regional – Belém e Manaus – são reposicionados, com a formação de um progressivo distanciamento entre cidades, o qual leva à destruição da *rede*[1] que dava suporte ao *sistema de aviamento*, eixo da economia da borracha.

A divisão espacial do trabalho que emerge da nova fase da economia nacional caracteriza-se por novos processos de trabalho, capazes de contribuir para a integração dos espaços regionais, num contexto de transformações que, de alguma forma, induzem à transição para novos patamares de modernização, encaminhando para a homogeneização de amplos segmentos produtivos e, fundamentalmente, alterando o padrão de um dado circuito de consumo, como tendência do aprofundamento da industrialização.

Em que pese o esgotamento da economia da borracha, cujo funcionamento constituía a principal fonte de monetização dos espaços econômicos, o espaço regional é pressionado pelos resultados da modernização da indústria e da agricultura no Sudeste e por seus efeitos em termos de reorganização espacial da produção, agora sob forte influência da ação do Estado. A colagem da ocupação regional a determinado padrão de desenvolvimento e o conseqüente vínculo com as necessidades da industrialização resultam de ações indutoras/coordenadoras deflagradas por políticas públicas, que definem e assumem a estruturação dos espaços, direcionando e viabilizando a acumulação. As transformações na base técnica da produção regional, no entanto, são pontuais e não correspondem a um processo generalizado de modernização. Disso resulta que as mudanças ocorridas na distribuição espacial da população regional encontrem no esvaziamento econômico da base extrativa anterior forte componente

[1] Apresentam-se aqui apenas elementos de base econômica presentes no processo da urbanização regional. Cabe, no entanto, evidenciar a necessidade de identificação de aspectos socioculturais que estão na raiz do fenômeno migratório, cujo tratamento ultrapassa as possibilidades deste estudo.

explicativo. São visíveis os sinais do aprofundamento da deterioração dos níveis de vida nas áreas rurais. Por outro lado, a transferência de atividades produtivas terra-extensivas para a região contribuiu para intensificar as operações do mercado de terras, modificando a matriz dos preços da propriedade fundiária e, conseqüentemente, alterando o ritmo e o sentido das transformações ocorridas, ao longo da segunda metade do século XX, na base da produção agrícola, fundada, predominantemente, no trabalho familiar.

O ordenamento da ação do Estado, apesar dos esforços iniciais de centrar-se espacialmente em um pólo (agência de desenvolvimento regional), terminou fragmentando-se e deslocando-se para cada estado da região. As capitais dos estados converteram-se em *nódulos*[2] da rede de ação do Estado, que procurava, principalmente na fase inicial do período pós-1964, dar um caráter sistêmico aos esforços, visando ao desenvolvimento regional, tanto em termos dos subespaços regionais como em termos nacionais. Cada capital tornou-se o *locus* do processamento das determinações mais gerais dos interesses nacionais e de onde encaminha-se a dimensão operacional dos programas de governo e, também, processam-se a tradução e a filtragem das demandas regionais, gerando a retroalimentação para cada novo ciclo de medidas e definição/adequação de rumos.

O processo de mudanças na região Norte conduziu a uma inflexão nas tendências históricas regionais. Esse movimento, o qual aparece como "fortalecimento dos estados", é determinante para a tendência de afastamento dos pólos regionais entre si. Aumenta a "distância" entre as capitais dos estados, que se voltam de forma prioritária, politicamente, para Brasília, onde localiza-se a sede do poder central; e, economicamente, para o Sudeste, *locus* do mercado produtor de manufaturados destinados ao abastecimento do espaço regional.

Essas são determinações fundamentais para o encaminhamento da nova configuração das cidades e do seu ordenamento, no interior da região e nas articulações com as diversas instâncias da dimensão nacional. A articulação direta entre o governo da União e as instâncias do Poder Executivo dos estados federados reforça posições políticas, influenciando a composição e a orientação dos investimentos públicos, sobretudo quanto aos gastos com a formação da infra-estrutura de transportes e saneamento básico, ou com programas especiais no campo da habitação etc.

Esse movimento aumenta, de um lado, a presença das *territorialidades formais*, no contexto das tomadas de decisão; e, de outro lado, como conseqüência do anterior, fortalece as capitais, as quais se constituem em espaços onde se armam as estruturas que permitem a articulação dos interesses econômicos e políticos. Ao intensificar-se a concentração na capital, a emergência de permanentes conflitos encontra resolução no processo de hierarquização que se forma, pondo aquela como polarizadora das forças principais da estrutura de decisões no interior da rede, em cada estado. São gerados e fortalecidos núcleos concentradores das ações significativas para a formação e a reprodução de uma estrutura hierarquizada de cidades no interior de cada estado.

As mudanças no campo econômico – resultantes da emergência de uma estrutura produtiva com maior nível de diversificação e operada com base em técnicas que avançam em modernização, quando se toma como referência a base extrativista anterior – fortalecem a produção interna de valores (maior volume produzido e maior diversidade de produtos) à medida que amplia e aprofunda a divisão do trabalho em cada uma dessas *territorialidades*. A geração de valores contribui para ampliar as bases do mercado regional, tanto em suas relações/trocas internas como nas suas interações com o mercado nacional.

Dessa perspectiva, à medida que avança o processo de gastos públicos, os quais tendem a efetivar-se de modo concentrado, ampliando a oferta de equipamentos urbanos, avança, paralelamente, a concentração de elementos que concorrem para adensar os espaços social e econômico das capitais. Além de centralizar as instâncias hierarquicamente superiores dos serviços públicos, as capitais passam a atrair a montagem de agências bancárias hierarquicamente mais bem posicionadas na rede de cada banco e do sistema bancário por inteiro; avançam na montagem de setores de operação comercial ao atacado; e beneficiam-se com a abertura de áreas de comércio dependentes da dimensão dos mercados (número de consumidores e de níveis de renda), gerando espaços especializados de comércio, ampliando e diversificando serviços relacionados à educação e à saúde, os quais tendem a cons-

[2] Trabalhamos, aqui, com a noção de rede "como um conjunto de nódulos interconectados. Um nódulo sendo o ponto no qual a rede intercepta a si própria (...). O que é um nódulo, concretamente falando, depende do tipo de rede concreta do qual falamos (...). A topologia definida por redes determina que a distância (ou intensidade e freqüência de interação) entre dois pontos (ou posições sociais) é menor (ou mais freqüente ou mais intensa) se ambos os pontos são nós de uma mesma rede do que se eles pertencerem a redes diferentes" (Castells, 1998, p. 469). Assim, a definição de rede urbana coincide, também, com a noção proposta por Corrêa (1997, p. 93): "(...) um tipo particular de rede na qual os vértices ou nós são os diferentes núcleos de povoamento dotados de funções urbanas e os caminhos ou ligações os diversos fluxos entre esses centros (...). A rede urbana é um produto social, historicamente contextualizado, cujo papel crucial é o de, através de interações sociais espacializadas, articular toda a sociedade numa dada porção do espaço, garantindo a sua existência e reprodução".

tituir sistemas hierarquizados, desde a capital até o interior. No caso da saúde, surgem hospitais com maior diversidade de clínicas, notadamente quando a montagem destas se justifica em razão de determinado nível de demanda. No caso do sistema educacional, que tende a uma distribuição espacial hierarquizada, os centros de maior porte passam a contar com *campi* universitários. Há, conseqüentemente, mudança no grau de complexidade institucional, diversificação das bases dos serviços e da produção, que se efetivam em benefício do adensamento urbano das capitais.

Forma-se, portanto, um processo em que cada segmento da rede específica tende a animar os demais e, em conjunto, criam as condições para um adensamento progressivo do espaço urbano da capital, configurando-se um nódulo essencial na articulação dos diversos sistemas que interagem para dar consistência à cidade e à sua posição nas relações com as demais cidades. Essa convergência rumo às capitais formam ali um entrelaçamento de interesses,

> fortes por sua influência junto ao estado, [que] terminam por mudar as regras do jogo da economia e da sociedade à sua imagem. Dotadas de uma capacidade de inovação que a outras não têm, fazem com que o território passe a ser submetido a tensões muito mais numerosas e profundas, pulsações que, vindas de grandes firmas, se impõem sobre o território, levando a mudanças rápidas e brutais dos sistemas territoriais em que se inserem. (Santos, 1994a, p. 51)

O efeito cumulativo dessa evolução é a emergência de fluxos mais freqüentes e mais intensos entre a capital e as cidades de cada estado. O peso da dimensão política na definição da capital enquanto pólo – que pode ter sido preponderante quando da ação de governo a partir dos anos 60 – combina-se, numa relação de reciprocidade, com o avanço da significação econômica de cada capital para a "região estadual". A diferenciação que avança, entre as cidades no interior de cada estado, apresenta, por sua vez, fundamentação mais claramente econômica. A possibilidade da existência de pólos de especialização, ou, simplesmente, de pólos que avançam na produção de maior volume produzido, gerando maior excedente comercializável, ganha expressão no direcionamento, composição, freqüência e intensidade dos fluxos. O aprofundamento ou adensamento da divisão social e espacial do trabalho contribui, portanto, para engendrar novos aspectos de funcionalidade urbana, operando para fortalecer núcleos urbanos antigos e, ao mesmo tempo, promovendo o surgimento de novos núcleos.

Cada capital, assumindo progressivamente as características de nódulos de uma rede, experimenta um processo em que se combinam aspectos que vão deixando de ser predominantemente políticos – ou expressão da ação do Estado – para porem-se com maior clareza como interesses da economia, operando dimensões políticas. Isso não apenas no interior de cada estado, isoladamente. Esse movimento implica uma ruptura fundamental, ao integrar os segmentos das oligarquias regionais na rede dos interesses econômicos mais gerais da economia nacional. O caudal de recursos subsidiados engendra o deslocamento de interesses nacionais, colados ao pólo dinâmico da industrialização, para o espaço regional. As oportunidades econômicas geradas pelo acesso aos favores das políticas, notadamente os referentes aos benefícios fiscais, promovem o encontro entre o nacional e o regional. As capitais posicionam-se como *nódulos* na composição de redes mais amplas, nacionalmente definidas: passam a dar sentido ao mercado interno que se configurara com base no rodoviarismo. A compreensão, de fato, do posicionamento das cidades regionais na rede de comando do poder de Estado permite, portanto, que se entenda o realinhamento do processo de urbanização como um dos vetores de organização territorial da acumulação de capital[3].

Assim, o esforço desenvolvido neste estudo encaminha-se para compreender o *fato urbano* na região, tendo por referência uma topologia definida por redes de cidades segregadas no interior dos estados da região Norte, polarizadas por nódulos – as capitais – que funcionam na articulação não restrita à região estadual. Compreende-se a noção de segregação apenas em termos de intensidade e freqüência dos fluxos entre as cidades (os fluxos mais intensos e freqüentes ocorrem no interior da rede). No entanto, as redes estaduais, nesse processo de adensamento urbano, na fase atual, já delineiam a tendência de uma redistribuição/desconcentração, sinalizando a possibilidade da emergência de novos pólos. Em alguns pontos da região, é possível identificar centros emergentes (potencialmente ou em fase de evidente transição), uma vez que há grande número de pólos urbanos em contato, o que configura uma fase de transição para redes com maior densidade de nódulos.

A caracterização das cidades feita neste estudo tem por referência, portanto, a posição dos núcleos urbanos no interior de cada rede estadual e, a partir dessas, em relação à rede nacional. Dessa perspectiva, chega-se a núcleos (como é o caso das capitais) que, além de darem consistência à noção de rede estadual, realizam a função de nódulos entre a região estadual e o mercado nacional. Outros núcleos realizam funções regionalizadas; são centros tipicamente integradores da rede estadual.

[3] Segundo Becker (1990), o processo de urbanização regional posiciona-se como elemento de uma estratégia de ocupação, cuja formulação/execução realiza-se pelo Estado, numa estreita articulação de interesses públicos e privados com vistas à viabilização da acumulação de capital.

Este trabalho procura evidenciar os aspectos ligados ao desenvolvimento das relações econômicas e sua incidência sobre o processo de formação dos assentamentos humanos, bem como as inter-relações desenvolvidas até a integração desses assentamentos em redes de cidades.

Esta introdução é seguida por uma caracterização da economia regional; neste item, são analisados, em linhas gerais, os movimentos da economia que levam à destruição da base econômica regional fundada na economia do extrativismo gumífero. São examinados os aspectos da formação física e geográfica, as formas de integração regional e as medidas adotadas para a construção de um novo travejamento das estruturas do Poder Público após 1964. Considera-se que a ação de governo assume papel ativo no direcionamento das atividades produtivas regionais. Ainda nesse tópico, examinam-se a formação e os desdobramentos da estrutura do emprego e a dinâmica demográfica regional.

Feito isso, torna-se possível avançar na compreensão dos processos de produção/reprodução da rede urbana regional. Nesse tópico, evidencia-se a ligação das formas e estruturas urbanas ao andamento das formas e objetivos da ocupação da região, a qual se dá, historicamente, associada à economia do extrativismo. No momento atual, no entanto, há sinais apontando para a diversificação produtiva da região Norte, que leva à consolidação de redes urbanas mais complexas.

O tópico final traz uma avaliação das determinações mais recentes, as quais emanam da inflexão sofrida pela ação do Poder Público, que se volta para os espaços regionais, notadamente para a região Norte, mediante uma nova estratégia de desenvolvimento. Nesta, a noção de integração não resulta das determinações postas pelo fortalecimento do mercado interno; ao contrário, esse fortalecimento deverá, agora, ser buscado como uma resultante das formas de integração da base produtiva em um mercado globalizado.

2 Caracterização da Região Norte

A região Norte é um espaço geográfico cuja história está ligada aos primeiros momentos dos esforços de ocupação do continente sul-americano por Portugal e Espanha. Espaço de conflito na definição da partilha entre as duas potências ibéricas, por ele transitaram interesses dos demais países europeus – ingleses, franceses, holandeses – na corrida pelo potencial que o Novo Mundo representava nos quadros do mercantilismo, sobretudo a partir dos idos do século XVI. As fronteiras regionais são fortemente marcadas pelas características físico-geográficas, dado que a ocupação do território efetiva-se a partir do eixo formado pela bacia do rio Solimões-Amazonas. Articulada a esse complexo hidrográfico, a floresta tropical úmida constitui um dos elementos a caracterizar a região denominada Amazônia – parcela maior da região Norte –, como derivação das primeiras impressões e "visões fantásticas" do mundo dominado pelo rio das Amazonas.

A delimitação do que é, hoje, a Amazônia brasileira, por longo período, foi objeto de conflitos e disputas com os países que circundam o espaço amazônico, o qual corresponde a uma área de 3,9 milhões de quilômetros quadrados. As fronteiras da região foram objeto da ação diplomática por longo período, resolvendo-se a sua definição e demarcação já no andamento deste século. Da extensão de 23.086 quilômetros de linha divisória que possui o país, 13.528 quilômetros referem-se às fronteiras da Amazônia com a Venezuela, Guiana, Suriname, Guiana Francesa, Oceano Atlântico, Bolívia, Peru e Colômbia.

Algumas sub-regiões foram integradas ao espaço regional por meio da figura do território federal, forma alheia ao sistema federalista, em sua versão clássica, o que permitiu a intervenção direta da União na gestão de áreas economicamente importantes, posteriormente convertidas em estados federados – caso de Acre, Rondônia, Roraima e Amapá. Hoje, a organização político-administrativa da região está assentada sobre sete estados da Federação: além dos citados ex-territórios, Amazonas, Pará e Tocantins. Este, de criação recente (1988), é resultante do desmembramento da fração norte do antigo estado de Goiás.

Ao lado da diversidade de processos sociais que caracterizam a sua história social e econômica, a região Norte é marcada por complexos ecossistemas naturais que a posicionam entre as regiões portadoras dos mais complexos sistemas de biodiversidade existentes no planeta. Possuindo a forma predominante de floresta densa de mata alta, a composição florestal diversifica-se entre vastas regiões de mata de cipó, mata aberta de bambu, matas serranas e mata seca, além de florestas de várzea, igapó e manguezais. Calcula-se que as áreas de cerrado existentes perfazem mais de 700 mil quilômetros quadrados. Segundo dados da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), as diversas composições florestais apresentam condições de frágil equilíbrio:

> no ambiente terrestre [da Amazônia], o ciclo de nutrientes é essencialmente baseado na cadeia trófica com pequena participação do substrato inorgânico, fazendo com que a modificação da cobertura vegetal possa ser, portanto, desastrosa; e o ambiente aquático, essencialmente lótico, embora com as águas correndo em baixas velocidades, se modificado pela implantação de barramentos artificiais, pode também sofrer irremediáveis degradações. (Sudam/PNUD, 1990, *apud* Buarque *et alii*, 1995, p. 95)

As potencialidades econômicas regionais estão associadas às reservas de recursos naturais, considerados parcela relativamente representativa (cerca de um terço) das disponibilidades com as quais contam os países na atualidade. A região combina reservas florestais da ordem de 300 milhões de hectares de floresta densa com mais de 100 milhões de hectares de floresta aberta, o que corresponde a uma disponibilidade de madeiras em pé da ordem de 45 bilhões de metros cúbicos, segundo dados da Sudam/SDR (1992). Com uma bacia hidrográfica de quase 6 milhões de quilômetros quadrados, a região reúne grande potencial hidroelétrico e recursos pesqueiros, além de vastas áreas de várzeas com potencial agrícola ainda inexplorado[4].

A região possui ainda grandes reservas de minerais tradicionais – ferro, bauxita, ouro e cassiterita – e de minérios com novas aplicações tecnológicas (nióbio, manganês, titânio) (Sudam/SDR, 1992).

Enquanto possibilidade de valorização econômica, as reservas materiais disponíveis em abundância na Amazônia são dependentes de relações decorrentes da natureza técnica da extração e de determinações da realidade social regional em suas interfaces com a sociedade nacional e todas as complexas relações nas quais isso implique. As tendências à universalização de relações sociais e econômicas são permanentemente contraditadas pelo fracionamento e pela divisão dos processos e relações de produção até a escala local. Local e nacional/região e Nação não constituem pontos em uma seqüência de um processo uniforme e único; ao contrário, configuram espaços sociais hierarquizados e diferenciados. A Amazônia, em muitos momentos, é espaço de resolução de inúmeras questões nacionais[5], sem que isso tenha resultado na superação das diferenças e das disparidades que a distanciam do restante do país em termos de renda gerada, de transformações produtivas, de atendimento das necessidades de suas populações etc. As suas possibilidades econômicas estão atreladas ao andamento e às determinações postas pelo funcionamento da economia nacional. Dado que a nucleação da economia nacional pela produção industrial estabelece e dá sentido à dinâmica econômica e à dinâmica do capital fixo e de sua localização, isso implica construir e reconstruir os limites das disparidades intra e inter-regionais.

O produto e o volume produzido, a organização da produção, os processos de trabalho, a tendência – em muitos momentos – à especialização absoluta das estruturas produtivas regionais e os momentos da inclusão e da exclusão são os dados das relações produtivas regionais com a economia nacional/mundial. A Amazônia, neste final de século, apresenta possibilidades de transformação de suas condições internas – produtivas e sociais –, as quais estão condicionadas por suas reais potencialidades e pelo encaminhamento da transição a que se submete o Estado capitalista em geral e o Estado brasileiro em particular. De acordo com a avaliação de Becker (1997), há continuidade nos interesses e nas formas de incorporação dos recursos regionais, desde os "movimentos de fronteira", determinando os atuais momentos da produção regional. Esse movimento pode ser expresso pelo

> vetor tecno-industrial (VTI), herdeiro da economia de fronteira, [que] reúne projetos de atores que vêm assumindo maior expressão em face da crise do Estado, interessados na mobilização de recursos naturais (sobretudo minérios e madeira) e de negócios: bancos nacionais e empresas regionais, nacionais – privadas e estatais – e internacionais, individualmente ou em *joint ventures*. A esses atores se aliam segmentos das Forças Armadas com seu projeto de manutenção da soberania nacional. (Becker, 1997, p. 432)

O vetor tecno-industrial tem como elementos principais o conjunto de grandes projetos minerais e a Zona Franca de Manaus. Caracterizam esses elementos a forma de relacionamento que estabelecem no interior da região. Possuem amplo poder de impacto em termos de desestruturação, enquanto promovem a reorganização do espaço com base em processos excludentes. Por outro lado, ainda de acordo com o pensamento de Becker (1997, p. 432), estão

> articulados por uma logística complexa que inclui redes terrestres (rodo e ferroviárias) e sobretudo de telecomunicações, aeroviária e urbana que garantem os fluxos extra-regionais da região aberta que é a fronteira.

Essas características receberam um reforço significativo com o fortalecimento, nos últimos anos, da concepção de estratégia de desenvolvimento logística-orientada, que busca no aproveitamento de economias geradas com base em escalas globalizadas dos mercados os fundamentos para o processo de crescimento econômico. A noção de mercado nacional, enquanto fundamento da unidade interna da economia nacional, é deslocada para dar lugar a uma visão em que prevalece a articulação dos espaços regionais, não prioritariamente entre si, mas com os mercados mundializados.

[4] Para mais detalhes, consultar Buarque, Lopes e Rosa (1995).

[5] Marilene Corrêa da Silva, *O paiz do Amazonas* (1996), constitui referência fundamental para a compreensão do processo de sucessivas formulações pelas quais passa a articulação entre o regional e o nacional. Processo que, segundo a autora, se desdobra com a aparência de um processo de mutação da visão que a Nação formula para o regional, visando reconstituir seu papel em razão do andamento da questão nacional.

As condições que cercaram a etapa do fortalecimento das ações de fronteira na década de 70 e os resultados alcançados em termos de meio ambiente geraram reações que resultam na formulação do segundo vetor de transformação regional – proposto por Becker (1977) –, incorporando a preocupação com a ameaça ambiental. Trata-se do Vetor Tecno-ecológico (VTE), que envolve projetos preservacionistas e projetos conservadoristas. O primeiro abriga duas concepções com interesses diferentes: por um lado, a consciência ecológica, com vistas à preservação da natureza ecológica como "estoque de vida"; de outro lado, o que Becker (1997) denomina "geopolítica ecológica", que tem por objetivo a preservação como reserva de valor. Os atores associados a este vetor, que circunscrevem o espaço da intervenção, são, de um lado, as organizações não-governamentais (ONG), as quais agem de forma associada com comunidades locais, e, de outro lado, em muitas situações, como entidades de apoio às ONG, os governos dos sete países mais industrializados do planeta (o chamado grupo dos sete) e do Brasil, o Banco Mundial e as Igrejas.

A Amazônia que emerge das transformações ocorridas na década de 70 – em que pese a permanência do povoamento irregular, marca do processo histórico de ocupação pioneira – apresenta diferenças fundamentais das fases anteriores aos anos 60. Segundo Becker (1997, p. 431),

> cresceu e urbanizou sua [da Amazônia] população, mais da metade de seus 17 milhões de habitantes se concentrando em núcleos urbanos; sua economia se diversificou, e a indústria regional tem hoje papel significativo, ocupando o segundo lugar no valor total da produção mineral e o terceiro no valor da produção de bens de consumo duráveis e de capital. A sociedade civil se organizou como nunca antes verificado, e os diferentes segmentos sociais demandam uma política capaz de dinamizar a região.

2.1 Os Pré-requisitos do Período 1980-98

Ao longo de aproximadamente um século, a economia da região amazônica baseava-se na cultura da borracha. A produção gumífera extrativa perdeu posição relativa nos mercados dos elastômeros por dois motivos principais:

- em decorrência das transformações produtivas resultantes da domesticação de espécies da *Hevea*, sobretudo a *Hevea brasiliensis*, e da transferência da base produtiva para o sudeste asiático. O aumento da produtividade do trabalho em condições de produção racionalizada elevou o volume produzido e a produtividade, promovendo a queda – ou a estabilização – dos níveis de preços que viabilizavam a produção regional de base extrativa; e
- em decorrência da produção dos elastômeros sintéticos nos países centrais, inicialmente, e no Brasil, posteriormente, no andamento da década de 60. Articulado ao *cluster* industrial que nucleava os objetivos da política industrial em andamento no país, o início das atividades produtivas das primeiras unidades produtoras de elastômeros contava com várias medidas de apoio, adaptadas das políticas de suporte da borracha natural. Dentre essas medidas, situam-se aquelas relativas à formação dos preços da matéria-prima, as quais passam a estar referidas à produção industrial da "borracha sintética". Esses movimentos levam a um processo de intensa desvalorização do trabalho seringueiro e a rápida conclusão do esfacelamento da economia da borracha.

A partir da Constituinte de 1946, o desenvolvimento e a integração da região ao país passam a constar nos objetivos do governo federal, por meio da implantação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Em 1953, no governo de Getúlio Vargas, são definidos os objetivos principais do Plano, que, apesar de sinalizar medidas visando claramente à diversificação da produção regional, repousa sobre a economia do extrativismo, considerada como aspecto central de suas preocupações e eixo em torno do qual deve articular-se o desenvolvimento social e econômico regional. Naquele momento, a economia da borracha permitia que a Amazônia se ligasse de forma direta e imediata ao andamento das políticas econômicas, isto é, ao esforço de industrialização. Na verdade, a política econômica para a região consistia em articular e dar prosseguimento a uma série de medidas postas em prática na década de 40 – associadas aos esforços de guerra dos aliados –, visando à elevação da produção gumífera regional.

A economia extrativista em geral – e a economia da borracha como um dos seus ramos – constituía o foco privilegiado das ações de governo na condução dos esforços de desenvolvimento regional. A diversificação produtiva seguia a passos lentos, como uma derivação do esvaziamento progressivo do extrativismo da borracha. Essa tendência será modificada com a criação da Sudam (artigo 9º da Lei nº 5.173, de 27/10/1966). O novo organismo substituiu a antiga Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), ampliando sua área de competência, responsabilizando-se pela elaboração, coordenação e o acompanhamento dos planos dos órgãos federais em ação na região, além de operar em interfaces ampliadas com os setores produtivos privados. Ao novo organismo cabiam a definição dos rumos do desenvolvimento e a responsabilidade pela mobilização e alocação dos recursos para o financiamento, dado que funcionaria como gestora de fundos para investimentos privados (Fidam). Também deveria opinar na concessão e nos níveis das alíquotas de subsídios por setor de investimentos.

Competiriam, ainda, à Sudam o planejamento e a implantação da infra-estrutura que viabilizasse a atração de investimentos e de força de trabalho para a região. O Plano de Integração Nacional (PIN) era um dos mecanismos que buscavam financiar

> o plano de obras e infra-estrutura nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da Sudene e da Sudam, e promover sua mais rápida integração à economia nacional. (Decreto-lei nº 1.106, de junho de 1970)

Os objetivos de diversificação, no entanto, não se liberam da economia do extrativismo, devido, também, à predominância dos interesses na identificação e demarcação das potencialidades em termos das reservas minerais da região. O Decreto-lei nº 764, de 15/8/1969, criou a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), cujo objetivo seria atuar criando condições que viabilizassem, preferencialmente por meio da iniciativa privada, a exploração mineral. A CPRM ficaria, somente, com a pesquisa mineral; a descoberta de um campo mineral explorável leva, em geral, à sua licitação pública, para exploração pelo capital privado.

Na seqüência da reforma administrativa pós-1964, a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) constituiu outro dos mecanismos governamentais que exerceram forte impacto sobre o andamento das formas de ocupação da terra e da exploração dos recursos naturais na região. A questão da colonização é perpassada por sérias dificuldades decorrentes da titulação das terras na Amazônia. A dimensão jurídica da propriedade da terra defronta-se com *cadeias dominiais* cuja determinação apóia-se nos termos dos inúmeros tratados internacionais resultantes dos acertos de limites territoriais do país. Ou seja, a titulação da terra fundamenta-se na emissão de documentos dos países que mantiveram o domínio das terras atualmente incorporadas ao território nacional, como é o caso de Peru e Bolívia. Assim, uma das principais tarefas atribuídas ao Incra seria o desenvolvimento de *ações discriminatórias* com vistas à regularização da propriedade da terra. Os resultados dessa tarefa abririam espaço para uma das suas mais importantes prerrogativas: a regulamentação e o acompanhamento da ação privada na implantação de projetos de colonização em áreas consideradas prioritárias para a reforma agrária e nas terras devolutas da União. Além disso, essa ação criaria as bases objetivas para apoiar a ação das estruturas de financiamento apoiadas pelo sistema bancário mediante garantias hipotecárias.

As atividades do Instituto estavam assentadas sobre três setores principais:

- o setor da organização fundiária, encarregado de situar espacialmente o núcleo, delimitar o loteamento, definir as áreas destinadas aos lotes e aos serviços básicos, determinar as condições jurídicas das áreas e realizar os procedimentos da alienação;
- o setor da organização agrária, ao qual se referem duas subunidades – organização social e infra-estrutura social. A primeira seria responsável pela mobilização e organização das populações na área e pela administração dos projetos particulares; e a segunda subunidade, pelo desenvolvimento das ações no campo da educação, saúde e previdência social e de habitação rural; e
- o setor da promoção agrária, também dividido em duas subunidades – uso da terra e economia da terra. A primeira teria por objetivo organizar a produção nas parcelas ou lotes; enquanto a segunda cuidaria da distribuição da produção.

Criado em 1970, o Projeto Radar da Amazônia (Radam) foi um braço operacional do Departamento Nacional de Produção Mineral, órgão do Ministério de Minas e Energia, incorporado ao PIN com vistas ao levantamento dos elementos básicos necessários ao planejamento racional do aproveitamento integrado dos recursos naturais da região amazônica. O projeto previa a operação nos setores de geologia (mapeamento geológico), vegetação (mapeamento fitecológico), solos (mapeamento exploratório de solos e sua interpretação para mapa de aptidão agrícola), geomorfologia, cartografia (mapeamento topográfico) e o uso potencial da terra (mapeamento da avaliação média da capacidade natural da terra).

O desenvolvimento do Projeto Radam envolvia a cooperação entre Ministério da Agricultura (Incra, Ipean, Inpra), Ministério do Interior (Sudene, Sudam, Funai), Ministério da Educação (Universidade de Brasília e do Rio Grande do Sul), Ministério do Exército (DSG), Ministério da Saúde (Instituto Oswaldo Cruz), Ministério dos Transportes (Opema), Ministério do Planejamento (IBGE) e os governos estaduais da região, por intermédio de organismos estaduais de planejamento.

Com o Decreto-lei nº 288, de 28/2/1967, o Ministério do Interior passa a contar com mais um instrumento de intervenção nas condições econômicas regionais: a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), autarquia desvinculada da estrutura administrativa do órgão regional de planejamento – Sudam –, embora vinculada ao seu plano diretor. Constitui objetivo principal do novo organismo a integração da Amazônia ocidental ao restante do país, mediante a criação de um centro industrial e agropecuário. As atividades produtivas implantadas na área operariam em condições fiscais especiais (isenção de imposto sobre produtos industrializados; de imposto sobre circulação de mercadoria; e de imposto de importação e exportação). Posteriormente, algumas dessas isenções foram estendidas para outras faixas do território amazônico.

O resultado desse travejamento dos segmentos da administração estatal, tendo por referência a organização e a orientação do crescimento econômico na região, pro-

porcionou a efetivação de uma das transições pelas quais passará a região: aquela entre a economia da borracha para uma nova fase produtiva e para a formulação de um novo padrão do desenvolvimento regional. Alterando e diversificando as bases dos processos produtivos, ampliando a pauta de produtos, aprofundando e intensificando a incorporação dos recursos naturais, deslocando o uso da terra e promovendo a sua reavaliação, por meio da formulação dos preços da terra num mercado definitivamente nacionalizado, redefinindo a distribuição espacial da força de trabalho, esse novo momento da economia regional repercutirá de forma acentuada sobre a distribuição e as formas dos assentamentos humanos na região.

No período 1960-80, duplicou a área colhida de lavouras permanentes e temporárias, avançando de 432 mil hectares para 925 mil hectares.

Na década de 70, o PIB real regional cresceu a uma taxa média anual da ordem 12,2%, período no qual apresenta um baixo valor para o índice de instabilidade (I = 27; ver Tabela 1), enquanto o PIB brasileiro cresceu a uma taxa de 8,3%.

Conforme Tabela 3, os produtos setoriais – agropecuário (A = 12%; B = 1%), industrial (A = 22%; B = 20%) e de serviços (A = 8%; B = 31%) – apresentaram taxas de crescimento superiores àquelas apresentadas pelos mesmos indicadores tomados para o país como um todo. Nesse período, o setor agropecuário registrou o índice de instabilidade mínimo (I = 1, contra uma variação de 57, apresentada pelo índice referente ao crescimento agropecuário do país).

TABELA 1
BRASIL E REGIÃO NORTE – TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO E ÍNDICES DE INSTABILIDADE DO PIB REAL (1970-80)

País/Região	Taxa Média Anual de Crescimento do PIB (%)[a]	Índice de Instabilidade[b]
Brasil	8,3	8
Norte	12,2	27

Fonte: Gomes e Vergolino (1997).

Notas:

(a) As taxas de crescimento constantes desta tabela foram calculadas com ajuste, por mínimos quadrados, de funções exponenciais (lineares nos logaritmos). Os resultados obtidos por esse método geralmente diferem dos calculados como médias geométricas de crescimento observadas.

(b) Os índices de instabilidade são definidos pela fórmula

$I = |1 - R^2| \times 1000.$

Os valores menores indicam um comportamento mais estável do PIB em relação à sua tendência a longo prazo. Valores maiores do índice I refletem, ao contrário, alta instabilidade de curto prazo do Produto Interno, em cada período considerado.

A localização da produção de determinados tipos de produtos permite acompanhar tendências locacionais fundamentais para a apreensão dos diversos processos ligados à urbanização e às relações que vão estabelecendo-se entre os seus pólos. A produção de grãos, por exemplo, vem apresentando tendência ao aproveitamento de economias de localização – qualidade do solo, mercados locais, acesso a mercados consumidores externos etc. A produção de grãos da região tende a um crescimento estável, ampliando a sua participação na produção nacional: passou de 25,1 milhões de toneladas para 69,4 milhões de toneladas. A participação regional avança de uma contribuição relativa de 0,6 no período 1968-70 para 0,9 em 1992-94. A produção do estado de Rondônia, por exemplo, avança nas mesmas proporções que a produção regional. Com efeito, pode-se identificar na região a conformação de áreas de concentração da produção, bem como verificar a existência de áreas de baixo desempenho produtivo, com fracas tendências a mudanças. Esse comportamento das estruturas produtivas pode ser tomado como indicador da existência de processos de formação/consolidação de mercados regionais.

Uma das conclusões possíveis, quanto ao caráter dessa concentração, pode estar ligada à formação de, pelo menos, três segmentos produtivos:

- um segmento de base familiar e voltado, em maior grau, para cobertura das necessidades de subsistência da unidade produtiva, o que corresponde à produção das áreas que se integram ao mercado por meio de pequenos excedentes, respondendo de forma lenta aos estímulos de mercado;
- outro segmento de base comercial, ainda organizado em bases familiares, mas voltado de forma prioritária para uma produção de mercado, correspondendo a núcleos de maior nível de especialização produtiva; e
- um terceiro segmento de base "empresarial", tecnificado, fundado no trabalho assalariado, concentrando uma produção de caráter especializado, e responsável pela maior parcela da produção regional. Neste segmento, situa-se a produção pecuária.

O setor de serviços, acompanhando a mesma tendência apresentada pelo indicador nacional, contribuiu com a maior parcela na composição do PIB regional: 58%. Por sua vez, a indústria e a agropecuária contribuíam com 18,7% e 21,8%, respectivamente.

A expansão da produção industrial tende a concentrar-se nos estados do Amazonas e Pará, os quais elevam suas participações na composição do PIB nacional de forma significativa. O Amazonas passa de um índice de 0,4%, em 1970, para 1,6%, em 1990; o estado do Pará, com igual participação em 1970, avança para uma participação de 0,6%. Os demais estados apenas conseguem tornar suas participações estatisticamente visíveis para indicadores de uma casa decimal (0,1% em 1980) (Tabela 4).

TABELA 2
REGIÃO NORTE – PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO DE GRÃOS (1968-94 – MÉDIAS TRIENAIS)

País/Região/Estado	1968-70	1974-76	1979-81	1984-86	1989-91	1992-94
			Em porcentagem			
Norte[a]	0,6	0,6	0,8	0,8	1,0	0,9
Rondônia	0,1	0,4	0,6	0,8	0,8	0,9
			Em milhões de toneladas			
Brasil	25,1	39,3	46,0	54,7	59,1	69,4

Fonte: Diniz (1995).
Nota: (a) exclusive Rondônia.

TABELA 3
BRASIL E REGIÃO NORTE – TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO E ÍNDICES DE INSTABILIDADE DOS PRODUTOS AGROPECUÁRIO, INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS (1970-80)

País/Região	Setor	Taxa Média Anual de Crescimento do PIB (%)[a]	Índice de Instabilidade (%)[b]
Brasil	Agropecuário	7,4	57
Norte		12,0	1
Brasil	Industrial	11,1	4
Norte		22,0	20
Brasil	Serviços	6,5	11
Norte		8,0	31

Fonte: Gomes e Vergolino (1997).
Notas:
(a) As taxas de crescimento constantes desta tabela foram calculadas com ajuste, por mínimos quadrados, de funções exponenciais (lineares nos logaritmos). Os resultados obtidos por esse método geralmente diferem dos calculados como médias geométricas de crescimento observadas.
(b) Os índices de instabilidade são definidos pela fórmula $I = |1 - R^2| \times 1000$. Os valores menores indicam um comportamento mais estável do PIB em relação à sua tendência a longo prazo. Valores maiores do índice I refletem, ao contrário, alta instabilidade de curto prazo do Produto Interno, em cada período considerado.

TABELA 4
REGIÃO NORTE – DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL, SEGUNDO OS PRINCIPAIS ESTADOS (1970/75/80)

Em %

Estado/Região	1970	1975	1980
Amazonas	0,4	0,7	1,6
Pará	0,4	0,6	0,7
Demais Estados (RO, AC, RR, AP)	0,0	0,2	0,1
Norte	0,8	1,5	2,4

Fontes: IBGE (Censos industriais de 1970, 1975, 1980 e 1985); e Negri e Pacheco (1992), estimativas para 1990.

Uma determinada esfera da aplicação de capitais – voltada para a produção de bens de consumo e alimentos dentre outros – passa a potencializar a região no entorno e em áreas de acesso mais imediato dos dois pólos da produção industrial. Outro segmento produtivo de peso significativo, dado que apoiado por expressivos investimentos, orienta-se para o mercado externo e busca o aproveitamento do potencial de recursos naturais da região. Assim, os setores agropecuário, industrial e de comércio passam a contribuir para o crescimento do PIB, no período 1970-94, com 18,7 (22,5), 15,3 (25,0), 23,9 (3,6)[6], respectivamente. Do exame dessas contribuições, entretanto, é possível determinar um segundo ve-

[6] A contribuição percentual do setor ao crescimento total do PIB é calculada com base na multiplicação da taxa de crescimento médio anual do produto setorial pela participação do setor no PIB (início do período). A soma das contribuições estimadas é normalizada (valores entre parênteses) para 100. A respeito, ver Gomes e Vergolino (1997).

tor de relações a laborar na constituição de um novo padrão de redes urbanas na região e a influenciar nas suas relações internas e externas: o setor governamental. Este setor contribuiu com 12,3 (15,9) do percentual dos setores para o crescimento do PIB regional, no período 1970-94.

2.1.1 Estrutura do emprego regional

A apreensão das transformações na relação entre campo e cidade constitui um ponto de partida necessário para a compreensão da estrutura do emprego que se delineia nos últimos anos, como decorrência das transformações produtivas. A reestruturação produtiva, que resulta da transferência da terra para alternativas além da produção extrativa, implica novas estruturas de emprego no campo. Assim, as condições sob as quais avança a nova produção regional, a intensidade da diversificação dos processos produtivos com vistas à obtenção de novos produtos e o ritmo da ampliação do universo de diversidade tecnológica como decorrência das formas e objetivos da nova incorporação da terra – grandes e médias parcelas de capitais, pequenos produtores independentes ou associados aos programas de assentamento governamentais e/ou privados – são fatores que influenciam as formas de incorporação produtiva, a distribuição espacial, o padrão e os níveis de bem-estar vivenciados pelas populações regionais.

Apenas em duas áreas, o emprego formal ligado às atividades industriais de transformação, no período 1986-96, apresenta expressão quantitativa: a primeira, no estado do Amazonas – na mesorregião 3 (centro amazonense); a segunda, no estado do Pará – mesorregião 3 (Região Metropolitana de Belém).

A primeira área – mesorregião centro amazonense – é formada por seis microrregiões (5 a 10) e um conjunto de 30 municípios, dentre os quais se encontra o município de Manaus. Essa mesorregião, no primeiro ano da série apresentou o maior nível de emprego: 76.984. Entretanto, termina o período (1996) com 55.318 empregos. Isso ocorreu já em uma fase de recuperação, dado que chegou a registrar apenas 44.489 empregos, em 1993.

A segunda área – mesorregião metropolitana de Belém – é formada por duas microrregiões (7 e 8) e inclui nove municípios, dentre os quais Belém. Em 1986, o nível de emprego formal chega a um total de 40.219, perdendo posição no último ano da série, quando alcança a casa de 31.892, numa clara tendência de declínio persistente.

Com exceção de Tocantins e Rondônia, todos os demais estados da região apresentaram comportamento semelhante na distribuição do emprego formal na indústria da transformação. No Acre, a mesorregião 2 (Vale do Acre), que contém a capital do estado, deteve, em 1996, a

TABELA 5
MESORREGIÕES DA REGIÃO NORTE E BRASIL – EMPREGO FORMAL NA ATIVIDADE INDUSTRIAL (1986/89/93/96)

UF	Mesorregiões Nº	Nome	Número de Empregados			
			1986	1989	1993	1996
AC	2	Vale do Acre	1.314	2.100	1.780	2.575
AC	1	Vale do Juruá	145	146	147	201
AM	3	Centro Amazonense	76.984	85.477	44.489	55.318
AM	4	Sul Amazonense	165	150	9	43
AM	2	Sudoeste Amazonense	75	115	16	18
AM	1	Norte Amazonense	0	2.161	4	7
AP	2	Sul do Amapá	3.874	3.807	1.272	895
AP	1	Norte do Amapá	0	0	7	11
PA	3	Metropolitana de Belém	40.219	41.618	31.902	31.892
PA	6	Sudeste Paraense	9.573	11.587	13.360	14.916
PA	4	Nordeste Paraense	3.916	4.248	3.266	3.802
PA	2	Marajó	1.279	1.755	2.550	2.747
PA	1	Baixo Amazonas	4.779	4.590	3.368	2.333
PA	5	Sudoeste Paraense	799	793	616	683
RO	2	Leste Rondoniense	5.822	8.129	7.580	9.907
RO	1	Madeira-Guaporé	3.836	2.919	1.584	2.522
RR	1	Norte de Roraima	580	562	570	617
RR	2	Sul de Roraima	18	18	18	31
TO	1	Ocidental do Tocantins	928	1.435	2.358	2.393
TO	2	Oriental do Tocantins	69	62	335	338
Brasil			**154.375**	**171.672**	**115.231**	**131.249**

Fonte: MTb/Rais.

maior concentração do emprego formal: 2.575. Após, aparecem as seguintes mesorregiões: ocidental de Tocantins, com 2.393 empregos formais; leste rondoniense (2), com 9.907 empregos; sul do Amapá (2), com 895 (depois de sofrer uma queda de 3.874 empregos em 1986); e, por fim, norte de Roraima (1), com 31 empregos formais.

No caso de Rondônia, o deslocamento do pólo concentrador do emprego formal deve-se ao fato de a mesorregião leste rondoniense conter quatro dos maiores municípios: Ariquemes (101.650 habitantes), Cacoal (83.595 habitantes), Ji-Paraná (95.356 habitantes), Ouro Preto do Oeste (87.258 habitantes). Portanto, há um peso considerável da dimensão populacional na definição dessas condições. Em Tocantins, a mesorregião Ocidental de Tocantins (1) contém o maior município do estado (Araguaína), que exerce forte polarização sobre amplo conjunto de pólos urbanos, além de manter pontos de contatos com núcleos urbanos das regiões com as quais se limita o norte do estado.

O setor agrícola apresenta significativa expansão no número dos estabelecimentos, passando de uma faixa de 261,1 mil em 1970 para 408,2 mil em 1980 e, em 1985, alcançando a faixa dos 499,8 mil. Esse aumento, associado aos movimentos de fronteira ocorridos na década de 70, gera forte pressão migratória sobre a região, contando com a orientação da ação do Estado, que assume a organização dos principais pólos de projetos de assentamento do Incra, notadamente nos estados de Rondônia e Acre. A ocupação, nos mesmos períodos, também indica o crescimento: a população ocupada passa de 934 mil em 1970 para 1,8 milhão em 1980, chegando a 2,2 milhões em 1985 (Tabela 6).

Os gastos públicos, entendidos como somatório dos gastos realizados pelos organismos integrantes dos níveis federais, estaduais e municipais de governo, constituem um dos principais meios de monetização da economia regional, para grande faixa do espaço regional, seja diretamente como empregador – áreas da administração pública –, seja indiretamente, mediante realização de obras públicas. A formação e a modernização das redes escolar, de atendimento hospitalar e ambulatorial, e da infra-estrutura de energia e transportes receberam expressivos incentivos no período, sobretudo nos anos 80. Por meio da *ação distributiva* do Estado, portanto, podem ser desenvolvidas determinações fundamentais para a distribuição/concentração dos serviços em termos espaciais: as capitais dos estados apresentam grande concentração dos investimentos governamentais (infra-estrutura, saneamento básico, programas habitacionais, rede hospitalar, rede de escolas etc.).

Com base nos dados da Contagem Populacional de 1996 (IBGE), em termos relativos as pequenas cidades apresentam as menores participações no emprego no setor da administração pública. Na totalidade dos municípios-capitais, as ocupações no setor da administração pública ficam na faixa compreendida entre 11,5% (Palmas) e 16,3% (Rio Branco). Belém é a única exceção, pois apresenta valor bem abaixo: 8,2%. Entretanto, considerando-se o contingente populacional da capital paraense, esse percentual corresponde a um valor nominal superior ao da maioria das capitais, ou seja, nominalmente o contingente de funcionários públicos no estado do Pará é um dos maiores da região Norte.

Portanto, apesar das limitações orçamentárias dos estados e municípios e dos baixos níveis salariais praticados na região, a "folha de pagamento" dos organismos de governo é um dos principais mecanismos de transferência monetária para a economia.

2.1.2 Dinâmica demográfica regional

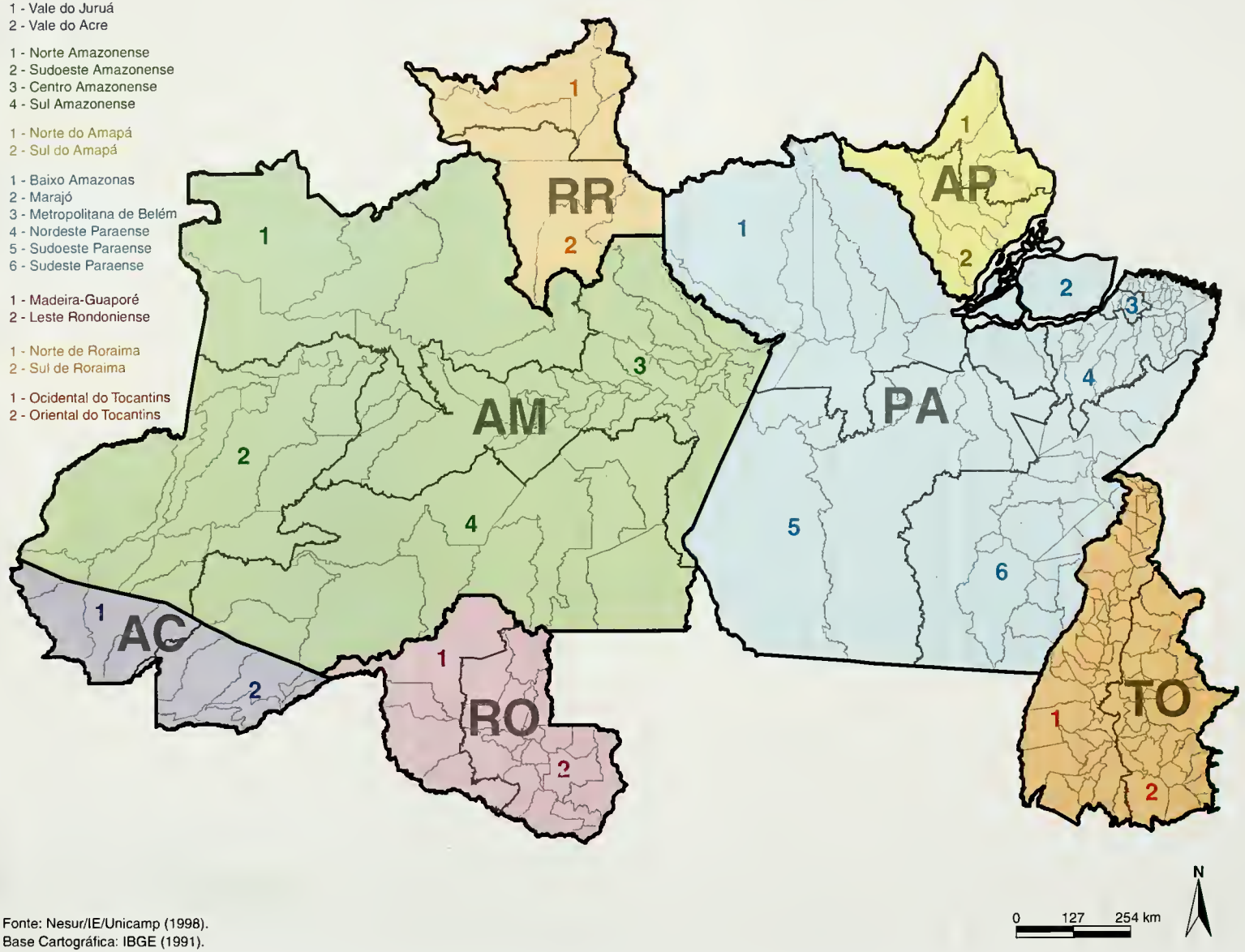
Entre 1970 e 1980, a população regional cresceu a uma taxa média anual de 4,9%, o que corresponde a um crescimento superior à média nacional (2,5%). A população urbana aumentou 6,6% a.a., no mesmo período. Os estados da região com maior taxa de crescimento são: Rondônia (16%), Roraima (6,8%), Pará (4,6%), Amapá (4,4%) e Amazonas (4,1%). Nos períodos 1980-91 e 1991-96, a região continuou a apresentar taxas de crescimento da população total superiores às do país: 3,9% (Brasil, 1,7%) e 2,4% (Brasil, 1,4%), respectivamente, segundo Censos Demográficos do IBGE (1970, 1980 e 1991) e Contagem Populacional (1996).

TABELA 6
REGIÃO NORTE – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, ÁREA E PESSOAL OCUPADO (1970/80/85)

Indicadores	1970	1980	1985
Número de estabelecimentos (em mil)	261,1	408,2	499,8
Área dos estabelecimentos (10^6 hectares)	23,2	41,6	44,9
Área de lavoura (10^6 hectares)	0,6	1,8	2,0
Pessoal ocupado (em mil)	934,0	1.781,6	2.230,2

Fonte: IBGE (Censos Agropecuários de 1970, 1980 e 1985).

MAPA 1
REGIÃO NORTE – MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS (1998)



Fonte: Nesur/IE/Unicamp (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

TABELA 7
BRASIL – POPULAÇÃO AGRÍCOLA E RURAL, POR REGIÃO (1970/80)

Ano	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Brasil
População Agrícola						
1970	**934.024**	7.568.810	3.959.375	4.191.785	927.970	**17.581.964**
1980	**1.781.611**	9.333.166	4.312.211	4.391.819	1.344.930	**21.163.729**
População Rural						
1970	**1.977.260**	16.358.950	10.888.897	9.193.066	2.635.880	**41.581.053**
1980	**2.843.118**	17.245.514	8.894.044	7.153.423	2.430.198	**38.566.297**

Fonte: Santos (1994a).

A população urbana avançou de 1,8 milhão em 1970 para 3,4 milhões em 1980, 5,9 milhões em 1991 e 7 milhões em 1996. Isso corresponde, respectivamente, a taxas de crescimento de 6,6% (1970-80), 5,9% (1980-91) e 3,5% (1991-96), todas superiores à média nacional: 4,4%, 3% e 2,1%, para os mesmos períodos (Tabela 8).

O grau de urbanização da região modificou-se, apresentando tendência de crescimento: 42,6% (1970), 50,2% (1980), 57,8% (1991) e 62,4% (1996). No período 1980-91, ocorreu o menor crescimento do grau de urbanização. Entretanto, no último período, que corresponde à metade dos anteriores, houve um aumento de 5,8 pontos percentuais no valor do grau de urbanização.

Esse crescimento deve-se, basicamente, aos movimentos migratórios internos e às imigrações, aspectos fundamentais para a real compreensão da dinâmica demográfica no período, principalmente entre 1970 e 1980. De forma geral, foram os movimentos migratórios os principais responsáveis pela ampla expansão demográfica ocorrida na região na década de 70, quando o crescimento populacional manteve-se acima de 6% a.a. Nos anos 80, esse aumento não chegou a 4%.

Por outro lado, de acordo com Martine e Turchi (1988) (Tabela 9), as zonas urbanas da região formam os pontos de convergência do contigente de migrantes deslocados para a Amazônia. As zonas rurais chegam a perder população.

TABELA 8
BRASIL E REGIÃO NORTE – TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO URBANA (1970-96)

Em %

Região/País	1970-80	1980-91	1991-96
Norte	6,6	5,9	3,5
Brasil	**4,4**	**3,0**	**2,1**

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991; Contagem Populacional de 1996).

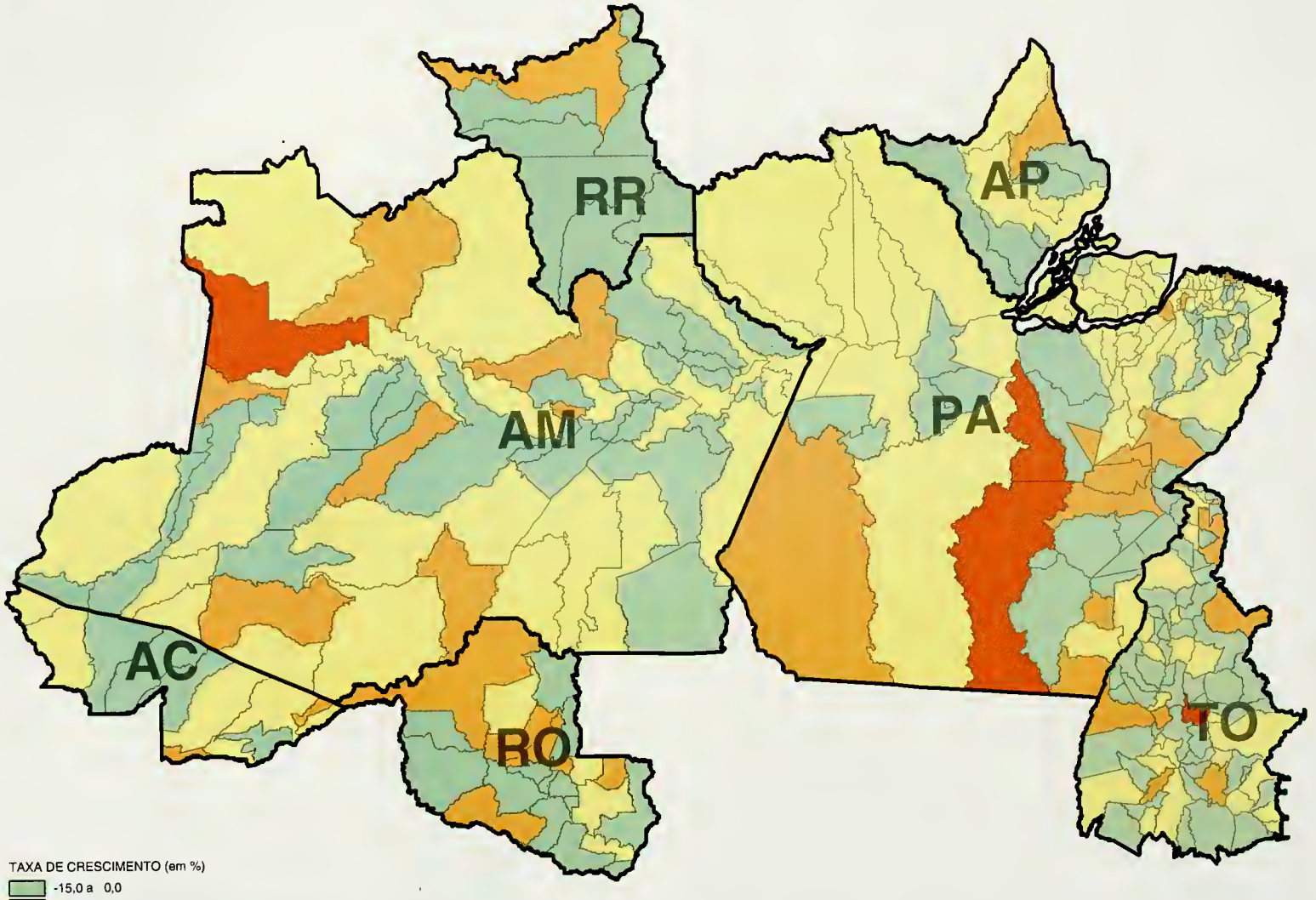
TABELA 9
REGIÃO NORTE – TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO (1960-80)

Em %

Estado	Total		Rural		Urbano	
	1960-70	1970-80	1960-70	1970-80	1960-70	1970-80
Amazonas	-10,7	2,8	-32,7	-44,6	18,9	34,5
Acre	-12,7	-5,3	-25,2	-39,9	20,3	30,9
Roraima	-4,0	26,8	-4,0	-6,7	-4,1	47,8
Amapá	12,5	2,7	7,6	-15,0	16,6	14,9
Pará	-0,6	11,1	16,3	4,2	17,0	18,2
Rondônia	9,2	68,2	-10,7	72,4	26,4	63,2

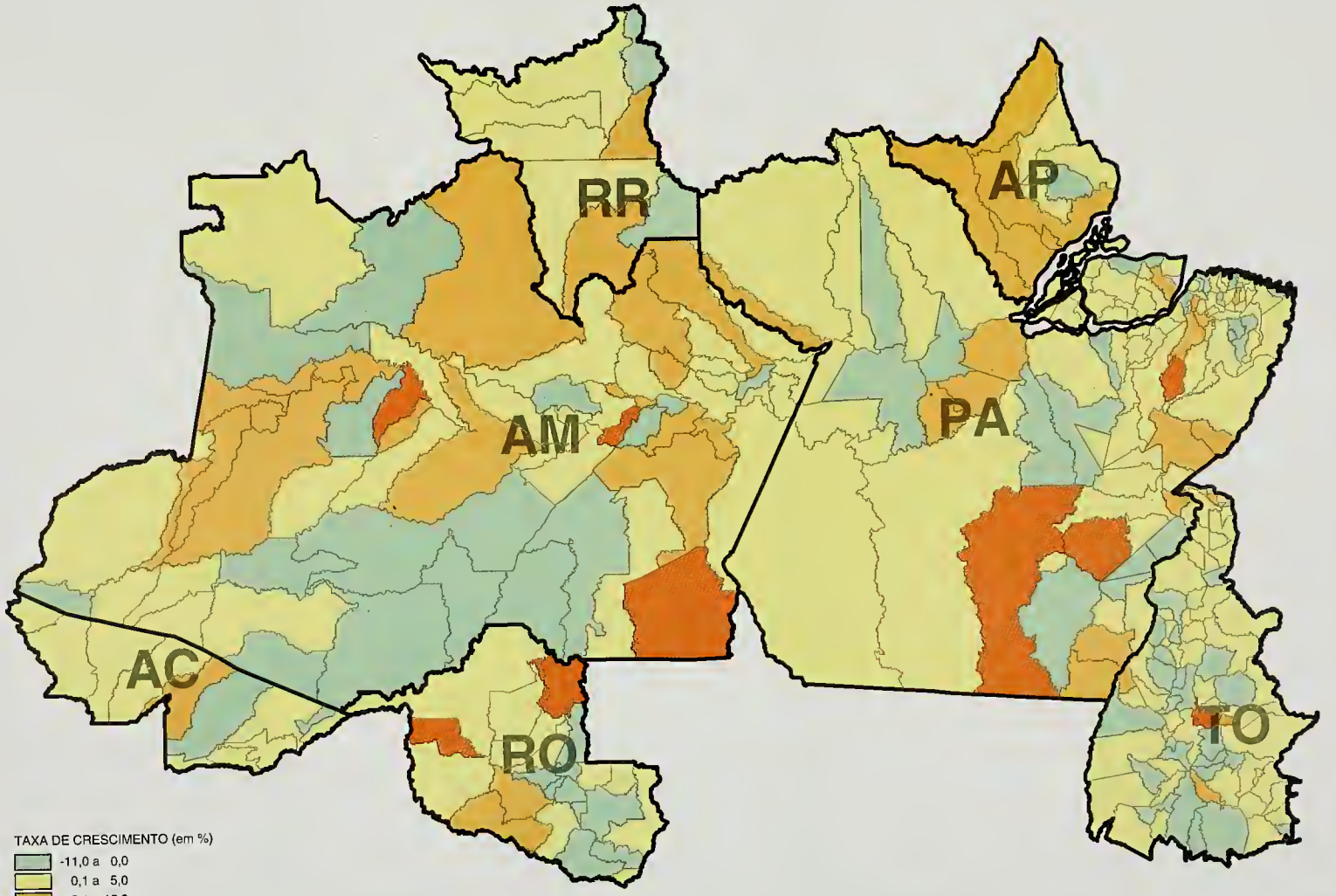
Fonte: Martine e Turchi (1988).

MAPA 2
REGIÃO NORTE – CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL (1980-91)



Fonte: Nesur/IE/Unicamp (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

MAPA 3
REGIÃO NORTE – CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL (1991-96)



Fonte: Nesur/IE/Unicamp (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

Apenas poucas áreas estaduais são pressionadas de forma uniforme, como o território rondoniense, que chegou a apresentar saldos líquidos positivos da ordem de 72,4% no decênio de 70 em sua população rural. Em alguns estados, como Amazonas e Acre, as áreas rurais apresentam, no mesmo decênio, perdas líquidas da ordem de 44,6% e 39,9%, enquanto as áreas urbanas registram saldo positivos da ordem de 34,5% e 30,9%, respectivamente (Tabela 9).

A Tabela 10, a seguir, apresenta a distribuição da população total e urbana dos estados da região Norte.

Enquanto a desestruturação da base produtiva interna concorre para gerar o excedente populacional que se urbaniza, a formação dos excedentes populacionais nas demais regiões do país, especialmente no Sudeste, reforça a tendência à urbanização. A população regional total, em 1991, recebeu 1,4 milhão de migrantes, o que correspondia a 13,4% da população residente. A possibilidade de parcela considerável dos saldos migratórios encaminhar-se para as áreas urbanas inscreve-se na própria história de vida do migrante. Nessas áreas, formam-se excedentes populacionais cujos integrantes já experimentaram a vida urbana e são dotados de conhecimentos sobre processos e técnicas de produção que, em geral, podem resultar em alternativas de investimentos, com base em pequenos negócios próprios, o que é facilitado em momentos da formação de áreas pioneiras.

Por outro lado, os núcleos urbanos regionais, onde se desenvolvem processos de fortalecimento da atividade industrial, como Manaus, Belém e, em menor escala, Rondônia, tendem a funcionar como pólo de forte atração

TABELA 10
BRASIL E REGIÃO NORTE – POPULAÇÃO TOTAL E URBANA (1970/80/91/96)

Região/Estado	População Total				População Urbana			
	1970	1980	1991	1996	1970	1980	1991	1996
Roraima	40.885	79.159	217.583	247.131	17.481	48.734	140.818	174.277
Amapá	114.359	175.257	289.397	379.459	62.451	103.735	234.131	330.590
Amazonas	955.235	1.430.089	2.103.243	2.389.279	405.831	856.617	1.502.754	1.766.166
Pará	2.167.018	3.403.391	4.949.207	5.510.849	1.021.966	1.667.356	2.597.964	2.949.017
Rondônia	111.064	491.069	1.132.692	1.231.007	59.564	228.539	659.327	762.864
Acre	215.299	301.303	417.718	483.726	59.307	132.169	258.520	315.404
Tocantins	516.447	738.884	919.863	1.048.642	127.989	293.442	530.636	741.009
Norte	**4.120.307**	**6.619.152**	**10.029.703**	**11.290.093**	**1.754.589**	**3.330.592**	**5.924.150**	**7.039.327**
Brasil	**93.131132**	**119.036894**	**146.825095**	**157.079573**	**52.083.376**	**80.448.771**	**110.993272**	**123.082167**

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996).

TABELA 11
BRASIL E REGIÃO NORTE – TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO (1970-96)

Em %

Região/Estado	População Total			População Urbana		
	1970-80	1980-91	1991-96	1970-80	1980-91	1991-96
Roraima	6,8	9,6	2,6	10,8	10,1	4,4
Amapá	4,4	4,7	5,6	5,2	7,7	7,1
Amazonas	4,1	3,6	2,6	7,8	5,2	3,3
Pará	4,6	3,5	2,2	5,0	4,1	2,6
Rondônia	16,0	7,9	1,7	14,4	10,1	3,0
Acre	3,4	3,0	3,0	8,3	6,3	4,1
Tocantins	3,6	2,0	2,7	8,7	5,5	6,9
Norte	**4,9**	**3,9**	**2,4**	**6,6**	**5,9**	**3,5**
Brasil	**2,5**	**1,7**	**1,4**	**4,4**	**3,0**	**2,1**

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996).

dos segmentos de migrantes associados à vida urbana. No período 1970-80, a participação relativa da população urbana da capital amazonense em relação à população total do estado chega a quase 33%; no período 1980-90, passa a 48%, ou seja, atinge quase a metade da população do estado.

Apesar do peso relativo das grandes cidades como pólos de atração do processo migratório, a participação relativa da população do município de Belém apresenta tendência de queda: de 29,2% em 1970, passa a 26,9% em 1980 e a 24% em 1991. Esses dados apontam para a melhor distribuição espacial da população entre os assentamentos urbanos do estado. Esse mesmo fato também ocorreu em Rondônia, com o fortalecimento de quatro centros populacionais, além da capital do estado.

No que se refere à distribuição espacial da população regional – para a qual contribui o processo migratório no interior e desde o exterior da região –, destacam-se três aspectos principais, quanto à intensidade e ao sentido dos fluxos:

- tendência, em geral, à urbanização populacional;
- direcionamento dos fluxos migratórios para as capitais dos estados; e
- fortalecimento de centros regionais, especialmente em três estados: Rondônia, onde se desenvolve um conjunto de cidades com população próxima dos 100 mil habitantes; Pará, onde se fortalecem centros historicamente centralizadores do contigente populacional; e Tocantins, onde o principal centro populacional não é a capital do estado, mas Araguaína, uma cidade localizada ao norte que exerce forte presença regional.

3 Evolução e Configuração Atual da Rede Urbana da Região

A região Norte, quando centrada na economia da borracha – situação de predominância de um único produto sobre a produção regional –, constituía um espaço unitário, nódulo na divisão nacional do trabalho, e apresentava um padrão correspondente nas relações com a economia e sociedade nacionais. Essas bases, contudo, rompem-se a partir da década de 60 e, de forma mais evidente, na década de 70. Embora as atividades associadas à exploração dos recursos naturais ainda perdurem enquanto campo de convergência dos investimentos produtivos – campo da mineração, da exploração florestal etc. –, ampliam-se os elementos da produção material na região, recriando as "raízes das complementaridades regionais" com a economia nacional. Essas transformações têm rebatimentos sobre as estruturas dos assentamentos sociais no interior da região, implicando mudanças nas funções das cidades e, por vezes, criando ou refazendo o seu ordenamento. Cada cidade em si tem ampliado o quadro de funções em seu interior e com as demais cidades com as quais se relaciona. As novas articulações com a economia e a sociedade nacionais, por sua vez, passam a depender, portanto, de um conjunto de "nós", em vez de um ou outro "nó" existente quando prevalecia a especialização produtiva quase absoluta.

Na fase de predominância da economia da borracha, Manaus e Belém eram os dois principais pólos, conformando/articulando os fluxos principais entre as cidades e entre estas, em conjunto – a região –, e os mercados nacional e internacional. A estrutura econômica contribuía para "fechar" o espaço regional, fazendo convergir para seus pólos os fluxos necessários para a sua reprodução, o que era facilitado por dois fatores da economia regional[7]: produção altamente centrada num único produto (borracha); e estrutura de transportes assentada nas bacias hidrográficas, que se combinam para articular um eixo central – o grande Solimões-Amazonas. A unidade regional coincidia e era uma expressão da unidade da *rede de cidades* requerida pelo ordenamento dos negócios articuladores do *seringalismo*.

A modernização da base produtiva e a reconversão agrícola no Sudeste, sobretudo no início dos anos 60, rebatem sobre as estruturas regionais, de forma associada e cumulativa com os processos internos, gerando e intensificando as transformações regionais. Conquanto a região não avance de forma generalizada para novos patamares tecnológicos, próximos àqueles praticados nos principais pólos de produção industrial do país, parcela significativa de suas áreas – aquela saída de uma base produtiva dominada pelo monoextrativismo vegetal – sofre mudanças significativas: são alterações nas bases e na temporalidade predominante nas esferas da produção e da circulação econômicas, nos processos de acumulação do capital, enfim, no padrão do desenvolvimento da região. A esses movimentos estão associados o remanejamento da população e a determinação de novas territorialidades. Mendes (1971, p. 35) detecta essas transformações referindo-se à emergência de "forças centrífugas, ao arrepio da geografia, que conduzem à desarticulação regional", construindo novas funções e hierarquias, reformulando e reconfigurando subespaços regionais, com base nos segmentos da rede "linearmente hierarquizada" e fundada em uma economia apoiada no monoextrativismo: a economia da borracha.

[7] A respeito, ver Lima (1994), que trata das características do período constitutivo da especialização produtiva regional sob o seringalismo.

Há, entretanto, particularidades sub-regionais, como no caso do estado do Pará, principalmente. A trajetória histórica desse estado, com referência à fase colonial, corresponde a um longo processo constitutivo de uma rede associada à cidade de Belém, em torno da qual se formaram núcleos de assentamentos e de produção significativos para a determinação das economias de localização em termos econômicos, e se constituíram os elementos da atratividade para o movimento populacional. O peso da atratividade, em fase recente, de Manaus decorrerá de outras fontes, especialmente da convergência, nas últimas décadas, dos principais investimentos voltados para a produção industrial, que buscam o aproveitamento dos incentivos sustentadores do funcionamento da Zona Franca de Manaus. A cidade assenta, pois, sua vitalidade em termos da formação de economias de localização, sobretudo mediante a ação de governo no que tange à redução de faixas de custos.

Desde a primeira metade da década de 60, intensificam-se as transformações nas rotas espaciais dos movimentos de capitais e das populações no interior e no sentido da região Norte. Altera-se a ligação entre o sudeste e o sul da região rumo a oeste, perfazendo a rota que compreende os estados de Rondônia e Acre e o sul do Amazonas e em sentido norte e nordeste, atingindo, em toda amplitude, o leste do Amazonas e sul e leste do Pará até a cidade de Belém. As rodovias federais construídas no contexto das políticas públicas voltadas para a ocupação/desenvolvimento regional – BR-010 (Belém- Brasília); BR-364 (de Cuiabá, no Mato Grosso, a Cruzeiro do Sul, no Acre); Transamazônica (BR-230); Porto Velho-Boa Vista; Santarém-Cuiabá; rodovias estaduais PA-150 e PA-279 – modificam a posição relativa das terras agricultáveis desde o Centro-Oeste até a região Norte. Esses "canais de transporte" proporcionam vantagens decorrentes da matriz nacional dos preços das terras, a qual emerge das transformações produtivas do Sudeste. As terras do Sudeste e do seu entorno, com a reconversão da base produtiva agrícola, posta em marcha a partir da década de 60, elevam os preços da terra, deslocando atividades terra-extensivas no sentido da *fronteira amazônica*.

A possibilidade aberta pela convergência dessas forças – desestruturação da base produtiva regional e possível movimentação de capitais desde o Sudeste – é estimulada pelo regime militar

> com seu projeto de rápida modernização da sociedade e do território, levando ao auge a economia de fronteira. Para tanto, o Estado desenvolveu uma tecnologia espacial, impondo sobre o território uma malha de duplo controle, técnico e político – a "malha programada", constituída do conjunto de programas e planos governamentais –, e abriu múltiplas fronteiras, a maior delas sendo a Amazônia, considerada prioridade para estabelecer o equilíbrio geopolítico interno e externo (Becker, 1997, p. 429).

A dinâmica das variáveis macrorregionais, indicada pelo movimento da população e da produção, manifesta-se, também, no surgimento de novas territorialidades formais: a região Norte apresentou expansão significativa no número de municípios: de 189 em 1987, passa a 298 em 1990.

Nos períodos 1970-80 e 1980-91 (intercensitários), todas as classes de tamanho de município ou área metropolitana da região Norte apresentam taxas de crescimento significativas. Os crescimentos mais expressivos ocorreram nas classes de municípios com população de 50.001 a 100 mil habitantes e de 100.001 e 200 mil habitantes. No primeiro período, a taxa média anual de crescimento dessas duas classes foi de, respectivamente, 7,7% e 6,7%; no segundo período, 4% e 4,3%. Essas taxas estão acima do crescimento médio regional, que foi de 4,9% e 3,9%, respectivamente, nos períodos citados. A Região Metropolitana de Belém apresentou taxas inferiores à média nos dois períodos: 4,3% (1970-80) e 2,9% (1980-91).

TABELA 12
REGIÃO NORTE – NÚMERO DE MUNICÍPIOS E POPULAÇÃO TOTAL POR CLASSE DE TAMANHO

Classe de Tamanho (Hab./Município) ou Região Metropolitana	1970	1980	1991	1996	Nº Municípios
Menos de 5.000	54.024	66.631	101.789	105.297	26
De 5.001 a 10.000	239.494	309.612	378.503	381.967	51
De 10.001 a 20.000	688.763	859.493	1.228.265	1.337.823	91
De 20.001 a 50.000	967.735	1.490.651	2.293.885	2.521.934	83
De 50.001 a 100.000	542.443	1.143.670	1.814.179	2.138.280	31
De 100.001 a 200.000	268.772	515.862	870.527	1.003.303	8
De 200.001 a 500.000	377.686	578.355	929.749	1.069.644	4
De 500.0001 a 1.200.000	311.622	633.392	1.011.501	1.157.357	1
RMB	669.768	1.021.486	1.401.305	1.574.487	3
Total	**4.120.307**	**6.619.152**	**10.029.703**	**11.290.093**	**298**

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996).

As transformações no grau de urbanização confirmam a intensificação do processo, ao apresentar tendência crescente, passando de 42,6% em 1970 a 50,2% em 1980, a 59,05% em 1991 e a 62,4% em 1996. Os estados de Roraima, Amapá e do Amazonas apresentaram o maior grau de urbanização em 1991. No caso do Amazonas, dada a significativa participação de Manaus na concentração da população estadual, pode-se concluir que a capital amazonense pressiona a composição do grau de urbanização estadual.

Da configuração urbana que emerge entre 1970 e 1990, Belém e Manaus ainda se situam como os principais núcleos urbanos regionais; centralizam a maior parcela da população regional e são responsáveis pelos dois principais núcleos de produção industrial, internalizando as principais transformações ocorridas nos setores da produção, sobretudo no setor da transformação industrial.

A convergência dos setores produtivos modernos para Manaus e Belém é resultante da posição que essas duas cidades exerceram como pólos da economia da borracha. Quando se desenvolveram as mudanças mais gerais na economia nacional, que vão rebater na reconfiguração dos espaços regionais, essas duas cidades possuíam vantagens de escala, de diversas naturezas, principalmente as relativas ao potencial de mercados, para contabilizar os interesses criados pelas facilidades fiscais, creditícias e outras acionadas pelas políticas de governo no período. O desenvolvimento desigual impõe-se desde esse movimento orientado pela busca de valorização de capitais e, com este, a formação de pólos de atração demográfica passa a ser decorrência natural.

A rede rodoviária implantada – um dos componentes da ação de governo –, ao recriar os canais de ligações

TABELA 13
REGIÃO NORTE – NÚMERO DE MUNICÍPIOS E TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL POR CLASSE DE TAMANHO OU REGIÃO METROPOLITANA (1970-96)

Classe de Tamanho (Hab./Município) ou Região Metropolitana	Taxa de Crescimento (%)				Nº Municípios
	1970-80	1980-91	1991-96	1970-96	
Menos de 5.000	2,1	3,9	0,6	2,6	26
De 5.001 a 10.000	2,6	1,8	0,2	1,8	51
De 10.001 a 20.000	2,2	3,3	1,7	2,6	91
De 20.001 a 50.000	4,4	4,0	1,9	3,8	83
De 50.001 a 100.000	7,7	4,3	3,3	5,4	31
De 100.001 a 200.000	6,7	4,9	2,9	5,2	8
De 200.001 a 500.000	4,4	4,4	2,8	4,1	4
De 500.001 a 1.200.000	7,4	4,3	2,7	5,2	1
RMB	4,3	2,9	2,4	3,3	3
Total	**4,9**	**3,9**	**2,4**	**4,0**	**298**

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996).

TABELA 14
REGIÃO NORTE – GRAU DE URBANIZAÇÃO, POR ESTADO E REGIÃO (1970/80/91/96)

Em %

Estado	1970	1980	1991	1996
Roraima	42,8	61,6	64,7	70,5
Amapá	54,6	59,2	80,9	87,1
Amazonas	42,5	59,9	71,4	73,9
Pará	47,2	49,0	52,5	53,5
Rondônia	53,6	46,5	58,2	62,0
Acre	27,5	43,9	61,9	65,2
Tocantins	24,8	39,7	57,7	70,7
Região Norte	**42,6**	**50,3**	**59,05**	**62,4**

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996).

entre os espaços regionais, enquanto ação deliberada dos esforços de desenvolvimento/ocupação regional, funciona como mecanismo de desmobilização da unidade regional que prevalecera no período de dominação da economia da borracha. O transporte fluvial, canal da mobilidade econômica da região, é submetido a rápido e intenso processo de obsoletismo econômico, uma vez que impõe à esfera da circulação uma temporalidade inadequada aos tempos de rotação exigido pelos "novos" capitais em operação. Nesse movimento, dá-se o distanciamento de Belém e de Manaus, que perdem contato com os pontos mais distantes da antiga rede de cidades.

A rede que começa a emergir traz uma nova configuração para a região: implica fragmentação no que antes era uma homogeneidade desenhada pela operação do sistema de aviamento, eixo condutor da economia da borracha. As cidades, nessas condições, posicionavam-se como no esquema tradicional proposto por Santos (1988, p. 55), "através de uma série de degraus, de etapas, e galgá-los era crescer em importância, subir na hierarquia, ascender na escala da rede urbana". Costurando essa linearidade, assim funcionou soberanamente Belém, por longo período de tempo. Posteriormente, Manaus emerge em meio à luta concorrencial entre os capitais operadores da economia da borracha, na construção de dois espaços para operação. Aos poucos, no andar deste século, outros pontos formularam sua própria ascensão, mediante o crescimento em importância das articulações políticas, atando os interesses regionais ao andamento das composições do bloco no poder. As demais capitais dos atuais estados federados formaram esses pólos, menores em hierarquia quando comparados aos pólos de Belém e Manaus, mas numa posição acima do que estavam em momentos anteriores.

As novas rotas ligando a região ao resto do país fundaram uma nova fase nas relações entre regiões e, também, contribuíram para redefinir as relações entre as próprias cidades na região. A configuração da atual divisão regional em mesorregiões e microrregiões geográficas produzida para fins estatísticos pela Divisão de Estudos Territoriais (Diter), do IBGE, consegue, no caso da Amazônia, ser uma expressão dessa transformação. A noção de mesorregião – além de captar a predominância dos antigos pólos, que impuseram o peso do seu potencial de concentração, em termos de economia de localização para os movimentos das frações de capital e de força de trabalho rumo à região – permite, também, melhor visão do distanciamento entre esses pólos e as demais áreas regionais. A articulação entre as cidades realiza-se, agora, por relações mais complexas, que explicitam e/ou tornam mais evidentes as territorialidades existentes ou as construídas por pressões geradas pelas transformações recentes.

As estruturas de governo e suas formas administrativas (sua própria organização) contribuíram – ao darem nova dinâmica ao movimento de capitais – para a formação da hierarquia atual entre os centros urbanos, com a qual vão combinar-se hierarquias de outra natureza, para dar sentido a uma *noção de rede de cidades*. A seleção de áreas de operação de incentivos resulta e produz a combinação de um conjunto de interesses das mais variadas naturezas. Em geral, desde que essa seleção tenha por referência a combinação de interesses interiores e exteriores ao espaço regional, resulta no fortalecimento de concentrações existentes – população, infra-estrutura, serviços públicos, serviços privados etc. Dessa perspectiva, esses pontos tendem a ser fortalecidos também enquanto nódulos de redes mais amplas, uma vez que funcionam como núcleos organizadores/mobilizadores dos interesses envolvidos. Os objetivos econômicos podem e são atendidos pela combinação desses interesses. Essa reconfiguração, portanto, tem colaborado para o deslocamento dos interesses regionais, já que promove um movimento que autonomiza centros urbanos da própria dinâmica regional. É o caso da cidade de Manaus, que centraliza um espaço de produção industrial cujo funcionamento é, quase de forma absoluta, autônomo ao andamento da economia regional. A montagem do Distrito Industrial de Manaus contribui para transformar profundamente a dinâmica demográfica do próprio estado do Amazonas, quando deslocou para Manaus quase a metade da população estadual.

Portanto, no período aqui considerado (dos anos 60 aos 80), quando se constrói a estrutura que se desdobra até os dias atuais, a ação do Estado direcionou os vários interesses de ordem histórico e social – sejam internos, sejam externos à região, ou em suas interfaces. A ocupação regional segue os interesses regionais, mas, necessariamente, busca a incorporação dos recursos naturais da região, o que implica realizar o desenvolvimento regional de forma articulada e como demanda da economia nacional, ou seja, contribuindo para formular expectativas de lucratividade, sinalizadoras para o direcionamento espacial das frações de capital, no interior da região. A possibilidade do aproveitamento das estruturas existentes é fatalmente considerada, até mesmo porque a sua construção implica uma lógica e interesses econômicos não restritos à economia regional.

O quadro de transformações pelas quais passou a região Norte resultou no recorte do espaço regional em subespaços, onde se desdobram as relações, articulando redes de cidades, em substituição à rede unitária articulada pelo sistema de aviamento. Da perspectiva econômica, os pontos de contatos entre Belém e demais cidades já não apresentam a estabilidade/necessidade de dar consistência a uma noção de rede na escala da região Norte como um todo, isto é, a cidade de Belém já não organiza, direta ou indiretamente, a vida econômica da região Norte. O mesmo pode ser dito em relação à cidade de Manaus, ape-

sar do aumento de sua importância como pólo de produção industrial. Ambas distribuem os serviços que centralizam para uma área reduzida do espaço regional e apresentam fortes ligações com o interior de cada estado e com as pontas hierarquicamente superiores das cadeias de serviços distribuídas entre as cidades da rede, nas quais assumem o papel de núcleo metropolitano (no caso de Belém) e de centro regional (no caso de Manaus).

As capitais dos estados que compõem a região Norte assumem papel semelhante. No entanto, elas próprias, com maior intensidade e para determinados tipos de serviços, posicionam-se como elo de uma cadeia cuja "cabeça" hierárquica situa-se em outras cidades localizadas em outras regiões, especialmente em regiões metropolitanas, como nas de São Paulo e Rio de Janeiro, do ponto de vista econômico nacional, e em Brasília, no caso dos enlaçamentos dependentes da intermediação das instâncias do Estado.

Em geral, as capitais constituem-se em pólos que articulam as cidades em cada um dos estados e estes com outros segmentos da rede nacional de cidades.

Daí a opção de se avaliar a rede urbana com base no estado – *territorialidade formal* –, procurando dados que levassem a melhor caracterizar as relações de *centralidade* e a constituir *segmentos* e *nódulos de rede*. Esses indicadores devem ser combinados para que se chegue à compreensão funcional das cidades e das tendências apresentadas pelos núcleos urbanos quanto à concentração de pessoas e ao padrão de desenvolvimento das atividades econômicas. Com isso, é possível chegar a uma aproximação razoável do quadro urbano regional, dado o baixo nível de complexidade do atual processo de urbanização da região.

De acordo com os dados do IBGE (Contagem Populacional de 1996), a região Norte possui um total de 130 centros urbanos com população superior a 20 mil habitantes. Tomando os centros por classes de tamanho, as taxas de crescimento da população variam de 3,8% (centros com população entre 20 mil e 50 mil habitantes) a 5,2% (centros com população entre 100.001 e 200 mil habitantes). Belém apresenta uma taxa de crescimento igual a 3,3%, índice superior à maior taxa de crescimento para classes inferiores a 20 mil habitantes. Esses dados mostram a dinâmica do processo de urbanização pelo qual passa a região, elevando a concentração nas cidades de maior porte. Em termos nominais, a população urbana da região Norte passa de 3,3 milhões em 1980 para 7 milhões em 1996 – um crescimento nominal, portanto, de 3,7 milhões.

Do conjunto dos 60 centros com população superior a 20 mil habitantes, 31 estão no estado do Pará; sete no Amazonas; 10 em Rondônia; sete em Tocantins; dois no Acre; dois no Amapá; e um em Roraima.

Dentre os municípios da região Norte com população superior a 20 mil habitantes, 10 possuem mais de 100 mil habitantes, dos quais quatro localizam-se no Pará, um em Rondônia, um no Acre, um no Amazonas, um em Roraima, um no Amapá e um em Tocantins.

Tomados em sua totalidade, os municípios da região Norte são predominantemente rurais, segundo a tipologia proposta pelo IBGE (Censo de 1991). As disparidades em termos de dimensionamento do povoamento evidenciam-se em um ordenamento decrescente: inicia-se por uma aglomeração metropolitana (Belém), passa-se, a seguir, para apenas dois municípios considerados como urbanos de grandes dimensões (Manaus e Porto Velho) e 11 municípios urbanos de médias dimensões demográficas, dentre os quais se incluem três capitais de estados (Rio Branco, Macapá e Boa Vista). (Tabela 15).

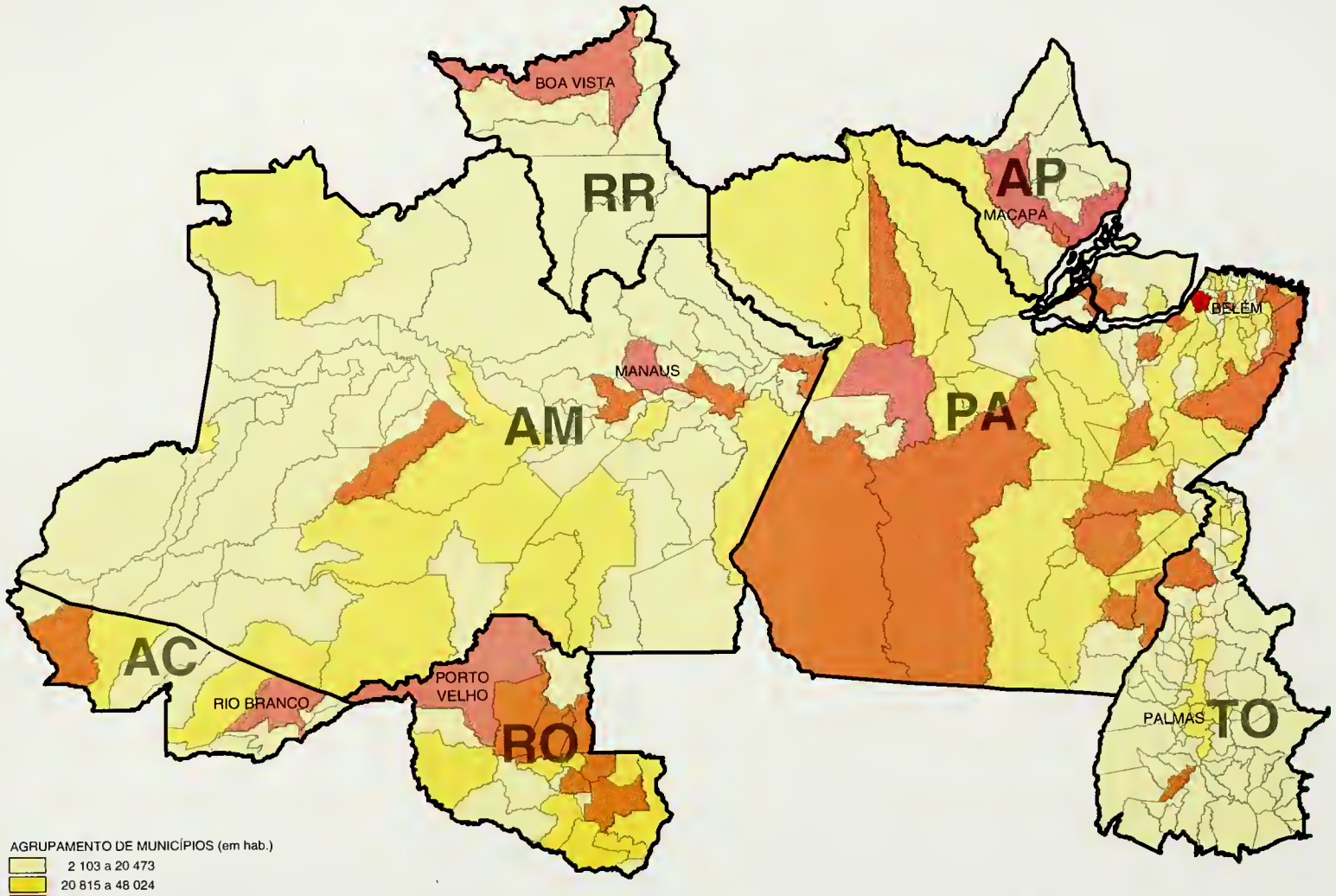
Os estados de Rondônia e Pará apresentam a maior diversidade nessa tipologia, indicando a maior complexidade de suas redes de cidades. A ausência de posições na primeira casa, para o estado do Pará, decorre da formação da Região Metropolitana de Belém. O demais estados tendem a apresentar maior incidência de municípios do tipo 7 (municípios rurais de pequenas dimensões demográficas).

TABELA 15
REGIÃO NORTE – TIPOLOGIA(*) DOS MUNICÍPIOS (1998)

Estado	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7
Rondônia	1	1	2	2	4	3	10
Acre	–	1	–	–	2	1	8
Amazonas	1	–	1	4	11	–	45
Roraima	–	1	–	–	1	4	6
Pará	–	4	2	9	17	–	66
Amapá	–	2	1	–	4	–	2
Tocantins	–	2	7	–	24	–	45

Fonte: IBGE (Estudo *Tipologia dos Municípios Brasileiros 1991*).
Notas: (*) Tipologia = População – Taxa de Urbanização – PEA. Municípios não pertencentes a regiões metropolitanas.
Tipo 1 – Municípios urbanos de grandes dimensões demográficas.
Tipo 2 – Municípios urbanos de médias dimensões demográficas.
Tipo 3 – Municípios urbanos de pequenas dimensões demográficas.
Tipo 4 – Municípios em transição de médias dimensões demográficas.
Tipo 5 – Municípios em transição de pequenas dimensões demográficas.
Tipo 6 – Municípios rurais de médias dimensões demográficas.
Tipo 7 – Municípios rurais de pequenas dimensões demográficas.

MAPA 4
AGRUPAMENTO DE MUNICÍPIOS POR ANÁLISE DE *CLUSTER* (1998)



Fonte: Nesur/IE/Unicamp (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

4 Redes Estaduais da Região Norte[8]

4.1 Estado do Pará

Belém, que desempenhava a função de *cidade primaz* na estruturação da rede de tipo *dendrítica*, como proposta por Corrêa (1997), tem sua função alterada quando se fortalecem as interações entre novos núcleos em franca expansão e diversificação funcional. Esses movimentos fundam novas *relações* e *nós*, refazendo as articulações com a rede urbana nacional.

A posição de Belém altera-se no contexto urbano regional, como decorrência da combinação de dois movimentos principais. Em primeiro lugar, ocorre um redimensionamento da sua área de influência, quando se conformam quatro novas áreas regionais submetidas à influência de outros centros, consubstanciando novos subsistemas urbanos regionais: Rondônia, Acre e Amazonas. A criação do estado de Tocantins em 1988 e a sua vinculação administrativa à região Norte formam uma "adição regional", com formação histórica diferenciada do espaço amazônico. Em segundo lugar, o estado do Pará, graças ao posicionamento de Belém, herdado da configuração urbana anterior, avança no fortalecimento da rede urbana regional de maior complexidade, fundada em sistemas de integração dos quais Belém posiciona-se como núcleo. Essa nucleação exercida por Belém decorre, principalmente, de fatores de duas naturezas: de sua posição na configuração de região metropolitana (capital, área de concentração dos serviços da administração pública e centro principal dos serviços privados); e da constituição de uma área de influência sobre subsistemas onde pontuam centros como Santarém (população urbana de 123,4 mil habitantes), Itaituba (população urbana de 95,6 mil habitantes) e Marabá (população urbana de 106,6 mil habitantes) na posição de centros urbanos nucleadores de subsistemas de cidades no estado do Pará. Nessa classificação, prevalecem os aspectos funcionais, dado que, em termos populacionais, existem centros tais como Ananindeua (341,3 mil habitantes) de maior peso, mas que integram a Região Metropolitana de Belém. Esses componentes da região exercem grande influência sobre os subsistemas no estado.

A aglomeração metropolitana de Belém incorpora, no período, um dos padrões industriais em desenvolvimento na região: aquele marcado por maior diversificação produtiva e – em que pese a formação de pólos nitidamente voltados para o comércio externo – forte referência nos mercados internos como base de realização. O emprego formal na atividade industrial, apesar de apresentar queda no período 1986-96, passando de 40,2 mil para 31,9 mil empregos – o que implica queda na participação do emprego nacional (0,7% para 0,6%) –, ainda constitui o segundo maior contingente regional na categoria. Do conjunto das mesorregiões que compõem a divisão administrativa do estado do Pará, apenas o sudeste paraense (mesorregião 6) apresentou crescimento significativo no emprego formal em atividade industrial, quando melhorou a sua posição na formação do emprego nacional, passando de 0,2% para 0,3%. A variação positiva do emprego nas atividades industriais das demais mesorregiões não chega a compensar, em termos nominais, a perda da participação da região metropolitana. É possível, no entanto, que esteja ocorrendo uma redistribuição/descentralização da atividade produtiva industrial em benefício do entorno metropolitano.

Belém tem uma distribuição muito particular da PEA: seu setor agropecuário apresenta baixa participação no emprego, 2,7%, enquanto os setores de ocupações administrativas (16,2%), ocupações técnicas (11%), prestação de serviços (24,6%), serviços sociais (11,8%) e administração pública (8,2%) contribuem expressivamente. Centros urbanos do entorno metropolitano tendem a apresentar melhores participações nas áreas industriais do que o de Belém. A participação de Ananindeua, Barcarena, Benevides e Castanhal, na indústria de transformação, foi de 12,5%, 16,1%, 12,8% e 13%, respectivamente, enquanto a de Belém foi de apenas 9,4%. Há, no conjunto dos municípios da região metropolitana, situações de franca predominância de produção agropecuária: em Santo Antônio e Santa Isabel, por exemplo, 49,7% e 31,5%, respectivamente, da PEA está alocada em atividades agropecuárias.

Distanciando-se da área de influência da região metropolitana – segundo o Regic, em níveis de centralidade de *forte* para *médio* e *fraco*, respectivamente –, Marabá e Itaituba exercem importante papel como nódulos na configuração sul da rede urbana estadual. Marabá na articulação do segmento que tem por eixo a rodovia BR-158, e Itaituba nas proximidades da confluência das rodovias BR-163, BR-230 e a malha fluvial, através do rio Tapajós, que realiza o enlace com a cidade de Santarém.

[8] Esta classificação da rede urbana da região Norte guarda alguma diferença com relação à classificação final da rede urbana do Brasil apresentada no volume 1 e que se encontra nos Anexos deste volume (Tabelas A.10 à A.14). Na finalização dos trabalhos o processo de análise conjunta das demais redes urbanas das grandes regiões do país, bem como a consideração de outros indicadores e critérios resultaram em sua alteração.

Santarém exerce função de caráter mais amplo, ao se posicionar como nódulo na ligação entre as áreas de influência de Manaus e de Belém, ou seja, funcionando como nódulo tanto da rede urbana estadual como da rede regional. Segundo o levantamento do Regic, Santarém posiciona-se, em relação a Belém e a Manaus, em um nível de centralidade *médio*.

Marabá, mantendo sob sua área de influência a província mineral de Carajás, posiciona-se de forma estratégica em corredores de transportes, os quais permitem o contato com os estados do Maranhão e de Tocantins. Contudo, contatos com regiões do Tocantins são mais restritos. Mato Grosso, por sua vez, aproxima-se do sul do Pará também pela articulação constituída pela área de influência de Itaituba.

Do ponto de vista da distribuição da força de trabalho, verifica-se, em cada centro considerado, a tendência à diversificação do emprego.

Santarém possui 8,5% da PEA em ocupações administrativas, 31,3% no setor agropecuário, 15,2% no setor do comércio de mercadorias, 15,4% no setor de prestação de serviços, 6,9% no setor da indústria de transformação e 8% no setor de serviços sociais.

Marabá tem 11% da PEA em ocupações administrativas, 18,9% no setor agropecuário, 9,7% no setor da indústria de transformação, 15,3% no setor do comércio de mercadorias, 20% no setor de prestação de serviços e 8,3% no setor de serviços sociais.

Itaituba apresenta 9,1% da PEA em ocupações administrativas, 23,2% no setor agropecuário, 32,1% no setor "outras indústrias", 13% no setor do comércio de mercadorias, 13,6% no setor de prestação de serviços e 4,9% no setor de serviços sociais.

Em Itaituba, Santarém e Marabá, o setor dos serviços públicos incorpora parcelas distintas da PEA para a formação do emprego: 3%, 3,9% e 7,7%, respectivamente. Esses dados sinalizam a existência de um possível processo de desconcentração dos serviços públicos, historicamente centralizados na sede do Poder Executivo estadual. No caso da região Norte, esse aspecto é de fundamental importância para a classificação funcional dos centros urbanos.

O conjunto dos centros urbanos com menos de 20 mil habitantes – 74 em seu conjunto – apresenta forte concentração da PEA no setor agropecuário, na sua maioria ultrapassando a casa dos 50%, chegando ao limite de 87%.

4.2 Estado do Amazonas

Manaus constitui o centro urbano onde se desenvolve o segundo padrão da industrialização da região Norte. Sede da Zona Franca de Manaus, o município de Manaus – mais especificamente, a cidade de Manaus – funciona como pólo de atração do movimento migratório do interior do estado do Amazonas, dando a maior contribuição regional para a formação do emprego industrial do país: segundo levantamento de 1996, a mesorregião centro amazonense, onde se localiza Manaus, contribui com 55.318 empregos formais na atividade industrial. No período 1986-96, diminuiu a quantidade de postos de trabalho, quando o número de empregos passou de 76.984 para 55.318. A participação da mesorregião na formação do emprego nacional cai de 1,4% em 1989 para 1,1% em 1993, depois de recuperar-se de rápida queda.

Em Manaus, município urbano de grande dimensão, segundo a classificação proposta pelo IBGE, fortalece-se um pólo de produção voltado para o mercado nacional, centrado na montagem de produtos do setor eletroeletrônico. O fortalecimento de um pólo de produção industrial numa região deprimida, como é o caso da região de influência de Manaus, rebateu de forma intensa sobre as condições de geração da renda regional, criando forte atração para o conjunto das cidades amazonenses. De acordo com levantamentos sobre a dinâmica demográfica do estado do Amazonas (Moreira e Moura, 1997), a principal origem dos migrantes que alcançam Manaus é o interior do estado, em que pese a pressão significativa de fluxos migratórios de origem extra-estadual. Por outro lado, a tendência de expansão do núcleo urbano deve manter-se ao longo da década, dado que persiste a migração intra-estadual de tipo campo/cidade, de intensidade relativa, semelhante à da década de 70.

A população total de Manaus alcançou 1.157.357 habitantes, dos quais 1.150.193 estão urbanizados, enquanto a população na área rural do município é de 7.164 pessoas, segundo dados do IBGE (Contagem Populacional de 1996). Portanto, o grau de urbanização do município de Manaus é de 99,4%, índice bem acima da média estadual, que é de 70%.

A distribuição da PEA, entre as atividades produtivas no município de Manaus, está associada a uma composição do emprego municipal marcada pelas atividades industriais, fortalecidas com o desenvolvimento do Distrito Industrial de Manaus na formação do emprego. Dentre os setores que mais contribuem para a formação do emprego municipal, destacam-se as ocupações administrativas e as ocupações técnicas, com 16,6% e 9%, respectivamente; a indústria de transformação, com 22,6% da PEA; o setor de comércio de mercadorias, com 17,4%; o setor da prestação de serviços, com 17,3%; e o setor da administração pública, com 7,1%.

O grau de especialização produtiva do município e o seu peso sobre o conjunto regional que o circunda imprime características particulares nas relações que desenvolve entre as cidades na sua zona de influência. A produção industrial que se desenvolve não se volta para o mercado regional. Manaus é, na verdade, um pólo produ-

tivo avançado do núcleo da industrialização do Sudeste e tem no mercado nacional a base de realização do seu produto industrial. Assim, o desenvolvimento da organização produtiva de Manaus não corresponde a um processo de adaptação às demandas do seu entorno regional. Essa integração poderia ter induzido o desenvolvimento de áreas de produção, a formação de pólos centrados em atividades complementares na esfera industrial ou no atendimento de outras demandas de consumo do centro urbano, mas não foi o caso. Os efeitos da formação do núcleo de produção industrial, em verdade, não funcionaram como elemento industrializante do espaço regional, como propugnado nos objetivos que levaram à criação da Zona Franca de Manaus. Esta tem o caráter de uma economia de enclave.

O Amazonas conta com apenas seis centros urbanos com população entre 20 mil e 50 mil habitantes e com um conjunto de 55 centros cujo número de habitantes não chega a 20 mil habitantes. Para esse conjunto, a maioria da PEA está alocada no setor agropecuário, em proporções que vai de 38,1% (Tabatinga) a 88,7% (Itamarati); na maioria dos municípios que englobam esses centros urbanos, o setor agropecuário contribui com mais de 50% do emprego.

O grau de centralidade de Manaus, por outro lado, está bastante condicionado pela localização espacial dos assentamentos urbanos, a qual é decorrência das possibilidades de transportes existentes: a malha fluvial da região desenha o roteiro da distribuição das cidades e as suas ligações. Dessa perspectiva, é possível apreender momentos de articulação entre localidades do estado do Amazonas e centros urbanos de outros estados, formando espaços de centralidade. É o caso de Eirunepé e Envira que, mesmo formando um eixo de comércio entre Manaus e Cruzeiro do Sul, tem neste último centro a base de fornecimento de serviços. Boca do Acre está visivelmente subordinada a Rio Branco, centro ao qual se liga por rodovia, enquanto mantém com Manaus contato por via fluvial.

Dadas as características da estrutura urbana de Manaus, pode-se dizer que há um espaço típico de *parcela deslocada* de metrópole, quando se considera a interação entre a sua produção e os centros urbanos como São Paulo. O deslocamento da produção industrial para a Zona Franca de Manaus deve-se, fundamentalmente, ao aproveitamento dos subsídios fiscais. Não existem evidências de outros fatores indicando a ocorrência de *economias locacionais* típicas dos aglomerados industriais, sobretudo quanto ao aproveitamento de densidade de mercados consumidores.

4.3 Estado de Rondônia

Rondônia constitui um dos mais fortes resultados das transformações de fronteira, em andamento desde os anos 70. Segundo dados do IBGE (Contagem Populacional de 1996), a população de Porto Velho, capital do estado, chegou a 324.737 habitantes, dos quais 249.675 estão no centro urbano e 75.062 na área rural do município. O grau de urbanização do município, portanto, já alcança a casa de 77%. O estado conta com 10 cidades com população urbana superior a 20 mil habitantes e 13 municípios com população urbana inferior a 20 mil habitantes. Ariquemes e Ji-Paraná ultrapassam a faixa dos 50 mil habitantes na área urbana; Cacoal e Vilhena aproximam-se dos 50 mil habitantes.

Com exceção de Porto Velho, o estado é predominantemente agrícola. Apenas Vilhena e Guajará-Mirim, municípios antigos, apresentam baixa participação do setor agropecuário na formação do emprego municipal (14,6% e 18,6%, respectivamente); nos demais municípios, essa participação varia de 40% a 80%.

Uma das marcas mais evidentes na formação das cidades, no período, é a sua relação com o roteiro da ocupação espacial. O eixo rodoviário, notadamente a BR-364, constitui a principal referência para a circulação entre as áreas de assentamento. Por outro lado, é possível identificar, na atual caracterização dos centros urbanos, a motivação econômica que animou os movimentos de fronteira na região: a agropecuária.

No tocante à centralidade, são evidentes as ligações de subordinação dos núcleos urbanos à capital do estado, com alguma indicação de um incipiente movimento de descentralização, rumo aos centros em desenvolvimento, como é o caso de Ariquemes, Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste e Cacoal.

O peso de Porto Velho, no entanto, em termos de organização da base de serviços, ainda é preponderante, o que impede a existência de movimentos significativos de desconcentração. Esse centro urbano concentra 16,8% da sua PEA em ocupações administrativas; 14,9% no setor de comércio de mercadorias; 19% no setor de prestação de serviços; 11,2% no setor de serviços sociais; 13,6% no setor de administração pública. Na classificação proposta pelo IBGE, Pórto Velho e Manaus são os dois únicos municípios urbanos de grande dimensões demográficas da região Norte.

Considerando-se a composição da ocupação em termos relativos, nos casos dos municípios de Ariquemes, Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste, Cacoal, verifica-se certa semelhança com Porto Velho. Entretanto, cabe considerar os valores nominais das populações para que se fixe o peso da capital na organização e na prestação dos serviços, no conjunto da rede urbana em seu desdobramento no sentido do interior do estado.

No estado de Rondônia, em que pese a força da atração que a organização administrativa exerce sobre a estruturação dos serviços, os quais se orientam, predominantemente, para os pólos de concentração na capital, há

evidências de possível crescimento dos níveis de centralidade de outros centros urbanos que emergem da expansão demográfica e produtiva recente na região. Há que se considerar, nesse caso, a localização de Porto Velho, nos limites norte do estado, distante dos principais centros urbanos do país e, portanto, das principais fontes de prestação de serviços de qualquer natureza. Além disso, o surgimento de importantes centros econômicos ao longo do eixo da BR-364 aponta para a emergência de centros regionais com peso suficiente para alterar a hierarquia da rede.

4.4 Estado do Acre

A organização espacial do estado do Acre tem forte marca da dinâmica da economia da borracha: iniciou-se como decorrência do *boom* da exploração gumífera e foi sendo modificada ao longo do processo de esvaziamento econômico da atividade. A estrutura atual dos núcleos urbanos, no entanto, foi também – e profundamente – marcada pelas transformações de fronteira, desde os anos 70.

O estado conta com apenas dois centros urbanos com população superior a 20 mil habitantes: Rio Branco, a capital do estado, com população total igual a 243.624 habitantes; e Cruzeiro do Sul, com população total igual a 75.818 habitantes, segundo a última contagem populacional do IBGE. O primeiro apresenta grau de urbanização de 83,8%; e o segundo, de 46,8%.

O estado do Acre é marcado pela separação existente entre dois "segmentos de redes"[9], os quais resultaram da localização espacial da população, dadas as características geográficas da ocupação pioneira. A mesorregião 1, Vale do Juruá, corresponde a um conjunto de municípios articulados em torno da cidade de Cruzeiro do Sul, a qual estende sua área de influência até municípios do estado do Amazonas, em um eixo de comércio que vai até Manaus. Pesam na definição dessas articulações, além do distanciamento de outros centros de maior porte, as restritas possibilidades de circulação por transporte fluvial – bacias do Juruá e do Tarauacá. Cruzeiro do Sul tem 12,8% da sua PEA no setor de serviços sociais, 11,3% no setor da prestação de serviços e 7,5% no setor do comércio de mercadorias. O centro urbano apresenta, relativamente, condições superiores aos demais municípios localizados em suas imediações, estabelecendo graus de centralidade em sua direção.

Rio Branco tem, no que concerne à composição da ocupação, 16,3% da PEA na administração pública; 16,3% em ocupações técnicas; 17,4% no setor de serviços; e 14,3% no setor do comércio de mercadorias.

O deslocamento da ação produtiva, com a desmobilização da força de trabalho nos seringais e os movimentos de imigração, deu-se no estado do Acre, de forma predominante, no sentido do setor agropecuário, o qual constitui o principal *locus* da ocupação. Mesmo na capital do estado, parcela significativa da PEA está alocada no setor agropecuário: 13,6%.

No tocante à centralidade, o conjunto dos núcleos urbanos do estado subordina-se a Rio Branco. Há, no entanto, diferenças de grau a serem consideradas: o conjunto de municípios da mesorregião 2, Vale do Acre, subordina-se de forma mais efetiva à capital, enquanto os municípios da mesorregião 2 estabelecem relações mais tênues com a capital. Com a ampliação da base de serviços em Cruzeiro do Sul, desloca-se para lá parte da demanda por serviços de Rio Branco. Além disso, há que se considerar ainda o grau de influência da cidade de Manaus, com a qual a região mantém parcela significativa das relações de comércio. Essa é mais uma das características herdadas do seringalismo, que tende a desaparecer, já que está em fase de construção o segmento da BR-364, que ligará Cruzeiro do Sul à capital do estado e à rede rodoviária nacional. Esse fato reformulará, de forma absoluta, as relações do comércio regional, ao fixar condições para a operação de unidades de comércio de maior proporção. Poderá beneficiar-se dessas transformações centros como Rio Branco, onde já estão instaladas unidades comerciais voltadas para a área do atacado.

Rio Branco, na fase atual, já funciona como nódulo principal na articulação do estado com a região Sudeste. A inexistência de pólos intermediários de produção industrial, ao longo do principal eixo de ligação do estado ao sistema rodoviário de articulação nacional (BR-364), contribui para que parcela principal das relações de comércio que a região efetiva com o Sudeste conte com a intermediação de Rio Branco.

4.5 Estado de Roraima

O estado de Roraima é formado por oito municípios, dos quais apenas a capital possui uma população urbana superior a 100 mil habitantes. Boa Vista tem uma população de 165.518 habitantes, dos quais 150.442 estão na área urbana, segundo o IBGE. A capital possui um grau de urbanização de 90,9%. Apresenta distribuição da PEA entre os setores da produção, em termos relativos, muito próxima das demais capitais da região: setores do comércio de mercadorias, da prestação de serviços, dos serviços sociais e da administração pública, com 11,1%, 13,5%, 11,5%

[9] A seqüência de cidades ao longo das bacias do Juruá e Tarauacá integrava a *rede dendrítica* proposta por Corrêa (1997); nesse sentido, é usada a noção de "segmentos de rede".

e 13,2% da PEA, respectivamente. Parcela significativa, 23,6%, está alocada no setor "outras indústrias". A ocupação no conjunto dos municípios, exceto a capital, caracteriza-se pela predominância do setor agropecuário na oferta de postos de trabalho no estado.

No que tange à centralidade, existe um encadeamento, sem maior complexidade, de graus de centralidade: Manaus, como núcleo regional, e Boa Vista, funcionando como nódulo da rede, subordinam o conjunto de municípios no interior do estado. Como já identificado para as demais capitais, também aqui é evidente o peso que os serviços públicos exercem na definição dos graus de centralidade na região.

4.6 Estado do Amapá

O estado do Amapá possui oito municípios, dos quais apenas três contam com população urbana superior a 20 mil habitantes: Santana, Laranjal do Jari e Macapá, a capital. Esses municípios apresentam o seguinte grau de urbanização: 89,3%, 71,6% e 91,8%, respectivamente. Nos demais municípios, ocorre uma inversão dessa relação: percentual significativo da PEA está ocupada no setor agropecuário.

Macapá tem a seguinte distribuição relativa da PEA entre os setores produtivos: 15,5% em ocupações administrativas; 12,2% em ocupações técnicas; 13,5% no comércio de mercadorias; 18,8% no setor de prestação de serviços; 14,5% no setor de serviços sociais; e 15,2% no setor da administração pública. As limitações produtivas são evidentes diante do peso do setor de serviços em geral na definição do emprego estadual.

Quanto à centralidade, Macapá situa-se em um eixo de influência da Região Metropolitana de Belém, funcionando como um nódulo na ligação com os núcleos urbanos do estado.

4.7 Estado de Tocantins

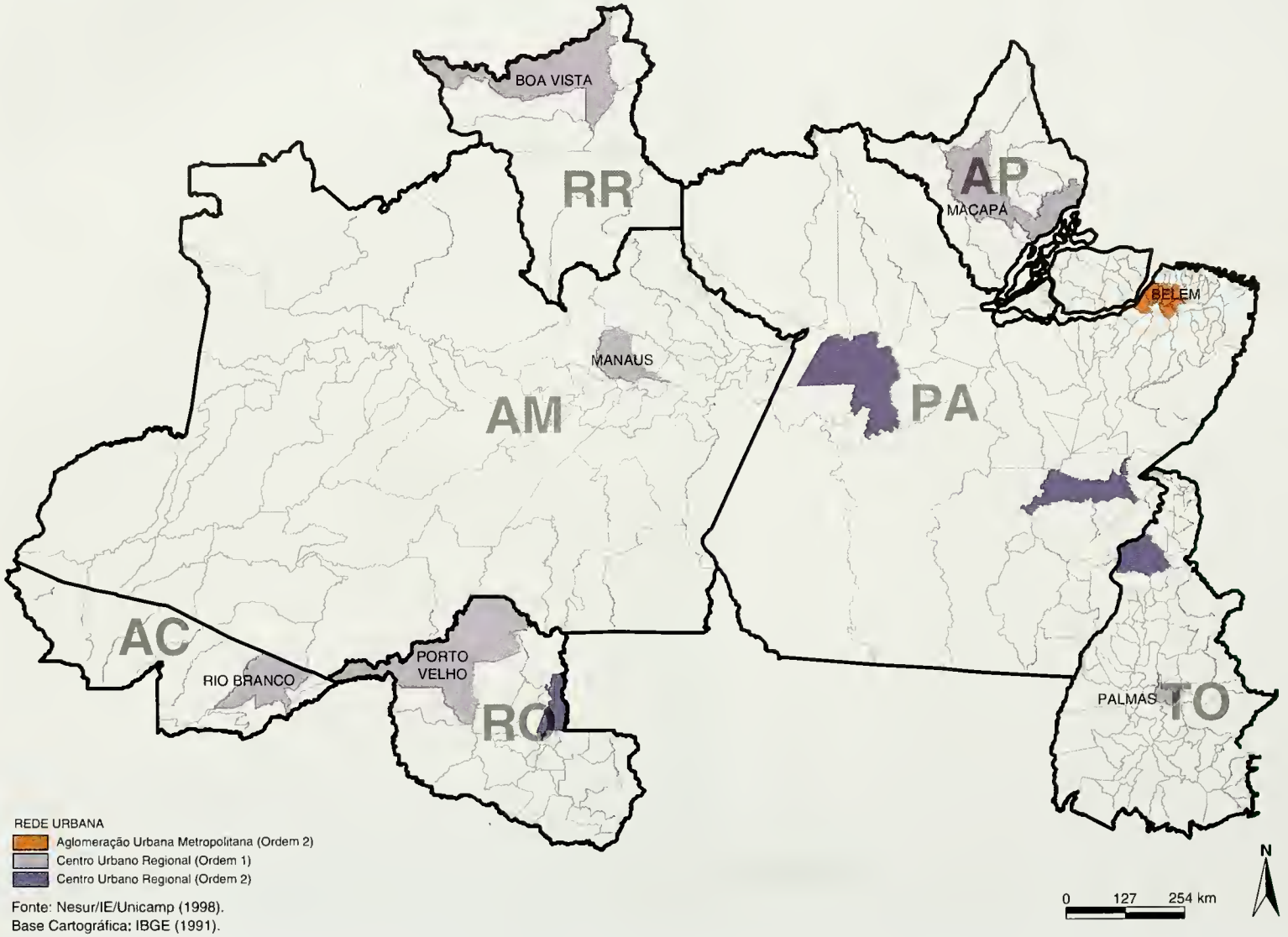
Tocantins, o mais novo estado da Região Norte, é formado por 79 municípios, dos quais, segundo o IBGE, em 1996, oito possuem população urbana superior a 20 mil habitantes, sendo Araguaína o maior deles, com uma população de 105.019 habitantes.

TABELA 16
REGIÃO NORTE – SÍNTESE DA CLASSIFICAÇÃO DA REDE URBANA (1996)

UF	Centro	Aglomeração	Centralidade	População Total 1980	População Total 1996	População % no total Est. 1996	Taxa de Cresc.	Grau de Urbanização	Densidade	PEA Urb.	Índice de Cresc. do PIB Mun.
Aglomeração Urbana Metropolitana (ordem 2)											
PA	**Belém**		**7**	**933.280**	**1.144.312**	**20,76**	**4,69**	**28,02**	**1.691,15**	**97,30**	**108**
		Ananindeua	1	65.878	341.257	6,19	4,23	47,36	181,52	96,30	53
		Barcarena	1	20.015	54.259	0,98	3,47	74,43	51,46	72,60	46
		Benevides	1	22.315	88.918	1,61	3,68	12,77	350,98	87,60	107
		Bujaru	1	12.415	18.019	0,33	3,00	27,69	12,77	25,70	97
		Castanhal	5	65.246	117.380	2,13	3,77	90,87	101,66	87,70	109
		Inhangapi	1	7.333	7.311	0,13	2,62	21,76	7,99	28,60	113
		Sta. Isabel do Pará	2	24.044	39.333	0,71	3,32	69,31	58,36	68,50	107
		Sto. Antônio do Tauá	1	11.460	21.468	0,39	3,08	54,77	48,87	50,30	108
Centros Urbanos Regionais											
AM	Manaus		7	618.025	1.157.357	48,44	4,70	99,38	92,19	97,6	84
RO	Porto Velho		6	133.882	324.737	26,38	4,19	76,89	5,46	90,4	86
AC	Rio Branco		5	117.101	228.990	47,34	4,04	87,99	13,77	86,4	83
TO	Palmas		3	4.811	86.116	8,22	3,70	95,84	8,82	82,9	116
AP	Macapá		4	111.062	220.962	58,23	4,03	94,89	7,3	91,4	76
RR	Boa Vista		4	51.662	165.518	66,98	3,92	90,89	3,38	93,1	135
PA	Santarém		4	191.945	263.468	4,78	4,09	68,39	10,16	68,7	72
PA	Marabá		5	37.679	150.095	2,72	3,89	82,20	8,54	81,1	76
TO	Araguaina		6	71.560	105.019	10,01	3,72	93,84	11,37	79,6	131
RO	Ji-Paraná		5	54.566	95.356	7,75	3,68	84,72	14,15	78,2	90

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996).
Obs.: a) Índices dos níveis de centralidade calculados pelo IBGE.
b) Confecção da Tabela por Marília C. Carneiro, Maria Mônica V. C. O'Neill e Viviane N. Ferraz (Regiões de Influência das Cidades).

MAPA 5
REGIÃO NORTE – REDE URBANA (1998)



Fonte: Nesur/IE/Unicamp (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

O conjunto dos municípios tem no setor agropecuário a principal dimensão de ocupação da PEA. Palmas, a capital, com uma população total de 86.116 habitantes, com um grau de urbanização de 95,84% e uma base de ocupação da PEA, quando tomada em termos relativos, semelhante à das demais capitais da região: em ocupações administrativas, 18,5%; em prestação de serviços, 16,8%; e na administração pública, 11,5%. Os serviços públicos apresentam, pois, considerável peso na formação do emprego estadual.

Segundo a classificação proposta pelo IBGE, apenas um município, Araguaína, figura como município urbano de média dimensão demográfica e oito são considerados municípios urbanos de pequenas dimensões demográficas, inclusive Palmas, a capital do estado; 24 estão entre os municípios em fase de transição e os demais aparecem como municípios rurais de pequenas dimensões demográficas.

No que tange à centralidade, dois aspectos marcam a rede urbana estadual do Tocantins. O primeiro diz respeito à semelhança nas estruturas internas dos centros urbanos, que se modificam apenas para o conjunto dos nove centros designados como urbanos, dentre os quais se destaca Araguaína, com estrutura de ocupações e peso demográfico que caracterizam uma situação de maior peso regional. Há que se considerar, no entanto, a posição geográfica desse centro em relação ao conjunto da rede de núcleos urbanos – geograficamente posicionados em linha –, o que favorece o enfraquecimento do grau de centralidade existente. O segundo aspecto é a existência de laços muito difusos entre as cidades, uma decorrência da dispersão existente em relação a outros centros urbanos, nos estados circunvizinhos.

O levantamento do Regic indica a existência de significativo volume de trocas entre as cidades do estado de Tocantins e as localizadas nos estados circunvizinhos, notadamente as que formam o estado de Goiás. Ademais, a proximidade de pólos de negócios atacadistas e de serviços, tais como os localizados no Triângulo Mineiro, poderá resultar na formação de áreas de influência sobre as cidades, tornando ainda mais tênues os laços internos na configuração de redes urbanas estaduais no estado de Tocantins.

Nesse sentido, Tocantins constitui uma exceção no interior dos estados da região Norte naquilo que diz respeito à constituição de uma *rede urbana* formatada a partir do território estadual, onde a capital funciona como nó principal, *locus* de articulação dos interesses fundamentais para a reprodução das relações econômicas e políticas internas, e da triagem de interesses locais e da articulação destes com as dimensões políticas e econômicas nacionais. Há distanciamento significativo entre Palmas e as demais cidades, dada a forma difusa da interação que se estabelece como decorrência das articulações mantidas por determinadas cidades com outras redes estaduais localizadas no entorno do estado (contatos entre redes).

5 Impactos das Mudanças Econômicas Recentes Sobre a Rede Urbana da Região Norte

Ao longo dos anos 90, têm ocorrido mudanças na intensidade dos processos que pressionaram o direcionamento do fato urbano na região Norte, iniciados nos anos 60. A dimensão demográfica, por exemplo, foi profundamente modificada com a redução dos fluxos migratórios para a região. Cabe, no entanto, ressaltar que os movimentos migratórios anteriores geraram uma nova base de referência para a expansão populacional. Assim, mesmo com o arrefecimento dos fluxos migratórios, cresceram as áreas urbanas, sendo pressionadas pelo crescimento vegetativo da população.

Dadas as condições que cercam o padrão atual das suas interações com a economia nacional, um conjunto de subáreas regionais tem condições de manter pressões dinâmicas sobre as condições econômicas e, conseqüentemente, gerar rebatimentos expressivos sobre a base urbana na região Norte. A área de maiores possibilidades dinâmicas continua sendo o estado do Pará, tendo em vista o nível de complexidade alcançado pelo ordenamento de sua base econômica e as possibilidades abertas pela exploração dos recursos minerais. No estado, ampliou-se a área da ocupação territorial, onde se desenvolvem atividades produtivas diversificadas e incorporam níveis mais elevados de progresso técnico: em uma faixa territorial a sudeste do estado, ampliou-se consideravelmente a produção agropecuária, em associação a projetos agroindustriais. As áreas ao sul e sudeste constituem um ponto fundamental na abertura de possibilidades do desenvolvimento regional. Mesmo tendo uma base de produção agrícola e agroindustrial, o estado apresenta condições de incorporar significativos componentes dinâmicos para a região e, assim, contribuir para o desenvolvimento de um mercado de dimensões economicamente consideráveis, por meio da articulação com áreas dinâmicas de Mato Grosso, Rondônia e Goiás, tendo condições de alcançar, como já de fato faz, áreas de consumo na região Sudeste e demais regiões do país.

As possibilidades e as condições da industrialização regional devem, ainda, ser consideradas à luz das ten-

dências apresentadas pela distribuição espacial da produção. O movimento de capitais entre regiões – a tendência da localização dos investimentos – ocorre segundo as determinações decorrentes da concorrência intercapitalista, a qual pode, em alguma medida, ser influenciada pela ação do Poder Público. Entretanto, prevalecem, na tomada de decisão de investimentos, importantes componentes de formulação das expectativas de longo prazo (a maturação dos investimentos não deve ser compreendida exclusivamente em termos de vida útil dos equipamentos iniciais, mas diante de considerações das condições da acumulação no longo prazo, ou seja, tendo em vista as condições da própria reprodução do capital). Em que pese a existência de visões díspares quanto aos rumos do que se convencionou denominar de *reversão* da extrema concentração do parque industrial brasileiro, tendências parecem indicar a continuidade do prevalecimento das economias de localização apresentadas pelo centro-sul do país. Assim, mesmo quando se considera o relativo processo de desconcentração existente no estado de São Paulo, as possibilidades da região Norte na luta concorrencial que promove a (re)distribuição dos capitais são inferiores em relação às regiões Sudeste e Sul, diante dos componentes da atratividade presentes nessas regiões.

Dessa perspectiva, é de se esperar que o adensamento das relações do Mercosul terá, necessariamente, rebatimentos sobre os fatores da localização produtiva entre regiões no país. Os mercados gerados pela integração fortalecem as condições de atratividade, dando consistência às economias de localização no Sudeste. Dependendo da composição das relações de trocas e do posicionamento de cada país na divisão do trabalho no âmbito desse mercado comum, o movimento poderá funcionar em detrimento da região Norte, sobretudo pelo desvio dos investimentos, que poderiam contribuir para a diversificação produtiva. No caso específico da região Norte, existe a tendência de os investimentos produtivos orientarem-se, de forma seletiva, para a exploração dos recursos naturais.

Atualmente, as intenções de investimentos recaem sobre a Zona Franca de Manaus e Belém. No caso de Manaus, poderá efetivar-se a tendência de níveis elevados de migração das cidades do interior para a capital – como previsto em estudos recentes sobre a questão migratória. Trata-se de um movimento que tende a aprofundar a disparidade na distribuição da população do estado (50% já localizada em Manaus), gerando o esvaziamento de núcleos urbanos pioneiros e a estagnação produtiva de algumas áreas.

Há dois vetores de transformação com possibilidades de influenciar o quadro regional: os investimentos em infra-estrutura, que podem viabilizar o aproveitamento econômico das disponibilidades regionais em recursos naturais; e o ritmo e as possibilidades de implementação de políticas de assentamento rural na região, as quais podem contribuir para intensificar o processo de transformações no quadro populacional.

Nos anos 80, o desenvolvimento – suas possibilidades, ritmos e rumos – requeria a resolução da questão regional. A noção de integração, de unidade ao mercado nacional, correspondia aos objetivos perseguidos pelas políticas públicas de dar sustentação à acumulação pelo fortalecimento dos mercados consumidores internos. Com a ruptura de qualquer forma de isolamento, com a remoção de pontos de fricção, os espaços regionais seriam integrados aos esforços da industrialização, esta considerada elemento fundamental do desenvolvimento, que se baseava, nessa fase, no investimento autônomo. Era, também, momento de ruptura, de superação da fase do desenvolvimento induzido. Assim, alcançar o desenvolvimento implicava a resolução das questões da formação de uma base produtiva doméstica e a construção de condições internas, as quais deveriam fortalecer as posições do país em suas relações com os demais países do mundo. A estratégia que privilegiava o mercado interno não propugnava uma economia fechada ao mundo. Essa fase, no entanto, é dada como superada.

Hoje, há uma nova estratégia de desenvolvimento nacional, voltada para uma integração que pressupõe mercados globalizados e fundada na noção de eixos de desenvolvimento[10]. Dessa perspectiva, perdem sentido noções tais como a de mercado nacional que servia de base às formulações de política econômica nos anos 80. A formação e/ou o aproveitamento de eixos fazem a política pública orientar-se pelos princípios da logística. Enquanto a "ligação" dos pólos da produção doméstica com o mercado mundial assume a feição de objetivo fundamental. Isso, de forma evidente, inclui alterações essenciais nas formas e nos objetivos da intervenção pública. Os eixos da circulação e as estruturas dos transportes não mais buscam prioritariamente o enlaçamento dos espaços internos para daí voltar-se ao exterior. Agora, o ponto da produção deve ligar-se com os mercados externos.

Do conjunto de eixos selecionados para dar consistência ao programa de desenvolvimento, dois estão localizados na região Norte – o eixo de saída para o Caribe (rodovia BR-174) e o eixo de saída para o Atlântico (hidrovias do Madeira e do Amazonas) – e um apresenta estreitas

[10] Segundo o BNDES (1997, p. 37), "Num quadro em que as mudanças apontam para um novo ciclo de crescimento, torna-se essencial a formulação de uma estratégia de desenvolvimento ao nível espacial, que vá além das políticas regionais de natureza compensatória e incorpore (...) uma visão abrangente, integrada e consistente de todo o território nacional".

ligações com parte da região – o eixo Araguaia-Tocantins (ferrovia Norte-Sul e ferrovia Carajás).

O eixo de saída para o Caribe tem por referência principal a Zona Franca de Manaus, pólo de produção industrial para o qual se deve construir a ligação com mercados consumidores na Venezuela e na Guiana. A rodovia BR-174, que constitui o investimento em infra-estrutura básico do eixo, permitirá o acesso a portos no Caribe, facilitando a formação de fluxos de comércio com mercados dos Estados Unidos e da Europa. Trata-se de uma rodovia que se estenderá desde a capital amazonense, cruzando o estado de Roraima. A obras associadas a esse eixo incluem investimentos nas áreas de energia elétrica – redes de transmissão – e aproveitamento de reservas de gás natural da bacia do rio Solimões.

As possibilidades de investimentos estão, na faixa do eixo, ligadas à exploração mineral, principalmente de nióbio (em Seis Lagos/Alto Rio Negro) e cassiterita (na província de Mapuera/Pitinga). Por outro lado, estão sendo desenvolvidos esforços para ampliar a produção de grãos, mediante a introdução de novas técnicas produtivas e o melhoramento de cultivares adaptados, sobretudo de soja e arroz.

Há, ainda, a previsão de aproveitamento, por meio da elevação de valor agregado, dos produtos naturais da região que apresentem viabilidade de exploração econômica no curto prazo. Inclui-se aí, portanto, amplo espectro de produtos florestais.

O eixo de saída para o Atlântico (hidrovias do Madeira e do Amazonas), que liga os estados do Acre, Rondônia e Amazonas e o Centro-oeste com o Oceano Atlântico, por meio dos rios Madeira e Amazonas, poderá promover o aproveitamento econômico de mercados alternativos, principalmente nos países da Europa. A formação de pólos de produção agrícola poderá ser beneficiada pela redução dos custos de transportes. Atualmente, já se encontra em funcionamento a hidrovia, contando com terminais graneleiros em Itacoatiara e Porto Velho.

A área de influência geoeconômica direta do sistema multimodal de transportes, "espinha dorsal" do eixo, compreende, no sentido sul-norte, os Campos Novos dos Parecis, em Mato Grosso, os trechos da estrada de terra MT-235 e da rodovia BR-364 até Porto Velho, e as margens do rio Madeira até a cidade de Itacoatiara (AM), próxima da confluência com o rio Amazonas. A partir desse ponto, a produção regional seguirá via rio Amazonas e Oceano Atlântico.

O eixo Araguaia-Tocantins (ferrovia Norte-Sul e ferrovia Carajás) tem por finalidade a implantação de um sistema multimodal de transportes (rodovia, ferrovia e hidrovia), o qual, uma vez implantado, promoverá significativa redução nos custos de fretes nacionais e internacionais. A sua área de abrangência compreende a produção agropecuária e agroindustrial do cerrado e do semiárido, e mineral no estado do Pará, através do porto de Itaqui, no Maranhão.

Dessa estratégia deriva-se, como conseqüência, senão uma política espacial, pelo menos implicações em termos de resultados esperados sobre o uso e a gestão do território. Assim, os enclaves do tipo Carajás e Zona Franca de Manaus podem ser referência: ambos promovem amplos e profundos resultados desestruturadores, notadamente em termos populacionais, contribuindo para o fortalecimento da tendência a elevar a densidade dos centros urbanos. Contudo, não geram formas de integração urbana, o que implica pressões depressoras sobre os padrões da qualidade da urbanização gerada – baixos níveis de renda, subemprego e desemprego aberto, baixo índice de cobertura dos serviços públicos, taxas inadequadas de saneamento básico etc.

Por outro lado, cabe enfatizar que as possibilidades, ritmos e rumos dessa estratégia de desenvolvimento estão fortemente condicionados pela implantação de infra-estruturas – principalmente aquelas relativas ao transporte, eixo da perspectiva logística que domina o "modelo de desenvolvimento" que se busca implantar. As condições da produção nacional – e/ou internacionais – não estabeleceram, ainda, relações de dependência com os "estoques" de recursos naturais da região. Ou seja, não se alcançaram as condições mínimas para que a exploração econômica desses recursos justifiquem a ação privada em toda a seqüência – incluindo a base logística – no padrão de técnico. Trata-se, portanto, de uma situação em que o desenvolvimento da ação produtiva ainda é dependente da capacidade de mobilização de recursos financeiros pelo Estado.

No campo dos assentamentos rurais, há áreas desapropriadas onde o governo deverá promover assentamentos. No entanto, as repercussões desses assentamentos sobre o fato urbano, principalmente no adensamento dos fluxos que fortalecem as ligações de redes de cidades, dependerão, em larga medida, das possibilidades econômicas dos assentamentos. Regra geral, os assentamentos mais antigos sofreram intenso processo de reconcentração da propriedade da terra e os mais recentes apresentam níveis reduzidos de diversificação produtiva e de incorporação de novas técnicas. As condições operacionais de instituições voltadas para a difusão do progresso técnico e do desenvolvimento comunitário – tais como as empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, os centros de pesquisas voltados para o desenvolvimento de cultivares apropriados, dentre outros – são precárias na região.

Nesse sentido, o sistema de concessão do crédito agrícola, que historicamente tem funcionado como componente indutor da introdução de práticas produtivas

modernas, apresenta níveis baixos de aplicação na região. Forma-se, assim, um círculo vicioso, impedindo a ampliação dos investimentos e a modernização da base produtiva. Por outro lado, a estrutura conceitual de apoio às políticas creditícias apresenta dificuldades, quando se trata de áreas pioneiras, em que a prioridade é a montagem da própria unidade produtiva. Trata-se, pois, de uma situação em que a necessidade de crédito difunde-se entre a montagem do capital fixo e a formação de uma base de geração de renda diversificada, ou seja, a unidade produtiva deve apoiar-se em vários produtos. Esse é o caminho consagrado para afirmar condições de proteção do quadro produtivo rural contra oscilações, por exemplo, climáticas ou de preços, as quais podem inviabilizar a sua reprodução econômica.

O sistema creditício para o setor rural, no entanto, de forma geral, opera apoiado no conceito de produto. Trata-se, pois, de um sistema voltado para áreas de produção já formadas, quando as faixas de operação do crédito podem ser seletivas – introdução ou fortalecimento de culturas, modernização de alguma prática etc.

Há, portanto, considerada a situação atual, indicativos da existência de pouca capacidade de contribuição, nas áreas dos assentamentos conduzidos pelo setor público, para o fortalecimento dos laços de rede, via aprofundamento da divisão espacial do trabalho (criação de áreas de produção especializadas, em bases comerciais). O setor público poderá, no entanto, contribuir para aumentar a tendência de urbanização das populações, reforçando os fluxos migratórios no interior e no sentido da região. Isso levará, necessariamente, ao recrudescimento das tendências de rebaixamento das condições de bem-estar das populações já urbanizadas.

6 Conclusão

Não existe na região Norte, em qualquer dos centros urbanos de dimensões significativas, seja em termos demográficos, seja em termos produtivos em geral, uma especialização da produção em sentido amplo, capaz de sustentar as condições de liderança no mercado. O conjunto dos centros tende a apresentar ampliação das atividades produtivas de forma generalizada, indicando, muito mais, na maioria dos casos, o fortalecimento das bases que levam à formação da *vida urbana*, e menos o encaminhamento de elementos que possam formar estruturas de redes de cidades (aqui entendidas em suas possibilidades e caracterização sistêmicas).

A divisão social e espacial do trabalho – do ponto de vista do interior da região e da região em relação ao mercado nacional – alcança, ainda, níveis muito baixos de aprofundamento.

Em pequenos municípios – pertencentes, na sua totalidade, segundo o IBGE, à classe de municípios rurais de pequeno porte, a PEA está fortemente concentrada em um único setor (agropecuário). No caso, são núcleos que apresentam baixos níveis de renda (indicados pelos valores da renda familiar *per capita*), o que explicita relações de troca descontínuas no tempo e baixos volumes negociados. Portanto, a grande maioria da população desses municípios vive em condições de pobreza.

Dentre os núcleos de maior expressão na região, apenas Belém apresenta, de forma inequívoca, elementos de uma aglomeração urbana em processo de metropolização, ou seja, "uma aglomeração que possua um nível de complexidade que pode ser considerada como totalidade, o que não cabe aos outros tipos de formações regionais" (Santos, 1994b). Dentre os núcleos urbanos que compõem a Região Metropolitana de Belém, existem nexos e indicações de laços de complementaridade que garantem as condições de reprodução auto-sustentada da vida urbana. No entanto, a sua posição não mais se refere ao conjunto da região Norte, limitando-se ao espaço compreendido pelo próprio estado do Pará e o estado do Amapá. A partir daí, a intensidade das relações reduz-se a situações de trocas não relevantes, ou seja, trocas que se efetivam em graus de intensidade e de freqüência muito baixos. Não existe nenhuma evidência que possa garantir que se formem laços significativos entre a Região Metropolitana de Belém e as demais redes ou subsistemas de cidades no espaço regional Norte, em qualquer dos espaços das trocas. Ao contrário, é bastante claro o afastamento (em termos da formulação de rede) entre o estado do Pará e os demais centros urbanos regionais. Considerando os aspectos anteriores, é possível, numa primeira aproximação, propor o enquadramento da Região Metropolitana de Belém numa categoria que explicite a sua feição metropolitana de caráter restrito ou regional.

A cidade de Manaus, onde se localiza um pólo de industrialização de porte significativo, apesar de constituir um núcleo com extraordinário ritmo de crescimento demográfico, possui limitações em suas ligações regionais. Em verdade, existe grande descompasso entre o volume e a importância da produção industrial da cidade, significativa mesmo para os níveis da produção nacional, e entre os laços e a importância da cidade na dinâmica regional, em termos de capacidade estruturante para o espaço regional. A produção industrial de Manaus decorre não de um processo de adaptação recíproca entre a cidade e o seu entorno, como identifica Santos (1994b). As condições de hiperdimensionamento urbano

(sobretudo as características demográficas) são resultantes dos impactos causados pela criação de um pólo de produção sobre uma área deprimida. O mesmo movimento que cria a Zona Franca – decorrente de articulações no campo político e em atendimento a restritos segmentos da produção industrial do Sudeste – concorre para isolar os interesses do pólo industrial das demais áreas regionais. Para Manaus não convergem demandas ou interesses regionais mais amplos e, por vezes, é possível identificar momentos de atitudes defensivas do pólo industrial em relação à região. Assim, apenas o grande porte demográfico de Manaus não é suficiente para classificá-la como metrópole. Mais adequado é sua classificação como centro urbano regional de grande porte.

As capitais dos estados assumem posições de nódulos (centros urbanos regionais) que funcionam na articulação de cada subsistema estadual de cidades e na articulação deste com a composição de redes mais extensas, as quais executam a ligação entre centros urbanos de maior porte e regiões metropolitanas.

A característica fundamental do processo de urbanização regional é a baixa qualidade de vida das populações. As determinações do processo migratório – o qual está na base do crescimento populacional regional recente e da configuração urbana atual – estão, em maior medida, na desestruturação da base produtiva regional e nos processos de modernização da economia nacional em marcha desde os anos 60. Este aspecto coloca a necessidade de maior compreensão das estruturas internas às cidades e de explicitação das condições de vida.

Os laços que se formam entre as cidades regionais são decorrentes de uma divisão social e espacial do trabalho em fase de baixo aprofundamento. As *redes* de cidades ainda estão assentadas em fluxos restritos, em que predominam aqueles decorrentes da operação dos diversos níveis de funcionamento do Poder estatal. Os vetores mais efetivos para o adensamento das relações de rede entre as cidades são as mudanças experimentadas pelas transformações na esfera produtiva, indicando a passagem de uma economia de base exclusivamente extrativa para uma fase de forte predominância dos setores agroflorestais, associados a uma faixa de agroindústrias. Nesse sentido, faixas territoriais compreendidas pelos estados do Pará e Rondônia – Acre em menor escala – apresentam os sinais mais claros de transformações, dado que incorporam tendências dinâmicas mais evidentes, possuindo laços que dimensionam mercados mais amplos e em fase de fortalecimento. Tocantins passa por um processo de formação de rede ainda dependente de maior clareza quanto à afirmação da capital como nódulo de articulação básica. Amapá e Roraima, contando com números populacionais inferiores na região e pequeno número de centros urbanos de baixa densidade, ainda estão em fase de forte dependência da centralidade exercida por Belém e Manaus.

Referências Bibliográficas

BECKER, B. K. (1982) *Geopolítica da Amazônia – a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

_____ (1988) "Significância contemporânea da fronteira". In: AUBERTIN, C. (org.) – *Fronteiras*, Brasília, Editora da UnB/ Orstom, p. 60-89.

_____ (1990) *Amazônia*. São Paulo, Ática.

_____ (1997) "Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica". In: BECKER, B. K., MIRANDA, M. (orgs.) – *A Geografia política do desenvolvimento sustentável*, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (1997). Edital de Licitação n. PBA/CN-01/97 – Programa Brasil em Ação – Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (mimeo).

BUARQUE, S. C. *et alii* (1995) "Integração fragmentada e crescimento da fronteira norte". In: AFFONSO, R. B. A. ; SILVA, P. L. B. (orgs.) – *Desigualdades regionais e desenvolvimento*, São Paulo, Editora da Unesp/Fundap, p. 93-123.

BUNKER, S. G. (1997) *Underveloping the Amazon. Extraction, unequal exchange, and the failure of the modern state*. Chicago, The University of Chicago Press (reimpressão).

CANO, W. (1997) "Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95". In: *Economia e Sociedade*, Campinas, IE/Unicamp, n. 8, jun./set., p. 101-141.

CASTELLO BRANCO, M. L. G. (1996) *Aglomerações urbanas para pesquisas estatísticas – aspectos metodológicos*. Rio de Janeiro, IBGE/Departamento de Geografia/Divisão de Estudos Territoriais, mimeo.

CASTELLS, M. (1988) *The Rise of network society*. London, Blackwell Publishers (reimpressão).

CORRÊA, R. L. (1997) *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

COY, M. (1988) "Desenvolvimento regional na periferia amazônica". In: AUBERTIN, C. (org.) – *Fronteiras*, Brasília, Editora da UnB/Orstom, p. 167-194.

DAVIDOVICH, F. R. (1978) "Funções urbanas no Nordeste". In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, ano 40, n. 2, abr./jun., p. 142-191.

_____ (1987) "Elementos da urbanização no sudeste do Brasil". In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, ano 49, n. 2, abr./jun., p. 1-160.

DINIZ, C. C. (1995) *Dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*. Brasília, Ipea (Texto para Discussão, 375).

GOMES, G. M. ; VERGOLINO, J. R. (1997) *Trinta e cinco anos de crescimento econômico na Amazônia (1960/1995)*. Brasília, Ipea, dez. (Texto para Discussão, 533).

GUIMARÃES NETO, L. (1997) *Dinâmica regional no Brasil*. Brasília, Ipea.

IBGE (1980) *Censo demográfico de 1980*. Rio de Janeiro, IBGE.

_____ (1991) *Censo demográfico de 1991*. Rio de Janeiro, IBGE.

_____ (1996) *Contagem da população – 1996*. Rio de Janeiro, IBGE.

IPEA/Fundação Joaquim Nabuco (1997) *Transformações recentes da fronteira agrícola e implicações para a dinâmica espacial do Brasil*. Recife, jul., mimeo. (Relatório Final de Pesquisa).

LAVINAS, L. *et alii* (1997) *Desigualdades regionais: indicadores socioeconômicos nos anos 80*. Rio de Janeiro, Ipea (Texto para Discussão, 460).

LIMA, M. J. de (1990) *Capital e pequena produção*. Rio Branco, Ed. Casa da Amazônia.

_____ (1993) *Tempos e temas do Acre*. Rio Branco, Ed. Casa da Amazônia.

_____ (1994) *Capitalismo e Amazônia – um ensaio sobre a economia do extrativismo*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas (Tese de Doutorado).

_____ (1995) "Capitalismo e região". In: *Economias Ensaios*, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia/Deeco, v. 9 e 10, n. 1 e 2, jul./dez.

MARTINE, G. ; TURCHI, L. (1988) "A Urbanização da Amazônia: realidade e significado". In: ABEP, Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Olinda, *Anais*. Belo Horizonte, Abep, v. 2, p. 161-189.

MENDES, A. (1971) "Um Projeto para a Amazônia". In: *Revista Econômica*, Belém, Basa, v. 1, n. 4,: set./dez.

MOREIRA, M. M.; MOURA, H. A. (1997) *Estudos da dinâmica demográfica regional recente: região Norte*. Campinas, Convênio MEC/Fundec/Fundação de Economia de Campinas (Projeto Tendências da Urbanização e do Crescimento Populacional Brasileiro: População em Idade Escolar: 1991-2000), jul. (Relatório de Pesquisa).

NEGRI, B. ; PACHECO, C. A. (1993). *Mudança tecnológica e desenvolvimento regional nos anos 90: da interiorização do desenvolvimento à nova dimensão espacial da indústria paulista.* (projeto Desenvolvimento Tecnológico e Competitividade da Indústria Brasileira). Campinas, SCTDE/Fecamp – IE/Unicamp (Relatório de Pesquisa).

PACHECO, C. A. (1996) "Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional". In: *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 6, jun./set., p. 113-140.

ROCHEFORT, M. (1998) *Redes e sistemas – ensinando sobre o urbano e a região.* São Paulo, Hucitec.

SÁNCHEZ, J-E. (1997) "As Ambigüidades da divisão territorial: desenvolvimento harmônico ou exclusão dos circuitos produtivos?" In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M. (orgs.) – *A Geografia política do desenvolvimento sustentável*, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SANTOS, M. (1982) *A Urbanização desigual.* 2ª ed., Rio de Janeiro, Vozes.

_____ (1988) *Metamorfoses do espaço habitado.* São Paulo, Hucitec.

_____ (1994a) *Por uma economia política da cidade.* São Paulo, Hucitec/Educ.

_____ (1994b) *A urbanização brasileira.* São Paulo, Hucitec.

_____ (1997) *Técnica, espaço, tempo – globalização e meio técnico-científico informacional.* São Paulo, Hucitec.

SCHMINK, M. ; WOOD, C. H. (1992) *Contested frontiers in Amazonia.* Nova York, Columbia University Press.

SILVA, M. Corrêa da (1996) *O Paiz do Amazonas.* Manaus, EDUA, 1996.

SINGER, P. (1998) *A Economia política da urbanização.* São Paulo, Contexto.

SUDAM/PNUD (1990) *Avaliação da política de investimentos do Finam.* Belém, mimeo.

SUDAM/SDR (1992) *Sustainable development of the Amazon – development strategy and investiment alternatives.* Belém.

VALVERDE, O. (1989) *A Organização do espaço na faixa da Transamazônica*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 2.

PARTE II

Região Nordeste

1 Introdução

Esta parte do trabalho objetiva apresentar os resultados da investigação sobre os efeitos da evolução recente da economia do Nordeste do Brasil sobre sua rede de cidades, com vistas a contribuir para a elaboração de uma política urbana para a região, que, por sua vez, faz parte de trabalho mais amplo que envolve o conjunto da rede urbana brasileira. Considerando a fragmentação e a dispersão das informações disponíveis sobre a dinâmica econômica recente, bem como sobre a realidade da infra-estrutura social e logística do Nordeste, este trabalho estará certamente contribuindo não só para a implementação de uma política urbana para a região, mas também para o melhor entendimento dessa realidade, dado o esforço de sistematização realizado.

Para tanto, foram identificadas e utilizadas estatísticas econômicas e sociais e construídos indicadores com base em diferentes bancos de dados, de modo a cobrir o conhecimento dos dois aspectos levantados, ou seja, sobre a dinâmica recente da base econômica, tendências e perspectivas, assim como sobre o quadro geral das características funcionais dos diversos estratos da hierarquia urbana e das condições de vida nos municípios da região.

Apresentam-se aqui informações sobre a dinâmica da economia regional e sobre a caracterização da rede urbana regional. Como será visto a seguir, o trabalho centra-se na verificação mais detalhada da caracterização da rede urbana regional, com base em informações derivadas dos seguintes indicadores: população total, urbana e rural, fluxos migratórios, estrutura ocupacional, em complementação ao Regic (Regiões de Influência das Cidades, estudo do IBGE), bases de dados econômicos e sociais espacializados por mesorregião. Neste trabalho, são utilizados também, de modo mais desagregado (no âmbito dos estados), os indicadores da Tabela 10 do Censo Cadastro. Vale salientar que os problemas identificados na base de dados do valor adicionado fiscal impediram a sua utilização. As conclusões obtidas desse esforço de sistematização foram contrapostas às informações da análise de *Cluster* construída especialmente para este trabalho. Os resultados obtidos foram considerados bastante satisfatórios.

Essa análise, acrescida de informações qualitativas, obtidas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e de órgãos estaduais de planejamento, forneceu fundamento para a montagem da hierarquia da rede urbana do Nordeste, que está apresentada na Tabela A.4 dos Anexos. Esse quadro fornece uma visão geral dos principais centros urbanos da região, desde as aglomerações urbanas metropolitanas e não-metropolitanas, até os centros urbanos de importância nos subsistemas de cidades que polarizam, assim como as chamadas novas territorialidades definidas com base na análise das tendências econômicas recentes. Cada categoria de centro urbano está devidamente definida no texto adiante. Foram identificadas, além das aglomerações urbanas metropolitanas, três ordens para os centros urbanos que constituem aglomerações e, também, três ordens para os centros urbanos que constituem não-aglomerações (aqui chamados de regionais). De um total de 1.509 municípios existentes no Nordeste, são 109 os centros urbanos[1] incluídos nessa classifi-

[1] Neste trabalho, centros urbanos são entendidos como as unidades da rede urbana. O termo é, portanto, aplicado a um conjunto de municípios que compõem uma região metropolitana, uma aglomeração não-metropolitana ou um município isolado incluído na rede, segundo os critérios que serão apresentados mais adiante.

cação. Esta classificação é composta de 177 municípios, ou 11,7% do total existente na região Nordeste, o que representa 52,7% do total da população regional em 1996. Os restantes 1.332 municípios nordestinos (88,3%) abrigavam, portanto, 47,3% da população da região, participação significativamente inferior àquela observada em 1980 (52,9%) (Tabela 1).

Com raras exceções, nas quais se incluem alguns municípios pertencentes a aglomerações urbanas metropolitanas, a algumas aglomerações e a novas territorialidades, o conjunto dos centros estudados está no patamar populacional de mais de 50 mil habitantes. Diante dessa constatação, verifica-se, portanto, que a maioria dos municípios nordestinos caracteriza-se pela presença de pequenos centros urbanos cujas funções urbanas são precariamente exercidas, a maioria da população concentrada em atividades agrícolas ou em serviços de baixa qualificação, tendo baixíssima escolaridade e possuindo, por conseqüência, baixos índices de renda familiar. Nessa categoria de municípios, existe uma tendência significativa de perda de população total, que se apresenta dispersa em todo o território regional, embora mais acentuadamente em alguns estados (como no Piauí e no Ceará), e em municípios do semi-árido, como se poderia esperar. Na maioria dos casos, porém, essa perda não se verifica para a população urbana, o que pode indicar um processo ainda em curso de êxodo rural na região e, portanto, de elevação de seu grau de urbanização em futuro próximo. Nesses municípios reside, portanto, a grande parcela da dívida social, recorrentemente mencionada na literatura acadêmica e no debate político nacional.

2 Caracterização da Economia Regional

A literatura sobre a dinâmica da economia nordestina é bastante ampla e conhecida, desde a divulgação do relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), nos anos 50, liderado por Celso Furtado. São referências relevantes para estudos sobre a região trabalhos como os de Oliveira (1977 e 1990), Guimarães Neto (1989 e 1995), Araújo (1985 e 1995), Gomes (1991), Souza (1988 e 1996) e do PIMES (1989), dentre outros. O trabalho de Furtado fundamentou uma nova interpretação da dinâmica da economia e sociedade nordestinas, como é sabido, pela ênfase na análise histórica das relações comerciais da região com o resto do mundo, inspirada no modelo estruturalista cepalino de análise do desenvolvimento. Pela primeira vez, identificaram-se causas para o subdesenvolvimento que não fossem apenas aquelas derivadas das condições climáticas adversas. A partir daí, surgiram inúmeras análises importantes sobre a realidade regional nordestina. Mais recentemente, estudos desenvolvidos no âmbito do Projeto Áridas apresentam resultados e informações igualmente relevantes. Este trabalho fundamenta-se nessas contribuições.

2.1 Breve Histórico da Formação Econômica do Nordeste

O trabalho de Guimarães Neto (1989) assume importância especial pela periodização da formação econômica do Nordeste – termo que dá título ao trabalho – construída pelo autor. Estudando a integração da economia nordestina à brasileira, e inspirado no trabalho de Furtado, Guimarães Neto (1989), funda os conceitos de *articulação comercial* e *integração produtiva*, com os quais qualifica dois períodos desse processo de integração, que se desenvolve a partir dos anos 30. Antes disso, a economia regional encontrava-se fortemente articulada a parceiros internacionais, baseada em atividades primário-exportadoras (açúcar, em Pernambuco, Paraíba e Alagoas; cacau, na Bahia; borracha, no Maranhão; algodão, no Rio Grande do Norte, dentre outras culturas). Com os excedentes das exportações desses produtos, a região (ou melhor, as economias estaduais) financiava suas importações, embora indústrias locais tenham também alcançado expressão, como é o caso da têxtil, em Pernambuco. As relações comerciais eram predominantemente com o exterior, em vista da tradição do comércio com o colonizador, barreiras

TABELA 1
REGIÃO NORDESTE – POPULAÇÃO TOTAL E NÚMERO DE MUNICÍPIOS (1996)

	População Total		Municípios	
	Nº	%	Nº	%
Nordeste	43.542.999	100,0	1.509	100,0
Rede urbana	22.961.463	52,7	177	11,7
Demais núcleos urbanos	20.581.536	47,3	1.332	88,3

Fonte: Ipea/Nesur (1996).

alfandegárias entre as províncias brasileiras e precárias condições de transporte e comunicação entre elas, o que levou autores a se referirem à economia brasileira como um "arquipélago" (Cano, 1985) de espaços econômicos desprovidos de relações comerciais relevantes.

A partir dos anos 30, com o grande crescimento da indústria paulista devido aos excedentes gerados pelo complexo cafeeiro, tem início o processo de integração do mercado brasileiro, que inspirou o conceito de *articulação comercial* de Guimarães Neto (1989). Nesse período, as barreiras alfandegárias interprovíncias são derrubadas, investe-se em infra-estrutura de transportes e, com o incentivo que as guerras mundiais representaram, a indústria mais competitiva do Sudeste passa a fornecer para o mercado nacional, substituindo produtos antes importados do exterior. A indústria do Nordeste entra então em crise – com destaque para a têxtil – pela nova concorrência interna que a articulação comercial passa a constituir.

Trata-se de um movimento de expansão capitalista desde o centro mais dinâmico, que apenas se consolida com as inversões na economia nordestina originadas do setor privado do Sudeste, especialmente de São Paulo, em meados dos anos 60 e anos 70, dando início ao período seguinte, chamado por Guimarães Neto (1989) de *integração produtiva*. Essas inversões foram estimuladas pelo Poder Público: de um lado, por meio da conhecida política de incentivos fiscais e financeiros regionais (sistemas 34/18[2] e Finor e incentivos estaduais); e de outro lado, mediante investimentos relacionados ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Esses investimentos, inspirados em meio aos efeitos do primeiro choque do petróleo, envolveram a implantação do conhecido pólo petroquímico de Camaçari, na Bahia. Também foram realizados investimentos para o desenvolvimento do processo de urbanização da região, no âmbito dos seguintes programas: Programa de Aglomerações Urbanas Metropolitanas e Programa de Cidades Médias, ambos destinados à ampliação e à modernização da infra-estrutura urbana, física e social necessária para a expansão da produção em bases capitalistas na região.

Estes investimentos privilegiaram a faixa litorânea do território do Nordeste, onde já se localizavam seus principais centros urbanos, reforçando assim centralidades históricas. À exceção de alguns centros estratégicos para a expansão de novas atividades desencadeadas pelo II PND (tais como o escoamento do minério de Carajás, grãos nas áreas de cerrados no oeste da região), a hinterlândia nordestina, especialmente aquela contida no semi-árido, ainda representa a maior contribuição para o conjunto da pobreza urbana nacional, e portanto, os maiores limites para a ampliação da acumulação capitalista – rural e urbana – no país.

A crise da dívida, a instabilidade macroeconômica e a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro a ela associadas determinam a constituição de novo período, que no caso do Nordeste tem evidência apenas a partir de meados da década de 80. Esse período dura, por sua vez, até meados da década de 90 (até o fim do período aqui estudado), quando, então, tem início um novo período, inaugurado especialmente com a estabilização e a consolidação da abertura comercial, no governo Fernando Henrique Cardoso. Assim, este trabalho centra-se no período 1980-95. Antes, porém, faz-se necessária uma idéia da base constituída em período anterior. Para tanto, apresenta-se a seguir uma breve visão do processo de reestruturação produtiva por que passa o Nordeste nos anos 70, quando então é implantada a chamada *nova indústria* na região.

2.2 Revisitando a *Nova Indústria*: o Período 1970-85

Foi durante o período que compreende desde meados da década de 60, os anos 70 e vai até meados dos anos 80 que, como mencionado, o processo de expansão capitalista se iniciou e consolidou na economia nordestina. A significativa transferência de capitais públicos e privados para o Nordeste, que ocorre em paralelo a movimentos semelhantes referentes às regiões Norte e Centro-oeste, contribuiu para a modernização e a expansão da base produtiva regional de tal forma que para alguns estudiosos não apenas ocorreu um processo de *integração produtiva*, mas sobretudo deu-se uma reversão da concentração espacial da economia brasileira no Sudeste. Durante esse período, as economias periféricas apresentaram crescimento médio superior àquele verificado nas regiões de industrialização consolidada. No Nordeste, vários fatores associados – o sistema Finor, os investimentos públicos em infra-estrutura econômica, na base industrial de bens intermediários e de substituição de derivados de petróleo, na expansão das exportações e em infra-estrutura urbana, além da transferência de capital privado em busca de valorização acima da média e ocupação de novos mercados – dão uma nova configuração à economia nordestina. Por conseqüência, altera-se a participação do Nordeste na economia nacional (Tabela 2).

[2] O sistema 34/18 é o termo que se convencionou utilizar para descrever o mecanismo de funcionamento dos benefícios fiscais contidos no Fundo de Investimentos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (Fidene), criado pela Lei nº 4.239, de 27/6/1963. O artigo 18 dessa lei e o artigo 34 da Lei nº 5.508, de 11/10/1968, que altera a primeira, dispunham sobre a natureza, abrangência, beneficiários e operacionalização dos descontos e isenções do imposto sobre a renda previstos junto com a constituição do Fidene. Objeto de sucessivas alterações, o mecanismo 34/18 foi posteriormente substituído pelo Decreto-lei nº 1.376, de 12/12/1968, que cria o Finor.

TABELA 2
REGIÃO NORDESTE – PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NO PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS CORRENTES (VÁRIOS ANOS)

Em %

Estado	1970	1975	1980	1985	1990	1992	1993	1996
Maranhão	5,99	5,87	6,64	6,36	8,13	8,29	8,63	9,02
Piauí	2,97	3,20	3,43	3,63	4,23	3,56	3,67	4,43
Ceará	11,72	11,26	13,04	13,62	14,43	15,11	15,37	16,26
Rio Grande do Norte	4,40	4,81	5,39	5,32	5,85	6,42	6,51	6,72
Paraíba	6,22	6,09	5,51	5,55	6,34	5,99	5,72	6,89
Pernambuco	25,43	23,11	20,45	17,74	18,44	17,31	17,28	17,02
Alagoas	5,34	5,58	5,33	6,32	5,49	5,50	5,50	5,36
Sergipe	4,12	3,63	4,14	4,99	3,60	3,92	3,91	3,57
Bahia	33,82	36,45	36,07	36,48	33,50	33,89	33,42	30,72
Nordeste	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**
Nordeste/Brasil	**12,34**	**12,02**	**13,15**	**14,93**	**15,83**	**15,26**	**12,87**	**15,62**

Fonte: Sudene (Contas Regionais 1993, 1994 e 1997).

Segundo a Sudene[3], no que concerne à participação da economia do Nordeste no PIB brasileiro, inicia-se um processo de expansão a partir de 1970, depois de um período de retração verificado desde os anos 30. Tendo alcançado a marca de 12,3% do PIB brasileiro em 1970, a participação do produto regional cai para 12% em 1975, quando passa a reverter a tendência de queda: cresce constantemente nos anos 80, até atingir 15,8% em 1990. Não coincidentemente, é a partir do início da década de 70 que são realizados os investimentos associados aos incentivos regionais e ao II PND. Em termos intra-regionais, contudo, esse crescimento foi bastante concentrado (Tabela 2), dirigindo-se preponderantemente ao estado da Bahia, cuja participação no PIB regional cresce de 33,8% para 36,5% entre 1970 e 1975 (cinco anos apenas), efeito dos investimentos associados ao pólo petroquímico. Esse crescimento tem como contrapartida a redução da participação do produto do estado de Pernambuco, a segunda maior economia da região, que na série da Sudene apresenta uma queda constante ao longo do período. Quando se considera a década de 70 completa, verifica-se que houve certa distribuição do crescimento, que atinge não apenas os estados do Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte – economias menores na região –, mas também o estado do Ceará, cuja participação cresce para 13%, em 1980. Neste caso, o desempenho do PIB cearense decorre da participação do estado nos investimentos associados à política de incentivos regionais. De fato, Ceará, Pernambuco e Bahia concentram 63% dos incentivos liberados pela Sudene na década de 70. Nos anos 80, os estados do Rio Grande do Norte, Alagoas, Piauí e Maranhão ampliam sua participação tanto no total de incentivos, quanto no PIB (ver Tabela 2), apontando para certa reversão da polarização intra-regional durante a chamada "década perdida".

O argumento de Guimarães Neto (1997) quanto ao processo de desconcentração da economia brasileira, associando perda de participação do Sudeste *pari passu* ao crescimento das regiões periféricas, poderia aqui ser igualmente aplicado. Crescem no Nordeste, nos anos de crise, as economias menos integradas à economia nacional; portanto, as que recebem menor impacto dos efeitos da crise. Ademais, a base produtiva desses estados caracteriza-se por sua articulação a recursos naturais em seus territórios, cuja exploração segue o ritmo de investimento na primeira metade da década de 80. Ao mesmo tempo, em sintonia com medidas implementadas em razão da crise no setor externo, inversões são realizadas nesses estados para a ocupação de novos espaços produtivos, voltados para a produção intensiva de grãos – ou fruticultura irrigada – para exportação. Configura-se, portanto, um movimento contracíclico quando comparado ao período recessivo da economia nacional.

Os investimentos na região realizaram transformações relevantes na distribuição setorial do PIB. Nos anos 70, a agroindústria perde importância, assim como os gêneros tradicionais[4] da indústria regional. Estes últimos, que eram responsáveis por 52,4% do valor da transformação industrial (VTI) nordestino, em 1970, segundo o IBGE,

[3] As informações apresentadas na Tabela 2 e na Tabela 8, de responsabilidade da Sudene, foram inseridas na argumentação com o objetivo de cobrir o desempenho do PIB regional no período 1970-80, uma vez que os dados do Ipea não o contemplam.

[4] A indústria tradicional no Nordeste, cuja expansão esteve preponderantemente associada aos ciclos agroexportadores, inclui as indústrias de produtos alimentares, bebidas, couros e peles, têxtil e confecções, além da agroindústria.

caem para 34,3%, em 1985, em contrapartida à expansão dos pólos e complexos industriais modernos implantados com a *nova indústria* (química, petroquímica, mecânica, metalúrgica, material elétrico e de comunicação e minerais não-metálicos). Por conseguinte, como mostra a Tabela 3, cresce a participação dos gêneros de produção de bens intermediários (de 33,8% para 47%, entre 1970 e 1980) e de bens de consumo duráveis e de capital (de 5,7% para 8%), enquanto cai a participação daqueles referentes à produção de bens de consumo não-duráveis (de 57,1% para 39,3%, no mesmo período). Vale também ressaltar que, distintamente da indústria tradicional, a *nova indústria* caracteriza-se, em geral, pela presença de plantas de grande porte, intensivas em capital, tecnologicamente mais avançadas, orientadas para o mercado nacional, cuja origem do capital é preponderantemente estatal ou extra-regional e cujo impacto sobre o emprego, aquém do esperado, estimulou a literatura crítica à *nova indústria*.

Finalmente, cabe registrar o crescimento das exportações internacionais da região, como parte dos efeitos da implantação da *nova indústria* e das medidas para o balanço do setor externo. Entre 1980 e 1985, as exportações internacionais do Nordeste cresceram a uma taxa média anual de 8,67% (contra 1,95% das exportações totais), o que elevou sua participação nas exportações totais da região de 28,9% para 39,8%. Nesse período, o coeficiente de exportação da economia nordestina cresceu de 7,9 para 9,1, determinado pela grande expansão da participação dos bens manufaturados na pauta. Estes saltam de 23,7%, em 1980, para 46%, em 1985, elevando a relação entre a exportação de bens industrializados e bens primários de 0,83 para 2,03, no mesmo período (Fernandes, 1996). É evidente que a crise no mercado interno estimulou a procura por mercados alternativos para a colocação do produto regional; entretanto, o desempenho das exportações de bens manufaturados está fortemente associado aos investimentos realizados na década anterior, sem os quais a economia teria sofrido mais intensamente a recessão interna[5].

A base produtiva que resulta dos investimentos associados ao II PND e à política de incentivos dos anos 70 e primeira metade dos anos 80 é, portanto, bem diversa daquela descrita no relatório do GTDN. Em vez da construção de uma base industrial diversificada e moderna a partir da evolução da indústria regional, antiga na região, da integração intra-regional e do uso intensivo das vantagens comparativas e da mão-de-obra regionais, objetivados no famoso relatório, os investimentos realizados no Nordeste propiciaram uma "solidariedade" entre a economia regional e a nacional, que gerou as condições para o desenvolvimento de um sistema produtivo integrado e uma nova organização espacial da oferta e demanda no mercado doméstico. Essa solidariedade, entretanto, não pode ser atribuída à economia como um todo, mas fundamentalmente à indústria de transformação, como lembra Guimarães Neto (1984). O processo de integração da economia nordestina à nacional, que substitui a antiga integração com o exterior, desenvolvida em paralelo aos ciclos agroexportadores, foi determinado, por conseguinte, pela sua industrialização recente. A natureza dessa industrialização, vale remarcar, propiciou um grau elevado de especialização nos gêneros de bens intermediários, bem superior à média do país e das duas regiões mais desenvolvidas (IBGE, 1988). Esses gêneros, por sua vez, em vista de sua intensidade de capital, tiveram impacto reduzido na solução do histórico problema regional de desemprego e subemprego, apesar de terem proporcionado à economia

TABELA 3
REGIÃO NORDESTE – DISTRIBUIÇÃO DO PIB POR GÊNERO DE ATIVIDADE INDUSTRIAL (1970/80)

Em %

Gêneros	Pessoal ocupado		VTI	
	1970	1980	1970	1980
Bens de consumo não-duráveis	60,58	53,89	57,12	39,30
Bens intermediários	29,28	35,08	33,76	46,97
Bens de consumo duráveis e de capital	5,34	8,24	5,72	8,04
Extração mineral	4,81	2,79	3,40	5,69
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: IBGE (1988).

[5] Baseada nos vetores de insumo-produto da região para 1980 e 1985, e fazendo ressalvas para limitações contábeis das estatísticas empregadas, Fernandes (1996) conclui que, entre 1980 e 1985, a *nova indústria* contribuiu para diminuir consideravelmente o tradicional déficit comercial com o restante do país, tendo sido inclusive verificados saldos positivos de 1982 a 1985.

nordestina expandir a participação do emprego gerado pelas exportações.

Entretanto, estudos mais recentes (Souza, 1994, e Fernandes, 1996 e 1998) têm destacado que as relações intersetoriais, resultantes dos investimentos na *nova indústria*, propiciaram mais *linkages* internos à região, tanto para trás quanto para frente, do que se supunha. Como mostra a Tabela 4, baseada nas matrizes de insumo-produto do Nordeste para os anos de 1980 e 1985, a demanda intermediária da economia regional realizada pelo mercado nordestino alcançava a marca de 75%, em 1980, subindo para 80,8%, em 1985. No tocante à demanda da indústria de transformação, os valores são semelhantes à média do total da demanda, em 1985, tendo crescido desde 1980. Por fim, a própria indústria de bens intermediários comprava regionalmente, em 1985, 82,7% de seus insumos intermediários, contra 66,2% em 1980. O alcance de tal integração intersetorial deve ser atribuído aos investimentos da *nova indústria*, fato que certamente ilustra a constituição de uma base industrial que, apesar de complementar e não-concorrente à base industrial do Sudeste, não apresenta os "elevados vazamentos" ou a "reduzida complementaridade no âmbito regional" mencionados com freqüência na literatura[6].

O crescimento da economia nordestina continua, ao longo de toda a década de 80, a uma taxa média de 3,3% a.a. (contra 1,6% da economia brasileira), bem abaixo das médias da década anterior (8,7% e 8,6%, respectivamente). Instabilidade econômica, processos inflacionários profundos, grandes incertezas para decisões estratégicas, crise fiscal e financeira do Estado, dentre outras características da dinâmica econômica dos anos 80, contribuíram, como é sabido, para a redução do ritmo da economia mais dinâmica do Sudeste. Entretanto, no Nordeste os investimentos realizados nas décadas anteriores, a reestruturação que alterou sua base produtiva, especialmente os investimentos associados ao II PND, ainda constituíram fonte de crescimento para a economia regional até meados dos anos 80. Para Guimarães Neto (1997), porém, é mais em razão do desaceleramento da economia nacional e menos em decorrência de crescimento excepcional das economias periféricas, dentre as quais se inclui a do Nordeste, que estas conseguem ampliar sua participação relativa no produto brasileiro durante os anos de crise na década de 80. Qualquer que seja a interpretação, fica evidente que, a partir da segunda metade dos anos 80, o desempenho do produto nordestino entra em nova fase, com a redução da intensidade do crescimento (segundo a Sudene, o PIB regional cresceu a uma taxa média anual de 7,2% no período 1975-80, 4,4% em 1980-85, 2,2% em 1985-90 e 2,8% em 1990-96).

Assim, podem-se considerar duas tendências no desempenho do PIB regional (e não apenas uma única): uma ocorrendo na primeira metade da década; e outra, na segunda metade, tratada a seguir.

TABELA 4
REGIÃO NORDESTE – ORIGEM DA DEMANDA INTERMEDIÁRIA POR BENS DA ECONOMIA REGIONAL (1980/85)

Em %

Bens	Nordeste		Restante do país		Restante do mundo		Total da demanda por insumos(*)		Variação
	1980	1985	1980	1985	1980	1985	1980	1985	1980-85
Agricultura	86,5	79,8	11,9	19,6	1,6	0,6	84,692	98,829	16,7
Extração mineral	65,1	79,9	24,4	7,0	10,5	13,1	8,014	15,254	90,3
Indústria de transformação	73,4	80,9	17,3	15,9	9,4	3,1	562,463	648,095	15,2
Bens de consumo não-durável	81,8	80,2	10,7	16,1	7,6	3,6	262,650	286,868	9,2
Bens intermediários	66,2	82,7	22,8	14,7	10,9	2,6	278,902	339,054	21,6
Bens de consumo durável e de capital	62,6	62,5	26,2	31,4	11,2	6,0	20,911	22,174	6,0
Total	**75,0**	**80,8**	**16,7**	**16,2**	**8,4**	**3,0**	**655,169**	**762,178**	**16,3**

Fonte: Fernandes (1998).
Nota: (*) Valores em cruzeiros constantes de 1980.
Obs.: Exclusive impostos e setores *dummy*.

[6] Essa noção de vazamentos decorrentes da implantação da nova indústria resulta certamente do fato de que os diversos estudos da economia do Nordeste têm-se embasado em dois aspectos: de um lado, no desempenho da balança comercial agregada; e de outro, em pesquisas centradas apenas na indústria incentivada. A relação desta com outros setores da economia regional, isto é, estudos mais abrangentes – como o que resulta da análise de insumo-produto – só mais recentemente foram possíveis. Esses estudos mostram, também, uma tendência de queda no déficit comercial do Nordeste com São Paulo, assim como o expressivo aumento nas vendas internacionais, em grande parte decorrente das exportações de bens intermediários (Fernandes, 1998).

2.3 Crise, Instabilidade e Crescimento: o Período 1985-90

Essa estrutura produtiva, determinada pela implantação da *nova indústria* e pelos investimentos e intervenção direta do Estado, entra em nova fase em meados dos anos 80. Nesse período, a crise financeira e fiscal do estado brasileiro, associada à crise externa, impõe a desorganização do modelo desenvolvimentista no país, contextualizada no longo período de altas inflações que atravessa toda a década de 80 e a primeira metade dos anos 90. A crise afeta a economia do Nordeste, dada a sua dependência por investimentos públicos, tanto no que diz respeito à capacidade de investimento dos governos federal e estaduais e à política de incentivos quanto à taxa de consumo, via emprego e transferências de aposentadorias e pensões (Gomes, 1991). Porém, verifica-se que a participação do produto regional no PIB nacional não cai, embora não continue com o ritmo de crescimento do período anterior, como já mencionado.

Antes de prosseguir a análise, vale registrar a necessidade de se adotar outra base de dados para o PIB do Nordeste daqui em diante. Quando comparado aos valores de PIB produzidos pelo Ipea (1997), o desempenho mais recente da economia do Nordeste, no que se refere à sua participação no PIB do país, apresenta tendência semelhante (Tabela 2), diversa apenas no ano final da série. Como o ano final é diferente nas duas séries (1995, na série produzida pelo Ipea, e 1996, na série produzida pela Sudene), a comparação fica prejudicada. Assim, neste trabalho, tendo em vista a homogeneização de fontes a ele necessária, a partir daqui, para efeito da análise do produto, será adotada a série do Ipea, encontrada na Tabela 5.

Como se pode ver nessa tabela, a participação do PIB regional no PIB do país variou positivamente, embora muito pouco, no período em questão (de 13,9% a 14%, entre 1985 e 1990, conforme mostra a Tabela 5). Verifica-se ainda que essa pequena variação positiva se deveu ao desempenho da agropecuária e da indústria. Nos serviços é que se concentrou a redução. Mais detalhadamente, nota-se que os serviços de transporte aumentaram sua participação, enquanto a participação dos serviços de administração pública caiu um ponto percentual (para 15,8%), o que coincide com a crise do Estado, que se acentua nesse período. Entre os setores da indústria, ressalta-se a queda registrada na participação da construção civil, que, embora tendo crescido em termos absolutos e na proporção do PIB regional (de 13,4% para 16,2%, entre 1985 e 1990) (Tabela 6), não expandiu o bastante para manter sua posição na relação com o país.

Considerando que a taxa de variação média anual do PIB foi positiva, apesar da crise, a análise do PIB setorial do Nordeste, cujos dados são apresentados na Tabela 6, mostra que entre 1985 e 1990 a agropecuária e a indústria perdem importância, em contrapartida ao crescimento do setor de serviços. Neste setor, com exceção dos serviços

TABELA 5
REGIÃO NORDESTE – PARTICIPAÇÃO DO PRODUTO REGIONAL NO PIB SETORIAL E NO TOTAL DO BRASIL (1985/90/95)

Em %

Setor	1985	1990	1995
Agropecuária	20,59	20,70	22,04
Indústria	12,04	12,38	11,47
Indústria Geral	8,53	7,42	6,96
Construção Civil	33,84	31,20	23,95
Serviços Industriais de Utilidade Pública	13,58	13,39	13,05
Serviços	13,57	13,03	12,79
Comércio	16,78	16,46	17,18
Transportes	9,04	9,27	8,43
Comunicações	12,35	11,91	12,55
Instituições Financeiras	12,09	10,23	10,12
Administrações Públicas	16,82	15,82	14,88
Aluguéis	12,73	12,09	10,63
Outros Serviços	12,59	12,73	13,03
Subtotal	**13,70**	**13,57**	**13,42**
Menos Imputação dos Serviços de Intermediação Financeira	12,11	10,23	10,12
PIB a Custo de Fatores	**13,93**	**14,04**	**13,66**

Fonte: Ipea/Nesur.

das instituições financeiras, cresce a participação de todos os setores no produto regional, com destaque para aluguéis (variação média anual de 11,38%). Vale registrar que o crescimento do setor terciário na região Nordeste tem decorrido do crescimento do setor público, tanto no que diz respeito às empresas estatais, quanto no caso da administração e dos organismos de apoio aos investimentos (Lima, 1994)[7]. A redução da participação da indústria, por sua vez, decorre do desempenho da indústria de transformação e extrativa, que cai a uma taxa anual média de 7,1% no período, em contraposição à indústria da construção civil, cuja participação cresce 3,85% a.a.

O desempenho da agropecuária chama a atenção. Com o crescimento da indústria e dos serviços, assim como a extrema vulnerabilidade do setor aos recorrentes efeitos climáticos, desde os anos 60 a agropecuária vem sistematicamente perdendo participação no PIB regional, segundo a Sudene (1997). Entre 1960 e 1980, a agência estima que o setor caiu de 30,5% para 17,3% (contra 22,1% e 29,3% da indústria, e 47,4% e 53,4% dos serviços). Vale lembrar que a agropecuária nordestina tem apenas recentemente atravessado um processo de modernização, com vistas à diversificação de culturas, tecnologia e ocupação de novas áreas, como aponta Lima (1994). É o caso já bastante conhecido da ocupação dos cerrados pela soja, da agricultura irrigada do Vale do São Francisco e do Vale do Açu, além de outras culturas de sequeiro (batata-inglesa, em áreas selecionadas de diversos estados) e orientadas para exportação (castanha de caju, no Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte; e laranja para suco, em Sergipe).

Segundo Lima (1994), apesar das novas culturas e tecnologias empregadas, a agropecuária nordestina ainda mantém a histórica característica de baixa produtividade, submetida por muito tempo ao capital comercial. Na região semi-árida, onde predominam a pecuária e a agricultura de subsistência, a estes fatores são agregadas as secas periódicas e cada vez mais freqüentes, o que implica perdas pesadas na produção rural. A fragilidade do semi-árido é ressaltada ainda hoje pela existência de 6 milhões de pessoas vivendo em pobreza crônica, segundo dados do Ipea (mapa da fome). Em contrapartida, as terras mais férteis da Zona da Mata são ainda ocupadas pela agricultura marcada pelo tradicionalismo da cana-de-açúcar e do cacau, de baixa produtividade e grande concentração fundiária. Quando comparada à expansão em bases modernas de produção e alta produtividade do setor em outras regiões do país, a agropecuária do Nordeste ainda tem muito o que desenvolver para assegurar bases compatíveis de competitividade no mercado doméstico.

TABELA 6
REGIÃO NORDESTE – PARTICIPAÇÃO SETORIAL DO PIB E VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL (1985/90/95)

Em %

Setor	Distribuição			Variação Média Anual		
	1985	1990	1995	1985-90	1990-95	1985-95
Agropecuária	16,71	15,54	18,65	-1,44	3,72	2,22
Indústria	37,14	33,50	26,87	-2,04	-4,32	-6,27
Indústria Geral	21,57	14,92	11,18	-7,11	-5,60	-12,31
Construção Civil	13,44	16,23	13,39	3,85	-3,77	-0,07
Serviços Industriais de Utilidade Pública	2,15	2,36	2,30	1,85	-0,53	1,31
Serviços	46,17	50,96	54,48	1,99	1,35	3,37
Comércio	10,43	8,63	8,10	-3,72	-1,27	-4,94
Transportes	2,63	2,49	2,35	-1,13	-1,14	-2,25
Comunicações	0,91	1,12	1,28	4,18	2,75	7,04
Instituições Financeiras	10,28	8,83	5,37	-2,99	-9,48	-12,18
Administrações Públicas	8,77	13,51	12,94	9,02	-0,86	8,08
Aluguéis	3,08	5,28	7,62	11,38	7,62	19,86
Outros Serviços	10,09	11,10	16,84	1,94	8,68	10,79
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	–	–	–

Fonte: Nesur/IE/Unicamp (1996).

[7] Baseado nas estatísticas produzidas pela Sudene, Lima (1994) mostra que os setores de energia elétrica, abastecimento de água, construção, transportes, armazenagem e comunicações, e serviços comunitários, sociais e pessoais, estão entre os que apresentam crescimento mais rápido, abaixo apenas das atividades financeiras, bens imóveis e serviços às empresas. Nas estatísticas produzidas pelo Ipea, a participação das atividades financeiras apresenta tendência inversa, o que chama a atenção, em vista do conhecido crescimento do setor na economia nacional no período em estudo (1985-90).

Entretanto, segundo estatísticas da Sudene, o produto agropecuário cresceu entre 1980 e 1985 (índices de 100 para 123,9), tendo caído entre 1985 e 1990 (para 122). Ademais, na série apresentada pela Sudene chamam a atenção as grandes oscilações que marcam um ano comparado ao seguinte (queda de 17%, em 1987, e crescimento de 20,6%, em 1988, por exemplo), em virtude das estiagens. Finalmente, em razão do contraste mencionado entre as atividades mais dinâmicas e as mais tradicionais, como Lima (1994, p. 15) ressalta, a produção agrícola do Nordeste "vem apresentando um comportamento heterogêneo em termos de tendências de produção e produtividade de suas culturas mais importantes". De um lado, os produtos tradicionais (cana-de-açúcar, cacau, algodão, feijão, fumo, mamona, mandioca, milho, sisal e sorgo) apresentam flutuações, porém com tendência de queda ou estagnação da produção física e da produtividade. De outro lado, culturas como a castanha de caju, batata inglesa, soja, tomate, laranja, uva, manga e melão apresentam produtividade e produção em ascensão, sendo em boa parte responsáveis pelo crescimento mencionado do PIB agropecuário, assim como pelo maior valor de mercado e de rentabilidade de seus produtos (Lima, 1994).

No geral, em síntese, a economia da região parece acompanhar os efeitos do ciclo recessivo nacional, entre 1985 e 1990, em vista da complementaridade que resulta dos investimentos realizados na década anterior, especialmente aqueles na indústria e na agropecuária mais moderna. Por outro lado, demonstra ainda margem para seguir se beneficiando desses investimentos, apesar da crise e da instabilidade, possivelmente em decorrência da magnitude das inversões e da margem para expansão de um mercado cuja exploração está ainda longe de se esgotar. Basta lembrar a concentração de renda característica da região, a ser apresentada mais adiante, além da introdução ou modernização de vastos territórios na produção em bases capitalistas. Esse aspecto é evidenciado também na grande concentração intra-regional dos investimentos realizados, a qual vem estimulando a compreensão de que a estrutura espacial da economia regional recente tem sido fragmentada, mas que também se vê refletida na estrutura pouco densa da rede urbana do Nordeste, como será apresentado com detalhes mais adiante.

Para efeito da análise do período 1985-90, porém, a Tabela 7 permite uma primeira aproximação. Ela confirma a tendência de pequena desconcentração, mas evidencia ainda uma forte concentração do produto regional nos estados da Bahia e Pernambuco. Em 1985, o primeiro era responsável sozinho por mais de um terço do PIB regional e, embora tendo sua participação reduzida em 1990, permanece no mesmo patamar. O produto de Pernambuco vem a seguir, respondendo por 17,86%, em 1985, e crescendo para 19,1%, em 1990. No início da década, os dois estados eram responsáveis por mais da metade do produto regional. Aproximando-se de Pernambuco, vem o estado do Ceará, cuja participação cresce ao longo de todo o período retratado pela Sudene (ver Tabela 2), assim como no período 1985-95 estimado pelo Ipea (Tabela 7). Juntos, os três estados detêm 65,8% do PIB regional em 1990.

Entretanto, não se pode deixar de registrar que, no período 1985-90, as economias de menor expressão no Nordeste, com exceção do Rio Grande do Norte, têm suas participações ampliadas. Merece destaque o estado do Maranhão, cujo PIB passa a compreender 8,2% do produto regional, crescendo 2,9% a.a. no período. Logo a seguir,

TABELA 7
REGIÃO NORDESTE – PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NO PIB REGIONAL E VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL (1985/90/95)

Em %

Estado	Distribuição			Variação Média Anual		
	1985	1990	1995	1985-90	1990-95	1985-95
Bahia	38,01	34,46	33,50	-1,94	-0,57	-1,26
Sergipe	4,93	5,34	5,08	1,62	-1,01	0,29
Alagoas	5,34	5,88	5,66	1,95	-0,74	0,60
Pernambuco	17,86	19,13	18,90	1,39	-0,24	0,57
Paraíba	5,01	5,39	5,46	1,48	0,29	0,88
Rio Grande do Norte	6,25	6,06	6,70	-0,61	2,02	0,70
Ceará	12,49	12,16	13,51	-0,53	2,13	0,79
Piauí	2,99	3,37	3,39	2,40	0,13	1,26
Maranhão	7,13	8,21	7,80	2,86	-1,02	0,90
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	–	–	–

Fonte: Ipea/Nesur/IE/Unicamp (1996).

em termos de crescimento, vem o estado do Piauí, que conseguiu ampliar sua participação no PIB regional a uma taxa de 2,4% a.a. Enquanto isso, com exceção de Pernambuco, a participação das principais economias da região diminui. Pode-se inferir daí que, embora tímido, um movimento de desconcentração intra-regional estaria em curso, cuja continuidade deve ser verificada no período seguinte. Vale registrar, porém, que essa é uma desconcentração de pequena intensidade, além de ser bastante concentrada espacialmente dentro de cada estado.

Em razão de sua importância como a segunda maior economia estadual do Nordeste, vale um comentário sobre a dinâmica econômica de Pernambuco, que ressalta da leitura da Tabela 7. A tendência de queda da participação da economia do estado no PIB regional é fenômeno que as estatísticas da Sudene vêm refletindo desde a década de 70, quando começam a ser publicadas. Essa queda acentua-se nos anos 80, quando o estado apresenta a menor taxa de crescimento da economia regional (3,5%) e a terceira menor nos anos 90 (1,8% entre 1990 e 1996, na frente apenas do Piauí, com 1,7%, e de Sergipe, com 1,3%). Segundo a Sudene (ver Tabela 2), a participação de Pernambuco cai constantemente de 1970 a 1993, exceto em 1990. Esse desempenho relativo tem levado ao entendimento de que a economia pernambucana está em processo de declínio, atribuído fundamentalmente à crise da agroindústria do açúcar e à ausência de recursos naturais no território estadual e de alternativas de desenvolvimento. Araújo (1996) contesta tal fato, mostrando que, embora reduzindo sua participação no PIB regional entre 1970 e 1995, a taxa média de crescimento do produto estadual (5,1%) foi maior que a do país (4,6%). Com efeito, Pernambuco ampliou sua participação no PIB nacional de 2,43% para 2,74% no período. Para Araújo (1996), a redução de participação no produto regional decorre de um conjunto de três fatores:

- ausência de recursos naturais no estado, importante fator locacional para os investimentos associados ao II PND;
- situação desvantajosa resultante da atribuição de segunda prioridade ("faixa B") ao estado pelos critérios do 34/18 – Finor[8];
- reestruturação que atingiu o setor comercial – tradicionalmente dinâmico no estado – com a integração do mercado nacional.

Esta redução deve, portanto, ser relativizada para que se compreenda a dinâmica espacial recente da economia nordestina.

2.4 Evolução Recente: os Anos 90

Para a economia nacional, um novo período é caracterizado com o início da década de 90, com a abertura comercial e, mais adiante, com o plano de estabilização, em 1994. Uma primeira fase, de certa euforia de retomada dos investimentos em razão dos efeitos imediatos da estabilização, é seguida por outra, caracterizada pela redução do desempenho da economia, decorrente das bases sobre as quais foi fundamentado o plano. A sustentação das taxas de juros em patamares altos para forçar a redução das importações – e, com isso, a redução do déficit comercial em crescimento desde a implantação do Plano Real – inviabiliza, de um lado, o investimento público e, de outro, acentua a seletividade da estratégia corporativa privada, baseada em "eficiência" locacional (logística, qualificação da mão-de-obra, proximidade a mercados e centros de pesquisa e desenvolvimento, renda etc.).

No início da década de 90, a instabilidade monetária atinge níveis de hiperinflação no Brasil. Em meio a tentativas de estabilização mais uma vez frustradas, o produto nacional retrai-se nos anos iniciais da década (-0,02% a.a., no período 1990-92). Neste período, a economia nordestina sofre o impacto da crise, embora com menor intensidade, uma vez que fica estagnada no índice de 138,0 em relação ao produto de 1980. É evidente que o seu desempenho entrava em nova fase, e não apenas responde ao ambiente macroeconômico nacional. Ao invés do crescimento das décadas anteriores, que foi diminuindo de intensidade ao longo dos períodos estudados (ver Tabela 6), o produto regional chega a diminuir no período 1990-93 a uma taxa média anual de –0,5% (Sudene, 1993), com destaque para o ano de 1992, quando o produto de todos os setores de atividade apresentam contração.

Esse desempenho é mais bem compreendido ao se analisar a Tabela 8, que mostra os índices e as variações do PIB setorial da região, de 1970 a 1993. Concentrando-se nos anos disponíveis da década de 90, verifica-se que a agropecuária apresentou o melhor desempenho, porém associado à intensa oscilação, como já mencionado com referência a outros períodos. Em seguida, vem a indústria, com uma variação muito pequena (especialmente quando comparada ao desempenho na década de 70), da ordem de 1,2%,

[8] Ver nota de rodapé 2, página 81.

porém maior que sua média nos anos 80. Chama a atenção o desempenho do setor terciário que, depois de grande dinamismo nos anos 70 e mesmo nos anos 80, declina nos dois primeiros anos da década, sendo o único dos setores de atividade a apresentar crescimento negativo, neste último período.

Com a retomada do crescimento, logo após a implementação do Plano Real, a economia voltou a apresentar desempenho positivo, como mostra a taxa de crescimento para o PIB total de 2,8% a.a., entre 1990 e 1996. Entretanto, verifica-se que, ao menos até 1994, o crescimento deveu-se ao dinamismo da agropecuária (46,7%) e da pequena recuperação dos serviços (3,9%), que compensaram a variação negativa da indústria (-0,3%), permitindo a recuperação da economia como um todo (7,5%). Como não estão disponíveis os valores do PIB setorial para anos mais recentes, a tendência de cada um deles apenas pode ser inferida das estimativas de participação no produto global da região. Segundo a Sudene, em 1990 a participação da agropecuária no PIB do Nordeste caiu ainda mais (para 13,3%), chegando a 12,4% em 1996 (dados preliminares), depois da forte estiagem do período 1992-93 e apesar da recuperação de 1994. A indústria também reduz sua participação para 23,7% em 1996, depois de duas décadas de crescimento, tendo atingido 29,3% do PIB regional em 1980 e caído para 28,5% em 1990. O setor de serviços, ao contrário, mantém constante a trajetória de expansão, apesar do crescimento absoluto negativo do início dos anos 90. Em 1996, representava 63,9% do produto regional, contra 58,2% em 1990.

A tendência à desconcentração no território nacional vai até 1990 (ver Tabela 5), quando o produto regional chega a compreender 14% do PIB brasileiro, para então contrair para 13,7%. A tendência verificada pela Sudene é semelhante, como mostra a Tabela 2, ao apresentar redução desta participação apenas no final do período, 1996, quando o produto passa a representar 15,6% do PIB do país que, embora menor que a média do período 1990-96 (15,9%, segundo a Sudene), ainda se mantém no patamar dos 15% do início da década. Nos anos 90, portanto, segundo as estimativas da Sudene, a economia regional apresentou o desempenho de maior dinamismo no que se refere à sua participação no produto nacional, mas esse desempenho foi alcançado num ambiente de grande instabilidade.

Nesse estágio, a distribuição do produto regional segundo os setores de atividade no período 1990-95, apresentada na Tabela 6, é distinta daquela do período anterior. A agropecuária e o setor de serviços invertem a tendência e voltam a apresentar crescimento da participação no PIB regional em 1995, chegando a 18,7% e 54,5%, respectivamente. A contrapartida desse desempenho é a queda da participação da indústria, que atinge 26,9%, tendência não interrompida ao longo de todo o período mostrado na Tabela 6. Entre 1985 e 1990, a indústria teve sua proporção do produto regional reduzida a uma taxa média de 2% a.a.,

TABELA 8
REGIÃO NORDESTE – ÍNDICES E VARIAÇÕES DO PIB POR SETOR DE ATIVIDADE (1970-96)

1980 = 100%

Ano/ Período	Agropecuária		Indústria		Serviços		Total	
	Índice	Variação	Índice	Variação	Índice	Variação	Índice	Variação
1970	59,1	–	41,9	–	37,7	–	43,3	–
1975	97,5	10,5	60,6	7,7	62,7	10,7	70,5	10,2
1980	100,0	0,5	100,0	10,5	100,0	9,8	100,0	7,2
1985	129,8	5,4	104,3	0,8	133,0	5,9	123,8	4,4
1990	117,3	-2,0	111,0	1,3	156,7	3,3	138,0	2,2
1991	136,3	16,2	116,5	5,0	155,0	-1,1	141,3	2,4
1992	122,0	-10,5	113,7	-2,4	154,8	-0,1	138,0	-2,3
1993	88,0	-27,9	113,7	0,0	161,0	4,0	135,9	-1,5
1994	129,1	46,7	113,4	-0,3	167,3	3,9	146,1	7,5
1970-80	–	5,4	–	9,1	–	10,2	–	8,7
1980-90	–	1,6	–	1,0	–	4,6	–	3,3
1990-92	–	2,0	–	1,2	–	-0,6	–	0,0
1990-93	–	-9,1	–	0,8	–	0,9	–	-0,5
1990-94	–	2,4	–	0,5	–	1,6	–	1,4
1990-96	–	–	–	–	–	–	–	2,8

Fonte: Sudene (Contas Regionais 1993, 1994 e 1997).

queda que se acentua no período seguinte, chegando a 4,3%. Ao longo dos 10 anos em estudo, a perda foi de 6,27% a.a. Vale notar, porém, que a perda relativa da indústria não tem correspondência com seu desempenho absoluto, como mostra a Tabela 8. Em todo o período ali retratado, a indústria regional cresce, com exceção de 1992 – ano de grande retração da indústria em todo o país.

Essa retração é sentida de forma mais intensa pela indústria do Nordeste do que pela indústria do país como um todo. Segundo estimativas do IBGE, publicadas pela Sudene, a taxa de crescimento da indústria entre 1992 e 1993 foi de 0,4% para o país e de 0,8% para o Nordeste, havendo na indústria de transformação grande disparidade de desempenho, com taxas de 11,1% para o país e 1,7% para a região. Mas tem origem no desempenho da indústria extrativa (-3,7%) a maior contribuição ao baixo crescimento verificado. Esta resulta, por sua vez, da significativa queda na produção de petróleo bruto, produto que detém grande peso na formação do valor adicionado da atividade, na região. Entretanto, os gêneros de bens intermediários não sofrem os efeitos da crise nacional na mesma dimensão, mantendo seu crescimento positivo, com destaque para matérias plásticas, que cresceram 24,6%. Vale ainda registrar que a indústria das duas maiores economias regionais apresentou comportamento diferenciado, em que se destaca a de Pernambuco, que cresce 6,6%, bem superior à média regional (1,7%), enquanto a da Bahia, mais próxima desta, apresenta uma pequena expansão de 1,8%. A falta de informações disponíveis impede a continuação da análise para anos mais recentes.

A análise mais detalhada da distribuição do produto regional em unidades, pessoal ocupado e remuneração, segundo setores de atividade, que resulta das transformações assinaladas, é obtida da Tabela 9, a seguir. Em 1994, o perfil da economia regional é tal que: a agropecuária representa muito pouco quanto aos três aspectos apresentados; e a indústria de transformação compreende mais de um terço do pessoal ocupado e das remunerações das atividades com apenas 12,1% dos estabelecimentos, cabendo ao setor terciário (comércio e serviços) parcela próxima de dois terços, no caso do pessoal ocupado, e de mais da metade dos rendimentos. Dentre as atividades que compõem esse setor, destacam-se o comércio, a reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos, responsáveis por cerca da metade do pessoal ocupado e das remunerações do setor, seguido das atividades imobiliárias e serviços prestados às empresas (12% e 14,3%, respectivamente).

No que diz respeito ao valor adicionado fiscal da região, a informação contida na base disponibilizada para esta pesquisa impede conclusões mais consistentes, de modo que não se fará análise com base nesse indicador.

TABELA 9
REGIÃO NORDESTE – UNIDADES LOCAIS, PESSOAL OCUPADO E RENDIMENTOS, POR SETOR DE ATIVIDADE (1994)

Setor	Unidades Locais		Pessoal Ocupado em 31/12/1994		Salários, Retiradas e outras Remunerações	
	Nº	%	Nº	%	R$	%
Agricultura, pecuária, silvicultura e exp. florestal	167	0,1	5.689	0,4	13.642	0,4
Indústrias extrativas	527	0,3	11.302	0,8	32.391	1,0
Indústrias de transformação	21.174	12,1	472.203	34,2	1.215.385	38,7
Comércio e serviços	153.717	87,5	890.371	64,5	1.875.497	59,8
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	121.544	69,2	474.791	34,4	907.288	28,9
Alojamento e alimentação	11.055	6,3	67.849	4,9	101.598	3,2
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	8.934	5,1	165.659	12,0	448.163	14,3
Educação	4.497	2,6	68.980	5,0	145.080	4,6
Saúde e serviços sociais	4.922	2,8	79.463	5,8	187.059	6,0
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2.765	1,6	33.629	2,4	86.309	2,8
Total	**175.582**	**100,0**	**1.380.626**	**100,0**	**3.138.264**	**100,0**

Fonte: IBGE (Censo Cadastro 1994)
Tabulação: Nesur/IE/Unicamp.

Após os ajustes necessários, serão efetuadas as análises pertinentes. Eventuais problemas com os referidos indicadores serão solucionados com dados e pesquisas nas secretarias estaduais de Fazenda.

Em síntese, na primeira metade dos anos 90, a economia regional reagiu sensivelmente às instabilidades da economia brasileira nos seus anos iniciais, recuperando-se com a estabilização. As instabilidades dos anos iniciais são perceptíveis no desempenho da indústria, o qual chega a se contrair entre 1990 e 1994, em vista de sua maior integração à economia nacional. O desempenho da agricultura, apesar da seca de 1992-93, é positivo, em boa parte em decorrência das novas culturas desenvolvidas na região, assim como o desempenho do setor de serviços, o que permite o crescimento do produto global. A economia regional apresentou, assim, desempenho positivo nos anos de crise mais recente, embora não se possa aqui comentar ainda sobre os ajustes implementados em decorrência da abertura comercial. Cabe, portanto, desenvolver análise do setor externo para esse período, assim como realizar levantamento sobre investimentos feitos na região, além de outras informações qualitativas que preencham tal lacuna.

2.5 Rebatimento Espacial da Dinâmica Econômica

A *nova indústria*, como é sabido, concentrou-se espacialmente no chamado "eixo costeiro" (Guimarães Neto, Araújo e Souza, 1997) ou "sistema sub-regional dos pólos e complexos industriais" (Mueller, 1996). Entretanto, espaços econômicos associados à política de incentivos, ao II PND e aos demais fatores mencionados podem ser identificados em pontos variados do território nordestino, especialmente naqueles de maior base de recursos naturais, o que tem determinado a constituição das novas regiões de fronteira agrícola e mineral. No tocante à indústria de bens intermediários, resulta dessas inversões o conhecido pólo de Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador, a dinamização da economia de Aracaju, Sergipe e Macau, no Rio Grande do Norte, a partir da extração de petróleo, do complexo cloro-álcool-químico em Maceió, Alagoas, todas articuladas a Camaçari, a exemplo da atividade química de Recife, Pernambuco. No que se refere à substituição de derivados de combustível de petróleo, toda a Zona da Mata nordestina, região secular de produção de cana-de-açúcar, recebe grandes incentivos que são revertidos em ampliação da área plantada e produção de álcool combustível, embora sem os ganhos de produtividade alcançados em outras regiões, como já mencionado.

As inversões relacionadas à expansão das exportações produzem, por sua vez, importantes ajustes na economia da região, no que se refere tanto ao setor primário quanto ao secundário (à indústria). No primeiro caso, estão inclusas as áreas de expansão da fronteira agrícola do oeste do Maranhão, Bahia e sudoeste do Piauí, todas incorporadas ao cultivo da soja. Trata-se de territórios de ocupação rarefeita e com a existência de bacias hidrográficas com rios perenes, voltados à produção de subsistência, de baixa produtividade devido à acidez do solo, que com a introdução da soja é corrigido quimicamente (adiciona-se calcário). No caso específico da Bahia, a nova cultura implicou um processo de urbanização acelerada, polarizado pela cidade de Barreiras, localizada no entroncamento das rodovias BR-242, que atravessa o território baiano do litoral ao extremo oeste chegando à fronteira com Tocantins, e BR-020, que complementa aquela articulando o estado da Bahia a Goiás. É por esta estrada que se tem intensificado a polarização do Distrito Federal sobre a mesorregião do oeste baiano (Santos Filho, 1988).

No que diz respeito à indústria, a região sofreu grandes transformações ao longo da ferrovia que liga Carajás ao Porto de Itaqui, próximo a São Luís. Diversas unidades de transformação do minério foram ali surgindo, dando origem a um processo de urbanização acelerada e de qualidade questionável, tanto em termos ambientais quanto no que se refere à infra-estrutura das cidades. Nesse espaço, destaca-se o município de Açailândia, no entroncamento da BR-010 com a BR-222, que, com seus 47.881 habitantes em 1996, nem sequer constava do Censo de 1980.

De outra parte, toda a faixa costeira consolida-se como o espaço de maior dinamismo, em que se destacam as três aglomerações urbanas metropolitanas, Recife, Salvador e Fortaleza, embora ainda mereça destaque o crescimento de Natal e João Pessoa. É preponderantemente em virtude dos investimentos na indústria, com destaque para a produção de bens intermediários, que se verifica a constituição de uma nova especialização da economia nordestina e, também, há mudanças sensíveis na dimensão das exportações regionais e na composição de sua pauta. Entre 1970 e 1990, o Nordeste quadruplicou seu coeficiente de exportação, em grande parte em razão do desempenho das vendas de manufaturados, uma vez que ocorre redução substancial dos produtos primários. Aqueles passam de 12,9% para 44% do conjunto das vendas da região ao exterior, entre 1975 e 1990 (Guimarães Neto, 1997). Ademais, como mostra Fernandes (1997), coube também à *nova indústria* a contribuição mais significativa para a melhoria dos termos de troca da região com o resto do país, inclusive com São Paulo, tendo havido uma tendência de redução do déficit comercial com esses parceiros entre 1975 e 1985, como apontado anteriormente.

Referindo-se ao período 1975-85, Guimarães Neto (1997) destaca que, no nível intra-regional, não é evidente uma desconcentração da atividade econômica, dado o crescimento da participação do estado da Bahia no produto

regional, em paralelo à redução da participação do estado de Pernambuco, como já visto anteriormente. O autor também salienta que, ao contrário do que ocorre nas regiões Sul e Sudeste, no Nordeste se observa uma tendência evidente à divergência de rendas, mesmo nesse período de desconcentração inter-regional. No entender de Guimarães Neto (1997), essa desconcentração ocorreu num contexto de desaceleração econômica – entre 1975 e 1980 – e de crise e instabilidade – entre 1980 e 1985. A partir de meados da década de 80, em decorrência da crise do Estado e da instabilidade da economia, a transferência de investimentos privados para a região perde o ímpeto, acrescentando-se mais este fator à já evidente redução de inversões públicas nela, especialmente aquelas de maior efeito estruturador. Nos termos de Celso Furtado, interrompe-se a construção do desenvolvimento brasileiro, o que repercute significativamente sobre o Nordeste, região mais atrasada e dependente da ação do Estado.

No período 1985-95, o desempenho da economia regional foi um pouco distinto dos períodos anteriores. No tocante à distribuição do produto entre os diversos estados nordestinos, as estimativas do Ipea, apresentadas na Tabela 7, mostram que são exatamente os estados de Pernambuco e do Ceará os que mais se beneficiam com tal tendência de crescimento, ao elevarem sua participação no PIB regional nos anos de crise na economia nacional. Os dados confirmam a maior participação do estado da Bahia, que em 1985 alcançava 38,2% do produto regional. Mas, segundo esses mesmos dados, já na segunda metade da década de 80, tem início uma pequena desconcentração do PIB regional, quando são os estados de Pernambuco e Maranhão os que dela mais se beneficiam.

Nos anos 90, essa desconcentração mantém-se, com a Bahia compreendendo 34% do PIB regional, mas verifica-se também a constituição de dinâmica associada à geografia da reestruturação da indústria brasileira pós-abertura, refletida no crescimento da participação do estado do Ceará e, em menor escala, do Rio Grande do Norte. Agora, menos em decorrência dos incentivos regionais, e mais em vista de incentivos estaduais, "guerra fiscal" e busca de redução de custos operacionais e ampliação de mercados, empresas deslocam-se para a região, com destaque para o estado do Ceará, que chega a compreender 18,5% do pessoal ocupado e 18,1% da remuneração regional em 1994, aproximando-se dos índices registrados para o estado de Pernambuco (Tabela 10). Está acima deste no caso do número de estabelecimentos, o que deve traduzir um perfil de empresas de menor porte que as pernambucanas. Já o estado da Bahia mantém seu perfil pós-*nova indústria* de economia de maior intensidade de capital, ao apresentar proporção inferior de pessoal ocupado em relação à sua proporção de estabelecimentos e do valor das remunerações nos totais regionais, acima de um terço.

TABELA 10
REGIÃO NORDESTE – PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS, PESSOAL OCUPADO E REMUNERAÇÃO REGIONAIS (1994)

Em %

País/Estado/Região	Número de estabelecimentos	Pessoal ocupado em 31/12/1994	Salários, retiradas e outras remunerações
Maranhão	8,04	6,16	5,80
Piauí	7,81	4,15	2,83
Ceará	22,74	18,51	18,11
Rio Grande do Norte	3,63	5,90	4,89
Paraíba	2,99	6,02	5,25
Pernambuco	11,84	22,13	21,33
Alagoas	2,97	5,36	5,02
Sergipe	4,97	4,42	3,58
Bahia	35,01	27,36	33,18
Nordeste	**100,00**	**100,00**	**100,00**
Nordeste/Brasil	**10,87**	**11,49**	**7,95**

Fonte: IBGE (Censo Cadastro de 1994, Tabela 9).
Tabulação: Nesur/IE/Unicamp.

Já a Tabela 11 detalha a distribuição do PIB regional. Ela permite confirmar que, em primeiro lugar, ocorreu leve, porém constante, desconcentração espacial do produto, com a redução da participação da Bahia ao longo de todo o período. Ao lado da Bahia, nota-se também uma queda na proporção do produto do Piauí (-1,17%), sendo esta economia estadual de menor porte a única a apresentar redução do produto global. Em contrapartida, crescem as participações dos demais estados de maior porte, Pernambuco e Ceará, embora timidamente, assim como os demais estados de economia menores. Pela análise dos componentes do produto, conclui-se que a origem do baixo crescimento global ou das reduções verificadas se encontra no desempenho dos setores urbanos. São a indústria e os serviços que compõem o desempenho insatisfatório. Este, porém, está concentrado na segunda metade do período, isto é, entre 1990 e 1995, justo os anos de maiores instabilidades. No período 1985-90, com exceção do Piauí e Rio Grande do Norte, entre as pequenas economias estaduais, e do Ceará e Bahia entre as grandes, o desempenho do produto global foi positivo, embora bastante reduzido. Entre os produtos setoriais, destaca-se nesse período o desempenho negativo dos serviços, origem das perdas globais entre as economias estaduais menores. Já nos estados do Piauí e Ceará, bastante vulneráveis às estiagens, a agropecuária contribuiu para o desempenho negativo.

TABELA 11
REGIÃO NORDESTE – PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NO PIB REGIONAL, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE (1985/90/95)

Em %

Estado/Setor	Distribuição			Variação Média Anual		
	1985	1990	1995	1985-90	1990-95	1985-95
Maranhão						
Agropecuária	10,20	11,13	11,09	1,76	-0,07	0,84
Indústria	6,32	6,93	6,39	1,86	-1,61	0,11
Serviços	6,67	8,16	7,36	4,11	-2,03	1,00
Subtotal	**7,13**	**8,21**	**7,80**	**2,86**	**-1,02**	**0,90**
Menos Imput. dos Serviços Interm. Financeira	6,84	8,53	5,11	4,53	-9,74	-2,87
PIB a Custo de Fatores	**7,17**	**8,17**	**7,93**	**2,64**	**-0,59**	**1,01**
Piauí						
Agropecuária	3,94	3,42	3,02	-2,76	-2,48	-2,62
Indústria	1,89	2,07	2,35	1,78	2,58	2,18
Serviços	3,53	1,68	1,68	-13,78	0,00	-7,14
Subtotal	**2,99**	**2,18**	**2,66**	**-6,15**	**4,08**	**-1,17**
Menos Imput. dos Serviços Interm. Financeira	2,28	3,74	3,77	10,42	0,16	5,16
PIB a Custo de Fatores	**3,09**	**4,20**	**4,03**	**6,37**	**-0,86**	**2,69**
Ceará						
Agropecuária	11,63	11,34	11,76	-0,50	0,73	0,11
Indústria	9,58	9,81	11,69	0,48	3,57	2,01
Serviços	15,15	13,96	15,01	-1,62	1,46	-0,09
Subtotal	**12,49**	**12,16**	**13,51**	**-0,53**	**2,13**	**0,79**
Menos Imput. dos Serviços Interm. Financeira	17,24	14,68	13,14	-3,16	-2,20	-2,68
PIB a Custo de Fatores	**11,93**	**11,90**	**13,53**	**-0,04**	**2,60**	**1,27**
Rio Grande do Norte						
Agropecuária	4,29	4,42	4,87	0,59	1,97	1,28
Indústria	7,97	8,09	10,32	0,30	5,00	2,62
Serviços	5,57	5,23	5,54	-1,26	1,16	-0,06
Subtotal	**6,25**	**6,06**	**6,70**	**-0,61**	**2,02**	**0,70**
Menos Imput. dos Serviços Interm. Financeira	5,27	2,41	3,93	-14,49	10,28	-2,89
PIB a Custo de Fatores	**6,36**	**6,44**	**6,84**	**0,25**	**1,23**	**0,74**

Continua

TABELA 11
REGIÃO NORDESTE – PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NO PIB REGIONAL, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE (1985/95)

Conclusão

Em %

Estado/Setor	Distribuição			Variação Média Anual		
	1985	1990	1995	1985-90	1990-95	1985-95
Paraíba						
Agropecuária	6,35	6,24	6,20	-0,37	-0,13	-0,25
Indústria	3,38	3,35	3,29	-0,19	-0,37	-0,28
Serviços	5,86	6,47.	6,29	2,00	-0,56	0,71
Subtotal	**5,01**	**5,39**	**5,46**	**1,48**	**0,29**	**0,88**
Menos Imput. dos Serviços Interm. Financeira	4,56	2,69	3,71	-10,00	6,60	-2,05
PIB a Custo de Fatores	**5,07**	**5,67**	**5,56**	**2,24**	**-0,39**	**0,92**
Pernambuco						
Agropecuária	13,33	15,62	15,78	3,22	0,20	1,70
Indústria	16,62	15,46	14,88	-1,44	-0,77	-1,10
Serviços	20,49	22,62	21,96	2,00	-0,59	0,69
Subtotal	**17,86**	**19,13**	**18,90**	**1,39**	**-0,24**	**0,57**
Menos Imput. dos Serviços Interm. Financeira	17,52	26,64	28,65	8,74	1,46	5,04
PIB a Custo de Fatores	**17,90**	**18,36**	**18,40**	**0,50**	**0,04**	**0,27**
Alagoas						
Agropecuária	7,69	12,13	9,78	9,54	-4,21	2,43
Indústria	4,10	4,18	3,70	0,36	-2,40	-1,03
Serviços	5,47	5,09	5,22	-1,45	0,52	-0,47
Subtotal	**5,34**	**5,88**	**5,66**	**1,95**	**-0,74**	**0,60**
Menos Imput. dos Serviços Interm. Financeira	5,41	3,76	4,98	-7,02	5,77	-0,83
PIB a Custo de Fatores	**5,32**	**6,09**	**5,70**	**2,75**	**-1,34**	**0,68**
Sergipe						
Agropecuária	3,22	5,10	4,68	9,65	-1,73	3,80
Indústria	6,76	8,01	6,67	3,45	-3,61	-0,14
Serviços	4,08	3,66	4,43	-2,12	3,89	0,84
Subtotal	**4,93**	**5,34**	**5,08**	**1,62**	**-1,01**	**0,29**
Menos Imput. dos Serviços Interm. Financeira	4,27	1,20	2,75	-22,40	18,00	-4,31
PIB a Custo de Fatores	**5,02**	**5,77**	**5,20**	**2,82**	**-2,07**	**0,35**
Bahia						
Agropecuária	39,36	30,60	32,83	-4,91	1,41	-1,80
Indústria	43,38	42,11	40,73	-0,59	-0,67	-0,63
Serviços	33,18	30,61	30,16	-1,60	-0,30	-0,95
Subtotal	**38,01**	**34,46**	**33,50**	**-1,94**	**-0,57**	**-1,26**
Menos Imput. dos Serviços Interm. Financeira	36,61	38,26	34,94	0,89	-1,80	-0,47
PIB a Custo de Fatores	**38,14**	**34,07**	**33,42**	**-2,23**	**-0,38**	**-1,31**

Fonte: Nesur/IE/Unicamp.

Em síntese, pode-se afirmar que, entre 1985 e 1995, houve um processo de desconcentração intra-regional, mas de pequenas proporções; ele ocorreu sobretudo na primeira metade do período. A intensificação da inflação e da crise econômica e política que abalou o país na primeira metade dos anos 90 contribuiu certamente para a redução desse processo, que mesmo em períodos anteriores já se apresentava *tímido*.

O reflexo dessa tendência está igualmente marcado na forma como a população do Nordeste vem distribuindo-se no território regional. De um lado, os três estados de maior peso na economia regional – Pernambuco, Bahia e Ceará – são histórica e consistentemente os mais populosos (Tabelas 12 a 15). Juntos, eles somavam, em 1996, 26,751 milhões de habitantes, o que representava mais da metade da população regional de então (44,768 milhões). De outro lado, verifica-se um movimento de urbanização dessa população: o Nordeste, apesar de ainda concentrar a maior parte da população rural do país, acompanha de perto a taxa de crescimento da população urbana brasileira. No âmbito estadual, nota-se que esse incremento decorre preponderantemente do processo de urbanização ocorrido no estado do Maranhão, que duplica seu grau de urbanização entre 1970 e 1996, chegando ao fim do período com 9,3% da população urbana regional.

TABELA 12
REGIÃO NORDESTE – NÚMERO DE MUNICÍPIOS E RENDIMENTO FAMILIAR POR ESTADO (1991)

Região/Estado	Municípios		Chefes com rendimento					Relação com a Média
	Nº	%	Nº	%	até 2 SM	%	% até 2 SM	regional
Maranhão	136	9,02	598.673	10,55	460.806	11,76	76,97	1,11
Piauí	118	7,82	325.571	5,74	249.022	6,35	76,49	1,11
Ceará	178	11,80	880.407	15,52	631.812	16,12	71,76	1,04
Rio Grande do Norte	152	10,08	329.926	5,82	215.848	5,51	65,42	0,95
Paraíba	171	11,34	380.784	6,71	273.316	6,97	71,78	1,04
Pernambuco	167	11,07	1.042.196	18,37	659.107	16,82	63,24	0,92
Alagoas	97	6,43	327.510	5,77	224.728	5,73	68,62	0,99
Sergipe	74	4,91	210.836	3,72	137.076	3,50	65,02	0,94
Bahia	415	27,52	1.577.564	27,81	1.067.018	27,23	67,64	0,98
Nordeste	**1.508**	**100,00**	**5.673.467**	**100,00**	**3.918.733**	**100,00**	**69,07**	**1,00**

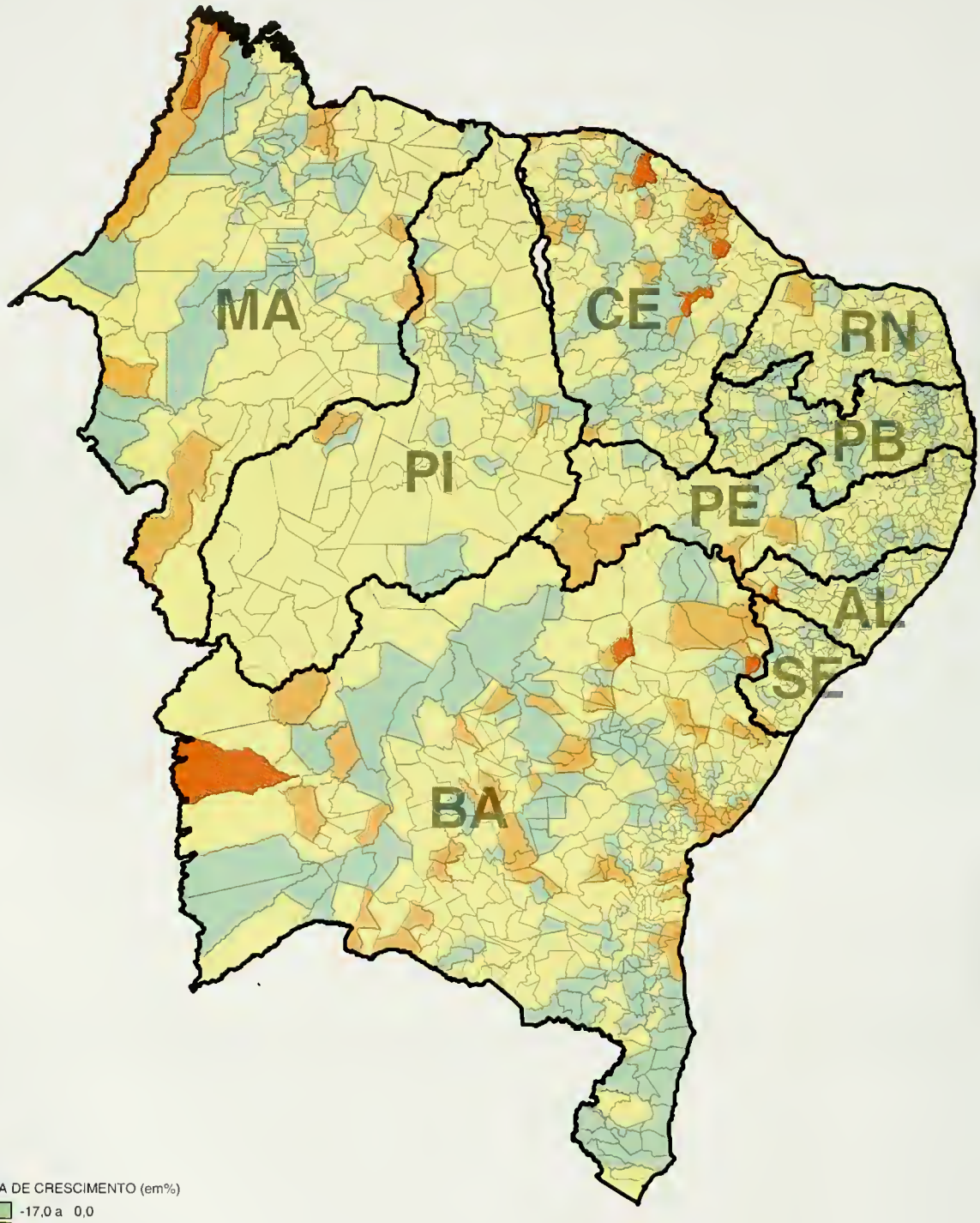
Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 1991). Tabulação: Nesur/IE/Unicamp.

TABELA 13
REGIÃO NORDESTE – POPULAÇÃO TOTAL E URBANA (1970/80/91/96)

Região/Estado	População Total				População Urbana			
	1970	1980	1991	1996	1970	1980	1991	1996
Maranhão	2.992.686	3.996.404	4.930.253	5.222.565	752.027	1.255.156	1.972.421	2.711.557
Piauí	1.680.573	2.139.021	2.582.137	2.673.176	536.612	879.994	1.367.184	1.556.115
Ceará	4.361.603	5.288.253	6.366.647	6.809.794	1.780.093	2.810.351	4.162.007	4.713.311
Rio Grande do Norte	1.550.244	1.898.172	2.415.567	2.558.660	737.368	1.115.158	1.669.267	1.843.468
Paraíba	2.382.617	2.770.176	3.201.114	3.305.616	1.002.156	1.449.004	2.052.066	2.261.986
Pernambuco	5.161.881	6.143.272	7.127.947	7.399.131	2.812.084	3.784.543	5.051.489	5.476.915
Alagoas	1.558.109	1.982.591	2.514.100	2.633.339	631.739	976.536	1.482.033	1.661.914
Sergipe	900.744	1.140.121	1.491.876	1.624.175	415.415	617.796	1.002.877	1.140.569
Bahia	7.493.470	9.452.346	11.867.991	12.541.745	3.085.483	4.660.304	7.016.770	7.826.843
Nordeste	**28.111.927**	**34.810.356**	**42.497.632**	**44.768.201**	**11.752.977**	**17.566.842**	**25.776.114**	**29.192.696**

Fonte: Ipea (1997). Tabulação: Nesur/IE/Unicamp.

MAPA 1
REGIÃO NORDESTE – CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL (1980-91)



TAXA DE CRESCIMENTO (em%)
-17,0 a 0,0
0,1 a 3,0
3,1 a 7,0
7,1 a 15,0

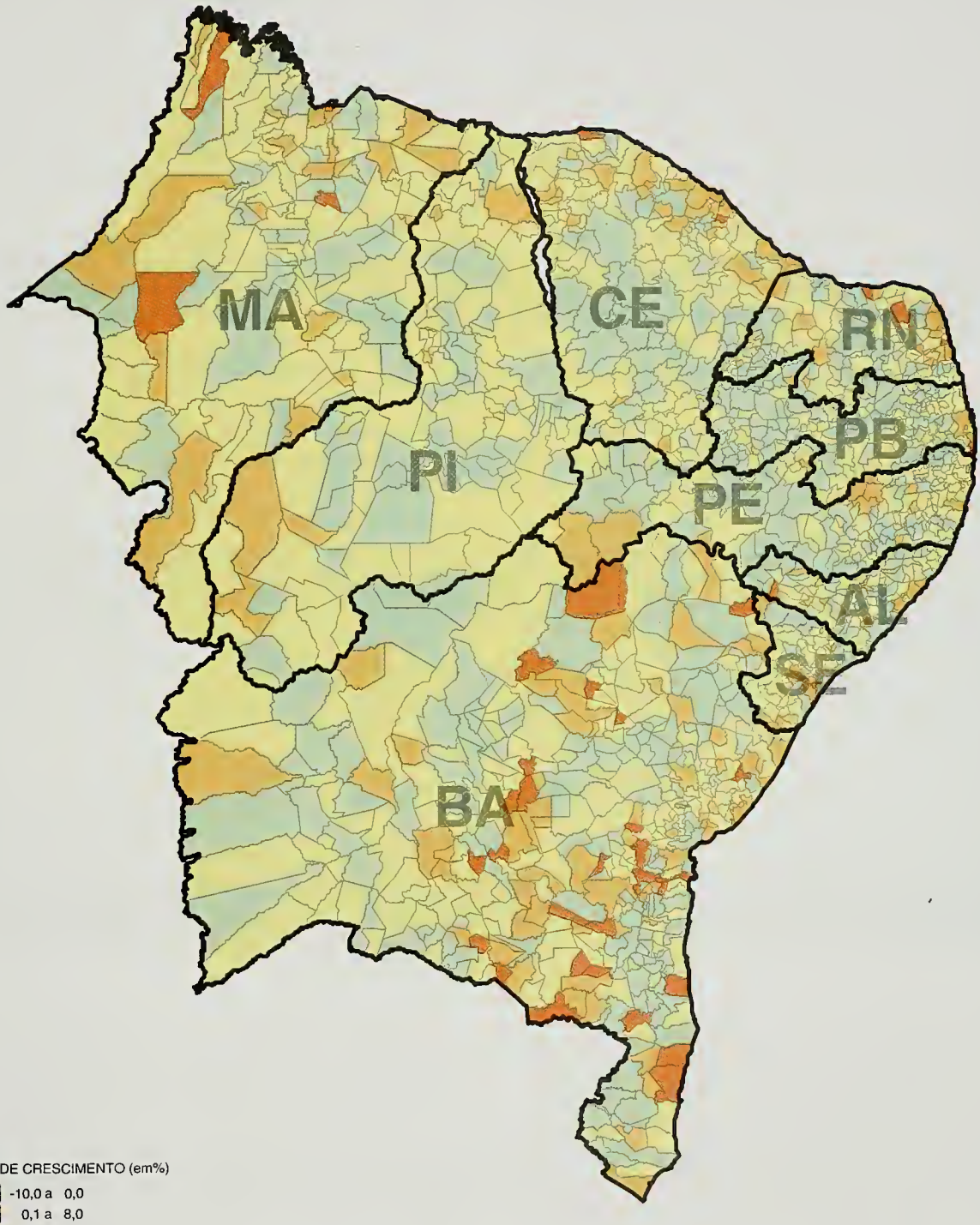
Fonte: Nesur/IE/Unicamp (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

Nota: Área em branco entre estados do Piauí e Ceará é área de litígio.

0 116 232 km

N

MAPA 2
REGIÃO NORDESTE – CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL (1991-96)



TAXA DE CRESCIMENTO (em%)
-10,0 a 0,0
0,1 a 8,0
8,1 a 12,0
12,1 a 21,0
Sem dados

0 116 232 km

N

Fonte: Nesur/IE/Unicamp (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1991).
Nota: Área em branco entre estados do Piauí e Ceará é área de litígio.

TABELA 14
REGIÃO NORDESTE – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS ESTADOS NA POPULAÇÃO URBANA E RURAL (1970/80/91/96)

Estado	População Urbana				População Rural			
	1970	1980	1991	1996	1970	1980	1991	1996
Maranhão	6,4	7,1	7,7	9,3	13,7	15,9	17,7	16,1
Piauí	4,6	5,0	5,3	5,3	7,0	7,3	7,3	7,2
Ceará	15,1	16,0	16,1	16,1	15,8	14,4	13,2	13,5
Rio Grande do Norte	6,3	6,3	6,5	6,3	5,0	4,5	4,5	4,6
Paraíba	8,5	8,2	8,0	7,7	8,4	7,7	6,9	6,7
Pernambuco	23,9	21,5	19,6	18,8	14,4	13,7	12,4	12,3
Alagoas	5,4	5,6	5,7	5,7	5,7	5,8	6,2	6,2
Sergipe	3,5	3,5	3,9	3,9	3,0	3,0	2,9	3,1
Bahia	26,3	26,5	27,2	26,8	26,9	27,8	29,0	30,3
Nordeste	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Nordeste/Brasil	**22,6**	**21,8**	**23,2**	**23,7**	**39,9**	**44,7**	**46,7**	**45,8**

Fonte: Ipea (1997). Tabulação: Nesur/IE/Unicamp.

TABELA 15
REGIÃO NORDESTE E BRASIL – GRAU DE URBANIZAÇÃO E TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA (1970-96)

Em %

Estado	Grau de Urbanização				Taxa de Crescimento		
	1970	1980	1991	1996	1970-80	1980-81	1991-96
Maranhão	25,1	31,4	40,0	51,9	5,26	4,19	6,57
Piauí	31,9	41,1	52,9	58,2	5,07	4,09	2,62
Ceará	40,8	53,1	65,4	69,2	4,67	3,63	2,52
Rio Grande do Norte	47,6	58,7	69,1	72,0	4,22	3,74	2,01
Paraíba	42,1	52,3	64,1	68,4	3,76	3,21	1,97
Pernambuco	54,5	61,6	70,9	74,0	3,01	2,26	1,63
Alagoas	40,5	49,3	58,9	63,1	4,45	3,87	2,32
Sergipe	46,1	54,2	67,2	70,2	4,05	4,50	2,61
Bahia	41,2	49,3	59,1	62,4	4,21	3,79	2,21
Nordeste	**41,8**	**50,5**	**60,7**	**65,2**	**4,40**	**2,80**	**2,10**
Brasil	**55,9**	**67,6**	**75,6**	**78,4**	**4,10**	**3,55**	**2,52**

Fonte: Ipea (1997). Tabulação: Nesur/IE/Unicamp.

Esse movimento de urbanização da população regional e o maior crescimento dos estados de dinâmica econômica mais recente certamente marcam transformações na morfologia e na hierarquia da rede urbana regional, apesar da já mencionada inércia que reduz o impacto da dinâmica econômica sobre aquelas. A rede urbana do Nordeste tem por característica mais evidente a grande concentração no eixo litorâneo, como já mencionado, resultado da ocupação secular ao longo do litoral, da importância das relações comerciais com o exterior e das grandes disparidades intra-regionais e interpessoais de produtividade, renda e instrução, além das condições naturais adversas presentes em grande parte do território ocidental da região.

Em vista disso, a rede urbana é significativamente mais densa nesse eixo, que não sofreu grandes alterações durante o período de desconcentração da economia brasileira, apesar dos movimentos em direção à expansão das fronteiras agrícola e mineral registrados acima. Como mostra a Tabela 4, nos anos 70 houve grande crescimento das aglomerações urbanas metropolitanas e capitais, as quais chegam a responder por 35,3% da popu-

lação regional, em 1980 (Lacerda e Leitão, 1997). Tal concentração reflete o quadro pouco denso da rede urbana nordestina, fato expresso também no menor grau de urbanização da região (65,2%, em 1996), entre todas as regiões do país, abaixo portanto da média nacional (78,4%). Por outro lado, a concentração de cerca de metade da população urbana nos extratos de municípios inferiores a 50 mil habitantes (Tabela 16), apesar de suas taxas de crescimento estarem entre as menores observadas, e a pequena participação relativa dos extratos de municípios de médio porte também sinalizam para o desequilíbrio da rede e precariedade das condições de acesso a serviços sociais públicos que ainda caracterizam a maioria dos municípios da região.

Antes de prosseguir a análise, cabe, porém, a este trabalho levantar questão sobre a pertinência de afirmações, bem como identificar hipóteses para tendências em evidência embora pouco compreendidas. Das questões a serem levantadas, ressalta-se aquela mais geral, que se refere ao Nordeste como um espaço econômico de "contexto estagnado", onde despontam algumas áreas dinâmicas. Afinal, as taxas de crescimento dos PIB estaduais não refletem tal estagnação, como mostram as estimativas tanto da Sudene quanto do Ipea, embora o atraso histórico da região, quando comparada às mais industrializadas, e a pobreza que concentra sejam patentes, tanto quanto a distância entre o curso seguido pela integração liderada por São Paulo e aquela proposta no modelo de Celso Furtado. O desempenho dos centros dinâmicos nos anos recentes, apresentados acima, assim como a incorporação de novas polarizações e o crescimento do grau de urbanização da região devem refletir uma tendência diferente da estagnação, embora o Nordeste ainda demande grandes inversões em infra-estrutura, educação e qualificação de mão-de-obra em sua base produtiva para que se possam verificar convergências intra e inter-regionais de produtividade, renda e qualidade de vida.

Em suma, as observações feitas acima sobre o atual quadro em que se encontra a economia regional podem ser entendidas como resultantes da articulação entre a formação econômica do Nordeste e as transformações recentes da economia brasileira. São elas:

- a heterogeneidade espacial;
- o novo perfil e padrão de atuação do Estado brasileiro;
- a interrupção da desconcentração e o acirramento de contradições do pacto federativo;
- o processo de abertura e o padrão de inserção da economia brasileira na globalização; e
- o novo paradigma tecnológico da produção globalizada.

Os efeitos dessas transformações sobre a rede urbana do Nordeste são examinados a seguir.

3 Caracterização da Rede Urbana Regional[9]

Os dados da Contagem da População de 1996 (IBGE) mostram que a taxa de crescimento anual da população nordestina acentuou a sua tendência declinante, passando de 1,80%, na década de 80, para 1,06%, no perío-

TABELA 16
REGIÃO NORDESTE – POPULAÇÃO URBANA POR CLASSE DE TAMANHO E TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL (1970-96)

Classe de Tamanho (Hab./Município)	População Urbana				Taxa de Crescimento (%)		
	1970	1980	1991	1996	1970-80	1980-91	1991-96
Até 20 mil	8.088.578	8.980.848	10.186.910	10.378.043	1,05	1,15	0,37
De 20 mil a 50 mil	8.591.467	10.053.289	11.284.368	11.653.580	1,58	1,06	0,65
De 50 mil a 100 mil	3.641.737	4.437.748	5.313.837	5.572.185	2,00	1,65	0,95
De 100 mil a 200 mil	1.260.563	1.731.411	2.298.700	2.530.716	3,22	2,61	1,94
De 200 mil a 500 mil	1.172.866	1.763.292	2.441.808	2.624.416	4,16	3,00	1,45
De 500 mil a 800 mil	971.189	1.556.446	2.422.284	2.708.899	4,83	4,10	2,26
Acima de 800 mil	4.387.497	6.289.302	8.551.716	9.303.358	3,67	2,83	1,70
Total	**28.113.897**	**34.812.336**	**42.499.623**	**44.771.197**	**2,16**	**1,83**	**1,05**

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991; e Contagem da População 1996).

[9] A caracterização da rede urbana regional guarda alguma diferença com relação à classificação final da rede urbana do Brasil, apresentada no volume 1 e que se encontra nos Anexos da Parte III deste volume (Tabelas A.5 a A.10). Na finalização dos trabalhos, o processo de análise conjunta das demais redes urbanas das grandes regiões do país, bem como a consideração de outros indicadores e critérios resultaram em sua alteração.

do 1991-96, acompanhando, de certa forma, a evolução da taxa de crescimento brasileira, que passou de 1,93% para 1,38%[10]. Além disso, os dados assinalam que o Nordeste continua a apresentar o menor índice de urbanização entre as regiões brasileiras. Segundo Martine e Wong (1994), as profundas transformações da dinâmica populacional do Nordeste manifestam-se sobretudo a partir da década de 80, quando ocorrem mudanças estruturais significativas, traduzidas em todas as variáveis demográficas: queda abrupta dos níveis reprodutivos; redução importante nos padrões de mortalidade; mudança nos padrões migratórios (contingentes menores foram enviados para outras regiões; retorno de parcelas importantes de migrantes e recebimento de um contingente de outras regiões), junto com transformações no padrão de urbanização. Ressalvam porém, os autores, que essas alterações na trajetória demográfica não resolvem, por si, o problema social da região, embora criem condições mais favoráveis para o seu enfrentamento.

O saldo líquido migratório reduz-se de 2,3 milhões negativos para 1,3 milhão, também negativos, entre 1970 e 1980. No período 1980-91, o saldo migratório, é de 1,1 milhão. Isso significa que os nordestinos saíram menos, voltaram de outras regiões e ainda receberam um contingente de migrantes de outras regiões. As explicações para tal fenômeno passam por duas interpretações. Uma sugere que a crise econômica da década de 80 impossibilitou a saída de migrantes e, ao mesmo tempo, obrigou uma parcela de nordestinos a voltar para a sua terra. A outra aponta a redução do crescimento vegetativo – contribuindo para a diminuição da necessidade de sair – e o melhor desempenho da economia nordestina durante a década, comparado ao nacional. Sem dúvida, ambas interpretações contêm elementos ponderáveis na explicação final, mas o peso das mudanças demográficas aliadas ao desempenho econômico da região parece ser decisivas (Martine e Wong, 1994, p. 42).

Com relação aos padrões migratórios das microrregiões, é possível fazer algumas inferências: na década de 80, 10 microrregiões tiveram crescimento entre 3% e 4% a.a., enquanto oito cresceram acima de 4%, indicando que, possivelmente, em todas houve uma imigração positiva de dimensão considerável (ver Quadro abaixo).

Martine e Wong (1994) identificam as manchas de maior crescimento demográfico como fruto essencialmente de um processo de imigração e/ou retorno de mão-de-obra qualificada. Nesse sentido, salientam ainda que na década de 80 as capitais da região, menos Recife, tiveram um crescimento relativamente elevado, decorrente de um padrão de migração rural-urbana. O caso de Pacajus é paradigmático, uma vez que representa uma área de expansão de Fortaleza, que deve ter sido severamente afetada pela seca de 1979-83.

Além disso, os autores destacam as microrregiões que merecem atenção especial, por experimentarem um processo de interiorização da urbanização. São elas:

- as microrregiões de Barreiras (BA), Balsas (MA), Porto Franco (MA), Imperatriz (MA), Santa Luzia (MA) e Turiaçu (MA)[11], que formam uma malha de crescimento rápido na fronteira oeste do Nordeste, correspondendo às frentes de expansão da soja, com crescimento especialmente relevante no território maranhense;

QUADRO
REGIÃO NORDESTE – MICRORREGIÕES COM MAIOR CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO (1980-91)

Microrregião com Crescimento Demográfico	
Entre 3% e 4% a.a.	**Igual ou maior que 4% a.a.**
Gerais de Balsa (MA)	Gurapi (MA)
Teresina (PI)	São Luís (MA)
Fortaleza (CE)	Imperatriz (MA)
Natal (RN)	Pacajus (CE)
Mossoró (RN)	Petrolina (PE
João Pessoa (PB)	Sertão do São Francisco (AL)
Maceió (AL)	Aracaju (SE)
Jeremoabo (BA)	Barreiras (BA)
Salvador (BA)	
Senhor do Bonfim (BA)	

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991) *apud* Martine e Wong (1994).

[10] Em 1996, a população brasileira era de 157.079.573 habitantes, dos quais 44.768.201 encontravam-se no Nordeste, ou seja, 28,5% do total nacional.

[11] Vale registrar que Turiaçu localiza-se na foz do rio de mesmo nome, no litoral norte do estado.

- as microrregiões que vão desde Jeremoabo até Bom Jesus da Lapa, no centro do território baiano ao sul do Rio São Francisco, compondo uma grande faixa que corresponde às áreas ligadas à expansão de atividades agrícolas diversas;
- as microrregiões de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), cujo crescimento ocorre desde a década de 70, em decorrência da fruticultura e da agroindústria para exportação, favorecidas pelos programas de irrigação;
- a microrregião de Valença (BA), cujo crescimento deve-se ao desenvolvimento do turismo, na mesorregião sul Baiano, que se prolonga por Itacaré, Ilhéus até Porto Seguro, e os empreendimentos voltados para a produção de celulose.

Em contrapartida, os mesmos autores salientam que existe uma mancha de microrregiões, dentro do chamado Polígono das Secas, que experimenta, nitidamente, durante a década de 80, movimentos emigratórios. Tais características mantêm-se na década de 90, uma vez que a problemática daquele espaço regional vem sendo agravada, consideravelmente, com as sucessivas secas. Uma outra mancha, de formação mais recente, dentro das zonas correspondentes aos agrossistemas cacaueiro e canavieiro, também apresenta características emigratórias, decorrentes das crises que se encontram os referidos sistemas.

Assim, em âmbito mais geral, é possível identificar dois movimentos populacionais simultâneos e claramente correlacionados. O primeiro refere-se ao dinamismo econômico de determinadas áreas, baseado na expansão de atividades agrícolas de exploração mais recente, acompanhado de crescimento populacional e da interiorização da urbanização em direção ao oeste maranhense, aos cerrados baianos e aos vales do médio São Francisco e do Açu.

O segundo movimento diz respeito à persistência de padrões tradicionais de expulsão das zonas rurais para as áreas urbanas. As microrregiões de emigração correspondem, sobretudo, às áreas sertanejas do Polígono das Secas. Estas se caracterizam pela exploração da pecuária e de culturas tradicionais, incluindo parcela significativa dos territórios de todos os estados do Nordeste, exceto a Bahia – à zona canavieira da Zona da Mata – parte dos estados da Paraíba, de Pernambuco e Alagoas e pequenos trechos do litoral sul do Rio Grande do Norte –, e à zona cacaueira na faixa litorânea sul da Bahia[12].

Assim, microrregiões dotadas de estruturas modernas e dinâmicas convivem com outros subespaços – zonas cacaueira, canavieira, e do semi-árido –, onde a resistência às mudanças continua a ser a marca principal do ambiente socioeconômico. Nessas zonas, manifesta-se, de forma acentuada, a desigualdade estrutural da região Nordeste. As oligarquias tradicionais criaram sucessivos mecanismos de preservação, sendo a base fundiária um dos seus principais pilares de sustentação. Segundo o geógrafo Mário Lacerda de Melo[13], tal contexto, aliado ao fechamento das fronteiras de expansão agrícola, vem definindo o que se pode qualificar de processo de *indianização*[14]. A conseqüência deste processo é o agravamento da questão social nas áreas rurais, proporcionalmente mais intenso do que nas áreas urbanas, ocasionando um processo migratório rural-urbano, com concentração da pobreza nas periferias urbanas.

O grau de urbanização da região aumentou no período 1991-96, passando de 60,7% para 65,2%; isso significa que se consolidou uma sociedade predominantemente urbana. A população urbana passou de 25,8 milhões para 29,2 milhões durante o período. Ao mesmo tempo, houve um decréscimo absoluto e relativo da população rural, que passou de 16,7 milhões para 15,5 milhões de habitantes, continuando, porém, o Nordeste a ser o grande repositório da população rural do país, com 45,8% do total nacional.

A classificação e o crescimento populacional recente dos municípios na região Nordeste (ver Tabela A.4 dos Anexos) apontam para aspectos essenciais para a análise da rede urbana, embora não se possa fazer uma correspondência direta entre a população de cada município e a posição funcional de sua cidade no sistema de cidades. A identificação das diferentes espacialidades presentes na rede urbana do Nordeste, como de resto nos demais estudos regionais (ver Ipea/Nesur, 1999), adotou os seguintes critérios:

- dados de população total;
- taxas de crescimento populacional 1980-91 e 1991-96;
- densidade demográfica em 1996, compatibilizando-se os dados da Contagem Populacional de 1996 com a divisão territorial básica de 1991;
- percentual da PEA em atividades urbanas, renda média familiar *per capita*, estrutura ocupacional (Censo de 1991); e
- posição no Regic.

A rede urbana do Nordeste que resultou da aplicação destes critérios apresenta cinco níveis de centros urbanos:

- aglomerações urbanas metropolitanas;
- aglomerações urbanas não-metropolitanas;
- centros urbanos regionais;
- centros que configuram novas territorialidades; e
- os demais centros urbanos da região.

[12] Com a crise no setor sucroalcooleiro acentuada na década de 90, vale registrar a perda de população observada na Zona da Mata alagoana, que apresentou uma taxa negativa de 0,77%, entre 1991 e 1996.

[13] Em entrevista para a elaboração deste trabalho.

[14] Apesar de, nas últimas décadas, o Nordeste apresentar certo dinamismo econômico, a pobreza permanece sendo uma das suas características mais marcantes (Araújo, 1994).

O primeiro nível refere-se às três aglomerações urbanas metropolitanas (Recife, Salvador e Fortaleza) que vêm apresentando, desde 1980, um crescimento conjunto superior à média da região Nordeste. No período 1980-91, a taxa geométrica anual de crescimento da população regional foi de 1,82%, enquanto a das três aglomerações urbanas metropolitanas foi de 2,73%. No período 1991-96, essas taxas foram menores, mas mantiveram a relação anterior, com 1,03% e 1,64%, respectivamente. Para a mencionada redução de taxas, muito contribuiu a aglomeração metropolitana do Recife, que nos dois períodos considerados apresentou as menores taxas anuais de crescimento: 1,85% e 1,13%, respectivamente.

O segundo nível refere-se ao conjunto das aglomerações urbanas não-metropolitanas, cuja taxa anual de crescimento populacional foi de 3,58%, no período 1980-91, e de 2,26% entre 1991 e 1996, as mais elevadas entre os diversos grupos de municípios, e bem superiores às taxas médias da região (ver Tabela A.4 dos Anexos).

O terceiro nível concerne aos municípios que despontam como possíveis *novas territorialidades*, em decorrência do seu potencial para o desenvolvimento de novas atividades econômicas, que no Nordeste têm se concentrado em setores associados à chamada indústria turística. A taxa anual de crescimento populacional desses municípios, no período 1991-96, foi de 3,2%, superior portanto às taxas da região Nordeste e dos municípios dos centros urbanos regionais, no mesmo período, ressaltando a intensidade dessas novas dinâmicas, mas também a perda de importância relativa de grandes projetos de industrialização de décadas passadas. O quarto nível corresponde aos centros urbanos regionais que não constituem aglomerações urbanas. A taxa média de crescimento anual deste conjunto de seus municípios passou de 1,7% no período 1980-91 para 0,4% no período 1991-96, as menores taxas de crescimento entre os quatro primeiros grupos de municípios. Chama-se atenção para o fato de que a taxa de crescimento dos centros urbanos regionais no período 1991-96 foi inferior à do conjunto de municípios de menos de 50 mil habitantes (0,40% e 0,56%, respectivamente), especialmente em razão do conjunto inferior (que apresentou uma taxa de crescimento negativo de 0,17), dentre os três que compõem este nível de centros urbanos, como será observado mais adiante.

A conclusão, em termos do comportamento das taxas de crescimento populacional por grupo de municípios, é que estas vêm aumentando, segundo a seguinte hierarquia: as aglomerações urbanas não-metropolitanas; as aglomerações urbanas metropolitanas e, com destaque para os municípios da periferia metropolitana; localidades que despontam como *novas territorialidades*; municípios com menos de 50 mil habitantes; e, finalmente, os municípios dos centros regionais. Por um lado, tal dinâmica aponta para uma rede urbana em que as aglomerações urbanas adquirem maior significado e, conseqüentemente, alcançaram reduzir a distância menor entre estes e as aglomerações urbanas metropolitanas. Por outro lado, assinala uma perda de posição dos centros urbanos regionais, elementos importantes na conformação de uma rede urbana mais equilibrada que, efetivamente, contribua para o processo de desenvolvimento regional.

3.1 Descrição e Evolução do Perfil da Rede Urbana[15]

A atual e crescente heterogeneidade das estruturas socioeconômicas da região tem tido repercussões no sistema de cidades, apresentando especificidades na sua organização. A Tabela A.4 dos Anexos apresenta estas especificidades, traduzidas nas diferenças entre os diversos grupos – aglomerações urbanas metropolitanas, aglomerações urbanas não-metropolitanas, centros urbanos regionais, novas territorialidades e municípios com menos de 50.000 – em termos de tamanho populacional, do número de municípios que conformam cada grupo, dos seus respectivos ritmos de crescimento populacional, bem como da distribuição da população economicamente ativa.

Apesar de a rede urbana do Nordeste ter conhecido um processo significativo de adensamento populacional, ao incorporar 64 novas localidades urbanas de mais de 20 mil habitantes ao conjunto existente no período 1991-96, e ter apresentado uma taxa de crescimento urbano relativamente elevada, com destaque para as aglomerações urbanas não-metropolitanas, ela ainda se caracteriza pela frágil organização, em termos não apenas de distribuição da população, mas também de produção e de distribuição de bens e serviços. Os dados de classificação apresentam a hierarquia da rede urbana por grupos de centros urbanos resultantes da aplicação de critérios já mencionados. São eles:

- grupo 1 – aglomerações urbanas metropolitanas, que têm um papel de primazia na rede urbana nordestina, em decorrência da grande concentração populacional (acima de 2,5 milhões de habitantes), da elevada participação da PEA em atividades urbanas, das elevadas densidades populacionais e do nível de centralidade máxima registrada no Regic, estudo do IBGE;

[15] Ver nota 9, página 99.

- grupo 2 – aglomerações urbanas não-metropolitanas (população do conjunto dos municípios entre 200 mil e 1 milhão de habitantes) que foram agregadas em três ordens, de acordo com a participação da PEA nas atividades administrativas. No interior de cada ordem, a hierarquia obedeceu à posição que cada uma dessas aglomerações ocupa no que se refere à sua região de influência (centralidade);
- grupo 3 – centros urbanos regionais (municípios com 50 mil a 280 mil habitantes), também agregados em três ordens distintas[16];
- grupo 4 – localidades que despontam com grande potencial de gerar novas centralidades;
- grupo 5 – conjunto dos municípios com população inferior a 50 mil habitantes, em 1991.

As três aglomerações urbanas metropolitanas (grupo 1) abrigavam, em 1996, no conjunto de seus municípios, 8,4 milhões de habitantes, representando 19,4% da população nordestina total. No período 1980-91, as três aglomerações urbanas metropolitanas apresentaram, em conjunto, uma taxa anual de crescimento de 2,7%, reduzida para 1,64%, no período 1991-96. Entre as três aglomerações urbanas metropolitanas, a de Fortaleza apresentou as maiores taxas de crescimento populacional nos períodos considerados: 3,5% e 2,3%, respectivamente. Os municípios periféricos, em sua maioria, cresceram a taxas superiores aos núcleos metropolitanos[17].

As 16 aglomerações urbanas não-metropolitanas (grupo 2) abrigavam, em 1996, no conjunto de seus municípios, 7,9 milhões de habitantes, 18,9% da população regional. Trata-se de aglomerações cujos núcleos são capitais estaduais, ou importantes centros hierarquicamente inferiores às aglomerações urbanas metropolitanas. O conjunto dessas aglomerações apresentou as maiores taxas anuais de crescimento populacional nos períodos 1980-91 e 1991-96, entre os diversos grupos de municípios (3,51% e 2,18%, respectivamente).

Cabe destaque para a aglomeração urbana de Teixeira de Freitas, na qual Porto Seguro apresentou uma taxa anual de crescimento de 7,13% e 13,39%, nos períodos 1980-91 e 1991-96, respectivamente, em função do crescimento do turismo e da implementação de grande projeto de celulose na mesorregião. Também chama atenção Nossa Senhora do Socorro, na aglomeração urbana não-metropolitana de Aracaju, com taxas anuais de crescimento de 15,62% e 9,37%, respectivamente, crescimento influenciado por dois grandes empreendimentos ali localizados, para a produção de fertilizante nitrogenado e de cloreto de potássio.

Os 83 centros urbanos regionais abrigavam, em 1996, em seus municípios, uma população de 6,4 milhões de habitantes, 14,73% da população regional, distribuídos em três níveis.

Os 15 centros urbanos regionais de Ordem 1, onde se encontrava uma população municipal total de 1,9 milhão de habitantes, em 1996, 4,4% da população da região. A taxa anual de crescimento da população deste subgrupo, no período 1980-91, foi de 2,6% e, no período 1991-96, de 1,1%, revelando um incremento populacional relativamente baixo. Dos municípios em que se situam esses 15 centros urbanos, três perderam população: Imperatriz, no Maranhão; Picos, no Piauí; e Serra Talhada, em Pernambuco. Os dois últimos inserem-se no Polígono das Secas.

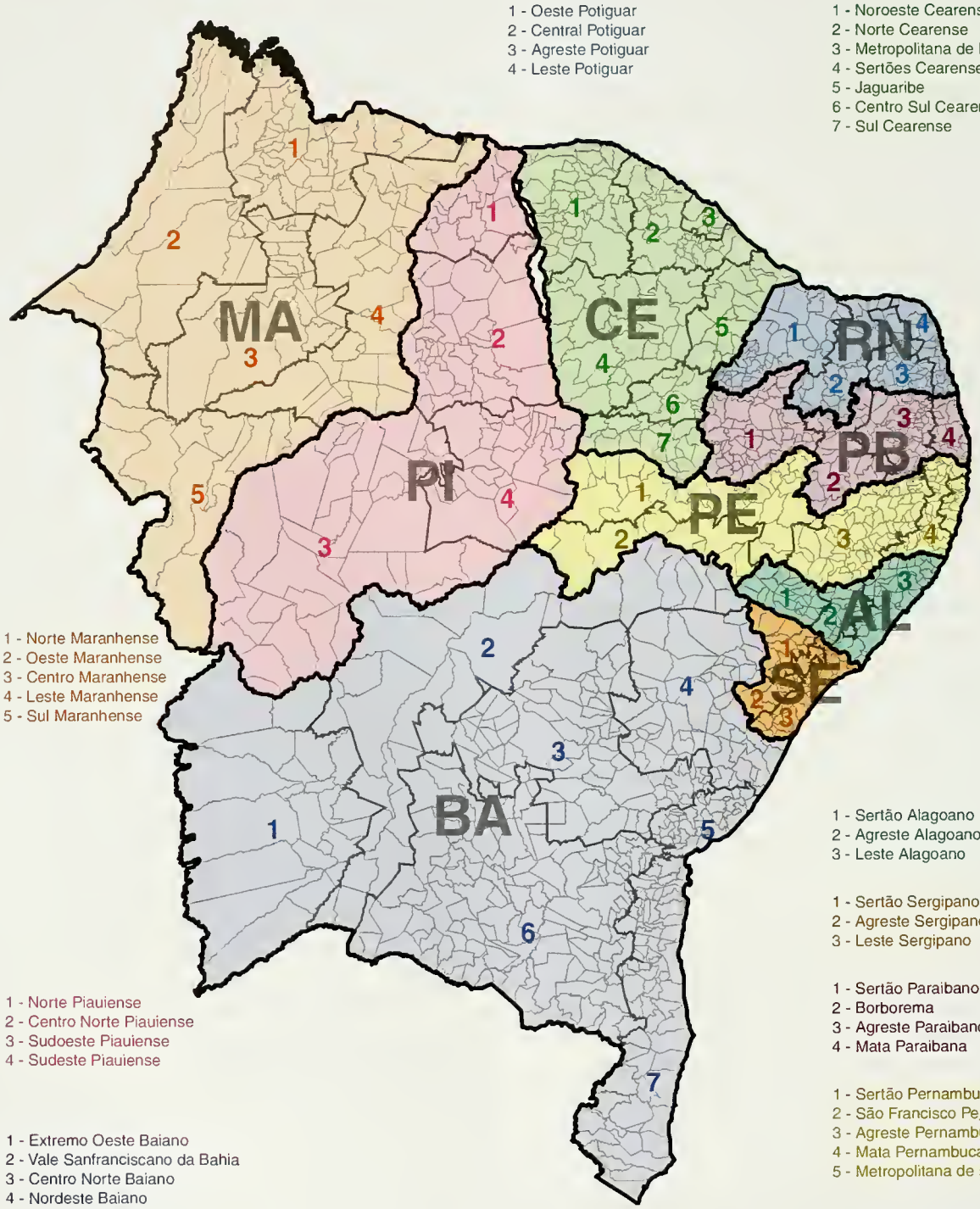
Neste subgrupo, cabe referência especial a Barreiras, mais importante centro regional dos cerrados baianos que, nesses mesmos períodos, alcançou taxas anuais de crescimento de 7,5% e 4,18%, respectivamente. Chama-se atenção, ainda para aqueles municípios cuja população é inferior a 100 mil habitantes, cujas cidades exercem a função de centros urbanos regionais. Tal fato se explica em razão da pobreza predominante na região, da precariedade do sistema viário, e, portanto, da dispersão da rede urbana resultante, em que sobressaem grandes espaços territoriais circunscritos nas regiões de influência de alguns poucos centros urbanos, além da grande distância até os centros de nível superior na hierarquia. Sendo assim, tais municípios terminam por desempenhar posição relevante, em termos de centralidade, numa rede urbana caracterizada pela sua dispersão.

A rede urbana apresenta 43 centros urbanos regionais de Ordem 2, cujos municípios concentravam, em 1996, 6,6% da população da região. O crescimento deste grupo ocorreu a uma taxa anual de 1,54% no período 1980-91 e de 0,23% no período 1991-96. Dos 43 municípios, quinze perderam população, os quais situam-se, em geral, naquelas áreas de emigração já mencionadas. Tal situação é preocupante, uma vez que reflete as precárias condições socioeconômicas da mesorregião onde se inserem e a incapacidade da economia urbana de reter população, bem como aponta para uma acentuação do desequilíbrio dessa rede de cidades.

[16] A localização dos municípios nas diferentes ordens obedeceu aos seguintes critérios: Ordem 1 – municípios integrantes do grupo C (*Cluster*), apresentando um nível de centralidade (Regic) de cinco e seis, e uma PEA urbana superior a 60%; Ordem 2 – municípios inseridos nos grupos C e B (*Cluster*), apresentando um nível de centralidade (Regic) entre um e cinco e uma PEA urbana superior a 50%; Ordem 3 – municípios integrantes dos grupos C e B (*Cluster*), apresentando um nível de centralidade (Regic) entre um e quatro e uma PEA urbana abaixo de 50%.

[17] Cabe ressaltar que o município de Araçoiaba, embora pertencente legalmente à aglomeração urbana metropolitana do Recife, foi excluído por não atender ao critério definido pelo IBGE quanto à PEA urbana.

MAPA 3
REGIÃO NORDESTE – MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS (1998)



1 - Oeste Potiguar
2 - Central Potiguar
3 - Agreste Potiguar
4 - Leste Potiguar

1 - Noroeste Cearense
2 - Norte Cearense
3 - Metropolitana de Fortaleza
4 - Sertões Cearenses
5 - Jaguaribe
6 - Centro Sul Cearense
7 - Sul Cearense

1 - Norte Maranhense
2 - Oeste Maranhense
3 - Centro Maranhense
4 - Leste Maranhense
5 - Sul Maranhense

1 - Sertão Alagoano
2 - Agreste Alagoano
3 - Leste Alagoano

1 - Sertão Sergipano
2 - Agreste Sergipano
3 - Leste Sergipano

1 - Sertão Paraibano
2 - Borborema
3 - Agreste Paraibano
4 - Mata Paraibana

1 - Sertão Pernambucano
2 - São Francisco Pernambucano
3 - Agreste Pernambucano
4 - Mata Pernambucana
5 - Metropolitana de Recife

1 - Norte Piauiense
2 - Centro Norte Piauiense
3 - Sudoeste Piauiense
4 - Sudeste Piauiense

1 - Extremo Oeste Baiano
2 - Vale Sanfranciscano da Bahia
3 - Centro Norte Baiano
4 - Nordeste Baiano
5 - Metropolitana de Salvador
6 - Centro Sul Baiano
7 - Sul Baiano

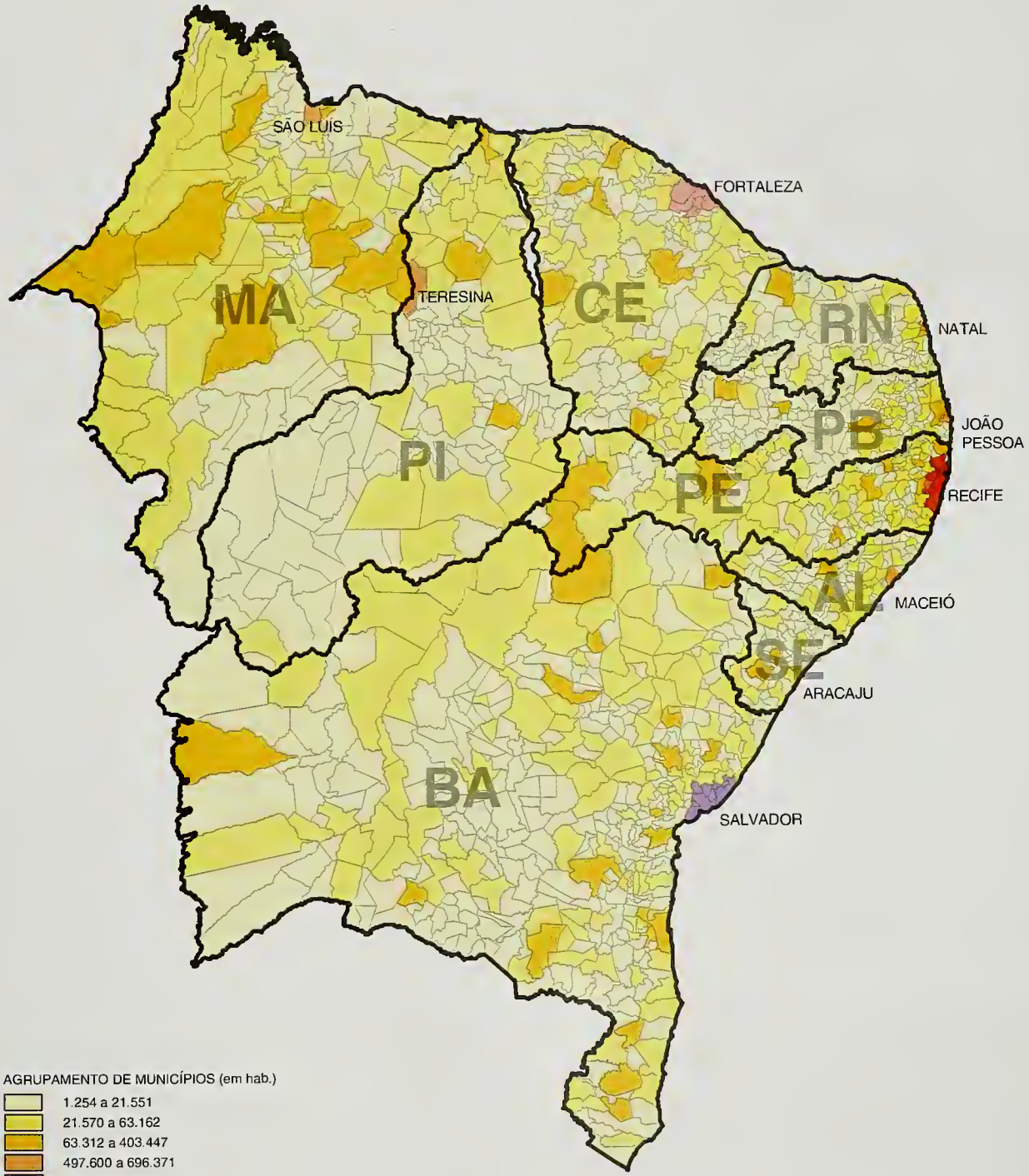
Fonte: Nesur/IE/Unicamp (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

Nota: Àrea em branco entre estados do Piauí e Ceará é área de litígio.

0 116 232 km

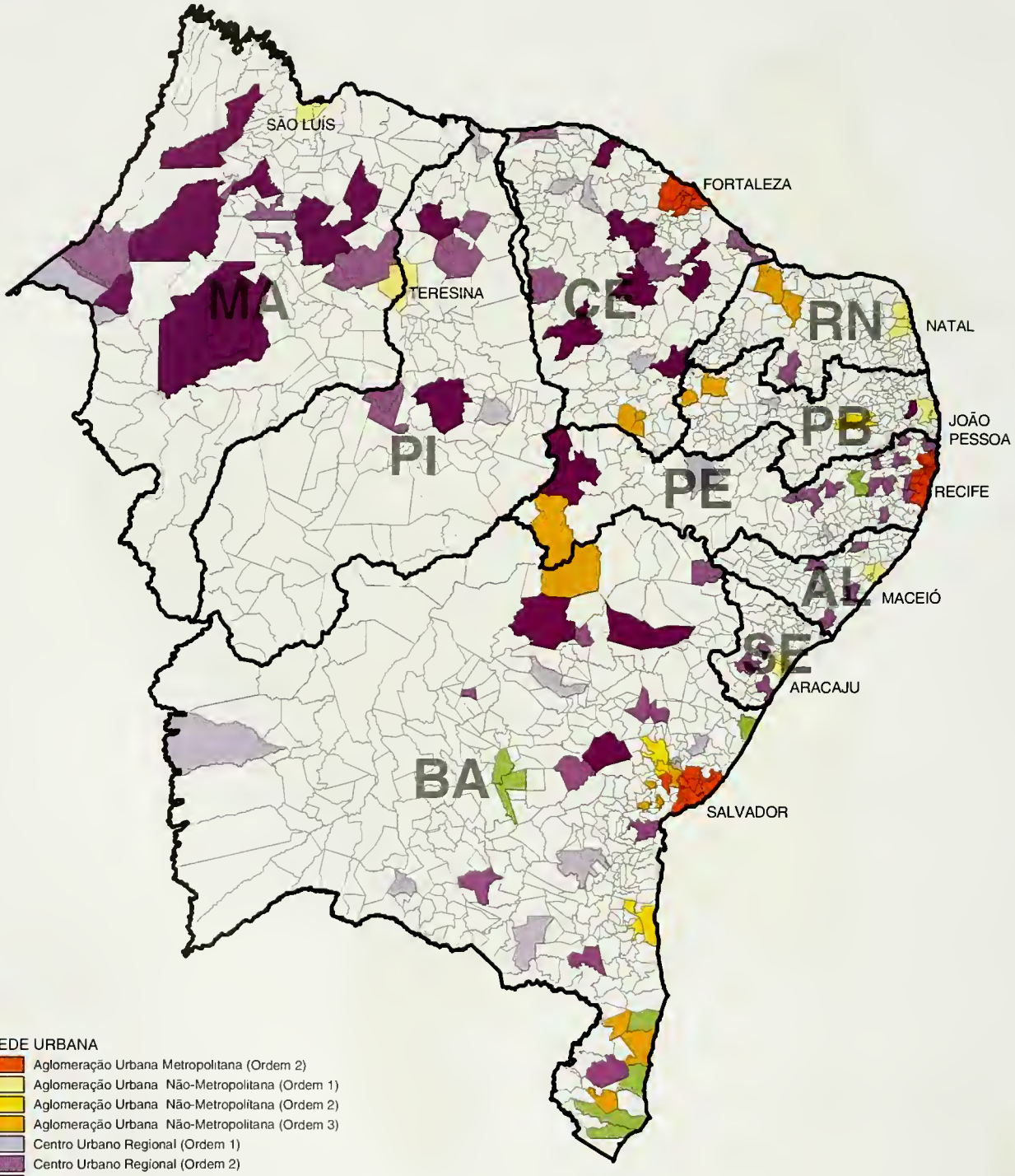
N

MAPA 4
REGIÃO NORDESTE – AGRUPAMENTO DE MUNICÍPIOS POR ANÁLISE DE *CLUSTER* (1998)



Fonte: Nesur/IE/Unicamp (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1991).
Nota: Área em branco entre estados do Piauí e Ceará é área de litigio.

MAPA 5
REGIÃO NORDESTE – REDE URBANA (1998)



Fonte: Nesur/IE/Unicamp (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1991).
Nota: Área em branco entre estados do Piauí e Ceará é área de litígio.

Em termos de incremento populacional, destaca-se o município de Valença (BA), que cresceu, no período 1991-96, a uma taxa anual de 2,2%, em decorrência do desenvolvimento da agricultura, da pesca e, principalmente, da infra-estrutura de comércio e serviços, impulsionada pelo turismo, que tem em Morro de São Paulo seu principal ponto de atração.

Vinte e cinco centros urbanos regionais de Ordem 3, no conjunto, perderam população, apresentando uma taxa negativa de -0,2% a.a., no período 1991-96. Deste conjunto, 12 centros caracterizaram-se como áreas de emigração. A taxa anual de crescimento relativamente elevada de Açailândia, município contido nesse grupo, (4,7% e 4,1%, nos períodos considerados) deve-se às transformações recentes ocorridas na economia do estado do Maranhão, relacionadas à exploração do minério de ferro e à expansão da fronteira agrícola.

As chamadas *novas territorialidades* são formadas no Nordeste especialmente por localidades que despontam pela grande potencialidade de crescimento de atividades voltadas para o turismo cultural, lazer e ecoturismo, com a ampliação da rede hoteleira e do sistema viário. Convém observar que a globalização tem significado, como estratégia de sobrevivência, o reforço das especificidades locais para que a diferença se torne valor. O turista, um dos agentes sociais mais valorizados na esteira da globalização, brasileiro ou estrangeiro, tem uma face indistinta e um comportamento padronizado – exige bons hotéis, serviços de qualidade, aeroportos modernos, limpeza e segurança. Mas, além disso, corre atrás do específico, do caráter local, ou "exótico". Nesse sentido, as praias do litoral, o artesanato, a cultura nordestina, constituem, enfim, um importante recurso econômico que começa a ser profissionalmente explorado.

Para tanto, políticas governamentais vêm sendo formuladas e/ou implementadas, com respostas positivas do setor privado, por meio, sobretudo, da ampliação da rede hoteleira e do sistema viário. Como exemplos, podem-se citar os projetos Costa Dourada (Rio Formoso, Sirinhaém, Tamandaré, em Pernambuco[18]), Linha Verde (litoral norte da Bahia) e Costa do Sol (de Natal até Touros, no Rio Grande do Norte).

Entre as áreas litorâneas, a Bahia desponta como a principal em potencial turístico, não somente por sua extensão, como também pelos serviços e equipamentos de hospedagem preexistentes[19]. Destacam-se, algumas áreas que vêm conhecendo grande dinamismo, como é o caso:

- do litoral do extremo sul da Bahia, onde Santa Cruz Cabrália, Prado, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri (e pequenas localidades, como Caraíva, Arraial da Ajuda, Tibol do Sul, Trancoso, Santo André, Cumuruxatiba, Ponta da Baleia, Parque Nacional de Abrolhos) integram a nova dinâmica de turismo comandada por Porto Seguro;
- ainda no litoral sul baiano, partindo de Ilhéus na direção Norte, até Valença, onde despontam as praias de Itacaré e a baía de Camamu, ou mesmo as praias do litoral norte de Ilhéus, de Olivença e da Ilha de Comandatuba, integrantes da dinâmica turística centrada em Ilhéus. As cidades de Itacaré e Camamu tendem a atrair atividades terciárias nos próximos anos, em decorrência do turismo, recentemente impulsionado pela pavimentação da estrada federal, que facilitou o acesso àquelas áreas;
- litoral norte baiano, partindo de Salvador até a fronteira com o estado de Sergipe, pela rodovia BA-099, batizada de "Linha Verde", onde empreendimentos hoteleiros de grande porte estão sendo realizados; aí despontam diversas praias, com infra-estrutura hoteleira como Imbassay, Praia do Forte e Conde; despontam também outras localidades com potencial turístico considerável, embora ainda carentes de maiores investimentos, como é o caso de Mangue Seco;
- litoral do Rio Grande do Norte, especialmente a área da aglomeração urbana metropolitana de Natal, Tibau do Sul e Nísia Floresta a Extremoz, onde se observa um grande impulso em equipamentos e serviços turísticos, ampliação de infra-estrutura em decorrência de tal expansão, além da modernização do aeroporto de Natal, que passa a oferecer vôos internacionais;
- litoral do estado do Ceará, que pelo Guia Quatro Rodas destaca-se como a segunda maior locação de projetos hoteleiros novos e de grande porte, principalmente nos municípios de Aracati, Beberibe, Cascavel, Aquiraz e Caucaia.
- litoral de Pernambuco, em menores proporções em comparação às áreas anteriores, destacando-se Suape, Gaibu (ambas no município de Cabo de Santo Agostinho) e

[18] Vale ressaltar que as melhorias no sistema viário em direção ao litoral sul de Pernambuco têm produzido efeitos significativos na configuração da metrópole pernambucana. Pode-se observar atualmente um novo vetor de expansão metropolitano que tem aproximado o núcleo – Recife – da área de Suape, Tamandaré até Porto de Galinhas, em vista do grande dinamismo que o turismo vem propiciando, inclusive no que respeita a valorização imobiliária.

[19] É interessante notar, por exemplo, que no guia de praias Quatro Rodas, versão 1998, das 35 praias recomendadas para a região Nordeste, 19 estão na Bahia, algumas das quais contendo infra-estrutura que comporta hotéis de luxo, condomínios de veraneio de alto padrão e mesmo aeroporto, como é o caso de Porto Seguro e Ilhéus. Por outro lado, nas demais áreas observa-se ainda grandes deficiências no tocante aos meios de hospedagem e demais serviços relacionados à atividade.

Porto de Galinhas (Ipojuca), esta última caracterizando-se como a de maior dinamismo no estado.

Houve, ainda, um processo de interiorização do turismo ecológico, com destaque especial à Chapada Diamantina (onde Lençóis é o principal ponto de atração, potencializado pela localização do novo aeroporto, mas também há fluxos destinados a Mucugê, Palmeiras e Andaraí, na Bahia)[20]; do turismo cultural (Garanhuns, em Pernambuco); e do turismo de lazer (Gravatá, em Pernambuco).

Os centros urbanos com população municipal inferior a 50 mil habitantes abrigavam, no conjunto, em 1996, 22 milhões de habitantes, praticamente a metade da população nordestina. Esses municípios apresentaram uma taxa anual de crescimento populacional, entre 1991 e 1996, de 0,7%. Aqueles municípios com população inferior a 10 mil habitantes possuem, na verdade, *pseudocidades*, onde boa parte da população vive de transferências (aposentadorias e pensões) ou têm na agropecuária sua principal fonte de renda.

3.2 A Morfologia do Sistema Urbano Regional

Na configuração espacial do sistema de cidades na região Nordeste, constata-se a existência de três aglomerações urbanas metropolitanas, 16 aglomerações urbanas e 83 centros urbanos.

Quanto à configuração espacial do sistema de cidades na Região Nordeste, verifica-se que, das dezesseis aglomerações não-metropolitanas, seis (as capitais regionais, com exceção de Teresina, e a aglomeração urbana não-metropolitana de Ilhéus/Itabuna) estão na faixa litorânea, conformando, junto com as três aglomerações urbanas metropolitanas, o cinturão de cidades mais consolidado do Nordeste. Datando dos primeiros períodos de ocupação da então colônia portuguesa, este cinturão acompanha a evolução da base econômica do país e da região Nordeste, ajustando-se às novas exigências de funções urbanas que vão se verificando ao longo do tempo, assegurando assim sua centralidade e a própria inércia da rede urbana.

Das três aglomerações urbanas metropolitanas, a do Recife, segundo o Regic, destaca-se pelo seu raio de influência, que abrange, além do estado de Pernambuco, os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Piauí e, ainda, os municípios situados a noroeste do estado da Bahia (Paulo Afonso, Jeremoabo, Remanso, Sento Sé, Uauá, Sobradinho e Casa Nova). Exerce, ainda, forte influência em relação a João Pessoa, Natal, Maceió, Caruaru e Campina Grande. Além disso, diferentemente das demais aglomerações urbanas metropolitanas, possui um número considerável de municípios periféricos que exercem importante centralidade (Ver Tabela A.4 dos Anexos). Tal fato, aliado a aspectos relativos à sua estrutura ocupacional e às suas recentes transformações, autoriza a considerá-la como a aglomeração urbana metropolitana de maior destaque na região Nordeste, apesar de sua área de influência ser caracterizada por um contingente bastante elevado de pobreza urbana e por uma rede urbana bastante dispersa, como já mencionado.

Segundo o Regic, a influência da aglomeração urbana metropolitana de Salvador estende-se por todo o estado da Bahia e por alguns municípios situados a oeste do estado de Pernambuco (Petrolina, Araripina e Ouricuri), além de exercer forte influência sobre as cidades de Itabuna, Vitória da Conquista, Petrolina, Aracaju e Feira de Santana. Cabe lembrar que seu dinamismo foi significativamente acentuado com a implantação do pólo petroquímico de Camaçari.

Quanto à aglomeração urbana metropolitana de Fortaleza restringe-se ao estado do Ceará e ao oeste do estado do Rio Grande do Norte (Mossoró, Açu, Macau, Pau dos Ferros e Patu), segundo o Regic. Das três AUM do Nordeste é certamente aquela que polariza o mais frágil, pobre e disperso sistema de cidades da região.

As aglomerações urbanas não-metropolitanas foram subdivididas em três conjuntos, segundo suas características de escala de urbanização, densidade da economia urbana e centralidade, já mencionados. As AUNM de Ordem 1 são todas capitais de estado, e, portanto, seus municípios-núcleo apresentam importante participação da PEA em atividades administrativas (entre 16% e 20%). Possuem, em geral, um raio de influência que se estende por todo o território dos seus respectivos estados. Com exceção da aglomeração urbana não-metropolitana de Teresina, todos situam-se no litoral.

As AUNM de Ordem 2 exercem forte influência sobre uma área mais restrita e apresentam uma participação da PEA ocupada em atividades administrativas entre 13% e 15%. Das três, duas situam-se no interior (Campina Grande/PB e Feira de Santana/BA). Finalmente, as AUNM de Ordem 3, embora em alguns casos apresentem uma in-

[20] É patente, no momento, o crescimento dos fluxos turísticos destinados àquela região (hoje, somente Lençóis recebe em média 70 mil visitantes por ano, para uma população de residentes de apenas 10 mil habitantes). Esse fluxo tende a expandir-se, alavancado pela recente inauguração de um aeroporto, com capacidade para receber aviões do tipo Boeing 737-400 (capacidade para mais de 100 passageiros) ou Fokker 100. Localizado no distrito de Tanquinho, a 20 quilômetros de Lençóis, o aeroporto foi construído pelo governo do estado, em parte (40%) com financiamento do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur).

fluência semelhante às de Ordem 2, detêm uma participação da PEA em atividades administrativas entre 4% e 10%. Das seis AUNM de ordem 3, cinco situam-se no interior (sendo litorânea a de Teixeira de Freitas/BA).

Assim, as aglomerações urbanas não-metropolitanas de Ordem 2 e três são preponderantemente litorâneas, bem como parte significativa dos centros regionais de Ordem 1, compondo o que se pode chamar de faixa litorânea (aproximadamente 200 quilômetros da costa atlântica). Com a tendência da conformação de novas territorialidades, nos termos acima referidos, assim como em razão da ausência de uma política urbana que compense os desequilíbrios observados na rede urbana e na sociedade nordestinas, é evidente que ocorrerá um reforço no cinturão litorâneo de cidades.

Por sua vez, os centros urbanos regionais, localizados em sua grande maioria no interior do Nordeste, são em número reduzido, se consideradas as grandes dimensões territoriais da região. Embora desempenhem funções importantes nas sub-regiões onde se inserem, a dispersão entre eles evidencia a fragilidade da rede de cidades quando se observa especialmente o interior nordestino. Muitas vezes, os núcleos a eles subordinados estão debilmente conectados entre si. Além disso, a perda de vitalidade econômica de um número considerável de centros urbanos regionais reforça ainda mais a fragilidade da rede.

É importante observar que, em termos morfológicos, a estruturação da rede urbana do Nordeste acompanha a organização espacial do território nordestino. Embora condicionada pelo meio físico, a referida estruturação foi definida por diferentes processos. Alguns remontam ao período colonial, outros são mais recentes e foram fortemente afetados por políticas regionais. Tais processos, dotados de certa autonomia, foram identificados quando da evolução da economia e da sociedade regional. Resultam desses processos o que Mueller (1996) chama de sistemas sub-regionais, que para o autor são os seguintes: o sistema sub-regional agroexportador, o sistema sub-regional do semi-árido, o sistema sub-regional das zonas de expansão recente de fronteiras agrícolas, e o sistema sub-regional dos complexos e pólos industriais. Está, portanto, ausente da observação do autor o espaço resultante da dinâmica mais recente que no presente trabalho foi denominado de Novas Territorialidades.

Nesses subsistemas, a rede urbana é um elemento fundamental e não respeita os limites administrativos de cada estado. Essa rede urbana regional, embora não possua maior capacidade "regionalizadora", na escala de todo o território nordestino, representa um elemento de organização e comando espacial na escala de cada um dos sistemas sub-regionais. As principais características de cada subsistema serão a seguir apresentadas, com o objetivo de esclarecer a inserção de cada centro na rede urbana e no processo produtivo regionais.

3.2.1 Sistema sub-regional agroexportador tradicional

A faixa litorânea, que se inicia no norte do estado do Rio Grande do Norte e se estende até o sul da Bahia, correspondente ao sistema sub-regional agroexportador tradicional (associado ao complexo sucroalcooleiro da Zona da Mata ao plantio do cacau e à pecuária bovina). Essa área concentra um elevado número de aglomerações urbanas que remontam, inclusive, ao período colonial. Em geral, elas não estão estruturadas de modo a oferecer emprego e serviços em número e qualidade suficientes ao atendimento às demandas da população. As aglomerações urbanas metropolitanas, aglomerações urbanas não-metropolitanas e centros regionais, que embora devam suas origens a essas atividades, não fazem parte deste subsistema, mas do sistema sub-regional dos complexos e pólos industriais.

Sobre a organização do espaço canavieiro, caracterizado pela grande concentração fundiária, a observação de Melo (1978, p. 42) é de extrema atualidade:

> O espaço geográfico é compartimentado em porções centradas pelas usinas para onde se destina a matéria-prima que produzem e a que ficam economicamente subordinadas. Por isso, e porque as operações comerciais e financeiras são realizadas não em âmbito municipal, mas nas capitais estaduais, o arcabouço urbano tem papel pouco relevante na organização do espaço. São poucas as cidades com função de centros regionais.

Não se registra ali um único centro urbano regional de Ordem 1. Existem apenas sete centros de Ordem 2, são eles com as respectivas populações totais municipais em 1996: Escada (57.374 habitantes), Palmares (56.439 habitantes), Goiana (67.242 habitantes), Timbaúba (56.554 habitantes), Carpina (55.060 habitantes) e, em Pernambuco, União dos Palmares (54.799 habitantes), e São Miguel dos Campos (49.504 habitantes), em Alagoas. Todos esses municípios, com exceção de Goiana, perderam população no período 1991-96, como resposta à mais recente e devastadora crise que se abateu sobre o complexo sucroalcooleiro.

A lavoura cacaueira liderou o processo de povoamento e integração econômica da faixa litorânea do território baiano, onde se encontram os seus espaços produtivos (as microrregiões cacaueira e dos tabuleiros de Valença e manchas isoladas nos municípios de Santa Cruz de Cabrália, Porto Seguro, Prado, Alcobaça e Mucuri). Muito embora o contingente maior da produção seja o das grandes propriedades, a concentração de terras está longe de atingir o grau verificado nas mesorregiões da agroindústria açucareira. Mesmo assim, o resultado tem sido de violentos contrastes sociais, com repercussões no

subsistema urbano, que tem como cidades importantes aquelas que formam a aglomeração urbana de Ilhéus e Itabuna (425.848 habitantes no total dos dois municípios). O município de Itabuna, situado no coração da zona cacaueira, perdeu população no período 1991-96. Ilhéus tem como função principal ser porto de cacau, mas possui raio de influência que chega à área pastoril do sudeste baiano. Mais recentemente, este município vem desenvolvendo um dinâmico setor de turismo e implantando, no seu distrito industrial, um pólo de eletrônica e informática, concentrado nos elos de montagem da cadeia produtiva. Os demais centros carecem de maior importância. Exercem, em geral, a função residencial para a população trabalhadora na lavoura cacaueira. As cidades de Ipiau (42.407 habitantes), Uruçuca (23.859 habitantes) e Ubatã (24.999 habitantes) situam-se em municípios que perderam população no período 1991-96, chegando o de Uruçuca a conhecer uma taxa anual de crescimento negativo da ordem de 4,96%. Esta situação, como já foi evidenciado, é conseqüência da crise que se abateu sobre o setor, decorrente da praga conhecida como vassoura-de-bruxa e da concorrência africana.

3.2.2 Sistema sub-regional do semi-árido

O semi-árido agrestino é a maior área de policultura do Nordeste e possui propriedades de diferentes tamanhos. As mais freqüentes são médias e pequenas propriedades, o que gerou um arcabouço urbano mais integrado à dinâmica econômica e à vida das populações, diferentemente das áreas de monocultura canavieira e daquelas com predominância da pecuária sertaneja. Não sem razão, várias cidades agrestinas, diferentemente do ocorrido nas áreas de monocultura, tornaram-se centros urbanos regionais, com áreas de influência definidas. Assim, o Agreste surge como a sub-região nordestina de maior número de aglomerações urbanas não-metropolitanas e centros urbanos regionais expressivos. São as seguintes com as respectivas populações municipais: Campina Grande (344.730 habitantes no total municipal), na Paraíba; Caruaru (231.989 habitantes no total municipal), Garanhuns (110.084 habitantes no total municipal), Arcoverde (58.722 habitantes no total municipal) e Limoeiro (55.916 habitantes no total municipal), em Pernambuco; Palmeira dos Índios (67.689 habitantes no total municipal) e Arapiraca (173.339 habitantes no total municipal), em Alagoas; Alagoinhas (122.838 habitantes no total municipal), Feira de Santana (450.487 habitantes no total municipal) e Jequié (165.345 habitantes no total municipal), na Bahia.

No agrossistema sertanejo, o declínio do algodão, iniciado no final da década de 70, e a decadência de outras lavouras (mamona, sisal, fumo e milho) provocaram um vazio, cujo resultado foi a significativa expansão da pecuária, atividade mais difundida e predominante neste amplo território. Tudo isso teve impacto sobre a rede de cidades do semi-árido.

> Vários dos pequenos e médios núcleos urbanos da sub-região tornaram-se decadentes e estagnados. Alguns sobrevivem, praticamente, de transferências às populações locais (remessas de parentes, aposentadoria rural etc.) e são agudos os seus índices de pobreza. Essas cidades e vilas são vulneráveis nas épocas de seca, quando recebem muitas levas de migrantes. (Mueller, 1996, p. 60)

Os municípios de Quixadá (64.442 habitantes no total municipal), Cratéus (65.229 habitantes no total municipal), no Ceará, e Surubim (59.021 habitantes no total municipal), em Pernambuco, perderam população no período 1980-91, bem como no período 1991-96, revelando condições preocupantes e desfavoráveis ao desenvolvimento desse subespaço nordestino.

No estado do Piauí, e Maranhão, a área conhecida como Meio-norte, porção não ocupada pelos cerrados, compreende a área agrária designada como agropastoril-extrativista. O baixo poder aquisitivo da população é responsável pela formação de um mercado consumidor incapaz de oferecer apoio à expansão das atividades comerciais e de serviços. Sendo as cidades locais de concentração de atividades dessa natureza, não surpreende a existência de um sistema urbano tão frágil e desequilibrado quanto o que ali se encontra. No Maranhão, Caxias (146.045 habitantes no total municipal) e Bacabal (104.838 habitantes no total municipal) sobressaem enquanto centros urbanos regionais de Ordem 1, seguidos por Codó (110.292 habitantes no total municipal) e Santa Inês (68.942 habitantes no total municipal), centros regionais de Ordem 3. No Piauí, Parnaíba (131.885 habitantes no total municipal) e Picos (76.194 habitantes no total municipal) sobressaem-se como centros urbanos regionais de Ordem 1, sendo acompanhados de Campo Maior (59.300 habitantes no total municipal) e Piripiri (59.921 habitantes no total municipal). Esses três últimos municípios perderam população no período 1991-96.

No sistema sub-regional do semi-árido, nas áreas caracterizadas hoje pela agricultura irrigada, a ocorrência de áreas mais amplas, suscetíveis de aproveitamento agrícola, na margem pernambucana do rio São Francisco, explica por que a ocupação e o povoamento já tinham assumido ali maior expressividade. Sinal dessa expressividade é a linha de cidades de posição ribeirinha (Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, Orocó, Cabrobó, Belém do São Francisco, Itacuruba, Floresta e Petrolândia, do lado pernambucano, e Juazeiro, Curaçá, Abaré, Rodelas e Paulo Afonso, do lado baiano), com destaque especial para Petrolina e Juazeiro.Vale registrar que as condições naturais da margem esquerda permitiram a agricultura irrigada, em vez

de apenas cultura de vazante. As infra-estruturas básicas (energia e rodovias) e o apoio das agências públicas de assistência técnica (Emater, IPA), significando esta última inovações no plano da fitotecnia, assim como no melhoramento genético, são responsáveis pelo sucesso dos empreendimentos realizados. As mudanças profundas ocorridas na forma de uso dos recursos disponíveis e da sua estrutura econômica tornaram-na uma área de elevada densidade demográfica e taxas positivas de crescimento populacional, contrastando com as extensões imensas de espaços sertanejos de muito baixo povoamento e emigração. A aglomeração urbana não-metropolitana de Petrolina/Juazeiro (363.303 habitantes[21]) capitaneia o subsistema urbano ali existente, que tem Floresta (21.150 habitantes no total municipal) como centro de segunda importância.

Outra área irrigada que merece destaque no semiárido nordestino é aquela formada pelo moderno e recente complexo agroindustrial de fruticultura, conhecido como Açu/Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte. Tal complexo, aliado ao complexo gás-sal, tem sido responsável pelo dinamismo desse subespaço regional. Mossoró (205.822 habitantes no total municipal) é o mais importante centro urbano deste subespaço (Ordem 1), sendo também a segunda maior cidade da rede urbana potiguar, caracterizada esta última pela grande polarização da população estadual nos extratos superiores de sua hierarquia (Mossoró e a AUNM de Natal). Estando a meio caminho de Natal e Fortaleza, subordina-se a essas duas aglomerações urbanas e mantém estreitas ligações produtivas e comerciais com Açu (45.054 habitantes no total municipal).

O agrossistema dos brejos configura "ilhas de umidade", o que permite uma produção agrícola densa e diversificada. Essas áreas correspondem aos brejos de altitude, que ocorrem nos sertões pernambucanos, às serras agrícolas, como ocorre nos sertões cearenses, ou ainda aos pediplanos, como ocorre nos sertões paraibanos. As principais localidades com suas respectivas populações municipais que se situam nessas condições climáticas são Triunfo (14.996 habitantes no total municipal), Araripina (63.841 habitantes no total municipal), Garanhuns (110.084 habitantes no total municipal) e Gravatá (61.631 habitantes no total municipal), em Pernambuco; Sousa/Cajazeiras (129.307 habitantes no total dos dois municípios) e Pombal (39.322 habitantes no total municipal), na Paraíba; e Crato/Juazeiro do Norte e Barbalha (328.240 habitantes no total da aglomeração urbana não-metropolitana), no Ceará. Assim como no Agreste, essas localidades estão mais integradas na economia e no cotidiano das populações locais do que as localidades das áreas de monocultura canavieira e de predominância da pecuária sertaneja. As relações campo/cidade são mais intensas, características das funções dos centros nos níveis inferiores das redes urbanas, tornando-se assim núcleos urbanos regionais com áreas de influência bem definidas.

3.2.3 Sistema sub-regional de fronteiras agrícolas

A introdução da soja provocou alterações profundas na economia dos cerrados baianos, surgindo uma nova rede urbana superposta à antiga e capitaneada pela cidade de Barreiras, cujo raio de influência se estende sobre as cidades de Angical, Baianópolis, Cotegipe, Formosa do Rio Preto (próxima à divisa com o Piauí), Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério. Cabe ressaltar que, além da soja, parte dos cerrados baianos, correspondente à microrregião de Bom Jesus da Lapa (mais próxima das margens do alto São Francisco), vem-se sobressaindo no cultivo de lavouras tradicionais de grãos, como milho, feijão e arroz. Comanda um outro subsistema de cidades formado pelas cidades de Santa Maria da Vitória, Ibotirama, Paratinga, Igaporã, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato. A BR-242 (que liga Ibotirama a Barreiras) aproxima a mesorregião dos cerrados baianos de centros consumidores, como Brasília. Sua localização ao oeste da mesorregião e relativa proximidade a centros consumidores (com sistema viário de boa qualidade, para os padrões regionais) estimulam a articulação dos dois subsistemas aos centros urbanos do Centro-sul, enfraquecendo sua integração aos demais subsistemas nordestinos.

A soja transformou também a economia dos cerrados maranhenses, cuja lógica é dada pelos modernos empreendimentos privados fundamentados na grande concentração fundiária. Tal economia foi responsável pela emergência do agronegócio (comércio de fertilizantes, calcário, máquinas, combustível etc.), o que transformou Imperatriz (274.104 habitantes no total municipal) em importante centro geoeconômico da região, particularmente na década de 80, e Balsas em um centro de apoio indispensável às atividades agrícolas. Próximo à Imperatriz, encontra-se Açailândia (102.609 habitantes no total municipal), antigo distrito de Imperatriz, situada no entroncamento da BR-349 com a Estrada de Ferro Carajás. Essa cidade conheceu grande dinamismo econômico, devido à sua localização e a concentração de grandes empreendimentos siderometalúrgicos e madereiros ali localizados. O resultado foi a perda relativa de importância de Imperatriz, refletindo na sua dinâmica populacional. O município conheceu taxa de crescimento anual negativa no período 1991-96.

[21] Total da população dos dois municípios da aglomeração. Dados do IBGE (Contagem Populacional de 1996).

Ainda no estado do Maranhão, a área conhecida como Meio-norte compreende atividades agrárias designadas como agropastoril-extrativista. É uma área que vem experimentando profundas mudanças, que começaram nos anos 50 e se intensificaram nas três últimas décadas. O fator básico foi a implantação de uma nova e moderna infra-estrutura de circulação rodoviária no espaço regional, significando acesso aos mercados consumidores e, por extensão, estimulando um surto de expansão agrícola, particularmente a arrozeira, e, com ela, um deslocamento de populações e da fronteira agrícola. Caxias (90.369 habitantes na sede e 146.045 habitantes no total municipal) e Bacabal (70.015 habitantes na sede e 104.838 no total municipal) sobressaem-se como centros urbanos regionais de Ordem 1, seguidos por Codó (67.754 habitantes na sede e 110.292 no total municipal) e Santa Inês (58.235 habitantes na sede e 69.942 habitantes no total municipal), centros regionais de Ordem 3.

Nos cerrados piauienses, onde o arroz destaca-se como principal produto, a introdução de novas técnicas agrícolas ainda ocorre de forma lenta, como resultado das precárias condições de infra-estrutura. A eletrificação rural, o sistema de armazenamento e o escoamento da produção por estradas inviabilizam um avanço nos padrões de produção e comercialização a curto prazo. De qualquer forma, as cidades dos cerrados piauienses mudaram. Floriano (52.222 habitantes no total municipal) comanda o subsistema urbano daquela mesorregião, exercendo influência sobre os municípios de Antônio Almeida, Bertolínia, Bom Jesus, Guadalupe, Ataueira, Jerumenha, Landri Sales, Manuel Emídio, Marcos Parente, Palmeira do Piauí, Ribeiro Gonçalves e Uruçuí. Sendo Floriano a cidade mais importante do sul piauiense, o seu raio de influência extrapola os cerrados, atingindo outras localidades.

3.2.4 Sistema sub-regional dos complexos e pólos industriais

O sistema sub-regional dos complexos e pólos industriais está centrado nos grandes centros urbanos da região, com ênfase nas aglomerações urbanas metropolitanas e nas aglomerações urbanas não-metropolitanas. Tendo em vista as características mais gerais de seus respectivos parques industriais – empreendimentos voltados para o atendimento de demandas nacionais, além das regionais, de bens intermediários –, as mencionadas aglomerações urbanas apresentam atividades que mantêm forte integração ao núcleo dinâmico da economia brasileira, localizado no Sudeste. Por outro lado, a desconcentração da atividade industrial brasileira, ocorrida nos anos 70 e 80, impulsionou fortemente os serviços, conferindo a esses centros aspectos de modernidade, que estão sendo bastante funcionais às atividades associadas ao turismo que vêm se intensificando mais recentemente na região. A importância de cada um deles, bem como as funções desempenhadas na rede urbana nordestina serão analisadas a seguir.

Pelo exposto até aqui, pode-se dizer que a configuração espacial do sistema de cidades do Nordeste brasileiro está diretamente associada ao macroordenamento de seu território, especialmente às características socioeconômicas desse ordenamento. Dentre as características com peso significativo na conformação da rede urbana, evidencia-se a estrutura fundiária. Estudos disponíveis mostram que, naqueles subespaços onde predomina a grande propriedade, alguns deles com grande dinamismo econômico, mas cuja produção, em geral, é verticalizada, ou seja, voltada para o mercado externo, a contribuição das respectivas economias para a solução do problema social está longe de se apresentar como substancialmente expressiva. Evidentemente, tal fato tem tido imensas implicações para gerar um arcabouço urbano mais equilibrado, com maior capacidade internalizadora na escala de todo o território nordestino.

Além disso, a recente dinâmica de conformação da rede urbana vem reforçando as suas especificidades quanto:

- às disparidades entre os diversos grupos de núcleos urbanos, traduzidas pela perda de dinamismo econômico de um número elevado de centros urbanos regionais; e
- à má organização espacial, reforçada pelo processo de interiorização da urbanização rumo a apenas determinados subespaços regionais e pelo processo de *litoralização*, que vem ocorrendo por meio do crescimento das aglomerações urbanas não-metropolitanas (Ordem 1), *litoralização* cuja tendência é adquirir mais vigor ainda com as novas territorialidades.

3.3 Funções das Principais Aglomerações Urbanas Metropolitanas[22]

3.3.1 Aglomerações urbanas metropolitanas

As aglomerações urbanas metropolitanas do Nordeste – Salvador, Recife e Fortaleza – concentravam, em

[22] Esta classificação da rede urbana da região Nordeste guarda alguma diferença com relação à classificação final da rede urbana do Brasil apresentada no volume 1 e que se encontra nos Anexos deste volume (Tabelas A.10 à A.14). Na finalização dos trabalhos o processo de análise conjunta das demais redes urbanas das grandes regiões do país, bem como a consideração de outros indicadores e critérios resultaram em sua alteração.

1985, 49,95% do total das atividades econômicas secundárias e terciárias. Constituem os principais pólos centralizadores de bens, de serviços e de população da região Nordeste, os quais, embora estejam submetidos ao movimento mais geral de urbanização e de industrialização regionais, apresentam trajetórias diferenciadas em suas dinâmicas socioeconômicas. As estruturas preexistentes, a dotação de recursos locais e o perfil empresarial dominante, dentre outros fatores, tiveram um papel diferenciado, ainda que apresentem traços comuns, traduzidos pelas precárias condições de existência a que está submetida parte importante de sua população.

No que se refere à caracterização e à evolução do emprego nessas aglomerações urbanas metropolitanas, os dados da Tabela 16 mostram que existem similaridades entre as três aglomerações, seja no tocante às taxas de desemprego, seja no que diz respeito à composição setorial e aos níveis de precarização e informalidade do emprego. Comparando-se, por exemplo, as aglomerações urbanas metropolitanas do Recife e Salvador, verifica-se que as taxas de desemprego apresentadas revelam um movimento de alternância entre as duas aglomerações, em que as diferenças, numa série de 10 anos, conseguem ultrapassar dois pontos percentuais somente em um ano (1993).

A análise comparativa com outras aglomerações urbanas metropolitanas do país mostra as aglomerações nordestinas em posição menos favorável que as demais. Os dados também mostram que existem similaridades entre as duas aglomerações nordestinas contemplados na Tabela 3, seja no tocante às taxas de desemprego, seja também no que diz respeito à composição setorial e aos níveis de precarização e informalidade do emprego.

Conforme se pode verificar nos dados da Tabela 17, as taxas de desemprego aberto apresentadas pelas duas aglomerações urbanas metropolitanas nordestinas – Salvador e Recife[23] – no período 1986-96, sempre se colocam acima das médias das seis aglomerações urbanas metropolitanas juntas, notando-se, no entanto, que nos anos de 1992 e 1993 essas distâncias mostraram-se maiores. No caso da aglomeração urbana metropolitana do Recife, nesses dois anos, as taxas chegaram a apresentar uma diferença de 2,8 e 3,5, respectivamente, em relação ao total (média das seis aglomerações contempladas na Tabela 17). Quanto à aglomeração urbana metropolitana de Fortaleza, os da-

TABELA 17
AGLOMERAÇÕES URBANAS METROPOLITANAS DO BRASIL[a] – TAXAS DE DESEMPREGO ABERTO (1986-97)

Em %

Período	Total	São Paulo	Rio de Janeiro	Belo Horizonte	Porto Alegre	Salvador	Recife
1986	**3,6**	3,3	3,5	3,7	3,9	4,6	4,4
1987	**3,7**	3,8	3,2	3,9	3,9	4,1	5,2
1988	**3,8**	4,0	3,1	4,0	3,6	4,6	5,6
1989	**3,3**	3,5	2,8	3,4	2,6	4,4	5,3
1990	**4,3**	4,5	3,5	4,1	3,7	5,4	5,7
1991	**4,8**	5,5	3,6	4,1	4,3	5,6	5,9
1992	**5,7**	6,5	4,0	4,8	4,8	6,7	8,5
1993	**4,9**	5,2	4,0	4,1	3,6	6,3	8,4
1994	**5,1**	5,4	4,1	4,3	4,1	7,1	6,8
1995	**4,6**	5,2	3,4	3,8	4,5	6,7	5,5
1996	**5,6**	6,3	3,8	4,7	5,9	6,9	5,7
1997[b]	**5,9**	6,8	3,7	5,2	5,7	7,7	6,0

Fonte: IBGE/PME (Taxas Médias Anuais).
Notas: (a) Exceto Fortaleza, Belém e Curitiba.
(b) Até outubro.

[23] A Pesquisa Mensal de Emprego, realizada pelo IBGE, não inclui a aglomeração urbana metropolitana de Fortaleza e considera que o desemprego abrange apenas aquelas pessoas de 15 anos e mais que, na semana de referência, estão procurando trabalho. Os dados de desemprego disponíveis para a aglomeração urbana metropolitana de Fortaleza são produzidos pelo Sine-Ceará, que considera, além do desemprego aberto, o desemprego oculto (pessoas de 10 anos e mais que, embora estejam aptas para o trabalho, não o procuram por acreditarem que o mercado não tem condições de absorvê-las). Por isso, as taxas de desemprego referentes à aglomeração urbana metropolitana de Fortaleza são sempre maiores que as apresentadas pelas demais regiões, não permitindo que se façam análises comparativas a respeito desse aspecto.

dos levantados pelo Serviço Nacional de Emprego do Ceará (Sine-Ceará) revelam que, no período de dezembro de 1991 a dezembro de 1996, a taxa média de desemprego aberto foi de 9,58%, mostrando ainda que o melhor desempenho do mercado de trabalho aconteceu em 1995, quando a taxa registrada foi de 8,66%. No que se refere à taxa de desemprego total, que indica a proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego aberto ou oculto, declinou de 10,91%, em dezembro de 1991, para 10,30%, em dezembro de 1993, voltando a crescer em dezembro de 1996 (Centro Josué de Castro..., 1998).

Na análise conjunta da PEA das aglomerações urbanas metropolitanas nordestinas, verifica-se que as três metrópoles apresentam uma PEA urbana da ordem de 99% (Recife), 99,2% (Salvador) e 98,4% (Fortaleza). Analisando-se, no entanto, a composição da PEA nestes três espaços metropolitanos, por municípios que os compõem, constata-se que a aglomeração urbana metropolitana do Recife tem uma posição privilegiada no conjunto, considerando-se, de um lado, o peso das ocupações técnicas e administrativas – vistas como atividades mais específicas da ótica do gerenciamento, da influência política e da capacidade decisória – e, de outro lado, o fato de os percentuais mais significativos extrapolarem os limites da capital metropolitana, estendendo-se a outros municípios componentes dessa aglomeração urbana metropolitana.

Considerando-se as três metrópoles, as atividades industriais têm maior realce percentual em Fortaleza (24,9%), vindo em segundo lugar Salvador (21,4%) e, por último, Recife (18,9%). Observa-se que os percentuais da PEA industrial são menores nas capitais do que nos demais municípios que compõem as aglomerações urbanas metropolitanas. Na aglomeração urbana metropolitana do Recife, por exemplo, o percentual apresentado ocupa o décimo segundo lugar em relação ao conjunto de seus municípios; na aglomeração urbana metropolitana de Salvador, essa posição é a décima, enquanto na aglomeração urbana metropolitana de Fortaleza é a sexta. Embora tratando-se de número relativos – que não autorizam a afirmação de que existem, nas capitais metropolitanas, menos pessoas envolvidas nas atividades industriais –, o quadro apresentado sugere haver uma distribuição dessas atividades nessas aglomerações urbanas metropolitanas, em que as capitais, cada vez mais, firmam-se como centros de prestação de serviços, transações comerciais e atividades ligadas à administração pública.

No que se refere às atividades administrativas, a aglomeração urbana metropolitana do Recife, comparativamente às duas outras aglomerações urbanas metropolitanas, apresenta um percentual mais significativo. Nota-se, inclusive, que, mesmo considerando o conjunto dos municípios que formam as três aglomerações urbanas metropolitanas, é na aglomeração urbana metropolitana do Recife que os percentuais da PEA ocupada em atividades administrativas mostram-se mais expressivos, vindo em segundo lugar a aglomeração urbana metropolitana de Salvador e, em terceiro, a aglomeração urbana metropolitana de Fortaleza. Quanto à prestação de serviços, as três metrópoles ficam praticamente no mesmo patamar (26%, 26,2% e 25,9%), muito embora se observe um dado diferenciador que privilegia a posição da aglomeração urbana metropolitana do Recife, em comparação à de Salvador e à de Fortaleza, e que se refere às ocupações técnicas, que, na aglomeração urbana metropolitana do Recife, absorvem parcelas maiores da PEA.

Com relação ao comércio de mercadorias, Recife e Fortaleza se sobrepõem a Salvador enquanto metrópoles. Na aglomeração urbana metropolitana de Salvador, chama a atenção o município de Itaparica, que apresenta uma PEA, neste setor, superior em quase quatro pontos percentuais ao da capital metropolitana. Situação essa também encontrada na aglomeração urbana metropolitana de Fortaleza, onde o município de Maracanaú também supera relativamente a PEA da capital no setor, muito embora com pontos percentuais bem menos expressivos (apenas 0,8%). Também Caucaia, na aglomeração urbana metropolitana de Fortaleza, dá mostras de possuir um setor comercial dinâmico, ao apresentar um percentual significativo da PEA ocupada nesse tipo de atividade.

- **Aglomeração urbana metropolitana do Recife**

Recife conheceu um grande dinamismo na década de 70, quando se firmou como metrópole industrial regional. A partir, sobretudo, desse período, seguindo as diretrizes do II PND, foram implantados, no Nordeste, complexos industriais para a transformação de matérias-primas. Como Pernambuco não dispunha de uma base de recursos naturais, não foram registrados novos investimentos significativos, como foi o caso da Bahia, com o complexo petroquímico, Alagoas, com o complexo cloro-álcool-químico, e o Maranhão, com o complexo mínero-metarlúrgico.

Além disso, Pernambuco, segundo Araújo (1994, p. 20),

> perdeu para o Ceará o essencial do parque de fiação e mesmo numerosos estabelecimentos de tecelagem e confecções. Um diferencial introduzido pela adoção de um sistema de faixa, na política de incentivos administrada pela Sudene (entre 1969 e 1985) dificultava a localização dessas indústrias na aglomeração urbana metropolitana de Recife.

Embora continue sendo a segunda maior base industrial do Nordeste, Pernambuco perdeu posição relativa para a Bahia, o Maranhão e o Ceará, tendo a aglomeração urbana metropolitana do Recife, nestes últimos anos, reduzido, ainda mais, sua importância econômica industrial no contexto regional, em decorrência dos seguintes fatores:

- processo de redefinição do padrão nacional de localização das empresas industriais, devido às fortes mudanças tecnológicas e organizacionais das empresas do setor;
- término do período de incentivos fiscais (Finor) para os investimentos realizados há mais de 20 anos;
- intensa guerra fiscal e de oferta de infra-estrutura entre os estados e os municípios, para atrair empresas de grande porte, nacionais e estrangeiras;
- redefinição de novas fronteiras regionais de industrialização, baseada na desorganização política do trabalho[24].

Entretanto, não se pode deixar de mencionar a representatividade que ainda detém a indústria tradicional na aglomeração urbana metropolitana do Recife, principalmente quando se leva em consideração a sua capacidade de oferta de empregos. Os dados relativos a 1985 mostram que a indústria têxtil e a de vestuário e calçados representavam 10% e 9%, respectivamente, do VTI e eram responsáveis por 10% e 12% dos empregos gerados pela indústria incentivada da aglomeração urbana metropolitana do Recife. A indústria de produtos alimentares, naquele mesmo ano, registrava as maiores participações relativas em termos de VTI e de geração de empregos: 17% e 21%, respectivamente (Santos, 1997).

Mas a mudança mais significativa ocorrida na estrutura industrial, pós-Sudene, foi efetivamente a ampliação e diversificação da base industrial da aglomeração urbana metropolitana do Recife, com a presença de setores não-tradicionais – a exemplo da química, dos minerais não-metálicos e da mecânica –, e a ampliação de gêneros praticamente inexistentes até então, como a metalúrgica e, especialmente, a indústria de material elétrico e de comunicações e de produtos de matéria plástica (Santos, 1997).

De acordo com levantamentos elaborados pela Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo de Pernambuco, a aglomeração urbana metropolitana do Recife abriga, hoje, alguns pólos considerados dinâmicos pelos volumes de investimentos que estão sendo realizados:

- pólo de bebidas (Suape, Igarassu, Itapissuma);
- pólo eletroeletrônico (Parqtel-Curado);
- pólo de cerâmica (Cabo, Ipojuca);
- pólo químico (Cabo, Ipojuca); e
- pólo têxtil (Ipojuca, Paulista, Camaragibe).

Na aglomeração urbana metropolitana do Recife, concentravam-se, em 1985, 70% do VTI do estado e quase 60% das pessoas ocupadas nesse setor. Em 1995, 10 anos depois, a aglomeração urbana metropolitana do Recife reforça a sua função de comando, uma vez que dos quase R$ 1,192 milhões do ICMS de Pernambuco, R$ 942 milhões tiveram origem nessa região (Araújo e Guimarães, 1997, p. 11).

Esse padrão de concentração repete-se quando se analisa a distribuição de alguns valores relativos a indicadores econômicos dos diversos municípios dessa aglomeração urbana metropolitana. Segundo dados da Secretaria da Fazenda de Pernambuco, o Recife respondia, em 1994, por quase 60% do total do valor agregado gerado na aglomeração urbana metropolitana, seguido por Jaboatão (15%) e Cabo (8,6%). No que se refere à arrecadação de ICMS, em 1995 o Recife respondia por 64% do total metropolitano, seguido por Jaboatão (12%), Cabo (6,5%), Olinda (5,6%) e Ipojuca (4,8%) (Araújo e Guimarães, 1997).

O comércio exterior também dinamizou-se nos últimos anos. Os valores das importações passaram de US$ 310 milhões, em 1991, para US$ 890 milhões, em 1995, representando um aumento da ordem de 250%. Os valores das exportações passaram de US$ 336 milhões, em 1991, para US$ 574, em 1995, significando um aumento de 60% (Araújo e Guimarães, 1997).

O dinamismo do setor terciário vem evidenciando o grande potencial da capital metropolitana para abrigar atividades modernas do setor de serviços – como as de intermediação financeira, as relacionadas à medicina (o Recife é considerado o segundo pólo médico nacional, depois de São Paulo), à informática (produção de *software*) e às atividades ligadas à consultoria, *marketing*, advocacia empresarial, seguros, propaganda etc. Esta tem sido uma das marcas mais importantes da economia da aglomeração urbana metropolitana do Recife e vem consolidando-se como uma grande potencialidade para a região, uma vez que são atividades que se expandem no mundo inteiro, associadas às novas formas de funcionamento da economia mundial. A aglomeração urbana metropolitana do Recife constitui, portanto, espaço estratégico no mercado global, tanto por sua localização privilegiada em relação ao Nafta (North American Trade Agreement) e à UE (União Européia), quanto pela sua centralidade em relação aos principais núcleos urbanos do Nordeste – Salvador e Fortaleza. Nesse contexto, a aglomeração urbana metropolitana do Recife tem possibilidade de expandir ainda mais o seu comércio e modernizá-lo, bem como de aumentar a diversificação da demanda, abrindo novas fronteiras comerciais.

Cabe aqui uma referência particular ao desempenho do pólo de informática. São expressivos os efeitos dos investimentos nesse pólo sobre a arrecadação, tanto estadual quanto municipal. De acordo com dados fornecidos

[24] Os fatores apontados não esgotam o conjunto de motivos que explica a diminuição do ritmo de industrialização da aglomeração urbana metropolitana do Recife. Outras explicações de caráter global, nacional e mesmo local ajudam a compreender esse processo. Contudo, os fatores ora apontados acima são suficientes para delimitar o quadro de complexidade que enfrenta o decisor público e privado no processo de definição da localização de infra-estruturas e investimentos industriais no Nordeste brasileiro.

pela Secretaria Municipal de Finanças e pela Secretaria da Fazenda Estadual, em 1996 eram 465 empresas de informática instaladas no Recife, que tiveram um faturamento de R$ 145 milhões, o que significou uma arrecadação do Imposto sobre Serviços (ISS) de R$ 7,2 milhões.[25] Esses dados ficam ainda mais relevantes quando comparados, a título de exemplo, com a arrecadação do setor turístico (hospedagem) no mesmo período: este apresentou um faturamento de R$ 37 milhões e uma arrecadação de ISS de R$ 1,8 milhão. Nas finanças municipais, a arrecadação do setor de informática significou, em 1996, mais de 10% da arrecadação total, o que explica o investimento crescente nesse setor, corretamente identificado como estratégico e apontado como uma das vantagens competitivas do estado.

Indicadores da Secretaria da Fazenda (Silva e Chagas, 1996) mostram que 60% do PIB estadual vem do setor de serviços, contra 25% da indústria e 15% da agricultura. No setor terciário, as comunicações e a tecnologia da informação respondem por 10% do PIB estadual, o que significou, em 1996, R$ 1,3 bilhão. A análise desses dados aponta para uma participação crescente desses setores na arrecadação estadual, nos últimos anos, o que indica o acerto do investimento na tecnologia da informação como estratégia do desenvolvimento estadual.

O Recife, em 1985, era responsável por 60% da receita do comércio e dos serviços do estado, respondendo por 44% do número de empregados na atividade comercial e 55% dos ocupados nos serviços. No setor comercial, em 1995, os supermercados de Pernambuco faturaram 1,4 bilhão, ocupando o quinto lugar dentre todos os estados brasileiros, estando fortemente concentrados na aglomeração urbana metropolitana do Recife. A esses dados, acrescentem-se os importantes investimentos que vêm sendo feitos em *shoppings centers*. Tudo isso se justifica pela influência econômica da aglomeração urbana metropolitana do Recife, que se estende por todos os estados do Nordeste oriental (Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas).

O Regic do IBGE mostra claramente que a área de influência da aglomeração urbana metropolitana do Recife suplanta a das outras duas aglomerações metropolitanas nordestinas, fato que se explica, sobretudo, pela sua posição geográfica no espaço regional. Assim, mantém, hierarquicamente, os seguintes níveis de interação espacial e de centralidade com outros importantes aglomerações urbanas e centros regionais:

- muito forte: Caruaru (PE), Campina Grande (PB) e João Pessoa (PB);
- forte: Maceió (AL), Natal (RN) e Petrolina (PE);
- forte para médio: Juazeiro do Norte (CE), Salgueiro (PE), Serra Talhada (PE), Caicó (RN), Mossoró (RN) e Arapiraca (AL).

Além disso, os serviços públicos têm uma posição marcante no tecido socioeconômico da metrópole, já que esta sedia a administração pública estadual e concentra, graças à sua localização privilegiada, importantes órgãos regionais, como a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), a Sudene, o escritório regional do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a agência regional do Itamaraty, dentre outros.

A aglomeração urbana metropolitana do Recife também se destaca pelo seu segmento de prestação de serviços educacionais e de produção de ciência e tecnologia, tanto públicos como privados, ao abrigar duas universidades federais (Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Rural de Pernambuco), uma estadual, uma católica e diversos centros de pesquisa. De acordo com Araújo e Guimarães (1997), Recife tornou-se importante centro regional de produção de conhecimento, a matéria-prima do século XXI, e consolidou a sua condição de centro regional de formação de recursos humanos qualificados. A isso tudo se soma o seu patrimônio histórico, cultural e paisagístico, além de uma boa estrutura hoteleira e gastronômica, que abrem boas perspectivas de expansão do turismo, chamando particular atenção, neste aspecto, o bairro do Recife e o sítio histórico de Olinda, este último considerado Patrimônio Cultural da Humanidade. O primeiro vivencia um intenso processo de revitalização, e o segundo foi recentemente incluído, para financiamento, na agenda do Prodetur e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Acrescentam-se a esse patrimônio pequenos núcleos históricos como Igarassu e Ipojuca.

A riqueza da paisagem natural dessa aglomeração urbana metropolitana – que inclui uma longa faixa de praia, com seus arrecifes, estuários e ilhas, e as demais reservas ambientais – constitui importante recurso de desenvolvimento turístico, ainda pouco explorado. As condições privilegiadas e favoráveis para a atração de investimentos privados vêm-se fortalecendo com a presença do Porto de Suape, a ampliação do aeroporto dos Guararapes e a implantação da ligação ferroviária Recife-Petrolina.

No tocante ao comportamento do emprego na aglomeração urbana metropolitana do Recife nas últimas décadas, traço marcante é a perda sistemática de Recife em favor de outros municípios integrantes desse espaço metropolitano, no que se refere ao número de pessoas ocupadas nos segmentos produtivos mais relevantes, principalmente nos chamados serviços pessoais – um subsetor tido como grande absorvedor de mão-de-obra. Em 1970, 63,5% das pessoas ocupadas residiam no Recife, enquanto em 1991 esse índice cai para 48,5% (Guimarães Neto, 1992). As transformações

[25] A respeito, ver *Jornal do Commércio*, de 5/11/1997.

econômicas ocorridas, a crise dos anos 80 e a recessão reduziram a tradicional função da aglomeração urbana metropolitana do Recife de atrair os fluxos demográficos provenientes dos outros municípios integrantes da própria aglomeração e de outros municípios do estado. A aglomeração urbana metropolitana do Recife, nos primeiros anos da década de 90, aparece como um espaço econômico que não consegue absorver os que procuram trabalho. É justamente nesse período, entre 1991 e 1994, que ela apresenta as taxas de desemprego mais altas (5,9%; 8,5%; 8,4% e 6,8%).

O mercado de trabalho na aglomeração urbana metropolitana do Recife caracteriza-se por uma grande heterogeneidade: num extremo estão grandes empresas públicas e privadas, responsáveis pela geração de uma quantidade significativa de empregos que incorporam tecnologia e capital; e, no outro extremo, uma variedade de pequenos negócios que garantem ocupação a uma parcela também significativa de mão-de-obra e que são marcados pela baixa produtividade, pelos baixos rendimentos e pelas relações informais de trabalho. Nos anos mais recentes, chama a atenção o crescimento das atividades ligadas ao que se convencionou chamar de *terciário moderno*, entendido como aquele setor da economia constituído por atividades caracterizadas pelo emprego de equipamentos de alta tecnologia, pela absorção de mão-de-obra altamente qualificada e pela incorporação de conhecimentos especializados, típicos do novo padrão da economia mundial, que ocorre paralelamente ao crescimento daquelas atividades caracterizadas, sobretudo, pelas relações de trabalho não institucionalizadas, denominadas de *atividades informais*. Embora ainda não existam dados que permitam dimensionar o volume de empregos gerados pelo dinamismo desse segmento moderno do terciário, sabe-se que muitos postos novos de trabalho foram criados em função, principalmente, da expansão das atividades ligadas à informática, aos serviços médicos e hospitalares e ao turismo.

Já com relação ao setor informal, os dados disponíveis apontam para uma expansão dessas atividades no espaço metropolitano. É a afirmação de uma situação paradoxal, em que o velho e o novo, o moderno e o atrasado, encontram, num mesmo espaço, condições favoráveis para coexistirem. De forma similar ao que acontece no mercado de trabalho do Nordeste, de modo geral, o problema básico do mercado de trabalho da aglomeração urbana metropolitana do Recife não é o desemprego aberto, mas o subemprego. E o setor informal é, sem dúvida, uma das facetas dessa forma de utilização de expressiva parcela da PEA dessa aglomeração.

Trabalho realizado pela Fundação Joaquim Nabuco (1986) estimou a população ocupada no segmento informal, na aglomeração urbana metropolitana do Recife: em 1970, eram 176.391 pessoas, o que significava um índice de 42,4% sobre o total de pessoas ocupadas. Destas, a grande maioria, ou seja, 70,3%, estava ligada ao comércio de mercadorias (19,7%) e à prestação de serviços (50,6%). Em 1980, segundo a mesma fonte, o setor informal teria apresentado um crescimento acumulado da ordem de 46,4%, o que se traduz num contingente de 81.760 pessoas que, em apenas uma década, se incorporaram às atividades informais. O subsetor de prestação de serviços continuava sendo o grande absorvedor de trabalhadores informais, muito embora, 10 anos depois, esse índice tenha caído de 50,6% para 44,1%. Em relação ao setor informal como um todo, também se verifica uma redução em termos percentuais – de 42,4%, em 1970, para 37%, em 1980 –, creditada ao volume de investimentos feitos no período e às inovações introduzidas nas atividades econômicas em geral.[26] Em 1988, segundo a Fundação Joaquim Nabuco, o tamanho do setor informal volta ao mesmo patamar de 1970. Nesse ano, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) registrava um total de 1.007 pessoas ocupadas, na aglomeração urbana metropolitana do Recife, sob as mais distintas formas de relações de emprego, enquanto a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) registrava 585 mil pessoas trabalhando no que se considera "setor organizado" ou "formal". Dessa perspectiva de análise, o setor informal, em 1988, equivaleria a 42% do total de pessoas ocupadas, o que significa um pouco mais de 422 mil pessoas e um aumento em termos absolutos, em relação a 1980, de 164 mil pessoas.

Nesse espaço metropolitano, a importância do Recife expressa-se no tamanho de sua PEA, que corresponde a aproximadamente 47% da PEA da aglomeração urbana metropolitana do Recife – estimada em 1.123,2 mil pessoas[27] – e a 16,7% da PEA estadual, estimada em 3.153,3 mil pessoas[28]. A caracterização do Recife como cidade de vocação terciária deve-se à expressiva participação deste setor na formação do PIB municipal, ao contrário do que acontece com o setor industrial, particularmente com a indústria de transformação, cuja contribuição, na formação do PIB, é bem inferior à de outros municípios localizados na aglomeração urbana metropolitana do Recife. Quando

[26] Estimativas feitas pelo Condepe (Instituto de Planejamento de Pernambuco) mostram que, entre 1970 e 1980, a Aglomeração Urbana Metropolitana do Recife teria crescido a uma taxa de 7,2% a.a. Essa expansão seria explicada, em grande parte, pelo crescimento do setor terciário (8% a.a.) e pela expansão do produto industrial (6% a.a.).

[27] Dados referentes a junho de 1997 (Prefeitura Municipal do Recife, 1997).

[28] Dados referentes a 1995 (Sudene, 1997).

se considera como indicador a composição setorial da população ocupada, a situação se repete, constatando-se a distância que existe entre os setores terciário e secundário, numa situação similar à que vem ocorrendo nas principais aglomerações urbanas metropolitanas do país.

Do ponto de vista do emprego, o setor terciário recifense se sobrepõe, significativamente, aos demais setores econômicos, ocupando 76,1% da PEA, salientando-se, dentro dele, as atividades ligadas à prestação de serviços (26%), ao comércio de mercadorias (19,3%) e àquelas de natureza administrativa (20,3%), todas elas superando, em termos percentuais, o setor secundário como um todo (18,9%). Este se mostra mais expressivo nos municípios metropolitanos de Abreu e Lima (39,7%), Cabo de Santo Agostinho (38,3%), Igarassu (34,1%) e Moreno (30,5%).

O Recife distingue-se também, como já foi salientado, por apresentar os percentuais mais altos referentes às ocupações administrativas (20,3%) e às ocupações técnicas (13,5%).

Um grau de heterogeneidade muito grande marca o mercado de trabalho recifense e, particularmente, o setor terciário, cujas atividades de comércio e de serviços se desenvolvem de forma diferenciada, apresentando uma grande dicotomia no seu conjunto. De um lado, um setor atrasado, constituído por atividades marcadas pela precariedade e informalidade; e, de outro lado, um conjunto de atividades modernas, perfeitamente sintonizadas com as exigências atuais do mundo globalizado e ligadas ao ramo comercial (com uma forte presença do varejo moderno e de grande cadeia de lojas de atacado) e ao ramo de prestação de serviços especializados (concentrados nas áreas de informática, saúde, intermediação financeira, dentre outros). No que se refere ao comércio, por exemplo, Recife mostra uma tendência à modernização, apresentando uma significativa concentração de *shopping centers* e redes de supermercados, e com isso firma sua posição histórica de centro regional de comércio.

Com relação aos serviços médico-hospitalares[29], os avanços verificados principalmente nas áreas de oftalmologia, cardiologia e ortopedia colocam a cidade na posição de segundo pólo de medicina do país[30] nessas especialidades e como terceiro pólo de tecnologia médica na área de diagnósticos feitos à base de equipamentos de alta tecnologia. Hoje, concentram-se no Recife 86 hospitais e clínicas privadas, que são responsáveis por 65% dos atendimentos médicos realizados na aglomeração urbana metropolitana do Recife, gerando 21,5 mil postos de trabalho, só perdendo para a construção civil.

No tocante às telecomunicações, a cidade também se destaca, sendo hoje uma das cinco metrópoles nacionais que estão conectadas à Internet na maior velocidade de acesso disponível no país, prevendo-se também, para um período muito breve, a ligação ao sistema costeiro de fibra óptica da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) e a implantação do Interporto do Recife, formado por uma rede de teleportos constituídos por "edifícios inteligentes", dotados de infra-estrutura adequada que garante a interligação por meio de fibra óptica. A ação estadual, nesse setor, não se limita à capital. Pernambuco foi o primeiro estado nordestino interligado por intermédio da rede mundial de informática. O programa, criado pelo Instituto Tecnológico de Pernambuco (Itep), insere o interior do estado na Internet, ampliando as possibilidades de realização de negócios no mercado externo. Atualmente, as cidades que abrigam os principais pólos econômicos do estado, a exemplo de Petrolina, Caruaru, Garanhuns, Araripina, Arcoverde, Pesqueira e Serra Talhada, estão conectadas à Internet[31].

No lado oposto dessa modernidade, registra-se a existência de atividades marcadas pelo uso pouco intensivo de capital e tecnologia, pela baixa produtividade e pelos baixos níveis de renda. Estimativa feita para 1995 (Centro Josué de Castro..., 1998), com base no número de empregados que não tinham registro em carteira de trabalho e com base no número de trabalhadores por conta própria cuja remuneração estava abaixo do piso nacional de salário instituído por lei, mostrou que o setor informal da cidade do Recife teria, naquele ano, uma dimensão correspondente a 37,1% do total da população ocupada. Os diversos estudos realizados sobre o setor informal na aglomeração urbana metropolitana do Recife e na cidade do Recife mostraram a concentração das atividades informais nos subsetores do comércio de mercadorias e de prestação de serviços, muito embora elas também apareçam relacionadas às atividades industriais, especialmente àquelas ligadas à produção de vestuário, calçados, artefatos de couro e

[29] O estado sedia alguns importantes centros médicos do país, a exemplo do Instituto Materno Infantil de Pernambuco (Imip), referência nacional em pediatria; o Laboratório Farmacêutico de Pernambuco (Lafepe), atualmente o segundo maior laboratório estatal do país, um dos maiores fornecedores do Central de Medicamentos do Ministério da Saúde (Ceme) e o único, do seu tipo, a produzir AZT, e a Fundação Hemocentro de Pernambuco (Hemope), credenciada pelo Ministério da Saúde como centro de referência nacional.

[30] As opiniões divergem quando se discute o lugar do estado no *ranking* nacional: os que apontam o segundo lugar chamam a atenção para os procedimentos sofisticados executados na cidade e para a aparelhagem considerada tecnologicamente avançada. Contribui para o bom desempenho médico da cidade a existência de cursos de medicina em duas universidades, com a oferta de cursos de pós-graduação de mestrado e de doutorado.

[31] Os dados são referentes a junho de 1997. Possivelmente o alcance da rede, no interior do estado, já foi ampliada.

alimentos. Reconhece-se, no entanto, que o grande reduto das atividades informais na cidade do Recife é o subsetor do comércio de mercadorias, sobretudo o comércio ambulante, que se concentra principalmente no centro da cidade e, secundariamente, nos bairros mais comerciais.

- **Aglomeração urbana metropolitana de Salvador**

Ao longo dos anos 80, a economia baiana manteve índices de crescimento econômico acima da média nacional. Esse comportamento específico decorreria não só do complexo petroquímico, localizado na aglomeração urbana metropolitana de Salvador, mas também da siderurgia do cobre, da produção de madeira, de papel e de celulose, da agroindústria de alimentos (inclusive decorrente de projetos de irrigação) e, mais recentemente, dos investimentos em turismo. A indústria de transformação cresceu até responder por quase um quarto do PIB estadual, com a petroquímica passando a contribuir com mais de 50% do produto industrial baiano[32].

A aglomeração urbana metropolitana de Salvador é responsável por mais da metade da produção baiana e concentra mais de 80% da indústria de transformação do estado. A concentração industrial no espaço metropolitano fez com que grandes contingentes populacionais fossem consolidados, provocando extensas manchas urbanas, de espaços conurbados, principalmente entre o centro, Salvador e a Ilha de Itaparica, Lauro de Freitas e o litoral de Camaçari.

De acordo com estudos da SEI (A Bahia no Mercosul), a aglomeração urbana metropolitana de Salvador tem uma arrecadação de ICMS que corresponde a mais de 70% de todo o imposto arrecadado pelo estado e um índice de renda municipal que ultrapassa 60% do total baiano. O consumo metropolitano de energia elétrica por área territorial (MwH/km^2) é 50 vezes o consumo médio da Bahia.

A cidade de Salvador e seu entorno metropolitano concentram a maior parte da circulação monetária do estado, sendo a principal praça financeira, comercial e de serviços. Salvador concentra a sede das grandes empresas do estado, assim como centraliza a burocracia estatal, atraindo serviços e grandes volumes de depósitos bancários. Dados do Banco Central mostram que a capital (79,5%), Simões Filho (0,4%), Lauro de Freitas (0,3%), Candeias (0,2%) e Camaçari (1,27%) são responsáveis por mais 80% dos depósitos bancários do estado. Tais participações não refletem os resultados das atividades produtivas nos respectivos espaços urbanos. Se isso ocorresse, a produção de Camaçari, por exemplo, justificaria o maior volume de depósitos nas agências bancárias ali localizadas. Acontece que, em Salvador, concentra-se a maioria das atividades terciárias do estado que, por meio do comércio ou da prestação de serviços, ou ainda via pagamentos da burocracia estatal, movimenta e atrai recursos das diversas regiões produtivas do estado. Ao mesmo tempo, a automação do sistema financeiro facilita a concentração e a movimentação de recursos *on line*, favorecendo praças mais sofisticadas, onde ocorre a maioria dos grandes fluxos monetários. Por outro lado, tais números mostram a fragilidade dessas cidades – principalmente pela falta de infra-estrutura urbana, pelo baixo dinamismo comercial e pela insuficiente ou inadequada oferta de serviços modernos –, uma vez que não conseguem reter recursos nelas gerados, sofrendo os efeitos da esmagadora concorrência que vem desde Salvador.

A aglomeração urbana metropolitana de Salvador abriga uma zona portuária e aeroportuária de integração entre a produção industrial do Complexo Petroquímico de Camaçari (Copec), Centro Industrial de Aratu (CIA), Centro Industrial do Subaé (CIS), em Feira de Santana, e de outros municípios, com outras regiões do país e do mundo. Essa facilidade de acesso aos fluxos comerciais extra-regionais faz com que a aglomeração urbana metropolitana responda por cerca de 65% do total das exportações do estado e por 90% das exportações baianas que se destinam ao Mercosul (isso corresponde, em média, no período 1990-95, a mais de 60% dos fluxos de exportação nordestinos, com destino ao conjunto dos países do Mercosul), principalmente de produtos petroquímicos.

Apenas quatro municípios (Salvador, Camaçari, São Francisco do Conde e Simões Filho) concorrem para a produção de mais de 55% do PIB estadual. Os demais municípios apresentam-se ou como *reservas territoriais* para futuros investimentos industriais de porte, ou como áreas de expansão da conurbação que se observa ao longo da rodovia conhecida como *Linha Verde*, em direção ao litoral norte do estado.

A consolidação do CIA e do Copec modificou a estrutura urbana da aglomeração urbana metropolitana de Salvador e de diversas cidades de pequeno porte no interior do estado. O crescimento industrial concentrado fez surgir diversas atividades terciárias. O crescimento, principalmente de atividades industriais – mas também do turismo –, criou opções e atraiu novos investimentos, muitos deles ligados às correntes internacionais de capital, fazendo com que os capitais baianos, formados na agricul-

[32] A Bahia, que já fora "pioneira" no processo de integração produtiva do Nordeste, tendo alcançado taxas de crescimento acima da média regional nos anos 50 e 60, e elevado ritmo nos anos 70, partia de uma base produtiva relativamente maior nos anos 80. Em 1993, o PIB baiano correspondia a 5,7 vezes o do Rio Grande do Norte, por exemplo. Daí o porquê de o crescimento da economia baiana só ser superior ao do estado de Pernambuco, mas ainda com desempenho superior à média nacional.

tura, na especulação fundiária rural e urbana, nas empreiteiras e em outros setores, se convertessem em capitais articulados ao mercado financeiro internacional.

Esse desempenho repercutiu na estrutura urbana estadual, mantendo fortes atrativos para a aglomeração urbana metropolitana, concentrando infra-estrutura e serviços especializados para além das já tradicionais funções de porto exportador e de sede político-administrativa do estado. Dessa forma, a cidade de Salvador conseguiu alcançar mais de 2,2 milhões de habitantes, e sua periferia metropolitana mais de 500 mil. O município de Simões Filho é a sede do centro industrial de Aratu, importante pólo concentrador de indústrias. Camaçari concentra a produção petroquímica, enquanto São Francisco do Conde é responsável pela produção da única refinaria de petróleo do Nordeste. Outros municípios, como Lauro de Freitas, Candeias, Dias D'Ávila, Madre de Deus, Cachoeira, São Sebastião do Passé, Vera Cruz e Itaparica, complementam a rede urbana dessa aglomeração urbana metropolitana, com atividades industriais, principalmente de extração e refinamento de petróleo, ou atividades comerciais e de serviços, alguns com laços de conurbação, outros servindo apenas de dormitórios.

O distanciamento populacional e econômico da aglomeração urbana metropolitana de Salvador, quando comparado ao restante da rede urbana estadual, é gritante. Uma primeira explicação estaria relacionada à presença crescente de investimentos que inserem relações tipicamente capitalistas, via complexos industriais e atividades modernas, o que não tem impedido a proliferação, em menor escala, de relações de produção não capitalistas. Esta constatação seria complementada pela observação da concentração de elementos infra-estruturais, tais como redes de saneamento, de distribuição de água, estradas e ruas adequadas, a concentração de meios de comunicação (emissoras de rádio, de televisão, jornais etc.), assim como a concentração de organismos financeiros, de instituições de ensino e pesquisa. A complementaridade entre os núcleos de atividade existentes nos subespaços metropolitanos (Camaçari, Simões Filho, São Francisco do Conde, com alta concentração industrial; Lauro de Freitas, como área residencial e comercial conurbada; litoral de Camaçari e Ilha de Itaparica, com crescentes fluxos de turistas e de investimentos derivados) contribui para o crescimento populacional e economicamente desigual e, ao mesmo tempo, combinado.

Ao longo dos anos pós-1980, Salvador foi crescentemente demandada para atender ao turismo de negócios – derivado do crescimento do Copec, do CIA e das novas atividades no interior do estado (Barreiras, Juazeiro, Porto Seguro e outros). Mas o aproveitamento das belezas naturais e do patrimônio histórico e cultural da cidade fez com que também se consolidasse o turismo voltado para o lazer. Com isso, a atividade turística passou a canalizar grandes volumes de capitais privados e estatais, que promoveram uma autêntica *reforma urbana* em Salvador. Aliás, desde os anos 70 o estado investira na construção de amplas avenidas de fundo de vale e na implantação de um novo centro administrativo. A partir dos anos 80, os incentivos estatais para a ampliação de empreendimentos voltados para o turismo deram novo impulso ao surgimento e ampliação de hotéis de alto padrão, voltados para o turismo internacional. Em Salvador foi revitalizada a área do Pelourinho, considerada Patrimônio Cultural da Humanidade.

A mídia local e nacional "descobriu" e passou a incentivar fortemente os artistas locais e as manifestações populares – principalmente o carnaval –, instalando estúdios e financiando eventos e bandas de *axé music*. Na direção do litoral norte, ampliaram-se as condições de tráfego para acesso às praias, beneficiando o litoral de Camaçari. Investiu-se na infra-estrutura de *ferry boat*, intensificando os fluxos comerciais, de turistas e de trabalhadores, entre o continente e a Ilha de Itaparica. Complementarmente, floresceram investimentos imobiliários destinados ao consumo da classe média, *shoppings*, *villages* e equipamentos de lazer.

O turismo internacional vem crescendo na Bahia, como em todo o Nordeste. Desde 1991, cresce o fluxo turístico em direção a Salvador, proveniente tanto de outros estados da Federação, quanto de outros países, sobretudo do bloco do Mercosul. Em que pese todo o crescimento do turismo com destino ao litoral sul, à Chapada Diamantina ou ao litoral norte da Bahia, Salvador vem abrigando, em média, quase a metade dos turistas que se dirigem ao estado. Em 1995, o fluxo turístico absorvido por Salvador (343 mil pessoas) gerou uma receita de US$ 483 milhões (55% da receita baiana com o setor), representando um crescimento de 17% em relação a 1991. Da receita total de 1995, US$ 110 milhões (23%) foram provenientes de turistas estrangeiros (153 mil pessoas). Com esse fluxo de receitas e de pessoas, Salvador colocou-se entre as quatro cidades mais visitadas no Brasil por turistas de países europeus, e entre as 11 mais visitadas por turistas de países do Mercosul.

Com todos esses predicados, a aglomeração metropolitana, principalmente Salvador, estendeu seu leque de influência econômica e cultural sobre outras localidades do estado e do país. O IBGE, por meio do Regic, detectou, em 1993, ampla interação com (e centralidade espacial sobre) todas as importantes aglomerações urbanas não-metropolitanas e centros regionais baianos, bem como sobre a aglomeração urbana não-metropolitana de Aracaju e outras cidades do estado sergipano.

A aglomeração urbana metropolitana de Salvador concentra a maioria dos serviços especializados em educação de nível superior e de apoio científico e tecnológi-

co da Bahia. Salvador abriga duas universidades públicas (uma federal, a Universidade Federal da Bahia, e o principal *campus* de uma estadual, a Uneb) e duas universidades privadas (Universidade Católica do Salvador e a Unifacs), diversas faculdades isoladas (Visconde de Cairu, Ruy Barbosa, Baiana de Medicina, entre outras) e centros de ensino superior (Unibahyana, Faculdades Integradas da Bahia e outras) e, ainda, instituições de ensino técnico e de fomento à pesquisa científica e tecnológica mantidas tanto com recursos públicos quanto pela iniciativa privada. Essa concentração – cuja oferta cresceu por necessidade dos capitais modernos que se instalaram na região desde os anos 40 até os anos 80 –, contudo, está aquém das efetivas necessidades sociais e culturais da população, e também da necessidade de criar condições favoráveis à atração de capitais que utilizem novas tecnologias. Aliás, desde a consolidação do pólo petroquímico, a aglomeração urbana metropolitana de Salvador vem importando parte significativa de sua mão-de-obra técnica qualificada.

A Bahia é ainda um estado pouco urbanizado: de acordo com o Censo Demográfico de 1991, cerca de 41% da população baiana vivia no campo. Em que pese o ingresso de grandes empresas industriais e agrícolas em todo o estado, com a inserção de relações de produção e de trabalho tipicamente capitalistas, grande parte do estado da Bahia ainda sofre as conseqüências do relativo atraso das forças produtivas. Talvez por isso mesmo, a Bahia venha experimentando um processo de urbanização mais lento que os demais estados da Federação. Nesse contexto, grande contingente populacional ainda deixa de usufruir os serviços de moradia, educação, lazer e saúde, que são oferecidos pela rede urbana do estado.

Nos anos pós-1980, as migrações em direção à aglomeração urbana metropolitana de Salvador reduziram-se com o deslocamento dos fluxos rumo a centros urbanos e aglomerações no interior do estado. Com isso, as taxas anuais de crescimento populacional da aglomeração urbana metropolitana de Salvador foram reduzidas de 3,12%, no período 1980-91, para 1,63%, entre 1991 e 1996. Essas taxas decrescentes respondem ao longo período de crise econômica que configurou a "década perdida" no Brasil e ao processo de "modernização conservadora" do campo e da indústria baianos.

Mesmo assim, e apesar da crise, a aglomeração urbana metropolitana de Salvador continuou atraindo grande contingente populacional, em menor proporção do que nos anos 60 e 70, pela alta concentração de atividades industriais e pelo crescimento do comércio e dos serviços. É na periferia metropolitana que se observam taxas crescentes de incremento populacional[33]. Acompanhando a tendência nacional das aglomerações metropolitanas, houve maior crescimento periférico do que no núcleo, acirrando problemas de insuficiência infra-estrutural urbana e de falta de empregos industriais e no setor terciário, trazendo como corolário o crescimento da quantidade de favelas, da criminalidade, da prostituição etc.

Segundo o IBGE (pesquisas mensais de emprego), entre dezembro de 1991 e dezembro de 1997 a aglomeração urbana metropolitana de Salvador apresentou as maiores taxas mensais de desemprego aberto dentre as aglomerações urbanas metropolitanas do país; essas taxas cresceram de 5,45% para 8,39%. O setor que mais tem desempregado, de acordo com o mesmo levantamento, é o da construção civil, com taxas que correspondem a, no mínimo, o dobro daquelas apresentadas por outras aglomerações urbanas metropolitanas do país. Em que pese todo o desempenho econômico positivo alcançado pela Bahia nos anos 90, particularmente pela aglomeração urbana metropolitana de Salvador, a situação do emprego tem-se tornado cada vez mais dramática.

Na análise da distribuição da PEA na aglomeração urbana metropolitana de Salvador, os percentuais relativos ao ramo industrial colocam em evidência o município de Madre de Deus, que exibe um percentual (47,1%) que supera, de forma significativa, os verificados em todos os municípios das três aglomerações urbanas metropolitanas da região Nordeste. Esse município é acompanhado de perto, nesse aspecto, pelo município de Candeias, que, com um percentual de 40,9% no ramo industrial, se coloca em segundo lugar perante os demais municípios integrantes das demais aglomerações urbanas metropolitanas. Numa tentativa de hierarquização, desse ponto de vista e, agora, considerando os limites relativos à aglomeração urbana metropolitana de Salvador, aparecem: em terceiro lugar, o município de Camaçari (38,6%), em quarto lugar, o município de Dias D'Ávila (37,8%), e em quinto lugar, Simões Filho (37,2%).

As atividades agropecuárias apresentam percentuais maiores da PEA nos municípios de Cachoeira (29%), São Sebastião do Passé (23,3%), Vera Cruz (22,9%) e São Francisco do Conde (17,6%). É interessante observar que São Sebastião do Passé também apresenta uma PEA no ramo de prestação de serviços equivalente a 20,2%, e, no ramo industrial, uma PEA da ordem de 28%, demonstrando haver, dessa ótica de análise, um equilíbrio entre as funções rural e urbana.

[33] Intenso crescimento foi observado em Lauro de Freitas, que, de uma taxa anual de 6,3% nos anos 80, passou a registrar crescimento de 7% a.a., entre 1991 e 1996. Outros municípios, como Vera Cruz, São Francisco do Conde e Itaparica, apresentaram crescimento de suas taxas anuais. Camaçari, apesar de redução, teve taxa de crescimento significativa nos anos 90 (3,5% a.a.). Outros municípios fortemente ligados à Aglomeração Urbana Metropolitana de Salvador tiveram incremento menor.

O município de Itaparica destaca-se (21%) no comércio de mercadorias mesmo quando confrontado com o de Salvador (17,1%). Os demais municípios integrantes desta aglomeração colocam-se em patamares mais ou menos aproximados – entre 10% e 13,4% –, ficando São Sebastião do Passé, Madre de Deus e São Francisco do Conde com os menores percentuais (8,7%; 8% e 5,3%, respectivamente). No tocante às atividades administrativas, os percentuais superam a barreira dos 15% em apenas dois municípios: Salvador (18,5%) e Madre de Deus (12,9%).

A PEA da aglomeração urbana metropolitana de Salvador cresceu, entre dezembro de 1991 (990,6 mil) e dezembro de 1997 (1.140,7 mil), quase 15%. Já a população ocupada (POC) cresceu, no mesmo período, apenas 12%, perfazendo, em dezembro de 1997, um total de 1.053.548 pessoas ocupadas. Isso representa uma relação POC/PEA de 92%, também uma das mais baixas dentre as aglomerações metropolitanas do país. A proporção de desocupados da aglomeração urbana metropolitana vem-se mantendo acima da média nacional.

A perspectiva de retorno ou de obtenção do primeiro emprego fica cada vez mais difícil na aglomeração urbana metropolitana de Salvador. De acordo com a Pnad de 1996, a aglomeração possuía mais de 246 mil pessoas com mais de 10 anos de idade sem instrução ou com menos de um ano de estudo. O conjunto de pessoas que tinham de zero a oito anos de estudos era de pouco mais de 1,5 milhão. Isso significa que quase 70% da população acima de 10 anos tinha, no máximo, o primeiro grau. Dos 945 mil estudantes matriculados, apenas 126 mil estavam no segundo grau e 50 mil em cursos de nível superior. Da PEA, mais de 48% sequer havia concluído a oitava série. Esses números demonstram um dos aspectos da debilidade sistêmica para atrair investimentos de alta tecnologia ou, mesmo, para a execução de *upgrade* tecnológico, no que se refere à oferta de mão-de-obra qualificada para os setores mais dinâmicos da economia baiana.

No que concerne aos rendimentos percebidos, quase 45% da população acima de 10 anos não estava percebendo quaisquer rendimentos. Além do mais, 26% da população percebia menos de dois salários mínimos. Isso mostra a situação de exclusão social a que está vinculada grande parte da população metropolitana e comprova que a pobreza torna-se cada vez mais um fenômeno metropolitano.

- **Aglomeração urbana metropolitana de Fortaleza**

Ao contrário do que ocorreu nas aglomerações urbanas metropolitanas do Recife e de Salvador, em Fortaleza os efeitos dos investimentos incentivados pela Sudene tornaram-se mais efetivos a partir da segunda metade da década de 70. Para tanto, muito contribuíram a deficiência de energia elétrica para uso industrial, a precariedade das infra-estruturas portuária, rodoviária e de comunicações, a ausência de importantes matérias-primas, o mercado limitado, a maior distância dos principais centros supridores de insumos e, por fim, a pouca influência das elites locais no cenário nacional[34].

Além disso, diferentemente da aglomeração urbana metropolitana do Recife, onde os gêneros dinâmicos conheceram crescimento superior aos dos gêneros tradicionais, Fortaleza praticamente manteve a mesma estrutura industrial, conservando os setores mais tradicionais à frente de seu desenvolvimento industrial. A despeito desse fato, a aglomeração urbana metropolitana de Fortaleza vem conhecendo grande dinamismo, sendo um dos mais evidentes a montagem do novo pólo têxtil e de confecções que, segundo Araújo (1994, p. 20), se concretizou graças

> a uma forte articulação entre os capitais locais e os capitais que se dirigem a Fortaleza na esteira dos benefícios fiscais e financeiros federais. Este fato se confirma pelos dados de participação de capitalistas locais, com 88% do capital integralizado pelos acionistas portadores de ações ordinárias nas empresas financiadas pela Sudene. Esse percentual é inferior a 34% nos casos de Pernambuco e da Bahia, onde, portanto, predomina largamente capital de fora da região. Nesses últimos estados, essa articulação entre capitalistas locais e extra-regionais é bem menor e, por isso, recebem, majoritariamente, filiais de empresas de outras regiões ou países, comandadas de fora.

Além disso, segundo a mesma autora, esse moderno complexo industrial tem como fundamento atividades tradicionais do tecido industrial nordestino, ou seja, o têxtil e o de confecções; este último tem por trás toda uma tradição de artesanato local.

Levantamentos realizados dão conta de que 63,87% do PIB do estado do Ceará, em 1995, foi gerado no espaço metropolitano, verificando-se, no entanto, uma redução dessa participação no período 1993-95. O mapeamento das unidades industriais distribuídas no território cearense, feito com base nos dados da SIC (Secretaria da Indústria do Ceará), revela que, em 1996, 58,7% delas estavam instaladas na aglomeração urbana metropolitana de Fortaleza. É um índice de concentração ainda muito elevado, não obstante já se tenha apresentado mais alto (63%, em 1990). Essa redução de 6,8% é atribuída à política de descentralização industrial que vem sendo adotada pelo governo estadual. O alto grau de concentração de riqueza na aglomeração urbana metropolitana de Fortaleza revela-se também nos dados relativos à participação da capital metropolitana no PIB estadual. Em 1995, a região participava com quase 63,87% do total, o que significa, em termos monetários, R$ 8,16 bilhões (Iplance, 1998).

[34] Vide, a respeito, Santos (1997).

Diferentemente de Pernambuco e da Bahia, que possuem cidades relativamente importantes no interior do estado, o Ceará apresenta uma configuração espacial altamente concentrada. A capital, Fortaleza (1.965.513 habitantes no total municipal), tem uma população 10 vezes maior do que a segunda maior cidade do estado, Juazeiro do Norte (189.493 habitantes no total municipal), que, juntamente com Crato e Barbalha formam (segundo o Regic/1993) a aglomeração urbana de Juazeiro do Norte (328.240 habitantes no total dos três municípios de aglomeração). Segundo o Regic, essa aglomeração mantém "fortes" relações tanto com o Recife quanto com Fortaleza, por se situar a meio caminho dessas duas aglomerações urbanas metropolitanas nordestinas. As suas taxas anuais de crescimento, na década de 80 e no período 1991-96, foram as maiores dentre as três aglomerações urbanas metropolitanas.

A conseqüência mais evidente dessa concentração populacional na aglomeração urbana metropolitana de Fortaleza foi uma enorme pressão por investimentos públicos nesse espaço metropolitano. A exemplo de outras capitais do país, a favelização em Fortaleza tem-se apresentado como a face espacial *da metropolização* e do processo de desequilíbrio econômico-espacial do estado. Ao atrair maiores investimentos públicos para uma mesorregião apenas, o estado também atraiu uma parcela expressiva da população rural, que chegou à metrópole sem as condições mínimas necessárias para habitar dignamente tal espaço[35].

O governo do estado, especialmente a partir de 1987, começou a investir na formulação de políticas que revertessem essa realidade. Para tanto, o Ceará tem desenvolvido, desde 1995, um programa de atração de indústrias, segundo o qual foi firmado um protocolo de intenções com mais de 300 indústrias a serem distribuídas em 55 municípios cearenses, das quais 99 já se instalaram no estado. O principal fator de atração são os incentivos fiscais, com redução do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e em alguns casos, com isenção de outros impostos. Nesse contexto, o governo do Ceará utiliza seu sistema de incentivos para priorizar as indústrias interessadas em se instalar no interior do estado.

No período 1987-95, o PIB do Ceará evoluiu positivamente, correspondendo a um acréscimo médio de 4,38% a.a., enquanto a economia brasileira, no mesmo período, teve uma expansão média anual de 1,45%, e a nordestina de 1,30% a.a. O principal determinante do desempenho econômico do Ceará reside na reorganização das finanças públicas e na melhoria da qualidade da gestão governamental, que permitiram a regularização das despesas correntes e das dívidas públicas, internas e externas, gerando poupança e a conseqüente capacidade de investir, ao lado da já mencionada política de atração de novos investimentos privados.

Na aglomeração urbana metropolitana de Fortaleza, destacam-se os seguintes empreendimentos:

- o aeroporto internacional, que mobilizou recursos da ordem de R$ 65 milhões, gerando uma capacidade de 7,5 milhões de passageiros por ano;
- o complexo industrial e portuário de Pecém, cujas obras já foram iniciadas, e para o qual se prevê um investimento de R$ 135 milhões;
- o metrô de Fortaleza, em fase de construção, que mobilizará um total aproximado de R$ 268 milhões;
- a siderúrgica cearense, voltada para a produção de laminados quentes e frios e chapas galvanizadas, que significará um importante fluxo de investimentos na economia de Fortaleza, da ordem de R$ 800 milhões, o que acarretará profundas mudanças tanto no conjunto das forças de desenvolvimento, como, particularmente, no dinamismo e na fisionomia da cidade;
- o gasoduto Guamaré-Fortaleza, que significará o aumento da oferta de gás natural e mobilizará recursos em torno de R$ 50 milhões.

A esses empreendimentos somam-se outros situados no interior do estado, como o Açude Castanhão, que mobilizará recursos da ordem de R$ 96 milhões, com capacidade prevista para gerar 22 megawatts de energia e irrigar 43 mil hectares de terra, e o Parque Eólico do Mucuripe, que deverá gerar 1,2 megawatt, consumindo, em termos de investimento, R$ 1,7 milhão.

Nessa estratégia do governo do estado em dotar o Ceará de uma infra-estrutura que o torne competitivo numa economia cada vez mais globalizada, tem lugar de destaque a indústria do turismo, muito embora, segundo dados do Iplance, em 1996, participasse com apenas 2% do PIB do estado, participação que, no entanto, tende a crescer em face dos investimentos que estão sendo realizados nesse ramo de atividades. A inauguração do novo aeroporto, a implantação de grandes projetos hoteleiros e o surgimento de novas rotas para a aviação, inclusive internacionais, consolidam todo um movimento nessa direção.

No que se refere ao emprego, partindo-se da análise da PEA, os dados mostram a preponderância do setor terciário, que é devida, sobretudo, às atividades de prestação de serviços e ao comércio de mercadorias. É interessante observar que, em relação à prestação de serviços, o município de Eusébio, também pertencente a aglomeração urbana metropolitana de Fortaleza, consegue superar a capital metropolitana em termos percentuais de absorção da PEA. Já no comércio de mercadorias, a capital é suplantada, em termos percentuais, pelo município de

[35] O notável crescimento urbano, 3,63% a.a., mostra que o Ceará atraiu populações do campo para as cidades, já que o seu crescimento demográfico (1,7%) foi bem inferior (Centro Josué de Castro..., 1998).

Maracanaú, também integrante da aglomeração urbana metropolitana de Fortaleza. O setor secundário apresenta um percentual de absorção da PEA bastante significativo, notando-se, inclusive, que Fortaleza exibe percentuais superiores aos das outras duas capitais metropolitanas nordestinas, o que também reflete o dinamismo das atividades industriais naquele espaço. Analisando-se, porém, a PEA industrial dos demais municípios integrantes da aglomeração urbana metropolitana de Fortaleza, constata-se a mesma situação encontrada nas aglomerações urbanas metropolitanas do Recife e de Salvador, em que se verificam percentuais mais expressivos da PEA nesses outros municípios do que na capital.

Fortaleza também funciona como centro regional que atua sobre a mesorregião metropolitana, onde estão localizados nove municípios da microrregião geográfica de Fortaleza e dois municípios da microrregião geográfica de Pacajus (Centro Josué de Castro..., 1998). A distribuição da população e das atividades econômicas e sociais no Ceará é uma das mais concentradas do Brasil, encontrando-se em Fortaleza, com já foi dito, 10 vezes mais habitantes do que em Juazeiro do Norte – a segunda maior cidade do estado. Como causa e efeito da urbanização acelerada, os investimentos públicos e privados concentraram-se na capital e nos municípios da aglomeração urbana metropolitana, favorecendo um crescimento altamente desequilibrado entre as diversas mesorregiões do Ceará (Governo do Estado do Ceará, 1995).

Uma análise da evolução do município, do ponto de vista demográfico, mostra, no entanto, que, se até os anos 80 Fortaleza cresceu mais do que a Região Metropolitana de Fortaleza, nos anos mais recentes esse crescimento se processou de forma mais lenta, revertendo-se o ritmo de crescimento da população do município em relação à aglomeração como um todo. A conclusão que se tira é de que o foco de atração dos migrantes não é mais apenas Fortaleza, mas também outras cidades da aglomeração urbana metropolitana e outras cidades, localizadas próximo à capital, como Pacajus, Horizonte, Barreira e Acarape, as quais estão industrializando-se.

As alterações mais recentes verificadas no quadro demográfico do município de Fortaleza também são atribuídas a investimentos que vêm sendo realizados de forma espacialmente descentralizada, como a instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, a execução do Prodetur e a ponte sobre o rio Ceará. Dentre os novos critérios estabelecidos para se definir a localização de novos empreendimentos industriais, ressaltam-se os que privilegiam a interiorização e promovem a desconcentração industrial, não só de Fortaleza, mas da própria aglomeração urbana metropolitana para as demais regiões do estado (Governo do Estado do Ceará, 1995).

Num perfil semelhante às outras duas aglomerações urbanas metropolitanas do Nordeste, Fortaleza tem sua economia voltada fundamentalmente para os serviços e a indústria, o que pode ser comprovado tanto pela composição setorial do PIB gerado no município, como pela composição setorial do emprego. Com relação ao PIB, dados levantados pelo Iplance, para 1995, dão conta de que, para a formação total do PIB municipal, os serviços contribuíram com 73,2% e a indústria com 26,0%. Analisando-se a participação de Fortaleza (de quase 50%) na formação do PIB estadual, vê-se que é alto o grau de concentração da riqueza no núcleo metropolitano, que é a capital do estado, não obstante essa concentração tenha apresentado uma redução no período 1993/1995[36].

Mesmo diante do dinamismo mais recente apresentado pelo setor industrial, Fortaleza mantém a sua característica terciário-comercial, notadamente nas áreas de confecções, calçados e artefatos de tecidos. A cidade se insere entre os três primeiros pólos comerciais do ramo de confecções mais importantes do cenário nacional e tem o que é considerado o maior centro comercial de autopeças da região Nordeste (Centro Josué de Castro..., 1998). Embora a participação das atividades comerciais do município, no conjunto do estado do Ceará, tenha diminuído nos últimos anos em razão do dinamismo dessas atividades em outras áreas da aglomeração urbana metropolitana e do estado, o comércio de Fortaleza tem dado sinais de crescimento em termos de quantidade e, também, de qualidade.

Os indicadores do mercado de trabalho de Fortaleza, produzidos pelo Sine (Centro Josué de Castro..., 1998), registram uma PEA da ordem de 753.159 pessoas, em 1996, correspondente a 45,89% da população total. Numa situação análoga à dos outros dois centros metropolitanos nordestinos aqui considerados – Recife e Salvador –, Fortaleza também apresenta um setor informal bastante expressivo, com uma taxa de ocupação equivalente a 54,35%, o que corresponde a 368.817 trabalhadores engajados nas atividades informais.

Com relação à composição setorial do emprego, Fortaleza mostra uma predominância do setor terciário (69,9%) sobre os demais setores, apresentando um setor secundário mais expressivo (24,9%), do ponto de vista da absorção de mão-de-obra, que o do Recife e o de Salvador. O subsetor de prestação de serviços (25,9%) também se mostra nivelado ao dos outros dois centros metropolitanos, enquanto o comércio de mercadorias (19,1%) se nivela ao do Recife e supera o de Salvador.

[36] Governo do Ceará (*op. cit.*).

3.3.2 Aglomerações urbanas não-metropolitanas

As aglomerações urbanas não-metropolitanas destacam-se pelo elevado incremento populacional ocorrido no período 1980-91. A taxa média de crescimento anual dessas áreas atingiu 3,58%, no período 1980-91, e 2,26%, no período 1991-96, revelando um padrão de migração rural-urbano.

3.3.2.1 Aglomerações urbanas não-metropolitanas de Ordem 1

- **Aglomeração urbana não-metropolitana de São Luís (MA)**

Abrigando, em 1996, uma população municipal total[37] de 941.431 habitantes, a aglomeração urbana de São Luís é formada pela conurbação de áreas urbanas dos municípios de São Luís, São José do Ribamar e Paço do Lumiar. Em 1970, não ocupava lugar de destaque dentre os então denominados centros submetropolitanos. Para tanto, foram decisivos, em termos de fatos atuais e de perspectivas, os grandes empreendimentos referentes ao porto de Itaqui, à implantação da infra-estrutura necessária para a extração do minério de ferro, aos investimentos na indústria de alumínio e alumina, e à construção de importante terminal pesqueiro, que ocasionaram fluxo de investimentos de peso na economia da aglomeração, particularmente em São Luís, acarretando mudanças profundas tanto no conjunto das forças de desenvolvimento urbano, como, particularmente, no dinamismo e na fisionomia da cidade-capital. No entanto, o tipo de desenvolvimento que vem sendo alcançado pelo referido elenco de grandes empreendimentos não está sendo capaz de solucionar o problema estrutural do interior maranhense, nem o problema gerado, na cidade, pelo efeito de deslocamentos humanos (Melo, 1983).

A aglomeração urbana não-metropolitana de São Luís tem um perfil ocupacional em que as atividades tipicamente urbanas, vistas a partir da capacidade de absorção da PEA de cada uma das localidades, apresentam-se de forma mais ou menos homogênea nos três municípios que a integram, salientando-se, em São Luís, as atividades administrativas que, naturalmente, se concentram na capital – principal centro decisório e administrativo –, muito embora Paço do Lumiar mostre um percentual que também pode ser considerado expressivo neste setor. O setor de prestação de serviços também se concentra em São Luís, enquanto o comércio de mercadorias e as atividades industriais apresentam, no município de São José do Ribamar, os percentuais mais elevados, significando um peso maior destes setores sobre a PEA local.

A cidade de São Luís destaca-se pela singularidade de seu patrimônio histórico e cultural, sendo o seu centro também considerado Patrimônio Cultural da Humanidade. São Luís constitui, na atualidade, quase uma metrópole regional, da qual dependem importantes centros como Imperatriz (215.218 habitantes na sede e 274.104 habitantes no total municipal), Codó (67.754 habitantes na sede e 110.292 habitantes no total municipal), Santa Inês (58.235 habitantes na sede e 68.942 habitantes no total municipal), Chapadinha (33.648 habitantes na sede e 59.521 habitantes no total municipal), Coelho Neto (32.943 habitantes na sede e 41.504 habitantes no total municipal), Coroatá (32.146 habitantes na sede e 74.130 habitantes no total municipal), Zé Doca (28.035 habitantes na sede e 61.851 habitantes no total municipal), São Mateus do Maranhão (23.548 habitantes na sede e 32.245 habitantes no total municipal), Grajaú (22.769 habitantes na sede e 56.374 habitantes no total municipal) e Cururupu (20.392 habitantes na sede e 40.827 habitantes no total municipal). Pedreiras (44.112 habitantes na sede e 55.180 habitantes no total municipal), por conta de sua posição geográfica, mantém articulações não apenas com São Luís, mas também com Fortaleza e Teresina. Em relação a Presidente Dutra (24.709 habitantes na sede e 44.118 habitantes no total municipal) e a Bacabal (67.754 habitantes na sede e 104.838 habitantes no total municipal), dividem as suas relações espaciais entre São Luís e Teresina.

- **Aglomeração urbana não-metropolitana de João Pessoa (PB)**

Desde 1950, João Pessoa disputa com Campina Grande a liderança econômica no estado da Paraíba.

Tanto João Pessoa como Campina Grande apresentaram, no período 1950-70, um aumento na diversificação das atividades econômicas internas, mas Campina Grande passou por um processo de diversificação mais notável do que João Pessoa (Lima, 1978). Nas décadas mais recentes, essa diversificação econômica vem aumentando, sobretudo em João Pessoa, que passa por um processo de expansão e diversificação industrial, superando, inclusive, Campina Grande, no que se refere ao número de indústrias existentes. Em ambos os municípios, concentra-se a parte mais expressiva do pólo de couros e calçados paraibano: 60% dos estabelecimentos encontram-se em Campina Grande e 14,1% em João Pessoa. As demais unidades produtivas do ramo se distribuem pelos municípios de Patos (17,7%), Santa Rita, Itabaiana, Cajazeiras e Pombal (8,2%). Campina Grande emprega, sozinha, 48,4% da mão-de-obra do setor, enquanto João Pessoa responde por

[37] Resultado da população municipal total dos três municípios da aglomeração urbana não-metropolitana de São Luís (São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar). Dados do IBGE (Contagem Populacional de 1996).

23,6% dos empregados neste ramo industrial (Fundação Joaquim Nabuco/Sudene, 1996). A implementação de um pólo calçadista, articulado com o de artefatos de couro, que, por sua vez, atrai produtores de insumos e componentes, formando um complexo industrial de dimensão significativa, está sendo apontado como responsável pelo ganho de posição relativa que o estado da Paraíba vem conseguindo há mais de uma década no Nordeste (Fundação Joaquim Nabuco/Sudene, 1996). A produção de calçados na Paraíba é, atualmente, a terceira maior produção estadual do país.

Chama a atenção o movimento de expansão industrial ocorrido no período 1992-97 tanto em João Pessoa, como em Campina Grande. Em João Pessoa, o número de indústrias passa de 863 para 1.267 – o que significa um aumento percentual de 46,8% –, enquanto em Campina Grande esse número passa de 780 para 1.269 – um percentual de aumento ainda mais expressivo, equivalente a 62,7%. No caso de João Pessoa, os ramos da construção civil e dos produtos alimentares continuam liderando o setor, observando-se, também, um aumento extraordinário (de 833%) do ramo da indústria mecânica e um aumento significativo (109%) da indústria têxtil. Os ramos concentrados na categoria *diversas* – que corresponde a indústrias de pequeno porte – também crescem de forma notável (494%) no período, formando um conjunto que, do ponto de vista da geração de empregos, passa a ocupar o terceiro lugar, absorvendo 3.372 empregados. Analisando-se o perfil industrial de João Pessoa, a indústria da construção civil situa-se em primeiro lugar, gerando 8.213 postos de trabalho, e os serviços industriais de utilidade pública ficam em segundo lugar, com 5.888 empregados.

João Pessoa concentra as atividades de caráter administrativo, o que faz a PEA urbana ser mais expressiva, no conjunto da aglomeração. Nas atividades industriais, por exemplo, a capital ocupa a quarta posição relativa, sendo suplantada por Santa Rita e Bayeux, principalmente, e Cabedelo. No comércio de mercadorias, destaca-se Bayeux, deixando João Pessoa na segunda posição no que se refere à composição da PEA.

Com relação à sua região de influência, ela se estende à aglomeração de Sousa/Cajazeiras (129.307 habitantes no total dos dois municípios); ao centro regional urbano de Patos (86.036 habitantes no total municipal), na Paraíba; e aos núcleos urbanos de Itabaiana (26.248 habitantes no total municipal), Mamanguape (51.312 habitantes no total municipal), Monteiro (26.471 habitantes no total municipal) e Sapé (57.061 habitantes no total municipal), na Paraíba; São José do Egito (28.793 habitantes no total municipal), em Pernambuco; e Currais Novos (40.586 habitantes no total municipal), no Rio Grande do Norte.

- **Aglomeração urbana não-metropolitana de Teresina (PI)/Timon (MA)**

Com uma população urbana de 714 mil habitantes, em 1996, a aglomeração urbana não-metropolitana de Teresina/Timon conforma um importante centro comercial varejista, o que se explica pelo nível das cidades no seu entorno. A cidade de Timon representa, neste contexto, uma expansão teresinense em território do Maranhão. Teresina é a única capital nordestina interiorana, além de ser a única planejada para desempenhar as funções de capital. Surgiu pelo condicionamento do rio Parnaíba, no ponto em que desemboca um dos seus principais afluentes, o Poti. Sem dúvida, sendo capital de estado, dificilmente deixaria de exercer função regional. Para tanto, foi essencial, a partir dos anos 50, a implantação do sistema de circulação rodoviário integrador do Meio-norte aos sistemas nordestinos e nacional (Melo, 1988). A força do setor terciário é oriunda não apenas do comércio varejista, mas também dos serviços, da administração pública e das atividades financeiras. A análise da arrecadação dos impostos estaduais nos sete principais municípios do Piauí revela a importância de Teresina nesse aspecto. Enquanto o conjunto dos sete municípios responde por 88,4% da arrecadação, Teresina responde por 76,13%. A segunda cidade mais importante em população, Parnaíba, responde por apenas 3,04% e a terceira, Floriano, por 2,56% da arrecadação do estado, dados que revelam a grande fragilidade da rede urbana (Façanha, 1998).

Em termos da distribuição da PEA dos dois municípios que formam a aglomeração urbana de Teresina, a maior concentração de pessoas se dá na prestação de serviços, vindo em seguida a indústria, o comércio de mercadorias e as atividades administrativas. Em Timon, a distribuição da PEA se apresenta numa ordem diferente: em primeiro lugar, as atividades industriais, e, depois, as de prestação de serviços e o comércio de mercadorias, cujo percentual nivela-se ao do setor agropecuário.

Quanto à centralidade, a área de influência de Teresina extrapola o âmbito estadual. A sua posição geográfica de limite territorial com o estado do Maranhão garante a sua influência não apenas sobre as principais cidades piauienses – Parnaíba (município com população total de 131.885 habitantes), Picos (município com população total de 44.877 habitantes) e Floriano (município com população total de 52.222 habitantes) –, mas também sobre o importante centro regional maranhense de Caxias (município com população total de 146.045 habitantes) e de Bacabal (município com população total de 104.838 habitantes).

- **Aglomeração urbana não-metropolitana de Natal (RN)**

Composta de áreas urbanas dos municípios de Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Ceará-Mirim, Extremoz e Macaíba, esta aglomeração abrigava, em

1996, uma população municipal total de 921.491 habitantes. Conforma, oficialmente, a Região Metropolitana de Natal, criada no início de 1997, muito embora Natal não exerça as funções de centro metropolitano. A aglomeração urbana não-metropolitana de Natal foi duramente atingida pelas crises que assolaram as economias tradicionais, representadas, particularmente, pela cultura do algodão herbáceo e da cana-de-açúcar. A cultura algodoeira de fibra longa – localizada na região do Seridó e cujo produto, na década de 70, era o mais importante na pauta de exportação estadual – foi sendo dizimada, a partir dos anos 80, pela seca (1980-85), pela praga do bicudo (1985) e, mais recentemente, pela concorrência, no mercado mundial, com o algodão de fibra curta, passível de ser misturado com a fibra sintética. A cultura da cana-de-açúcar foi também dramaticamente atingida pela seca, que alcançou o seu ápice em 1993. Tudo isso induziu um movimento migratório em direção à capital do estado.

A aglomeração urbana não-metropolitana de Natal, bem como os demais municípios do litoral oriental, vem conhecendo, a partir dos anos 80, um grande dinamismo na atividade turística, respaldado na beleza de suas praias e numa bem estruturada rede hoteleira. Em 1985, tal rede possuía 1.992 leitos, passando a contar, em 1993, com 4.659. Em 1992, a aglomeração urbana não-metropolitana de Natal recebeu 54.315 turistas e, em 1993, 136.364 (Sebrae, Natal, 1993). A implantação do projeto Rota do Sol, prolongamento da BR-101 de Natal até Touros, cujo objetivo é criar um pólo de desenvolvimento turístico, significará mais um elemento de atração para os investimentos no setor. Cabe ainda salientar a implantação do Centro de Convenções, que assumiu um papel fundamental na abertura do mercado de eventos para o estado. Tudo isso foi acompanhado por um intenso processo de modernização do terciário. Nos últimos anos, a aglomeração urbana não-metropolitana de Natal tem-se destacado por integrar o circuito turístico de Fernando de Noronha.

Na composição setorial da PEA, chama a atenção a inclusão do município de Extremoz, com atividades agropecuárias, o qual, embora ultrapassem em 0,9 ponto percentual o limite dos 35% adotado como critério, não perde a sua condição de integrante da aglomeração urbana de Natal, dado o fato de encontrar-se conurbado com a capital e por manter, nos domínios do seu território, atividades expressivas na prestação de serviços, na indústria (parte do distrito industrial de Natal aí se encontra) e no comércio de mercadorias. As atividades industriais dessa aglomeração são mais significativas, em termos de absorção da PEA, nos municípios de Parnamirim e São Gonçalo do Amarante – onde se concentra o distrito industrial natalense. Em Macaíba e Ceará-Mirim, tais atividades também aparecem com relativo peso. Os setores em que o município de Natal consegue manter os percentuais maiores, no conjunto dos municípios que compõem a aglomeração, são os de prestação de serviços, atividades administrativas – condizendo com a sua condição de capital – e o do comércio de mercadorias. O município de Parnamirim também chama a atenção por apresentar um percentual que pode ser considerado alto em se tratando das atividades administrativas, indicando que, no município, também ocorrem ações de caráter decisório e gerencial, o que pode ser atribuído à concentração industrial. De modo geral, os setores de comércio e de prestação de serviços encontram-se distribuídos de forma homogênea, em termos relativos, em todos os municípios que integram esta aglomeração urbana, que também continua mantendo em alguns municípios percentuais razoáveis de sua PEA no setor agropecuário: Extremoz (35,9%), Ceará-Mirim (27,8%) e Macaíba (24%).

Em termos de interações espaciais, a aglomeração urbana não-metropolitana de Natal mantém estreita relação com o Recife. A aglomeração urbana não-metropolitana de Mossoró/Açu divide as suas relações entre Natal e a aglomeração urbana metropolitana de Fortaleza, por situar-se a meio caminho entre essas duas localidades. O centro regional de ordem 2 de Caicó (com população municipal total de 52.019 habitantes) mantém relações mais estreitas diretamente com Natal.

- **Aglomeração urbana não-metropolitana de Maceió (AL)**

Formada por áreas urbanas dos municípios de Maceió, Rio Largo, Pilar, Marechal Deodoro, Satuba, Santa Luzia do Norte e Coqueiro Seco, a aglomeração urbana de Maceió contava, em 1996, com uma população municipal total[38] de 803.869 habitantes. A partir das diretrizes do II PND, Alagoas presenciou importantes investimentos no complexo cloro-álcool-químico. Isso representou um grande impulso à economia alagoana, fundamentada até então quase exclusivamente na produção açucareira. Segundo informações do porto de Maceió, a totalidade das exportações internacionais do estado é constituída pelos seguintes produtos: açúcar demerara, álcool anidro, álcool hidratado, dicloroetano, petróleo, PVC em contêineres e soda cáustica (Anuário Estatístico de Alagoas).

De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas, a aglomeração urbana de Maceió foi responsável, em 1995, por R$ 162.342 mil da arrecadação de ICMS,

[38] Resultado da população municipal total dos municípios integrantes da aglomeração urbana não-metropolitana de Maceió. Dados do IBGE (Contagem Populacional de 1996).

representando 80,52% do total arrecadado no estado, o que sinaliza a forte concentração da economia alagoana na aglomeração da capital. Além disso, nos anos mais recentes, a aglomeração urbana não-metropolitana vem-se destacando como pólo estadual de atividades turísticas relativas ao lazer, em decorrência de suas praias. Dados da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) confirmam a importância do setor turístico, uma vez que, em 1995, foram registrados, na capital, 147.937 hóspedes (Anuário Estatístico de Alagoas).

O perfil ocupacional da aglomeração urbana não-metropolitana de Maceió salienta o fraco desempenho das atividades comerciais que, em três dos cinco municípios que a compõem, não conseguem absorver mais de 9,1% da PEA. Apenas Maceió mantém-se em torno do percentual médio observado para os municípios das capitais, e Rio Largo, que, neste setor, consegue ultrapassar os 11%. Coqueiro Seco e Satuba conservam parte ainda expressiva da PEA nas atividades agropecuárias, enquanto Santa Luzia do Norte e Rio Largo concentram mais pessoas no setor industrial.

Vale ainda ressaltar a fragilidade da aglomeração, decorrente da presença de três municípios de Ordem 3 (Satuba, Santa Luzia e Coqueiro Seco) (ver Tabela A.4 dos Anexos), o que reflete sua forte concentração funcional no núcleo (Maceió).

Maceió mantém, de acordo com o Regic/1993, "forte" subordinação em relação a Recife, mas, por sua vez, enquanto capital de estado, não poderia deixar de exercer influência "forte para média" em relação a Arapiraca (173.339 habitantes no total municipal), segunda cidade do estado de Alagoas, situada a 126 quilômetros da capital e importante centro regional de Ordem 1. Influências "médias" são registradas por Maceió em relação a Palmeira dos Índios (67.689 habitantes no total municipal) e Penedo (54.390 habitantes no total municipal), situadas a 140 quilômetros e 163 quilômetros, respectivamente, da capital.

- **Aglomeração urbana não-metropolitana de Aracaju (SE)**

Formada por áreas urbanas dos municípios de Aracaju, São Cristóvão, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, Maruim, Barra dos Coqueiros e Santo Amaro das Brotas, a aglomeração urbana não-metropolitana de Aracaju abrigava, em 1996, uma população municipal total de 643.435 habitantes. Conforma um importante centro, do qual dependem outros centros de menor importância no estado de Sergipe. Foi a partir da década de 60 que a economia sergipana começou a experimentar significativos surtos de modernização, promovidos pela ação estatal. A Petrobrás, ao descobrir petróleo, gás natural e potássio, deu impulso à transformação da estrutura produtiva sergipana, fundamentada até então na atividade agropecuária e no pequeno setor industrial, dominado pelos ramos têxtil e alimentar (açucareiro). No II PND, o estado de Sergipe conseguiu aprovar dois grandes projetos: produção de amônia e uréia – Nitrofértil, atualmente Fábrica de Fertilizante Nitrogenado (Fafen) – e a produção de cloreto de potássio – Petromisa, hoje Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Não sem razão, o estado de Sergipe alcançou o extraordinário crescimento de 472,7% do PIB industrial, no período 1970-95, sendo acompanhado pelo excepcional aumento de 284,6% no setor de serviços. Tais dados contrastam com a lenta expansão do setor agropecuário, que obteve, no mesmo período, um incremento de 81,1%. O aproveitamento industrial e comercial desses minerais permitiu grande impulso às atividades industriais e às de serviços na aglomeração urbana de Aracaju. Ao mesmo tempo, cresceu o volume de investimentos das estatais em infra-estrutura e serviços públicos, a exemplo do terminal portuário situado no município de Barra dos Coqueiros, explorado pela CVRD.

Com relação à distribuição da PEA, essa aglomeração chama a atenção pelo fraco desempenho do comércio de mercadorias nos municípios de Laranjeiras e Maruim, que, por sua vez, concentram o maior contingente da PEA no setor industrial. Nesse setor, aliás, as atividades distribuem-se, em termos relativos, de forma eqüitativa no conjunto da aglomeração, desnivelando-se um pouco no município de Barra dos Coqueiros. Um outro dado que chama a atenção é o referente às atividades administrativas, que se mostram expressivas no município de São Cristóvão.

A sua localização no espaço regional contribuiu para a "forte" subordinação em relação à aglomeração urbana metropolitana de Salvador. Sendo capital estadual, Aracaju exerce influência sobre os municípios de Itabaiana (72.207 habitantes no total municipal), Estância (56.749 habitantes no total municipal) e Lagarto (75.316 habitantes no total municipal), onde estão os principais centros urbanos sergipanos de Ordem 2.

3.3.2.2 Aglomerações urbanas não-metropolitanas de Ordem 2

- **Aglomeração urbana não-metropolitana de Feira de Santana (BA) – 450.487 habitantes**

Feira de Santana, mesmo não sendo capital estadual, é reconhecida como uma importante cidade regional, que se destaca como entreposto comercial pela sua localização estratégica, à margem da BR-116, *portal* da aglomeração urbana metropolitana de Salvador, e centro articulador dos fluxos do Centro-sul em direção ao Nordeste do Brasil e vice-versa. Aliás, do ponto de vis-

ta dos fluxos comerciais, financeiros e produtivos, tem havido uma crescente integração econômica dessa cidade com o espaço metropolitano – o que, segundo alguns autores, estaria configurando uma possível *macrorregião de Salvador*[39].

Com uma contribuição de 6% para o PIB estadual, Feira de Santana destaca-se não só pelo porte do seu comércio; a principal fonte de renda do município é a atividade industrial – trata-se da terceira concentração industrial do estado, localizada no centro industrial do Subaé –, que surge inicialmente voltada para o beneficiamento de matérias-primas vegetais (sisal, frutas, látex, piaçava, madeira etc.), animais (couro, leite e carne) e minerais (argila, mármore e ferro), mas que se diversifica para os gêneros da mecânica, metalurgia e química, dentre outros, assumindo um perfil bastante diversificado e contribuindo para ampliar as interações espaciais entre Feira de Santana e outras mesorregiões do estado, regiões do país e do exterior, e também para fortalecer a economia do município.

A aglomeração urbana não-metropolitana de Feira de Santana possui uma universidade estadual (a Universidade Estadual de Feira de Santana) que atrai crescente contingente de estudantes das cidades vizinhas e de outras mesorregiões para os seus 15 cursos de graduação e 18 de pós-graduação (dois *stricto sensu*). Com isso, forma-se na cidade uma mão-de-obra qualificada que, com a existência de economias de aglomeração industrial proporcionadas pelo centro industrial do Subaé (mesmo considerando-se a proximidade da aglomeração metropolitana de Salvador), consegue manter e atrair indústrias e garantir o funcionamento de atividades modernas no setor de serviços.

Feira de Santana (450.487 habitantes no total municipal) é o segundo município em termos populacionais do estado, abaixo apenas de Salvador, comportando um grande contingente de população desocupada. No ano de 1995, apenas 50% da População em Idade Ativa (PIA) estava ocupada. Observava-se uma taxa de desemprego de quase 22% – superior à da aglomeração urbana metropolitana de Salvador naquele ano (Nascimento, 1996, p. 46).

Nos últimos seis anos, o quadro de desemprego vem-se agravando na cidade. Tomando-se apenas os registros formais dos desligamentos homologados pelo Ministério do Trabalho, vê-se que os saldos de contratações *versus* desligamentos têm sido insuficientes (apenas 5.330 – média anual de 888 empregos criados) para reduzir o déficit de empregos, alocar o grande contingente de trabalhadores que anualmente ingressam no mercado de trabalho, assim como empregar mão-de-obra de migrante.

Os trabalhadores alocados nas atividades formais são relativamente mais qualificados em termos de escolaridade e percebem rendimentos relativamente superiores àqueles praticados no setor informal. As atividades informais absorvem relativamente mais trabalhos familiares, mais negros, mais analfabetos e remuneram menos.

O rápido crescimento econômico e populacional da cidade (mais de 5% da população urbana do estado) não foi acompanhado proporcionalmente pelo crescimento das demais cidades circunvizinhas. Houve uma grande redução no ritmo de crescimento populacional da cidade entre os anos 80 e 90: de uma taxa anual de 7,43% para 2,54%. Mesmo assim, tal comportamento demográfico não impediu que a cidade continuasse entre as 35 mais populosas do país, com problemas sociais tão ou mais graves do que os de algumas capitais estaduais.

Se, de um lado, cresciam as atividades comerciais e de serviços, implicando maior distanciamento entre o centro regional e as cidades intermediárias de sua área de influência, por outro, Feira de Santana veria reforçados os fluxos de passageiros e de mercadorias que por ela passavam, dada a maior atratividade da aglomeração urbana metropolitana. Aliás,

> (...) a grande maioria dos ônibus que passam pela rodoviária de Feira têm origem ou destino em Salvador e o fluxo de viagens entre as duas cidades é quase 15 vezes maior do que o fluxo de Feira com qualquer outra cidade mais próxima e localizada fora da macrorregião. (SEI, 1995)[40]

Não é sem razão que, no sentido Feira/Salvador, vem consolidando-se um "corredor" não só de indústrias vinculadas ao Centro Industrial do Subaé, mas também de empresas de serviços, instituições e investimentos agroindustriais de alta produtividade, estabelecendo relações de complementaridade entre Feira e a aglomeração urbana metropolitana de Salvador.

A carência de oferta de serviços de saúde em outros municípios do estado faz com que para Feira de Santana sejam atraídos grandes contingentes de pacientes oriundos de diversas cidades. Isso provoca intenso movimento nos ambulatórios e hospitais públicos, assim como nos consultórios médicos e odontológicos, conveniados ou não ao sistema público de saúde, e alimenta o crescimento

[39] "(...) Feira de Santana se coloca como uma das principais áreas integrantes do sistema urbano de Salvador, fazendo parte de sua região imediata, de forma até mais significativa, teoricamente, do que áreas mais próximas de Salvador, mas com menor inter-relação. Pode-se falar, neste caso, de um relevante espaço 'perimetropolitano', isto é, de um espaço imediato à metrópole, ou simplesmente, admitir que Feira de Santana esteja totalmente integrada à metrópole, mesmo sem uma contigüidade espacial, mais típica de espaços metropolitanos (...)" (SEI, 1995, p. 233).

[40] Sobre o conceito de "macrorregião de Salvador", consultar Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia (SEI, 1995).

do comércio de produtos farmacêuticos, seja pelo número de estabelecimentos, seja pelos volumes de negócios realizados no varejo e no atacado.

A distribuição da PEA dessa aglomeração chama a atenção, primeiramente, para as atividades essencialmente urbanas – prestação de serviços, comércio de mercadorias e atividades administrativas – que se concentram em Feira de Santana, em virtude, naturalmente, de sua condição de entreposto comercial naquela mesorregião. As atividades industriais, embora absorvendo 21,7% da PEA municipal, são menores em comparação com as apresentadas pelos outros municípios da aglomeração. Conceição da Feira, por exemplo, consegue alocar 33% de sua PEA no setor industrial, seguida por São Gonçalo dos Campos, Amélia Rodrigues e Conceição do Jacuípe. Também chama a atenção a distribuição dos percentuais quando se confrontam os setores agropecuário e industrial que, à exceção de Feira de Santana, exibem um equilíbrio não observado nas outras aglomerações. Ainda se salienta a fraca representatividade do comércio de mercadorias nos municípios de São Gonçalo dos Campos, Amélia Rodrigues e Conceição da Feira.

Em estudo recente, a SEI (1997) mostra que, de acordo com vários critérios[41], sobressai a posição de destaque de Feira de Santana relativamente ao restante do estado. Todavia, há uma grande distância entre a capacidade de oferta de serviços financeiros, de infra-estrutura produtiva e de equipamentos urbanos concentrados em Salvador, que oferece vantagens sistêmicas à aglomeração de capitais modernos em seu espaço metropolitano, e a capacidade dos demais municípios do estado – inclusive Feira de Santana.

Em termos de interações espaciais (de acordo com o Regic), para além da "muito forte" integração subordinada ao espaço metropolitano de Salvador, a aglomeração urbana não-metropolitana de Feira de Santana mantém influência de "média" a "muito fraca" sobre um vastíssimo espaço territorial do estado baiano, desde cidades localizadas na zona litorânea, como Valença (74.661 habitantes no total municipal), as cidades da Chapada (como Lençóis e Andaraí), passando pelas cidades de Cruz das Almas (49.629 habitantes no total municipal), Irecê (52.267 habitantes no total municipal), Serrinha (78.810 habitantes no total municipal), Alagoinhas (122.839 habitantes no total municipal) e Jacobina (85.556 habitantes no total municipal), dentre outras, e até extrapolando os limites baianos, alcançando cidades do estado de Sergipe, como Tobias Barreto.

- **Aglomeração urbana não-metropolitana de Campina Grande (PB)**

A aglomeração urbana não-metropolitana de Campina Grande abrigava, em 1996, uma população total de 367.712 habitantes. Campina Grande conservava, até o início dos anos 70, hegemonia econômica sobre as principais cidades do estado da Paraíba, mantendo o maior percentual das atividades econômicas urbanas do estado, segundo a ordem que segue: Campina Grande (30%), João Pessoa (28%), Patos (5%), Guarabira (2,5%) e Cajazeiras (1,9%). O decorrer da década de 70 marca a época da ruptura, em que Campina Grande perde sua hegemonia no estado enquanto centro comercial, desenvolvendo-se um processo de industrialização, que aos poucos se revela mais dinâmico. Na segunda metade dos anos 70, Campina Grande passa por um período de declínio em suas atividades, sendo prejudicada por um processo migratório descontínuo, em que a mão-de-obra imigrante, desqualificada, supera a mão-de-obra emigrante, qualificada. A década de 80 praticamente marca o fim do comércio atacadista de Campina Grande, e seu parque industrial é reduzido substancialmente. A partir de 1985, há uma retomada da atividade industrial, porém mais vinculada às pequenas indústrias.

Hoje, a economia de Campina Grande tem um parque industrial que voltou a crescer, a partir de 1985, no qual o setor de couros e calçados é o mais expressivo, empregando, aproximadamente, 30% da mão-de-obra industrial, seguido do setor têxtil e de vestuário, empregando 18% e 20%, respectivamente. São os dois ramos industriais mais importantes, sobretudo em termos de absorção de mão-de-obra, e a parte mais expressiva de sua produção volta-se para a exportação. Os setores apresentam, ainda, perspectivas de crescimento, uma vez que mais 10 empresas estão sendo implementadas nesses dois ramos, com uma oferta de mais de 1,6 mil empregos diretos. São empresas cujas matrizes estão no Sudeste (como a Embratex e a Wentex). Observa-se, também, sobretudo nos últimos três anos, um crescimento muito grande do comércio varejista, com a criação de pequenos centros comerciais, ligados diretamente aos setores couro-calçadista e têxtil, e o surgimento de supermercados modernos e de grande porte. Em 1996, encontrava-se em construção um grande *shopping center* (Iguatemi), cujo funcionamento estava previsto para o ano de 1999. Campina Grande está, porém, perdendo sua posição superior enquanto centro regional de comércio de mercadorias do estado, uma vez que Guarabira e Patos conseguem gerar mais empregos nesse setor (com 22,3% e 21%, respectivamente). Na mesorregião onde se encontra, no entanto, a sua função comercial é incontestável.

Pode-se dizer que Campina Grande é, hoje, uma cidade industrial, comercial e, principalmente, de serviços, funcionando, também, como pólo de educação e saú-

[41] Além do critério populacional, são considerados desde depósitos bancários, ligações telefônicas intermunicipais e internacionais, salários pagos pelo governo estadual, consumo de energia elétrica no setor terciário. Não entraremos, aqui, no mérito da escolha desses critérios; apenas os utilizamos para efeito ilustrativo.

de no interior da Paraíba. Como pólo difusor de conhecimentos, o seu raio de influência ultrapassa os limites do próprio estado, com as suas duas universidades, uma federal e outra estadual, recebendo alunos de outros estados do Nordeste, como o Maranhão, o Ceará e o Rio Grande do Norte. Os serviços de saúde também atendem outros municípios daquela mesorregião. De 1986 para 1993, por exemplo, os empregos na área de medicina e odontologia cresceram mais de 100%, segundo dados do Ministério do Trabalho.

O diferencial de Campina Grande em relação aos demais municípios paraibanos reside:

- na existência de uma mão-de-obra qualificada que garante o funcionamento de atividades modernas, nas áreas de informática, engenharia, física etc.;
- numa reconhecida capacidade criativa da população local; e
- na existência de elementos que favorecem a instalação de indústrias, como os dois itens acima citados, e a existência de infra-estrutura básica que inclui facilidades na oferta de energia (a rede de alta tensão passa dentro do município e a companhia elétrica responsável pela distribuição de energia – Celbe – é municipal).

Campina Grande é o segundo município paraibano em importância econômica, só perdendo para João Pessoa, capital do estado. Possui uma PEA absorvida em maior percentual pelo setor de serviços (50,1%) e, em seguida, pelo comércio de mercadorias (18,7%) e pela indústria de transformação (14,3%). A cidade mantém um extenso raio de influência no interior paraibano, atingindo em média 50 municípios circunvizinhos (parte do Cariri, do Agreste, do Brejo e de Curimataú).

Na composição setorial do emprego, partindo-se da análise da distribuição da PEA, a superioridade de Campina Grande em comparação à Lagoa Seca – o outro município que compõe a aglomeração – é visivelmente expressiva do ponto de vista das atividades urbanas, levando inclusive a questionar a inclusão deste último município como integrante da aglomeração, tendo-se em vista a baixa representatividade percentual de sua PEA urbana (46%). Em tal caso, a inclusão deveu-se à conurbação e à relação de dependência existente entre os dois municípios, a ponto de não se poder pensar em um excluindo o outro.

- **Aglomeração urbana não-metropolitana de Ilhéus/Itabuna (BA)**

Situada no litoral sul baiano e inserida em zona onde predomina a cultura do cacau, a aglomeração urbana não-metropolitana de Ilhéus/Itabuna possuía, em 1996, 425.848 habitantes no total dos municípios da aglomeração. O município de Ilhéus, em que pese ser mais populoso que Itabuna, tem como sede uma cidade de porte menor. Possui distritos populosos, como Banco da Vitória, Olivença, Banco Central e Salobrinho. Além de populosos, esses distritos contribuem juntos com quase 9% do PIB estadual (Ilhéus com 6,5% e Itabuna com pouco mais de 2% da produção total do estado). Com esse núcleo bipolar, a aglomeração exerce forte influência sobre cidades como Ipiaú e Ubaitaba, além de um grande conjunto de pequenas cidades que integram ou o circuito produtivo da zona cacaueira, como Uruçuca, Aurelino Leal e Gandu, ou o circuito do turismo comandado por Ilhéus – Camamu, Itacaré e Ilha de Comandatuba até Canavieiras.

Ilhéus é o centro industrial, comercial e exportador, principalmente da produção cacaueira. Todavia, além dos fluxos relacionados ao cacau, crescem na cidade os investimentos, direta ou indiretamente, relacionados à atividade turística e, mais recentemente, observa-se a tentativa de consolidar, no seu distrito industrial, um pólo de informática, telecomunicações e eletrônica (em 1997, já estavam instaladas nove novas empresas no pólo[42]), com impactos ainda não devidamente mensurados na economia regional. Já a cidade de Itabuna, mais populosa, apesar de sua participação menor no PIB estadual, exerce maior influência nos fluxos comerciais de toda a mesorregião circunvizinha, constituindo-se no centro de referência regional para o comércio, o varejo e os serviços.

A aglomeração urbana não-metropolitana de Ilhéus/Itabuna apresentava, em 1985, um considerável movimento comercial decorrente, em grande parte, da comercialização do cacau e da venda de produtos destinados à criação e engorda do gado, que se desenvolveu na área de influência dessas duas cidades. Desde a década de 80, porém, a lavoura cacaueira entrou em processo de declínio, ocasionado tanto pela disseminação da praga conhecida como *vassoura de bruxa*, quanto – e principalmente – pela perda de competitividade em relação à produção africana. Tal fato tem tido importantes desdobramentos sociais nessas duas cidades e na mesorregião uma vez que esse tipo de lavoura caracteriza-se como grande empregadora de mão-de-obra.

Aliás, esse é um dos principais fatores apontado como responsável pela evasão de população desde fins dos anos 80 – que se traduziu na redução drástica das taxas de crescimento populacional urbano, de 7,9% anuais, nos anos 80, para 1,8% entre 1991 e 1996. Enquanto o município de

[42] Conforme revista *Veja*, via **http://www2.uol.com.br/veja/130897/p_096.html**. De acordo com o secretário da Indústria e Comércio e Mineração do estado da Bahia, em entrevista concedida ao jornal *A Tarde*, o pólo de Ilhéus, com três anos de funcionamento, já produz 10% dos computadores fabricados no país, contando com 12 unidades industriais, dentre as quais a Bahiatech, um investimento da ordem de R$ 15 milhões.

Ilhéus passaria por uma taxa de crescimento de apenas 1,62%, durante o período 1991-96, o município de Itabuna teria uma taxa anual de decréscimo populacional da ordem de 0,2%. Outros municípios da mesorregião sofreriam maiores perdas populacionais por causa dessa crise.

Mesmo assim, apesar da redução da importância econômica relativa do município de Ilhéus, este ainda representa a terceira maior renda do estado da Bahia. Possuindo interações espaciais amplas, cujos níveis de centralidade (conforme o Regic) estendem-se desde as cidades localizadas ao longo da BR-101 – tais como Gandu, Ubaitaba e Santo Antônio de Jesus (ao norte), Teixeira de Freitas, Eunápolis Itamaraju e Porto Seguro (no extremo sul do estado) – penetrando até os limites do traçado da BR-116 – Vitória da Conquista e Jaguaquara. O raio de influência do bipólo Ilhéus/Itabuna chega até a área pastoril, abrangendo o centro de Itapetinga (54.279 habitantes no total municipal).

O município de Itabuna possui uma das maiores densidades populacionais da Bahia. No município de Itabuna, em que pese o crescimento das atividades comerciais e de serviços, apenas 65% da PEA está ocupada em atividades urbanas. Esse índice, quando comparado ao do município de Ilhéus (91%), pode transmitir uma falsa impressão de que as atividades agropecuárias de Itabuna são relativamente mais importantes no âmbito da mesorregião. Ocorre que grande parte da PEA agropecuária de Itabuna emprega-se em atividades relacionadas à produção e à transformação do cacau, as quais se realizam não só em sua zona rural, mas principalmente nas zonas rurais de municípios vizinhos. Grande parte da PEA agropecuária do município (35%) reside na zona urbana, o que confere uma característica de cidade-dormitório a Itabuna.

Com diversidade de atividades econômicas, Ilhéus possui uma PEA distribuída entre as atividades industriais (15%) e terciárias (22% em comércio de mercadorias, 22% em atividades administrativas e mais de 25% em prestação de serviços). A atividade portuária e a existência de uma delegacia regional da Secretaria da Fazenda, além dos serviços alfandegários e portuários, são responsáveis por parcela significativa do emprego local. Todavia, cresce o emprego nas atividades relacionadas direta ou indiretamente ao turismo. O município de Ilhéus, por seu patrimônio histórico e cultural e por suas belezas naturais, vem atraindo fluxos crescentes de turistas, que buscam não só as praias mais centrais, como também as localizadas em pontos distantes do seu centro urbano, como Olivença e Ilha de Comandatuba – responsáveis pelos fluxos de turistas com maior renda –, ou outros municípios da mesorregião, potencializando o turismo dos municípios de Maraú e Itacaré[43] ou mesmo de Canavieiras. Estes, em seu conjunto, representam uma área de recente e relevante crescimento, baseado na atividade turística, conforme já mencionado, possuindo interações espaciais amplas.

3.3.2.3 Aglomerações urbanas não-metropolitana de Ordem 3

- **Aglomeração urbana não-metropolitana de Caruaru (PE)**

Situada no agreste pernambucano, a aglomeração urbana de Caruaru abrigava, em 1996, em seus municípios uma população de 250.444 habitantes. Com uma PEA equivalente a 164.720 habitantes – o que representa 77% do município –, Caruaru apresenta uma estrutura de distribuição de renda dos chefes de domicílio melhor do que a média apresentada pelo estado de Pernambuco, com cerca de 52% do total percebendo rendimentos mensais entre meio e dois salários mínimos, em contraposição à média do estado, que é de 49% (pessoas com rendimento entre ½ e 2 salários minímos). Vale também observar que, na faixa compreendida entre dois e três salários mínimos, o município de Caruaru apresenta, igualmente, um desempenho melhor que o do estado; na faixa de renda compreendida entre cinco e 20 salários mínimos, a estrutura de distribuição de renda de Caruaru acompanha a média da distribuição de renda estadual.

O aumento do número de empresas, incluindo as de pequeno porte, formais e informais, no período 1985-95, expressa a dinâmica verificada nas atividades econômicas urbanas do município, principalmente nos setores ligados aos serviços e ao comércio. Cadastro elaborado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-PE), em 1995, identificou 7.699 estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços no município; 50% das empresas pesquisadas possuem de menos de um a dois anos de tempo de funcionamento; apenas 15% delas se encontram na faixa compreendida entre seis e 10 anos de estabelecimento, dado que demonstra o peso dos novos empreendimentos nos diversos setores de atividade. Em 1995, o município de Caruaru possuía 3.630 estabelecimentos comerciais, destacando-se as atividades ligadas aos ramos de armazéns, mercearias e similares, além do comércio de roupas e acessórios. Verifica-se, também, que há um mosaico de pequenas unidades industriais espalhadas por todo o município, somando cerca de 1.125 estabelecimentos, destacando-se, dentre eles, a indústria de confecções, pequenas unidades empresariais de mobiliários, a fabricação de massas, biscoitos, balas, sorvetes e similares, e a fabricação de estruturas e artefatos de madei-

[43] Vale salientar que essas cidades tendem a receber contingentes crescentes de turistas, na medida em que passam a ser servidas de estrada asfaltada e a participar de roteiros turísticos de agências de viagem de outros estados do país.

ra. O setor de serviços é o segundo de maior representatividade na economia da mesorregião, em termos de número de estabelecimentos, e o que mais cresceu no período considerado. Existem, nesse setor, 2.727 estabelecimentos.

Os números referentes à distribuição da PEA, de cada um dos dois municípios dessa aglomeração, revelam o seu perfil ocupacional, confirmando a função comercial exercida pelo município de Caruaru, e o predomínio das atividades industriais e de prestação de serviços no município de Toritama, que apresenta, inclusive, uma PEA urbana superior à de Caruaru, superando-o também no índice referente às atividades administrativas.

Tudo isso comprova a importância da aglomeração urbana não-metropolitana de Caruaru, que comanda um subsistema urbano formado por importantes centros regionais, situados nos municípios de: Garanhuns (110.084 habitantes no total municipal), Arcoverde (58.722 habitantes no total municipal), Palmares (56.439 habitantes) e Surubim (59.021 habitantes), em Pernambuco. Divide com Campina Grande a influência sobre Mamanguape, Itabaiana e Sapé, na Paraíba.

- **Aglomeração urbana não-metropolitana de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA)**

As cidades de Petrolina e Juazeiro, situadas no semi-árido, no vale médio do rio São Francisco, abrigavam, em 1996, uma população total de 363.303 habitantes. Têm conhecido, nos últimos 15 anos, um intenso dinamismo econômico, fundamentado, principalmente, na produção e processamento de frutas destinadas à exportação. A agricultura irrigada do submédio São Francisco continua destinando grande parte de sua produção de uva e manga para o mercado externo. Aliás, o desempenho da agricultura irrigada, localizada tanto no oeste do estado quanto no submédio São Francisco, tem respondido por 80% das exportações brasileiras de uva e manga, com grandes possibilidades de ampliação, a partir de acordos comerciais com os países do Mercosul e com a Comunidade Econômica Européia.

A introdução da agricultura irrigada, nos anos 70, e a construção da Barragem de Sobradinho contribuíram para a consolidação da economia de Juazeiro (responsável por 2% da produção do estado), na margem baiana do rio.

Em processo semelhante ao que vem ocorrendo no caso de Barreiras, o dinamismo da agroindústria irrigada, utilizando tecnologia capital-intensiva, com o aproveitamento extensivo de áreas produtivas, vem contribuindo para uma descentralização populacional nos últimos anos, podendo ocorrer o crescimento de pequenas cidades próximas ao bipólo.

O segmento processador de frutas, instalado naquela mesorregião, tem implementado um crescente processo de verticalização da cadeia produtiva, diversificando processos de transformação e beneficiamento, mesmo com dificuldades de qualificação da mão-de-obra necessária, e algumas deficiências infra-estruturais, como condições de tráfego rodoviário e hidroviário, que encarecem os custos.

A base fundiária sobre a qual foram instituídos os projetos hortifrutícolas da região apresenta-se com grandes propriedades empresariais especializadas, convivendo com inúmeras pequenas áreas de produção, responsáveis pelo cultivo dos insumos da indústria processadora local. Mesmo assim, são cada vez mais comuns os esquemas de integração, que envolvem produtores rurais e unidades de processamento agroindustrial, formal ou informalmente.

Além de articulados fisicamente, esses dois municípios também apresentam um perfil da PEA muito aproximado – Petrolina superando Juazeiro (em poucos pontos percentuais) apenas nos setores de atividades administrativas e agropecuárias, e Juazeiro exibindo uma PEA urbana maior que a de Petrolina.

É crescente a importância dessa aglomeração urbana não-metropolitana, cuja economia vem atraindo grande contingente populacional, ao longo dos anos 80 e 90, quando cresceu a uma taxa anual de 3,95% e 3,62%, respectivamente. Acrescente-se, ainda, que essa aglomeração divide com as aglomerações urbanas metropolitanas do Recife e de Fortaleza os fluxos de bens e serviços, e comanda um subsistema urbano onde se sobressaem as cidades de Belém do São Francisco, Salgueiro, Remanso, Araripina, Ouricuri e Senhor do Bonfim, que, por sua vez, articulam 33 núcleos urbanos.

- **Aglomeração urbana não-metropolitana de Juazeiro do Norte e Crato (CE)**

Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, na microrregião do Cariri cearense, contavam, em 1996, com uma população total nos municípios da aglomeração de 328.240 habitantes. São cidades sobre as quais foi decisiva a presença do microclima de altitude, delas depende um número elevado de pequenas cidades localizadas em seu entorno, exercendo importante função de entreposto comercial, como pode ser observado pelo elevado valor das receitas de comércio (0,98% do total regional do setor).

No que diz respeito à PEA urbana, Juazeiro do Norte destaca-se. Barbalha é o município que apresenta uma função urbana de menor expressão, embora o percentual referente ao setor industrial sobressaia-se no confronto com os outros dois municípios.

A aglomeração, ao situar-se a meio caminho entre as aglomerações urbanas metropolitanas de Fortaleza e do Recife, mantém, com as mesmas, estreitas relações em termos de fluxos de bens e serviços. A sua importância se traduz pela dimensão do subsistema urbano por ela comandado, em que as cidades de Campos Sales, Brejo San-

to, Iguatu, Icó, Jaguaribe e Itauá servem de intermediárias entre os demais 57 núcleos urbanos que a compõem.

- **Aglomeração urbana não-metropolitana de Teixeira de Freitas/Eunápolis/Porto Seguro (BA)**

Nas duas últimas décadas, os três municípios apresentaram um acentuado processo de urbanização, por suas potencialidades para atividades turísticas. Isso alavancou o setor terciário, que, pela implantação de grandes projetos de celulose na mesorregião do extremo sul baiano, tem perspectiva de crescimento.

O crescimento populacional da aglomeração urbana foi de 4,6% a.a., entre 1980 e 1991, e de 5,34% no período 1991-96. Inicialmente, facilitado pela construção da BR-101, e acelerado, nos anos 80, o crescimento acentuou-se com o agravamento da crise da cacauicultura, a expansão da pecuária bovina e as mudanças na base produtiva regional, com a forte inserção das atividades turísticas e de produção de papel e celulose. Além de contar com uma pecuária bovina moderna, a mesorregião passou a sediar um pólo de celulose, com base na silvicultura de eucaliptos, que tende a ocupar extensas áreas do território sub-regional. O conjunto dos três municípios conta com 247 mil habitantes, tendo a PEA alocada, majoritariamente, em atividades urbanas (mais de 70%).

Porto Seguro (64.957 habitantes no total municipal) vem sofrendo acréscimos populacionais cada vez maiores, com taxas anuais de crescimento superiores a 2,4% a.a., durante o período 1980-96. Situada estrategicamente entre os municípios de Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro, Eunápolis (85.982 habitantes no total municipal), que hoje concentra mais de 90% da população do município, foi considerada, até meados dos anos 80, como o maior distrito/povoado da Bahia. Eunápolis conseguiu emancipar-se, não só por seu contingente populacional – maior que o das sedes municipais vizinhas –, mas também por sua importância como elo comercial articulador dos fluxos que passam pela BR-101 em direção ao litoral sul baiano. Teixeira de Freitas (96.512 habitantes no total municipal) detém 70% do rebanho bovino do extremo sul (SEI, 1996) e consolida-se como o principal centro de convergência de serviços e de atividades comerciais, que se irradia por todo o extremo sul do estado.

Articulando pequenas cidades eqüidistantes, num raio de 100 quilômetros ao longo da BR-101, e com ligações produtivas e comerciais que se estendem até o norte do Espírito Santo, Teixeira de Freitas, Eunápolis e Porto Seguro conseguiram absorver os excedentes oriundos da exportação do cacau, dinamizando as atividades comercial e bancária e desenvolvendo mecanismos eficientes de ampliação dos fluxos de capitais não só regionais, mas também oriundos de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, incorporando a atividade turística e, mais recentemente, a atividade industrial voltada para a celulose.

Além da facilidade de acesso, via BR-101, a aglomeração urbana não-metropolitana conta com infra-estrutura aeroportuária, tendo um aeroporto de grande porte, em Porto Seguro – que comporta o tráfego de jatos modernos, com linhas regulares mantidas pelas principais companhias de aviação comercial –, e outros de menor porte, localizados em Eunápolis, Teixeira de Freitas, Alcobaça, Itamaraju e Caravelas.

A oferta de serviços turísticos, concentrada em Porto Seguro, com reflexos sobre as cidades de Santa Cruz Cabrália, Prado, Alcobaça e Caravelas, é responsável pela absorção de mais de 25% do fluxo de turistas de todo o estado, perdendo apenas para Salvador (que absorve quase 50% deste fluxo) (SEI, 1997). Nessa mesorregião, estão situados o pólo turístico Costa do Descobrimento, com atrativos naturais, históricos e culturais, e os pontos turísticos de Arraial d'Ájuda, Trancoso e Caraíva. Outro ponto turístico é o Parque Nacional de Monte Pascoal, com atrativo de forte apelo histórico, além do Parque Nacional Marinho de Abrolhos e da Costa das Baleias, ambos situados entre os municípios de Prado e Mucuri.

O pólo de papel e celulose baseia-se em dois grandes projetos sediados nos municípios de Eunápolis e Mucuri, que representam mais de 200 mil hectares de reflorestamento destinados à produção, com perspectivas de geração de quase 5.500 empregos diretos até o ano 2001[44].

Essa intensa articulação, complementaridade e dependência interurbana, combinadas com o intenso crescimento populacional, poderia apontar para a formação de um centro regional num futuro próximo, a articular um conjunto de 26 cidades da mesorregião, apesar de as três constituírem uma mancha urbana relativamente mais dispersa do que a de Ilhéus/Itabuna ou Juazeiro/Petrolina, por exemplo. As bases distintas de dinamismo para a mesorregião – turismo e celulose – resultam na convergência e adensamento dos fluxos de dinheiro, mercadorias e de pessoas, gerando subespaços diferenciados por suas ligações produtivas e comerciais, mas complementares. A aglomeração dessas atividades reforça o papel, em "rede", das

[44] "A implantação da Bahia Sul Celulose, em Mucuri, tem sido responsável pela geração de 1.600 empregos diretos na área florestal, com rendimentos médios de US$ 600 mensais, além de 1.025 empregos na fábrica, com salários ainda mais elevados. Com a implantação prevista de outro grande projeto, da Vera Cruz Florestal, no município de Porto Seguro, espera-se a consolidação do pólo de celulose no extremo sul do estado. Tais atividades, juntamente com o turismo, têm contribuído para o crescimento da demanda de comércio de mercadores e serviços cada vez mais sofisticados, atraindo investimentos e dinamizando economicamente a região. Conseqüentemente, exercem forte pressão emigratória sobre cidades menores próximas" (SEI, 1997).

cidades comerciais de Eunápolis, Teixeira de Freitas e Porto Seguro.

Do ponto de vista da PEA, os três municípios que compõem essa aglomeração urbana não-metropolitana têm um perfil muito parecido, sobretudo no que se refere ao setor industrial. Na prestação de serviços, Porto Seguro sobressai-se, pela presença maior das atividades turísticas, que, por sua própria natureza, criam, em sua volta, uma gama mais diversificada de serviços. Eunápolis destaca-se nas atividades relativas ao comércio de mercadorias, enquanto elo comercial dos fluxos que passam pela rodovia BR-101 em direção àquela parte do litoral baiano.

- **Aglomeração urbana não-metropolitana de Santo Antônio de Jesus (BA)**[45]

Essa cidade tem comandado, juntamente com Santo Amaro, Cruz das Almas e Nazaré, a formação de uma aglomeração urbana não-metropolitana, concentrando em seus municípios uma população total de 203 mil habitantes. O dinamismo do setor terciário de Santo Antônio de Jesus tem atraído grandes contingentes populacionais, gerando um crescimento de 2,56% e 2,26% a.a., respectivamente, nos períodos 1980-91 e 1991-96.

O centro dessa aglomeração urbana não-metropolitana tem a função de receber e redistribuir os excedentes da produção agrícola local, e distribuir mercadorias industrializadas, com ligações que se projetam, inclusive, para fora do estado, por sua localização ao longo da BR-101. Funciona como centro aglutinador de parte dos fluxos provenientes dos municípios do Recôncavo, como Nazaré (25.105 habitantes), Valença (74.661 habitantes) e Cruz das Almas (49.629 habitantes), e de outras localidades menos populosas. Entretanto, a falta de investimentos industriais ou infra-estruturais de maior porte fora da atividade comercial limita a capacidade de acumulação local aos circuitos do capital comercial de pequeno e médio porte, dificultando a integração produtiva com o restante do estado.

A PEA urbana dessa aglomeração de Santo Antônio de Jesus é maior no comércio de mercadorias e na prestação de serviços, devido à sua localização espacial. Santo Amaro e Cruz das Almas, principalmente o primeiro, concentram mais pessoas nas atividades industriais, cujos percentuais se nivelam aos apresentados pelas atividades ligadas ao setor primário. Nazaré é o centro urbano que mostra uma função urbana mais inexpressiva, no conjunto da aglomeração.

Além disso, Santo Antônio de Jesus articula um conjunto formado por 24 localidades, o que demonstra a sua importante função no processo de desenvolvimento do subespaço onde se insere.

- **Aglomeração urbana não-metropolitana de Sousa/Cajazeiras (PB)**[46]

Sousa e Cajazeiras, com uma população total de 129.307 habitantes em seus municípios, em 1996, comandam vasta porção de terras sertanejas do oeste paraibano, favorecida pela presença de represas, que criaram as condições necessárias para as atividades de pecuária e lavoura. Até os anos 80, a produção de algodão predominava, acompanhada pela de banana e feijão. No entanto, a crise que se abateu sobre a produção algodoeira teve impactos sobre a economia da aglomeração urbana. Não sem razão, o município de Sousa, no período 1991-96, tornou-se área de emigração (-0,31%). Os dois núcleos urbanos apresentam ligações produtivas e comerciais, resultando em fluxos de dinheiro, mercadorias e pessoas. Tal complementaridade reforça o papel dessa aglomeração no sistema urbano do qual fazem parte, entre outros, São José de Piranhas, Lavras da Mangabeira, Bonito de Santa Fé e Conceição.

Embora Sousa se sobressaia em termos populacionais (77.911 habitantes no total municipal), o município de Cajazeiras (51.396 habitantes no total) apresenta maior participação da PEA nas atividades urbanas (74,1%), principalmente na prestação de serviços e no comércio. As atividades administrativas (11,6%) e industriais (15,3%) também são mais representativas em Cajazeiras, devendo-se, estas últimas, à expansão mais recente verificada no ramo calçadista. Está localizada em Sousa, por outro lado, grande parte da produção de redes do estado da Paraíba, o que justifica sua PEA industrial (14,2%).

Embora Sousa se articule mais intensamente com Campina Grande, Cajazeiras mantém relações mais estreitas com João Pessoa. O raio de influência da primeira atinge 14 municípios, e o da segunda, por meio de Catolé do Rocha, Esperança e Pombal, para um conjunto de 28 municípios, formando um sistema que envolve 38 municípios.

- **Aglomeração urbana não-metropolitana de Mossoró/Açu (RN)**

Situada no litoral norte do Rio Grande do Norte, a meio caminho de Fortaleza e Natal, sendo mais subordinada à capital administrativa do seu estado, Mossoró é

[45] Essa classificação da rede urbana da região Nordeste guarda alguma diferença com relação à classificação final da rede urbana do Brasil apresentada no volume 1 e que se encontra nos anexos deste volume (Tabela A.4). Na finalização dos trabalhos, o processo de análise conjunta das demais redes urbanas das grandes regiões do país, bem como a consideração de outros indicadores e critérios resultaram em sua alteração.

[46] Idem nota 45.

um porto salineiro. Embora o Rio Grande do Norte seja o segundo maior produtor de sal marinho do Brasil, a indústria salineira vem passando por uma situação difícil, decorrente das dificuldades de colocação do produto no mercado externo. Integra, juntamente com o município de Guamaré, o pólo gás-sal, sendo a Petrobrás um de seus principais esteios. Rio Grande do Norte é o segundo produtor de petróleo do país, sendo Mossoró o maior produtor estadual, acompanhado de Areia Branca, Alto do Rodrigues, Macau e Açu. A produção de gás também é significativa, com ligação por gasoduto para o complexo de Suape (PE). O município de Mossoró integra igualmente o moderno e recente complexo agroindustrial Açu-Mossoró de fruticultura irrigada. A produção de frutas tropicais (caju, melão, manga, abacaxi, maracujá e uva) localiza-se na Chapada do Apodi e no Vale do Açu. Foi, sobretudo, a partir da segunda metade dos anos 80 que ocorreu a implantação de grandes projetos privados de irrigação, caracterizados pela presença de grandes grupos econômicos nacionais. Os produtos (*in natura* e processados) estão direcionados ao mercado nacional e, principalmente, ao mercado mundial, sendo a Holanda e a Inglaterra os principais consumidores.

O confronto da PEA urbana dos dois municípios que formam essa aglomeração urbana não-metropolitana realça o perfil mais urbano de Mossoró, muito embora, no comércio de mercadorias, os dois registrem percentuais muito próximos. O que mais os distancia é o desempenho de Açu no setor agropecuário, que se reflete no percentual de absorção de sua PEA.

A importância dessa aglomeração urbana não-metropolitana pode ser mensurada pela dimensão do arcabouço urbano, que inclui nada menos que outros 63 municípios, sendo os de maior expressividade os de Pau dos Ferro, Macau e Aracati.

3.3.3 Centros urbanos regionais

Os centros urbanos regionais abrigavam, em 1996, em seus municípios, 6.415.219 habitantes, mas conheceram as menores taxas de crescimento populacional entre 1991 e 1996, dentre os diversos portes de cidades nordestinas. A análise que segue procura mostrar as funções desses centros urbanos regionais de Ordem 1. Dentre os de Ordem 2 e de Ordem 3, são considerados aqueles que se sobressaem pela posição que ocupam no conjunto, pela dinâmica socioeconômica e/ou pelo nível de centralidade que apresentam.

3.3.3.1 Centros urbanos regionais de Ordem 1

No que se refere aos centros urbanos regionais de Ordem 1, a análise da PEA mostra o aumento dos percentuais relativos às atividades agropecuárias, quando comparado o conjunto desses municípios com o conjunto das aglomerações urbanas. Vistos isoladamente, escapam desta comparação os municípios de Patos (PB), Alagoinhas (BA) e Parnaíba (PI), que exibem índices inferiores a 15% e, por isso, apresentam os percentuais mais altos de PEA urbana – acima de 80%. A PEA industrial tem maior realce em Sobral (CE) e, em ordem decrescente, Alagoinhas (BA) e Patos (PB). Nos demais, a variação percentual, nesse setor, fica em oito pontos percentuais. Diferentes dos municípios que integram as aglomerações urbanas, cuja ligação com as capitais é muito maior em razão da localização geográfica e do entrelaçamento de suas atividades econômicas, os centros urbanos regionais, de modo geral, absorvem percentuais maiores da PEA em atividades administrativas. Os setores de prestação de serviços e comércio de mercadorias têm uma participação equivalente. No conjunto, destacam-se (com percentuais que excedem 20%) os municípios de Patos – no comércio de mercadorias –, e Sobral, Vitória da Conquista, Parnaíba, Garanhuns, Barreiras e Patos, na prestação de serviços.

A seguir, apresentam-se esses centros, segundo a importância de suas funções nos diversos subespaços onde se inserem.

Imperatriz (MA), situada no sudoeste maranhense, às margens do rio Tocantins, nos limites do Meio-norte com o Brasil central, é uma das cidades do Nordeste com mais rápido crescimento econômico e populacional. Foi a cidade pioneira no sentido da expansão da fronteira agrícola (produção de grãos) e no comércio de produtos extrativos da Amazônia. Possui uma boa capacidade de estocagem, estando integrada ao Corredor de Transporte Multimodal Centro-norte. Insere-se num importante eixo de desenvolvimento que tem no Porto de Itaqui seu canal de escoamento.

Merecem destaque no crescimento da cidade o complexo de papel e celulose (Celmar), da Companhia Vale do Rio Doce, e sua posição estratégica no quadro mais geral de dotação de infra-estrutura da mesorregião. Exerce o papel de capital regional do oeste maranhense, subordinando Balsas, um importante núcleo urbano. As atividades urbanas – serviço, comércio e indústria – encontram-se eqüitativamente bem distribuídas, participando cada uma com aproximadamente 20%.

Mais recentemente, como visto anteriormente, perdeu importância relativa quando comparada a Açailândia, seu antigo distrito, uma vez que esta última passou a concentrar grandes investimentos nas atividades guzeiras e madeireiras.

Sobral (CE), no noroeste do Ceará, tinha em 1996 população total municipal de 138.565 habitantes, destacando-se como pólo de produção de couros e calçados. Recentemente, recebeu uma grande indústria (Grendene), oriunda de investimento de capitais provenientes do Rio

Grande do Sul.

Os dados da PEA apontam para a importância do setor industrial, com uma participação de 25,7% da PEA local, a mais elevada dentre os centros urbanos regionais de Ordem 1. O setor de prestação de serviços (20,2%) e o de comércio de mercadorias (17,5%) são expressivos, conferindo a esse centro importante função regional.

No que se refere à sua posição na rede de cidades do Nordeste, Sobral encontra-se subordinada a Fortaleza, sendo responsável pela articulação de 26 municípios, com destaque para o município de Camocim (51.533 habitantes no total municipal).

Vitória da Conquista (BA) responde por quase 2% da renda gerada na Bahia. Seu desenvolvimento inicial, alavancado pelos fluxos de passageiros e de mercadorias da BR-116, possibilitou o crescimento de atividades rurais cada vez mais expressivas, seja na agropecuária bovina, seja na cafeicultura, assim como criou condições para a implantação, na zona urbana, de plantas industriais nos setores têxtil, de calçados, de produtos alimentares e na metalurgia. Com o ingresso dos novos investimentos, ao longo das últimas duas décadas, a cidade conseguiu atrair grande contingente populacional que migrou para seu espaço urbano e para as cidades vizinhas.

Com uma população total de 242.155 habitantes em 1996, era o quarto maior município do estado. O município abriga, também, o povoado de Sussuarana, considerado o maior distrito da Bahia, com mais de 9,5 mil habitantes. Atuando como centro econômico comercial e de serviços em torno da pecuária e da produção do café, a cidade absorve os fluxos de passagens para a zona cacaueira e o sudoeste baiano. A participação da PEA revela a importância das atividades comerciais e de serviços: 19,4% e 23,6%, respectivamente. Vitória da Conquista mantém "forte" integração subordinada a Salvador e influência "média" sobre os municípios de Guanambi (68.603 habitantes no total municipal), Bom Jesus da Lapa (52.514 habitantes), Itapetinga (54.279 habitantes no total municipal) e Brumado (62.271 habitantes no total municipal), dentre outras. Cabe ressaltar que sua área de influência vem expandindo-se em direção a Serra Geral e ao norte de Minas Gerais.

Arapiraca (AL) abriga 173.339 habitantes no total municipal, apresentando taxas anuais de crescimento populacional superiores às médias do conjunto dos centros regionais desde 1980. Localizada no agreste alagoano, a lavoura fumageira é a principal cultura. A cidade tem uma estrutura de apoio à produção que tem impulsionado a ampliação da área produtiva. As atividades agropecuárias respondem por 30,9% da PEA, sendo acompanhadas pelas atividades comerciais, 19,8%. Constitui o núcleo mais importante da região fumageira, exercendo influência direta sobre 18 municípios e indireta, por meio de Penedo (54.390 habitantes no município), sobre mais nove municípios, perfazendo 28 municípios.

Jequié (BA), com 165.345 habitantes no total municipal, é a sexta cidade baiana em população. Localizada ao longo da BR-116, no agreste baiano, entre Vitória da Conquista e Feira de Santana, constitui um importante entroncamento comercial. Abriga um pólo da produção agropecuária e da indústria têxtil. Os dados da PEA registram que a participação do pessoal ocupado nas atividades agropecuárias é de 23,6%, e nas industriais, de 19,3%. Divide com Vitória da Conquista os fluxos de circulação da BR-116, entre esta e a cidade de Feira de Santana, sendo responsável por 0,65% da renda estadual. Sua influência, contudo, é exercida sobre cidades de menor porte, como as de Maracás, Jaguaquara (29.979 habitantes), Santa Inês (68.942 habitantes), produtoras tradicionais de hortifrutigranjeiros.

Parnaíba (PI), com 131.885 habitantes no total municipal, foi, antes da fundação de Teresina, a cidade mais importante do estado, graças à função de entreposto comercial e portuário, proporcionada pela localização no delta do rio de mesmo nome. Seu desenvolvimento e sua decadência estão diretamente relacionados com o crescimento e o declínio da atividade extrativista vegetal (maniçoba, carnaúba e babaçu). É a segunda cidade do Piauí em termos populacionais e econômicos. A composição da PEA mostra que, atualmente, desenvolve importante função enquanto centro prestador de serviços, uma vez que a população ocupada nessa atividade representa 24,7%. Subordinado a Teresina, o seu raio de influência atinge diretamente sete municípios e indiretamente, por meio de Camocim, mais 10, perfazendo 18 municípios.

Alagoinhas (BA), com 122.838 habitantes no total municipal, é um importante centro regional, com 87,1% da PEA em atividades urbanas. Sua área de influência abrange todo o espaço microrregional do mesmo nome e se estende, também, por outras áreas do nordeste baiano. Responsável por 0,7% da produção estadual, situa-se em área de policultura e de pecuária. Nos últimos anos, tem conseguido atrair investimentos industriais, em particular no setor de alimentos e bebidas. Apresenta uma elevada participação de pessoal ocupado em atividades industriais (22,8%). Como centro urbano regional, possui interações espaciais com as cidades da *região econômica* do litoral norte baiano[47].

Garanhuns (PE), com 110.084 habitantes no total municipal, localiza-se na mancha úmida e subúmida do

[47] Região econômica é um conceito utilizado pelo governo do estado da Bahia, nos seus órgãos de planejamento. Na região litoral norte, estão os municípios de Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araças, Aramari, Cardeal da Silva, Catu, Conde Entre Rios, Esplanada Inhambupe, Itanagra, Jandaíra, Mata de São João, Ouriçangas, Pedrão, Pojuca, Rio Real, São Sebastião do Passé e Sátiro Dias.

agreste pernambucano, numa zona de policultura. Destaca-se no conjunto de municípios que constituem a bacia leiteira de Pernambuco. A PEA urbana, de 82,2%, revela sua importância enquanto centro urbano regional. É um centro educacional, cultural e turístico. Articula um conjunto de 19 municípios e tem uma participação elevada da PEA em atividades de prestação de serviços, 20,9%.

Barreiras (BA) abriga 113.695 habitantes no total municipal, é conhecida como a *capital da soja dos anos 80* e principal centro urbano dos cerrados baianos. Lá surgiu uma nova rede urbana, superposta à antiga, e em via de constituição, reflexo e reforço das novas necessidades colocadas pela acumulação na mesorregião. Ao final dos anos 80, a agroindústria passou a diversificar sua produção, com a introdução de frutas e hortaliças, e uso de irrigação, revigorando a economia local. Os projetos industriais instalados, assim como as intenções de investimentos dos últimos anos, têm apontado para uma provável intensificação do movimento de verticalização do complexo da soja na mesorregião, com a instalação de plantas ligadas à suinocultura e à avicultura. Tem crescido, também, o número de projetos de hortifruticultura. Dedica-se às atividades agropecuárias 22,8% da PEA e às atividades industriais, 18,6%.

Responsável pela geração de quase 2% da renda estadual, Barreiras ampliou suas relações comerciais com as demais cidades da mesorregião, expandindo sua influência para além da Bahia, até Goiás e Tocantins. Tende a ampliar mais ainda as suas relações com seu entorno, substituindo o tradicional domínio que Barra mantinha na mesorregião. Os núcleos urbanos, nos cerrados baianos, ainda estão fragilmente conectados. A baixa densidade populacional deve-se a uma base fundiária com extensas propriedades, ocupadas gradativamente não só com a soja, mas também com frutas e hortaliças.

Os fluxos de investimento, tanto no surto inicial do *boom* da produção de grãos quanto agora, no momento de diversificação da base agroindustrial, têm implicado vigorosos movimentos populacionais. A população urbana cresceu 7,58% e 4,18% a.a. nos períodos 1980-91 e 1991-96, respectivamente. Todavia, a concentração de atividades de capital intensivo, poupadoras de mão-de-obra, sinaliza que haverá pouca pressão populacional sobre Barreiras. Paralelamente, tal fenômeno tende a estimular a manutenção de uma rede de cidades menores próximas às áreas de produção agropecuária.

Patos (PB), situada no semi-árido, abriga no município 86.036 habitantes. Seu dinamismo deve-se à localização na rede de transporte e a suas melhores condições naturais. Segundo o Regic, o município está diretamente subordinado a João Pessoa, mas comanda 31 municípios, dentre os quais se sobressai Itaporanga. Tem uma elevada participação da PEA em atividades urbanas (90,9%), a maior dentre todos os centros urbanos regionais. Parte dessas atividades encontra-se eqüitativamente distribuída entre serviços, comércio e indústria, sendo, neste último caso, necessário ressaltar a importância que vem assumindo o ramo ligado à produção de couros e calçados. Patos concentra, hoje, 17,7% das unidades produtivas de couros e calçados da Paraíba, abaixo somente de Campina Grande.

Picos (PI), na região sertaneja do semi-árido piauiense, abriga 76.194 habitantes no município. Seu surgimento e dinamismo foram influenciados pela localização na rede viária, formando um importante entroncamento. No entanto, as condições naturais, altamente desfavoráveis, transformaram-no em área de emigração. Embora apresente importante participação da PEA nas atividades agropecuárias (36,6%), é um centro comercial e prestador de serviços, com baixos percentuais da PEA na indústria e nos serviços. A sua importância ainda se revela pela enorme influência regional, ao comandar, segundo o Regic, um subsistema urbano formado por 37 municípios, dentre eles Elesbão Veloso, Oeiras e Valença do Piauí.

Jacobina (BA), com 85.556 habitantes no município, apresentou estagnação econômica nas últimas décadas – resultante, em parte, do descenso do ciclo da mineração, há mais de um século, e do distanciamento das grandes rodovias que articulam as maiores cidades do estado. Funciona como pólo comercial e de serviços para uma rede de cidades localizadas em suas proximidades e, igualmente, isoladas dos grandes circuitos viários do estado. O setor industrial consegue absorver mais do que o do comércio de mercadorias, apesar de funcionar como pólo comercial local, mas o percentual mais significativo da PEA está na agropecuária. É responsável por quase 0,4% da renda total do estado (SEI, 1997, p. 44), constituindo um vetor de interiorização da economia baiana no que se refere à exploração de recursos minerais.

Iguatu (CE), situada no semi-árido nordestino, às margens do açude de Orós, abriga no município 78.220 habitantes. Encontra-se subordinada à aglomeração urbana de Crato/Juazeiro e articula um conjunto de 21 municípios. Tal importância revela-se na participação da PEA na prestação de serviços (19%), que serve também de apoio às atividades agropecuárias (34,4%).

Serra Talhada (PE), situada no sistema sub-regional do semi-árido pernambucano, tem uma população municipal de 70.305 habitantes. Apresentou uma taxa negativa de crescimento anual da população (-0,57), no período 1991-96, o que pode denotar uma ausência de dinamismo. A importância das atividades agropecuárias evidencia-se na participação da PEA neste setor (37,6%). Segundo o Regic, articula diretamente 11 municípios e indiretamente, por meio de Custódia, Afogados da Ingazeira e São José do Egito, mais 13, perfazendo um total de 27 municípios.

Guanambi (BA), com 68.603 habitantes no município, é subordinada a Vitória da Conquista e articula oito pequenos municípios da mesorregião da Serra Geral. A atividade que alimenta seu comércio é a agroindústria algodoeira. A maior parcela da PEA local está em atividades agropecuárias (38,8%), acompanhada pelas atividades industriais (16,3%) e pela prestação de serviços (16,2%). Ali se processa, comercializa e exporta o algodão, mas as grandes reduções nos preços comprometem o desenvolvimento desse centro sub-regional.

3.3.3.2 Centros urbanos regionais de Ordem 2

Os centros urbanos regionais de Ordem 2 estão apresentados a seguir.

Caxias (MA), na margem da antiga estrada de ferro Teresina-São Luís, tem população municipal de 146.045 habitantes. É um entreposto comercial e de processamento de produtos agrícolas, sobretudo o babaçu, cuja atividade de extração é muito mal remunerada dentre as atividades extrativistas. Apesar de seu elevado contingente populacional, suas atividades urbanas apresentam desempenho relativamente baixo quando comparadas aos demais centros: 51,1% da PEA do município se dedica às atividades agropecuárias, 12% às industriais e 9,5% às comerciais, só perdendo, neste aspecto, no conjunto dos centros urbanos regionais de Ordem 2, para o município de Conceição do Coité (BA). Os percentuais de ocupação referentes aos setores urbanos estão entre os mais inexpressivos desse conjunto de municípios. É subordinado a Teresina, em decorrência da proximidade geográfica. Comanda diretamente dois municípios; indiretamente, mais quatro, por meio de Codó e Coelho Neto, perfazendo um total de nove municípios.

Vitória de Santo Antão (PE), com população municipal 110.888 habitantes, tem PEA que representa 70% da população municipal. Os rendimentos dos chefes de família são baixos, com 55,42% situando-se na faixa de até um salário mínimo, quando no estado atinge-se o percentual de 49%. Com mais de um até três salários mínimos, há 33,35% dos chefes de família, e acima de três salários mínimos registram-se 11,23%.

O comércio gera aproximadamente 1.800 empregos, sendo a grande maioria composta de micros e pequenos empresários, dos quais muitos se encontram na informalidade. As atividades ligadas à prestação de serviços também se destacam, sendo mais expressivos os serviços ligados ao transporte de passageiros. Vitória de Santo Antão não tem indústrias de grande porte que absorvam grande número de empregados, salientando-se apenas dois estabelecimentos no ramo de bebidas – que empregam em torno de 400 pessoas – e um estabelecimento no ramo de vidros – que emprega cerca de 230 trabalhadores.

O setor de prestação de serviços ocupa o maior percentual de pessoas (36,2%), seguido pelo setor agropecuário (21,5%). O comércio de mercadorias mostra-se também dinâmico, com um percentual de ocupação equivalente a 21,3% – que o coloca na terceira posição dentre os demais centros urbanos regionais de sua ordem –, sendo superado, em termos relativos, por São Miguel dos Campos (AL) e Santa Inês (MA).

Paulo Afonso (BA), com 93.609 habitantes no total municipal, é um centro urbano regional importante não só para a Bahia, mas para o Nordeste, pela geração de energia elétrica da Chesf. Essa característica garante-lhe o crescimento do comércio local e o afluxo de turistas, atraídos pela beleza natural de suas quedas d'água. Paulo Afonso contribui com 0,42% da renda estadual (SEI, 1997, p. 44). Dentre os centros urbanos regionais de Ordem 2, é o segundo em PEA industrial, com percentuais relevantes também nos setores de serviços e comércio. A presença constante de grande número de técnicos especializados que aí residem com suas famílias contribui para elevar a renda média local, dinamizando, conseqüentemente, as atividades ligadas ao comércio e à prestação de serviços. É polarizada, simultaneamente, por Recife e Salvador, e comanda um subsistema urbano formado por 11 municípios.

Açailândia (MA), com 102.609 habitantes no total municipal, surgiu com os empreendimentos siderometalúrgicos instalados no corredor da estrada de ferro Carajás e, também, com a expansão da fronteira agrícola. A participação da PEA, tanto nas atividades industriais como na agropecuária, é expressiva (26,7% e 34,9%, respectivamente). Conheceu altas taxas anuais de crescimento entre 1980 e 1996 (de 4,3%).

Senhor do Bonfim (BA), situada na BR-116, entre Juazeiro e Feira de Santana, abriga 84.752 habitantes no total municipal. Sua economia baseia-se na atividade mineradora, explorada também no vizinho Campo Formoso. É um centro comercial dinâmico, articulador de pequenas cidades do entorno. O comércio de mercadorias é o setor urbano de maior expressão na PEA.

Serrinha (BA), com 78.810 habitantes no total municipal, é o centro comercial da zona sisaleira; apresentou taxas de crescimento demográfico de 8% e 2,7% a.a. nos períodos 1980-91 e 1991-96, respectivamente. Sua proximidade com Feira de Santana faz com que a ela cheguem mercadorias e serviços que se distribuem ao longo de uma rede de pequenas cidades (uma delas, Conceição do Coité, com mais de 22 mil habitantes no município), cujas atividades estão relacionadas fortemente à agroindústria e à cultura do sisal[48]. As atividades industriais são as que agregam o maior percentual da PEA urbana.

[48] Coité é o centro da zona produtora do sisal.

Palmares (PE), situada no subsistema regional agroexportador canavieiro, tem no município uma população de 56.439 habitantes. Subordinada à aglomeração urbana de Caruaru, tem como principal atividade a canavieira. Nos últimos anos, com a forte crise que se abateu sobre o setor, vem perdendo importância econômica, apresentando no município um crescimento populacional negativo de -0,45% a.a. As atividades características do setor primário ocupam o maior percentual da PEA, sendo, nas atividades urbanas, o setor industrial o mais expressivo do ponto de vista ocupacional, seguido do comércio.

Floriano (PI), abrigando uma população municipal de 52.222 habitantes, constitui-se no mais importante centro urbano regional dos cerrados piauienses. As atividades de prestação de serviços e comerciais apóiam as atividades agropecuárias, de caráter extensivo, que convivem com culturas de manga, caju, arroz e, mais recentemente, da soja. O arroz destaca-se como o principal produto, tendo sido a sua área aumentada por meio da implantação de projetos em vários municípios por ele comandados. Subordina-se a Teresina e capitaneia diretamente 28 municípios e indiretamente quatro municípios, que se encontram no raio de influência de São João dos Patos. Insere-se no pequeno grupo dos centros urbanos regionais de Ordem 2, com PEA urbana superior a 80%, agregando a parcela maior de sua PEA na prestação de serviços.

Arcoverde (PE), situada no subsistema sub-regional do semi-árido pernambucano e abrigando no município 58.722 habitantes, sobressai-se pela elevada participação da PEA nas atividades urbanas (88,2%). A prestação de serviços ocupa 21,1% da PEA, o comércio 20,5% e a indústria 17,4%. As atividades pecuárias baseiam-se no criatório extensivo que se estende pelos municípios sobre os quais exerce influência. Encontra-se subordinado a Caruaru. Comanda diretamente 10 municípios e indiretamente, por meio de Custódia e Monteiro, mais nove, totalizando 21 municípios. É o município que exibe a PEA urbana mais elevada (88,2%), concentrando os maiores percentuais nas atividades ligadas ao comércio, seguindo-se a prestação de serviços e o setor industrial. O percentual referente às atividades administrativas também lidera no conjunto desses municípios, fazendo com que ele apresente um perfil mais diferenciado em relação aos demais.

Estância (SE), terceira cidade de Sergipe, conta no município com uma população de 56.749 habitantes. Situada na Zona da Mata sul sergipana, na BR-101, sobressai-se pelo pólo industrial que está recebendo o maior investimento privado da história de Sergipe. É uma fábrica da Brahma, com investimento global da ordem de US$ 170 milhões e criação de mais de mil empregos. Tal empreendimento terá grande impacto na economia urbana da cidade, com população de 45 mil habitantes (Seplan-SE, 1998). O maior absorvedor percentual da PEA local é o setor industrial (28,7%), superando, inclusive, o agropecuário.

Itapetinga (BA) tem no município 54.279 habitantes e localiza-se no sudoeste baiano. Constitui o maior pólo produtor de leite do estado e importante centro agroindustrial pastoril, responsável pela geração de 0,3% da renda estadual (SEI, 1997, p. 40). Sua taxa de crescimento populacional foi de apenas 0,59%, no período 1991-96. Polarizado por Vitória da Conquista, comanda um conjunto de seis municípios. Dentro do conjunto de centros urbanos regionais de Ordem 2, é o que apresenta o maior percentual da PEA alocada em atividades de prestação de serviços (25,2%). Pertence ao escasso grupo de municípios deste conjunto, com PEA urbana acima de 80%.

Irecê (BA), abrigando no município 52.267 habitantes, constituiu-se no maior centro produtor e comercializador de feijão. Cresceu com base em incentivos fiscais e impulsionado pela construção da rodovia BA-052, conhecida como a "estrada do feijão". O uso das técnicas de irrigação possibilitou o seu desenvolvimento agrícola, elevando-o à posição de centro sub-regional, pólo de comércio e serviços. Seu intenso crescimento econômico provocou uma taxa de crescimento anual de 6,25%, na década de 80. Porém, nos anos 90, passou por momentos de crise, provocada pelas secas e pela queda do preço do feijão. Essa crise e o desmembramento de três núcleos (América Dourada, Lapão e João Dourado) exerceram forte pressão para a redução de sua taxa anual de crescimento populacional para 2,29% entre 1991 e 1996. Mesmo assim, "participa de 0,3% no conjunto da renda do estado" (SEI, 1997, p. 45). A PEA do município encontra-se alocada, na grande maioria, em atividades agropecuárias (31,6%) e industriais (30,1%), sendo o comércio de mercadorias o que absorve menos pessoas, apesar de sua condição de maior centro produtor e comercializador de feijão.

Caicó (RN), com 52.019 habitantes no município e situado no subsistema regional do semi-árido sertanejo do Rio Grande do Norte, vem conhecendo certo dinamismo ao desenvolver um parque fabril voltado para a confecção, em particular de bonés. Suas atividades industriais são responsáveis pela participação de 17% na PEA, as de prestação de serviços 23,3% e as comerciais 15,4%. Estas últimas constituem apoio importante não somente às atividades industriais locais, mas também às atividades dos municípios sobre os quais exerce influência. Segundo o Regic, esse centro urbano regional encontra-se subordinado a Recife e a Natal, estendendo sua influência direta sobre 12 municípios e indireta, por meio de Currais Novos, Parelhas e Santa Cruz, sobre mais 32, perfazendo um total de 45 municípios.

3.3.3.3 Centros urbanos regionais de Ordem 3

O que se destaca no conjunto desses centros urbanos regionais é a aproximação maior dos percentuais relativos à distribuição da PEA local nos diferentes setores de atividades, o que confere aos municípios integrantes desse conjunto certa homogeneidade quando comparados aos dos outros conjuntos. No comércio de mercadorias, por exemplo, apenas dois municípios – Sapé (PB) e Zé Doca (MA) – conseguem, dentre os 25, ultrapassar o percentual de 10%; no setor industrial, esse teto é superado por oito municípios; no setor de prestação de serviços, somente seis municípios o ultrapassam; nas atividades de natureza administrativa, quatro municípios não conseguem absorver mais de 3% da PEA. As atividades agropecuárias são o grande repositório das pessoas economicamente ativas, notando-se que o município de Monte Santo (BA) é o que apresenta o percentual mais elevado nesse setor (84,9%); seis municípios, dentre os 25 que compõem o conjunto, exibem percentuais de 70%; e 18 municípios têm percentuais de PEA agropecuária entre 50% e 70%.

No conjunto desses 25 municípios, o de Araripina (PE) (63.841 habitantes), no oeste do sertão pernambucano, registrou, nos últimos anos, um crescimento econômico e populacional decorrente da sua atividade gesseira. No entanto, a indústria mineradora de gipsita, apesar do grande volume de suas reservas, vem sofrendo dificuldades decorrentes do elevado custo do frete rodoviário, particularmente quando se considera que parte expressiva da produção é destinada à região Sudeste. Nesse sentido, a complementação do eixo de desenvolvimento econômico do Nordeste seria essencial para o escoamento da produção. Encontra-se subordinado a Petrolina e articula um conjunto formado por nove municípios.

4 Mudanças Econômicas e Impactos sobre a Rede Urbana

Guimarães Neto (1997), em análise sobre as intenções de investimentos registradas nos agentes financiadores oficiais (Banco Central e Ministério da Indústria, Comércio e Turismo), afirma que o Nordeste responderá por 17,6% das oportunidades de investimento industrial entre 1995 e 2000, acima, portanto, de sua participação no PIB brasileiro, de acordo com a estimativa do Ipea. A região respondia por 14% dos desembolsos do BNDES, em 1995, 18% dos desembolsos da Caixa Econômica Federal, em 1994, 6,4% do crédito para investimento do Banco do Brasil, com uma média de 22,7% dos investimentos das empresas estatais no período 1994-95, com 22,6% dos projetos aprovados da Comissão de Financiamento Externo (Cofiex), e por 27,3% dos investimentos previstos no Plano Brasil em Ação.

Esses dados refletem uma tendência de manutenção do padrão de distribuição dos investimentos privados nas regiões de maior dinamismo[49], embora haja tendência de leve redução da participação do Nordeste no produto brasileiro nos anos de retomada do crescimento após o Plano Real (1994 e 1995). Segundo Guimarães Neto (1997), a reestruturação da indústria nessa década impõe grande seletividade intra-regional dos investimentos tanto públicos quanto privados: São Paulo (28,2%), Rio de Janeiro (19,3%), Minas Gerais (14%), Bahia (9,4%) e Rio Grande do Sul (4,6%) respondem por 75,5% das intenções e oportunidades de investimentos industriais no país, entre 1995 e 2000, restando para os demais estados menos de um quarto do total. A presença da Bahia entre os estados que mais receberão investimentos no período significou nada menos que uma participação de 53,4% do total dos que se dirigirão ao Nordeste. No que concerne aos investimentos das estatais, a Bahia também se destaca, respondendo por 43,2% desses investimentos no Nordeste em 1995, o que decorre da ação da Petrobrás e da Telebahia.

No que diz respeito à divisão de trabalho entre as macrorregiões, estarão dirigindo-se para o Nordeste as inversões nos ramos industriais mais leves e mais intensivos em mão-de-obra, embora a Bahia seja uma exceção, dada a sua participação nos investimentos da indústria química (12,5%) no conjunto do país. Com base nos dados do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, Guimarães Neto (1997) afirma que deverá ocorrer na região grande concentração dos investimentos dos seguintes ramos:

- indústria têxtil (69,2%), sendo os estados mais contemplados Paraíba (22,2%), Ceará (20,6%) e Pernambuco (10,7%);
- indústria de transformação de minerais não-metálicos, embora em menor escala (40,9%), cujos investimentos estão concentrados na Bahia (17,6%), Sergipe (9,1%) e Pernambuco (6,2%); e
- indústria de papel e celulose, com participação expressiva da Bahia (28,2%) e do Maranhão (11,6%) nos investimentos.

Em suma, esses dados evidenciam uma tendência de poucas alterações no padrão de concentração industrial em vigor até 1996, ou seja, consolidação da divisão de trabalho inter-regional, em que o Sudeste mantém-se como locação para a chamada indústria pesada e aquela de base tecnológica, enquanto nas regiões periféricas localizam-se, crescentemente, as indústrias leves, mais intensivas em tra-

[49] O Sudeste foi objeto de 64,3%, 46%, 62%, 51,4% e 40,2%, respectivamente, dos investimentos relacionados acima.

balho ou de maior dependência por recursos naturais. Por outro lado, ao longo da década, os investimentos dirigidos para o Nordeste sofrem redução contínua, especialmente aqueles divulgados pelo BNDES (de 26% para 15% dos desembolsos totais) e Caixa Econômica Federal (de 37% para 30%), comparando-se os anos inicial e final da série (1990 e 1995).

Finalmente, com relação à natureza dos projetos em execução ou aprovados pela Cofiex que podem ser regionalizados, os investimentos dirigidos ao Nordeste concentram-se nos chamados projetos sociais ou compensatórios, ou seja, 52,4% dos investimentos que passam pela Comissão destinam-se a programas de educação, saúde, assistência social e de apoio à pequena produção. Essa conclusão leva Guimarães Neto (1997, p. 55) a afirmar que a distribuição dos recursos que passam pela Cofiex tem-se orientado

> no sentido de redução das disparidades regionais: as regiões de menor grau de industrialização ou renda por habitante tendem a captar recursos proporcionalmente maiores que sua participação na economia.

4.1 Investimentos em Infra-estrutura Econômica[50]

No Programa Brasil em Ação, o governo federal define 42 projetos prioritários de investimentos, desagregando tais projetos em dois grandes blocos: os de infra-estrutura econômica (26) e os da área social (16). Para efeito dos objetivos deste trabalho, dos 26 projetos de infra-estrutura econômica foram selecionados 16, particularmente aqueles caracterizados pela sua grande capacidade de definir articulações econômicas regionais, inter-regionais e internacionais, e, portanto, capazes de influenciar a organização territorial do Brasil e mais particularmente do Nordeste.

O Programa Brasil em Ação explicita a intenção do Estado de direcionar a descentralização das políticas de infra-estrutura para o setor privado, quando afirma que a realização dos investimentos básicos para o desenvolvimento implica explorar ao máximo a parceria do setor público com o setor privado e a capacidade e o interesse do setor privado de investir na área de infra-estrutura, aproveitando a ampliação dos processos de privatização e concessão dos serviços públicos. Há o entendimento de que o porte e a complexidade dos projetos demandam uma postura gerencial mais objetiva, orientada para resultados e com capacidade de motivar e mobilizar todos os agentes econômicos e sociais executores e beneficiários desses investimentos. Reconhece, ainda, que a execução dos projetos ocorrerá num contexto de escassez de recursos, de interdependência de investimentos públicos e privados, de conjugação de ações federais, estaduais e municipais, de articulação com projetos de outros países e de demandas sociais e econômicas prementes.

O Plano Plurianual 1996-99, do governo federal, propõe uma profunda revisão do sistema viário nacional, com a integração de rodovias, ferrovias e hidrovias em eixos de desenvolvimento. O transporte intermodal permite, segundo o documento, a redução do custo do frete e a diminuição dos elevados dispêndios de manutenção das rodovias. De acordo com o Plano, as principais hidrovias terão o seu curso regularizado, o investimento em portos e embarcações entregue à iniciativa privada, e o sistema ferroviário – quase um monopólio da União – será paulatinamente arrendado à iniciativa privada.

O governo brasileiro tenta reverter o quadro desalentador dos transportes no país, apresentando como alternativa a participação do setor privado nos investimentos portuários, ferroviários, hidroviários e rodoviários. Assim, busca criar condições para maiores investimentos e para o aumento da competitividade dos bens e serviços produzidos internamente. A análise do Programa Brasil em Ação, que elege os projetos prioritários do atual governo, permite tecer algumas considerações sobre as políticas de infra-estrutura econômica e seus desdobramentos em termos de impactos sobre a organização territorial.

Os dados da Tabela A.1 dos Anexos, relativos aos 16 Projetos Especiais de Infra-estrutura por Fonte de Financiamento, para o período 1996-98, demonstram que os recursos privados significam 41,9% do total, estando presentes em somente seis projetos, e equiparam-se à soma dos recursos externos mais os recursos fiscais (45,7%), o que mostra que a descentralização, no caso da política de infra-estrutura, vem acontecendo sobretudo no sentido do público para o privado.

No que se refere à distribuição espacial dos investimentos federais, é evidente sua grande concentração nas regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste. Dos R$ 1.633,4 milhão, 65,54% serão aplicados nas regiões mais dinâmicas do país. A região Nordeste é contemplada com cinco projetos: Hidrovia do São Francisco, Novo Modelo de Irrigação, Prodetur, Porto de Pecém e Porto de Suape.

No que concerne ao desenho da futura organização do território brasileiro, merecem destaque algumas características importantes, tais como:

[50] Este item baseia-se no relatório preliminar da pesquisa "O Processo de Descentralização das Políticas de Infra-estrutura Econômica", desenvolvida pelas universidades federais de Pernambuco e da Paraíba e pela Fundação Joaquim Nabuco, financiada pelo CNPq e Facepe (Fundação de Apoio à Pesquisa de Pernambuco). Finalizada em junho de 1997, a pesquisa foi coordenada por Norma Lacerda e contou com a participação de Maria Lucila Bezerra, Maria do Socorro Araújo, Tânia Bacelar de Araújo e Césare Galvan.

- a opção prioritária pela integração dos espaços dinâmicos do Brasil ao mercado externo, em especial ao Mercosul e ao restante da América do Sul, consistente com a opção brasileira de promover *a integração competitiva*;
- a opção prioritária de dotar de acessibilidade os *focos dinâmicos* do Brasil (agrícolas, agroindustriais ou industriais), deixando em segundo plano as áreas menos dinâmicas; e
- a concentração de investimentos no Sul e Sudeste, na fronteira noroeste e em pontos dinâmicos do Nordeste e Norte, contemplando os espaços que vêm concentrando maior dinamismo nos anos recentes (Araújo, 1997).

No que se refere particularmente ao Nordeste, cabe fazer referência ao Prodetur, destinado à infra-estrutura turística, particularmente no litoral nordestino. Como evidenciado, o turismo é considerado uma das vocações da região, em decorrência de suas belas praias, do seu clima tropical e do seu patrimônio histórico e cultural. Sem dúvida, os investimentos em infra-estrutura econômica trarão impactos sobre as cidades que conformam as novas territorialidades, definindo um cinturão (eixo) que vai desde São Luís a Porto Seguro. Praticamente todos os estados da região têm projetos vultosos para a exploração turística, sobretudo na orla marítima.

A hidrovia do São Francisco juntamente com a Transnordestina[51] conformam o "eixo de desenvolvimento do Nordeste". No entanto, esta última não consta do Programa Brasil em Ação, uma vez que constitui um projeto cujos cálculos não asseguram viabilidade econômica e financeira. No entanto, a construção de uma estrada de ferro no semi-árido, além de representar um estímulo ao desenvolvimento regional, significaria uma empreitada capaz de gerar importante número de empregos. Assim, o governo federal, que recentemente privatizou a Rede Ferroviária do Nordeste, tenta, juntamente com a Sudene (Finor) e o BNDES, uma equação financeira para antecipar a construção de um trecho da ferrovia Transnordestina, correspondente à ligação entre Petrolina e Juazeiro.

O porto de Pecém, sem dúvida, representará importante externalidade que, juntamente com outros investimentos (aeroporto, siderurgia etc.), causará impactos na estrutura econômica da aglomeração urbana metropolitana de Fortaleza e, por extensão, no perfil ocupacional de sua população.

A complementação do porto de Suape é estratégica em termos da economia da aglomeração urbana metropolitana do Recife, devendo atrair novos investimentos industriais. No entanto, em termos regionais permanece a tendência até o momento observada: Recife, metrópole terciária; e Salvador, metrópole industrial.

Embora não conste do Programa Brasil em Ação, há uma proposta da Sudene de complementação do sistema ferroviário regional através da Transversal Nordeste, que ligaria Salgueiro a Açailândia, permitindo o escoamento da produção nas direções leste-oeste (Transversal Nordestina) e norte-sul (estrada de ferro Carajás e ferrovia Norte-Sul).

O conjunto dos projetos especiais do governo insere-se, portanto, na lógica da competitividade, mobilizando empresários e governos que, por meio de investimentos em infra-estrutura econômica, visam propiciar condições de atratividade ao setor privado. Nesse contexto, não importa o território da Nação, mas fatias desse território favoráveis ao processo de globalização. Assim, algumas regiões são favorecidas, implicando maior tendência à concentração de investimentos naquelas que apresentam melhores condições em termos de competitividade. Se, no período 1960-90, ocorreu um processo de desconcentração de capitais, sobretudo da região Sudeste para as demais regiões, a partir de 1990 dá-se um processo inverso. Para tanto, os investimentos em infra-estrutura econômica têm exercido papel essencial.

Qual a repercussão de semelhante distribuição espacial dos investimentos em infra-estruturas no sistema de cidades? Inquestionavelmente, redesenha-se uma nova geografia, na qual se reforça a tendência à não-concentração dos investimentos em infra-estruturas econômicas nas grandes metrópoles nacionais, mas em eixos de desenvolvimento. Nesses eixos, localizados em grande parte em territórios de expansão de fronteira ou de mercados com crescimento acima da média, tais infra-estruturas atuam como vetores para potencializar oportunidades de investimento privado. No caso do Programa Brasil em Ação, os investimentos nas metrópoles resumem-se a infra-estruturas portuárias, que complementam os sistemas de transportes integrantes dos mencionados eixos. Os investimentos na infra-estrutura social para ampliar a internalização local ou regional desses investimentos não são, contudo, conhecidos.

[51] A Transnordestina corresponde à ferrovia que liga as cidades de Juazeiro e Petrolina às cidades de Salgueiro, Missão Velha e Piquete Carneiro-Crateús, e integra o eixo de desenvolvimento do Nordeste. A ligação entre esta e o Porto de Suape dar-se-ia por ferrovia já existente, que necessita apenas de conservação. No entanto, o volume de carga proveniente dos projetos de fruticultura e agroindústria, em Petrolina e Juazeiro, destinada à exportação, das frentes de expansão de soja na fronteira oeste do Nordeste, e da exploração do gesso em Araripina, não é suficiente para justificar os altos investimentos na construção de uma ferrovia.

4.2 Investimentos Privados Industriais

No que se refere às expectativas de investimentos privados na região Nordeste e seus impactos no sistema de cidades, a análise a seguir apóia-se no trabalho de Araújo (1997), que apresenta informações sobre as intenções de investimentos privados obtidas no Ministério da Indústria, Comércio e Turismo.

As tendências da distribuição espacial dos investimentos futuros apresentam, em linhas essenciais, um caráter espacialmente seletivo, cuja maior conseqüência, em termos do conjunto da rede urbana regional, é o reforço de um sistema de eixo e, conseqüentemente, a desconfiguração de um sistema baseado unicamente em polarizações. O resultado desse processo é que as cidades não incorporadas aos eixos de desenvolvimento provavelmente não constituirão lugar privilegiado para os investimentos privados.

Os dados da Tabela A.2 dos Anexos, relativos às intenções de investimentos industriais no Brasil, no período 1995-2000, permitem perceber que dos US$ 73.404,10 milhões previstos, 64% deverão concentrar-se na região Sudeste. O Nordeste será contemplado com 17,58% desse total. Segundo Araújo (1997), a tendência parece ser, de um lado, o avanço, no futuro imediato, do processo de consolidação dos segmentos básicos e estratégicos no Sudeste e, de outro, a consolidação de especializações em áreas que conseguiram, por meio de diversos fatores (recursos naturais, fortes incentivos regionais, condições de infra-estruturas), atrair segmentos específicos, contribuindo para a formação de áreas dinâmicas situadas em contextos estagnados.

Embora os dados apresentados estejam espacializados por estado e não por cidade, supõe-se que, em termos locacionais, estejam preferencialmente situados nas áreas dinâmicas. Tal suposição baseia-se no fato de que, em geral, os estados mais contemplados em termos de recursos serão aqueles que possuem áreas de grande dinamismo econômico. Assim, e por ordem decrescente, os estados da Bahia (9,40%), Maranhão (2%), Pernambuco (1,75%), Ceará (1,5%) e Paraíba (1,37%) serão os mais contemplados. Chama particular atenção os baixíssimos índices de investimento em Alagoas (0,22%) e no Piauí (0,10%).

Sobre o estado de Alagoas, em que pese o seu pólo cloro-álcool-químico, objeto de grandes investimentos na década 80, convém ressaltar o descrédito político-administrativo por que tem passado o estado nos últimos anos, com negativas conseqüências em termos de intenções de investimentos nos próximos anos.

A Tabela A.3 dos Anexos apresenta as intenções de investimento de acordo com os setores de maior destaque, confirmando a consolidação dos segmentos básicos e estratégicos no Sudeste, uma vez que a região receberá 85% dos investimentos na indústria de fabricação de veículos automotores e 94% dos investimentos na indústria extrativa mineral, e a consolidação de especializações em áreas dinâmicas.

No caso do Nordeste, destacam-se os seguintes segmentos:

- minerais não-metálicos: a Bahia registra importante participação nacional com 17,6%, acompanhada dos estados de Sergipe (9,1%) e Pernambuco (6,2%);
- produtos alimentares: a Bahia destaca-se com 13,5% sobre o total nacional;
- química: mais uma vez, a Bahia detém melhor posição; nela, serão investidos 12% do previsto para o setor;
- têxtil: a Paraíba registra uma considerável participação (22,2%), significando um reforço ao seu tradicional parque têxtil, sendo acompanhada pelo Ceará (20,6%)[52].

Considerando os investimentos em infra-estrutura econômica e as intenções de investimento industrial no Brasil, pode-se depreender que os investimentos futuros certamente se localizarão nas áreas consideradas prioritárias pelo governo federal para o desenvolvimento do país, com nítidos impactos sobre a rede de cidades. Esta vem sendo reformulada a partir da presença do que nessa fase de internacionalização aparece como *moderno* e *dinâmico*. Nesse sentido, a rede urbana transforma-se, como salienta Santos Filho (1993), sob a tensão entre a globalização e a localização. De um lado, a globalização leva a uma tendência à hierarquia da produção em razão das atividades mais modernas. De outro lado, a localização significa que a cidade oferece oportunidades e resistências diferenciadas aos vetores da modernização. Segundo Santos Filho (1993), tal tensão entre local e global permitiria repensar a rede urbana por meio dos conceitos de zonas *luminosas e opacas*. Sem dúvida, é o que está acontecendo na região Nordeste, onde eixos dinâmicos ou *luminosos* (as zonas de expansão recente da fronteira agrícola, as áreas de irrigação e os pólos e complexos industriais) convivem com áreas estagnadas (correspondentes ao sistema sub-regional do semi-árido, com exceção das áreas de irrigação, e ao sistema sub-regional agroexportador tradicional) e, portanto, *opacas*.

[52] O elevado valor dos possíveis investimentos privados no setor têxtil no estado da Paraíba representa uma curiosidade. É verdade que o estado possui longa tradição nesse tipo de indústria. Tal fato, por si só, não justifica o volume de investimento, devendo haver incentivos para que dispute tão favoravelmente com o Ceará.

5 Considerações Finais

Num esforço de síntese, pode-se afirmar que as características atuais da rede urbana nordestina serão ainda mais reforçadas. As disparidades entre os diversos grupos de núcleos urbanos tenderão a ser mais acentuadas, em decorrência, sobretudo, da perda de dinamismo dos centros regionais de Ordem 2 e 3. A organização espacial tende a ser ainda mais desequilibrada, devido à intensificação do processo de urbanização em direção a apenas determinados espaços sub-regionais e ao processo de *litoralização* que vem ocorrendo por meio do crescimento das aglomerações urbanas não-metropolitanas (Ordem 1). O processo de *litoralização* adquirirá mais vigor com as novas territorialidades.

Nesse contexto, os investimentos em infra-estrutura econômica e os investimentos industriais reforçam e conectam os eixos de desenvolvimento, remodelando o território regional. Haverá, portanto, mudanças no processo de conformação do sistema de cidades, com nítidos sinais de uma fase de transição de um sistema baseado em polarizações para um outro, cuja característica principal é o seu desenvolvimento espacial em forma de eixos. Isso não significa desconhecer o caráter polarizador de algumas cidades para considerar que outras forças atuam redesenhando a sua configuração territorial.

Assim, a recomposição do espaço nordestino constitui a resposta espacial às mudanças econômicas que vêm ocorrendo na região (processo de reestruturação econômica), cuja característica essencial é o caráter seletivo dos investimentos que privilegiam espaços específicos. No Nordeste, tais espaços correspondem, sobretudo, a alguns pólos e complexos industriais, às zonas de expansão recente de fronteiras agrícolas e às áreas de irrigação. Enquanto isso, parcelas importantes do território nordestino encontram-se excluídas de tal processo, não apresentando interesse econômico, salvo se houver uma ação deliberada do Estado com vistas à sua reestruturação.

Do ponto de vista das vantagens comparativas, o Nordeste brasileiro encontra-se estrategicamente localizado, quando se considera a organização contemporânea da economia mundial, baseada em grandes blocos econômicos transnacionais (Nafta e UE).

Ainda desse ponto de vista, vale lembrar o que Batista (1996) diz acerca da criação de dois eixos estratégico para o país, formando o que ele chamou de "cinturão de assentamentos humanos e atividades econômicas associadas". Segundo Batista (1996), a emergência desses cinturões de desenvolvimento econômico poderia ser induzida por meio da ligação de duas ou mais aglomerações urbanas, com a construção de um suporte logístico, acima de tudo economicamente sustentável. Esse suporte logístico seria a base ou a própria razão de ser da estratégia montada, ou seja, um suporte físico em cadeia, de modo a permitir a coleta, o armazenamento, o abrigo, o transporte e a rede de distribuição das mercadorias.

No Nordeste, alvo do segundo cinturão proposto (o primeiro é no Sudeste), têm posição de destaque, a partir de seus portos, as cidades de Belém, São Luís, Fortaleza, Recife e Salvador.

Para a formulação e a implementação de políticas de enfrentamento das mudanças que vêm ocorrendo em âmbito mundial, em virtude do novo padrão de funcionamento da economia, com reflexos na conformação espacial, alguns aspectos necessitam ser considerados:

- planejar estrategicamente as cidades, definindo diretrizes e vantagens comparativas que possam ser trabalhadas por cidades e/ou por um conjunto de cidades articuladas em uma sub-região;
- rever o modelo econômico de modo a garantir a produtividade, com vistas a incorporar as chamadas *áreas opacas* no processo de desenvolvimento regional, permitindo, inclusive, reverter os indicadores sociais. Mesmo naquelas áreas economicamente dinâmicas, urge incorporar mecanismos que garantam a distribuição da riqueza gerada;
- agir politicamente na região de forma a intensificar o processo de construção da cidadania nordestina. Isso significa a tomada de importantes decisões políticas para as quais é indispensável o retorno do planejamento regional. Somente com uma ação específica de caráter permanente, baseada em uma vontade política forte, poder-se-á evitar que parte significativa da região, que não faz parte dos "eixos de desenvolvimento", seja excluída do processo, dada a globalização da economia – cuja natureza é excludente; e
- respeitar e fortalecer a identidade dos lugares, identificando os valores próprios, específicos a cada cidade ou região. A sustentabilidade de qualquer intervenção nas cidades somente poderá ser garantida mediante o envolvimento dos atores, por meio de uma amarração de valores e práticas sedimentadas cultural e historicamente. Assim, as duas forças básicas que ordenam a urbanização, enquanto processo histórico e cultural – a continuidade e a mudança –, são perceptíveis no interior de sua relação dialética (Zancheti e Jokilheto, 1997).

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, T. B. (1994) "Nordeste: evolução recente da economia regional". In: *Balanço e perspectiva do federalismo fiscal no Brasil*. São Paulo, Fundap/Iesp, v. 9, tomo 2.

_____ (1995) "Planejamento regional e relações intergovernamentais". In: AFFONSO, R. B. A. ; SILVA, P. L. B. (orgs.) – *A Federação em perspectiva: ensaios selecionados*. São Paulo, Fundap.

_____ (1996) *Pernambuco competitivo: uma economia em transformação*. Recife, TGI, mimeo.

_____ (1997) "Dinâmica regional brasileira e integração competitiva". In: ANPUR, 7º Encontro Nacional da Anpur. Recife, *Anais*, Recife, Anpur.

BATISTA DA SILVA, Eliezer (1996) *Sustainable infrastructure integration of South America*. Mimeo.

CANO, W. (1995) *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970*. São Paulo, Global/Unicamp.

_____ (1997) "Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95". In: *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 8, p. 101-141.

CENTRO Josué de Castro/INSTITUTO Pólis (1998) *Desafios da gestão municipal democrática*. Recife, mimeo.

FERNANDES, A. C. (1996) *Conflicts in regional and trade policies: a case study of Northeast Brazil in the 1980s*. University of Sussex, Dept. of Geography (PhD Thesis).

_____ (1997) "Substituição de importações, promoção de exportações e disparidades regionais no Brasil recente: lições para os anos 90". In: ANPUR, 7º Encontro Nacional da Anpur. Recife, *Anais*, Recife, Anpur, p. 1.014-1.035.

_____ (1998) *A Course through economic integration of peripheral region: from state developmentism to globalisation in Northeast Brazil* (s. l. : s. n.).

FONTES, B. *et alii* (1966) "O Poder local no Nordeste do Brasil: a busca de novos paradigmas". In: *Gestão Contemporânea*, Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO/SUDENE (1992) *Centro do Recife: atores, conflitos e gestão*. Recife, mimeo (Relatório de Pesquisa).

_____ (1996) *Investigação sobre o setor informal na RMR: os trabalhadores autônomos de baixa renda*. Recife, mimeo (Relatório de Pesquisa).

GOMES, Gustavo Maia (1992) *Uma Estratégia para acelerar o desenvolvimento do Nordeste*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco/Pimes (Texto para Discussão, 233).

GOMES, G. M. ; VERGOLINO, J. R. (1994) *A Macroeconomia do desenvolvimento nordestino: 1960/1994*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco (Relatório de Pesquisa).

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (1995) *Plano de desenvolvimento sustentável: 1995-1998*. Fortaleza, mimeo.

GUIMARÃES NETO, Leonardo (1984) "O Programa de desenvolvimento industrial do Nordeste". In: PIMES – *Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro*. Recife, Sudene, v. 3, cap. I.

_____ (1989) *Introdução à formação econômica do Nordeste*. Recife, Editora Massangana/Fundaj.

_____ (1990) "Questão regional no Brasil: reflexões sobre processos recentes". In: *Cadernos de Estudos Sociais 6* (1). Recife, Fundaj/INPSO, p. 131-164.

_____ (1994) "Desigualdades regionais e federalismo: exame do conjunto das regiões brasileiras". In: *Balanço e perspectivas do federalismo fiscal no Brasil*. São Paulo, Fundap/Iesp, v. 9, tomo 1.

_____ (1997) *Dinâmica regional no Brasil*. Brasília, Ipea (Relatório de Pesquisa – versão preliminar).

IBAM (1993) "Carta de Brasília". In: IBAM, Seminário Municipalização das Políticas Públicas. Rio de Janeiro. *Anais*, Rio de Janeiro.

IBGE (1988) *Uma Visão geográfica do Brasil nos anos 80*. Rio de Janeiro, IBGE.

IPEA (1997) *apud* LACERDA, N. ; LEITÃO, L. (1997).

LACERDA, N. ; LEITÃO, L. (1997) *Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano – região metropolitana de Recife*. Brasília, Ipea, mimeo (Relatório de Pesquisa).

_____ (1998) *Sistema de cidades do Nordeste do Brasil*. Brasília, Ipea (Projeto Áridas – Relatório preliminar do Grupo de Trabalho IV – Organização do espaço regional, organização e ordenamento do espaço urbano).

LIMA, J. P. R. (1994) *Nordeste: emprego, pobreza e exclusão social*. Brasília, Ipea (Projeto Áridas – Relatório preliminar do Grupo de Trabalho III – Desenvolvimento humano e social, emprego).

MARTINE, G. ; WONG, L. (1994) *Projeto Áridas – Demografia*. Brasília, Ipea, mimeo, set.

MELO, M. L. de. (1978) *O Açúcar e o homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro*. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

_____ (1980) *Os Agrestes – estudos dos espaços nordestinos do sistema gado-policultura de uso dos recursos*. Recife, Sudene/CPR – Divisão Política Espacial.
_____ (1988) *Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco*. Recife, Sudene/CPR – Divisão Política Espacial.
_____ (1993) *O Meio-norte*. Recife, Sudene/CPR – Divisão Política Espacial.
_____ (1998a) *Regionalização agrária do Nordeste*. Recife, Sudene.
_____ (1998b) *Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco*. Recife, Sudene/CPR – Divisão Política Espacial.
MOTTA, D. *et alii* (1997) *A Dimensão urbana do desenvolvimento econômico-espacial brasileiro*. Brasília, Ipea (Texto para Discussão, 530).
MUELLER, C. (1996) "Organização e ordenamento do espaço regional do Nordeste". In: *Planejamento e Políticas Públicas*, v. 13, p. 35-110.
OLIVEIRA, Francisco de (1977) *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
_____ (1990) "A Metamorfose da arribaçã: fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste". In: *Novos Estudos*, n. 27, p. 67-92.
PIMES (1984) *Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro*. Recife, Sudene.
PREFEITURA do Cabo de Santo Agostinho (1997) *Plano estratégico de desenvolvimento sustentável: 1997-2010*. Cabo de Santo Agostinho, mimeo.
PREFEITURA Municipal do Recife (1997) *Conjuntura econômica da cidade do Recife*. Recife, mimeo.
SANTOS, Valdeci dos (1997) *Plano Diretor de desenvolvimento sustentável da Região Metropolitana do Recife*. Recife, Fidem.
SANTOS FILHO, M. (1988) "O Retorno do território". In: *Território, globalização e fragmentação*, São Paulo, Hucitec/Anpur.
_____ (1989) *O Processo de urbanização no oeste baiano*. Recife, Sudene.
_____ (1993) "Les Espaces de la globalisation". In: *Analyse du sistème monde et de l'économie mondiale*. Paris, Gemdev.
SILVA, F. ; CHAGAS, F. (1996) *A Fábrica de empresas: a experiência de geração de novos empreendimentos em Pernambuco*. (s. l. : s. n.).
SOUZA, Aldemir do Vale (1986) *Política de industrialização, emprego e integração regional: o caso do Nordeste do Brasil*. Recife, UFPE/Pimes (Dissertação de Mestrado).
_____ (1996) *Limites e possibilidades de expansão do emprego num contexto de integração regional: o caso do Nordeste do Brasil*. Campinas, Unicamp/IE (Tese de Doutorado).
SUDENE (1993) *Boletim conjuntural do Nordeste do Brasil – 1993*. Recife, Editora Massangana/Sudene.
_____ (1994a) *Agregados econômicos regionais – 1965-92*. Recife, Sudene.
_____ (1994b) *Boletim conjuntural do Nordeste do Brasil – 1994*. Recife, Editora Massangana/Sudene.
_____ (1997) *Região Nordeste do Brasil em números*. Recife, Sudene.
ZANCHETI, S. M. ; JOKILHETO, J. (1997) "Values and urban conservation planning". In: *Journal of Architectural Conservation*, n. 1, March.

ANEXOS

TABELA A.1
BRASIL – PROJETOS ESPECIAIS DE INFRA-ESTRUTURA POR FONTE DE FINANCIAMENTO (1996-98)

Especificação	Fiscal		Externo		Est./Munic.		Privado		Outros		Total	
	Val. Abs.	%	Val. Abs.	%	Val. Abs.	%	Val. Abs.	%	Val. Abs.	%	Val. Abs.	%
1. Pavimentação BR 174	16,0	9,5	86,0	51,2	66,0	39,3	0,0	0,0	0,0	0,0	168,0	100,0
2. Hidrovia da Madeira	15,6	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	15,6	100,0
3. Rec. da BR 364/163	60,2	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	60,2	100,0
4. Hidrovia São Francisco	11,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11,0	100,0
5. Novo Modelo de Irrigação	371,5	18,2	663,7	32,5	6,0	0,3	1.002,0	49,0	0,0	0,0	2.043,2	100,0
6. Prodetur	26,1	13,0	100,0	49,8	74,9	37,3	0,0	0,0	0,0	0,0	201,0	100,0
7. Porto de Suape	0,0	0,0	86,0	50,0	86,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	172,0	100,0
8. Porto de Pecém	154,2	70,7	0,0	0,0	64,0	29,3	0,0	0,0	0,0	0,0	218,2	100,0
9. Hidrovia Tocantins/Araguaia	158,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	158,0	100,0
10. Ferronorte	221,0	42,7	0,0	0,0	46,3	9,0	250,0	48,3	0,0	0,0	517,3	100,0
11. Modern. Porto de Setiba	179,0	51,2	0,0	0,0	0,0	0,0	170,0	48,8	0,0	0,0	349,9	100,0
12. Modern. Porto de Santos	79,9	4,2	300,0	15,8	0,0	0,0	1.500,0	79,1	16,0	0,8	1.895,9	100,0
13. Duplic. Fernão Dias	118,3	26,1	250,4	55,2	85,0	18,7	0,0	0,0	0,0	0,0	453,7	100,0
14. Concl. da Hidrovia Tietê-Paraná	60,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	60,0	100,0
15. Gasoduto Bolívia-Brasil	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	181,8	26,5	504,2	73,5	686,0	100,0
16. Rodovia Mercosul	162,6	27,1	355,1	59,2	0,0	0,0	82,0	13,7	0,0	0,0	599,7	100,0
Total	**1.633,4**	**21,5**	**1.841,2**	**24,2**	**428,2**	**5,6**	**3.185,8**	**41,9**	**520,2**	**6,8**	**7.609,7**	**100,0**

Fonte: Programa Brasil em Ação: Investimentos Básicos para o Desenvolvimento.
(a) Recursos Próprios Codesp.
(b) Estatal (R$ 369,2) e BNDES (R$ 135,00)

TABELA A.2
BRASIL – LEVANTAMENTO DAS INTENÇÕES DE INVESTIMENTO INDUSTRIAL (*) (1995-2000)

Regiões e Estados	US$ Milhão	(%)
Norte	**5.504,70**	**7,50**
Rondônia	–	–
Acre	–	–
Amazonas	1.245,60	1,70
Roraima	–	–
Pará	3.059,10	4,17
Amapá	1.200,00	1,63
Tocantins	–	–
Nordeste	**12.901,50**	**17,57**
Maranhão	1.471,70	2,00
Piauí	75,90	0,10
Ceará	1.098,10	1,50
Rio Grande do Norte	415,80	0,57
Paraíba	1.002,20	1,37
Pernambuco	1.287,80	1,75
Alagoas	160,60	0,22
Sergipe	489,00	0,67
Bahia	6.900,40	9,40
Sudeste	**47.215,50**	**64,31**
Minas Gerais	10.270,50	13,99
Espírito Santo	2.095,00	2,85
Rio de Janeiro	14.178,20	19,31
São Paulo	20.671,80	28,16
Sul	**6.922,80**	**9,43**
Paraná	2.359,10	3,21
Santa Catarina	1.171,60	1,60
Rio Grande do Sul	3.392,10	4,62
Centro-oeste	**869,60**	**1,18**
Mato Grosso do Sul	–	–
Mato Grosso	442,30	0,60
Goiás	427,30	0,58
Distrito Federal	–	–
Brasil	**73.414,10**	**100,00**

Fonte: Araújo (1997).
(*) Dados preliminares.

TABELA A.3
BRASIL – LEVANTAMENTO DE OPORTUNIDADE E INTENÇÕES DE INVESTIMENTO INDUSTRIAL (1995-2000)

(Classificação dos Setores de Maior Destaque por Região – Valores Relativos Brasil = 100)

Regiões e Estados	Setores Industriais e Investimento Total (%)									
	Auto-motores	Extração Mineral	Metalur-gia	Minerais Não-Me-tálicos	Produtos Alimenta-res	Papel e Celulose	Químicos	Têxtil	Eletro-eletrônico	Total
Norte	**0,2**	**4,5**	**25,2**	**1,1**	**0,3**	**14,4**	**0,3**	**0,0**	**42,5**	**7,5**
Rondônia	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Acre	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Amazonas	0,2	–	–	1,1	–	0,1	0,3	–	42,5	**1,7**
Roraima	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Pará	–	4,5	25,2	–	0,3	1,7	–	–	–	**4,2**
Amapá	–	–	–	–	–	12,6	–	–	–	–
Tocantins	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Nordeste	**0,3**	**0,3**	**6,6**	**40,9**	**22,9**	**40,6**	**16,1**	**69,2**	**2,1**	**17,6**
Maranhão	–	–	1,7	1,9	0,6	11,6	0,1	2,4	–	**2,0**
Piauí	–	–	0,1	2,0	–	–	0,1	–	–	**0,1**
Ceará	0,1	–	0,5	1,6	2,9	0,2	0,4	20,6	–	**1,5**
R.G. do Norte	–	–	0,1	–	1,8	–	0,3	8,0	–	**0,6**
Paraíba	0,1	0,1		2,6	0,5	0,4	–	22,2	–	**1,4**
Pernambuco	–	–	2,9	6,2	0,2	–	2,4	10,7	2,1	**1,8**
Alagoas	–	–	–	–	0,6	–	0,3	2,8	–	**0,2**
Sergipe	–	–	–	9,1	3,0	0,2	0,1	1,1	–	**0,7**
Bahia	–	0,2	1,3	17,6	13,5	28,2	12,5	1,4	–	**9,4**
Sudeste	**85,2**	**94,8**	**68,1**	**51,4**	**61,5**	**24,1**	**66,4**	**30,0**	**55,4**	**64,3**
Minas Gerais	20,4	13,7	34,6	6,8	19,0	7,8	3,5	15,4	–	**14,0**
Espírito Santo	–	6,9	1,1	–	0,8	2,7	–	–	–	**2,9**
Rio de Janeiro	–	74,1	17,2	6,4	17,9	–	17,0	0,7	5,8	**19,3**
São Paulo	64,8	0,1	15,3	38,1	23,8	13,6	45,9	13,9	49,7	**28,2**
Sul	**14,3**	**0,0**	**0,0**	**6,5**	**9,0**	**20,9**	**17,2**	**0,0**	**0,0**	**9,4**
Paraná	13,1	–	–	–	1,5	11,2	–	–	–	**3,2**
Santa Catarina	–	–	–	6,5	7,5	2,5	0,4	–	–	**1,6**
R.G. do Sul	1,3	–	–	–	–	7,2	16,9	–	–	–
Centro-oeste	**0,0**	**0,4**	**0,0**	**0,0**	**6,3**	**0,0**	**0,0**	**0,7**	**0,0**	**1,2**
M.G. do Sul	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Mato Grosso	–	–	–	–	0,3	–	–	–	–	**0,6**
Goiás	–	0,4	–	–	6,0	–	–	0,7	–	**0,6**
Distrito Federal	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Brasil	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: Araújo (1997).

TABELA A.4
REGIÃO NORDESTE – CLASSIFICAÇÃO E INDICADORES DA REDE URBANA (1980/91/96)

Cód. UF	UF	Cód. Mun.	Município	Regic	População Total 1980 Nº	1980 %	1991 Nº	1991 %	1996 Nº	1996 %	Taxa Anual de Crescimento da População 1980-91	1991-96	% PEA URB	Densidade 1991	Densidade 1996	Hierarquia IBGE 1991	Hierarquia Rede	% PEA Adm.	% PEA Serv.	% PEA Merc.	% PEA Agrop.	% PEA Ind.	Cluster CO
			NORDESTE		**33.911.624**	**100**	**41.360.803**	**100**	**43.542.999**	**100**	**1,82**	**1,03**											
		GRUPO 1	**AGLOMERADOS URBANOS METROP.**		**5.793.508**	**17,08**	**7.788.632**	**18,83**	**8.448.551**	**19,40**	**2,73**	**1,64**											
			ORDEM 2																				
			Aglom. Urb. Metropolitano do Recife		**2.386.602**	**7,04**	**2.919.979**	**7,06**	**3.087.967**	**7,09**	**1,85**	**1,13**											
26	PE	261160	Recife (PE)	8	1.200.378	3,54	1 298.229	3,14	1.346.045	3,09	0,71	0,73	99,0	54041	6146	RM-Rec	AUM-2	20,3	26,0	19,3	1,0	18,9	
26	PE	260790	Jaboatão dos Guararapes (PE)	4	330.414	0,97	487.119	1,18	529 966	1,22	3,59	1,70	97,8	1901	2062	RM-Rec	AUM-2	15,2	24,3	18,7	2,2	27,4	
26	PE	260960	Olinda (PE)	4	282.203	0,83	341.394	0,83	349.380	0,80	1,75	0,46	99,0	9218	9194	RM-Rec	AUM-2	18,6	25,8	18,3	1,0	19,7	
26	PE	261070	Paulista (PE)	3	118.634	0,35	211.491	0,51	233.634	0,54	5,40	2,01	98,7	2089	2291	RM-Rec	AUM-2	19,0	19,9	17,6	1,3	26,4	
26	PE	260290	Cabo de Santo Agostinho (PE)	3	104 157	0,31	127 036	0,31	140.764	0,32	1,82	2,07	84,8	283	314	RM-Rec	AUM-2	10,2	17,1	10,8	15,2	38,3	
26	PE	260345	Camaragibe (PE)	2	93 284	0,28	99.407	0,24	111.119	0,26	0,58	2,25	97,8	158	2315	RM-Rec	AUM-2	11,3	26,8	17,9	2,2	27,2	
26	PE	261370	São Lourenço da Mata (PE)	2	54.378	0,16	85 861	0,21	89.754	0,21	4,24	0,89	86,7	329	340	RM-Rec	AUM-2	8,1	20,3	15,0	13,3	26,7	
26	PE	260680	Igarassu (PE)	1	60.730	0,18	79.837	0,19	85 051	0,20	2,52	1,27	79,7	201	212	RM-Rec	AUM-2	7,6	17,0	11,1	20,3	34,1	
26	PE	260005	Abreu e Lima (PE)	1	47.254	0,14	77 035	0,19	80.828	0,19	4,54	0,97	96,7	598	627	RM-Rec	AUM-2	9,2	19,0	17,4	3,3	39,7	
26	PE	260720	Ipojuca (PE)	1	39.456	0,12	45.424	0,11	48.479	0,11	1,29	1,31	58,0	89	94	RM-Rec	AUM-2	7,5	14,0	7,8	42,0	24,1	
26	PE	260940	Moreno (PE)	1	34.943	0,10	39 132	0,09	39 962	0,09	1,03	0,42	79,9	203	208	RM-Rec	AUM-2	9,9	12,4	12,2	20,1	30,5	
26	PE	260775	Itapissuma (PE)	1	12.515	0,04	16.408	0,04	19 186	0,04	2,49	3,18	77,2	222	259	RM-Rec	AUM-2	10,2	15,6	16,7	22,8	18,9	
26	PE	260760	Itamaracá (PE)	1	8.256	0,02	11 606	0,03	13 799	0,03	3,14	3,52	85,8	176	212	RM-Rec	AUM-2	8,5	24,0	10,3	14,2	27,1	
			Aglom. Urb. Metropolitano de Salvador		**1.826.840**	**5,39**	**2.561.636**	**6,19**	**2.777.764**	**6,38**	**3,12**	**1,63**											
29	BA	292740	Salvador (BA)	8	1 493.685	4,40	2 075 273	5,02	2 211.539	5,08	3,03	1,28	99,2	6620	3115	RM-Sal	AUM-2	18,5	26,2	17,1	0,8	21,4	
29	BA	290570	Camaçari (BA)	2	69.451	0,20	113 639	0,27	134.901	0,31	4,58	3,49	96,3	158	177	RM-Sal	AUM-2	11,4	22,9	11,6	3,7	38,6	
29	BA	293070	Simões Filho (BA)	1	43.578	0,13	72.526	0,18	78 229	0,18	4,74	1,53	93,5	351	405	RM-Sal	AUM-2	10,8	14,5	12,7	6,5	37,2	
29	BA	291920	Lauro de Freitas (BA)	1	35.309	0,10	69.270	0,17	97 219	0,22	6,32	7,01	97,5	744	1620	RM-Sal	AUM-2	9,5	32,9	13,4	2,5	28,6	
29	BA	290650	Candeias (BA)	2	54.081	0,16	67.941	0,16	69.503	0,16	2,10	0,46	95,2	292	261	RM-Sal	AUM-2	10,2	15,1	12,4	4,8	40,9	
29	BA	292950	São Sebastião do Passe (BA)	1	32.312	0,10	36 825	0,09	38.422	0,09	1,20	0,85	76,7	63	70	RM-Sal	AUM-2	2,4	20,2	8,7	23,3	28,0	
29	BA	291005	Dias d'ávila (BA)	1	19.727	0,06	31 260	0,08	37.916	0,09	4,27	3,94	97,2	150	182	RM-Sal	AUM-2	11,7	21,7	10,3	2,8	37,8	
29	BA	290490	Cachoeira (BA)	2	27.946	0,08	28.290	0,07	30.258	0,07	0,11	1,35	71,0	70	76	RM-Sal	AUM-2	5,4	15,8	10,1	29,0	21,2	
29	BA	293320	Vera Cruz (BA)	1	13 743	0,04	22.136	0,05	27.628	0,06	4,43	4,53	77,1	105	58	RM-Sal	AUM-2	5,1	26,2	10,5	22,9	21,7	
29	BA	292920	São Francisco do Conde (BA)	1	17.835	0,05	20 238	0,05	24.213	0,06	1,16	3,65	82,4	110	90	RM-Sal	AUM-2	7,6	12,2	5,3	17,6	30,3	
29	BA	291610	Itaparica (BA)	1	10.877	0,03	15 055	0,04	17 975	0,04	3,00	3,61	90,7	431	155	RM-Sal	AUM-2	7,3	27,9	21,0	9,3	14,2	
29	BA	291992	Madre de Deus (BA)	1	8.296	0,02	9 183	0,02	9 961	0,02	0,93	1,64	98,8	835	906	RM-Sal	AUM-2	12,9	15,0	8,0	1,2	47,1	
			Aglom. Urb. Metropolitano de Fortaleza		**1.580.066**	**4,66**	**2.307.017**	**5,58**	**2.582.820**	**5,93**	**3,50**	**2,28**											
23	CE	230440	Fortaleza (CE)	8	1 307.611	3,86	1.768.637	4,28	1 965.513	4,51	2,78	2,13	98,4	5255	6264	RM-Fort	AUM-2	16,6	25,9	19,1	1,6	24,9	
23	CE	230370	Caucaia (CE)	1	94 108	0,28	165 099	0,40	209.150	0,48	5,24	4,84	90,5	128	175	RM-Fort	AUM-2	8,8	22,3	18,2	9,5	30,8	
23	CE	230765	Maracanaú (CE)	2	37 894	0,11	157.151	0,38	160 065	0,37	13,80	0,37	97,4	1619	1623	RM-Fort	AUM-2	9,6	18,8	19,9	2,6	37,3	
23	CE	230770	Maranguape (CE)	2	53.232	0,16	71 705	0,17	82.064	0,19	2,75	2,74	73,1	1619	125	RM-Fort	AUM-2	7,3	22,3	11,8	26,9	22,6	
23	CE	230970	Pacatuba (CE)	1	28.563	0,08	60.148	0,15	43.594	0,10	7,00	-6,23	88,5	28	316	RM-Fort	AUM-2	5,9	23,9	13,5	11,5	31,8	
23	CE	230100	Aquiraz (CE)	1	33.016	0,10	46.305	0,11	52 282	0,12	3,12	2,46	74,9	98	108	RM-Fort	AUM-2	3,5	22,3	9,8	25,1	30,9	
23	CE	230428	Eusébio (CE)	1	12.095	0,04	20.410	0,05	27.206	0,06	4,87	5,92	83,1	272	349	RM-Fort	AUM-2	9,3	32,5	8,3	16,9	26,6	
23	CE	230495	Guaiúba (CE)	1	13.547	0,04	17 562	0,04	17.060	0,04	2,39	-0,58	56,4	66	63	RM-Fort	AUM-2	5,1	12,2	6,8	43,6	23,2	
23	CE	230625	Itaitinga (CE)					0,00	25 886	0,06					167	RM-Fort	AUM-2						
		GRUPO 2	**AGLOMERADOS URBANOS NÃO-METROP.**		**4.608.295**	**13,59**	**6.783.998**	**16,40**	**7.585.518**	**17,42**	**3,58**	**2,26**											
			ORDEM 1		**2.801.004**	**8,26**	**4.318.170**	**10,44**	**4.857.974**	**11,16**	**4,01**	**2,38**											
			Aglom. Urb. Não-Metrop. de São Luís		**498.961**	**1,47**	**820.137**	**1,98**	**941.431**	**2,16**	**4,62**	**2,80**											
21	MA	211130	São Luís (MA)	7	449 432	1,33	696.371	1,68	780.833	1,79	4,06	2,32	97,1	1342	939	AU-SL	AUNM-1	16,4	22,2	17,5	2,9	21,0	D

Continua

TABELA A.4
REGIÃO NORDESTE – CLASSIFICAÇÃO E INDICADORES DA REDE URBANA (1980/91/96)

Continuação

Cód. UF	UF	Cód. Mun.	Município	Regic	População Total 1980		1991		1996		Taxa Anual de Crescimento da População		% PEA URB	Densidade		Hierarquia		% PEA					Cluster CO
					Nº	%	Nº	%	Nº	%	1980-91	1991-96		1991	1996	IBGE 1991	Rede	Adm.	Serv.	Merc.	Agrop.	Ind.	
21	MA	211120	São José de Ribamar (MA)	1	32.320	0,10	70.571	0,17	89.794	0,21	7,36	4,94	84,4	303	206	AU-SL	AUNM-1	6,9	16,9	18,0	15,6	25,7	C
21	MA	210750	Paço do Lumiar (MA)	1	17.209	0,05	53.195	0,13	70.804	0,16	10,80	5,89	81,5	343	383	AU-SL	AUNM-1	11,2	14,1	15,0	18,5	17,1	B
			Aglom. Urb. Não-Metrop. de João Pessoa		**476.063**	**1,40**	**698.556**	**1,69**	**773.847**	**1,78**	**3,55**	**2,07**											
25	PB	250750	João Pessoa (PB)	7	329.942	0,97	497.600	1,20	549.363	1,26	3,81	2,00	98,2	2.631	2.604	AU-JP	AUNM-1	19,4	23,7	14,6	1,8	17,8	D
25	PB	251370	Santa Rita (PB)	1	68.227	0,20	94.413	0,23	105.625	0,24	3,00	2,27	86,0	134	138	AU-JP	AUNM-1	7,7	17,3	12,3	14,0	33,3	C
25	PB	250180	Bayeux (PB)	1	58.917	0,17	77.491	0,19	84.169	0,19	2,52	1,67	97,7	3.682	3.006	AU-JP	AUNM-1	8,2	21,5	19,9	2,3	29,0	C
25	PB	250320	Cabedelo (PB)	1	18.977	0,06	29.052	0,07	34.690	0,08	3,95	3,61	94,5	876	1.119	AU-JP	AUNM-1	9,2	25,3	9,5	5,5	22,2	B
			Aglom. Urb. Não-Metrop. de Teresina		**452.177**	**1,33**	**706.711**	**1,71**	**773.901**	**1,78**	**4,14**	**1,83**											
22	PI	221100	Teresina (PI)	7	377.774	1,11	599.272	1,45	655.473	1,51	4,28	1,81	94,9	441	363	AU-Ter	AUNM-2	16,1	23,1	16,4	5,1	18,8	D
22	PI	211220	Timon (PI)	2	74.403	0,22	107.439	0,26	118.428	0,27	3,40	1,97	82,6	57	69	AU-Ter	AUNM-2	8,3	18,5	17,9	17,4	22,1	C
			Aglom. Urb. Não-Metrop. de Natal		**554.213**	**1,63**	**826.208**	**2,00**	**921.491**	**2,12**	**3,70**	**2,21**											
24	RN	240810	Natal (RN)	6	416.898	1,23	606.887	1,47	656.037	1,51	3,47	1,57	98,6	3.633	3.861	AU-Nat	AUNM-1	17,9	23,5	17,6	1,4	21,3	D
24	RN	240325	Parnamirim (RN)	1	26.360	0,08	63.312	0,15	86.177	0,20	8,29	6,36	95,3	506	7	AU-Nat	AUNM-1	11,8	19,3	11,5	4,7	37,2	C
24	RN	240260	Ceará-Mirim (RN)	1	40.100	0,12	52.157	0,13	57.983	0,13	2,42	2,14	72,1	73	80	AU-Nat	AUNM-1	5,5	16,5	12,8	27,9	24,9	B
24	RN	241200	São Gonçalo do Amarante (RN)	1	30.797	0,09	45.461	0,11	56.825	0,13	3,60	4,56	84,2	174	217	AU-Nat	AUNM-1	7,6	13,7	11,9	15,8	34,5	B
24	RN	240710	Macaíba (RN)	1	31.267	0,09	43.450	0,11	46.655	0,11	3,04	1,43	76,0	90	95	AU-Nat	AUNM-1	7,4	14,5	10,4	24,0	30,3	B
24	RN	240360	Extremoz (RN)	1	8.791	0,03	14.941	0,04	17.814	0,04	4,94	3,58	64,1	111	132	AU-Nat	AUNM-1	5,3	17,5	12,0	35,9	16,6	
			Aglom. Urb. Não-Metrop. de Maceió		**456.069**	**1,34**	**702.731**	**1,70**	**803.869**	**1,85**	**4,01**	**2,73**											
27	AL	270430	Maceió (AL)	6	399.298	1,18	629.041	1,52	723.230	1,66	4,22	2,83	96,6	1.215	1.410	AU-Mac	AUNM-1	17,9	23,9	17,0	3,4	18,6	D
27	AL	270770	Rio Largo (AL)	1	43.447	0,13	53.924	0,13	58.244	0,13	1,98	1,55	84,8	178	187	AU-Mac	AUNM-1	9,2	14,9	11,2	15,2	30,2	B
27	AL	270890	Satuba (AL)	1	6.226	0,02	9.186	0,02	10.954	0,03	3,60	3,58	72,9	230	255	AU-Mac	AUNM-1	10,4	12,1	9,1	27,1	24,8	A
27	AL	270790	Santa Luzia do Norte (AL)	1	3.292	0,01	5.796	0,01	6.357	0,01	5,28	1,86	82,0	215	219	AU-Mac	AUNM-1	10,3	14,7	3,6	18,0	31,0	A
27	AL	270220	Coqueiro Seco (AL)	1	3.806	0,01	4.784	0,01	5.084	0,01	2,10	1,22	66,2	126	127	AU-Mac	AUNM-1	7,1	16,2	6,2	33,8	13,2	A
			Aglom. Urb. Não-Metrop. de Aracaju		**363.521**	**1,07**	**563.827**	**1,36**	**643.435**	**1,48**	**4,07**	**2,68**											
28	SE	280030	Aracaju (SE)	6	293 131	0,86	402.341	0,97	428.194	0,98	2,92	1,25	98,3	2.660	2.353	AU-Arac	AUNM-1	19,9	22,8	15,7	1,7	21,3	C
28	SE	280480	Nossa Senhora do Socorro (SE)	3	13.688	0,04	67.574	0,16	105.724	0,24	15,62	9,37	96,9	2.660	673	AU-Arac	AUNM-1	10,4	23,9	15,7	3,1	27,2	C
28	SE	280670	São Cristóvão (SE)	3	24.134	0,07	47.558	0,11	57.553	0,13	6,36	3,89	84,8	103	133	AU-Arac	AUNM-1	11,6	18,8	13,4	15,2	20,3	B
28	SE	280360	Laranjeiras (SE)	1	13.270	0,04	18.944	0,05	21.310	0,05	3,29	2,38	79,1	115	131	AU-Arac	AUNM-1	9,7	10,2	2,3	20,9	29,9	A
28	SE	280400	Maruim (SE)	1	11.359	0,03	14.683	0,04	14.499	0,03	2,36	-0,25	78,4	156	153	AU-Arac	AUNM-1	10,9	15,2	5,2	21,6	33,5	A
28	SE	280060	Barra dos Coqueiros (SE)	1	7.939	0,02	12.727	0,03	16.155	0,04	4,38	4,89	85,0	147	184	AU-Arac	AUNM-1	10,9	23,6	10,2	15,0	18,0	A
			ORDEM 2		**905.699**	**2,67**	**1.249.480**	**3,02**	**1.335.100**	**3,07**	**2,97**	**1,33**											
			Aglom. Urb. Não-Metrop. de Feira de Santana		**363.313**	**1,07**	**492.486**	**1,19**	**541.540**	**1,24**	**2,80**	**1,92**											
29	BA	291080	Feira de Santana (BA)	7	291.504	0,86	406.447	0,98	450.487	1,03	3,07	2,08	89,9	302	337	AU-FeiSan	AUNM-2	13,8	23,8	21,9	10,1	21,7	C
29	BA	292930	São Gonçalo dos Campos (BA)	1	20.454	0,06	24.288	0,06	26.152	0,06	1,57	1,49	68,1	84	88	AU-FeiSan	AUNM-2	2,4	14,4	7,3	31,9	28,9	A
29	BA	290850	Conceição do Jacuípe (BA)	1	18.739	0,06	22.905	0,06	24.265	0,06	1,84	1,16	71,4	185	167	AU-FeiSan	AUNM-2	2,3	14,5	15,2	28,6	22,3	B
29	BA	290110	Amélia Rodrigues (BA)	1	18.194	0,05	22.779	0,06	23.425	0,05	2,06	0,56	79,2	159	153	AU-FeiSan	AUNM-2	8,3	18,0	8,6	20,8	28,6	B
29	BA	290820	Conceição da Feira (BA)	1	14.422	0,04	16.067	0,04	17.211	0,04	0,99	1,39	73,3	98	108	AU-FeiSan	AUNM-2	4,9	11,6	7,0	26,7	33,0	A
			Aglom. Urb. Não-Metrop. de Campina Grande		**266.731**	**0,79**	**347.967**	**0,84**	**367.712**	**0,84**	**2,45**	**1,11**											
25	PB	250400	Campina Grande (PB)	7	247.820	0,73	326.307	0,79	344.730	0,79	2,53	1,10	93,2	336	316	AU-CG	AUNM-2	13,1	22,3	18,7	6,8	22,7	C
25	PB	250830	Lagoa Seca (PB)	1	18.911	0,06	21.660	0,05	22.982	0,05	1,24	1,19	46,0	163	213	AU-CG	AUNM-2	4,1	9,3	11,9	54,0	9,1	B
			Aglom. Urb. Não-Metrop. de Ilhéus/Itabuna		**275.655**	**0,81**	**409.027**	**0,99**	**425.848**	**0,98**	**3,65**	**0,81**											
29	BA	291360	Ilhéus (BA)	5	131.454	0,39	223.750	0,54	242.445	0,56	4,95	1,62	91,1	131	131	AU-Ilh	AUNM-3	15,1	25,4	21,6	8,9	15,4	C
29	BA	291480	Itabuna (BA)	6	144.201	0,43	185.277	0,45	183.403	0,42	2,30	-0,20	64,8	317	412	AU-Ilh	AUNM-3	11,8	19,1	13,6	35,2	13,9	C

Continua

TABELA A.4

REGIÃO NORDESTE – CLASSIFICAÇÃO E INDICADORES DA REDE URBANA (1980/91/96)

Continuação

Cód. UF	UF	Cód. Mun.	Município	Regic	População Total 1980 Nº	1980 %	1991 Nº	1991 %	1996 Nº	1996 %	Taxa Anual de Crescimento da População 1980-91	1991-96	% PEA URB	Densidade 1991	Densidade 1996	Hierarquia IBGE 1991	Hierarquia Rede	% PEA Adm.	% PEA Serv.	% PEA Merc.	% PEA Agrop.	% PEA Ind.	
			ORDEM 3		1.185.268	3,50	1.582.614	3,83	1.772.627	4,07	2,66	2,29											
			Aglom. Urb. Não-Metrop. de Caruaru		181.148	0,53	228.604	0,55	250.444	0,58	2,14	1,84											
26	PE	260410	Caruaru (PE)	7	172.532	0,51	213.697	0,52	231.989	0,53	1,96	1,66	88,7	228	249	AU-Caru	AUNM-3	10,9	21,9	25,5	11,3	20,8	C
26	PE	261540	Toritama (PE)	1	8.616	0,03	14 907	0,04	18.455	0,04	5,11	4,36	93,4	425	527	AU-Caru	AUNM-3	13,8	30,0	12,1	6,6	41,5	A
			Aglom. Urb. Não-Metrop. de Petrolina		198.699	0,59	304.173	0,74	363.303	0,83	3,95	3,62											
26	PE	261110	Petrolina (PE)	6	104.300	0,31	175.406	0,42	191.238	0,44	4,84	1,74	68,1	29	40	AU-Petro	AUNM-3	11,2	15,8	15,4	31,9	16,3	C
29	BA	291840	Juazeiro (BA)	5	94.399	0,28	128.767	0,31	172.065	0,40	2,86	5,97	73,8	23	27	AU-Petro	AUNM-3	10,3	16,7	16,0	26,2	19,3	C
			Aglom. Urb. Não-Metrop. de Juazeiro do Norte		247.259	0,73	302.515	0,73	328.240	0,75	1,85	1,65											
23	CE	230730	Juazeiro do Norte (CE)	6	135.616	0,40	173.566	0,42	189.423	0,44	2,27	1,76	91,1	791	805	AU-JuaNort	AUNM-3	10,6	21,9	25,6	8,9	22,8	C
23	CE	230420	Crato (CE)	5	80.677	0,24	90.519	0,22	95.521	0,22	1,05	1,08	75,6	88	86	AU-JuaNort	AUNM-3	9,2	19,1	13,8	24,4	18,1	C
23	CE	230190	Barbalha (CE)	4	30.966	0,09	38.430	0,09	43.296	0,10	1,98	2,41	70,9	77	96	AU-JuaNort	AUNM-3	8,6	13,0	7,6	29,1	27,9	B
			Aglom. Urb. Não-Metrop. de Teixeira de Freitas		116.372	0,34	190.753	0,46	247.451	0,57	4,60	5,34											
29	BA	293135	Teixeira de Freitas (BA)	5	51.815	0,15	85.547	0,21	96.512	0,22	4,66	2,44	73,8	79	83	AU-Teix Freit	AUNM-3	3,1	22,3	17,3	26,2	16,8	C
29	BA	291072	Eunápolis (BA)	4	48.309	0,14	70.545	0,17	85.982	0,20	3,50	4,04	77,4	59	72	AU-Teix Freit	AUNM-3	2,6	23,4	18,8	22,6	16,9	C
29	BA	292530	Porto Seguro (BA)	2	16.248	0,05	34 661	0,08	64.957	0,15	7,13	13,39	71,8	14	27	AU-Teix Freit	AUNM-3	2,1	30,2	10,2	28,2	15,3	B
			Aglom. Urb. Não-Metrop. de Santo Antonio de Jesus		158.114	0,47	190.303	0,46	203.006	0,47	1,70	1,30											
29	BA	292870	Santo Antonio de Jesus (BA)	5	46.666	0,14	64.331	0,16	71.932	0,17	2,96	2,26	84,1	255	284	AU-St.Jesus	AUNM-3	4,5	21,9	19,8	15,9	17,5	C
29	BA	292860	Santo Amaro (BA)	3	50.500	0,15	54 160	0,13	56.339	0,13	0,64	0,79	76,7	121	108	AU-St.Jesus	AUNM-3	4,5	16,8	12,8	23,3	25,9	B
29	BA	290980	Cruz das Almas (BA)	4	37.352	0,11	45.858	0,11	49 629	0,11	1,88	1,59	75,3	319	285	AU-St.Jesus	AUNM-3	3,7	18,3	13,9	24,7	22,3	B
29	BA	292250	Nazaré (BA)	1	23.596	0,07	25 954	0,06	25.106	0,06	0,87	-0,66	72,6	116	98	AU-St.Jesus	AUNM-3	5,2	18,8	14,0	27,4	16,4	B
			Aglom. Urb. Não-Metrop. de Sousa e Cajazeiras		119.322	0,35	130.408	0,32	129.307	0,30	0,81	-0,17											
25	PB	251620	Sousa (PB)	5	72.883	0,21	79.135	0,19	77 911	0,18	0,75	-0,31	66,5	58	60	CR	CR-2	8,5	14,9	13,1	33,5	14,2	C
25	PB	250370	Cajazeiras (PB)	5	46.439	0,14	51 273	0,12	51.396	0,12	0,90	0,05	74,1	99	90	CR	CR-3	11,6	16,3	16,2	25,9	15,3	B
			Aglom. Urb. Não-Metrop. de Mossoró e Açú		164.354	0,48	235.858	0,57	250.876	0,58													
24	RN	240800	Mossoró (RN)	5	130.950	0,39	192 267	0,46	205.822	0,47	3,55	1,37	92,2	91	97	CR	CR-1	12,5	21,1	17,0	7,8	25,2	C
24	RN	240020	Açu (RN)	4	33.404	0,10	43.591	0,11	45.054	0,10	2,45	0,66	70,9	34	35	NT		10,3	16,8	16,7	29,1	19,2	B
	GRUPO 3		CENTROS URBANOS REGIONAIS		5.194.400	15,32	6.288.916	15,21	6.415.219	14,73	1,75	0,40											
			ORDEM 1		1.383.054	4,08	1.829.386	4,42	1.936.924	4,45	2,58	1,15											
21	MA	210530	Imperatriz (MA)	6	169.804	0,50	276.502	0,67	274.104	0,63	4,53	-0,17	79,7	47	45	CR	CR-1	11,4	19,8	19,7	20,3	19,8	C
23	CE	231290	Sobral (CE)	6	103.772	0,31	127.489	0,31	138.565	0,32	1,89	1,68	83,6	77	65	CR	CR-1	8,7	20,2	17,5	16,4	25,7	C
29	BA	293330	Vitória da Conquista (BA)	5	170.624	0,50	225.091	0,54	242.155	0,56	2,55	1,47	81,5	60	75	CR	CR-1	11,9	23,6	19,4	18,5	17,8	C
27	AL	270030	Arapiraca (AL)	5	124.477	0,37	164.921	0,40	173.339	0,40	2,59	1,00	69,1	451	471	CR	CR-1	10,9	14,0	19,8	30,9	13,7	C
29	BA	291800	Jequié (BA)	5	116.868	0,34	144 772	0,35	165.345	0,38	1,97	2,69	76,4	46	54	CR	CR-1	11,8	18,7	16,6	23,6	19,4	C
22	PI	220770	Parnaíba (PI)	5	102.181	0,30	127 929	0,31	131.885	0,30	2,06	0,61	85,4	122	238	CR	CR-1	10,0	24,7	17,3	14,6	19,0	C
29	BA	290070	Alagoinhas (BA)	5	96.538	0,28	116.894	0,28	122 838	0,28	1,75	1,00	87,1	153	167	CR	CR-1	9,9	19,8	18,3	12,9	22,8	C
26	PE	260600	Garanhus (PE)	5	87.038	0,26	103.341	0,25	110 084	0,25	1,57	1,27	82,2	227	235	CR	CR-1	14,3	20,9	19,0	17,8	18,5	C
29	BA	290320	Barreiras (BA)	5	41.462	0,12	92.640	0,22	113.695	0,26	7,58	4,18	77,2	9	10	CR	CR-1	12,5	21,9	14,9	22,8	18,6	C
25	PB	251080	Patos (PB)	5	65.160	0,19	81 298	0,20	86.036	0,20	2,03	1,14	90,9	195	169	CR	CR-1	11,6	21,0	21,0	9,1	21,6	C
22	PI	220800	Picos (PI)	5	64 860	0,19	78.409	0,19	76.194	0,17	1,74	-0,57	63,4	42	46	CR	CR-1	9,4	13,6	14,3	36,6	11,8	C
29	BA	291750	Jacobina (BA)	5	59 415	0,18	76.518	0,19	85.556	0,20	2,33	2,26	61,8	37	37	CR	CR-1	8,5	17,1	13,1	38,2	16,4	C

Continua

TABELA A.4

REGIÃO NORDESTE – CLASSIFICAÇÃO E INDICADORES DA REDE URBANA (1980/91/96)

Continuação

Cód. UF	UF	Cód. Mun.	Município	Regic	População Total 1980 Nº	1980 %	1991 Nº	1991 %	1996 Nº	1996 %	Taxa Anual de Crescimento da População 1980-91	1991-96	% PEA URB	Densidade 1991	Densidade 1996	Hierarquia IBGE 1991	Hierarquia Rede	% PEA Adm.	% PEA Serv.	% PEA Merc.	% PEA Agrop.	% PEA Ind.	Cluster CO
23	CE	230550	Iguatu (CE)	5	68.169	0,20	75.649	0,18	78.220	0,18	0,95	0,67	65,6	73	73	CR	CR-1	10,5	19,0	15,8	34,4	12,6	C
26	PE	261390	Serra Talhada (PE)	5	67.166	0,20	72.341	0,17	70.305	0,16	0,68	-0,57	62,4	24	24	CR	CR-1	10,4	14,4	13,5	37,6	14,4	C
29	BA	291170	Guanambi (BA)	5	45.520	0,13	65.592	0,16	68.603	0,16	3,38	0,90	61,2	51	54	CR	CR-1	9,4	16,2	12,6	38,8	16,3	C
			ORDEM 2		2.387.402	7,04	2.823.163	6,83	2.856.026	6,56	1,54	0,23											
21	MA	210300	Caxias (MA)	5	125.507	0,37	145.725	0,35	146.045	0,34	1,37	0,04	48,9	20	22	CR	CR-1	4,9	11,9	9,5	51,1	12,3	C
26	PE	261640	Vitória de Santo Antão (PE)	4	93.203	0,27	106.848	0,26	110.888	0,25	1,25	0,75	78,5	311	321	CR	CR-2	10,5	18,9	21,3	21,5	19,2	C
21	MA	210120	Bacabal (MA)	5	81.373	0,24	98.793	0,24	104.838	0,24	1,78	1,19	59,5	61	60	CR	CR-1	7,1	14,1	14,0	40,5	14,2	C
29	BA	292400	Paulo Afonso (BA)	4	71.131	0,21	86.619	0,21	93.609	0,21	1,81	1,56	84,5	85	55	CR	CR-2	9,8	20,7	14,0	15,5	30,6	C
21	MA	210005	Açailândia (MA)	1	50.291	0,15	83.820	0,20	102.609	0,24	4,75	4,13	65,1	11	13	CR	CR-3	7,7	12,5	13,1	34,9	26,7	C
29	BA	293010	Senhor do Bonfim (BA)	4	55.311	0,16	83.421	0,20	84.752	0,19	3,81	0,32	67,0	74	103	CR	CR-2	7,7	15,5	17,2	33,0	15,0	C
27	AL	270630	Palmeira dos Índios (AL)	4	66.919	0,20	77.204	0,19	67.689	0,16	1,31	-2,60	63,2	120	146	CR	CR-2	6,6	13,7	15,3	36,8	12,1	C
29	BA	293050	Serrinha (BA)	4	57.477	0,17	76.013	0,18	78.810	0,18	2,57	0,73	64,6	98	97	CR	CR-2	7,0	15,3	10,3	35,4	18,3	C
22	PI	220220	Campo Maior (PI)	3	67.700	0,20	72.258	0,17	59.300	0,14	0,59	-3,88	54,5	18	18	CR	CR-2	4,8	12,0	11,0	45,5	13,0	C
23	CE	231130	Quixadá (CE)	4	71.423	0,21	72.224	0,17	64.442	0,15	0,10	-2,25	58,7	25	31	CR	CR-2	9,6	16,3	12,8	41,3	12,5	C
28	SE	280350	Lagarto (SE)	4	58.320	0,17	72.144	0,17	75.316	0,17	1,95	0,86	52,0	77	78	CR	CR-2	7,6	15,5	9,8	48,0	13,9	C
26	PE	261450	Surubim (PE)	3	61.023	0,18	67.572	0,16	59.021	0,14	0,93	-2,67	59,7	153	164	CR	CR-2	5,9	10,9	12,8	40,3	18,1	C
29	BA	293290	Valença (BA)	3	53.491	0,16	66.931	0,16	74.661	0,17	2,06	2,21	60,9	52	62	CR	CR-2	8,7	15,8	13,0	39,1	15,5	C
23	CE	230410	Crateús (CE)	4	65.865	0,19	66.652	0,16	65.229	0,15	0,11	-0,43	57,6	24	23	CR	CR-2	7,2	16,0	11,5	42,4	12,6	C
26	PE	260400	Carpina (PE)	3	57.346	0,17	66.078	0,16	55.060	0,13	1,30	-3,58	81,3	333	358	CR	CR-2	8,8	19,1	16,5	18,7	24,1	C
28	SE	280290	Itabaiana (SE)	2	52.596	0,16	64.838	0,16	72.207	0,17	1,92	2,18	70,0	192	128	CR	CR-3	8,4	18,6	19,1	30,0	14,2	C
21	MA	210990	Santa Inês (MA)	1	49.449	0,15	64.713	0,16	68.942	0,16	2,48	1,27	77,6	84	202	CR	CR-3	9,8	16,4	22,6	22,4	17,4	C
29	BA	291560	Itamaraju (BA)	3	63.714	0,19	64.308	0,16	62.406	0,14	0,08	-0,60	62,0	48	26	CR	CR-2	2,6	16,8	15,7	38,0	15,3	C
26	PE	260620	Goiana (PE)	3	57.809	0,17	64.150	0,16	67.242	0,15	0,95	0,95	77,4	131	136	CR	CR-2	9,2	14,6	14,4	22,6	30,3	C
22	PI	220840	Piripiri (PI)	3	55.093	0,16	63.162	0,15	59.921	0,14	1,25	-1,05	60,9	38	45	CR	CR-2	5,6	14,9	11,5	39,1	15,2	B
,,,,	PE	260640	Gravatá (PE)	1	52.501	0,15	61.485	0,15	61.631	0,14	1,45	0,05	63,6	127	125	CR	CR-3	8,2	16,2	15,5	36,4	17,6	B
23	CE	230110	Aracati (CE)	2	50.495	0,15	60.687	0,15	56.978	0,13	1,69	-1,25	67,4	41	45	CR	CR-3	5,8	14,4	11,7	32,6	27,8	B
26	PE	260170	Belo Jardim (PE)	2	51.711	0,15	60.658	0,15	67.485	0,15	1,46	2,16	66,3	93	103	CR	CR-3	6,7	12,3	14,8	33,7	21,7	B
26	PE	261000	Palmares (PE)	5	58.431	0,17	57.731	0,14	56.439	0,13	-0,11	-0,45	67,0	153	150	CR	CR-1	8,2	13,6	16,2	33,0	18,8	B
26	PE	261090	Pesqueira (PE)	2	52.281	0,15	57.622	0,14	55.954	0,13	0,89	-0,59	68,9	55	54	CR	CR-3	7,7	13,4	10,0	31,1	29,5	B
27	AL	270930	União dos Palmares (AL)	3	52.711	0,16	57.425	0,14	54.799	0,13	0,78	-0,93	52,8	138	127	CR	CR-2	6,9	12,1	10,4	47,2	11,9	B
26	PE	261530	Timbaúba (PE)	4	54.504	0,16	57.256	0,14	56.554	0,13	0,45	-0,25	73,2	169	176	CR	CR-2	9,5	17,9	16,8	26,8	23,7	B
29	BA	290460	Brumado (BA)	3	46.757	0,14	57.176	0,14	62.271	0,14	1,85	1,72	65,7	22	29	CR	CR-2	6,8	17,1	12,0	34,3	19,1	B
26	PE	260520	Escada (PE)	2	53.172	0,16	55.841	0,14	57.374	0,13	0,45	0,54	64,5	162	164	CR	CR-3	7,3	11,0	9,0	35,5	31,6	B
26	PE	260120	Arcoverde (PE)	5	47.208	0,14	55.776	0,13	58.722	0,13	1,53	1,03	88,2	162	154	CR	CR-1	13,5	21,1	20,5	11,8	17,4	B
26	PE	260890	Limoeiro (PE)	4	57.174	0,17	54.860	0,13	55.916	0,13	-0,37	0,38	76,9	188	201	CR	CR-2	9,8	16,7	18,9	23,1	20,7	B
28	SE	280210	Estância (SE)	3	36.833	0,11	53.869	0,13	56.749	0,13	3,52	1,05	78,8	83	87	CR	CR-2	9,2	18,2	12,9	21,2	28,7	B
29	BA	291470	Itaberaba (BA)	4	45.243	0,13	53.742	0,13	56.381	0,13	1,58	0,96	65,0	26	24	CR	CR-2	7,7	17,8	11,6	35,0	15,0	B
29	BA	291640	Itapetinga (BA)	3	47.417	0,14	53.476	0,13	54.279	0,12	1,10	0,30	82,8	36	34	CR	CR-2	8,5	25,2	18,7	17,2	19,2	B
29	BA	290840	Conceição do Coité (BA)	3	41.427	0,12	52.338	0,13	51.960	0,12	2,15	-0,14	48,8	63	48	CR	CR-2	6,7	12,7	8,4	51,2	14,1	B
27	AL	270670	Penedo (AL)	4	36.672	0,11	52.245	0,13	54.390	0,12	3,27	0,81	73,1	77	79	CR	CR-2	8,7	17,2	12,0	26,9	19,2	B
26	PE	260190	Bezerros (PE)	1	48.825	0,14	52.134	0,13	52.432	0,12	0,60	0,11	58,3	96	96	CR	CR-3	7,5	12,1	11,3	41,7	16,9	B
22	PI	220390	Floriano (PI)	5	43.137	0,13	51.494	0,12	52.222	0,12	1,62	0,28	81,5	14	15	CR	CR-1	12,0	22,5	15,5	18,5	15,2	B
23	CE	230260	Camocim (CE)	2	36.492	0,11	51.035	0,12	51.533	0,12	3,10	0,19	53,5	45	45	CR	CR-3	4,0	13,4	11,7	46,5	12,9	B
29	BA	291460	Irecê (BA)	4	30.098	0,09	50.908	0,12	52.267	0,12	4,89	0,53	75,0	201	155	CR	CR-2	11,4	20,4	23,4	25,0	11,8	B
27	AL	270860	São Miguel dos Campos (AL)	2	40.706	0,12	50.689	0,12	49.504	0,11	2,01	-0,47	68,4	75	75	CR	CR-3	8,8	12,0	8,5	31,6	30,1	B
24	RN	240200	Caicó (RN)	5	40.028	0,12	50.640	0,12	52.019	0,12	2,16	0,54	84,1	42	43	CR	CR-1	9,6	23,3	15,4	15,9	17,0	B
21	MA	210820	Pedreiras (MA)	3	48.538	0,14	50.603	0,12	55.180	0,13	0,38	1,75	62,5	62	63	CR	CR-2	6,4	15,6	15,4	37,5	14,7	B

Continua

TABELA A.4
REGIÃO NORDESTE – CLASSIFICAÇÃO E INDICADORES DA REDE URBANA (1980/91/96)

Conclusão

Cód. UF	UF	Cód. Mun.	Município	Regic	População Total 1980 N°	1980 %	1991 N°	1991 %	1996 N°	1996 %	Taxa Anual de Crescimento da População 1980-91	1991-96	% PEA URB	Densidade 1991	Densidade 1996	Hierarquia IBGE 1991	Hierarquia Rede	% PEA Adm.	% PEA Serv.	% PEA Merc.	% PEA Agrop.	% PEA Ind.	Cluster CO
			ORDEM 3		**1.423944**	**4,20**	**1.636.367**	**3,96**	**1.622269**	**3,73**	**1,27**	**-0,17**											
21	MA	211000	Santa Luzia (MA)	2	82 601	0,24	116.525	0,28	121 823	0,28	3,18	0,89	23,8	10	9	CR	CR-3	1,4	5,2	5,5	76,2	7,2	C
21	MA	210330	Codó (MA)	1	108.965	0,32	111 967	0,27	110.292	0,25	0,25	-0,30	37,3	24	22	CR	CR-3	4,0	9,6	6,2	62,7	10,9	C
21	MA	210160	Barra do Corda (MA)	1	76.672	0,23	90.820	0,22	86.575	0,20	1,55	-0,95	29,9	6	7	CR	CR-3	4,0	7,6	5,6	70,1	6,0	C
21	MA	210860	Pinheiro (MA)	3	68.640	0,20	82.432	0,20	87 449	0,20	1,68	1,19	36,8	22	23	CR	CR-2	4,7	8,4	8,0	63,2	8,6	C
23	CE	230640	Itapipoca (CE)	3	69 377	0,20	77.263	0,19	80 249	0,18	0,98	0,76	47,0	49	67	CR	CR-2	4,6	12,1	9,3	53,0	12,1	C
26	PE	260990	Ouncuri (PE)	2	63 948	0,19	73 526	0,18	58 288	0,13	1,28	-4,54	29,8	16	18	CR	CR-3	4,0	5,5	6,9	70,2	7,5	C
21	MA	210360	Coroatá (MA)	2	66.916	0,20	70.360	0,17	74 130	0,17	0,46	1,05	34,0	23	26	CR	CR-3	3,6	6,8	7,4	66,0	8,2	B
29	BA	291400	Ipirá (BA)	3	57 862	0,17	62 672	0,15	62.712	0,14	0,73	0,01	39,8	18	21	CR	CR-2	4,9	9,8	7,3	60,2	10,5	B
29	BA	290600	Campo Formoso (BA)	1	48 918	0,14	62 104	0,15	59 331	0,14	2,19	-0,91	39,3	9	9	CR	CR-3	5,7	8,5	5,0	60,7	15,8	B
23	CE	230280	Canindé (CE)	2	58 180	0,17	61 827	0,15	65 818	0,15	0,55	1,26	49,2	21	21	CR	CR-3	6,0	15,0	9,7	50,8	9,3	B
26	PE	260110	Araripina (PE)	4	47 908	0,14	60.585	0,15	63 841	0,15	2,16	1,05	45,1	30	33	CR	CR-2	7,0	9,9	8,6	54,9	13,7	B
23	CE	230540	Icó (CE)	2	53 344	0,16	60 466	0,15	58.316	0,13	1,15	-0,72	38,5	31	30	CR	CR-3	7,1	9,7	6,4	61,5	9,6	B
23	CE	231140	Quixeramobim (CE)	2	55 075	0,16	59 100	0,14	56.697	0,13	0,64	-0,83	41,6	18	17	CR	CR-3	4,5	11,7	6,9	58,4	9,7	B
23	CE	230870	Morada Nova (CE)	1	55.200	0,16	58 912	0,14	60 426	0,14	0,59	0,51	45,0	18	22	CR	CR-3	6,8	10,5	7,4	55,0	11,5	B
25	PB	251530	Sapé (PB)	2	50.898	0,15	58.515	0,14	57 061	0,13	1,28	-0,50	49,1	133	130	CR	CR-3	6,5	12,9	11,3	50,9	11,7	B
21	MA	211400	Zé Doca (MA)	1	46.517	0,14	58 012	0,14	61 851	0,14	2,03	1,29	39,3	14	15	CR	CR-3	4,1	8,4	10,5	60,7	11,0	B
21	MA	210320	Chapadinha (MA)	4	52 638	0,16	56.862	0,14	59 521	0,14	0,70	0,92	32,6	16	18	CR	CR-2	2,8	7,5	7,9	67,4	7,9	B
21	MA	210480	Grajaú (MA)	1	46.368	0,14	54 403	0,13	56 374	0,13	1,46	0,71	26,3	4	4	CR	CR-3	3,7	5,8	4,4	73,7	5,7	B
21	MA	210550	João Lisboa (MA)	1	41 961	0,12	53 249	0,13	52 190	0,12	2,19	-0,40	27,9	26	20	CR	CR-3	4,5	6,0	4,2	72,1	8,4	B
22	PI	220700	Oeiras (PI)	2	47.315	0,14	51 891	0,13	37.502	0,09	0,84	-6,29	33,5	10	11	CR	CR-3	3,8	9,5	5,2	66,5	6,2	B
29	BA	291070	Euclides da Cunha (BA)	2	41 700	0,12	51 812	0,13	50.213	0,12	1,99	-0,62	34,5	23	21	CR	CR-3	5,1	10,3	5,5	65,5	8,4	B
23	CE	231330	Tauá (CE)	3	46 673	0,14	51 339	0,12	50 258	0,12	0,87	-0,42	38,5	12	13	CR	CR-2	7,7	8,9	8,0	61,5	7,4	B
29	BA	292150	Monte Santo (BA)	1	42 182	0,12	51 280	0,12	52.551	0,12	1,79	0,49	15,1	16	16	CR	CR-3	1,5	3,6	1,7	84,9	3,6	B
21	MA	211290	Vitória do Mearim (MA)	1	50 409	0,15	50 294	0,12	54 718	0,13	-0,02	1,70	25,1	28	24	CR	CR-3	2,3	4,7	4,6	74,9	6,8	B
22	PI	220120	Barras (PI)	2	43 677	0,13	50.151	0,12	44 083	0,10	1,26	-2,55	31,0	19	21	CR	CR-3	5,9	6,7	4,8	69,0	7,6	B
			GRUPO 4 NOVAS TERRITORIALIDADES		**94.535**	**0,28**	**112.518**	**0,27**	**131.992**	**0,30**	**1,60**	**3,24**											
29	BA	291930	Lençóis (BA)	1	5 640	0,02	7 584	0,02	9 689	0,02	2,73	5,02	53,4	6	8			3,2	16,0	4,3	46,6	19,8	A
29	BA	290130	Andaraí (BA)	1	12.134	0,04	14 285	0,03	16 055	0,04	1,49	2,36	40,7	9	8			3,8	7,6	3,0	59,3	20,9	A
29	BA	292300	Nova Viçosa (BA)	1	18 587	0,05	25 570	0,06	27 323	0,06	2,94	1,34	57,6	19	21			5,8	17,1	9,4	42,4	18,8	B
29	BA	290690	Caravelas (BA)	1	19 676	0,06	19 763	0,05	18.669	0,04	0,04	-1,13	39,7	9	8			3,1	10,1	5,6	60,3	6,3	A
29	BA	292550	Prado (BA)	1	15 722	0,05	22.632	0,05	24 227	0,06	3,37	1,37	45,5	11	15			6,1	12,1	7,2	54,5	15,1	B
29	BA	290860	Conde (BA)	1	15 219	0,04	16 149	0,04	18 695	0,04	0,54	2,97	37,2	17	20			5,7	13,1	5,2	49,3	14,4	A
29	BA	292770	Santa Cruz Cabrália		7 557	0,02	6.535	0,02	17.334	0,04	-1,31	21,54	65,5	4	11			8,6	22,2	7,5	34,5	16,1	A
			GRUPO 5 DEMAIS NÚCLEOS URBANOS		**19.299.719**	**56,91**	**21.709.529**	**52,49**	**22.429.336**	**51,51**	**1,08**	**0,65**											

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996; e Regic 1993)

PARTE III

Região Centro-oeste

1 Introdução

Esta parte do estudo apresenta a caracterização e as tendências da rede urbana da região Centro-oeste do Brasil.

O trabalho compreende uma caracterização geral do Centro-oeste no período recente, tendo por referência as etapas de desenvolvimento da economia brasileira. Dado o caráter incipiente dos estudos sobre esse recorte espacial, foi necessário retroceder na análise para resgatar, no passado, as *amarrações* necessárias à compreensão de sua dinâmica recente. Em outras palavras, o tratamento analítico da situação recente só se tornou possível na medida em que se procedeu a essa recuperação histórica, de modo a captar os impactos e desdobramentos espaciais diferenciados das políticas nacionais e dos fenômenos socioeconômicos peculiares ao Centro-oeste.

Embora esse seja um procedimento comum em estudos de tal natureza, no caso de áreas como o Centro-oeste, ainda carentes, na literatura específica, de uma interpretação consagrada de seu processo de desenvolvimento e de suas implicações no plano urbano e regional, torna-se imprescindível esse trabalho mais minucioso de tentar restabelecer, analiticamente, os *links* históricos e espaciais.

A própria recuperação histórica possibilitou o reconhecimento de que, em se tratando do Centro-oeste, o período fundamental para a compreensão de sua dinâmica urbana presente não pode ficar restrito aos últimos 15 anos, pois foi nos anos 60/70 que se constituíram as bases para a introdução das frentes modernas de ocupação, que impactaram vigorosamente sua malha urbana. Por sua vez, esse período representa o corolário das transformações que tiveram início na década de 30, com as políticas nacionais de colonização, integração e interiorização da economia, capitaneadas pelo Estado brasileiro, e, ainda, com a implantação, pouco tempo depois, dos dois principais núcleos urbanos da região, que cumprem funções polares, respectivamente Goiânia e Brasília.

Ao proceder a esse movimento de reconstituição, procurou-se, na medida do possível, ir desvelando os nexos e as implicações mútuas entre o comportamento econômico regional e as transformações no sistema urbano, apontando para seus desdobramentos atuais. Ou seja, a par da identificação das determinações de ordem econômica, procurou-se levar em conta a especificidade da constituição do urbano regional e suas influências na espacialização produtiva, com vistas a não incorrer num determinismo unilateral que deduza as tendências de transformação do sistema urbano diretamente dos padrões de distribuição da atividade econômica no espaço. Dessa perspectiva, a urbanização foi entendida, no seu desenrolar histórico, não apenas como resultado, mas, antes, como parte constitutiva dos determinantes da localização da atividade produtiva.

Esse procedimento – na verdade, o grande desafio da pesquisa – exigiu, além da exaustiva interpretação dos indicadores socioeconômicos disponíveis, o exame da constituição da base infra-estrutural sobre a qual se desenvolveu o processo de ocupação econômica. Como se sabe, em uma região com as características do Centro-oeste, com grandes áreas desocupadas e baixa densidade populacional, tanto o legado histórico como a base logística representaram vetores fundamentais na estruturação urbana e no processo de ocupação de novas áreas.

Feitas as mediações históricas e a descrição do desenvolvimento da base infra-estrutural, buscou-se a caracterização socioeconômica recente, procurando identificar os fluxos e as articulações mercantis, a localização e a diversificação das atividades produtivas e seus impactos demográficos e ocupacionais. Essa caracterização permitiu visualizar as implicações diferenciadas da dinâmica produtiva na organização social das cidades e, juntamente com os demais indicadores anexos, possibilitou a classificação e a hierarquização das suas aglomerações, com as respectivas centralidades e áreas de influência. O resultado dessa análise foi a apreensão da atual espacialidade do Centro-oeste, marcada pela heterogeneidade socioespacial intra-regional e pela concentração das funções urbanas em um número reduzido de núcleos.

Por fim, numa tentativa de prospecção, foram apresentadas as possíveis tendências vislumbradas dos projetos de intervenção estatais previstos para o conjunto dessa área, seus impactos diferenciados no plano econômico regional e as implicações na divisão socioespacial das funções urbanas dos núcleos e aglomerados humanos centro-estinos.

Em suma, mesmo com suas deficiências (em parte devidas à insuficiência de dados atualizados, confiáveis e adequados para caracterizar a realidade socioeconômica), este trabalho possibilita entender a configuração urbana e regional do Centro-oeste, tendo por referência as recentes transformações em sua base produtiva, à qual tem sido atribuído um papel, nas relações internacionais, cada vez mais destacado. O Centro-oeste tem sido o repositório das expectativas de novas oportunidades de investimentos e de um desempenho econômico *redentor*, menos pela preocupação com seus próprios problemas e carências sociais e desafios ambientais, e mais no intuito de aí encontrar a solução para as atuais vicissitudes das contas externas brasileiras.

1.1 Objeto

O Centro-oeste, macroespaço que compreende 18,8% do território nacional e concentra 6,7% da população do país (10,5 milhões de habitantes em 1996), constitui exemplo típico de região de fronteira que se consolida como área de moderna produção agroindustrial, após a transformação de sua base produtiva, impulsionada por forte ação estatal. Composto em sua maior parte de áreas de cerrado, mas abrangendo também a depressão do Pantanal, a oeste, e a floresta Amazônica, ao norte, o Centro-oeste é formado pelos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás, além de sediar o Distrito Federal.

Para os propósitos deste trabalho, que busca compreender a relação entre processos socioeconômicos e configuração da rede urbana – e, para tanto, privilegia a lógica dos fluxos –, a análise da dinâmica socioeconômica leva obrigatoriamente a extravasar a divisão geopolítica convencional, ou seja, há que se buscar tanto sua complementaridade[1] à economia do Sul-Sudeste, como suas conexões com outras regiões e estados, especialmente aquelas interrelações mais evidentes, como é o caso de Rondônia e, sobretudo, do Triângulo Mineiro.

Além de partilhar vasta área de fronteiras internas com vários estados brasileiros, o Centro-oeste limita-se a oeste com o Paraguai e a Bolívia, ocupando lugar potencialmente estratégico no espaço econômico latino-americano, seja nas articulações com o Mercado Comum do Sul (Mercosul), seja em possíveis vias de escoamento futuro, por meio do Pacífico.

Fortemente influenciado pelas políticas de incentivo à modernização agrícola visando ao aproveitamento racional do cerrado, o Centro-oeste apresentou seu crescimento mais substancial nas décadas de 70 e 80, quando ali se implantaram importantes empresas agroindustriais, tanto de capitais nacionais como internacionais. Esse processo sucedeu e ao mesmo tempo esteve associado aos investimentos em infra-estrutura realizados pelo Estado brasileiro, responsáveis pela modernização das vias de transporte, energia e telecomunicações, e complementados pelos incentivos fiscais, crédito subsidiado e órgãos de apoio, sem os quais, dificilmente, o Centro-oeste teria sido palco de pujantes transformações em curto espaço de tempo.

Por essa razão, os desdobramentos do processo de expansão produtiva na organização socioespacial urbana só recentemente passaram a ser objeto de maior atenção, daí o porquê de os estudos sobre este recorte geográfico, dessa ótica, serem ainda relativamente escassos. Visto de outro prisma, a transformação no processo de ocupação econômica dos cerrados, empreendido nas últimas duas décadas, se ainda foi pouco estudada no que se refere ao seu impacto econômico no espaço do Centro-oeste brasileiro, menos atenção ainda foi dedicada às suas condições de sustentabilidade. Caracterizados previamente como áreas de vegetação pobre (em contraste com a exuberância das matas) e fertilidade natural baixa, os cerrados (ou savanas) foram ocupados pela agropecuária moderna, à qual foi conferida uma conotação eminentemente positiva, ou seja, como um processo que estaria colocando no lugar do preexistente algo melhor, seja em termos de paisagem, seja destacadamente em termos econômicos. Porém, de acordo com Shiki (1997, p. 5), a pesquisa e o deba-

[1] Conforme Cano (1995), Furtado (1962 e 1992), Guimarães Neto (1997) e Pacheco (1997).

te sobre as questões ambientais têm negligenciado o cerrado, ainda visto como "uma vitrine do modelo de modernização tecnológica bem-sucedido da Revolução Verde", cujos impactos ambientais e sociais não são nada desprezíveis, "podendo mesmo colocar em xeque o próprio modelo intensivo de desenvolvimento".

1.2 Objetivo e Metodologia

A economia do Centro-oeste passou, nas duas últimas décadas, a estar predominantemente baseada na pecuária extensiva de corte, de leite e na agricultura extensiva de alimentos básicos, acrescida de experiências isoladas de indústrias extrativas minerais. E, mais recentemente, na produção intensiva de milho e soja, sistemas produtivos responsáveis pela produção de matérias-primas para a agroindústria e produtos de exportação – grãos, carnes e minerais – e, nesse sentido, desencadeadores do próprio processo de agroindustrialização regional, empreendido por unidades modernas e de alta produtividade, com representativos impactos a montante e a jusante na economia. O resultado tem sido a transformação na base econômica primária do Centro-oeste, impulsionada pelos *linkages* promovidos nos setores secundário e terciário regionais.

A expansão econômica foi acompanhada por grandes fluxos migratórios, como apontam os estudos demográficos, gerando taxas de crescimento populacional superiores às médias nacionais, como será visto mais adiante. Contudo, não se tratava de uma área até então desocupada, ou um grande vazio, como é suposto freqüentemente. Em virtude do legado histórico, a região dispunha de núcleos e experiências de vida urbanas importantes, ainda que dispersas, tipificando uma ocupação descontínua e sustentada por uma base econômica tradicional, subproduto característico da atividade mineratória originária. Embora o adensamento do Centro-oeste não fosse significativo, a forma de ocupação pela pecuária extensiva e agricultura de subsistência, desdobrada da decadência mineratória – com seu regime de posse da terra e trabalhadores agregados –, representava uma relação socioeconômica com grande capacidade de resistência aos estímulos do mercado. Com isso, as transformações recentes em processo no Centro-oeste, inauguradas pela marcha modernizadora dos anos 70, devem ser analisadas tanto do ponto de vista da expropriação de camponeses e pequenos produtores e respectiva destruição das economias naturais existentes no campo como da perspectiva da resistência das bases socioeconômicas preexistentes, notadamente quando estas conseguiram reproduzir-se nas novas relações de produção.

Por essa razão, a análise da dinâmica recente do Centro-oeste necessita ser realizada à luz do processo histórico de ocupação socioeconômica e da espacialização da infra-estrutura, caminho imprescindível para resgatar as particularidades da configuração espacial da produção e, conseqüentemente, de sua tessitura urbana.

A diversidade da ocupação populacional e das respectivas bases produtivas do Centro-oeste remonta às especificidades do processo histórico de internalização das vias de transporte e da conseqüente integração de suas diferentes áreas à economia nacional. Conforme reconhecem Castro e Fonseca (1995, p. 47), existem

> peculiaridades em cada estado de grande interesse para a análise e, sobretudo, de profundas implicações para a política agroindustrial, agrícola, tributária e de incentivos federais e estaduais.

Nesse sentido, desde já emergem dois procedimentos analíticos para a compreensão do macroespaço do Centro-oeste brasileiro. Primeiro, o reconhecimento de que apenas a área delimitada pelos atuais estados de Mato Grosso e Goiás cumpriu um papel socioeconômico na etapa colonial. Mato Grosso do Sul (desmembrado do estado de Mato Grosso no ano de 1979)[2] e Distrito Federal (transferido na segunda metade da década de 50 para uma área até então do estado de Goiás) tiveram sua história ligada basicamente ao processo de formação do mercado interno da economia nacional. Segundo, como desdobramento do ponto anterior, o entendimento de que o Centro-oeste deve ser compreendido a partir da sua intrínseca diversidade, comportando no seu interior um conjunto de peculiaridades, que são expressão de distintas funções na divisão inter-regional do trabalho.

Portanto, enquanto região fisiográfica, o Centro-oeste, como um macroagregado político-administrativo, cumpre historicamente uma função geral complementar à economia do Sudeste e, por essa razão, encontra-se, no seu conjunto, submetido aos determinantes histórico-estruturais das dinâmicas econômicas nacional e internacional. Entretanto, no plano interno, emerge no Centro-oeste uma diversidade socioeconômica interestadual, e mesmo intra-estadual, que conforma uma gama variada de experiências e funções regionais e municipais, responsável pela emergência de um processo heterogêneo de adensamento populacional e de reprodução das desigualdades socioespaciais. Nesse sentido, apesar de vislumbrado como área de fronteira em expansão, as transformações recentes no Centro-oeste devem ser pensadas como novas relações que acontecem sobre um longo processo de conformação territorial, no qual a configuração urbana e o conjunto de investimentos fixos no espaço são parâmetros, em alguns

[2] O estado de Mato Grosso do Sul foi criado de direito em 11/10/1977 pela Lei complementar nº 31 e de fato em 1/1/1989 (Oliveira, 1993, p. 17).

casos decisivos, para as novas alternativas de localização da atividade econômica e crescimento populacional.

Com o objetivo de compreender e explicar essa diversidade regional e a morfologia das cidades da região, é mister pautar a análise pela combinação dialética entre o geral e o específico, tendo por referência não só as principais fases da economia nacional e a emergência de um mercado interno capitaneado pela economia paulista, mas também as fases de integração da economia nacional às condicionantes externas. Isso implica reconstruir e periodizar o cenário interno da macrorregião político-administrativa do Centro-oeste, na sua forma de inserção nas economias nacional e internacional, cujos desdobramentos internos conjugam-se às distintas experiências e condições particulares. Assim, como procedimento adotado, parte-se da caracterização dos fenômenos gerais para, em seguida, identificar seus desdobramentos particulares nas diversas frações do espaço centro-estino, em seus respectivos tempos.

Como proposto pela orientação geral deste estudo (Ipea/Nesur, 1998),

> ainda que a orientação geral seja de apreender a natureza estrutural das mudanças em curso, há que se deparar com uma realidade rapidamente cambiante e incorporar essas alterações ao quadro de análise. Para tanto, deve-se ter em mente que uma periodização dos fenômenos desta década precisa minimamente ditar-se pelas diversas conjunturas macroeconômicas, cujos traços fundamentais apontam para os seguintes recortes temporais: 1981 a 1983 – recessão; 1984 a 1986 – recuperação (exportações) e Plano Cruzado; 1987 a 1989 – inflação crônica/tentativas de estabilização; 1990 a 1992 – recessão/Plano Collor; 1993 a 1995 – Plano Real/estabilização e recuperação do nível de atividade. Esta periodização, contudo, não deve ser orientada apenas pelo recorte temporal das diversas conjunturas macroeconômicas. Primeiro, porque não há comportamento único para o Brasil e as trajetórias das economias regionais nem sempre são coincidentes, como revela o desempenho por vezes extraordinário do Centro-oeste nos anos 80. Segundo, porque a periodização precisa ser antes de tudo um resultado do esforço de interpretação: um elemento de definição de rupturas efetivas no processo em questão, ou seja, no desenho do sistema brasileiro. Nesse sentido, a mera existência de conjunturas não é, em si, uma justificativa para recortes temporais da análise, ainda que seja decisiva em localidades como as grandes metrópoles industriais do Sudeste do país.

A fim de cumprir esse procedimento analítico, a metodologia adotada pauta-se por dupla referência: pelo recorte territorial previamente definido como objeto de estudo, representado pelo agregado político-administrativo do Centro-oeste e respectivos territórios das unidades da Federação componentes; e pela menor unidade territorial de análise, o município, cuja dinâmica socioprodutiva representa o embrião das estruturas funcionais características de diversas estruturas produtivas e inserções regionais, não necessariamente limitadas pela rigidez dos territórios estaduais. Portanto, o estudo está limitado à rede de cidades do Centro-oeste, embora para compreender sua estrutura e funções deva-se examiná-las à luz dos seus processos de integração na economia nacional e internacional.

O território municipal é a unidade que, metodologicamente, melhor permite compreender a rede de cidades, suas inter-relações e diferenciações funcionais, cuja configuração desdobra-se em peculiaridades da estrutura produtiva e, conseqüentemente, em recortes analíticos regionais. Assim, com base nas cidades-pólo (núcleos de sistemas produtivos regionais), podem-se identificar os eixos e o sentido principal dos fluxos socioeconômicos e a própria diversidade regional intra e interestadual. Entretanto, dada a amplitude do trabalho, torna-se necessário recorrer a uma escala de análise adequada, que permita responder aos desdobramentos espaciais do desempenho econômico recente. Nesse sentido, a escala padrão utilizada para as tabulações será a mesorregião.

A vantagem operacional desse procedimento de agregação da unidade espacial de análise é facilitar a construção das tabulações necessárias, bem como homogeneizar os critérios adotados para as diferentes regiões fisiográficas, além de utilizar uma divisão territorial de cunho oficial. O risco é assumir a possível dubiedade das informações agregadas por micro ou mesorregião, posto que podem representar produtos de somatórios de realidades heterogêneas e desprovidas de elos processuais de formação, transformadas em indicadores médios quando tomados do ponto de vista agregado. No caso das metrópoles e cidades-pólo, contudo, é importante adotar a divisão territorial mais específica (município, aglomerado urbano ou região metropolitana), que diferencie o comportamento da cidade nuclear da sua respectiva área de influência ou polarização.

Dada a dispersão e o número relativamente reduzido de municípios no Centro-oeste, foram adotados os seguintes passos como procedimento analítico:

- tabulação dos principais indicadores socioeconômicos por estado e mesorregião;
- identificação das cidades com características polarizadoras, por meio do estudo das regiões de influência das cidades – IBGE (1987) e Regic/IBGE (1993) –, das classes de tamanho de cidades por região – *Cluster*/Nesur/IE/Unicamp (1991) – e do *índice de terciarização* elaborado pelo Núcleo de Desenvolvimento Regional (Nedru) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com base nos censos de 1980/85;
- regionalização dos sistemas nucleados por essas cidades, mesmo quando extrapolem o recorte político-administrativo;
- identificação das áreas polarizadas por cidades externas à região;
- classificação e caracterização das cidades-pólo e do conjunto de seu sistema; e
- análise das mudanças em curso e de suas possíveis re-

percussões no sistema urbano do Centro-oeste e em suas configurações socioeconômicas.

Feitas estas considerações metodológicas, é mister reconhecer que o ponto de partida para compreender a atual rede de cidades do Centro-oeste, dada a recente transformação na base social (intensa absorção de população) e econômica (modernização da agropecuária), deve necessariamente retroceder ao legado da mineração colonial, seus determinantes naturais, sua particular organização socioeconômica (condicionada aos interesses da administração metropolitana) e sua importância relativa no processo mais geral de exploração mineral.

2 Caracterização da Economia Regional

Diferentemente de outras regiões brasileiras, os resquícios do passado colonial adentraram o século XX em algumas áreas do Centro-oeste, condicionando a atual estrutura espacial em transformação. Como já retratado pela literatura, a mineração no Centro-oeste foi de proporções bem menores do que no epicentro das Minas Gerais, atraindo um contingente proporcionalmente menor e menos qualificado de exploradores; foi basicamente de aluvião, associando baixa longevidade com reduzidas imobilizações de capital fixo; foi bastante pulverizada pelos estados de Goiás e Mato Grosso, implicando dificuldades de controle administrativo por parte da metrópole e proliferação de um grande e desarticulado número de núcleos populacionais[3].

No caso do então Mato Grosso, os desdobramentos socioeconômicos posteriores reafirmaram Cuiabá como eixo econômico do estado. Em Goiás ocorreu um deslocamento do eixo socioeconômico desse estado, quase dois séculos depois do início da mineração e um século após seu letárgico declínio: por obra da intervenção direta dos poderes públicos, implantou-se em local praticamente desocupado a nova sede administrativa do estado – a cidade planejada de Goiânia – na década de 30[4].

2.1 Formação Econômica e Social

Tomando por base os dois principais núcleos socioeconômicos e de administração metropolitana, nas províncias de Goiás e Mato Grosso, desde meados do século XVIII, torna-se possível realizar uma primeira caracterização da organização espacial da ocupação do Centro-oeste. Percebe-se que as áreas centrais de Mato Grosso e Goiás, nucleadas, ainda que fragilmente, pelas cidades de Cuiabá, Vila Bela e Goiás, estabeleceram relações socioeconômicas com o Sudeste, desde o início, de forma subordinada e complementar.

Em Goiás e Mato Grosso, a atividade mineradora foi acompanhada pela pecuária bovina e muar e pela pequena lavoura de subsistência, que se expandiu com ela e lhe serviu de suporte. Diferentemente da mineração, as fazendas de gado espraiam-se contiguamente, a partir de um ponto de irradiação que pode ser um centro minerador ou um núcleo agrícola: essa é a forma característica de ocupação que a pecuária engendra. Lembra Simonsen (1958, p. 150) que a criação de gado foi

> um decidido apoio à mineração, fixador do povoamento no interior e objeto de grandes correntes de comércio que se estabeleceram dentro do país,

contribuindo decisivamente para criar elos entre as distintas regiões brasileiras. Dessa forma, a mineração, na origem, promoveu o surgimento dos primeiros povoamentos, vilas e cidades, impulsionados pelos próprios requerimentos da atividade mineradora, enquanto a pecuária foi um fator auxiliar na fixação dessa população[5].

No período que transcorre entre o esgotamento da exploração mineratória (fins do século XVIII) e a integração do mercado nacional (início do século XX), a economia do Centro-oeste foi bastante incipiente, mas já apontando algumas características intra e interestaduais diferenciadoras que merecem ser destacadas, pois ajudam a compreender as condições e os desdobramentos da própria integração complementar ao mercado nacional.

Em Goiás emergiu importante segmentação: a área central do estado, sede do governo e base principal da mineração, ficou à margem tanto das relações com o sul como com o norte, contribuindo decisivamente para a fragilização do núcleo histórico de acumulação do estado.

Na virada do século XIX para o século XX, Goiás apresentava uma configuração espacial bastante fragmentada. O norte do estado era fragilmente articulado à economia do Norte e Nordeste, chegando a se beneficiar dos estímulos provenientes do ciclo da borracha. O sudoeste do estado funcionando como um prolongamento da economia do Triângulo Mineiro. O centro-oeste do estado, sede da capital, isolado dos estímulos mercantis, apresentando relações sociais de produção pré-capitalistas,

[3] Uma descrição mais detalhada da formação histórica do Centro-oeste pode ser encontrada em Guimarães e Leme (1998).

[4] Evento semelhante havia sido produzido em Minas Gerais, em fins do século XIX, com o deslocamento da capital de Ouro Preto, epicentro da mineração, para a cidade planejada de Belo Horizonte.

[5] Vários autores trataram da formação econômica do Brasil, dentre eles se destacam: Prado Júnior (1965), Furtado (1962), Cano (1995) e Castro (1975).

assentadas na força econômica e política da pecuária extensiva tradicional. E, por fim, o sudeste do estado, zona de maior dinamismo econômico, nucleada pelo entreposto de Meia Ponte (hoje Pirenópolis), principal via de comunicação com Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Nordeste brasileiro.

No caso de Mato Grosso, desde o início ocorreu um isolamento entre o norte e o sul. Este último, onde a atividade mineratória era praticamente inexistente, foi sendo lentamente povoado, um processo puxado pelas atividades extrativas (madeira e erva-mate) e pela pecuária extensiva. O centro-norte, sede da administração, ocupado pela mineração, passou por lenta involução econômica e social, cristalizada na pecuária extensiva secular.

Assim, quando ocorre, em meados do século XIX, a formação do complexo cafeeiro paulista[6], como embrião de um mercado nacional, e a conseqüente subordinação das diversas particularidades regionais ao comando da cafeicultura paulista, o Centro-oeste já havia acumulado longa experiência de ocupação econômica, justificada precocemente pela mineração e, posteriormente, pela pecuária extensiva e lavoura de subsistência. Excetuando o território do atual Mato Grosso do Sul, relativamente desocupado e aberto aos estímulos da economia paulista, nas demais áreas os impulsos da dinâmica cafeeira tiveram de sobrepor-se às estruturas produtivas e políticas tradicionais, em geral com baixos níveis de mercantilização.

Com o avanço da economia cafeeira paulista, o Centro-oeste foi palco de uma nova configuração na divisão territorial do trabalho. Mato Grosso do Sul, pela sua proximidade com São Paulo, tornou-se uma projeção da pecuária do oeste paulista, cujo desdobramento posterior deu ensejo à constituição de um complexo de carnes de projeção nacional, contribuindo para a consolidação dos dois principais núcleos econômicos do estado: o núcleo de Dourados e o de Campo Grande.

Os conhecidos efeitos dinamizadores da cafeicultura provocaram também notáveis mudanças no sistema de comunicações, à medida que São Paulo foi ampliando seu raio de interesses. Cultura praticada extensivamente, e necessitando de ampla disponibilidade de terras, o café foi incorporando novas áreas, abrindo novas rotas de penetração com a ocupação do oeste paulista, sendo a ferrovia fator decisivo desse processo. O transporte ferroviário irá alcançar o Triângulo Mineiro na última década do século XIX, por meio da extensão da Companhia Mogiana, proporcionando, a partir de então, fluxos de comércio permanentes e rápidos, entre o Centro-oeste e o litoral.

Por intermédio do Triângulo Mineiro, que, evidentemente, teve robustecida sua posição de entreposto, os influxos dinamizadores da economia cafeeira paulista atingem o sul de Goiás, mercantilizando a fronteira e viabilizando a exploração agrícola. Mas ao mesmo tempo que influencia significativamente o desenvolvimento de fluxos inter-regionais, acentua o predomínio do Triângulo sobre a economia goiana, dada a existência mesma do terminal ferroviário, por si só, um fator de extrema relevância, seja pelo aparato de beneficiamento de produtos agrícolas, como o arroz, do qual o Triângulo torna-se importante beneficiador, seja ainda pelo papel de financiador da produção agropecuária a cujos empréstimos recorriam os produtores goianos. Em conseqüência, a produção de Goiás e Mato Grosso e sua integração no mercado paulista e fluminense ocorrem de forma subordinada aos capitais no Triângulo Mineiro, o que não só responde pela particular configuração desse sistema como também explica a baixa capacidade de retenção de renda nos núcleos centro-estinos[7].

A ligação com os mercados desenvolvidos, propiciada pela ferrovia, far-se-á com o sul de Goiás, tornando mais estreitos seus laços com a região Sudeste. Já na área central, de ocupação mais antiga, e sobretudo no norte do estado, a propriedade da terra continuou com baixa expressão mercantil. Igualmente baixa era a integração de suas economias, baseada na pecuária extensiva e atrasadas relações de trabalho.

No caso de Mato Grosso, a implantação da ferrovia ligando Bauru (SP) a Corumbá (MS), em 1911, teve impacto transformador. A ligação do interior de São Paulo com o então Mato Grosso cortou um imenso *vazio* até atingir o núcleo de Corumbá, cumprindo papel decisivo na integração do sul mato-grossense com a economia paulista e aprofundando suas diferenças com o norte do estado.

Com a ferrovia, a intensificação dos fluxos mercantis com o Sudeste provocará a redução do comércio com a Argentina e o Paraguai, passando a economia sul mato-grossense à condição de *subsidiária de São Paulo*. Outra conseqüência da presença da ferrovia foi o decréscimo da importância de Corumbá como entreposto comercial, papel que passará a ser ocupado, com destaque, por Campo Grande.

Portanto, enquanto a ocupação do então Mato Grosso desenvolveu-se em duas áreas bem definidas, o sul e o centro, deixando à margem o centro-norte, previamente ocupado pela mineração e pela pecuária extensiva, em Goiás houve menor descontinuidade na ocupação urbana, centralizada em torno de Anápolis e Goiânia, diretamente integrados ao complexo cafeeiro paulista.

Visto apenas do prisma do incremento produtivo e populacional de Goiás, foge ao observador a substancial

[6] Conforme Cardoso de Mello (1984), Silva (1981) e Cano (1995).

[7] A respeito, ver estudos de Araújo (1981), Brandão (1989) e Guimarães (1990).

transformação espacial ocorrida no território goiano com a implantação da ferrovia. Seu advento trouxe novas perspectivas de aproveitamento do potencial produtivo do centro-sul de Goiás, possibilitando a emergência e o fortalecimento de novos caminhos econômicos. Implantada na área de maior desenvolvimento pecuário e no eixo de integração de Goiás com o Sudeste (MG, SP, RJ), ela provocou dupla transformação: o surgimento de novas relações comerciais, o avanço da agricultura e a concorrência com a pecuária tradicional; e a obsolescência do eixo de integração por terra, desestruturando o antigo entroncamento assentado na rota Goiás–Pirenópolis–Santa Luzia–Paracatu–sul de Minas–Rio de Janeiro. Como resultado, ocorreu, na primeira metade do século XX, certo enfraquecimento econômico e populacional do sudeste em benefício de uma crescente urbanização do centro-sul do estado, capitalizada, primeiro, por Catalão e, posteriormente, por Anápolis.

Se, por um lado, a ferrovia possibilitou a integração direta de Goiás com o mercado de São Paulo, por outro, ela minou as possibilidades de acumulação comercial no sudeste do estado, marginalizando os tradicionais entrepostos de Santa Luzia (Luziânia) e Meia Ponte (Pirenópolis). Com isso, a porção sudeste do estado reduziu-se à exploração da pecuária extensiva, impossibilitando maior dinamismo de seus esparsos núcleos urbanos.

A década de 30 iria sacramentar essa regionalização de Goiás, com a mudança da capital da decadente área de mineração, no centro-oeste do estado, para uma área praticamente desocupada do centro-sul, a aproximadamente 30 quilômetros a sudoeste de Anápolis[8]. A construção da nova capital (1933-42) provocou um surto imigratório – composto, em sua maioria, por mineiros – para a zona de *Mato Grosso de Goiás* (mesorregião do centro goiano), deslocamento que foi facilitado pela ferrovia e pela expansão das estradas de rodagem, embora estas últimas fossem reconhecidamente precárias.

Nesse período, o país ingressava em um novo padrão de acumulação, com o fim da República Velha e da hegemonia cafeeira paulista, produto da Revolução de 30. Profundas mudanças ocorrem na atuação do estado com a criação das condições institucionais para a expansão do mercado interno. Assumindo uma forma centralizadora e autoritária, o Estado brasileiro consolidou-se como organizador do processo da acumulação industrial, operando políticas que passaram a ter caráter nacional, e promoveu a unificação do mercado, tornando-se responsável pela abertura de sucessivas fronteiras de acumulação.

Os anos que se seguem à Revolução de 30 terão, portanto, enorme significado na história recente do Brasil e, em particular, do Centro-oeste. De um lado, pelos efeitos dinamizadores do novo modelo econômico, presidido pela indústria, que estimulava a demanda por alimentos e criava maiores vínculos com as áreas de produção agropecuária. De outro, por ser a região alvo das preocupações do governo com a sua ocupação, do que resultaram as políticas de colonização postas em prática ainda nos anos 30. Além disso, no *xadrez político* de Vargas, que buscava contrabalançar o peso da elite política paulista e diversificar suas bases regionais de sustentação, abria-se maior espaço para o Centro-oeste vir a ser beneficiado pelas ações do governo federal.

O resultado das mudanças processadas nos anos 30 é a integração das regiões brasileiras em uma mesma divisão do trabalho sob o comando da economia paulista. No caso do Centro-oeste, as políticas de Estado – que irão modificar progressivamente sua face – sobrepõem-se à formação econômica e social descrita anteriormente, moldada sobretudo pela ocupação mineratória e pecuária. A região passa a ter maior presença na vida nacional, à medida que a oferta elástica de terras estimulava a penetração de colonos do Sul e Sudeste nos territórios goiano e mato-grossense.

O período 1930-45 foi marcado por uma política deliberada do governo federal de ocupação das fronteiras, de preenchimento dos *vazios*, conhecida como "Marcha para o Oeste". Assim como a fronteira paranaense, Goiás e Mato Grosso foram palco de expressivos fluxos migratórios, mas, como ressalta Estevam (1997, p. 89), com uma diferença fundamental. Enquanto no Paraná a abertura e ocupação da fronteira ocorreu de forma planejada e qualificada, atraindo maciça imigração e investimentos, no Centro-oeste, em particular em Goiás, tratou-se de uma ocupação desordenada e predatória, realizada por um contingente de trabalhadores expulsos de seus locais de origem, desprovidos de recursos e munidos apenas de rudimentar tecnologia. Nesse processo, destacaram-se duas experiências de colonização: a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (com núcleo em Ceres) e a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (MS).

Embora Ceres tenha resultado em substancial produção de alimentos (arroz, milho e feijão), o projeto não foi capaz de representar um embrião de transformação e aproveitamento potencial da região, traduzindo-se em benefícios concretos apenas para o capital sediado em Anápolis. Apesar de ter sido a base da expansão rodoviária para o norte do estado, contribuindo para delinear e ampliar a área de influência de Anápolis e Goiânia, as novas formas de ocupação produtiva do estado, em curso nas últimas duas décadas, não se integraram ao projeto pioneiro de Ceres.

Já o projeto de Dourados foi decisivo para consolidar um pólo de pecuária de qualidade no sul do estado de

[8] Consultar Estevam (1997) sobre as circunstâncias que permitiram o deslocamento da capital.

Mato Grosso – em contraste com as áreas de pecuária tradicional que apenas aproveitavam a pastagem natural –, além de funcionar como elemento de desbravamento e conseqüente preparação para novas formas de aproveitamento produtivo. Assim, conforme constatado por Machado de Oliveira (1993, p. 73),

> durante o final da década de 50 e toda a década de 60, o sul de Mato Grosso foi um "pólo" atrativo de trabalhadores descapitalizados à busca de terras para o cultivo. No último ano dos 60 e início dos 70, a região já se caracterizava pelo seu dinamismo e, como efeito, atraía um contingente capitalizado sem perspectivas no seu lugar de origem (no Sul, principalmente, onde o grande capital estava em plena ascensão).

Pela cronologia da construção da capital do estado de Goiás e da malha ferroviária em seu território, percebe-se que Anápolis foi o núcleo goiano que primeiro capitalizou esse surto de desenvolvimento. Até os anos 50, quando então os trilhos chegaram até Goiânia, Anápolis centralizou as funções de principal entreposto de Goiás, transformando-se numa referência regional para as atividades de comércio atacadista. Goiânia, por sua vez, possuía o trunfo de ser a sede administrativa, dividindo com Anápolis as funções de eixo econômico e pólo absorvedor de população.

Essa situação altera-se a partir dos anos 50, quando uma série de fatores[9] combina-se de forma a beneficiar Goiânia, que passou a desenvolver-se num ritmo mais acelerado do que Anápolis. Pela própria proximidade, o crescimento de Goiânia funcionou de modo a excluir as vantagens localizacionais da vizinha cidade de Anápolis.

2.2 Bases da Expansão Recente

O Plano de Metas (1956-61) do governo Juscelino Kubitschek foi um grande *divisor de águas* entre o processo de ocupação – tipificado pelas frentes de subsistência e frentes de pecuária extensiva e rudimentar – e a moderna incorporação do Centro-oeste, caracterizada pelas novas frentes de agricultura comercial e bovinocultura tecnificada, assim como pelas frentes especulativas. O Plano foi responsável pela montagem de um novo padrão de acumulação, cujo arcabouço articulava três grandes eixos:

- abolição dos pontos de estrangulamento da economia, por meio de investimentos infra-estruturais a cargo do Estado;
- ampliação e instalação das indústrias de base, estimulando investimentos privados nacionais e estrangeiros; e
- interiorização da economia mediante a construção da nova capital, sintetizada na proposição governamental de que "todos os rumos levam a Brasília"[10].

Assim, a partir do final dos anos 50 e prolongando-se até o fim do governo Geisel, a economia brasileira passará por um surto de desenvolvimento, acompanhado por grandes obras de infra-estrutura, consolidando o eixo de São Paulo e reforçando a condição de complementaridade das demais economias.

Redefinia-se espacialmente a função da fronteira agrícola do Centro-oeste como suporte ao mercado interno, possibilitando a alguns núcleos urbanos regionais, estrategicamente beneficiados pelas infra-estruturas, o fomento da acumulação de capitais e a diversificação produtiva. Não foram apenas as obras de infra-estrutura, e em particular as rodovias, as únicas responsáveis pela incorporação do Centro-oeste, pois estradas, ainda que precárias, já existiam. O que se inaugura com o Plano de Metas é, fundamentalmente, a articulação dessas infra-estruturas num processo mais arrojado, que envolvia a concepção de um novo padrão de industrialização, elevadas taxas de crescimento econômico, unificação do mercado nacional e o binômio indústria automobilística/rodoviarismo[11]. Some-se o reforço substancial representado pelos programas e políticas oficiais – gerais e específicos – que, nos anos 60, tiveram grande impacto sobre a economia do Centro-oeste.

A construção de Brasília atraiu grande contingente de imigrantes, inclusive do próprio entorno de Goiás e Minas Gerais, criando no interior do país uma área de grande adensamento populacional. A posição geográfica do Distrito Federal foi decisiva para justificar a interiorização dos vultosos investimentos federais em eletrificação, telecomunicações e, principalmente, em estradas de rodagem, que, em meados dos anos 50, representavam grande entrave ao aprofundamento da interiorização produtiva de Goiás.

Duas rodovias foram básicas nesse processo. No sentido sul, a BR-153 ligou Goiânia a São José do Rio Preto, integrando estrategicamente a capital de Goiás diretamente à economia paulista, sem passar pela intermediação triangulina. No sentido norte, essa rodovia aproveitou parte do traçado já existente entre Goiânia-Anápolis-mar-

[9] Dentre esses fatores, podem-se citar: a decadência da ferrovia e seu prolongamento até Goiânia; a desarticulação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás; a atração populacional promovida pelo Distrito Federal; e o deslocamento do eixo polarizador do município de Goiás para Goiânia.

[10] Uma análise clássica do Plano de Metas é feita por Lessa (1981).

[11] O que se procura destacar é o impulso dado na frota automobilística e, em particular, na capacidade de transporte de carga dos novos veículos.

gens do rio Araguaia, prolongando-o no sentido de Araguaína (TO), com entroncamentos para São Luiz (MA) e Belém (PA). A outra rodovia importante foi a BR-060, que partindo de Brasília ligou Anápolis-Goiânia-sudoeste de Goiás, integrando-se à BR-364 e, de forma descontínua, à BR-163.

O objetivo da abertura da BR-060 era atrair para a área de influência de Goiânia o potencial produtivo do sudoeste goiano, historicamente articulado ao Triângulo Mineiro. Apesar de esse propósito não ter sido bem-sucedido, a BR-060 serviu para delimitar a área de penetração da influência triangulina, passando Goiânia a ser o núcleo de referência de toda a extensão do território goiano e do centro-leste mato-grossense, entre as rodovias BR-153 e BR-060. Mais tarde, essa área de polarização de Goiânia foi reforçada com a construção das seguintes rodovias: BR-070 (Goiânia–Barra do Garças–Cuiabá); GO-060 (GO-326–São Luiz de Montes Belos–BR-070); GO-326 (Goiânia–Anicuns–Novo Brasil–GO-060); e GO-164 (São Miguel do Araguaia–Goiás).

A presença de rodovias e as mudanças na estrutura produtiva estimularam a expansão da frota de veículos de carga ao longo da década de 60. Os estados de Goiás, Mato Grosso e Rondônia passaram de uma frota de 7.835 veículos em 1960 para 32.539 em 1970 – número reduzido se comparado às frotas das regiões Sul (175.786, em 1970) e Sudeste (352.382, em 1970), mas superior, por exemplo, à frota da região Nordeste, que possuía 11.707 veículos em 1970 (Natal, 1991).

No que diz respeito ao papel cumprido no sentido norte pela BR-153 (Belém-Brasília), seu impacto no Centro-oeste foi menor do que se apregoa, dado o fato de que seu principal trecho, ligando Goiânia-Anápolis-norte do estado, já existia desde os anos 40, tendo perdido importância com o colapso da Colônia Agrícola Nacional de Goiás. Ademais, ainda que essa rodovia tenha ampliado a influência da região Sudeste sobre o Norte, Goiânia e Anápolis pouco se beneficiaram do prolongamento do seu traçado até Belém, pois, ao integrar o Sudeste ao Norte do país, a rodovia enfraqueceu a antiga forma de integração, baseada na navegação. Os municípios do atual estado do Tocantins, da margem direita do rio de mesmo nome, antes integrados pela navegação, ficaram isolados pelo novo ramal, fazendo emergir novos núcleos ao norte do estado, como é o caso de Araguaína, e reforçando a importância estratégica de Imperatriz ao sul do Maranhão, que passou a contar com o modal rodofluvial.

O rodoviarismo iniciado com o Plano de Metas teve também importante impacto sobre a economia e a estrutura urbana de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul. Mato Grosso (MT), marginalizado da era ferroviária, foi contemplado com a principal via de integração Sudeste/Centro-oeste/Norte: a BR-364. Esta rodovia foi fundamental para a consolidação, a partir dos anos 60, dos três principais núcleos do estado: Rondonópolis, Cuiabá e Cáceres, ligando-os a noroeste com Rondônia e Acre (incluindo a utilização do trecho da ferrovia Madeira-Mamoré) e a sudeste com o Triângulo Mineiro. A BR-364 cumpriu papel decisivo também na ocupação de Rondônia, através dos programas oficiais de colonização implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que acolheram os migrantes expulsos das áreas que passaram pelo processo de *modernização conservadora*.

Apesar do estímulo produtivo que a BR-364 provocou na fronteira do Centro-oeste, sua presença foi insuficiente para assegurar a retenção da renda – na proporção do produto gerado – em território goiano e mato-grossense. Esse fato reforça a tese de que apenas a abertura de vias de escoamento e o conseqüente estímulo à produção não representam a garantia de desenvolvimento regional, sobretudo quando polarizados fortemente por um núcleo urbano *externo*. Ou seja, investimentos em infra-estrutura de transportes podem potencializar as oportunidades de investimentos produtivos, aumentando a produção *in loco*, mas não necessariamente representam garantia de materialização espacial de renda. Por isso, apenas Cuiabá, Rondonópolis e Cáceres, pela distância que guardam da influência de São Paulo, São José do Rio Preto, Goiânia e Uberlândia – acrescidas de suas próprias vantagens localizacionais –, puderam beneficiar-se da grande via de integração da fronteira representada pela BR-364.

Outra rodovia de relevância para o Centro-oeste foi a BR-163, cujo traçado longitudinal vai do sul do estado de Mato Grosso do Sul até o entroncamento, ao norte, com a BR-230 (Transamazônica). Em sua parte superior, a BR-163 possibilitou a formação de uma frente de exploração de madeira no extremo norte de Mato Grosso, seguida pela expansão da agropecuária, ambas as atividades impulsionadas por projetos de colonização particulares e do Incra, as quais vêm respondendo pelo expressivo crescimento populacional dos núcleos de Sinop, Alta Floresta e Colider nas duas últimas décadas. Ao sul, a BR-163 interliga Rondonópolis a Campo Grande e esta à BR-267 (de acesso a Presidente Epitácio-Presidente Prudente-São Paulo), beneficiando diretamente esses dois núcleos urbanos, principalmente a partir da segunda metade da década de 80, quando, por alguns períodos, as condições de tráfego da BR-364 tornaram-se deficientes.

A BR-163 possibilitou considerável integração entre os municípios de Rondonópolis e Campo Grande, reforçando a área de influência destes na fronteira agropecuária, absolutamente livres de concorrência. Essa via foi, portanto, fundamental tanto para situar Rondonópolis como entroncamento e núcleo de referência do Centro-sul de Mato Grosso como para ratificar Campo Grande como grande eixo rodoferroviário de Mato Grosso do Sul, estra-

tegicamente distante da influência direta dos núcleos urbanos paulistas. Dois outros fatores somam-se para reforçar a posição de Campo Grande: o fato de o município passar a sediar o governo estadual, no final da década de 70, e o asfaltamento da BR-262 (Corumbá-Campo Grande-Três Lagoas) no final dos anos 80.

A partir de então, a BR-262 torna-se a principal via de articulação de Mato Grosso do Sul com São Paulo, conforme afirma Machado de Oliveira (1993, p. 91), "por onde passa (ida e vinda) praticamente a totalidade da produção do estado". Esse autor (1993, p. 114) ressalta ainda que, em virtude da estrutura envelhecida da ferrovia Corumbá-Bauru, de bitola estreita, máquinas e vagões antigos e pouco apropriados para o transporte de farelo, a utilização desse ramal tornou-se bastante limitada, contribuindo para a maior importância da via rodoviária.

Sob os impactos do Plano de Metas e da ampliação da infra-estrutura rodoviária, o Centro-oeste passa a apresentar aceleração do movimento migratório, fazendo com que, na década de 50, a população alcançasse taxas de crescimento médio da ordem de 5,3% a.a. O fluxo migratório atinge seu auge nos anos 60, quando a ocupação do território passa a ocorrer de forma contínua, potencializada, por um lado, pela presença da nova Capital federal e dos grandes eixos rodoviários e, por outro lado, pelo crescimento do mercado interno e incorporação complementar da fronteira. O crescimento populacional médio anual da região alcança, nessa década, a taxa de 5,6%; o Distrito Federal, inaugurado em 1960, cresceu a uma média anual de 14,3%.

As décadas de 50 e 60 marcaram, assim, a arrancada no desenvolvimento do Centro-oeste, puxada no primeiro momento pela intensa imigração atraída pela nova capital e pelos projetos de colonização, que contribuíram para um rápido adensamento do interior dos estados. Esse contingente migratório, composto em sua grande maioria de despossuídos, dirigindo-se para as áreas rurais dos municípios, foi responsável pelo desbravamento da região, utilizando-se de métodos tradicionais. Segundo Shiki (1997, p. 143),

> o sistema de produção alimentar era basicamente conduzido por uma força de trabalho familiar, explorando áreas de vertentes mais férteis para a produção de grãos e uma pecuária igualmente extensiva.

A infra-estrutura implantada e a expansão populacional deram ensejo à transformação das estruturas produtivas e, em particular, à ampliação da circulação de mercadorias e à diversificação dos setores produtivos dos núcleos urbanos estrategicamente posicionados como entrepostos comerciais. Preparava-se, assim, a grande mudança funcional do Centro-oeste: a modernização agropecuária das décadas de 70 e 80, responsável pelo salto produtivo e pela resposta exportadora do complexo grãos-carnes.

2.3 Expansão Socioeconômica Recente

A partir do final dos anos 60, inaugura-se uma nova fase no Centro-oeste, caracterizada por um fluxo imigratório menos intenso, embora mais qualificado, composto de paulistas, paranaenses e gaúchos, em geral portadores de capital e com experiência na atividade agrícola. Essa nova fase é marcada não só pelo ingresso de novos migrantes e novos produtos (como a soja), como também pelo deslocamento dos produtos tradicionais de abertura da fronteira (arroz, milho e feijão) e pela expulsão e/ou deslocamento da população rural, anteriormente assentada de maneira precária, como já foi visto. Esse fato pode ser constatado pelo rápido esvaziamento da população rural dos municípios pioneiros, a partir de meados dos anos 70.

As novas práticas produtivas resultaram da combinação dos arranjos tecnológicos praticados no Sul/Sudeste do Brasil, da transferência de capital e das experiências acumuladas pelos agricultores. Para seu êxito, foram decisivos os investimentos e incentivos públicos, que produziram um modelo produtivo rapidamente difundido nas áreas de cerrado.

2.3.1 Programas governamentais e frentes de expansão

O apoio público foi fundamental tanto para a ocupação como para a transformação produtiva recente do Centro-oeste, com destaque para, além dos investimentos em infra-estrutura de transportes, energia e armazenagem (1957-85), uma série de políticas gerais e específicas que tiveram rebatimentos espaciais, impactos no plano econômico e social e, também, sobre a estrutura urbana e ocupacional do Centro-oeste.

Podem ser enumeradas algumas políticas de âmbito nacional como suporte para a incorporação do Centro-oeste. Em primeiro lugar, o crédito rural subsidiado (1965-80) que, apesar de suas distorções, possibilitou a expansão e a mecanização da estrutura produtiva primária, incluindo a incorporação de novas áreas e o financiamento à comercialização[12].

Em segundo lugar, o programa de incentivo à pecuária, que, conforme Mueller (1990, p. 61), oferecia crédito orientado com a finalidade de estimular a prática de uma bovinocultura mais tecnificada. Dentre os programas, merecem destaque:

[12] Para detalhes, consultar Szmrecsányi (1983).

os do Conselho de Desenvolvimento da Pecuária de Corte (Condepe), financiados pelo BIRD e pelo BID, no início da década de 70, o Programa Nacional de Pastagens (iniciado em 1975) e o Programa Nacional da Pecuária (de 1977).

Esses incentivos foram decisivos para a ampliação e o melhoramento do rebanho bovino de uma região que hoje possui o maior efetivo pecuário do país.

Em terceiro lugar, a política de preços únicos de combustíveis para o território nacional e de preço subsidiado do óleo diesel, que reduziu os custos de transporte de cargas para a produção do interior e, em particular, o custo do combustível da mecanização rural. Esse fator foi fundamental considerando-se a elevação dos preços do petróleo a partir de meados dos anos 70 e seu peso nos custos de produção e comercialização. Tal estímulo já não existe enquanto preço único, revogado pelo atual governo, embora hoje seu peso não seja representativo como o foi na década de 80.

Em quarto lugar, o programa de substituição de petróleo (Proálcool), cujo impacto no Centro-oeste pode ser aquilatado não apenas pela expansão da área plantada e da produção de cana-de-açúcar, como também pela industrialização de álcool e açúcar. Esta última sob a forma de pequenos empreendimentos locais e regionais (em geral, cooperativas) ou como subsistema do grande capital nordestino e paulista.

Em quinto lugar, a equiparação dos preços mínimos das Aquisições do Governo Federal (AGF), mediante o qual o governo pagava preço igual em todo o território nacional (1981-90). Segundo Castro e Fonseca (1995, p. 42), a região Centro-oeste absorveu no período 1980-91, em média, 58,09% das AGF.

Em sexto lugar, o papel cumprido pelos órgãos de assistência técnica e pesquisa para o aproveitamento dos solos e a adaptação de espécies ao cerrado, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Empresa Brasileira de Extensão Rural (Emater). Tais organismos foram fundamentais para a adaptação de espécies e o desenvolvimento de novas variedades, assim como para a introdução de técnicas de uso e manejo dos solos. Infelizmente, grande parte desse sistema de pesquisa e extensão foi desmontada ou inviabilizada pelos sucessivos cortes de recursos e pela descaracterização das suas diretrizes originais.

Por fim, o Programa de Financiamento (de equipamentos) de Irrigação (Profir), criado em 1982 e voltado para a potencialização da produção de grãos no cerrado. Sem esse grande conjunto de investimentos, a fundo perdido, responsáveis pela transformação dos cerrados em área de aptidão agrícola, com certeza estaria inviabilizado economicamente seu principal eixo dinâmico: a frente de agricultura comercial, com destaque para as *commodities* agrícolas.

No âmbito específico do Centro-oeste, alguns programas estiveram na base da dinâmica regional, complementando e dando novas dimensões à política mais geral. Em primeiro lugar, destacam-se os Programas Integrados de Colonização (PIC). Criados a partir de 1970 e, em geral, associados às frentes de subsistência[13], os PIC tinham por objetivo básico a absorção dos *excedentes* populacionais do Centro-sul e Nordeste. Foram responsáveis por uma emigração descontrolada e com baixa capacidade de consolidação de uma estrutura produtiva sustentável. Fruto da experiência massiva e da desassistência, geraram um salto populacional expressivo, freqüentes conflitos de terra e a marginalização urbana no Centro-oeste.

No mesmo rol dos programas de colonização públicos, o governo também incentivou, por meio do Programa de Redistribuição de Terras e Desenvolvimento Agroindustrial (Proterra), os programas de colonização privados. Com o Proterra, financiou-se a aquisição de terras, favorecendo a constituição de projetos de colonização particulares.

Em segundo lugar, o Programa de Incentivo Fiscal para a Amazônia Legal, abrangendo, no Centro-oeste, o estado de Mato Grosso e o norte de Goiás. Trata-se de programa criado em 1966, cuja implementação passou a ter maior vigor na década seguinte, com o propósito de atrair investimentos, tendo por instrumento a oferta de incentivos fiscais. Entretanto, segundo avaliação de Mueller (1990, p. 70), os projetos contemplados nesse programa

> se mostravam mais eficientes em gerar a concentração fundiária e de renda, o desvio e o desperdício de recursos, danos ao meio ambiente (pelo desmatamento desmedido que causaram) e conflitos de terras do que produção, renda, empregos e impostos. Seu maior impacto – no Centro-oeste e no resto da Amazônia Legal – tem sido o de alimentar frentes especulativas, com todos os seus efeitos nefastos.

Em terceiro lugar, destaca-se o principal programa de incentivo às frentes comerciais: o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro). Criado em 1975, esse programa pode ser considerado como o mais completo e subsidiado incentivo à implantação da agropecuária no Centro-oeste. Baseado na concepção de pólos de desenvolvimento, o Polocentro esteve voltado para nove áreas específicas, selecionadas segundo critérios de dotação de infra-estrutura e potencial de expansão da agropecuária

[13] Frente de subsistência pode ser entendida como o avanço de correntes migratórias em áreas de fronteira que promovem sua ocupação produtiva, nelas introduzindo, após a derrubada da mata, pequenas lavouras alimentares voltadas basicamente para o autoconsumo, com eventual comercialização do excedente. Pioneiras no desbravamento, elas acabaram cumprindo importante papel na preparação do solo para as frentes subseqüentes: da pecúaria e comercial de alimentos.

comercial. As áreas contempladas foram: Campo Grande, Três Lagoas e Bodoquena, em Mato Grosso do Sul; Xavantina e Parecis, em Mato Grosso; e Gurupi, Paraná, Pirineus, Piranhas e Rio Verde, em Goiás[14]. Embora o programa tenha falhado na sua prerrogativa de fomento de pólos de desenvolvimento,

> apenas no Centro-oeste a incorporação induzida pelo Polocentro totalizou 2,06 milhões de hectares, ou 31,5% da área adicionada na região. (Mueller, 1990, p. 56)

Fato que seguramente se encontra na raiz dos diferenciais de produção e desenvolvimento inter-regional centro-estino.

Em quarto lugar, pode-se apontar o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer), cujo objetivo também esteve focalizado na promoção e na expansão da agricultura moderna nos cerrados. Firmado em 1976, sob bases bem menos extensas do que o Polocentro, embora em condições de crédito e assistência mais substantivas, esse programa foi fator fomentador da frente de agricultura comercial do Centro-oeste.

Por fim, cabe enumerar um conjunto de programas especiais que exerceram influência sobre o desenvolvimento regional. Merecem destaque, segundo Mueller (1990, p. 61):

> o Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (Prodepan); o Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Dourados (Prodegran); o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (Geoeconômica); o Programa de Pólos Agropecuários e Minerais da Amazônia (Poloamazônia), com impactos em Mato Grosso e no Norte de Goiás; e, de criação mais recente, o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoroeste), cujo objetivo – não atingido – era ordenar a caótica ocupação de Rondônia e de partes de Mato Grosso[15].

Na esfera específica de cada território estadual, ainda foi criado um conjunto de incentivos fiscais, tendo por eixo central o fomento à agroindustrialização. Em 1993, 21 estados da Federação já possuíam programas de incentivos à industrialização, cujo vetor principal encontra-se no recolhimento do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Goiás chega a incentivar por 10 anos as indústrias recém-implantadas; Mato Grosso do Sul criou uma legislação que permite a devolução de até 67% do ICMS gerado por três anos, sendo passível de prorrogação por mais dois; e Mato Grosso, como área da Sudam, possui subsídios mais elásticos do que os demais estados.

A introdução das frentes de agricultura comercial no Centro-oeste, com destaque para a cultura da soja, representou a implantação do sistema de produção intensivo, também utilizado na produção do milho. Segundo Shiki (1997, p. 151),

> a essência do sistema se baseia na mecanização tratorizada do plantio à colheita, passando pelas operações de pulverização, fertilização e tratos culturais, o que confere ao sistema uma alta produtividade de trabalho, permitindo a uma só família operar centenas de hectares, com necessidades apenas pontuais de contratação de trabalhadores temporários.

O sistema de produção intensivo ocupa grandes extensões com monocultura e, além de gerar poucos empregos diretos pelo uso acentuado da mecanização, é altamente dependente dos insumos químicos e das novas variedades genéticas, gerando impactos a montante e a jusante, embora não necessariamente (ou raramente) na própria área de expansão da agropecuária.

Pode-se dizer, portanto, que os programas estaduais (e também municipais) vêm concorrendo para a consolidação da última grande frente de expansão no Centro-oeste: a frente dos complexos agroindustriais. Esta, mais ainda do que as frentes de agricultura e pecuária tecnificada, tem sido norteada pelas infra-estruturas e externalidades preexistentes, reforçando o papel de centralidade de um número reduzido de cidades, enquanto, por outro lado, ratifica e acentua a assimetria histórica da configuração e das funções urbanas das cidades centro-estinas.

Numa primeira aproximação, esses fatos mostram a fragilização do que poderia vir a se constituir em uma rede de cidades e, no lado oposto, o reforço da concentração populacional e econômica em torno de poucos aglomerados urbanos, que contribuem para a precarização e a marginalização das condições de vida nos grandes centros e a insuficiência de oportunidades de emprego e de oferta de bens e serviços no conjunto dos demais municípios. Isso é preocupante, uma vez que a adoção dos *eixos estruturantes* pode aprofundar as heterogeneidades, pois as ações governamentais acabam subordinadas à lógica das supostas racionalidades e oportunidades de investimentos privados.

Com base em alguns levantamentos e projeções sobre a recente ocupação das áreas de cerrado, das quais o Centro-oeste compõe a maior parcela, pode-se avaliar a extensão do processo de ocupação intensiva (Tabela 1). Embora a área agrícola tenha sido quase triplicada entre 1970 e 1994, foi a área destinada à pecuária que mais se ampliou no período.

[14] Atualmente, o município de Gurupi pertence ao estado do Tocantins.

[15] Descrição e avaliação dos programas que foram implementados na região Centro-oeste podem ser encontradas em Mueller (1990, p. 45-74).

TABELA 1
REGIÃO CENTRO-OESTE – OCUPAÇÃO DAS ÁREAS DOS CERRADOS E PROJEÇÕES (1970/80/85/94/2000)

Em milhões de hectares

Área	1970	1980	1985	1994	2000
Lavoura	4,1	7,9	9,5	11,5	12,5
Pastagem plantada	8,7	21,7	30,9	46,4	56,9
Ocupada sem utilização	7,5	9,6	10,3	11,6	12,3
Total ocupado	**20,3**	**39,2**	**50,7**	**69,4**	**81,7**
Total do estabelecimento	**82,0**	**104,5**	**109,4**	**114,4**	**118,0**

Fontes: Cunha (1994); Alho e Martins (1995); Ker e Rezende (1996) *apud* Shiki (1997, p. 42).

Em suma, pode-se afirmar que a década de 70 foi marcada basicamente pela introdução e tecnificação de lavouras e pela tecnificação da pecuária, largamente incentivadas pelos programas públicos, desencadeando a agroindustrialização do Centro-oeste – favorecida pela proibição, por parte do governo federal (1974), de exportação da soja em grãos, estimulando o esmagamento. No primeiro momento, houve a expansão da produção agrícola para comercialização *in natura* nos mercados nacionais e internacionais e a modernização da produção pecuária, em grande parte beneficiada no próprio Centro-oeste. Os principais mercados internos da produção agrícola foram os estados de São Paulo e os da região Sul, cujas agroindustrializações (1950-80), apoiadas em plantas pequenas, tiveram como suporte os incentivos estaduais.

A partir de meados dos anos 70, paulatinamente foram sendo implantadas pequenas unidades agroindustriais no Centro-oeste, operando com baixo nível técnico e sob a tutela de pequenos grupos empresariais locais e regionais, em parte utilizando plantas industriais desmontadas do centro-sul. Dessa forma, a agroindustrialização do Centro-oeste teve originalmente sua base nas empresas de capital regional, em geral com suporte em capital acumulado no setor comercial e favorecidas pelos incentivos fiscais.

As grandes empresas (sobretudo as multinacionais) implantaram uma rede estratégica de silos e armazéns na região, desde o início das frentes de agricultura comercial. Essa rede de armazenamento permitiu que as multinacionais e também as grandes empresas nacionais controlassem a oferta de grãos e mantivessem o processamento nos estados pioneiros do Sul e Sudeste, historicamente mais bem aparelhados infra-estruturalmente. As empresas multinacionais, que no passado se limitavam a controlar a oferta de grãos do Centro-oeste, com unidades postadas em suas franjas – Triângulo Mineiro, São Paulo e Paraná –, muito recentemente estão sendo levadas a implantar suas unidades em municípios da região.

Em termos gerais, o fenômeno de transformação produtiva do Centro-oeste, embora guarde suas particularidades, pode ser dividido em três fases, conforme Castro e Fonseca (1995, p. 2). A primeira começa ao final dos anos 60, com a chegada a Mato Grosso do Sul e Goiás dos pioneiros da soja, marcando o período de adaptação de espécies ao cerrado e ocorrência de algumas atividades de beneficiamento de grãos, especialmente em Goiás. A segunda fase, durante a primeira metade da década de 80, representa a expansão e a consolidação da produção intensiva de soja (e de milho), dominada pelas *tradings* do mercado de *commodities*. Por fim, a fase de consolidação do complexo grãos-carnes, iniciada a partir de 1985 e caracterizada pelo deslocamento para o Centro-oeste dos grandes conglomerados industriais do centro-sul, agora com participação internacional.

2.3.2 Desempenho econômico regional (1985-96)

A introdução das culturas voltadas para a exportação, com maior capacidade competitiva e decisivo apoio oficial, levou a que as culturas tradicionais perdessem espaço por falta desse mesmo apoio. O resultado é a mudança do perfil econômico da região a partir dos anos 70, com significativa expansão da área cultivada – da ordem de 6,78% a.a., na década, consideradas apenas as áreas de lavoura – e a progressiva instalação de silos, armazéns e empresas, ligadas ao sistema agroalimentar mundial. Lembra Shiki (1997, p. 135) que

> a agroindústria, seja a montante, com as indústrias de fertilizantes e calcários, seja a jusante, com as processadoras de matérias-primas agrícolas, é um ramo privilegiado de inversões das indústrias líderes, como a Sadia, a Ceval e a Perdigão.

A contrapartida desse processo de ocupação e das políticas que incentivam a especulação e a concentração fundiária é a crescente migração da população rural, empurrada para as áreas mais ao norte (Rondônia) ou para os centros urbanos que se expandiram no período, como será visto adiante. Esse movimento tem continuidade ao longo dos anos 80, com o crescimento da pecuária e a expansão da soja.

A valorização das terras do Centro-oeste é ilustrativa de sua recente incorporação produtiva, da intensificação e modernização das culturas, do crescimento dos mercados regionais e da especulação fundiária, favorecida pelo regime fiscal vigente. A Tabela 2 mostra os percentuais de crescimento médio anual do preço das terras, segundo sua utilização, para os estados das regiões Sudeste, Sul e Centro-oeste. Nota-se que, entre 1985 e 1995, é significativa a valorização média das terras no Centro-oeste, quando comparada às demais regiões; em Goiás, a valorização supera a de todos os outros estados considerados.

Na Tabela 3 são apresentados os dados do Censo Econômico de 1985, que permitem mostrar a distribuição por setores econômicos e pessoal ocupado, justamente num período de maturação das frentes de agricultura comercial e pecuária tecnificada e de investida dos grandes complexos agroindustriais.

TABELA 2
REGIÕES SUDESTE, SUL E CENTRO-OESTE – VALORIZAÇÃO ANUAL MÉDIA DO PREÇO DA TERRA (1985-95)

Em %

Região	Lavouras	Campos	Pastagens	Matas
Sudeste				
Minas Gerais	4,99	5,60	5,23	4,03
Espírito Santo	4,45	3,92	4,52	2,66
Rio de Janeiro	4,34	5,46	4,47	4,94
São Paulo	9,42	7,78	8,57	2,50
Sul				
Paraná	5,85	8,99	7,77	2,78
Santa Catarina	7,85	8,98	7,90	6,92
Rio Grande do Sul	5,10	7,02	5,24	n.d.
Centro-oeste				
Mato Grosso do Sul	7,10	7,81	8,74	7,09
Mato Grosso	5,09	6,81	6,09	4,36
Goiás	9,71	11,98	10,50	12,96

Fonte: Agrianual (1996, p. 81-85).

TABELA 3
REGIÃO CENTRO-OESTE – INDICADORES ECONÔMICOS POR SETOR DE ATIVIDADE (1985)

Estado/Mesorregiões/ Principais Municípios	Indústria			Comércio		Serviços		Agropecuária	
	POT	VTI	Nº Estab.	POT	Receita Total	POT	Receita Total	POT	Valor da Produção
Goiás	**61.425**	**3.839.488.939**	**20.469**	**88.044**	**16.557.579.788**	**49.025**	**1.426.916.324**	**616.336**	**8.287.746.000**
Noroeste Goiano	1.067	32.705.132	1.009	2.947	326.889.552	1.525	33.124.099	61.408	960.545.000
Norte Goiano	5.476	504.651.849	1.414	4.066	495.336.870	2.396	60.571.266	84.949	523.396.000
Centro Goiano	38.639	2.405.495.227	10.449	54.640	11.900.178.010	30.860	902.897.077	179.562	1.960.705.000
Anápolis	8.575	445.729.603	1.500	7.276	1.449.547.380	2.729	83.163.409	5.878	62.590.000
Aparecida de Goiânia	1.185	76.964 272	17	35	5.682.368	584	10.806.199	979	11.120.000
Goiânia	21.868	1.293.537.501	5.194	37.073	9.427.264.885	21.441	636.057.302	3.939	60.600.000
Leste Goiano	1.902	100.454.396	1.683	4.304	506.613.635	2.368	50.537.698	95.828	733.614.000
Sul Goiano	13.533	1.002.404.461	5.782	21.021	3.161.237.334	11.383	364.290.121	194.589	4.109.485.000
Itumbiara	1.569	117.864 291	648	3.036	477.610.471	1.164	49.777.592	6.860	204.234.000
Rio Verde	1.133	66.989.039	542	2.481	615.323.812	967	34.478.850	13.586	472.927.000
Mato Grosso	**21.351**	**1.017.983.046**	**8.774**	**38.978**	**8.461.828.332**	**20.931**	**692.119.117**	**359.221**	**3.939.031.000**
Norte Mato-grossense	6.446	273.223.692	1.855	6.613	1.574.304.440	3.039	104.290.450	90.270	1.111.975.000
Sinop	2.470	82.947.763	265	1.058	326.039.324	402	16.511.516	7.591	75.445.000
Nordeste Mato-grossense	397	29.285.499	845	3.427	555.684.716	1.909	54.256.297	57.521	476.604.000
Sudeste Mato-grossense	2.019	91.060.474	1.601	6.779	1.397.495.859	2.760	70.690.763	52.567	1.060.057.000
Rondonópolis	1.023	35.961.355	739	4.330	847.042.617	1.349	33.585.744	7.092	185.744.000
Sudoeste Mato-grossense	1.767	81.718.358	807	2.718	402.247.255	1.006	26.810.908	61.144	603.636.000
Centro-sul Mato-grossense	10.026	541.633.787	3.553	19.069	4.581.827.419	11.781	432.683.471	97.719	686.755.000
Cáceres	651	24.815.099	314	1.390	244.189.501	578	12.686.537	21.621	147.752.000
Cuiabá	3.867	154.933.637	2.099	13.014	3.019.407.192	9.687	357.586.935	10.952	211.604.000
Várzea Grande	4.784	351.618.414	588	3.375	1.068.817.450	1.245	43.083.564	1.070	17.259.000
Mato Grosso do Sul	**22.980**	**1.177.120.292**	**9.831**	**46.797**	**10.177.921.932**	**23.758**	**648.010.554**	**253.993**	**6.625.649.000**
Pantanal Sul Mato-grossense	2.779	192.290.831	1.145	4.328	982.955.721	1.584	44.020.745	26.901	597.152.000
Corumbá	1.401	147.490.313	590	2.540	662.503.777	1.239	28.355.936	8.523	236.106.000
Aquidauana	341	7.070.594	276	972	119.992.415	221	5.063.659	5.772	73.497.000
Centro-norte de Mato Grosso do Sul	7.638	467.859.697	3.316	19.683	5.019.418.600	12.029	341.675.161	35.406	644.724.000
Coxim	157	4.088.803	163	613	94.638.996	331	5.290.270	7.924	70.802.000
Campo Grande	6 379	379.593.049	2.642	17.288	4.265.890.898	10.922	317.868.716	4 972	120.878.000
Leste de Mato Grosso do Sul	3 446	133.390.308	830	3.053	900.323.104	1.716	76.070.915	54.358	1.388.413.000
Paranaíba	480	9.389.053	229	1.249	136.817.401	368	10.149.525	9.106	212.690.000
Nova Andradina	512	25.866.021	183	794	124.662.209	309	8.325.645	4.371	97.956.000
Três Lagoas	862	22.164.295	356	1.624	209 476.844	824	24.802.105	4 861	109.881.000
Sudoeste de Mato Grosso do Sul	9.123	383.956.980	3.429	14.263	3.383.473.919	6.801	188.801.592	132.484	3.755.630.000
Dourados	1.760	105.411.230	878	5.500	1.588 274.256	1.961	57.234.054	9.270	346.141.000
Naviraí	737	53.631.521	167	762	82.069.765	331	7.008.420	3.578	171.920.000
Ponta Porã	774	18.162.763	429	2.030	426.423.858	785	25.497.876	6.736	431.421.000
Distrito Federal	**16.548**	**985.346.112**	**6.267**	**45.551**	**9.664.781.922**	**56.942**	**3.440.222.611**	**17.178**	**370.288.000**

Fonte: IBGE (Censo Econômico de 1985).
OBS.: POT: Pessoal Ocupado Total.
VTI: Valor da Transformação Industrial.

Em meados da década de 80, dentre os estados do Centro-oeste, Goiás é aquele que apresenta o maior dinamismo econômico, perdendo apenas para o Distrito Federal em receita de serviços, em razão da concentração das funções de governo na Capital federal. Além do mais, Goiás também apresenta maior diversificação da atividade econômica.

Tendo por base a reflexão histórica aqui desenvolvida e os indicadores econômicos de 1985, algumas características podem ser realçadas. Primeiro, as atividades tipicamente urbanas estão muito concentradas em um número reduzido de mesorregiões e alguns poucos municípios. No caso de Goiás, a mesorregião do centro goiano responde por mais da metade do Valor da Transformação Industrial (VTI) e da receita de serviços do estado, e por quase três quartos da receita total do comércio. Somando-se a produção das duas principais mesorregiões, centro goiano e sul goiano, obtém-se a quase totalidade do produto do estado. O único setor produtivo um pouco menos concentrado espacialmente é a agropecuária, embora seja mais desenvolvida na mesorregião do sul goiano, que comporta 50% do valor da produção agropecuária do estado.

Portanto, para o estado de Goiás, os dados de 1985 já mostram a existência de dois principais subsistemas produtivos: o centro-noroeste, nucleado por Goiânia e, em menor escala, por Anápolis; e o sul goiano, nucleado por Uberlândia (MG) e, em menor escala, por Ituiutaba (MG), Rio Verde (GO) e Itumbiara (GO). Assim, embora já em 1985 o sul goiano seja nitidamente a principal frente de agropecuária comercial, sua polarização externa por Uberlândia provoca a evasão da renda gerada e, com isso, torna frágil o potencial de diversificação dos núcleos intermediários goianos.

No caso de Mato Grosso, também ocorre o mesmo processo, estando as atividades de indústria, comércio e serviços concentradas basicamente na mesorregião do centro-sul mato-grossense, nucleadas pelo aglomerado urbano de Cuiabá/Várzea Grande. Somente a agropecuária distribui-se melhor pelo território do estado. A mesorregião do norte mato-grossense desponta como a área de maior produção agropecuária e a segunda em VTI. Como abrange extensa área da Amazônia Legal, objeto de estímulos creditícios especiais (Sudam) e de projetos particulares de colonização incentivados pelo estado, sua ocupação recente faz com que o ano de 1985 não seja a base de referência adequada para balizar seu desempenho produtivo nos últimos 10 anos.

O que se percebe, com base no VTI – com predominância da indústria madeireira, associada à devastação da floresta natural –, é uma estreita relação entre a exploração de curto prazo da floresta e a expansão da agropecuária norte mato-grossense. Com o incremento das atividades madeireira, agropecuária e mineração de diamante e ouro, em típica área de fronteira, intensificaram-se as correntes migratórias provenientes do centro-sul e Nordeste, acelerando o ritmo de crescimento populacional de alguns municípios dessa mesorregião, tais como: Sinop, Alta Floresta, Colider e Juína. Entretanto, apesar da ausência dos indicadores econômicos, e consideradas a distância do núcleo de Cuiabá e a posição estratégica dessa área em relação à região Norte, pode-se apontar para a emergência de um novo subsistema produtivo nessa parte do território mato-grossense. Por outro lado, a mesorregião do sudeste mato-grossense desponta como a segunda em importância econômica no estado, mas sem chegar a configurar um outro subsistema produtivo, na medida em que sua porção oeste, nucleada por Rondonópolis, faz parte do mesmo subsistema do centro-sul mato-grossense, nucleado por Cuiabá.

Por fim, a mesorregião do nordeste mato-grossense também não chega a configurar um outro subsistema. Primeiro, porque sua precariedade infra-estrutural limita sua dinâmica produtiva. Segundo, pelo fato de essa mesorregião estar inserida e submetida à influência dos subsistemas baseados nas economias de Goiás e Maranhão.

No caso de Mato Grosso do Sul, a distribuição das atividades produtivas pelo seu território apresenta-se de forma menos desigual. Os indicadores apontam para a existência de quatro subsistemas no estado, referendando a análise histórica precedente. Nele, despontam dois subsistemas principais, formados pelas mesorregiões do centro-norte de Mato Grosso do Sul, nucleado por Campo Grande, e pela mesorregião do sudoeste de Mato Grosso do Sul, nucleado por Dourados. E dois subsistemas de menor importância, formados respectivamente pelas mesorregiões do pantanal sul mato-grossense e leste de Mato Grosso do Sul. A primeira, experimentando ainda suas relações passadas, em nítida desestruturação, e aguardando a emergência de novas oportunidades, notadamente nos setores do comércio exterior e turismo. A segunda, funcionando como uma frente de expansão da agropecuária paulista.

Assim, pela proximidade e vínculos socioeconômicos com as economias paranaense e paulista, Mato Grosso do Sul formou juntamente com Goiás as duas frentes pioneiras de expansão da agropecuária comercial do Centro-oeste. Em linhas gerais, isso pode ser deduzido dos respectivos valores da produção agropecuária, nitidamente mais expressivos nesses estados, embora cabendo a ressalva de que, no ano de 1985, os impactos da agroindustrialização ainda eram relativamente incipientes no Centro-oeste.

A segunda característica relevante, extraída dos indicadores econômicos (Tabela 4), é a reduzida expressão do setor de serviços na estrutura produtiva regional, excetuada a atipicidade de Brasília, revelando a fragilida-

de das funções urbanas da maioria dos municípios centro-estinos e a nítida complementaridade à economia urbana do Sudeste brasileiro. Além do mais, não bastasse a pequena expressão do setor de serviços, sua incidência é fortemente concentrada nas capitais dos estados.

Com efeito, o que se vislumbra como corolário de tal forma concentrada de retenção dos efeitos difusores da expansão da base primária é a fragilização do potencial de constituição de núcleos intermediários, que poderiam engendrar uma rede interiorana de cidades. Ao contrário, o que se percebe, dada a heterogeneidade das funções urbanas no Centro-oeste, é que, apesar do avanço da atividade primária, os demais setores apresentaram condições localizacionais tendentes à concentração. Portanto, pode-se concluir que o avanço da agropecuária do Centro-oeste, já sob o impacto das frentes moder-

TABELA 4
REGIÃO CENTRO-OESTE – INDICADORES ECONÔMICOS RELATIVOS À OCUPAÇÃO, POR SETOR DE ATIVIDADE (1985)

Em %

Estado/Mesorregião/ Municípios Selecionados	Indústria	Comércio	Serviços	Agropecuário
Goiás	**7,54**	**10,81**	**6,02**	**75,64**
Noroeste Goiano	1,59	4,40	2,28	91,73
Norte Goiano	5,65	4,20	2,47	87,68
Centro Goiano	12,72	17,99	10,16	59,12
Anápolis	35,06	29,75	11,16	24,03
Aparecida de Goiânia	42,58	1,26	20,98	35,18
Goiânia	25,93	43,97	25,43	4,67
Leste Goiano	1,82	4,12	2,27	91,79
Sul Goiano	5,63	8,74	4,73	80,90
Itumbiara	12,42	24,04	9,22	54,32
Rio Verde	6,24	13,66	5,32	74,78
Mato Grosso	**4,85**	**8,85**	**4,75**	**81,55**
Norte Mato-grossense	6,06	6,22	2,86	84,87
Sinop	21,44	9,18	3,49	65,89
Nordeste Mato-grossense	0,63	5,42	3,02	90,94
Sudeste Mato-grossense	3,15	10,57	4,30	81,98
Rondonópolis	7,42	31,39	9,78	51,41
Sudoeste Mato-grossense	2,65	4,08	1,51	91,76
Centro-sul Mato-grossense	7,23	13,76	8,50	70,51
Cáceres	2,69	5,73	2,38	89,20
Cuiabá	10,31	34,69	25,82	29,19
Várzea Grande	45,68	32,22	11,89	10,22
Mato Grosso do Sul	**6,61**	**13,47**	**6,84**	**73,09**
Pantanal Sul Mato-grossense	7,81	12,16	4,45	75,58
Corumbá	10,22	18,54	9,04	62,20
Aquidauana	4,67	13,30	3,02	79,00
Centro de Mato Grosso do Sul	10,22	26,33	16,09	47,36
Coxim	1,74	6,79	3,67	87,80
Campo Grande	16,12	43,70	27,61	12,57
Leste de Mato Grosso do Sul	5,51	4,88	2,74	86,87
Paranaíba	4,28	11,15	3,28	81,28
Nova Andradina	8,55	13,26	5,16	73,02
Três Lagoas	10,55	19,88	10,08	59,49
Sudoeste de Mato Grosso do Sul	5,61	8,77	4,18	81,44
Dourados	9,52	29,74	10,61	50,13
Naviraí	13,63	14,09	6,12	66,16
Ponta Porã	7,50	19,66	7,60	65,24
Distrito Federal	**12,15**	**33,44**	**41,80**	**12,61**
Centro-oeste	**7,82**	**13,55**	**8,25**	**70,38**

Fonte: Tabela 3.
Tabulação: Nedru/UFU.

nas de expansão, não trouxe desdobramentos diretos para seus núcleos urbanos. Na verdade, as áreas de maior produção agropecuária não são as de maior dinamismo nos outros setores produtivos. Embora o dinamismo produtivo do entorno represente um potencial de renda polarizável, nem sempre a expansão espacial das atividades produtivas – como atesta o caso do Centro-oeste – condiciona o surgimento ou o fortalecimento de núcleos de polarização interioranos, característicos de uma malha urbana menos assimétrica. Pelo contrário, percebe-se certo esvaziamento das funções urbanas naquelas áreas onde avançou a monocultura intensiva e a pecuária extensiva. Nos poucos casos de fortalecimento dos núcleos intermediários, várias outras especificidades devem ser consideradas para explicar as transformações na hierarquia na divisão inter-regional do trabalho.

A Tabela 4, que mostra a ocupação por setores produtivos, ajuda a caracterizar a distribuição do emprego setorial em meados da década de 80.

Como se verifica, o principal setor de ocupação no Centro-oeste, em 1985, é destacadamente o agropecuário. A situação só difere para um número reduzido de municípios e para poucas mesorregiões, onde o peso dos municípios nucleares é representativo. Chama a atenção o caso de Sinop, na mesorregião norte mato-grossense, cujo incremento da ocupação industrial encontra seu sustentáculo na extração madeireira, como já visto anteriormente.

Em Goiás, apenas na mesorregião do centro goiano é importante o emprego na indústria e no setor terciário, e assim mesmo devido à presença dos núcleos de Goiânia e Anápolis. Da mesma forma, destaca-se em Mato Grosso a mesorregião do centro-sul mato-grossense (e seu pólo de Cuiabá-Várzea Grande). Já em Mato Grosso do Sul, a situação é um pouco menos díspar: por um lado, pela função de bipolaridade do centro e do sudoeste do estado; e, por outro, devido às atividades comerciais e industriais históricas, hoje acrescidas das atividades turísticas nos núcleos de Corumbá e Aquidauana, na mesorregião do pantanal sul mato-grossense.

Na Tabela 5 são apresentados o valor da produção e a receita por setores de atividade, buscando caracterizar a distribuição do produto regional por mesorregiões. A comparação dos dados mostra que a receita do setor terciário é proporcionalmente menor nas mesorregiões que não possuem núcleos representativos e são polarizadas pelos quatro principais aglomerados urbanos do Centro-oeste (Brasília, Goiânia, Cuiabá e Campo Grande), ou por núcleos paulistas, mineiros ou paranaenses.

O índice de escala do comércio, apresentado na última coluna da tabela, reforça a compreensão da morfologia regional dos núcleos de polarização. Essa coluna mostra que quanto maior a escala de receita do comércio por unidade de análise, maior a possibilidade de aí se encontrar uma situação de competitividade setorial em nível regional e estadual, apontando para uma possível situação de polarização regional. Nesse caso, pode-se notar que essa é a situação de Goiânia e Rio Verde, no estado de Goiás; Sinop, Rondonópolis e do aglomerado de Cuiabá-Várzea Grande, em Mato Grosso; e, por fim, Corumbá, Campo Grande e Dourados, em Mato Grosso do Sul. No caso do índice de escala superior à média estadual ou regional, como o dado é indicativo de potencial, cabe uma investigação da peculiaridade de cada caso para se assegurar da real condição de polarização, notadamente examinando a representatividade do volume da receita setorial, a participação do produto municipal no PIB estadual, seu volume populacional urbano e seu grau de diversificação e concentração econômicos. No caso de índice inferior à média do estado, fica praticamente atestada a ausência de potencial polarizador. Assim, nos casos das mesorregiões que apresentaram indicador abaixo da média estadual, dificilmente se encontrará um município com potencial polarizador no seu interior.

A transformação industrial é relevante apenas em poucos núcleos, seja pela centralidade das suas funções urbanas, seja, em casos específicos, pelo peso de alguns empreendimentos isolados de agroindustrialização, extração mineral (Corumbá) ou beneficiamento de madeira, como no caso, já citado, de Sinop e Alta Floresta. Chamam a atenção os aglomerados de Goiânia (acrescido de seu entorno, como Aparecida de Goiânia, Trindade, Senador Canedo e outros), Cuiabá (acrescido de Várzea Grande) e Campo Grande.

Os indicadores agropecuários apresentados a seguir, referentes a 1985, oferecem uma primeira caracterização da composição e da dinâmica espacial do setor agropecuário do Centro-oeste, lembrando que é a partir da base econômica primária que ocorre sua principal forma de inserção na economia nacional (Tabelas 6 e 7). Transcorridos 15 anos das chamadas modernas frentes de expansão, Goiás e Mato Grosso do Sul são os estados de maior dinamismo produtivo e maior tecnificação. As mesorregiões de maior destaque, ainda que heterogêneas no seu interior, são respectivamente a do sul goiano e a do sudoeste de Mato Grosso do Sul. Nestas, os indicadores de tecnificação, pastagem plantada, efetivo bovino, área de lavoura e produção agrícola são os mais expressivos. Quanto à pecuária, embora o tamanho do rebanho bovino de Goiás seja próximo ao do rebanho de Mato Grosso do Sul, dele difere qualitativamente. Pelos dados da produção de leite, o rebanho goiano apresenta características mais tradicionais, voltado para a produção mista de carne e leite, enquanto o de Mato Grosso do Sul é mais destinado à produção de carne.

TABELA 5
REGIÃO CENTRO-OESTE – INDICADORES ECONÔMICOS RELATIVOS POR PRODUÇÃO SETORIAL (1985)

Estado/Mesorregião/ Municípios Selecionados	Produção Setorial (em %)					Escala Com. (Índice)
	VTI	Rec. Com.	Rec. Serv.	Prod. Agro.	Rec. Terc.	
Goiás	**12,75**	**54,99**	**4,74**	**27,52**	**59,73**	**808.910,05**
Noroeste Goiano	2,42	24,16	2,45	70,98	26,60	323.973,79
Norte Goiano	31,86	31,27	3,82	33,04	35,10	350.308,96
Centro Goiano	14,01	69,31	5,26	11,42	74,57	1.138.882,00
Anápolis	21,84	71,02	4,07	3,07	75,09	966.364,92
Aparecida de Goiânia	73,60	5,43	10,33	10,63	15,77	334.256,94
Goiânia	11,33	82,57	5,57	0,53	88,14	1.815.029,82
Leste Goiano	7,22	36,42	3,63	52,73	40,05	301.018,20
Sul Goiano	11,61	36,60	4,22	47,58	40,82	546.737,69
Itumbiara	13,87	56,22	5,86	24,04	62,08	737.053,20
Rio Verde	5,63	51,72	2,90	39,75	54,62	1.135.283,79
Mato Grosso	**7,21**	**59,97**	**4,90**	**27,91**	**64,87**	**964.420,83**
Norte Mato-grossense	8,92	51,38	3,40	36,29	54,79	848.681,64
Sinop	16,56	65,09	3,30	15,06	68,38	1.230.337,07
Nordeste Mato-grossense	2,62	49,80	4,86	42,71	54,66	657.615,05
Sudeste Mato-grossense	3,48	53,35	2,70	40,47	56,05	872.889,36
Rondonópolis	3,26	76,84	3,05	16,85	79,89	1.146.201,11
Sudoeste Mato-grossense	7,33	36,10	2,41	54,17	38,50	498.447,65
Centro-sul Mato-grossense	8,68	73,39	6,93	11,00	80,32	1.289.565,84
Cáceres	5,78	56,86	2,95	34,41	59,82	777.673,57
Cuiabá	4,14	80,66	9,55	5,65	90,21	1.438.497,95
Várzea Grande	23,75	72,18	2,91	1,17	75,09	1.817.716,75
Mato Grosso do Sul	**6,32**	**54,64**	**3,48**	**35,57**	**58,11**	**1.035.288,57**
Pantanal Sul Mato-grossense	10,59	54,12	2,42	32,88	56,54	858.476,61
Corumbá	13,73	61,66	2,64	21,97	64,30	1.122.887,76
Aquidauana	3,44	58,36	2,46	35,74	60,82	434.755,13
Centro de Mato Grosso do Sul	7,23	77,54	5,28	9,96	82,81	1.513.696,80
Coxim	2,34	54,14	3,03	40,50	57,16	580.607,34
Campo Grande	7,47	83,90	6,25	2,38	90,16	1.614.644,55
Leste de Mato Grosso do Sul	5,34	36,04	3,05	55,58	39,08	480.172,32
Paranaíba	2,54	37,07	2,75	57,63	39,82	597.455,90
Nova Andradina	10,07	48,54	3,24	38,14	51,78	681.214,26
Três Lagoas	6,05	57,18	6,77	30,00	63,95	588.418,10
Sudoeste de Mato Grosso do Sul	4,98	43,87	2,45	48,70	46,32	986.723,22
Dourados	5,03	75,74	2,73	16,51	78,47	1.808.968,40
Naviraí	17,05	26,08	2,23	54,64	28,31	491.435,72
Ponta Porã	2,01	47,30	2,83	47,86	50,13	993.995,01
Distrito Federal	**6,81**	**66,84**	**23,79**	**2,56**	**90,63**	**1.542.170,40**
Centro-oeste	**9,61**	**60,68**	**6,22**	**23,50**	**66,89**	**1.046.902,94**

Fonte: Tabela 3. Tabulação: Nedru/UFU.

Em 1985, a grande frente de expansão do Centro-oeste era a pecuária, com aproximadamente 56 milhões de hectares de áreas de pastagens naturais ou plantadas (Tabela 6). As áreas de lavoura, por sua vez, ocupam apenas 7 milhões de hectares. Considerando que a área aproximada do Centro-oeste é de 100 milhões de hectares, os dados apontam para a existência de uma área estimada de 30 milhões de hectares sem aproveitamento, grande parte dela ocupada por florestas naturais. Isso mostra o grande potencial de exploração de fronteira do Centro-oeste, mas, ao mesmo tempo, alerta para a possibilidade de exploração imediatista e indiscriminada, que pode colocar em risco a sustentabilidade futura da região.

Uma análise da produção agrícola dos estados do Centro-oeste, com base no Censo de 1985, aponta a predominância de 10 produtos principais. Nas áreas de agricultura mais dinâmica, sobressaem as monoculturas de soja, cana-de-açúcar, algodão e milho. O trigo, embora importante, circunscrevia-se estritamente a Mato Grosso do Sul e, em particular, à mesorregião do sudoeste de Mato Grosso do Sul. A soja, em 1985, já é a principal cultura centro-estina em área ocupada e, provavelmente, em valor da produção. Ela responde por aproximadamente 30% da área total de lavouras, embora não possa ser encontrada nessa mesma proporção nas distintas mesorregiões do Centro-oeste.

No estado de Goiás, a mesorregião do sul goiano responde por mais de 90% da safra de soja estadual, sendo a quase totalidade do produto colhida na porção oeste dessa mesorregião. No Distrito Federal, embora também ocorra o predomínio da lavoura de soja, ela é pouco representativa, dada a pequena extensão agricultural de seu território. Entretanto, somando a produção do Distrito Federal à da microrregião goiana do entorno de Brasília, encontra-se aí a segunda área em importância na produção de soja, um volume não só comparável à do sul goiano, mas cinco vezes maior que o produzido no restante do estado de Goiás.

No geral, a maior expressão da sojicultura é encontrada nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, tanto em termos de quantidade produzida e área ocupada como em termos de maior disseminação espacial da produção. O destaque é para as mesorregiões do

TABELA 6
REGIÃO CENTRO-OESTE – INDICADORES AGROPECUÁRIOS SELECIONADOS 1 (1985)

Estado/Mesorregião	Nº de Tratores	Área de Lavoura (ha.)	Pastagem Natural (ha.)	Pastagem Plantada (ha.)	Rebanho Bovino (Cabeças)	Leite (Mil Litros)
Goiás	**33.548**	**2.929.199**	**9.569.989**	**11.324.595**	**14.476.565**	**1.055.295**
Noroeste Goiano	3.603	245.069	1.096.555	2.379.072	2.348.709	72.689
Norte Goiano	2.322	243.755	1.809.223	935.792	1.122.886	60.841
Centro Goiano	5.394	544.205	1.172.314	1.594.701	2.857.245	313.315
Leste Goiano	3.339	295.288	1.825.464	1.104.428	1.317.116	89.382
Sul Goiano	18.890	1.599.878	3.666.432	5.310.600	6.830.609	519.065
Distrito Federal	**2.075**	**85.494**	**78.850**	**63.555**	**75.866**	**14.986**
Mato Grosso	**19.534**	**2.129.443**	**9.685.306**	**6.719.064**	**6.545.956**	**122.917**
Norte Mato-grossense	5.364	691.333	1.582.727	1.268.348	947.678	12.106
Nordeste Mato-grossense	3.317	285.029	2.608.959	1.763.198	1.369.978	13.503
Sudeste Mato-grossense	5.149	614.852	1.634.687	1.569.195	1.452.082	49.959
Sudoeste Mato-grossense	1.922	171.072	520.814	1.094.452	1.188.831	21.620
Centro-sul Mato-grossense	3.782	366.672	3.338.114	609.867	1.519.925	25.722
Mato Grosso do Sul	**31.076**	**1.902.970**	**9.658.224**	**12.144.529**	**15.017.906**	**268.014**
Pantanal Sul Mato-grossense	2.145	48.804	4.812.415	1.272.841	2.887.098	20.856
Centro-norte de Mato Grosso do Sul	6.905	492.909	596.947	2.491.815	3.028.726	68.308
Leste de Mato Grosso do Sul	8.253	332.853	1.836.438	4.108.513	4.172.203	87.700
Sudoeste de Mato Grosso do Sul	13.773	1.028.397	1.010.221	4.164.163	5.142.879	91.046

Fonte: IBGE (Censos Agropecuários de 1985).

TABELA 7
REGIÃO CENTRO-OESTE – INDICADORES AGROPECUÁRIOS SELECIONADOS 2 (1985)

Estado/ Mesorregião	Algodão (Ton.)	Arroz (Ton.)	Cana-de-Açúcar (Ton.)	Feijão (Ton.)	Soja (Ton.)	Milho (Ton.)	Banana (Ton.)	Café (Ton.)	Mandioca (Ton.)	Trigo (Ton.)
Goiás	**98.002**	**771.280**	**4.439.246**	**100.966**	**1.157.704**	**1.507.916**	**9.368**	**13.946**	**54.273**	
Área de Produção										
GO (ha.)	49.995	693.105	77.196	264.255	559.555	741.840	8.833	12.416	12.623	
Noroeste Goiano	75	140.557	9.287	4.240	4.788	58.684	600	52	3.868	
Norte Goiano	79	108.202	169.153	13.256	12.616	77.060	1.882	202	5.582	
Centro Goiano	838	168.014	1.512.292	60.563	10.050	438.780	3.809	10.383	14.116	
Leste Goiano	125	62.849	397.663	14.848	109.495	81.657	1.063	605	10.811	
Sul Goiano	96.883	291.655	2.350.849	8.057	1.020.754	851.733	2.012	2.703	19.894	
Distrito Federal	**0**	**9.418**	**4.910**	**874**	**66.254**	**8.844**	**382**	**739**	**2.483**	
Área de Produção DF (ha.)	–	8.202	ND	1.720	37.055	5.434	334	735	ND	
Mato Grosso	**11.978**	**608.945**	**1.086.341**	**21.963**	**1.610.530**	**239.912**	**10.903**	**35.116**	**99.774**	
Área de Produção MT (ha.)	9.853	446.846	19.051	41.596	822.821	157.444	13.480	29.868	16.451	
Norte Mato-grossense	735	241.046	21.068	5.394	478.546	73.845	389	14.600	47.399	
Nordeste Mato-grossense	3	120.700	1.728	3.512	89.981	33.677	2.166	327	8.632	
Sudeste Mato-grossense	3.294	83.157	434.565	1.294	767.691	34.255	535	92	4.177	
Sudoeste Mato-grossense	2.976	56.831	551.803	7.920	26.149	51.484	1.625	19.683	3.534	
Centro-sul Mato-grossense	4.966	107.208	77.173	3.840	248.158	46.646	6.234	408	36.027	
Mato Grosso do Sul	**90.479**	**235.347**	**2.454.098**	**24.164**	**1.811.881**	**254.314**	**1.753**	**6.344**	**132.146**	**238.085**
Área de Produção MS (ha.)	59.427	219.533	43.246	42.572	958.568	159.985	2.106	9.557	12.724	153.661
Pantanal Sul Mato-grossense	3.252	13.769	3.742	1.600	7.950	12.100	350	270	10.366	106
Centro-norte de Mato Grosso do Sul	1.496	77.164	779.371	1.130	484.323	48.563	405	260	24.101	4.910
Leste de Mato Grosso do Sul	16.611	43.794	381.529	4.823	289.725	62.894	832	529	15.160	1.198
Sudoeste de Mato Grosso do Sul	69.115	100.616	1.289.453	16.608	1.029.878	130.754	162	5.281	82.515	231.869

Fonte: IBGE (Censos Agropecuários de 1985).

sudeste mato-grossense (MT) e do sudoeste de Mato Grosso do Sul, respondendo esta última por mais de 50% da produção estadual.

Os dois outros produtos mais importantes da agricultura centro-estina são o milho e o arroz. O arroz funcionando como principal produto das frentes pioneiras de expansão e, por isso, apresentando freqüentes deslocamentos espaciais. O milho, pela sua dupla funcionalidade e natureza, tanto pode ser produzido no sistema tradicional e consorciado com outras lavouras, com baixos índices de produtividade, como pode derivar do emprego de moderno sistema de produção intensiva, com elevados índices de produtividade e articulação agroindustrial. Essa característica dificulta a identificação de áreas dinâmicas e tradicionais, pois os indicadores de quantidade produzida tanto podem derivar de um como de outro processo.

Por fim, cabe destacar que a produção de feijão predomina no estado de Goiás e que o algodão é cultivado principalmente nas mesorregiões do sul goiano e do sudoeste de Mato Grosso do Sul. Já o café, a mandioca e a banana são produtos menos representativos da economia centro-estina.

Portanto, o que se percebe é uma divisão do Centro-oeste em três frentes de expansão. A principal é a pecuária, sendo também a mais disseminada pelo conjunto do seu território, embora desagregável em tradicional extensiva e moderna, tecnificada e intensiva. A segunda é a moderna frente de produção de *commodities* agrícolas, liderada pela sojicultura, que vem deslocando as frentes de ocupação tradicional, com predominância em mesorregiões específicas, seja em relação aos mercados, seja em relação aos eixos de transportes. A terceira é a frente de produção de alimentos

básicos (arroz, milho tradicional, feijão e mandioca), voltada para o mercado interno, a qual sofreu os impactos negativos do desmonte do sistema de crédito subsidiado, da política de preços mínimos, da política de subsídio aos combustíveis, da concentração de renda, da especulação fundiária e do fraco desempenho do mercado interno, comprometendo sua dinâmica futura e condenando algumas áreas do Centro-oeste à estagnação.

A Tabela 8 mostra a evolução do setor agropecuário do Centro-oeste a partir de dados do último Censo Agropecuário (1995-96), comparados aos recenseamentos anteriores.

A análise desses indicadores permite corroborar alguns apontamentos acerca da dinâmica das frentes de ocupação. Em primeiro lugar, deve ser observado que a agropecuária perdeu capacidade de geração de empre-

TABELA 8
REGIÃO CENTRO-OESTE – CONFRONTO DE INDICADORES SELECIONADOS DOS CENSOS AGROPECUÁRIOS (1970/75/80/85/95-96)

Indicadores/Estado	1970	1975	1980	1985	1995-96
Mato Grosso do Sul					
Estabelecimentos (nº)	0	57.853	47.943	54.631	49.423
Área Total (ha.)	0	28.692.584	30.743.739	31.108.815	30.942.772
Lavoura Permanente	0	65.912	52.526	28.501	16.215
Lavoura Temporária	0	1.208.715	1.589.475	1.847.459	1.367.496
Pastagem Natural	0	15.580.241	12.266.007	9.658.224	6.082.778
Pastagem Plantada	0	5.213.256	9.068.931	12.144.529	15.727.930
Matas Naturais	0	3.956.343	4.209.148	4.170.597	5.696.659
Pessoal Ocupado	0	257.132	230.983	253.993	202.709
Tratores	0	12.291	23.162	31.076	36.387
Efetivo de Bovinos (cab.)	0	8.871.154	11.862.907	15.017.906	19.754.356
Goiás(*)					
Estabelecimentos (nº)	145.115	153.535	153.770	131.365	111.791
Área Total (ha.)	35.783.038	43.126.867	47.853.128	29.864.106	27.472.648
Lavoura Permanente	78.459	76.744	121.980	62.974	55.787
Lavoura Temporária	2.484.350	1.557.711	3.104.289	2.865.225	2.119.066
Pastagem Natural	19.423.118	21.712.529	20.578.467	9.569.989	5.137.285
Pastagem Plantada	4.362.064	7.451.634	10.843.662	11.324.595	14.267.411
Matas Naturais	4.911.062	6.369.257	6.888.654	2.828.529	3.774.654
Pessoal Ocupado	547.647	688.033	780.749	616.336	471.657
Tratores	5.692	13.634	27.600	33.548	43.313
Efetivo de Bovinos (cab.)	7.792.839	12.728.294	16.089.510	14.476.565	16.488.390
Mato Grosso					
Estabelecimentos (nº)	106.104	56.118	63.383	77.921	77.760
Área Total (ha.)	45.752.567	21.949.147	34.554.549	37.835.653	49.418.115
Lavoura Permanente	60.633	42.174	129.800	136.605	157.081
Lavoura Temporária	693.116	459.093	1.423.448	1.992.838	2.769.845
Pastagem Natural	26.892.613	8.640.861	10.086.383	9.685.306	6.111.285
Pastagem Plantada	4.695.690	2.602.607	4.693.320	6.719.064	15.085.179
Matas Naturais	8.624.723	7.101.035	13.379.416	14.126.813	21.369.273
Pessoal Ocupado	373.039	263.179	318.570	359.221	322.854
Tratores	4.386	2.643	11.156	19.534	32.337
Efetivo de Bovinos (cab.)	9.428.840	3.110.119	5.243.044	6.545.956	14.248.054

Fonte: IBGE (Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96).
Nota: (*) Ver Nota 16 no rodapé.
Obs.: Os dados até 1985 referem-se a 31 de dezembro; no Censo de 1995/96, os dados referentes a número de estabelecimentos, área total, pessoal ocupado e tratores referem-se a 31/12/1995 e os efetivos da pecuária a 31/7/1996.

[16] "No dia 5 de outubro de 1988, quando a atual Constituição foi promulgada, anunciou-se, entre suas novidades, a criação de um novo estado, o de Tocantins." (Revista *Veja*, 11/1/1989, p. 48.)

gos diretos a partir da segunda metade da década de 80. Nos três estados, houve redução do pessoal ocupado a partir de 1985, como decorrência do avanço das frentes de agricultura intensiva e, de forma mais decisiva, com o avanço da pecuária. Ou seja, o grande setor de ocupação no Centro-oeste, que chegou a responder por 90% do emprego total de algumas mesorregiões, em 1985, perdeu sua capacidade de absorção. Parte desse emprego foi desviado para os setores secundário e terciário, mas, como já foi ressaltado, são setores concentrados em poucos núcleos urbanos. Portanto, na última década, a ocupação foi mais excludente em relação à população descapitalizada e de baixa qualificação.

Em segundo lugar, constata-se que a área de pastagens plantadas ampliou-se continuamente entre 1970 e 1995, em especial em Mato Grosso na última década, onde o acréscimo foi de mais de 8 milhões de hectares, cerca de 150%. Da mesma forma, o efetivo bovino teve grande crescimento, em particular em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Entretanto, o avanço da pecuária traz importantes efeitos negativos, haja vista sua concentração econômica, baixa ocupação de mão-de-obra e baixo impacto da renda na área de produção. Já para as culturas agrícolas temporárias, apenas em Mato Grosso, área mais recente de ocupação pelas novas frentes, houve expansão das áreas ocupadas com lavouras, a partir de 1985.

Por fim, o avanço da tecnificação no Centro-oeste pode ser identificado pelo crescimento do número de tratores, demonstrando a grande transformação na estrutura produtiva primária dessa área.

Mudando o enfoque, pode-se melhor elucidar a capacidade de absorção de mão-de-obra do Centro-oeste pela análise do comportamento recente do emprego, ainda que limitada aos dados oficiais referentes ao emprego formal (Rais e Caged-MTb), medido pelo estoque de emprego e saldos entre admitidos e desligados.

Como se pode verificar pelos dados da Tabela 9, a região apresentou crescimento no emprego formal, no período considerado, da ordem de 35,2%. O estado de Mato Grosso foi o que apresentou maior taxa de crescimento do emprego total (72,4%), embora partindo de uma base reduzida em termos absolutos. Esse desempenho de Mato Grosso ratifica sua condição de fronteira em expansão.

O estado de Goiás foi o que apresentou a menor taxa de crescimento do emprego formal (cerca de 25%), embora tenha uma das maiores participações no emprego total (31,7%), apenas superada pelo Distrito Federal (38,1%).

TABELA 9
REGIÃO CENTRO-OESTE – ESTOQUE E SALDO DO EMPREGO FORMAL POR GRANDE SETOR DE ATIVIDADE/ IBGE (1986/97/1986-87/1996-97)

	Comparativo do Estoque									
Setor	Mato Grosso do Sul		Mato Grosso		Goiás		Distrito Federal		Centro-oeste	
	1986	1997	1986	1997	1986	1997	1986	1997	1986	1997
Indústria	22.984	30.979	24.123	48.346	64.807	89.039	20.902	23.508	132.816	191.872
Constr. Civil	10.623	9.602	7.590	8.925	29.087	30.487	13.627	29.189	60.927	78.203
Comércio	33.344	41.408	26.073	45.923	66.666	97.149	43.665	61.320	169.748	245.800
Serviços	120.020	146.871	81.943	135.249	274.610	304.833	421.544	545.892	898.117	1.132.845
Agropecuária	5.180	37.187	8.658	21.844	6.523	32.308	1.970	4.260	22.331	95.599
Outros/Ignorado	1.623	156	2.811	452	1.908	603	1.199	462	7.541	1.673
Total	**193.774**	**266.203**	**151.198**	**260.739**	**443.601**	**554.419**	**502.907**	**664.631**	**1.291.480**	**1.745.992**

	Comparativo do Saldo									
Setor	Mato Grosso do Sul		Mato Grosso		Goiás		Distrito Federal		Centro-oeste	
	1986-87	1996-97	1986-87	1996-97	1986-87	1996-97	1986-87	1996-97	1986-87	1996-97
Indústria	-880	2.009	2.018	3.752	-1.268	4.507	421	1.234	291	11.502
Constr. Civil	1.329	635	2.742	1.173	665	-3.193	5.700	-3.633	10.436	-5.018
Comércio	1.418	3.281	899	4.417	612	15.929	1.198	2.822	4.127	26.449
Serviços	-1.863	2.708	8.444	11.507	16.340	9.092	4.772	45.267	27.693	68.574
Agropecuária	-460	1.189	1.757	1.031	6	3.386	876	36	2.179	5.642
Outros/Ignorado	824	-347	-210	-1.542	1.692	-2.454	2.664	-600	4.970	-4.943
Total	**368**	**9.475**	**15.650**	**20.338**	**18.047**	**27.267**	**15.631**	**45.126**	**49.696**	**102.206**

Fonte: MT8/Rais (1997).
Obs.: Empregados em 31/12/1986 e 1987.

Em termos setoriais, deve ser destacado o comportamento do emprego na agropecuária, que cresceu mais de quatro vezes no período, refletindo as mudanças nas relações capital/trabalho ocorridas no campo, fruto das novas atividades agroindustriais e do novo perfil empresarial. Evidência desse fato pode ser verificada no aumento do número de empresas agropecuárias instaladas no Centro-oeste, que passou de 1.004 unidades em 1986 para 30.810 em 1997, ou seja, de uma participação de menos de 2% no total de empresas da região, para mais de 20% desse montante. Desse modo, as empresas agropecuárias da região passaram de uma condição subalterna para ocupar o terceiro posto no total de empresas formais do Centro-oeste, superando o setor industrial e a construção civil e se aproximando do setor de comércio em número de estabelecimentos[17]. Por outro lado, como já apontado anteriormente na análise do Censo Agropecuário de 1996, o setor primário apresentou, em seu conjunto, acentuada queda absoluta de população ocupada, demonstrando o declínio na capacidade de retenção populacional no setor.

De fato, apesar do crescimento apontado no emprego formal, no que diz respeito à participação no total do Centro-oeste, a agropecuária representava apenas 5,5% do estoque de emprego em 1997, um dos menores em termos de participação setorial. Considerando que esse é o setor de atividade mais disseminado em todas as áreas da região, pode-se concluir que, embora sofrendo acentuado processo de modernização e apresentando inegável dinamismo, esse setor não é um grande empregador no Centro-oeste, pois não é intensivo em trabalho.

Os dados das Tabelas 10 a 14 mostram o comportamento do emprego no setor secundário, em números absolutos, e a participação relativa por mesorregiões e estados, permitindo dimensionar seu tamanho e visualizar sua espacialização. Embora o indicador de Rais industrial seja pouco revelador da estrutura ocupacional do Centro-oeste, pois participa com menos de um quinto do emprego formal total, ele ajuda a captar a concentração das atividades urbanas nas mesorregiões que sediam os principais núcleos. Ressalte-se que a discrepância entre os números da Tabela 9 – referentes aos grandes setores do IBGE – e as tabelas seguintes (10 a 14), relativas ao emprego no setor industrial, deve-se à não-inclusão, nestas últimas, *dos serviços industriais de utilidade pública*. Por essa razão, os números do emprego no setor industrial não coincidem.

TABELA 10
MESSORREGIÕES DA REGIÃO CENTRO-OESTE – EMPREGO FORMAL NA ATIVIDADE INDUSTRIAL (1986/96)

Em números absolutos e participação relativa

Estado/Mesorregião	1986	1996	1986	1996	1996/86	1986	1996
Goiás							
Noroeste Goiano	381	1.238	0,7	1,6	12,5	0,3	0,8
Norte Goiano	4.348	3.096	7,9	4,0	-3,3	3,9	2,0
Centro Goiano	41.110	55.490	74,5	72,0	3,0	37,3	36,3
Leste Goiano	1.275	2.752	2,3	3,6	8,0	1,2	1,8
Sul Goiano	8.088	14.514	14,7	18,8	6,0	7,3	9,5
Subtotal	**55.202**	**77.090**	**100,0**	**100,0**	**–**	**50,1**	**50,4**
Mato Grosso							
Norte Mato-grossense	6.433	12.818	31,3	37,9	7,1	5,8	8,4
Nordeste Mato-grossense	906	2.329	4,4	6,9	9,9	0,8	1,5
Sudoeste Mato-grossense	2.255	2.976	11,0	8,8	2,8	2,0	1,9
Centro-sul Mato-grossense	9.328	11.709	45,4	34,6	2,3	8,5	7,6
Sudeste Mato-grossense	1.636	3.989	8,0	11,8	9,3	1,5	2,6
Subtotal	**20.558**	**33.821**	**100,0**	**100,0**	**–**	**18,7**	**22,1**
Mato Grosso do Sul							
Pantanal Sul Mato-grossense	2.208	1.497	11,2	6,1	-3,8	2,0	1,0
Centro-norte de Mato Grosso do Sul	6.167	9.352	31,3	38,1	4,3	5,6	6,1
Leste de Mato Grosso do Sul	3.333	4.879	16,9	19,9	3,9	3,0	3,2
Sudoeste de Mato Grosso do Sul	8.013	8.842	40,6	36,0	1,0	7,3	5,8
Subtotal	**19.721**	**24.570**	**100,0**	**100,0**	**–**	**17,9**	**16,1**
Distrito Federal	**14.715**	**17.594**	**–**	**–**	**1,8**	**13,4**	**11,5**
Centro-oeste	**110.196**	**153.075**	**–**	**–**	**–**	**100,0**	**100,0**

Fonte: MTB/Rais (1997).
Tabulação: Nesur.

[17] Dados extraídos da Rais/Caged (Ministério do Trabalho e Emprego, 1986 e 1997).

TABELA 11
MESORREGIÕES DO ESTADO DE GOIÁS – EMPREGO FORMAL NA ATIVIDADE INDUSTRIAL (1986/89/93/96)

Ramo de Atividade	Noroeste Goiano				Norte Goiano				Centro Goiano				Leste Goiano				Sul Goiano				Goiás Total				Goiás %			
	1986	1989	1993	1996	1986	1989	1993	1996	1986	1989	1993	1996	1986	1989	1993	1996	1986	1989	1993	1996	1986	1989	1993	1996	1986	1989	1993	1996
Extr. Mineral	12	245	368	449	1.394	879	1.173	1.010	628	684	486	388	133	190	194	269	1.914	1.920	1.184	1.013	4.081	3.918	3.405	3.129	7,4	6,8	6,0	4,1
Min. Não-met.	87	36	35	43	50	71	36	117	4 592	3.928	2.838	3.661	392	412	389	489	1.109	1.309	872	1.118	6.230	5.756	4.170	5.428	11,3	10,0	7,4	7,0
Metalúrgica	8	5	1	22	2.556	2.300	1.401	1.336	2.014	2.087	1.809	3.011	109	38	46	96	658	681	592	1.074	5.345	5.111	3.849	5.539	9,7	8,9	6,8	7,2
Mecânica	0	0	1	5	0	20	31	183	837	522	521	885	3	3	5	-20	93	82	59	144	933	627	617	1.197	1,7	1,1	1,1	1,6
Eletro. Comum.	0	0	0	2	0	0	0	39	511	523	469	743	3	0	3	-2	0	4	17	166	514	527	489	948	0,9	0,9	0,9	1,2
Mat. Transp.	0	0	0	1	0	0	0	16	578	404	511	672	0	0	4	10	0	0	2	23	578	404	517	722	1,0	0,7	0,9	0,9
Mad. e Mobil.	100	43	26	28	44	34	16	8	2.470	1.950	2.027	2.600	182	121	154	240	403	299	197	405	3.199	2 447	2.420	3 281	5,8	4,3	4,3	4,3
Papel e Graf.	3	5	4	-2	18	28	32	48	2.645	3.364	2.726	3.605	28	31	62	87	121	156	197	389	2.815	3.584	3.021	4 127	5,1	6,2	5,3	5,4
Borracha, Fumo e Couro	0	0	0	34	0	29	35	58	1 252	1.209	1.511	2.610	21	27	59	71	164	65	69	183	1.437	1.330	1.674	2 956	2,6	2,3	3,0	3,8
Química	2	2	1	37	124	11	14	13	1.477	2.183	3.613	5.182	79	106	225	211	26	367	293	164	1.708	2.669	4.146	5.607	3,1	4,6	7,3	7,3
Têxtil	0	1	0	10	4	6	1	59	7.584	8.648	8.541	10.519	30	18	18	129	378	385	524	1.042	7.996	9.058	9.084	11.759	14,5	15,7	16,0	15,3
Calçados	0	0	4	5	0	0	0	10	1.669	890	837	732	2	6	8	181	63	43	183	249	1.734	939	1.032	1.177	3,1	1,6	1,8	1,5
Alim. e Beb.	169	275	239	604	158	154	129	199	14.853	14.893	16.434	20.882	293	699	710	991	3.159	5.130	4.729	8.544	18.632	21.151	22.241	31.220	33,8	36,8	39,2	40,5
Total	**381**	**612**	**679**	**1.238**	**4.348**	**3.532**	**2.868**	**3.096**	**41.110**	**41.285**	**42.323**	**55.490**	**1.275**	**1.651**	**1.877**	**2.752**	**8.088**	**10.441**	**8.918**	**14.514**	**55.202**	**57.521**	**56.665**	**77.090**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: MTB/Rais (1997).
Tabulação: Nesur.

TABELA 12
MESORREGIÕES DO ESTADO DE MATO GROSSO – EMPREGO FORMAL NA ATIVIDADE INDUSTRIAL (1986/89/93/96)

Ramo de Atividade	Norte Mato-grossense				Nordeste Mato-grossense				Sudeste Mato-grossense				Centro-sul Mato-grossense				Sudeste Mato-grossense				Mato Grosso Total				Mato Grosso %			
	1986	1989	1993	1996	1986	1989	1993	1996	1986	1989	1993	1996	1986	1989	1993	1996	1986	1989	1993	1996	1986	1989	1993	1996	1986	1989	1993	1996
Extr. Mineral	924	254	183	194	66	43	6	10	104	795	63	52	443	275	480	364	81	75	27	267	1 618	1.442	759	887	7,9	6,0	2,7	2,6
Min. Não-met.	140	173	243	351	43	79	46	-73	147	99	76	140	1.180	1.016	880	721	303	210	184	248	1.813	1.577	1.429	1.387	8,8	6,6	5,1	4,1
Metalúrgica	48	65	26	209	27	35	23	26	9	25	23	82	421	617	544	776	39	78	101	171	544	820	717	1.264	2,6	3,4	2,6	3,7
Mecânica	35	28	23	94	21	18	7	25	1	2	6	2	65	49	87	211	8	17	25	144	130	114	148	476	0,6	0,5	0,5	1,4
Eletro Comun.	2	9	19	37	0	0	2	11	0	0	17	28	20	51	47	106	4	7	11	135	26	67	96	317	0,1	0,3	0,3	0,9
Mat. Transp.	5	2	0	-4	0	0	0	10	0	5	0	7	516	211	184	248	4	1	4	18	525	219	188	279	2,6	0,9	0,7	0,8
Mad e Mobil.	4.862	6 319	8.604	10.741	89	71	110	221	605	548	352	744	2.341	2.170	2.093	2.546	99	47	66	63	7.996	9.155	11.225	14.315	38,9	38,0	40,2	42,3
Papel e Graf.	33	58	38	383	28	29	57	75	18	11	25	-21	584	610	722	1.360	101	98	145	163	764	806	987	1.960	3,7	3,3	3,5	5,8
Borracha, Fumo e Couro	3	6	29	167	36	34	34	104	1	11	47	52	467	487	361	567	38	69	809	819	545	607	1.280	1.709	2,7	2,5	4,6	5,1
Química	206	41	6	-4	0	1	0	18	120	68	75	86	131	145	367	506	78	49	43	91	535	304	491	697	2,6	1,3	1,8	2,1
Têxtil	1	8	52	161	3	9	4	24	8	31	75	55	272	528	510	1.045	71	116	32	174	355	692	673	1 459	1,7	2,9	2,4	4,3
Calçados	0	6	12	-110	4	0	2	20	0	6	6	19	4	11	64	68	32	38	22	52	40	61	106	49	0,2	0,3	0,4	0,1
Alim. e Beb.	174	167	606	599	589	1.044	1 424	1.858	1.242	2.128	2.598	1.730	2.884	3.747	4 230	3.191	778	1.115	943	1.644	5.667	8.201	9.801	9.022	27,6	34,1	35,1	26,7
Total	**6.433**	**7.136**	**9.841**	**12.818**	**906**	**1.363**	**1.715**	**2.329**	**2.255**	**3.729**	**3.363**	**2.976**	**9.328**	**9.917**	**10.569**	**11.709**	**1.636**	**1.920**	**2.412**	**3.989**	**20.558**	**24.065**	**27.900**	**33.821**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: MTB/Rais (1997).
Tabulação: Nesur.

TABELA 13

MESORREGIÕES DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – EMPREGO FORMAL NA ATIVIDADE INDUSTRIAL (1986/89/93/96)

Ramo de Atividade	Pantanal Sul Mato-grossense				Centro-norte Sul Mato-grossense				Leste Sul Mato-grossense				Sudoeste Sul Mato-grossense				Mato Grosso do Sul Total				Mato Grosso do Sul %			
	1986	1989	1993	1996	1986	1989	1993	1996	1986	1989	1993	1996	1986	1989	1993	1996	1986	1989	1993	1996	1986	1989	1993	1996
Extr. Mineral	604	701	705	303	306	374	242	303	13	12	136	148	85	325	436	453	1.008	1.412	1.519	1.207	5,1	6,8	7,7	4,9
Min. Não-met.	602	495	278	213	643	584	702	1.134	155	312	252	282	563	582	393	460	1.963	1.973	1.625	2.089	10,0	9,5	8,3	8,5
Metalúrgica	250	308	232	164	476	563	521	356	57	41	84	121	211	220	205	88	994	1.132	1.042	729	5,0	5,5	5,3	3,0
Mecânica	2	17	29	64	170	174	191	206	8	26	30	55	140	152	178	77	320	369	428	402	1,6	1,8	2,2	1,6
Eletro. Comum.	0	0	1	11	80	95	91	220	0	70	11	12	0	19	12	76	80	184	115	319	0,4	0,9	0,6	1,3
Mat. Transp.	8	22	17	44	94	125	66	85	8	4	3	10	33	40	25	7	143	191	111	146	0,7	0,9	0,6	0,6
Mad. e Mobil.	137	101	64	88	611	671	664	973	499	380	305	372	3.864	2.134	837	814	5.111	3.286	1.870	2.247	25,9	15,8	9,5	9,1
Papel e Graf.	32	35	68	102	509	522	365	589	55	80	79	100	182	179	146	375	778	816	658	1.166	3,9	3,9	3,3	4,7
Borracha, Fumo e Couro	64	15	9	7	212	228	215	227	30	45	70	65	96	137	137	173	402	425	431	472	2,0	2,0	2,2	1,9
Química	5	1	6	0	613	735	1.010	1.052	1.535	1.519	745	752	112	144	64	355	2.265	2.399	1.825	2.159	11,5	11,6	9,3	8,8
Têxtil	21	16	25	68	304	292	481	810	102	38	27	130	95	103	158	403	522	449	691	1.411	2,6	2,2	3,5	5,7
Calçados	0	34	5	-1	21	41	76	127	27	40	61	141	4	20	49	-399	52	135	191	-132	0,3	0,7	1,0	-0,5
Alim. e Beb.	483	538	464	434	2.128	2.966	2.517	3.270	844	1.216	2.505	2.691	2.628	3.273	3.657	5.960	6.083	7.993	9.143	12.355	30,8	38,5	46,5	50,3
Total	**2.208**	**2.283**	**1.903**	**1.497**	**6.167**	**7.370**	**7.141**	**9.352**	**3.333**	**3.783**	**4.308**	**4.879**	**8.013**	**7.328**	**6.297**	**8.842**	**19.721**	**20.764**	**19.649**	**24.570**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: MTB/Rais (1997).
Tabulação: Nesur.

TABELA 14
DISTRITO FEDERAL – EMPREGO FORMAL NA ATIVIDADE INDUSTRIAL (1986/89/93/96)

Ramo de Atividade	1986	1989	1993	1996
Extração Mineral	185	248	630	699
Minerais Não-metálicos	1.530	1.807	1.177	1.485
Metalúrgica	939	1.026	1.012	1.187
Mecânica	227	192	301	636
Eletr. e Comunicações	880	1.102	430	482
Material de Transporte	127	142	113	256
Madeira e Mobiliário	2.111	1.820	1.338	1.925
Papel e Gráfica	4.375	4.516	2.387	2.500
Borracha, Fumo e Couro	1.031	1.100	557	472
Química	385	405	316	825
Têxtil	595	556	555	1.025
Calçados	52	96	35	103
Alimentos e Bebidas	2.278	2.699	4.159	5.999
Total	**14.715**	**15.709**	**13.010**	**17.594**

Fonte: MTB/Rais (1997).
Tabulação: Nesur.

Em 1996, cerca de 50% do emprego industrial do Centro-oeste brasileiro estava localizado em Goiás, mantendo aproximadamente a mesma participação relativa do ano de referência da década anterior. Por sua vez, o estado de Mato Grosso, não obstante sua incipiência em termos do desenvolvimento industrial, aumentou sua participação relativa, passando de 18,7% para 23,8%, enquanto decresceu a importância relativa de Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal no perfil da distribuição do emprego industrial na região central do país.

Do ponto de vista da distribuição espacial, confirma-se, para o caso de Goiás, a grande concentração do emprego industrial nas mesorregiões centro e sul goianos (90%), destacamente na área do eixo Goiânia-Anápolis. Mato Grosso, único estado a apresentar aumento da participação relativa, também tem concentrado o emprego em duas mesorregiões, a saber: o centro-sul, que sedia o aglomerado de Cuiabá; e o norte mato-grossense – área de expansão da indústria madeireira –, que duplicou seu emprego industrial, inclusive tornando-se, em termos absolutos, a principal área geradora de emprego secundário no período recente.

Os dados apresentados na seqüência, desdobrando as informações da Rais apenas para o segmento industrial e por estado, permitem qualificar as análises sobre o emprego secundário da região.

Nas áreas estagnadas do estado de Goiás (noroeste, norte e leste), de pouquíssima relevância em termos de emprego industrial, apenas os segmentos de mineração, metalurgia e alimentação têm alguma importância. As principais mesorregiões têm suas atividades concentradas na indústria têxtil e, principalmente, na de alimentos.

Em Mato Grosso, podem-se distinguir três categorias espaciais. O norte, principal empregador industrial, quase exclusivamente concentrado nas atividades de madeira e mobiliário. O centro-sul, com uma estrutura industrial com algum grau de diversificação, onde se destaca o emprego nos ramos têxtil, de papel e gráfico, madeira e mobiliário e, principalmente, alimentar. Em termos agregados, o peso da indústria madeireira representa 42% do emprego industrial do estado.

Por fim, em Mato Grosso do Sul, de menor expressão e menor concentração espacial, predominam as mesorregiões do sudoeste e centro-norte. Na primeira, predomina o emprego no ramo alimentar; na segunda, embora também haja essa predominância, a composição é mais diversificada (têxtil, madeira, química e minerais não-metálicos). No estado de Mato Grosso do Sul, o número de postos formais de trabalho industrial expandiu-se menos, pouco mais de 4.800 em todo o período em análise, e mais de 60% deles na mesorregião do centro-norte do estado.

O perfil do emprego industrial no Distrito Federal não difere dos demais espaços centro-estinos. Quase um terço deles, em 1996, estava localizado na indústria alimentícia e quase 15% na indústria de papel e gráfica, apesar de esta ter perdido quase 2 mil postos de trabalho entre 1986 e 1996.

É importante ressaltar que o expressivo crescimento da economia do Centro-oeste, como foi demonstrado, acontece em dessintonia com o contexto econômico na-

cional, marcado pela recessão e baixo crescimento. Enquanto nos anos 70 o crescimento da economia nacional foi recorde, com taxa média de crescimento de cerca de 7% do PIB, nos anos 80 suas taxas foram pífias, gravitando em torno de uma média de apenas 1,5%. É justamente nessas duas décadas que se verifica o grande salto do desenvolvimento do Centro-oeste: ganha impulso na segunda metade dos anos 70 e atinge seu ponto mais alto nos anos 80. Com isso, o PIB agropecuário do Centro-oeste passou de 7,4% do PIB primário nacional para 8,3% em 1975, saltando para 10,7% em 1980. Tomado em termos setoriais, o PIB do setor primário regional cresceu 12% no período 1970-80 e 6,3% no período 1970-85; esses índices para o Brasil foram, respectivamente, de 8% e 6,2%, nos períodos considerados.

Já os serviços, que em 1970 correspondiam a 4,7% do PIB gerado pelo setor no país, viram crescer sua participação para 13,8%, em 1985. Nesse ano, a participação da agropecuária brasileira no conjunto do PIB nacional atingiu 11%, a indústria 42% e os serviços 47%. O índice de participação da atividade agropecuária na produção total do Centro-oeste situou-se acima do nacional (13,2%), o mesmo ocorrendo no caso dos serviços, que alcançou 70,7% em 1985. A mesma tendência se verifica individualmente em cada estado do Centro-oeste, embora mais abrandada: em Mato Grosso, os serviços participaram com 61%; em Goiás, com 54%, no ano considerado. Destaca-se a importância da Capital federal para a expansão dos serviços, ocupando Brasília a condição de principal contribuinte do PIB regional no setor. As atividades de administração pública e de intermediação financeira, por exemplo, correspondiam, respectivamente, a 14,7% e 21,8% do setor de serviços regional. Somente a Capital federal concentrava, em 1985, 61,6% do PIB regional do subsetor intermediação financeira e 69,1% do PIB do subsetor administração pública da região.

Em 1994, os índices setoriais do PIB para o conjunto da economia brasileira foram, respectivamente, de 13% para a agropecuária, 33% para a indústria e 54% para o terciário, revelando queda na participação relativa da indústria e aumento na participação dos serviços no PIB nacional. Nesse mesmo ano, nos estados de Mato Grosso e Goiás, mantém-se a atividade agropecuária acima da média nacional (MT 15% e GO 20%), enquanto o setor terciário, contrariando o comportamento nacional, perdeu participação relativa e situou-se abaixo da média (MT 51% e GO 53%).

A expansão da agropecuária, especialmente do complexo grãos-carnes nos anos 80, propiciou maior integração do Centro-oeste com outras regiões brasileiras, ao mesmo tempo em que consolidou o perfil da região como área de produção de produtos primários para exportação. Prova disso é que o Centro-oeste foi a única região a apresentar aumento na participação dos produtos básicos em sua pauta de exportação (de 62,4% em 1975 para 82,1% em 1990 – Tabela 15), justamente num período em que se verificaram mudanças substanciais no perfil das exportações brasileiras, com o crescente predomínio dos manufaturados sobre os produtos primários, que passaram de 54,7% da pauta, em 1975, para apenas 28,2%, em 1990[18].

Os dados da Tabela 15 reforçam as características peculiares da estrutura produtiva do Centro-oeste. Sua produção intensiva de grãos teve início no final da década de 60, mas, dada a proibição da exportação *in natura* (1974), a exportação desses produtos era mediada pelos estados vizinhos, que detêm a sede das indústrias processadoras.

TABELA 15
BRASIL – EXPORTAÇÕES POR CLASSES DE PRODUTOS: PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL EXPORTADO, POR REGIÃO (1975/90)

Em %

Região	Básico		Semimanufaturado		Manufaturado	
	1975	1990	1975	1990	1975	1990
Norte	75,6	53,9	7,7	35,7	15,9	10,3
Nordeste	70,6	24,7	16,1	30,1	12,9	44,9
Sudeste	40,8	19,9	9,2	15,0	47,8	64,3
Sul	66,4	42,6	11,6	9,7	21,0	47,4
Centro-oeste	62,4	82,1	2,8	11,2	34,5	6,6

Fontes: Cacex e IBGE *apud* Guimarães Neto (1997, p. 263).

[18] Embora os dados de comércio exterior ajudem a corroborar a análise em questão, cabe lembrar que essas estatísticas em âmbito regional ou estadual apresentam sérios problemas, pois nem sempre os registros de exportações identificam com fidelidade a unidade da Federação de fato responsável pela atividade econômica, em muitos casos sendo contabilizado o estado em que se encontra a infra-estrutura portuária.

Com isso, embora a produção de gêneros para exportação fosse crescente, ela não se traduzia no incremento da pauta regional. Com o fim das restrições provenientes dos acordos do Mercosul, ocorrido no interstício temporal da Tabela 15, a pauta de exportações passa a expressar mais fielmente o avanço da produção de grãos no Centro-oeste.

O que os dados de queda na participação dos manufaturados na exportação e aumento da participação dos básicos para o Centro-oeste demonstram, em contraposição ao movimento nacional, pode ser interpretado não no sentido da redução dos manufaturados em termos absolutos, mas como resultado da exportação direta dos produtos básicos centro-estinos. Ou seja, à medida que o Centro-oeste passou a exportar diretamente suas *commodities* agrícolas, os dados de 1990 passaram a expressar mais adequadamente a verdadeira composição da estrutura e inserção produtivas regionais. Como complemento, já identificado no texto, o crescimento da participação da pauta de exportação de semimanufaturados demonstra o recente processo de agroindustrialização do Centro-oeste.

A concentração das atividades agroindustriais na região fará com que a arrecadação tributária dos estados relativa ao ICMS seja proveniente, de forma majoritária, desse setor. Da arrecadação de ICMS do estado de Mato Grosso, por exemplo, cerca de 90% dela advêm do complexo grãos-carnes.

Vistas da ótica macropolítica, as transformações perpetradas na economia do Centro-oeste, com a incorporação de novas áreas ao processo produtivo nacional, visavam, de um lado, à geração de divisas, mediante o aumento da produção de grãos para exportação, e, de outro lado, à absorção do excedente de mão-de-obra do Sul e Sudeste, de modo a reduzir conflitos sem mudanças estruturais na base fundiária. Registre-se que, nesse período, a expulsão de pequenos agricultores causada pela modernização conservadora do campo, especialmente no Paraná, provocou intenso fluxo migratório para Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, num movimento que se estendeu até Rondônia.

No plano macroeconômico, tratou-se, na verdade, do fenômeno da abertura de novos espaços econômicos à reprodução do capital do Sudeste e Sul, capitaneado por São Paulo, o que conferiu à agropecuária da região Centro-oeste papel central no fornecimento de matérias-primas para a indústria do Sudeste.

Em resumo, as ações combinadas do Estado e do capital privado transformaram a realidade econômica e social do Centro-oeste, infletindo a dinâmica demográfica, modificando o perfil do trabalho e do emprego, criando importantes complexos de armazenagem e submetendo a pesquisa e a extensão rural aos interesses dos grandes capitais, o que possibilitou a expansão intra-regional do comércio e estabeleceu as condições regionais para a integração aos mercados nacional e internacional, propiciando, desse modo, a implantação no território do Centro-oeste de grandes empresas do *agrobusiness* e permitindo, ao mesmo tempo, a passagem de grupos de amplitude regional para o plano nacional.

Foi, assim, favorecida uma razoável integração da região, embora concentrada, com a constituição de um seleto grupo de pólos de atração de investimentos privados de grande porte e a implantação de modernas indústrias processadoras de alimentos, enquanto se consolidava a produção de grãos com alta produtividade. Não obstante a instalação dessas unidades produtivas, a economia da região ainda se assenta preponderantemente no cultivo de grãos, pecuária e extrativismo mineral e florestal, o que se reflete em uma pauta de exportações pouco diversificada, centrada principalmente no complexo grãos-carnes.

Portanto, do ponto de vista espacial, o avanço produtivo no Centro-oeste, objetivado pela transformação nas relações de produção primárias, ao contrário do desejado desenvolvimento socioeconômico regional, vem reforçando as disparidades regionais, baseadas em uma disposição espacial pretérita, pautada nas disponibilidades de infra-estrutura e inserção nos mercados.

3 Caracterização da Rede Urbana Regional[19]

Tendo por pano de fundo o quadro exposto na seção anterior, no qual se procurou analisar o conjunto de determinantes do desenvolvimento socioeconômico regional e suas inter-relações com a estruturação espacial, pode-se avançar na compreensão e qualificação do sistema socioespacial de cidades do Centro-oeste.

[19] A classificação e a denominação dos centros urbanos da rede urbana da região Centro-oeste, constante deste item (aglomerado metropolitano de nível nacional, aglomerado metropolitano de nível regional, aglomerado não-metropolitano de nível regional, centro urbano isolado de nível regional 1, 2 e 3, centros urbanos isolados de nível local), constituiu uma etapa parcial do estudo da Rede Urbana. Esta classificação foi posteriormente alterada no processo de consolidação final das redes urbanas das grandes regiões do país, recebendo outra denominação, conforme pode ser verificado nos Anexos da Parte III (Tabelas A.10 a A.14) deste volume e no volume 1 desta série, que reúne os principais resultados do presente estudo.

A caracterização e a identificação espacial dos sistemas produtivos, juntamente com a análise da dinâmica demográfica, a seguir, fornecem elementos para captar o movimento de evolução da rede urbana. Em passo posterior, por meio da distribuição dos centros urbanos por classes de tamanho de população municipal e utilizando os demais indicadores disponíveis (*Cluster*, Regic, Índice de Terciarização), será classificada e qualificada a rede urbana do Centro-oeste.

3.1 Dinâmica Populacional

A mudança no perfil econômico do Centro-oeste, fruto da conjugação dos fatores apontados no item anterior, suscitou alterações significativas na dinâmica demográfica da região, com o incremento substancial dos fluxos migratórios. Ao longo da década de 70, fase de grande dinamismo demográfico, o Centro-oeste absorveu cerca de 1,3 milhão de migrantes, ostentando taxas de crescimento anuais duas vezes superiores às taxas nacionais. Em termos de participação no contingente populacional brasileiro, a população do Centro-oeste passou de 5,45% em 1970 para 5,72% em 1980, atingiu 6,42% no ano censitário de 1991, continuando seu processo de crescimento relativo, atingindo em 1996 o índice de 6,69%. Entretanto, conforme pontua o IBGE (1997, p. 18),

> a região Centro-oeste, que desde o final da década de 40 apresentava o menor volume populacional, passou à frente da região Norte entre 1960 e 1980. Em conseqüência das alterações político-administrativas ocorridas no período 1980-91 [divisão do estado de Goiás para a criação do estado de Tocantins e a anexação deste último à região Norte], ela volta a ocupar a última posição e permanece nesta posição no período mais recente (1991-96).

Analisando o comportamento demográfico por estado no período 1960-96 (Tabela 16), verifica-se uma desaceleração generalizada das taxas de crescimento anual a partir dos anos 70. A década de 70 é o período de auge das taxas de crescimento populacional, que, a partir de então, se reduzem paulatinamente. A exceção é o estado de Mato Grosso, que continuou apresentando taxas ascendentes de crescimento, refletindo o caráter mais recente de sua ocupação pelas frentes de expansão. Cabe destacar que as maiores taxas de crescimento no período 1960-80 couberam ao Distrito Federal, reduzindo-se drasticamente a partir da década seguinte.

Ao contrário do que uma leitura superficial das estatísticas poderia indicar, a partir de 1980 o Distrito Federal não perdeu poder de atração populacional. Na verdade, Brasília teve uma dinâmica espacial peculiar, canalizando o fluxo populacional para o entorno goiano do Distrito Federal. De fato, a microrregião entorno de Brasília, cujos municípios fazem parte do aglomerado metropolitano institucionalizado de Brasília (Ride), apresentou as maiores taxas de crescimento entre todas as microrregiões do estado de Goiás (5,59% no período 1980-91 e 6,44% no período 1991-96), considerando que tanto Goiás como o Centro-oeste, no seu conjunto, cresceram respectivamente a taxas de 2,3% e 3% no período 1980-91 e 2,4% e 2,2% no período 1991-96.

Esse comportamento populacional demonstra, em particular para o estado de Goiás, que a fixação produtiva da população em seu território foi sensivelmente reduzida. O mesmo processo ocorreu em Mato Grosso do Sul, cujas taxas também foram declinantes, reflexo da forma de ocupação concentrada no tempo e concentradora do ponto de vista fundiário.

Já o estado de Mato Grosso manteve taxas elevadas nas duas décadas 1970-80 e 1980-91 (6,6% e 5,4%, respectivamente), persistindo, portanto, na condição de absorvedor de população, pois Goiás e Mato Grosso do Sul já tinham consolidado, no período, tanto sua estrutura fundiária como sua estrutura produtiva e conseqüente perfil ocupacional. Esses elevados índices do estado de Mato Grosso, entretanto, irão cair para uma taxa média anual de 2% no período recente (1991-96), índice inferior, inclusive, ao de Goiás, cuja taxa atingiu 2,4%, ao do Distrito Federal (2,6%) e ao do próprio Centro-oeste (2,2%).

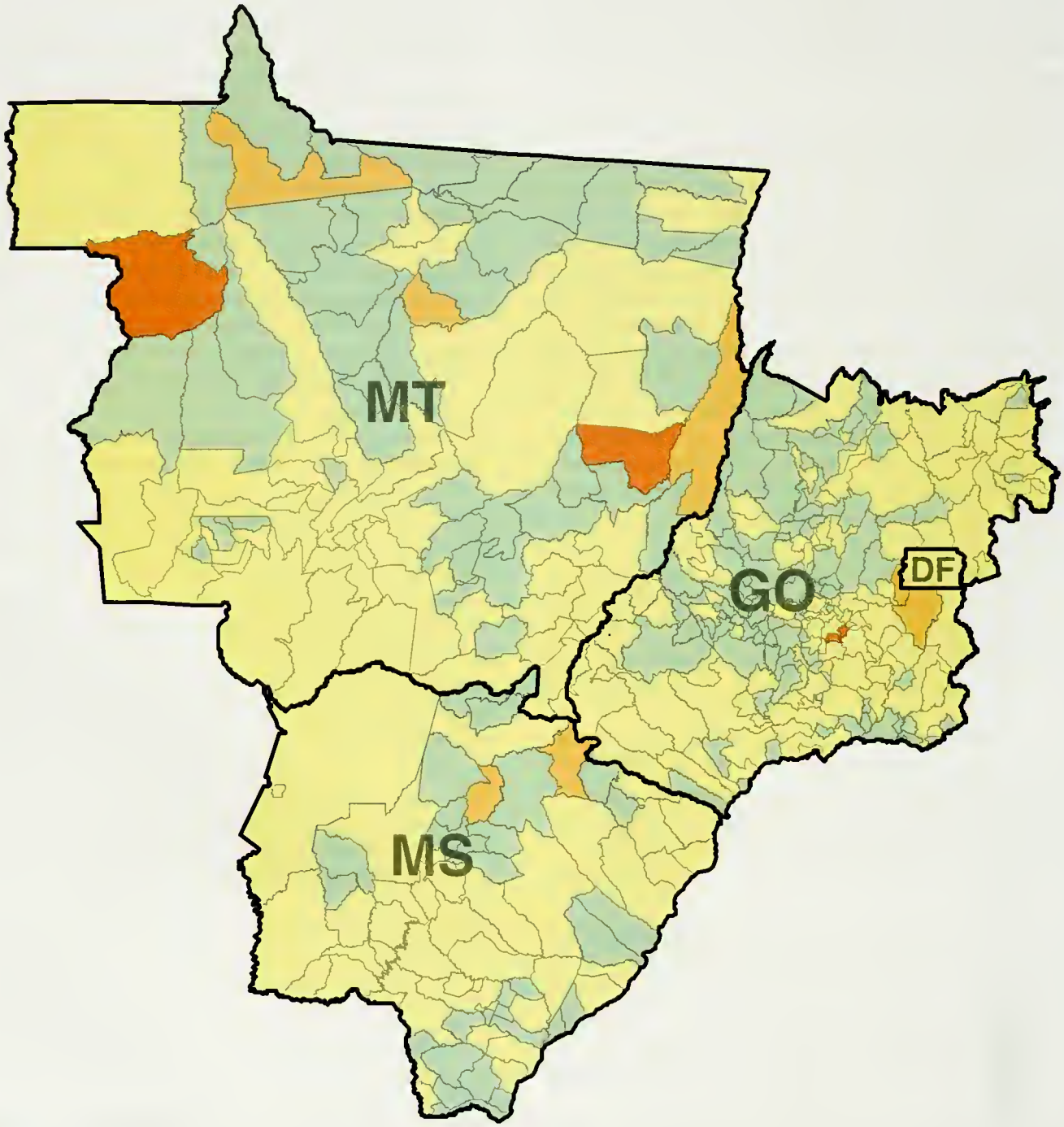
TABELA 16
REGIÃO CENTRO-OESTE – TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO (1960-96)

Em %

Estado/Região	1960-70	1970-80	1980-91	1991-96
Mato Grosso do Sul	5,7	3,2	2,4	1,6
Mato Grosso	6,4	6,6	5,4	2,0
Goiás	4,4	2,7	2,3	2,4
Distrito Federal	14,4	8,1	2,8	2,6
Centro-oeste	**5,6**	**4,0**	**3,0**	**2,2**

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996).

MAPA 1
REGIÃO CENTRO-OESTE – CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL (1980-91)



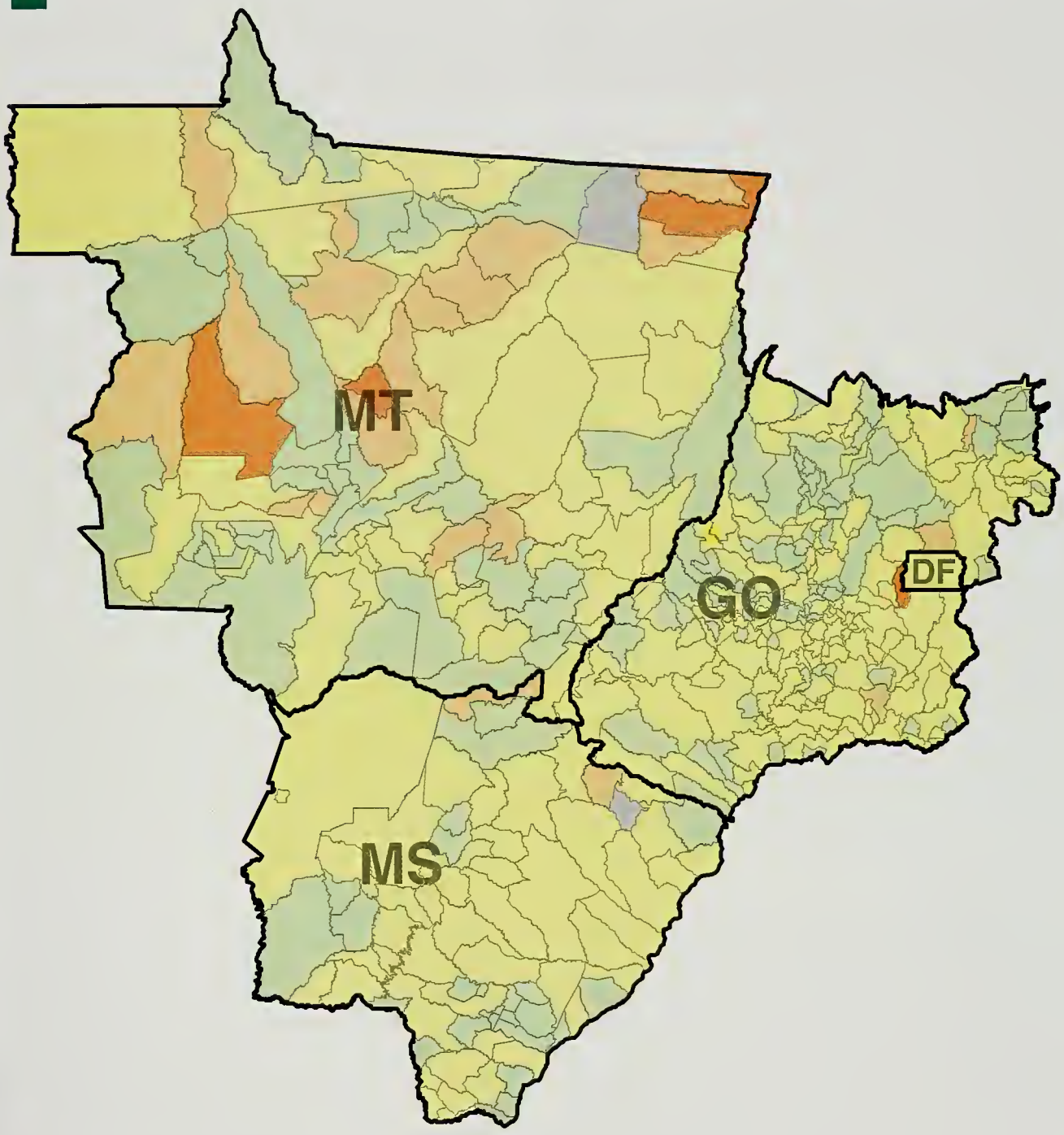
TAXA DE CRESCIMENTO (em %)
-8,0 a 0,0
0,1 a 9,0
9,1 a 13,0
13,1 a 25,0
Sem dados

Fonte: Nesur/IE/Unicamp (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

0 110 220 km

N

MAPA 2
REGIÃO CENTRO-OESTE – CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL (1991-96)



TAXA DE CRESCIMENTO (em %)

- -8,0 a 0,0
- 0,1 a 7,0
- 7,1 a 13,0
- 13,1 a 25,0
- Sem dados

Fonte: Nesur/IE/Unicamp (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

0 110 220 km

N

No que se refere à dinâmica demográfica por mesorregiões, verifica-se que, em 1970, o estado de Mato Grosso do Sul era relativamente mais urbanizado que os estados de Goiás e Mato Grosso, sendo a mesorregião do sudeste mato-grossense a menos urbanizada de todo o Centro-oeste. Apresentando taxas anuais de crescimento da ordem de 33,6% ao longo da década de 70, essa mesorregião, no ano censitário de 1980, já relegara o norte mato-grossense à condição de mesorregião menos urbanizada, embora esta última tenha apresentado altas taxas de crescimento urbano (29,68%), o que a coloca na condição de segunda mesorregião (depois do sudeste mato-grossense) a se urbanizar mais intensivamente. Esse fato, porém, deve ser relativizado, considerando-se a pequena base populacional anterior, mas ele reflete o movimento migratório em direção às áreas de fronteira.

Na mesma década de 70, as mesorregiões do centro e do sul goianos, depois do centro-sul mato-grossense, são as que mais perderam população rural na região Centro-oeste, sendo seguidas da mesorregião sudoeste mato-grossense – conseqüência do movimento migratório rural-urbano provocado pela modernização da base produtiva. Nos anos 80, embora arrefecesse a intensidade dos fluxos migratórios em direção aos centros urbanos, as mesorregiões norte mato-grossense e leste goiano foram as que mais intensivamente se urbanizaram, enquanto as mesorregiões pantanal sul mato-grossense e o sul goiano foram as que tiveram as menores taxas de crescimento da população urbana, embora por razões distintas. Enquanto o pantanal sul mato-grossense é uma mesorregião historicamente caracterizada por baixa densidade populacional e estagnação econômica, o sul goiano é uma área que experimenta a substituição de suas culturas tradicionais (arroz, milho e feijão) pelas monoculturas intensivas, tecnificadas, de grande escala e pouco empregadoras de mão-de-obra, com destaque para a soja, a cana-de-açúcar e o próprio milho.

Embora as mesorregiões do centro de Mato Grosso do Sul, do centro goiano e do sudoeste mato-grossense permanecessem como as mais urbanizadas do Centro-oeste brasileiro, nota-se, em todo o período de análise (1970-96), que as diferenças entre as taxas de urbanização das diversas mesorregiões do Centro-oeste tendem a se estreitar ao longo do período, tornando-se mais homogêneas. O norte e o nordeste mato-grossense foram as únicas mesorregiões a receber influxos populacionais em suas respectivas áreas rurais. Todas as demais parcelas do Centro-oeste brasileiro perdem população rural, e esse movimento se repete no período 1991-96, como mostram os dados da Tabela 17.

As taxas de crescimento do estado de Mato Grosso, por mesorregião, indicam um afluxo migratório expressivo, embora ele se dê sobre uma base populacional pequena. No período considerado, Mato Grosso demonstra uma dinâmica populacional que o diferencia de Goiás e Mato Grosso do Sul, pois seu comportamento demográfico mostra um perfil característico de área de fronteira.

Algumas taxas de crescimento urbano ainda foram bastante elevadas nos estados do Centro-oeste, nos anos 90. Na mesorregião centro-norte de Mato Grosso do Sul, a taxa de crescimento da população urbana, entre 1991 e 1996, chegou a ser de 5% a.a. em Corguinho, de 7% a.a. em Jujuari, de 9% a.a. em Rochedo, de 8% a.a. em Sonora, indicando a transferência de população do rural para o urbano dessas localidades. De fato, todas as mesorregiões de Mato Grosso do Sul registraram taxas negativas da população rural. Destaca-se ainda a mesorregião pantanal sul mato-grossense, que vem crescendo em ritmo lento, particularmente aqueles municípios que no passado desempenharam importantes funções no estado, como Aquidauana (que, de uma taxa de 1,2% a.a. entre 1980 e 1991, baixou para 0,5% a.a. no período 1991-96) e Corumbá (de 0,78% a.a. para 0,15% a.a.).

No estado de Mato Grosso, a década de 80 marcou o crescimento das mesorregiões norte (11% a.a.), nordeste (5,2% a.a.) e centro (5% a.a.). Na mesorregião norte, o município de Alta Floresta, por exemplo, passou de 14 mil habitantes, em 1980, para 66 mil, em 1991; municípios que tinham menos de mil habitantes em 1980 saltaram para a faixa de 10 mil a 20 mil habitantes, como é o caso de Guarantã do Norte e Matupá. Na mesorregião nordeste, municípios como Campinópolis e Vila Rica atingiram uma taxa de crescimento de 12% a.a. nos anos 80. Na mesorregião centro mato-grossense, destacam-se os municípios de Cuiabá (com taxa de crescimento de 6,1% a.a.) e Várzea Grande (7% a.a.), que conformam um aglomerado urbano. Na mesorregião sudoeste, verificou-se ainda o crescimento elevado de Vila Bela de Santíssima Trindade (9% a.a.) e Pontes e Lacerda (8% a.a.); no sudeste, Campo Verde (8% a.a.), Primavera do Leste (5,6% a.a.) e Rondonópolis (4,1% a.a.).

Ainda no que se refere ao crescimento populacional dos municípios de Mato Grosso, cabe ressaltar que três fenômenos estiveram em sua base: a expansão da fronteira agrícola; a extração de madeiras no norte do estado; e a mineração de ouro e diamantes. No primeiro, os movimentos populacionais são mais consistentes e duradouros; no caso da extração de madeira, o movimento só se torna consistente no médio prazo se a área de extração for sucedida pela expansão da agricultura e por atividades de beneficiamento. Já no caso da mineração, esta é responsável por fluxos populacionais intensos, porém efêmeros, nem sempre captados pelo levantamento censitário[20].

[20] Conforme informações do Sindicato dos Trabalhadores na Mineração (do estado de Mato Grosso), cerca de 350 mil garimpeiros atuavam no estado na primeira metade dos anos 90. Esse número teria caído para aproximadamente 30 mil no final dos anos 90.

TABELA 17
MESORREGIÕES DA REGIÃO CENTRO-OESTE – GRAU DE URBANIZAÇÃO E TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL PARA OS PERÍODOS INTERCENSITÁRIOS (1970-96)

Em %

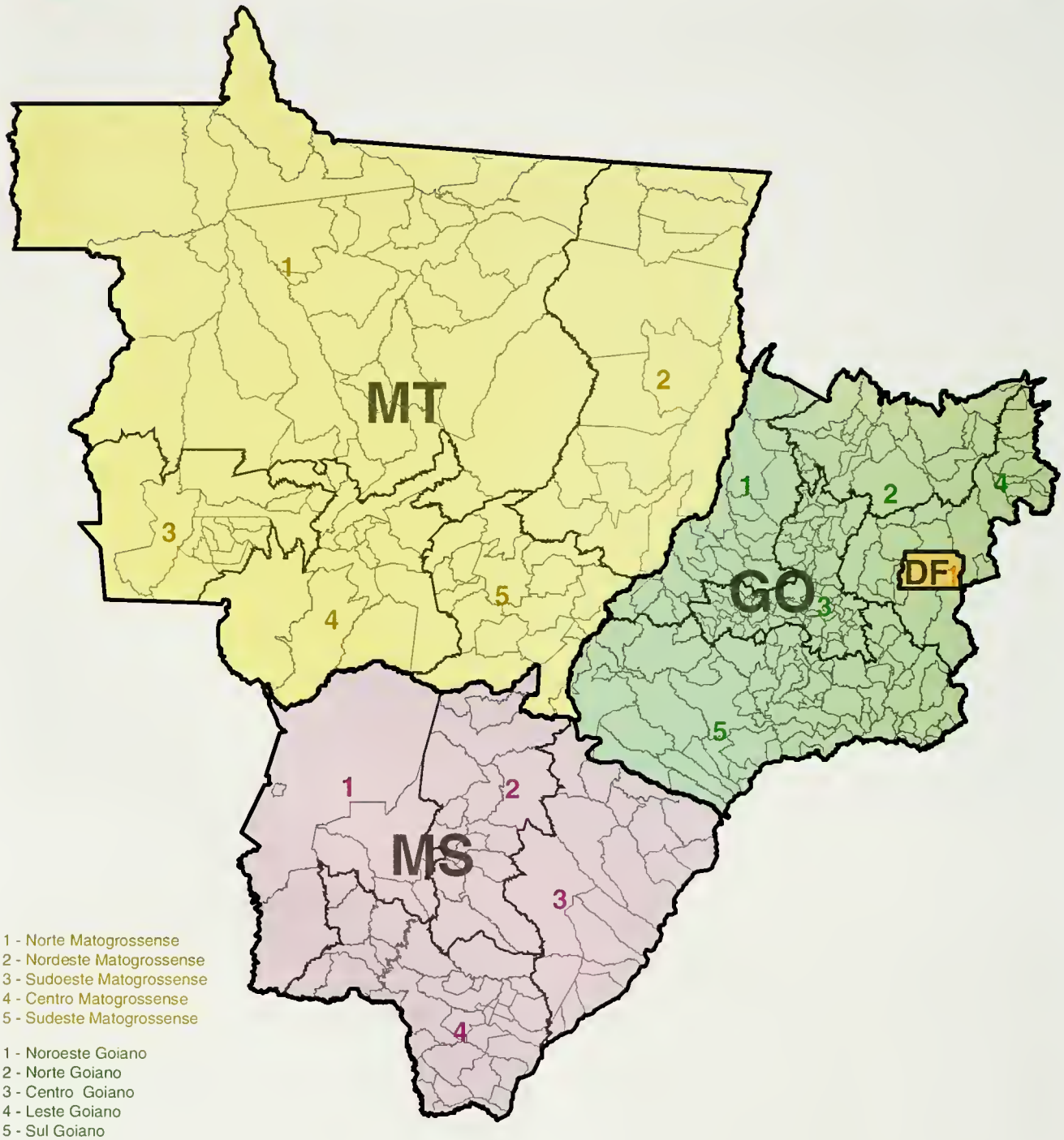
Mesorregião	Grau de Urbanização				Taxa de Crescimento								
					1970-80			1980-91			1991-96		
	1970	1980	1991	1996	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Goiás													
Noroeste Goiano	38,6	59,2	72,7	78,4	1,97	6,42	-2,11	1,31	3,21	-2,32	0,45	1,98	-4,19
Norte Goiano	23,0	45,3	65,6	73,4	3,27	10,53	-0,22	1,80	5,28	-2,39	-0,46	1,81	-5,46
Centro Goiano	58,5	78,2	88,1	91,7	3,28	6,32	-3,15	2,66	3,79	-2,86	2,37	3,18	-4,64
Leste Goiano	24,3	53,3	74,2	82,7	4,55	13,09	-0,37	5,06	8,28	-0,47	5,60	7,90	-2,47
Sul Goiano	41,4	63,5	76,7	80,9	0,99	5,39	-3,66	1,03	2,78	-3,15	1,38	2,47	-2,33
Mato Grosso do Sul													
Pantanal Sul Mato-grossense	54,3	68,9	75,6	76,3	1,06	3,48	-2,74	0,92	1,77	-1,28	0,29	0,48	-0,30
Centro-norte de Mato Grosso do Sul	64,0	81,5	91,6	93,5	5,64	8,22	-1,17	4,40	5,51	-2,85	2,41	2,83	-2,74
Leste de Mato Grosso do Sul	43,5	60,0	71,1	77,0	1,98	5,32	-1,49	1,69	3,26	-1,25	1,94	3,60	-2,68
Sudoeste de Mato Grosso do Sul	31,6	58,2	71,6	76,6	3,37	9,90	-1,60	1,08	2,99	-2,40	1,02	2,40	-2,84
Mato Grosso													
Norte Mato-grossense	23,0	31,0	58,7	62,7	25,85	29,68	24,47	11,39	18,05	6,16	2,48	3,81	0,45
Nordeste Mato-grossense	36,7	44,5	59,0	62,5	12,43	14,63	10,95	5,20	7,94	2,34	3,65	4,85	1,83
Sudeste Mato-grossense	5,8	35,7	61,6	66,8	11,45	33,66	7,27	2,30	7,49	-2,38	1,88	3,55	-1,02
Sudoeste Mato-grossense	50,0	76,6	87,3	88,8	4,50	9,06	-3,14	4,96	6,21	-0,74	1,37	1,69	-1,04
Centro-sul Mato-grossense	33,2	61,9	80,1	82,9	1,43	7,96	-4,12	2,53	4,95	-3,33	2,18	2,89	-0,92

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996).

O período 1991-96 imprimiu uma nova dinâmica aos municípios do estado de Mato Grosso, pois, apesar da diminuição no ritmo de crescimento populacional de todas as mesorregiões, o estado consolidou a predominância de uma extensa base populacional urbana, com taxas de crescimento urbano ainda superiores a 3,5% a.a. nas mesorregiões norte, nordeste e sudoeste mato-grossense. A mesorregião nordeste registrou a maior taxa de crescimento (3,6% a.a. para a população total, 4,9% a.a. para a urbana e 1,8% a.a. para a rural), destacando-se o crescimento urbano de pequenos municípios, como Canarana (com taxa de crescimento da população urbana de 10% a.a.), Santa Terezinha (23% a.a.) e Vila Rica (10% a.a.). Nessa mesorregião, o crescimento rural positivo deve-se ao crescimento da população rural de municípios como Porto Alegre do Norte (11% a.a.), Santa Terezinha (21% a.a.) e Luciara (4% a.a.). No norte mato-grossense, a taxa de crescimento da população rural também foi levemente positiva, com o acentuado crescimento de Sorriso (17% a.a.), Sinop (12,5% a.a.), Juruena (11% a.a.), Campo Novo do Parecis (9,7% a.a.), Comodoros (7,7% a.a.) e Porto dos Gaúchos (9,4% a.a.). Esse crescimento rural positivo foi bastante pontual, predominando taxas negativas de crescimento rural em todas as demais mesorregiões, caracterizando o norte e o nordeste mato-grossenses como as últimas áreas tipicamente de fronteira.

A mesorregião centro mato-grossense registrou no período 1991-96 o menor ritmo de crescimento populacional (1,4% a.a.), inferior à média estadual (1,98% a.a.). Nessa área situa-se a capital (Cuiabá), que vem registrando um menor ritmo de crescimento populacional (de 6% a.a., entre 1980 e 1991, para 1,5% a.a., no período 1991-96), a

MAPA 3
REGIÃO CENTRO-OESTE – MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS (1998)



1 - Norte Matogrossense
2 - Nordeste Matogrossense
3 - Sudoeste Matogrossense
4 - Centro Matogrossense
5 - Sudeste Matogrossense

1 - Noroeste Goiano
2 - Norte Goiano
3 - Centro Goiano
4 - Leste Goiano
5 - Sul Goiano

1 - Brasília

1 - Pantanal Sul Matogrossense
2 - Centro Norte do Mato Grosso do Sul
3 - Leste do Mato Grosso do Sul
4 - Sudoeste do Mato Grosso do Sul

Fonte: Nesur/IE/Unicamp (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

0 110 220 km

N

exemplo das demais capitais brasileiras (Martine, 1992). Entretanto, o município de Cuiabá não deve ser analisado isoladamente, dada sua conurbação com o município de Várzea Grande, cuja taxa de crescimento populacional no período 1991-96 foi de 3,61%. Além disso, vários municípios dessa mesorregião perderam população nos primeiros cinco anos desta década, registrando taxas negativas de crescimento, o que representou para alguns municípios (Alto Paraguai, Arenópolis, Rosário do Oeste) a diminuição, em números absolutos, da população urbana e rural.

Na mesorregião sudeste mato-grossense, o crescimento da população urbana chegou a 3,5% a.a., destacando-se o município de Campo Verde, com 19,9% a.a., e Primavera do Leste, com 13,5% a.a., típicos municípios onde o fenômeno da expansão da agricultura foi acentuado na década, liderado pela cultura da soja.

No estado de Goiás, a taxa de crescimento da população total, no período 1991-96, chegou a ser negativa para a mesorregião norte goiano (-0,27% a.a.) e de apenas (0,43% a.a.) para o noroeste. Cabe salientar que nessas mesorregiões, até a década de 90, predominava na atividade primária a produção de alimentos para o mercado interno. Afetada pelo desmonte dos programas de apoio oficiais, essa área tem sido objeto da expansão da pecuária extensiva.

Em contrapartida, a messorregião leste goiano passou por um período de grande dinamismo, crescendo a uma taxa de 4,9% a.a. no período 1980-91 e de 5,6% a.a. no período 1991-96. Entretanto, merece destaque a assimetria dessa mesorregião, visto que ela é constituída por duas microrregiões com dinâmicas populacional e econômica visivelmente distintas: ao norte, situa-se a microrregião do Vão do Paranã, a mais pobre e despovoada do estado de Goiás, enquanto o entorno do Distrito Federal configura a microrregião de destacado dinamismo agropecuário. Pela sua funcionalidade em relação à Capital federal, essa microrregião vem destacando-se como área de grande atração populacional. Na mesma mesorregião, despontam alguns municípios, como Santo Antônio do Descoberto, que, de uma população de 13 mil em 1980, passou para 35 mil em 1991, chegando a 107 mil em 1996, bem como Luziânia, que passou de 79 mil em 1980 para 275 mil em 1996, ambos municípios que compõem o aglomerado urbano de Brasília.

Em Goiás, Goiânia, a capital estadual, está situada na mesorregião centro goiano, que, apesar da desaceleração no ritmo de crescimento (de 2,4% a.a. no período 1980-91 passou a 1,7% a.a. no período 1991-96), desempenha importante papel na formação do aglomerado urbano. Da mesma forma que Cuiabá, o crescimento populacional do município de Goiânia demanda ser analisado em relação ao comportamento do conjunto dos 17 municípios que compõem esse aglomerado. Na messorregião sul de Goiás, a população rural decresce em todos os municípios, embora seja a mesorregião em que a população rural, em seu conjunto, menos decresceu no estado. Trata-se de uma área de ocupação mais antiga, na qual ainda subsistem áreas de lavoura e pecuária tradicionais, principalmente nas microrregiões de Quirinópolis, Pires do Rio e na parte norte da microrregião do Meia Ponte. A taxa de crescimento urbano dessa mesorregião manteve o ritmo da década anterior, com ligeira redução, ocorrendo crescimento acelerado apenas em alguns municípios de pequeno porte, como Aporé (com uma taxa de crescimento urbano de 21% a.a.) e Turvelândia (11% a.a.), além das cidades turísticas de Caldas Novas (10% a.a.) e Rio Quente (20,8% a.a.).

Esse generalizado movimento em direção às cidades é característico da dinâmica econômica da região: a prevalência de uma agricultura produtora de *commodities*, altamente capitalizada e tecnificada, além de não necessitar de trabalho vivo em grande escala, conforma a propriedade e o uso da terra segundo sua lógica de valoração, esvaziando o campo e provocando um afluxo migratório em direção aos centros urbanos de maior porte.

Em resumo, o cruzamento dos indicadores econômicos e demográficos atesta o caráter diferenciado do comportamento socioeconômico intra-regional, bem como evidencia a capacidade transitória da chamada *fronteira agrícola* para sustentar e fixar fluxos migratórios expressivos. Além disso, verifica-se que o incremento populacional passa a ocorrer substancialmente nas áreas urbanas, via fluxos migratórios oriundos do Sul, Sudeste e Nordeste.

Em 1996, a região Centro-oeste passa a contar com um contingente populacional de 10,5 milhões de habitantes, correspondendo a 6,7% do total nacional, o que representou um ligeiro aumento de seu peso relativo, uma vez que, em 1980, a população dessa região respondia por 5,7% da população brasileira. Em contrapartida, o contingente populacional rural vem apontando decréscimos em números absolutos, passando de quase 2 milhões, em 1980, para 1,6 milhão, em 1996 (Tabela 18).

Para o conjunto da região Centro-oeste, as altas taxas de crescimento verificadas nos pequenos municípios, inclusive com a recuperação demográfica de alguns, em especial em Mato Grosso, imprimem uma taxa de crescimento à região (3% a.a.) superior à média nacional (2,1% a.a.), no período 1991-96.

Vale ressaltar que, no caso do estado de Mato Grosso, o decréscimo da população rural vem ocorrendo em ritmo mais lento que nos demais estados, tanto que até 1991 as taxas de crescimento da população rural eram positivas e elevadas (superiores a 2% a.a.); somente entre 1991 e 1996, houve um pequeno decréscimo nesse contingente populacional, registrando o estado de Mato Grosso, pela primeira vez em 30 anos, taxa negativa de crescimento rural: -0,07% a.a.

Predomina a população urbana na região, e, mesmo com a desaceleração em seu ritmo de crescimento, a taxa de crescimento desse contingente foi muito superior à média brasileira; em 1996, a população urbana nacional cresceu a 2,1% a.a., enquanto a do Centro-oeste chegou a quase 3% a.a. Esse ritmo mais elevado do urbano regional indica não somente a transferência de população do próprio rural do Centro-oeste para seu urbano, mas também a migração interestadual que ainda prevaleceu na última década (Tabela 19).

De fato, no período 1981-91, do total de brasileiros que declararam ter mudado de estado (cerca de 10,6 milhões de pessoas), 12% dirigiram-se para algum estado da região Centro-oeste (1,3 milhão de pessoas), como mostram os dados da Tabela 20. Na verdade, essa área ocupou a segunda posição em termos de volume de imigrantes, só perdendo mesmo para São Paulo; mais especificamente, destacou-se ainda nos anos 80 o estado de Mato Grosso como pólo de atração nacional, recebendo mais de 500 mil migrantes; o estado de Goiás confirmou-se muito mais como pólo de atração intra-regional, recebendo fluxos migratórios particularmente do Distrito Federal e Tocantins.

Apesar do grande volume migratório interestadual recebido pelo Centro-oeste nos anos 80, torna-se importante ressaltar que a emigração dessa área também foi expressiva: mais de 700 mil pessoas, das quais 43% se destinaram aos estados da região Sudeste (ver Tabela A.1 dos Anexos). Destaca-se que parcela desse fluxo emigratório foi composto de uma migração de retorno (Tabela A.2 dos Anexos), especialmente para os estados do Paraná, São Paulo, Minas e, mesmo, para alguns estados do Nordeste, refletindo o progressivo esgotamento das frentes de expansão agrícola nessa região.

No caso do estado de Mato Grosso do Sul, pode-se dizer que houve aí uma circulação migratória bastante elevada, com a imigração de 272 mil pessoas e a saída de 237 mil; portanto, um índice de eficácia migratória[21] de 0,07. Mesmo obtendo saldo positivo nas trocas migratórias com outros estados, deve-se assinalar que o saldo de Mato Grosso do Sul com Mato Grosso foi negativo (25 mil pessoas deslocaram-se de Mato Grosso para Mato Grosso do Sul e saíram 68 mil deste estado em direção àquele), demonstrando a importância das trocas migratórias intra-regionais no Centro-oeste.

Nos anos 80, o estado de Mato Grosso ainda recebeu contingente expressivo de migrantes: cerca de 165 mil pessoas vindas do Paraná, 64 mil de São Paulo, 30 mil de Rondônia, 50 mil de Goiás, 25 mil de Santa Catarina e 28 mil do Rio Grande do Sul. Seu volume emigratório (244 mil pessoas) deslocou-se principalmente para o Paraná, São Paulo e Rondônia, muito embora o estado tenha-se caracterizado como área de absorção de migrantes.

No estado de Goiás, a imigração também ultrapassou as 500 mil pessoas, das quais 30% procedentes do Distrito Federal – indicando a importância do chamado *entorno de Brasília* na configuração da distribuição da população nesse estado. Goiás registrou volume significativo de emigrantes para Minas Gerais, Mato Grosso, Distrito Federal e São Paulo.

Finalmente, no caso do Distrito Federal, verifica-se que essa área retém muito pouco da migração, registrando um índice de eficácia migratória de 0,02, com a imigração de 354 mil pessoas e com uma emigração de 340 mil. Essa circulação de população está mais circunscrita ao âmbito de Goiás-Brasília, registrando o Distrito Federal saldo negativo em suas trocas migratórias com Goiás, que chegou a 100 mil pessoas. A rigor, trata-se, na verdade, da circulação populacional no interior da Região Metropolitana de Brasília, dado que os migrantes que buscam o Distrito Federal acabam por se assentar nas cidades de seu entorno, as quais fazem parte da microrregião goiana denominada *entorno de Brasília*.

Nesse contexto da emigração que parte do Centro-oeste, é importante destacar que parcela do fluxo está relacionada a uma migração de retorno, especialmente para os estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e, mesmo, para os estados do Nordeste. Mais da metade das pessoas que saíram de Mato Grosso do Sul com destino ao Paraná estava retornando ao seu estado de origem; no caso daqueles que saíram de Mato Grosso para o Paraná, 63% eram de retorno. Para o estado de Goiás e para o Distrito Federal, a maior participação da migração de retorno foi para Minas Gerais. De Goiás para a Bahia o retorno chegou a 55% da emigração.

Considerando ainda a emigração dos estados do Centro-oeste, nota-se que esses fluxos tiveram como destino mais o interior dos respectivos estados do que suas áreas metropolitanas ou as capitais (Tabela A.3 dos Anexos). Do total da emigração de Mato Grosso do Sul, 67% saíram de seu interior e dirigiram-se a outras áreas interioranas. O fluxo do interior de Mato Grosso para o interior de São Paulo representou 7,7%. E considerando os volumes migratórios interestaduais para o Centro-oeste, nos qüinqüênios de 1986-91 e de 1991-96, verifica-se que, nos anos 90, o volume de migrantes para o Centro-oeste diminuiu, passando de 627 mil no período 1986-91 para 505 mil entre 1991 e 1996. Nos estados de Mato Grosso do Sul e de Mato Grosso e no Distrito Federal, houve diminuição da imigração. No caso de Goiás, aumentou a imigração, devido à crescente transferência de população intra-regional e à

[21] Esse índice mede o grau de retenção da migração (imigração – emigração/imigração + emigração); quanto mais próximo de zero, menor é a capacidade de absorção migratória; quanto mais próxima de um, maior é a capacidade de atração migratória; se é negativo, está ocorrendo evasão populacional.

TABELA 18
BRASIL E REGIÃO CENTRO-OESTE – POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL (1970/80/91/96)

País/Região/ Estados	População Total				População Urbana				População Rural			
	1970	1980	1991	1996	1970	1980	1991	1996	1970	1980	1991	1996
Centro-oeste	**4.548.907**	**6.825.118**	**9.427.601**	**10.501.480**	**2.307.782**	**4.831.347**	**7.663.122**	**8.865.836**	**224.125**	**1.993.771**	**1.764.479**	**1.635.644**
Mato Grosso do Sul	998.211	1.393.019	1.780.373	1.927.834	452.117	93,1.152	1.414.447	1.604.318	54.094	461.867	365.926	323.516
Mato Grosso	598.879	1.138.691	2.027.231	2.235.832	232.072	654.952	1.485.110	1.695.548	366.807	483.739	542.121	540.280
Goiás	2.414.325	3.116.473	4.018.903	4.515.868	1.107.511	2.106.212	3.247.676	3.873.722	1.306.814	1.010.261	771.227	642.146
Distrito Federal	537.492	1.176.935	1.601.094	1.821.946	516.082	1.139.031	1.515.889	1.692.248	21.410	37.904	85.205	129.698
Brasil	**93.131.132**	**119.036.894**	**146.825.095**	**157.079.573**	**52.083.376**	**80.448.771**	**110.993.272**	**123.082.167**	**41.047.756**	**38.588.123**	**35.831.823**	**33.997.406**

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996).

TABELA 19
REGIÃO CENTRO-OESTE – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL (1970/80/91/96)

Em %

Região/ Estado	Participação Relativa no Total da População															
	Região Centro-oeste								Brasil							
	Urbana				Rural				Urbana				Rural			
	1970	1980	1991	1996	1970	1980	1991	1996	1970	1980	1991	1996	1970	1980	1991	1996
Centro-oeste	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**4,43**	**6,01**	**6,90**	**7,20**	**5,46**	**5,17**	**4,92**	**4,81**
Mato Grosso do Sul	19,59	19,27	18,46	18,10	24,37	23,17	20,74	19,78	0,87	1,16	1,27	1,30	1,33	1,20	1,02	0,95
Mato Grosso	10,06	13,56	19,38	19,12	16,37	24,26	30,72	33,03	0,46	0,81	1,34	1,38	0,89	1,25	1,51	1,59
Goiás	47,99	43,59	42,38	43,69	58,31	50,67	43,71	39,26	2,13	2,62	2,93	3,15	3,18	2,62	2,15	1,89
Distrito Federal	22,36	23,58	19,78	19,09	0,96	1,90	4,83	7,93	0,99	1,42	1,37	1,37	0,05	0,10	0,24	0,38

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996).

TABELA 20
REGIÃO CENTRO-OESTE – MOVIMENTO MIGRATÓRIO(*) (1981-91)

Região de Origem/Destino	Imigração	% no Total	Emigração	% do Total
Norte	151.866	12,00	177.918	23,52
Nordeste	355.708	28,10	119.395	15,78
Sudeste	424.097	33,50	325.117	42,98
Sul	334.163	26,40	134.027	17,72
Centro-oeste	**1.265.834**	**100,00**	**756.457**	**100,00**

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 1991).
Tabulações especiais: Nesur/Unicamp.
Nota: (*) Pessoas com mais de 10 anos.

continuidade do fluxo oriundo do Nordeste. Chama a atenção também o aumento da emigração de Mato Grosso em direção aos estados do Sudeste, ao Distrito Federal e rumo a Goiás.

Nos anos 90, deu-se um arrefecimento da absorção migratória interestadual na região, com impactos significativos na rede urbana do Centro-oeste, uma vez que a mobilidade populacional, circunscrita aos principais eixos de crescimento regional, conforma espaços urbanos marcados por transferências internas de população. De fato, somente na região Centro-oeste houve, do período 1986-91 para o período 1991-96, um aumento na migração entre os estados (de 186.955 para 187.408), enquanto nas demais regiões brasileiras ocorreu um decréscimo significativo.

Assim, o crescimento populacional das localidades urbanas na região Centro-oeste, a partir dos anos 90, está muito mais condicionado à própria dinâmica migratória intra-regional e intramunicipal do que aos fluxos provenientes de outros estados, como ocorreu em períodos anteriores. Esse fenômeno tem reflexos na rede urbana regional, principalmente em termos de concentração e consolidação de centros urbanos que já haviam emergidos em outras décadas, sem o surgimento, contudo, de novos espaços urbanos de grande expressão.

A imigração para o Centro-oeste também teve como destino seu interior, reforçando a importância desse componente populacional na dinâmica de crescimento dos municípios, inclusive nos pequenos e intermediários. De fato, as taxas de crescimento dos municípios com menos de 15 mil habitantes passaram a ser positivas no período 1980-91. Já no período 1991-96, o ritmo de crescimento de todas as classes de tamanho de município diminuiu, em especial daquelas entre 100 mil a 800 mil habitantes, tendo influência aí não somente a continuidade da queda da fecundidade, mas também a diminuição da imigração.

3.2 Perfil da Rede Urbana

As grandes mudanças nas espacialidades do Centro-oeste – decorrentes das ações de maior envergadura do Poder Público, que resultaram no surgimento de suas nucleações mais expressivas – são anteriores ao período de implantação das frentes de agropecuária intensiva. Tanto as transformações na base infra-estrutural como o surgimento dos dois principais aglomerados urbanos, Goiânia e Brasília, com seus impactos consideráveis na economia e na espacialidade regionais, foram determinantes na configuração do sistema urbano do Centro-oeste, tal como ele se apresenta atualmente.

Foi basicamente o sistema de cidades desenhado entre as décadas de 30 e 60, com alto grau de dispersão, mas, ao mesmo tempo, com centros polares definidos e nítidas centralidades, que suportou o avanço das frentes de expansão e delas sofreu os inevitáveis impactos. Mas, embora provocadoras de alterações na estrutura urbana, como não poderia deixar de ser, as mudanças vividas nos últimos anos pela economia do Centro-oeste, ainda que profundas, como se viu, não foram suficientes para alterar, na essência, a base urbana anterior. Quando muito, alteraram-se os pesos relativos de alguns centros intermediários, mas sem que se verificasse uma nova hierarquização, ou mudanças na funcionalidade dos principais aglomerados urbanos. Pode-se dizer que, na verdade, houve reforço da espacialização preexistente, acentuando-se, ainda mais, o papel e a abrangência dos centros polarizadores.

A análise da distribuição populacional por classes de tamanho de município (na classificação convencional), examinada em série histórica (*vide* Tabela 21), ajuda a corroborar essa constatação. Ela aponta para uma concentração progressiva da população do Centro-oeste nos principais centros urbanos de Goiânia e Brasília (e respectivas cida-

TABELA 21
REGIÃO CENTRO-OESTE – EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO TOTAL, POR CLASSE DE TAMANHO DE MUNICÍPIO OU ÁREA METROPOLITANA (1970/80/91/96)

Em %

Classe de Tamanho (Hab./Município) ou Área Metropolitana	1970	1980	1991	1996
Menos de 5.000	6,9	4,2	3,2	2,8
De 5.001 a 10.000	11,4	8,4	7,4	6,9
De 10.001 a 20.000	14,6	13,0	12,2	11,7
De 20.001 a 50.000	21,6	19,0	17,2	16,2
De 50.001 a 100.000	7,8	6,8	6,7	6,6
De 100.001 a 200.000	4,2	4,9	5,5	5,7
De 200.001 a 500.000	4,5	5,8	6,8	6,6
De 500.001 a 800.000	3,1	4,3	5,6	5,7
AM de Goiânia	10,4	12,6	13,5	14,2
AM de Brasília	15,4	21,1	22,0	23,5

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996).

des-satélite), e, em grau mais atenuado, nos poucos municípios de porte médio, acima de 100 mil habitantes. Em contrapartida, todas as classes de tamanho de municípios até 100 mil habitantes perderam capacidade de retenção populacional entre os anos 70 e 1996 (na classe de municípios de 20 mil a 50 mil habitantes, esse índice reduziu-se de 21,6% para 16,2%, enquanto na classe de 50 mil a 100 mil passou de 7,8% para 6,6% no período considerado).

Juntos, o aglomerado metropolitano nacional de Brasília e o aglomerado urbano de Goiânia, que detinham 25,8% do total da população em 1970, passaram a concentrar 37,7% de toda a população do Centro-oeste em 1996. Quando se considera apenas a população urbana, essa concentração fica ainda mais evidente: apenas esses dois centros, também detentores dos principais serviços e atividades de comércio, e seus respectivos municípios-satélite absorvem mais da metade do total da população urbana do Centro-oeste (52,3% em 1996).

Ainda em termos de população total, a essas duas aglomerações, se forem acrescentados Anápolis e Rio Verde (em Goiás), Campo Grande e Dourados (em Mato Grosso do Sul) e mais o aglomerado urbano de Cuiabá-Várzea Grande e Rondonópolis (em Mato Grosso), todos eles acima de 100 mil habitantes, alcança-se o índice de 50,75% da população total (urbana e rural) de todo o território do Centro-oeste, evidenciando a tendência à concentração nas cidades maiores, justamente aquelas que também exercem funções de maior centralidade. Ressalte-se que, no caso de Brasília, a análise leva em conta que sua extraordinária expansão ultrapassou os limites do Distrito Federal, induzindo o crescimento das cidades que gravitam no seu entorno e que fazem parte da microrregião goiana *entorno de Brasília*.

À exceção de Brasília e Goiânia, são esses poucos municípios de maior porte – na verdade, apenas uma dezena em todo o espaço centro-estino – os responsáveis pela retenção de parcela significativa da população: em 1996, eles abrigavam 18% da população total, um aumento significativo em relação a.a. de 1970, quando esse índice era de 11,8%.

Portanto, enquanto se reduziu, de modo geral, o poder de retenção dos municípios de até 100 mil habitantes, cresceu, em proporção significativa, o das cidades em municípios acima desse patamar populacional, substancialmente nos grandes aglomerados. É evidente, pois, o processo de concentração.

Isso não significa dizer que as cidades menores não tenham relevância. Ao contrário, eles abrigam fatia expressiva da população do Centro-oeste (44,2%) e relativamente, como já foi demonstrado, têm uma representatividade maior que as mesmas classes de tamanho quando se considera o conjunto do território nacional. Entretanto, seu poder de reter população é transitório, pois, regra geral, crescem na fase mais intensa de ocupação para declinar em seguida, considerada evidentemente a dinâmica econômica da região onde estão sediados.

De acordo com a Contagem Populacional de 1996 (IBGE), a região Centro-oeste possuía 379 municípios, dos quais 290 (77%) eram classificados como de pequeno porte (com menos de 20 mil habitantes). Tais municípios concentravam cerca de 2,5 milhões de habitantes, representando 23,4% do total da população regional. Em todos os estados pertencentes a essa região, mais de 70% de seus respectivos municípios encontravam-se nesta categoria de tamanho de cidades; somente o estado de Goiás chegava a ter 58% dos municípios pequenos do Centro-oeste. Pe-

quenos municípios de Mato Grosso do Sul correspondiam a 17,6% do total dos existentes no Centro-oeste e os de Mato Grosso, a 24,5%. Na realidade, o estado de Goiás apresenta uma rede urbana mais adensada que os demais estados, contando também com um número maior de municípios: 54% dos municípios do Centro-oeste estão localizados em Goiás (211 municípios contra 95 de Mato Grosso e 72 de Mato Grosso do Sul).

Os municípios com população entre 20 mil e 50 mil habitantes totalizavam 64 em 1996, correspondendo a 17% dos municípios do Centro-oeste e alocando 17,5% da população regional (1,8 milhão de habitantes). Aqueles com população entre 50 mil e 100 mil habitantes somavam 13 municípios, dos quais seis estavam situados em Goiás; esses municípios correspondiam a 8,5% da população do Centro-oeste, ou seja, 896 mil habitantes. Contudo, para se trabalhar com uma informação mais representativa da realidade, é necessário subtrair desse grupo os municípios de Trindade, Planaltina e Formosa, respectivamente pertencentes aos aglomerados de Goiânia (primeiro) e Brasília (segundo e terceiro).

Já à classe de 100 mil a 300 mil habitantes pertencem apenas oito municípios, sendo cinco no estado de Goiás, dois em Mato Grosso e um em Mato Grosso do Sul, somando cerca de 1,5 milhão de habitantes. Os municípios com população entre 100 mil e 300 mil habitantes concentravam, em 1996, 14,4% da população regional. No caso de Goiás, dos cinco municípios pertencentes a tal classe de tamanho, apenas Anápolis e Rio Verde apresentam importância regional, haja vista que os demais cumprem a função básica de periferia dos aglomerados de Goiânia (Aparecida de Goiânia) e Brasília (Luziânia e Santo Antônio do Descoberto). No caso de Mato Grosso, apenas Rondonópolis deve ser considerado como núcleo relevante, dado que o outro município nessa classe de tamanho faz parte do aglomerado de Cuiabá (Várzea Grande). Portanto, nessa classe de tamanho, com os devidos expurgos, o Centro-oeste conta com apenas quatro municípios cujas cidades têm potencial de cumprir funções regionais – além dos citados, mais Dourados, em Mato Grosso do Sul.

São poucos os municípios com mais de 300 mil habitantes. Com população entre 300 mil e 500 mil habitantes, tem-se apenas um município em Mato Grosso (Cuiabá); apenas um município com população entre 500 mil e 1 milhão (Campo Grande); e dois municípios com mais de um milhão de habitantes (Goiânia e Brasília). Os municípios com população superior a 300 mil habitantes chegaram a concentrar, em 1996, 36% (3,8 milhões de habitantes) da população do Centro-oeste, sem considerar os habitantes do entorno.

Os resultados da Análise de *Cluster*[22], feita com o objetivo de qualificar a classificação por porte dos municípios, identificaram uma tipologia de municípios mais bem distribuída do que aquela apresentada pela classificação convencional (Tabelas 22 e 23). Na Análise de *Cluster*, os cortes diferenciam-se da classificação tradicional, permitindo a formação de mais grupos nas camadas com maior número de municípios de menor população.

De fato, no *Cluster*, do total de municípios, 220 (58%) têm menos de 11 mil habitantes, concentrando cerca de 1,28 milhão de habitantes (13,5% do total da população regional). Goiás possui 67% dos seus municípios com menos de 11 mil habitantes; Mato Grosso, 51%; e Mato Grosso do Sul, 43%.

Os 104 municípios com população entre 11 mil e 30 mil habitantes representam 27% do total de municípios da região e concentram cerca de 1,8 milhão de habitantes, representando 19% da população total da região. Goiás possui 18% de seus municípios nesse grupo; Mato Grosso, 36%; e Mato Grosso do Sul, 44%.

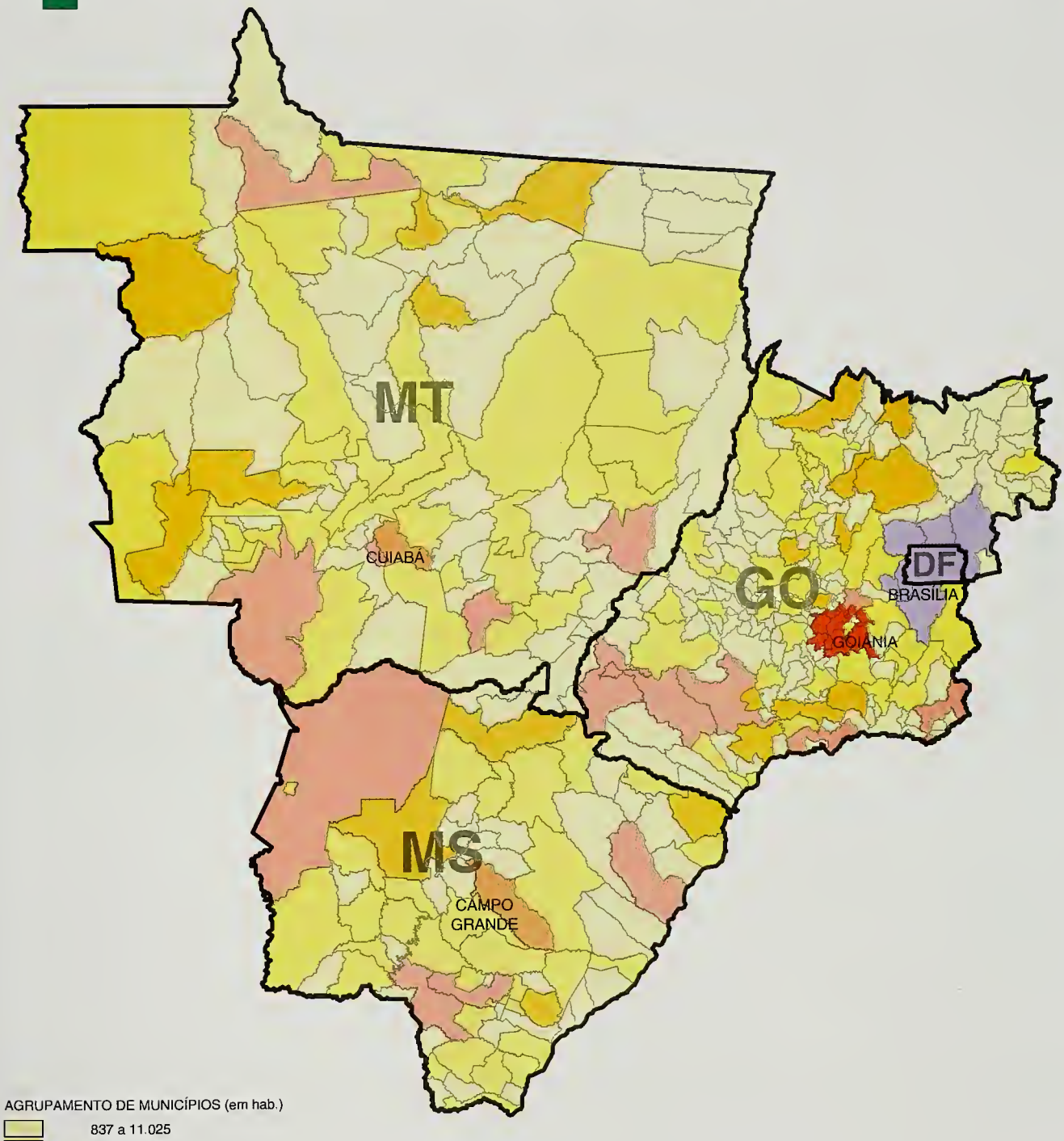
Os 23 municípios com população entre 31 mil e 43,5 mil habitantes representam 6% do total de municípios da região, concentrando cerca de 825 mil habitantes, ou seja, 8,8% do total da população da região. Goiás possui 6,5% de seus municípios nesse grupo; Mato Grosso, 6,5%; e Mato Grosso do Sul, 5,5%.

Os 14 municípios com população entre 45 mil e 239 mil habitantes representam 3,7% do total de municípios da região e concentram cerca de 1,36 milhão de habitantes, ou seja, 14,5% da população da região. Goiás possui 2,5% de seus municípios nesse grupo; Mato Grosso, 2,5%; e Mato Grosso do Sul, 3%.

A despeito dessas diferenças, os dados do *Cluster* não só ratificam a predominância no Centro-oeste dos municípios de pequeno e de médio porte (menos de 30 mil habitantes) – que, juntos, representam 85% do total de municípios da região –, como também atestam que poucos são os municípios que detêm maior volume de população.

[22] A metodologia adotada pode ser assim resumida: o tamanho da população total entrou como uma restrição de controle à formação dos grupos (*variável exógena*), e os demais indicadores participaram diretamente da formação dos grupos (*variáveis endógenas*): PEA ocupada nos setores de comércio de mercadorias, transporte e comunicação, serviços auxiliares da atividade econômica; PEA em ocupações administrativas; técnicas, científicas, artísticas e assemelhadas; renda média familiar *per capita*; índice de consumo de bens; anos médios de estudo; e índice de infra-estrutura urbana (saneamento e energia elétrica). Para o Centro-oeste, o indicador "emprego no comércio e serviços auxiliares" apresentou o maior poder discriminante e os indicadores "ocupações administrativas e técnicas" e "infra-estrutura urbana" apresentaram poder discriminante médio (na composição da Região Metropolitana de Brasília, recorreu-se à configuração espacial sugerida pelo IBGE em 1996). Não foram considerados os desmembramentos de municípios ocorridos no período 1991-96.

MAPA 4
REGIÃO CENTRO-OESTE – AGRUPAMENTO DE MUNICÍPIOS POR ANÁLISE DE *CLUSTER*



AGRUPAMENTO DE MUNICÍPIOS (em hab.)
- 837 a 11.025
- 11.057 a 30.670
- 31.144 a 43.535
- 45.651 a 239.378
- 402.813 a 526.126
- RM de Goiânia
- Entorno de Brasília
- Sem Dados

Fonte: Nesur/IE/Unicamp (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

0 110 220 km

N

TABELA 22
REGIÃO CENTRO-OESTE – NÚMERO DE MUNICÍPIOS E COMPARATIVO DAS DISTRIBUIÇÕES, SEGUNDO CATEGORIAS DE TAMANHO DA POPULAÇÃO: CLASSIFICAÇÃO CONVENCIONAL E *CLUSTER* (1991/96)

Região/ Estado	Nº Total	Categorias de Tamanho de Municípios (em %)													
		Menos de 11 mil	Menos de 20 mil	De 11 a 30 mil	De 20 a 50 mil	De 31 a 43 mil	De 50 a 100 mil	De 45 a 239 mil	De 100 a 300 mil	De 402 a 526 mil	De 300 a 500 mil	Agl. Urb. Goiânia	De 500 a 1 milhão	Agl. Urb. Brasília	Mais de 1 milhão
Centro-oeste	**379**	**220**	290	**104**	64	**23**	13	**14**	8	**2**	1	**5**	1	**11**	2
	100	**58**	77	**27**	17	**6**	3	**4**	2	**0,5**	0,3	**1**	0,3	**0,1**	0,5
Mato Grosso do Sul	**72**	**31**	51	**32**	16	**4**	3	**4**	1	**1**	–	–	**1**	–	–
	100	**43**	71	**44**	22	**6**	4	**6**	1	**1**	–	–	1	–	–
Mato Grosso	**95**	**49**	71	**34**	17	**6**	4	**5**	2	**1**	1	–	–	–	–
	100	**52**	75	**36**	18	**6**	4	**5**	2	**1**	1	–	–	–	–
Goiás	**211**	**140**	168	**38**	31	**13**	6	**5**	5	–	–	**5**	–	–	1
	100	**66**	80	**18**	15	**6**	3	**2**	2	–	–	**2**	–	–	0,5
Distrito Federal	**1**	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1
	100	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	100,0

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 1991 e Contagem Populacional de 1996).
Obs.: Para classe convencional, dados de 1996; para *Cluster*, dados de 1991 (números em negrito).

TABELA 23
MESORREGIÕES DA REGIÃO CENTRO-OESTE – COMPARATIVO DAS DISTRIBUIÇÕES DOS MUNICÍPIOS, SEGUNDO CATEGORIAS DE TAMANHO DA POPULAÇÃO: CLASSIFICAÇÃO CONVENCIONAL E *CLUSTER* (1991/96)

Mesorregiões	Número de Municípios													
	Menos de 11 mil	Menos de 20 mil	De 11 a 30 mil	De 20 a 50 mil	De 31 a 43 mil	De 50 a 100 mil	De 45 a 239 mil	De 100 a 300 mil	De 402 a 526 mil	De 300 a 500 mil	Agl. Urb. Goiânia	De 500 a 1 milhão	Agl. Urb. Brasília	Mais de 1 milhão
Mato Grosso do Sul														
Pantanal Sul Mato-grossense	**1**	3	**4**	3	**1**	1	**1**	–	–	–	–	–	–	–
Centro-norte de Mato Grosso do Sul	**8**	12	**4**	1	**1**	–	–	–	**1**	–	–	1	–	–
Leste de Mato Grosso do Sul	**9**	14	**6**	2	**1**	1	**1**	–	–	–	–	–	–	–
Sudoeste de Mato Grosso do Sul	**13**	22	**18**	10	**1**	1	**2**	1	–	–	–	–	–	–
Total	**31**	**51**	**32**	**16**	**4**	**3**	**4**	**1**	**1**	–	–	**1**	–	–
Mato Grosso														
Norte Mato-grossense	**17**	24	**11**	7	**4**	2	**1**	–	–	–	–	–	–	–
Nordeste Mato-grossense	**8**	12	**5**	2			**1**	–	–	–	–	–	–	–
Sudoeste Mato-grossense	**6**	11	**7**	4	**2**	1	–	–	–	–	–	–	–	–
Centro Mato-grossense	**5**	10	**6**	1	–	1	**2**	1	**1**	1	–	–	–	–
Sudeste Mato-grossense	**12**	14	**44**	3	–	–	**1**	1	–	–	–	–	–	–
Total	**48**	**71**	**78**	**17**	**6**	**4**	**5**	**2**	**1**	**1**	–	–	–	–
Goiás														
Noroeste Goiano	**15**	19	**7**	3	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Norte Goiano	**14**	17	**4**	5	**4**	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Centro Goiano	**46**	57	**10**	10	**3**	1	**1**	2	–	–	11	–	–	1
Leste Goiano	**14**	16	**4**	4	–	2	–	2	–	–	–	–	6	–
Sul Goiano	**50**	59	**13**	9	**5**	3	**4**	1	–	–	–	–	–	–
Total	**139**	**168**	**38**	**31**	**12**	**6**	**5**	**5**	–	–	–	–	–	**1**
Distrito Federal (Brasília)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**1**

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 1991 e Contagem Populacional de 1996).
Obs.: Para classe convencional, dados de 1996; para *Cluster*, dados de 1991 (números em negrito).

Apresenta-se, a seguir, a distribuição das classes/grupos resultante da análise de *Cluster*, por mesorregião.

Para qualificar essa distribuição, serão analisados os resultados mais significativos da matriz de tipologia ocupacional – percentual da População em Idade Ativa (PIA) ocupada, Tabela A.4 dos Anexos – e os indicadores de condições de domicílio selecionados do Censo de 1991 (Tabela A.5 dos Anexos).

Em Mato Grosso do Sul, os municípios com menos de 11 mil habitantes concentram-se nas mesorregiões sudoeste (13), leste (9), e centro-norte (8); na mesorregião sudoeste encontra-se a maior parte dos municípios com população entre 11 mil e 30 mil habitantes (18). A capital do estado, Campo Grande, situa-se na mesorregião centro-norte de Mato Grosso do Sul, onde, do total de 14 municípios, 12 possuem menos de 30 mil habitantes. Ou seja, a despeito da presença marcante de Campo Grande, essa mesorregião é marcada por uma rede de cidades pequenas. Já a mesorregião sudoeste possui uma rede maior, com 34 municípios, com destaque para importantes centros como Dourados, Ponta Porã, Ivinhema e Naviraí, indicando maior adensamento da rede urbana nessa mesorregião.

Com relação à tipologia ocupacional, a mesorregião pantanal sul conta com a maior parte da PIA ocupada concentrada nas atividades agropecuárias e de extração mineral, embora em Corumbá o percentual da PIA nas atividades primárias seja menor, apresentando importante participação na indústria de transformação, construção civil, comércio e serviços domésticos. Na mesorregião sudoeste de Mato Grosso do Sul, a PIA de municípios como Dourados e Ponta Porã está mais concentrada nas atividades agrícolas, da indústria de transformação e da construção civil. Já em Dourados, há uma participação significativa da PIA ocupada em serviços gerais, serviços domésticos e no comércio.

No estado de Mato Grosso do Sul, enquanto a mesorregião centro-norte tinha, em 1996, mais de 90% de sua população em áreas urbanas, nos demais estados essa proporção era inferior a 80%. Já no estado de Mato Grosso, os maiores níveis de urbanização do centro e sudeste (mais de 80%) refletem a importância da capital e de centros de porte médio (como Rondonópolis) no processo de urbanização regional.

Em Mato Grosso do Sul, os domicílios urbanos ligados à rede geral de água ultrapassam os 90% em todas as mesorregiões; o maior problema refere-se à baixa proporção de domicílios urbanos que contam com rede de esgoto sanitário ou mesmo com fossa séptica. Nos municípios da mesorregião pantanais sul, apenas Anastácio, Aquidauna e Ladário registram pequenas proporções de domicílios com rede de esgoto. Dos 15 municípios da mesorregião centro-norte, 11 não possuem domicílios com rede de esgoto sanitário; em Campo Grande, com mais de 500 mil habitantes, somente 20% dos domicílios urbanos são ligados à rede de esgoto, enquanto em Camapuã, município com 9 mil habitantes, essa proporção chega a 41%. Na mesorregião leste, apenas Aparecida do Taboado (12% dos domicílios urbanos), Paranaíba (30%) e Três Lagoas (15,5%) contam com rede de esgoto; os demais 14 municípios não têm domicílios ligados à rede de esgoto sanitário. Dos 34 municípios da mesorregião sudoeste de Mato Grosso do Sul, apenas Bonito (38%), Dourados (8%), Itaporã (5%) e Ponta Porã (4,5%) registram algum percentual de domicílios servidos pela rede de esgoto.

Mato Grosso é dividido em cinco mesorregiões, das quais a norte respondia, em 1991, por 34% (17) dos municípios pequenos do estado. Essa mesorregião contava ainda com 32% (11) dos municípios com população entre 11 mil e 30 mil habitantes, e quatro com população entre 31 mil e 45 mil, e mais os municípios de Sinop (grupo C – de 31 mil a 43 mil habitantes) e Alta Floresta (45 mil a 239 mil habitantes). Apesar do maior número de municípios nessa mesorregião, é no centro mato-grossense que se situa a capital do estado, Cuiabá (402 mil a 526 mil habitantes), bem como Várzea Grande e Cáceres (45 mil a 239 mil habitantes). Do total de nove municípios da mesorregião sudeste mato-grossense, seis possuem população menor que 11 mil habitantes, mas o destaque é para o centro regional de Rondonópolis (pertencente à classe de municípios com população entre 45 mil e 239 mil habitantes em 1991).

No estado de Mato Grosso também se encontra a maior parte da PIA ocupada no setor primário da economia, embora alguns municípios apresentem distintas inserções da PIA. Na mesorregião norte mato-grossense, destacam-se vários municípios com expressivas proporções da PIA na indústria de transformação e na construção civil, ultrapassando a participação da PIA na agropecuária e na extração mineral. São os casos de Brasnorte, Cláudia, Juruena, Marcelândia, Sinop e Vera. O Município de Sinop destaca-se também pela proporção da PIA em ocupações do comércio de máquinas e veículos, ocupações do comércio em geral e ocupações em serviços em geral, e tem, por outro lado, uma baixa participação da PIA na agropecuária, constituindo um importante centro regional de serviços.

Na mesorregião centro-norte de Mato Grosso do Sul, somente Campo Grande não conta com significativa participação da PIA na agropecuária e extração mineral (apenas 3%), estando suas atividades econômicas mais voltadas para a indústria de transformação e construção civil, ocupações do comércio em geral, e trabalhadores em serviços gerais; já na mesorregião leste de Mato Grosso do Sul, a PIA ocupada está praticamente concentrada nas atividades de agropecuária, extração mineral, indústria de transformação e construção civil; apenas Três Lagoas diferencia-se nessa mesorregião, com a predominân-

cia de sua PIA na indústria, no comércio e em serviços domésticos.

Na mesorregião nordeste mato-grossense, predomina, para todos os municípios, a PIA na agropecuária. Na mesorregião sudoeste mato-grossense, embora haja uma distribuição semelhante ao da mesorregião nordeste, municípios como Mirassol d'Oeste, Pontes de Lacerda e Tangará da Serra apresentam importantes inserções da PIA em comércio e serviços em geral. Essa tendência também é válida nos casos dos municípios de Cuiabá e Várzea Grande, na mesorregião centro mato-grossense. Já na mesorregião sudeste mato-grossense, apenas Rondonópolis apresenta tal característica.

Em Mato Grosso, as condições de saneamento básico são bem mais precárias do que em Mato Grosso do Sul. Na mesorregião norte mato-grossense, a proporção de domicílios com abastecimento de água, ligado à rede geral, somente ultrapassa os 90% em três localidades (Campo Novo do Parecis, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum). Dentre os 33 municípios da mesorregião, nenhum possui rede geral de esgoto. Já na mesorregião nordeste mato-grossense, existem municípios sem nenhuma rede pública de água e de esgoto, como é o caso de Vila Rica; nessa mesorregião apenas Barra do Garças registrava domicílios urbanos com rede de esgoto. Já na mesorregião sudoeste mato-grossense, a situação é menos dramática em relação ao abastecimento de água, porém em nenhum município existe rede de esgoto. Na mesorregião centro mato-grossense, a participação de domicílios urbanos ligados à rede geral de água é superior a 70%, chegando a 96% na capital. Em relação ao sistema de esgotos, apenas a capital atinge 17% dos domicílios ligados à rede, e somente os municípios de Cáceres (5%) e Várzea Grande (3,5%) possuem algum domicílio ligado à rede de esgoto. A mesorregião sudeste mato-grossense apresenta as maiores proporções de domicílios urbanos ligados à rede geral de água, com municípios como Araguainha e Pedra Preta atingindo 100%. Apenas Rondonópolis (com 19% dos domicílios urbanos) e Torixoréu (com 9,5%) apresentam domicílios ligados à rede de esgoto. Já dos 22 municípios da mesorregião norte goiano, apenas Niquelândia registra 12% de seus domicílios urbanos ligados à rede de esgoto. Na mesorregião centro goiano, destacam-se Anápolis (com 40% dos domicílios urbanos), Anicuns (com 20%), Aparecida de Goiânia (com 12%), Goianésia (com 39%), Goiânia (com 75%), Inhumas (com 34%), Itaberaí (com 6%) e Uruana (com 12%). Os demais 65 municípios dessa mesorregião não possuem domicílios ligados à rede de esgoto.

O estado de Goiás, que concentra o maior número de municípios da região Centro-oeste, apresenta uma rede urbana mais adensada e consolidada que os demais estados da região, com 71 municípios na mesorregião centro goiano, 72 na mesorregião sul goiano, representando 85% dos municípios do estado de Goiás.

Embora predominem os municípios pequenos, nota-se que nas mesorregiões central (onde se localiza Goiânia), sul (onde estão situados Rio Verde e Catalão) e leste (onde se encontra a maior parte dos municípios do entorno de Brasília) a rede urbana é marcada por dinâmicas regionais específicas, configurando importantes centros urbanos, como Brasília, Goiânia e Anápolis. De fato, o nível de urbanização dessas mesorregiões revela a heterogeneidade interna dos espaços urbanos regionais.

Para o estado de Goiás, a tipologia de ocupação da PIA é marcada pela maior participação na agropecuária e extração mineral; no entanto, existem centros urbanos ligados ao comércio e serviços em geral em várias mesorregiões, como é o caso de Aragarças e Aruanã, na mesorregião noroeste goiano; Porangatu e Uruaçu, na mesorregião norte goiano; Goiânia, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Rialma, Senador Canedo e Trindade, na mesorregião centro goiano; Luziânia, Planaltina de Goiás e Santo Antônio do Descoberto, na mesorregião leste goiano; Caldas Novas, Anhangüera, Itumbiara e Pires do Rio, na mesorregião sul goiano.

Na mesorregião sul de Goiás, a cobertura da rede geral de abastecimento de água ainda é nula em alguns municípios. No entanto, a maior proporção de domicílios urbanos com rede de esgoto pode ser encontrada nos municípios de Paranaiguara (72%), seguido por São Simão (67%),.Cachoeira Alta (62%), Quirinópolis (62%), Mineiros (59%), Rio Verde (42%), Caldas Novas (41%), Jataí (35%), Itumbiara (35%), Itajá (33%), Catalão (32%), Santa Helena de Goiás (22%), Buriti Alegre (20%), Morrinhos (17%), Goiatuba (13%), Pires do Rio (13%) e Cachoeira Dourada (8,8%). Os outros 55 municípios dessa mesorregião não possuem nenhuma rede de esgoto sanitário. Nesse estado, as mesorregiões noroeste e norte registravam cerca de 70% de sua população no meio urbano, enquanto as mesorregiões leste e sul apresentavam 80% e a mesorregião centro goiano, mais de 90%, especialmente em virtude da capital e de seu entorno.

De maneira geral, na maior parte dos municípios da região Centro-oeste, a porcentagem da PIA ocupada está mais voltada para atividades agrícolas. A distribuição da PIA nos principais municípios (tamanho da população e posição no Regic/IBGE – ver Tabela A.6 dos Anexos) permite identificar, quanto à ocupação da PIA nas funções de comércio, serviços em geral e serviços domésticos, a seguinte ordem: Brasília, Goiânia, Campo Grande, Cuiabá, Anápolis, Luziânia, Aparecida de Goiânia, Várzea Grande, Dourados e Rondonópolis.

É possível identificar também que as condições de infra-estrutura urbana da maioria dos municípios, em termos de saneamento básico, são bastante precárias. Dentre

os serviços básicos de infra-estrutura urbana (água, esgoto, lixo coletado e energia elétrica), o de maior grau de cobertura na região Centro-oeste é a energia elétrica. Na maioria dos centros urbanos, quase a totalidade dos domicílios urbanos particulares permanentes já apresenta essa condição.

No entanto, quando se consideram os demais serviços, mesmo para esses centros urbanos, a situação é bastante deficiente. No caso do abastecimento de água, quase com atendimento universal no estado de São Paulo, encontram-se níveis bastante baixos de cobertura no Centro-oeste, principalmente nos municípios que compõem o entorno dos aglomerados urbanos, indicando as disparidades existentes no processo de urbanização. Em situação ainda pior está o grau de cobertura dos domicílios ligados à rede de esgoto sanitário; à exceção de Goiânia e Brasília, com cerca de 70% de seus domicílios urbanos com rede de esgoto, nos municípios do entorno, bem como nos demais centros urbanos, a cobertura é inferior a 40%, chegando a ser nula na maior parte deles. Os domicílios com fossa séptica são de pouca expressão.

Quanto ao destino do lixo, o grau de cobertura de lixo coletado é bem maior que o dos domicílios ligados à rede de esgoto, muito embora em níveis muito baixos em alguns municípios das periferias dos aglomerados.

A análise da tipologia de ocupação dos municípios, os distintos graus de urbanização e as taxas de crescimento segundo mesorregiões, bem como algumas características de infra-estrutura urbana dessas localidades, permitem construir um quadro das especificidades existentes na rede urbana do Centro-oeste, apontando, principalmente, para a grande heterogeneidade socioeconômica e a descontinuidade espacial.

O estudo do IBGE *Tipologia dos Municípios Brasileiros*[23] fornece um outro quadro de referência quanto a possíveis classificações dos municípios do Centro-oeste, utilizando-se dos dados do Censo Demográfico de 1991, segundo um processo de classificação e cruzamentos matriciais sucessivos, com base nos seguintes elementos: dimensão demográfica, dimensão econômica e grau de urbanização. Foi feita a identificação de três grandes grupos populacionais, discriminando o universo em municípios de grandes dimensões (acima de 250 mil habitantes), municípios de médias dimensões demográficas (entre 250 mil e 50 mil habitantes) e municípios de pequenas dimensões demográficas (abaixo de 50 mil habitantes).

Para o Centro-oeste, sem considerar os municípios que compõem a Região Metropolitana Oficial de Brasília, os 363 municípios estão distribuídos da seguinte forma, segundo essa metodologia:

- três municípios urbanos de grandes dimensões demográficas – tipo 1, com população superior a 250 mil habitantes, todos capitais de estado (Goiânia, na mesorregião centro goiano; Cuiabá, na mesorregião sudeste mato-grossense; e Campo Grande, na mesorregião centro-norte de Mato Grosso do Sul);
- 13 municípios urbanos de médias dimensões demográficas – tipo 2, com população entre 250 mil e 50 mil habitantes, esparsamente distribuídos pela região;
- 78 municípios urbanos de pequenas dimensões demográficas – tipo 3, com população abaixo de 50 mil habitantes, presentes nas mesorregiões sudoeste de Mato Grosso (7) e sudoeste de Mato Grosso do Sul (7) e nas mesorregiões centro (11) e sul de Goiás (24);
- dois municípios em transição do urbano para o rural com médias dimensões demográficas – tipo 4, na mesorregião centro de Mato Grosso;
- 166 municípios em transição do rural para o urbano com pequenas dimensões demográficas – tipo 5, sendo 44% localizados nas mesorregiões centro (41) e sul (32) goianos;
- nenhum município rural de médias dimensões demográficas – tipo 6;
- 103 municípios rurais de pequenas dimensões demográficas – tipo 7, bem distribuídos por toda a região.

A maior concentração de municípios se dá no tipo 5 (transição do rural para o urbano de pequenas dimensões demográficas), somando 45% do total de municípios, seguido pelos municípios rurais de pequenas dimensões demográficas (28% do total). Com relação à distribuição espacial dessa tipologia, o destaque, mais uma vez, fica por conta de Goiás, com a maior e mais bem distribuída rede urbana regional.

3.3 Rede Urbana Principal

3.3.1 Conformação dos principais centros urbanos

Esse quadro da espacialização da rede, apresentado no item anterior, permite sublinhar que, mesmo com o avanço da agroindustrialização e o processo de ocupação recentes, não ocorreram mudanças substanciais na hierarquia urbana, considerada em termos de peso populacional – embora apenas o critério populacional sozinho seja insuficiente para possibilitar maiores inferências. À exceção dos municípios surgidos nas áreas de fronteira, a exemplo de Alta Floresta, Sinop, Sorriso, Colider e Juína, todos situados na mesorregião norte de Mato Grosso, não se constatam alterações de maior relevância no sistema de cidades, tais como a substituição na polariza-

[23] Para mais detalhes, ver Bezerra (1998).

ção e na funcionalidade dos centros. O Regic do IBGE[24], cujos resultados serão comentados a seguir, também reforça essa tese.

Com base nessa primeira espacialização e na tentativa de avançar no estabelecimento de critérios classificatórios, utilizou-se a combinação do tamanho populacional dos municípios com a respectiva posição de cada município dentro dos três métodos analíticos utilizados na pesquisa. Cabe lembrar, contudo, que os métodos que empregam variáveis não-populacionais, além das diferenças de abordagem metodológica entre os mesmos, referem-se a distintos momentos da evolução urbana do Centro-oeste. Como já referido, o *Cluster*, utilizando dados de 1991, permite identificar grupos de homogeneidades, no caso do Centro-oeste, divididos em sete agrupamentos. O Regic, aplicado no ano de 1993, permite identificar e mapear centralidades, divididas em oito categorias. Por fim, para a análise do Centro-oeste, aos métodos anteriores acrescentou-se a análise dos índices de terciarização, para os anos censitários disponíveis de 1980 e 1985.

Semelhante ao método do Regic, embora utilizando do indicadores estritos da macroestrutura produtiva do município, o índice de terciarização permite identificar uma possível tendência de diversificação da estrutura produtiva e polarização da rede urbana. Cabe resumidamente ressaltar que a idéia presente na construção do índice de terciarização toma por princípio a heterogeneidade das relações econômicas, procurando resgatar a diferenciação entre produto e renda regional-municipal[25].

A lógica fundamental desse critério é analisar a manifestação das relações socioeconômicas no espaço, não do ponto de vista estrito do valor produzido, mas dos desdobramentos concentradores via emergência de uma estrutura de interação econômico-espacial. Ou seja, como caracteristicamente o *produto* do terciário não pode deslocar-se, decorre que o consumo deste implica o estabelecimento de uma relação espacial de realização. Essa relação demonstra a existência de vínculos econômicos entre o *locus* da produção e o *locus* de sua demanda. Nesse sentido, a análise da magnitude do terciário de uma estrutura produtiva aponta possíveis tendências à concentração de inter-relações socioeconômicas, com vínculos heterogêneos, expressos pela própria relação de troca e manifestos na divisão social e regional do trabalho.

Partindo do quadro de classificação por tamanho, realizou-se um corte populacional, considerado representativo do Centro-oeste, selecionando os municípios com população urbana em 1996 superior a 20 mil habitantes (*vide* Tabela 24).

Como o objetivo do índice de terciarização é estabelecer critérios comparativos, não tem sentido analisá-lo isoladamente, mas combinado com os demais métodos. A título de ilustração, chamamos a atenção para algumas evidências que apoiarão a comparação subseqüente. Primeiro, a situação de Brasília, cujo elevado índice denota, não seu raio de polarização, mas sua peculiaridade administrativa, fruto de um setor de serviços superdimensionado em relação aos demais setores produtivos. Assim, em vez de apontar para a importância do núcleo de Brasília como referência econômica nacional, indica-se apenas uma possível assimetria da sua funcionalidade econômica. Segundo, a situação de Cuiabá, cujo elevado índice aponta para uma divisão espacial do trabalho entre esse núcleo e seu entorno (Várzea Grande), além de caracterizar uma possível debilidade do setor secundário. Terceiro, Campo Grande, pela individualidade do núcleo, e Goiânia, pela diversificação produtiva, apresentam índices compatíveis com seus raios de polarização. Quarto, os núcleos intermediários de Rondonópolis e Dourados ficam claramente identificados na escala hierárquica dos seus respectivos estados, posicionando-se como os principais centros econômicos depois das capitais estaduais. Quinto, a ascensão dos núcleos de Alta Floresta e Sinop indicam a já citada emergência, na década de 80, de um subsistema produtivo na mesorregião norte mato-grossense. Por fim, a baixa posição dos núcleos goianos de Anápolis, Rio Verde e Itumbiara indica a subordinação destes às respectivas áreas de polarização de Goiânia e Uberlândia (MG) até o ano censitário de 1985.

[24] A respeito, ver Carneiro (1998). Esse trabalho classifica e hierarquiza as cidades segundo seus níveis de centralidade, definindo suas ligações espaciais e mapeando suas áreas de atuação ou mercado; agrega outros indicadores socioeconômicos, tais como: tamanho e crescimento populacional; atividades produtivas predominantes; rendimento; características das condições de vida (abastecimento de água, energia elétrica e esgotamento sanitário); e analfabetismo. Os níveis de centralidade foram definidos com base na intensidade da demanda – medida pelo total de fluxos de bens e serviços para a cidade, o alcance espacial, número de municípios cujos habitantes procuram a cidade e o equipamento funcional, número de itens de bens e serviços existentes na cidade.

[25] Em linhas gerais, o que se faz é dividir as atividades em residenciais (baixa ou nenhuma transportatividade, comércio e serviços) e atividades exportadoras (consideradas de alta transportatividade, agropecuária e indústria). A partir daí, assume-se que essas atividades residenciais teriam efeito polarizador (conformando certo padrão de comportamento espacial dos gastos) sobre a região e, conseqüentemente, a aglomeração de tais atividades seria um indicador estrutural das funções e da dinâmica regional. Procura-se, assim, abordar a concentração-diferenciação regional, partindo-se de uma fricção espacial específica de certas atividades econômicas, classificadas no setor terciário.

TABELA 24
REGIÃO CENTRO-OESTE – ÍNDICE DE TERCIARIZAÇÃO (1980/85)

Município (UF)	Índice de Terciarização 1980	Município (UF)	Índice de Terciarização 1985
Cuiabá (MT)	8,64	Brasília (DF)	6,27
Brasília (DF)	7,64	Cuiabá (MT)	6,00
Goiânia (GO)	3,53	Campo Grande (MS)	3,70
Campo Grande (MS)	3,26	Alta Floresta (MT)	3,56
Rondonópolis (MT)	2,85	Rondonópolis (MT)	3,37
Caldas Novas (GO)	2,54	Caldas Novas (GO)	3,31
Dourados (MS)	2,47	Goiânia (GO)	3,25
Porangatu (GO)	2,33	Uruaçu (GO)	2,18
Uruaçu (GO)	2,16	Dourados (MS)	2,15
Barra do Garças (MT)	2,15	Iporá (GO)	1,76
Iporá (GO)	2,01	Sinop (MT)	1,58
Alta Floresta (MT)	1,97	Barra das Garças (MT)	1,56
Três Lagoas (MS)	1,79	Tangará da Serra (MT)	1,54
Mineiros (GO)	1,52	Porangatu (GO)	1,51
Cáceres (MT)	1,50	Corumbá (MS)	1,44
Várzea Grande (MT)	1,49	Mineiros (GO)	1,39
Coxim (MS)	1,46	Aquidauana (MS)	1,35
Inhumas (GO)	1,33	Várzea Grande (MT)	1,30
Jataí (GO)	1,28	Anápolis (GO)	1,29
Rio Verde (GO)	1,26	Formosa (GO)	1,26
Catalão (GO)	1,25	Coxim (MS)	1,21
Anápolis (GO)	1,24	Cáceres (MT)	1,16
Goianésia (GO)	1,20	São Luís de Montes Belos (GO)	1,15
Sinop (MT)	1,17	Jataí (GO)	1,11
Goiatuba (GO)	1,16	Itumbiara (GO)	1,01
Ponta Porã (MS)	1,11	Três Lagoas (MS)	0,98
São Luís de Montes Belos (GO)	1,11	Luziânia (GO)	0,94
Itumbiara (GO)	1,04	Poconé (MT)	0,94
Aquidauana (MS)	1,02	Ponta Porã (MS)	0,93
Nova Andradina (MS)	1,01	Goiatuba (GO)	0,91
Corumbá (MS)	0,95	Rio Verde (GO)	0,90
Aparecida de Goiânia (GO)	0,94	Nova Andradina (MS)	0,88
Formosa (GO)	0,93	Goianésia (GO)	0,85
Paranaíba (MS)	0,88	Inhumas (GO)	0,81
Cristalina (GO)	0,85	Juína (MT)	0,79
Morrinhos (GO)	0,84	Aparecida de Goiânia (GO)	0,72
Luziânia (GO)	0,81	Pontes e Lacerda (MT)	0,67
Tangará da Serra (MT)	0,71	Cristalina (GO)	0,67
Poconé (MT)	0,69	Quirinópolis (GO)	0,66
Santa Helena de Goiás (GO)	0,68	Morrinhos (GO)	0,62
Trindade (GO)	0,59	Paranaíba (MS)	0,62
Goiás (GO)	0,59	Goiás (GO)	0,55
Itaberaí (GO)	0,55	Trindade (GO)	0,52
Niquelândia (GO)	0,44	Santa Helena de Goiás (GO)	0,48
Quirinópolis (GO)	0,42	Itaberaí (GO)	0,47
Planaltina (GO)	0,35	Pires do Rio (GO)	0,40
Naviraí (MS)	0,34	Planaltina (GO)	0,36
Pires do Rio (GO)	0,31	Catalão (GO)	0,30
Pontes e Lacerda (MT)	0,17	Naviraí (MS)	0,25
Minaçu (GO)	0,13	Santo Antônio do Descoberto (GO)	0,24
Juína (MT)	n.d.	Niquelândia (GO)	0,16
Santo Antônio do Descoberto (GO)	n.d.	Minaçu (GO)	0,14

Fonte: IBGE (Censos Econômicos de 1980 e 1985).
Tabulação: Nedru/UFU.

Como próximo passo, analisa-se a espacialização geográfica das centralidades elaboradas pelo IBGE (Regic). Para nortear a análise, merece ser ressaltado que, além da dinâmica perpetrada pelas atividades de exportação, o ponto de partida para compreender a espacialidade do Centro-oeste é dado pela sua articulação com São Paulo, principal centro de referência da economia nacional, com forte influência sobre o desempenho econômico e o desenvolvimento de atividades complementares em áreas adjacentes, sobretudo nos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia.

Dada a complementaridade do Centro-oeste às funções socioeconômicas desempenhadas pela Grande São Paulo e também pelos principais municípios do interior desse estado, ilustrado pelo mapa da área de atuação de São Paulo (Estudo de Regiões de Influência de Cidades do IBGE), onde podem ser observadas algumas peculiaridades na espacialidade do Centro-oeste.

Em primeiro lugar, ressalta-se que puderam consolidar-se, de maneira mais efetiva, os principais centros urbanos regionais que guardam uma distância significativa da polarização paulista. Ou seja, em um claro movimento dialético, ao mesmo tempo em que a integração a São Paulo representa um estímulo ao desenvolvimento produtivo do Centro-oeste, este somente se materializa espacialmente, sob a forma de núcleos regionais de expressão socioeconômica, quando há certa distância física e econômica que mediatiza a influência direta do próprio município de São Paulo e dos núcleos intermediários paulistas, triangulinos e paranaenses. Caso exemplar é Campo Grande (MS), que se tornou, conforme Machado de Oliveira (1993, p. 133-136), um centro tradicional de comércio de gado, aproveitando-se da sua posição estratégica no ramal ferroviário implantado no início do século. O desdobramento dessa condição originária vantajosa, aliado à expansão rodoviária e ao crescimento do mercado interno, propiciou a gestação de uma acumulação de capital comercial, local e regional, e assim abriu espaço para que Campo Grande se transformasse no principal pólo de ligação da expansão moderna da fronteira com os grandes centros, em particular com São Paulo.

Considerando-se esse relacionamento centralizador de São Paulo com o conjunto da economia, pode-se estabelecer dupla característica: a consolidação dos principais núcleos regionais centro-estinos está vinculada à histórica integração à economia paulista; e no desenvolvimento particularmente fragmentado de um pequeno número de núcleos regionais, despontam poucos núcleos de maior porte, que concentram a população e a quase totalidade das principais funções urbanas, circundados por um conjunto de estruturas urbanas que pouco expressam a base produtiva do seu entorno.

Em segundo lugar, verifica-se que as áreas delimitadas pelas mesorregiões leste de Mato Grosso do Sul e sul goiano, apesar de um grande avanço na produção agropecuária e da maior proximidade de São Paulo, não foram objeto de adensamento populacional expressivo, constituindo uma malha urbana esparsa e pouco representativa. Podem-se citar quatro prováveis fatores explicativos dessa peculiaridade:

- a não-ocupação pretérita da área com atividades mineratórias, importantes para a sedimentação de vários pontos de ocupação populacional no Centro-oeste, como já visto;
- a ausência de projetos especiais de colonização dirigida, reconhecidamente responsáveis pelo adensamento de algumas áreas ao longo dos eixos rodoviários que cortam a região;
- a polarização exercida pelos núcleos urbanos de São Paulo e do Triângulo Mineiro, atraindo população e renda produzida nessa área; e
- a própria forma de ocupação produtiva, com predomínio da pecuária extensiva e da monocultura intensiva, tipicamente concentradoras de renda, pouco empregadoras de mão-de-obra e causadoras de deslocamento das atividades primárias tradicionais de pequena escala e baixa produtividade.

Em terceiro lugar, é possível perceber que as áreas mais adensadas do Centro-oeste encontram-se ao longo das principais vias de integração comercial com o Sudeste, notadamente nos pontos que guardam certa eqüidistância da polarização direta dos núcleos urbanos do Centro-sul, com destaque para aquelas que passaram pela experiência mineradora, ou abrigaram programas de colonização. Essas áreas situam-se nos entornos de Dourados e Campo Grande, em Mato Grosso do Sul; ao longo da BR-364, principalmente em Rondônia; e nos entornos de Rondonópolis, Cuiabá e Cáceres, em Mato Grosso.

Já nos novos núcleos urbanos do norte mato-grossense, anteriormente citados, apesar do crescimento rápido, a população ainda é escassa e distribuída em poucas cidades (Colider, Juína, Sorriso, Alta Floresta e Sinop). Frutos de projetos de colonização predominantemente privados, com migrantes em sua maioria provenientes do Sul e Sudeste, esses municípios apresentam altas taxas de crescimento populacional devido à localização estratégica na área de influência das rodovias BR-163, MT-319 e MT-220 de acesso a Rondônia. Trata-se de uma área de baixa ocupação geral, na qual subsistem grandes extensões de terras devolutas, carentes de infra-estrutura, inclusive energética, e com a presença de reservas indígenas que vêm sendo prejudicadas pela ocupação desenfreada. O setor secundário é dominado pela atividade madeireira, com centenas de serrarias de baixo nível técnico espalhadas pelo território. Dadas as grandes distâncias dos principais centros polarizadores, essas cidades conformam um subsistema econômico, embora de pouca ex-

pressividade, em que Alta Floresta e Sinop sobressaem-se como centros com funções terciárias mais ampliadas e com certo potencial de desenvolver um pólo moveleiro, capaz de beneficiar a madeira, principal matéria-prima regional.

Complementando o papel de centralidade de São Paulo, a integração Sudeste/Centro-oeste fica visível nos mapas das áreas de atuação dos principais núcleos intermediários, nas franjas da região e historicamente mais bem aparelhados infra-estruturalmente. A influência do Triângulo Mineiro, com centralidade em Uberlândia, denota estratégico poder de absorção dos estímulos da economia paulista e grande capacidade de irradiar sua área de influência no sentido do sudoeste goiano e leste dos dois estados mato-grossenses. Portanto, a pesquisa do IBGE ratifica a análise, já esboçada anteriormente, acerca da necessidade de examinar o desenvolvimento do Centro-oeste a partir do papel de intermediação exercido pelos núcleos urbanos do Triângulo Mineiro, em especial Uberlândia.

Os dados do Regic demonstram ainda – no mesmo sentido da influência triangulina e guardadas as devidas peculiaridades – que São José do Rio Preto, Presidente Prudente e, particularmente, Londrina constituem também áreas de influência que adentram o território centro-estino, embora, diferentemente de Uberlândia, essa influência esteja mais circunscrita a Mato Grosso do Sul. Tendo em vista que na colonização de Mato Grosso do Sul, assim como na de Mato Grosso, houve importante participação de colonos do Sul, sobretudo de paranaenses, cabe destacar que esse fato reforça as relações socioeconômicas entre os núcleos econômicos desses estados.

No trabalho do IBGE, fica confirmada a análise sobre as diferenciadas áreas de influência de Goiânia e Brasília na espacialidade do Centro-oeste. Goiânia consolidou-se como principal núcleo do estado de Goiás, expandindo sua área de influência principalmente no sentido norte e noroeste, na direção do estado do Tocantins e do leste mato-grossense. Brasília, ao contrário, não logrou desempenho de maior expressão regional, limitando-se à função de grande absorvedora de população e significativo mercado consumidor, decorrente da concentração das funções de governo e de receptora de repasses fiscais. Seu papel econômico no Centro-oeste fica praticamente limitado ao seu entorno, e as ligações com o sudoeste da Bahia são devidas mais aos fluxos populacionais que aos fluxos econômicos.

Em virtude da inexistência de outros núcleos de maior expressividade no território goiano e no estado do Tocantins, Goiânia surge como o grande centro de referência, em particular ao longo dos eixos das principais rodovias. No sentido norte, como já ressaltado, a construção da BR-153 foi fundamental para projetar a influência de Goiânia sobre o conjunto do território tocantinense. Entretanto, a abertura de um novo eixo rodoviário ligando Gurupi (TO) a Barreiras, no sudoeste da Bahia, vem possibilitar a integração direta de Tocantins com a capital baiana, via BR-242. Assim, embora a pesquisa do IBGE, com ano de referência em 1993, ainda não tenha captado essa recente interligação, esta tende a enfraquecer a projeção do núcleo goiano em território tocantinense e a fortalecer Gurupi como entroncamento de intermediação com o mercado baiano e internacional. Portanto, não só a construção da nova capital no estado de Tocantins, em rápido processo de expansão, mas também a concretização de novas vias de intercâmbio – seja para o leste, seja para o norte – poderão vir a constituir novas áreas de concentração populacional e econômica ao norte do Centro-oeste.

3.3.2 Classificação da rede urbana principal

Com base nas informações econômicas e demográficas coletadas e analisadas anteriormente, bem como nos estudos realizados para subsidiar o conhecimento do sistema urbano (Regic e Tipologia/IBGE, *Cluster*/Nesur, índice de terciarização), foi possível elaborar um quadro de referência para a morfologia da rede urbana da região Centro-oeste.

Partindo das espacialidades definidas para o conjunto do projeto, que podem melhor explicar a rede urbana nacional e regional, foi elaborada uma classificação, listada a seguir, dos principais centros urbanos que compõem a rede de cidades centro-estina, com base nos seguintes critérios: isolado ou aglomerado; metropolitano ou não metropolitano; nível mundial (Rio e São Paulo), nacional, regional ou local (Ipea/Nesur/IE/Unicamp/IBGE – setembro/1998 – ver Tabela A.7 dos Anexos):

- aglomerado metropolitano nacional: Brasília;
- aglomerado metropolitano regional: Goiânia;
- aglomerado não-metropolitano regional: Cuiabá;
- centro urbano isolado regional nível 1: Campo Grande;
- centro urbano isolado regional nível 2: Anápolis, Dourados, Rondonópolis, Itumbiara, Rio Verde;
- centro urbano isolado regional nível 3: Ponta Porã, Sinop, Catalão, Cáceres, Barra do Garças, Três Lagoas, Alta Floresta, Aquidauana, Tangará da Serra;
- centro urbano isolado local: Naviraí, Jataí, Goianésia, Goiatuba, Uruaçu, Nova Andradina, Corumbá, Porangatu, Iporá, Mineiros, Coxim, Inhumas, Ceres, São Luís de Montes Belos, Morrinhos;
- centro turístico: Caldas Novas.

A escolha dos municípios que compõem o quadro classificatório baseou-se no cruzamento dos três métodos referidos no início da seção, como pode ser visto na Tabela 25 a seguir, além dos indicadores apresentados na Tabela A.8 dos Anexos.

TABELA 25
REGIÃO CENTRO-OESTE – COMBINAÇÃO DO *CLUSTER*, REGIC E ÍNDICE DE TERCIARIZAÇÃO (1980/85/91/93)

UF	Município	Grupo *Cluster* 1991	Regic 1993	Índice de Terciarização 1980	1985
GO	Goiânia	Goiânia	8	3,53	3,25
GO	Trindade	Idem	1	0,59	0,52
GO	Aparecida de Goiânia	Idem	1	0,94	0,72
GO	Senador Canedo	B	1	N.D.	N.D.
DF	Brasília	Brasília	7	7,64	6,27
GO	Planaltina de Goiás	Idem	1	0,35	0,36
GO	Formosa	Idem	3	0,93	1,26
GO	Santo Antônio do Descoberto	Idem	1	N.D.	0,24
GO	Luziânia	Idem	1	0,81	0,94
MT	Cuiabá	Cuiabá-Campo Grande	6	8,64	6,00
MT	Várzea Grande	D	4	1,49	1,30
MS	Campo Grande	Cuiabá-Campo Grande	6	3,26	3,70
MT	Barra do Garças	D	4	2,15	1,56
GO	Catalão	D	4	1,25	0,30
MS	Ponta Porã	D	4	1,11	0,93
MT	Alta Floresta	D	3	1,97	3,56
GO	Jataí	D	3	1,28	1,11
MS	Três Lagoas	D	4	1,79	0,98
MT	Cáceres	D	4	1,50	1,16
GO	Itumbiara	D	5	1,04	1,01
MS	Corumbá	D	2	0,95	1,44
GO	Rio Verde	D	4	1,26	0,90
MT	Rondonópolis	D	5	2,85	3,37
MS	Dourados	D	5	2,47	2,15
GO	Anápolis	D	6	1,24	1,29
GO	Caldas Novas	B	2	2,54	3,31
GO	Porangatu	C	3	2,33	1,51
GO	Uruaçu	C	2	2,16	2,18
GO	Iporá	B	3	2,01	1,76
GO	Mineiros	C	3	1,52	1,39
MS	Coxim	C	2	1,46	1,21
GO	Inhumas	C	3	1,33	0,81
GO	Goianésia	C	2	1,20	0,85
MT	Sinop	C	4	1,17	1,58
GO	Goiatuba	C	2	1,16	0,91
GO	São Luís dos Montes Belos	B	3	1,11	1,15
MS	Aquidauana	C	4	1,02	1,35
MS	Nova Andradina	B	3	1,01	0,88
MT	Tangará da Serra	C	4	0,71	1,54
GO	Ceres	B	4	N.C.	N.C.
GO	Morrinhos	C	3	0,84	0,62
MS	Naviraí	B	4	0,34	0,25

Tabulação: Nedru/UFU.
Obs.: a) N.D. significa que o município não existia no referido ano.
b) N.C. indica que o município não atendeu ao critério de corte em 20 mil habitantes urbanos em 1996.

Como se demonstrou ao longo da análise até aqui realizada, de forma geral o crescimento econômico da região Centro-oeste concentrou-se muito no setor primário, configurando-se um setor secundário de expressão marginal na economia regional, conformando uma estrutura urbana regional incipiente, de poucos centros regionais, que se desenvolveram sobretudo como entrepostos de comercialização da produção agropecuária. E, portanto, o parco desenvolvimento da rede urbana regional está centrado em Brasília, Goiânia, Cuiabá e Campo Grande.

As duas maiores cidades-sede dos aglomerados de Brasília e Goiânia são as de maior expressão regional. Na hierarquia das centralidades urbanas[26], alcançam os maiores níveis da região: Goiânia, com nível máximo (oito); e Brasília, com nível muito forte (sete). Entretanto, como já visto, a importância de Goiânia está relacionada ao seu papel socioeconômico regional, enquanto Brasília à sua função político-administrativa nacional. A composição dos municípios que conformam tais aglomerados é bastante heterogênea quanto aos indicadores demográficos, econômicos, de infra-estrutura (saneamento básico), bem como quanto aos níveis de centralidade, predominando para esses centros urbanos o nível muito fraco, como se discute a seguir.

3.3.2.1 Aglomerado metropolitano nacional de Brasília

O Distrito Federal e seus municípios limítrofes integram com outros municípios dos estados de Goiás e Minas Gerais a denominada Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride)[27], com a seguinte composição: Brasília (Distrito Federal), Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso e Vila Boa, todos estes municípios no estado de Goiás, e Buritis e Unaí, no estado de Minas Gerais – composição oficial, segundo a Divisão Territorial Brasileira (DTB) de 1991. Ao todo são 21 municípios, mais a sede, perfazendo um total populacional de 2,5 milhões de habitantes, em 1996.

É importante fazer uma breve reflexão sobre as origens desse aglomerado na história urbana brasileira. Remarca-se que Brasília foi concebida como solução de problemas de integração do território nacional e como instrumento de interiorização do desenvolvimento, para ser o centro político de decisões do Estado nacional. Como pólo de desenvolvimento, deveria incentivar, em seu espaço, atividades econômicas capazes de se reproduzir sobre o território nacional, mas, ao contrário, concentrou suas atividades e pessoas na função político-administrativa, incluindo-se aí os próprios trabalhadores que a construíram, cuja permanência não estava prevista, mas que acabaram instalando-se desordenadamente nas cidades-satélite.

Brasília foi inaugurada em 1960, mas o processo de transferência da Capital federal só foi concluído em 1973. Entre 1960 e 1970, a população do Distrito Federal quase quadruplicou, passando de 140 mil para 537 mil habitantes, crescendo a uma taxa média anual de 14,4%. Nesse período, sua periferia cresceu muito pouco, registrando um saldo migratório negativo. Movimento muito diferente se registrou na década seguinte, com vários municípios goianos limítrofes, como Luziânia, Santo Antônio do Descoberto, Planaltina de Goiás e Padre Bernardo, iniciando processos de conurbação com as cidades-satélite do Distrito Federal e já passando a desempenhar a função de cidades-dormitório. Nos períodos 1970-80 e 1980-91, as taxas de crescimento do Distrito Federal apresentaram significativas quedas (8,2% e 2,8% a.a., respectivamente); neste último período, os fluxos migratórios caíram vertiginosamente e de modo inversamente proporcional aos dos municípios de sua periferia.

A ampliação da área de influência de Brasília, ao longo dos anos 70 e 80, ocorreu muito em razão da própria expansão de seu mercado consumidor e do setor de serviços, sem, contudo, passar a disputar com Goiânia a condição de pólo regional, mas, pelo contrário, estimulando o desenvolvimento de atividades produtivas no seu entorno. Além do mais, dada a concentração da função de serviços especializados de governo, o espaço territorial do núcleo de Brasília é muito valorizado, tendo como desdobramento a grande carência da periferia do Distrito Federal em equipamentos urbanos.

Em 1980, a população do Distrito Federal atingia 1 milhão de habitantes, sendo eminentemente urbana (97% da população). A ocupação desse território ainda era muito dispersa entre as cidades-satélite, distantes umas das outras, com a população concentrada mais nas regiões administrativas de Brasília (Plano Piloto e adjacências), Guará, Taguatinga e Ceilândia. A baixa densidade de população na área do chamado Plano Piloto constituía-se em fator de pressão por novos espaços. Já nesta década, iniciava-se um processo de periferização em direção aos municípios do entorno imediato do Distrito Federal, como Luziânia, com parcelamento do solo rural para fins urbanos, bem como de favelização de uma população pobre que lá se instalava, para buscar emprego no Distrito Federal. Este, em 1982, já contava com cerca de 70 mil pessoas

[26] Ver a respeito Carneiro (1998).

[27] De acordo com a Lei complementar federal nº 94, de 19/2/1998.

morando em favelas[28]. De 1980 a 1990, expandem-se bastante as áreas urbanas dos municípios do entorno do Distrito Federal. De 1970 a 1990, Luziânia quadruplicou sua mancha de ocupação urbana.

Alcançando no período 1991-96 uma taxa de crescimento de 3,5% a.a., o aglomerado de Brasília constitui uma das áreas de maior dinamismo populacional do país, que, apesar do arrefecimento sofrido de 1970 para 1980, ainda se destaca pelo ritmo elevado de crescimento da população da cidade-sede tanto nos anos 80 como nos 90 (2,8% a.a. e 2,6% a.a., respectivamente). As décadas de 60 e 70, posteriores à transferência da Capital federal (1960), registram taxas elevadas de migrações, que tinham como destino à nova capital, respectivamente 358.014 pessoas (período 1960-70) e 488.546 pessoas (período 1970-80). No período 1980-91, o contingente migratório que se dirigia à Brasília sofre uma diminuição significativa: um total de 98.630 migrantes, conforme dados da Codeplan – Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (*apud* Ipea, 1997). Essa tendência de queda é revertida em parte no período posterior (1991-96): um total de 96.147 migrantes em um período de cinco anos, de acordo com dados da Codeplan (*apud* Ipea, 1997). A despeito do descompasso desse crescimento com a dinâmica econômica e com a oferta de empregos, que se encontravam em situação débil, pela própria estagnação dos diversos setores, inclusive o público, responsável por quase 40% do PIB (1996). Segundo estimativas, o número de desempregados em todo o aglomerado é da ordem de um quinto da PEA (200 mil para uma PEA de 1 milhão de pessoas) (Ipea, 1997).

O PIB de Brasília, para 1996, foi estimado em R$ 15,05 bilhões, equivalente a 2% do PIB nacional, com um PIB *per capita* de R$ 8,2 mil, o mais elevado que o de qualquer estado brasileiro (Ipea, 1997). Na análise da evolução do mercado de trabalho (dados de 1996), verifica-se que o setor primário sempre teve uma participação reduzida no total de pessoal ocupado do Distrito Federal; a construção civil hoje representa pouco menos de 5%, peso similar ao da indústria da transformação; o comércio mantém sua participação em torno de 15%; o setor de serviços públicos responde por 30% do total de pessoal ocupado e por mais de 50% do total de assalariados formais (40% do pessoal ocupado ou são assalariados sem registro em carteira ou por conta própria); e a participação do setor de serviços privados no total de pessoal ocupado cresceu de 30% (1970) para 43% (1996).

As relações estabelecidas entre o Distrito Federal e os municípios periféricos inserem-se num contexto regional mais amplo, com influências intra e inter-regionais. Entretanto, diferentemente da vizinha Goiânia, Brasília não exerce uma função econômica com características polarizadoras, haja vista sua precária base econômica primária e secundária. Trata-se de um caso peculiar de concentração de funções administrativas, que recebe grande transferência de recursos fiscais. Mas é um grande mercado tanto para seu entorno como para os principais pólos nacionais. Com isso, o Distrito Federal tem atraído população (em geral, de baixa qualificação), que se desloca para esse centro em busca de empregos e serviços, consolidando os fluxos de Brasília com ampla rede de cidades.

Quanto à composição atual da Região Metropolitana de Brasília, é possível encontrar, nos municípios de seu entorno, localidades com perfis diferenciados quanto aos níveis de centralidade, ao tamanho da população e, mesmo, às taxas de crescimento, tais como: Mimoso de Goiás, não contíguo ao Distrito Federal, com área de 1,4 mil quilômetros quadrados (segundo a DTB, 1991), 2,5 mil habitantes (população total de 1996), taxa de crescimento a.a. de -7,18% (1991-96) e nível de centralidade fraco; Formosa, com 6,8 mil quilômetros quadrados de área, 71 mil habitantes (1996), taxa de crescimento a.a. de 2,5% e nível de centralidade médio para fraco; e Unaí, que está localizado em Minas Gerais, mas é contíguo ao Distrito Federal, possui 9,8 mil quilômetros quadrados de área e 73 mil habitantes, com taxa de crescimento a.a. de 1,45% e nível de centralidade fraco. Encontram-se também municípios com população superior a 100 mil habitantes, como é o caso de Luziânia (contíguo ao Distrito Federal, com 275 mil habitantes, taxa de crescimento a.a. de 5,83%) e de Santo Antônio do Descoberto (contíguo ao Distrito Federal, com 107 mil habitantes, taxa de crescimento a.a. de 24,8% e nível de centralidade fraco).

Os municípios de Padre Bernardo, Água Fria de Goiás, Cabeceiras e Alexânia apresentam um perfil da PEA que permite caracterizá-los como municípios de economia baseada na agropecuária. A porcentagem da PEA no setor agropecuário é de 44% em Padre Bernardo, 70,3% em Água Fria de Goiás, 58,9% em Cabeceiras e 36,2% em Alexânia. Os municípios de Planaltina de Goiás e Santo Antônio do Descoberto caracterizam-se pela alta porcentagem de ocupados na construção civil: 20% e 18,5%, respectivamente. Luziânia, o município mais populoso do aglomerado, excetuando Brasília, possui o seguinte perfil ocupacional: 29,7% da PEA encontrava-se no setor de prestação de serviços, 13,7% na construção civil, 11,9% no comércio de mercadorias e 9% na administração pública. As ocupações administrativas e técnicas representavam, em 1991, 12,9% e 6,7%, respectivamente, do total de ocupações.

Brasília possuía o seguinte perfil da ocupação: 26,8% na prestação de serviços, 15,6% no setor de administração pública, 14,2% no comércio de mercadorias, 13,3% no setor de prestação de serviços sociais e 6,8% na construção civil.

[28] Dados do governo do Distrito Federal/Gepafi (*apud* Ipea, 1997).

As ocupações administrativas e técnicas representavam 20,9% e 12,8% do total de ocupações. Quanto ao perfil do rendimento, com base nas informações do indicador *chefes com rendimentos*, os municípios mais populosos e com estrutura ocupacional menos concentrada apresentam um número de chefes de família com rendimentos de até dois salários mínimos mais baixo, como Brasília e Luziânia. Nestes municípios, esses índices são de 26,09% e 38,83%, respectivamente. Nos demais, os números são sempre superiores a 50%, como mostra a Tabela 26.

No contexto da divisão funcional das localidades do conjunto da aglomeração, boa parte desses municípios desempenha papel de cidades-dormitório, a exemplo de Santo Antônio do Descoberto e Luziânia. A não-industrialização de Brasília acabou levando a uma carência muito grande na oferta de empregos, especialmente para a periferia, resultando em concentração da oferta de trabalho no núcleo, ficando a população pobre da periferia na dependência de emprego nas funções residenciais. Mesmo dentro do Distrito Federal, essa segregação espacial reproduz-se, com a população de baixa renda instalando-se distante do Plano Piloto. O perfil da distribuição espacial da renda (renda média mensal do chefe em salários mínimos de 1991) evidencia isso: em 90% dos domicílios nas cidades-satélite, os chefes recebem menos de um salário mínimo, enquanto no Plano Piloto, em 57% dos domicílios, os chefes ganham mais de 10 salários mínimos. Aí reside menos da quarta parte da população do núcleo, concentrando-se cerca de 70% dos empregos formais, deixando a população mais pobre de 12 a 76 quilômetros de distância de seu local de trabalho, o que implica uma tarifa de transportes coletivos das mais caras do país. "Esta região metropolitana é, ao mesmo tempo, jovem pela idade e velha pelos problemas que vivencia, semelhantes aos de outras grandes metrópoles do país" (Ipea, 1997, p. 8).

TABELA 26
DISTRITO FEDERAL – PERFIL DE RENDIMENTO DO CHEFE DE FAMÍLIA (1991)

Em %

Município	Chefe com Rendimento até 2 S.M.
Brasília	26,09
Luziânia	38,83
Planaltina de Goiás	50,49
Formosa	54,61
Padre Bernardo	64,07
Água Fria de Goiás	65,93
Santo Antônio do Descoberto	54,51
Cabeceiras	67,80
Alexânia	66,14

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 1991).

No aglomerado metropolitano nacional de Brasília, as melhores condições de saneamento básico encontram-se em sua sede, que tem 94% de domicílios urbanos com abastecimento de água, 90% com rede de esgoto ou fossa séptica, 99% com lixo coletado e 99,6% com energia elétrica. Tratando-se da Capital federal, a situação não poderia ser diferente. Em seu entorno, no entanto, encontra-se uma situação muito distinta, que revela a precariedade da urbanização na periferia desse aglomerado: em 11 dos municípios dessa área, os domicílios não estão ligados à rede de esgoto; em apenas oito deles, os domicílios apresentam fossa séptica.

A situação da coleta de lixo é também muito desigual: em Águas Frias de Goiás, esse serviço é nulo. Dentre os municípios do aglomerado, os melhores graus de cobertura de infra-estrutura de saneamento estão em Corumbá de Goiás, Cristalina, Pirenópolis e Santo Antônio do Descoberto, com pouco mais da metade de seus domicílios nessa condição.

3.3.2.2 Aglomerado metropolitano regional de Goiânia

Na categoria aglomerado metropolitano regional, encontra-se somente aquele que tem a cidade de Goiânia como sede. No contexto da região Centro-oeste, essa denominação refere-se ao conjunto de municípios que integram uma unidade territorial polarizada pela cidade de maior expressão. Os municípios da área apresentam elevada população urbana, com contigüidade espacial ou tendências à formação de espaços contíguos; demonstram relações socioeconômicas intensas, decorrentes de especialização, complementação e/ou suplementação funcional. No caso desse aglomerado não metropolitano de nível regional, a cidade-sede registra o grau mais elevado de centralidade, como já destacado, sendo sua abrangência de polarização circunscrita à dinâmica do próprio estado de Goiás, bem como à parte sul do Tocantins e à faixa nordeste do estado de Mato Grosso.

De acordo com os índices referentes ao sistema urbano do Centro-oeste, esse aglomerado possui as seguintes especificidades: cidade-sede com Regic nível máximo (oito); taxas de crescimento do entorno superiores ao do núcleo; densidade populacional superior a 100 habitantes por quilômetro quadrado no centro; e população de mais de 1 milhão de habitantes no centro do aglomerado. O conjunto de municípios desse aglomerado ocupa uma área de 2% do estado (6.943,3 quilômetros quadrados), totalizando aproximadamente 1,5 milhão de habitantes, em 1996, sendo constituído pelos municípios de Goiânia, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vis-

ta de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Goianópolis, Guapó, Hidrolândia, Leopoldo de Bulhões, Santo Antônio de Goiás, Terezópolis de Goiás, Goianira, Nerópolis, Senador Canedo e Trindade (Seplan-GO/IBGE, 1994). Dentre esses municípios, Aparecida de Goiânia registrava mais de 250 mil habitantes em 1996, sendo 42,2% de sua área urbanizada, superando Goiânia, que apresentava 30,7% da sua área urbanizada. Dos 16 municípios do entorno, nove apresentam contigüidade territorial com Goiânia.

Anápolis, embora esteja na área de influência de Goiânia, constitui-se em núcleo independente, o que foi confirmado pelo cruzamento dos resultados do Regic/*Cluster*/índice de terciarização, destacando o levantamento do IBGE, que apontou um nível de centralidade forte (seis), sugerindo tratar-se de um centro regional que, por sua vez, polariza as cidades de Goianópolis, Damolândia, Nova Veneza e Ouro Verde de Goiás. Embora espremido entre dois grandes aglomerados, o que compromete seu potencial de expansão futura, dada a função de grande mercado exercida pelo Distrito Federal, Anápolis, pela sua posição geográfica e pelo seu papel histórico, ainda absorve relevantes estímulos econômicos na divisão territorial do trabalho no eixo Goiânia-Brasília.

Na aglomeração de Goiânia, predomina também, assim como na de Brasília, a PEA em atividades urbanas; 98% no caso de Goiânia e 93% no de Anápolis, bem como altas taxas de crescimento populacional, em torno de 3% a.a., entre 1991 e 1996. Esse aglomerado tem-se caracterizado por intenso processo de urbanização nos últimos 20 anos, que se reflete na expansão urbana dos municípios componentes. De acordo com o estudo da Seplan-GO/IBGE (1994, p. 39),

> com respeito à expansão urbana dos municípios do aglomerado, em especial à de seu núcleo Goiânia – centro regional e capital do estado –, as autoridades locais desenvolveram mecanismos de contenção, na tentativa de racionalizar a oferta de infra-estrutura e equipamentos sociais e de controlar o crescimento desordenado, fazendo com que fossem transferidos para fora do perímetro urbano os problemas decorrentes desta expansão. Desse modo, os contornos das áreas urbanas tornaram-se palco de intensa especulação imobiliária, de graves conflitos sociais, enfim, de um acelerado processo de pauperização. Conseqüentemente, os limites dos núcleos urbanos foram expandindo-se e, com eles, ampliaram-se também as dificuldades de acesso aos equipamentos sociais e de infra-estrutura, já que os municípios não estavam preparados para esse crescimento acelerado e caótico.

Mesmo sendo Goiânia na origem uma cidade planejada, a malha urbana cresceu de forma espontânea e desordenada, ocasionando problemas físicos, demográficos e sociais que transbordam para os municípios de seu entorno.

> Este inchamento está intimamente atrelado ao parcelamento do solo urbano da capital estadual e núcleo do aglomerado urbano, o que ocasionou o surgimento de inúmeros loteamentos (...). Os municípios que compõem o aglomerado não possuem infra-estrutura capaz de oferecer os serviços básicos urbanos e sociais, [tampouco] possuem um mercado de trabalho compatível com a oferta de mão-de-obra, o que faz com que se cristalize mais fortemente no município-sede do aglomerado – Goiânia – toda a problemática econômico-social da região. (Seplan-GO/IBGE, 1994, p. 40)

Já na década de 50, Goiânia passou a sofrer intenso processo de parcelamento do solo, que se tornou ainda maior com a construção de Brasília (1956), para a qual Goiânia exerceu funções de suporte, dada a sua posição estratégica entre Brasília e São Paulo, através da BR-153. Em fins dos anos 50, houve a suspensão da criação de novos loteamentos em Goiânia. Porém, a partir de 1963, principalmente entre 1967 e 1968, foi liberado o parcelamento do solo para fins urbanos, o que contribuiu para a elevação das taxas de crescimento urbano do município. Diante dessa situação, em 1967 foi elaborado um plano diretor – Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG) –, que continha importante orientação para o crescimento da cidade em direção ao sudoeste, alocando nessa direção conjuntos habitacionais. Essa diretriz deveu-se principalmente à necessidade de preservação de bacia de captação de água da cidade (Ribeirão João Leite). Outro ponto importante contido no PDIG foi a proibição de loteamentos em Goiânia sem infra-estrutura de pavimentação, água, luz e esgoto, regulamentada pela Lei municipal nº 4.526/71, reduzindo consideravelmente o parcelamento do solo para fins urbanos em Goiânia e, em contrapartida, acentuando a aprovação de novos parcelamentos nos outros municípios.

> Dentre esses municípios, o que mais sofreu os reflexos dessa lei foi o de Aparecida de Goiânia, em razão de sua maior proximidade com o município-núcleo e também por sua acessibilidade, posto que ambos são cortados pela BR-153. (...) os loteamentos começaram a surgir próximos ao limite municipal com Goiânia, como se fossem continuidade dos lá existentes, e foram caminhando na direção da sede urbana do município de Aparecida de Goiânia. (Seplan-GO/IBGE, 1994, p. 42)

Em 1980, formulou-se o Plano de Uso do Solo Urbano de Goiânia, ainda em vigor, que define áreas para usos específicos, indicando a criação de uma zona de comércio e serviços na porção sul de Goiânia, circundada por uma zona habitacional de alta densidade, bem como zonas industriais.

Dentre os municípios do aglomerado de Goiânia, Nerópolis e Goianópolis registram o menor grau de parcelamento do solo, decorrente do predomínio de atividades agrícolas e de extração de mineral não-metálico (argila).

Excetuando os municípios de Senador Canedo, Aparecida de Goiânia e Trindade, todos os demais têm como atividade econômica principal a agropecuária, como se pode deduzir do perfil da estrutura ocupacional. A agropecuária é responsável, em alguns municípios desse aglomerado, por mais de 60% das ocupações, como em Leopoldo de Bulhões, e por mais de 50%, como em Brazabrantes.

À exceção de Goiânia, Aparecida de Goiânia, o município mais populoso, possui uma estrutura ocupacional assentada principalmente nos setores de prestação de serviços (26,9% da PEA) e no setor de construção civil, com 18,3% da população ativa. O segundo município mais populoso componente do aglomerado é Trindade, que tem uma estrutura ocupacional menos concentrada: 21,6% de sua PEA encontrava-se no setor de serviços, 15,2% no comércio de mercadorias, 14,8% na agropecuária, 13,9% na industria de transformação e 10,7% na construção civil.

Os municípios que formam o aglomerado urbano de Goiânia apresentam uma estrutura de remunerações – obtidas das informações sobre *chefes de família com rendimentos* – muito diferenciada da capital do estado. Enquanto em Goiânia o número de chefes com rendimentos até dois salários mínimos em 1991 era de 34,97%, nos municípios de seu entorno esse índice nunca é inferior a 49%, como no caso de Aparecida de Goiânia, que é o maior município do aglomerado depois da capital do estado.

Apesar de contar com alguns municípios de base econômica agrícola, no aglomerado urbano de Goiânia predomina o setor secundário da economia, com destaque para o setor de produtos alimentares, tendo Goiânia como principal centro industrial, seguido por Aparecida de Goiânia e Trindade. Em 1985, em Goiânia estavam localizados 1.313 estabelecimentos industriais, dos quais 13 produtores de gêneros considerados poluentes; muitos deles estão localizados próximos aos mananciais que abastecem o aglomerado (Seplan-GO/IBGE, 1994, p. 45).

TABELA 27
AGLOMERADO METROPOLITANO DE GOIÂNIA – PERFIL DE RENDIMENTO DO CHEFE DE FAMÍLIA (1991)

Em %

Município	Rendimentos até 2 S.M.
Senador Canedo	66,47
Aparecida de Goiânia	49,77
Hidrolândia	63,40
Goianira	62,22
Brazabrantes	69,69
Nerópolis	60,62
Terezópolis de Goiás	59,28
Bonfinópolis	59,31
Bela Vista de Goiás	59,51
Leopoldo de Bulhões	64,23
Aragoiânia	58,65
Goianápolis	70,90
Guapó	56,31
Trindade	58,45

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 1991).

As condições de saneamento desse aglomerado, particularmente quanto aos domicílios ligados à rede de água, são mais precárias do que nos municípios do entorno de Brasília. Em Senador Canedo, por exemplo, não há domicílio ligado à rede de água; em Goianira, são apenas 14%; em Aparecida de Goiânia, 23%. Nerópolis apresenta 68% de seus domicílios nessa condição; Guapó, 66%; e Trindade, 40%.

Nenhum município do aglomerado de Goiânia apresenta domicílios urbanos ligados à rede de esgoto, à exceção de Aparecida de Goiânia (com 13%) e Goiânia (com 75%). Guapó registra grau elevado de domicílios urbanos com fossa séptica (61%), considerado um bom tratamento primário de esgoto. Já a coleta de lixo chega a ser superior a 60% em algumas das localidades do aglomerado (Guapó e Nerópolis), alcançando 94% em Goiânia.

3.3.2.3 Aglomerado urbano não-metropolitano

Em um terceiro nível da hierarquia regional, pode-se situar o aglomerado não metropolitano regional de Cuiabá, composto apenas de mais um município, o de Várzea Grande. Esse tipo de aglomerado pode ser definido com base na formação de uma mancha de ocupação territorial polarizada; nesse caso, por uma capital regional. O nível de centralidade exercido pelo município-sede é forte (nível seis no Regic); alcança uma PEA urbana de 97% em Cuiabá e de 94% em Várzea Grande; o aglomerado tinha 626 mil habitantes em 1996, com uma taxa de crescimento de 2% a.a. no período 1991-96.

Os índices mais baixos de saneamento ficam por conta da rede de esgoto, com uma cobertura de apenas 17,2% dos domicílios urbanos de Cuiabá e 3% dos de Várzea Grande, sendo alto o grau de cobertura dos domicílios urbanos ligados à rede pública de água (96% em Cuiabá e 83% em Várzea Grande). Para esses dois municípios, a proporção de domicílios urbanos atendidos pela coleta de lixo é bem distinta: 88% em Cuiabá e 56% em Várzea Grande.

3.3.2.4 Centros urbanos isolados regionais

Em um nível hierárquico semelhante ao anterior, mas com características específicas, encontra-se a capital regional de Campo Grande, classificada na categoria de centro urbano isolado regional de nível um. Nessa categoria, enquadram-se os municípios que exercem influência sobre determinada área sem, contudo, formar um aglomerado urbano, pois polarizam e concentram grande parte das funções regionais.

De fato, Campo Grande apresenta nível seis de centralidade (Regic) e a inserção de sua PEA em atividades urbanas chega a 95%. Com uma densidade demográfica

de 74 habitantes por quilômetro quadrado, o município alcançou os 600 mil habitantes em 1996. Campo Grande, conforme Machado de Oliveira (1993, p. 133-136), constituiu-se em tradicional centro de comércio de gado, aproveitando-se da sua posição estratégica no ramal ferroviário implantado no início do século. Como desdobramento e acrescido da expansão rodoviária e do crescimento do mercado interno, propiciou a gestação de uma acumulação de capital comercial local e regional, abrindo espaços para tornar-se o principal pólo de ligação da expansão moderna da fronteira com os grandes centros, em particular com São Paulo.

Os níveis de cobertura de abastecimento de água ligado à rede geral são inferiores aos de outros centros metropolitanos e até mesmo aos de alguns municípios do entorno dos aglomerados urbanos, denotando realmente patamares distintos de urbanização. Na realidade, o grau de cobertura dos serviços de abastecimento de água ligado à rede geral parece constituir um dos principais indicadores do nível de urbanização das áreas do Centro-oeste, já que a cobertura de domicílios com rede de esgoto sanitário é precária na região como um todo. No caso de Campo Grande, centro urbano isolado regional de nível um, tem-se os seguintes indicadores de saneamento básico: 89% de domicílios urbanos com abastecimento de água ligado à rede geral; 20% de domicílios com rede de esgoto; 2% com fossa séptica; 93% com lixo coletado.

Na categoria de centro urbano isolado regional de nível dois, encontram-se importantes localidades do Centro-oeste, principalmente em municípios que tiveram parte considerável de seu crescimento populacional associado aos fluxos migratórios em direção às áreas de fronteiras em décadas passadas, cuja dinâmica ainda se estendeu até os anos 80. Nessa definição de centro urbano, embora de âmbito regional, seu poder de centralidade situa-se entre os níveis médio (quatro) e forte para médio (cinco). A PEA em atividades urbanas nesses municípios varia num intervalo de 75% a 93%, e os volumes populacionais entre 80 mil e 140 mil habitantes, com densidade demográfica em torno de 40 habitantes por quilômetro quadrado. De modo geral, esses centros urbanos isolados passam por um processo de manutenção em seus ritmos de crescimento populacional, dos anos 80 para os 90, demonstrando o vigor dessas localidades na nova dinâmica econômica do Centro-oeste. São eles: Anápolis (GO), Dourados (MS), Rondonópolis (MT), Itumbiara (GO) e Rio Verde (GO). Esses centros, por sua vez, exercem influência sobre localidades próximas, como aponta o estudo do Regic, mas, no entanto, não devem ser tomados no mesmo nível de potencial polarizador. Rondonópolis e Rio Verde – pelas características do desempenho recente, dadas pela posição localizacional na área mais dinâmica da fronteira agropecuária do Centro-oeste, onde se verifica um embrião de acumulação regional – apresentam a possibilidade de vir a acentuar suas posições de núcleos de polarização intermediários. No sentido contrário, Anápolis e Itumbiara, como já referido, encontram-se muito limitados pelas áreas de influência de Goiânia-Brasília e Uberlândia, respectivamente. Por fim, para Dourados, dada sua base econômica pecuária, não é permitido projetar um grande dinamismo regional futuro.

O grau de cobertura para os componentes do saneamento desses centros é maior do que a média da maior parte dos municípios da região Centro-oeste. De fato, o grau de cobertura dos domicílios com rede de água é superior a 70%, chegando em Rondonópolis a 94% e em Dourados a 92%. Os municípios de Anápolis e Rio Verde apresentam os maiores níveis de domicílios com rede de esgoto (mais de 40%), ficando atrás apenas das grandes sedes dos aglomerados urbanos da região (Goiânia e Brasília). Dentre esses centros urbanos isolados, Rondonópolis tem 70% dos domicílios com boas condições de esgotamento sanitário (18% dos domicílios com rede de esgoto e 52% com fossa séptica). O lixo é coletado em mais da metade dos domicílios urbanos dessas localidades.

Os centros urbanos isolados regionais de nível três são localidades que vêm passando por diferenciados ritmos de crescimento populacional, resultado da localização em áreas de fronteira consolidada ou em expansão, dinâmicas ou em esgotamento. A população total dos municípios desses centros situava-se entre 40 mil e 75 mil habitantes em 1996, com uma densidade demográfica ao redor de 15 habitantes por quilômetro quadrado, sendo expressivos os decréscimos nas taxas populacionais. A taxa de crescimento da população de Sinop foi de 11% a.a. no período 1980-91, passando para 8% a.a. entre 1991 e 1996; a de Catalão caiu de 3% a.a. para 1,4 % a.a.; a de Tangará da Serra, de 2,2% a.a. para 5% a.a.; e a de Ponta Porã, de 3,5% a.a. para 2,9% a.a.; mas, mesmo assim, essas taxas podem ser consideradas elevadas se comparadas ao conjunto da região e do país.

Esses centros destacam-se também por apresentarem em torno de 80% a 90% de sua PEA inserida em atividades urbanas, principalmente em Sinop, onde 35% da PEA estava alocada, em 1991, na indústria de transformação. Tais centros urbanos também polarizam alguns municípios de acordo com a matriz do Regic, porém em menor número, se comparado com o grau de influência dos centros urbanos isolados de nível dois. Até pelo porte desses centros (situando-se na definição clássica de tamanho de cidades como sendo de porte intermediário), há uma limitação na concentração de determinadas funções urbanas neles e, portanto, é menor seu grau de influência sobre as demais áreas.

O nível de cobertura dos domicílios com rede geral de água é de apenas 27% no município de Sinop e de

em Alta Floresta; muito embora chegue a 88% em Ponta Porã e a 94% em Catalão. Somente Catalão possui uma proporção significativa de domicílios com rede de esgoto sanitário (32% do total) em comparação com o conjunto da região. Em compensação, são muito baixos os níveis de cobertura para a rede de esgoto: somente 8% dos domicílios urbanos de Aquidauana e 5% dos de Cáceres estão ligados à rede. A cobertura do lixo coletado é superior a 70% dos domicílios, chegando a 86% em Ponta Porã, sendo a proporção mais baixa de 53% em Cáceres.

3.3.2.5 Centros urbanos isolados locais

No último nível de hierarquia do sistema urbano do Centro-oeste estão os centros urbanos isolados de nível local.

Trata-se de centros urbanos que revelam alguma expressão em termos de funções na rede de cidades centro-estina, embora seu raio de polarização não se estenda muito além de seu entorno imediato. Os níveis de centralidade desses centros urbanos variam de médio e médio para fraco, demonstrando a limitada capacidade de expandir suas funções urbanas às demais localidades. De qualquer modo, ainda é possível distinguir centros de ocupação e dinamismo mais antigos, como Porangatu, Cáceres e Ceres (GO), cujas taxas de crescimento da população foram de 0,066%, -0,34% e -0,8% a.a., respectivamente, entre 1991 e 1996, daqueles centros de dinamismos mais recentes, como Naviraí (de uma taxa de crescimento populacional de 0,6% a.a. na década de 80, passou para 2,5% a.a. no período 1991-96) e Nova Andradina (que passou de 2,9% a.a. para 2,8% anuais, respectivamente). Os volumes populacionais desses municípios oscilam entre 20 mil e 75 mil habitantes, sendo a PEA inserida em atividades agrícolas, responsável ainda por cerca de 30% da PEA total dos municípios desses centros, o que indica funções urbanas bastante restritas para essas cidades.

Nesses centros, o grau de cobertura dos domicílios urbanos abastecidos com rede de água é superior a 80%. Em Nova Andradina, esse grau alcança 99,7%. Em compensação, são baixos os níveis de cobertura para a rede de esgoto; em quase todos os centros não existe esse serviço de saneamento. Os domicílios com lixo coletado chegam a 98% em Nova Andradina.

3.3.2.6 Centro turístico

No estado de Goiás, merece atenção o crescimento acentuado de Caldas Novas e os municípios do entorno (Água Limpa, Corumbaíba, Marzagão, Rio Quente, Santa Cruz de Goiás), apontando o incremento do turismo nessa área, que se situa entre os aglomerados de Brasília e Goiânia e o Triângulo Mineiro.

4 Mudanças Econômicas e Impactos sobre a Rede Urbana

4.1 Desenvolvimento Econômico e Urbano Recente

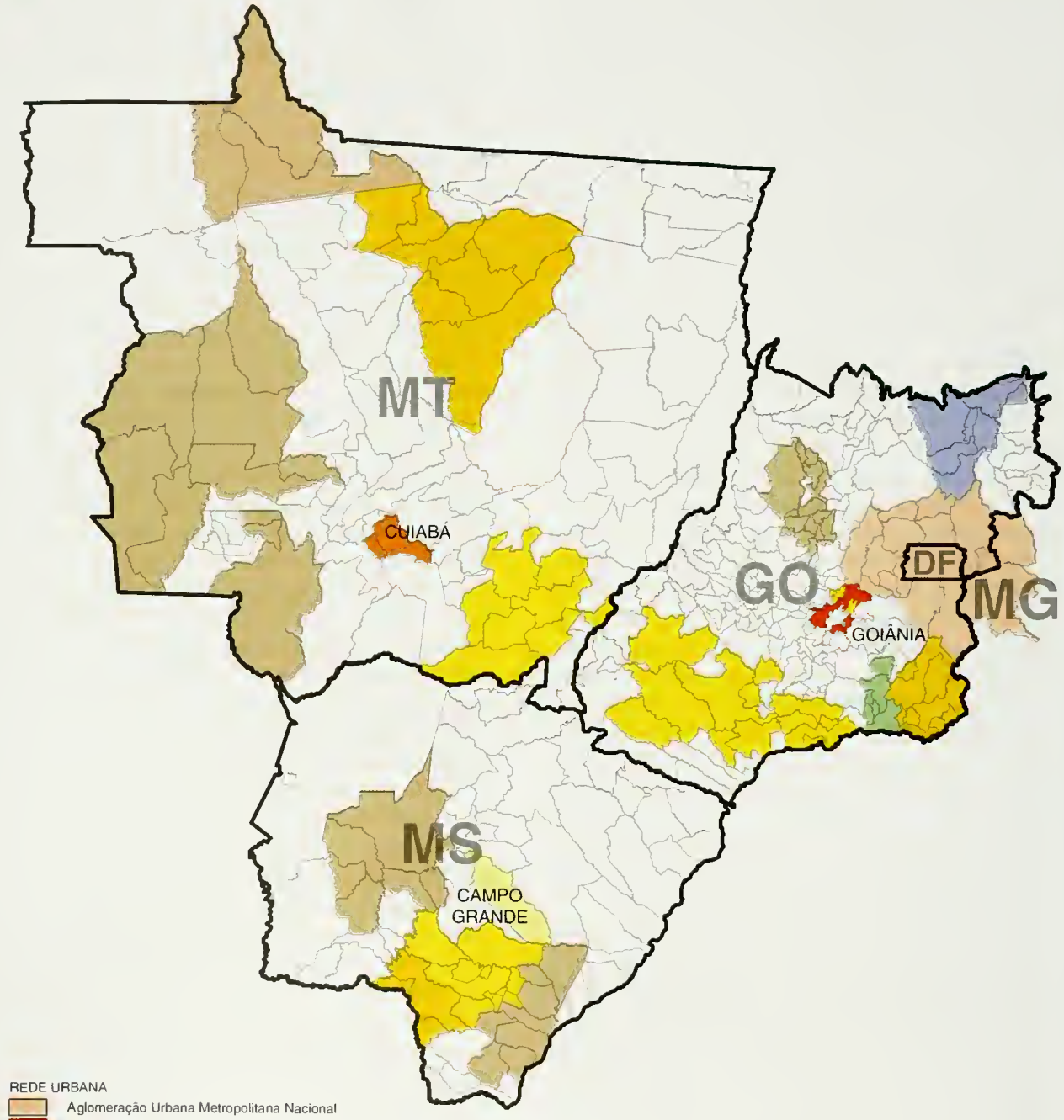
A inserção da economia do Centro-oeste apresenta alguns rebatimentos simétricos e outros assimétricos em relação à dinâmica nacional nas duas últimas décadas, como se procurou mostrar pela cronologia da evolução socioeconômica e, em particular, pelo papel desempenhado pelas principais políticas e programas voltados para a região. No plano assimétrico, cabe assinalar que, enquanto a economia nacional passou por um ajuste recessivo na primeira metade dos anos 80 e por uma desaceleração dos investimentos públicos a partir do desmonte do II PND (1976), no Centro-oeste iniciava-se a fase de modernização da agropecuária comercial que, em razão dos citados estímulos, foi palco de elevadas taxas de crescimento econômico, do emprego e de incremento populacional. Merece destaque a produção de *commodities*, que as restrições financeiras externas impuseram como prioridade *sine qua non*.

Por outro lado, enquanto a infra-estrutura nas áreas de produção tradicionais envelhecia, no Centro-oeste grande parte desta estava ainda em processo de concretização, dando um novo alento à competitividade regional. Nesse sentido, quando a economia nacional se recupera entre 1984 e 1986, as taxas de expansão do Centro-oeste são uma resposta firme aos estímulos do mercado.

A partir do final dos anos 80, a economia da região passa a estar mais atrelada às vicissitudes nacionais. Primeiro, porque as restrições financeiras e fiscais internas e externas conduziram aos cortes nos subsídios e ao abandono dos grandes programas públicos, relegando o espaço centro-estino apenas à lógica do mercado. Com as mudanças na política econômica e, em particular, com a extinção da política unificada de preços mínimos e a indefinição da política de financiamento agrícola, várias áreas no Centro-oeste foram afetadas e reduziram seu dinamismo ou mesmo apresentaram retração produtiva e/ou expulsão populacional. Segundo, porque a recuperação esboçada a partir da estabilização do Plano Real, dadas as restrições câmbio/juros, ainda é insuficiente para imprimir um novo dinamismo à economia e, em particular ao Centro-oeste, em virtude da ausência de ações compensatórias das políticas e programas executados no passado.

Feitas essas considerações gerais, pode-se dizer que, como decorrência da inserção complementar do Centro-oeste à economia paulista, a base econômica da região, marcada pelo processo de modernização da fronteira, teve

MAPA 5
REGIÃO CENTRO-OESTE: REDE URBANA (1998)



Fonte: Nesur/IE/Unicamp (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

uma característica central: os produtores sempre estiveram subordinados às estratégias comerciais e ao poder de mercado dos grandes capitais agroindustriais. Conforme ressaltam Castro e Fonseca (1995, p. 109),

> ao contrário dos Estados Unidos, onde boa parte da infra-estrutura de armazenamento está instalada dentro das fazendas, não é muito comum encontrarem-se silos e armazéns de grãos no interior de fazendas brasileiras, dado o seu alto custo e condições de financiamento difíceis.

Esse processo de absorção da produção regional *in natura* e de submissão do produtor à lógica das grandes empresas, associado à intensa mecanização e à pecuária extensiva, contribuiu para a precarização da capacidade regional de retenção da renda produzida e, conseqüentemente, para a diversificação das atividades produtivas nos núcleos urbanos do Centro-oeste. Esse fenômeno tem provocado um descompasso entre o produto gerado e a capacidade regional de absorção populacional e de geração de oportunidades socioeconômicas, o que levou Mueller (1990, p. 71) a concluir, numa avaliação dos efeitos dos programas para o Centro-oeste, que

> as metas originais das políticas quase nunca foram atingidas. A ocupação dos cerrados foi afetada pelo Polocentro, mas não como inicialmente se desejou. A política de terras públicas teve um impacto bem diferente do imaginado na sua concepção original. E a política de incentivos fiscais provocou especulação fundiária e não desenvolvimento agropecuário. Depois, foram gastos consideráveis recursos para atingir resultados, no mínimo, duvidosos. Na verdade, o efeito da maior parte das políticas examinadas foi o de transferir recursos e patrimônio a indivíduos e grupos influentes, com reduzidos impactos sobre o desenvolvimento econômico e sobre o aumento de bem-estar da maioria da população da região.

Como ficou evidenciado, a estrutura urbana do Centro-oeste reflete sua evolução socioeconômica e a inserção na divisão territorial do trabalho brasileiro. Suas principais características podem ser assim resumidas:

- O principal setor de ocupação vem sendo historicamente o setor primário, embora na última década tenha demonstrado certa incapacidade de geração de empregos, conforme dados do IBGE (Censos Agropecuários de 1985 e 1995-96), chegando mesmo a sofrer retração absoluta no número de postos de trabalho em todos os estados e na maioria das mesorregiões. As duas únicas exceções, consideradas em termos de mesorregiões, ficam por conta do norte mato-grossense, que incorporou aproximadamente 40 mil novos empregos, e do centro-norte de Mato Grosso do Sul (onde se localizam os municípios de Campo Grande e Coxim), que manteve seu patamar estável, agregando apenas cerca de mil novos postos de trabalho no setor. No norte mato-grossense, os municípios de Sinop e Alta Floresta foram os que se destacaram no período, absorvendo o impacto tanto econômico como o populacional da ocupação da fronteira, o que reflete a incorporação recente dessa área pelos programas de colonização. Em algumas mesorregiões em que o emprego no setor primário é mais representativo, reduziu-se drasticamente o emprego agropecuário, como é o caso do norte goiano (com queda de 84.949 para 49.190 postos de trabalho) e do leste goiano, que sedia a microrregião do entorno de Brasília, onde o número de postos de trabalho caiu de 95.828 para 59.460. Também no centro-sul mato-grossense, que sedia a capital do estado e o município de Cáceres, o número de emprego agropecuário reduziu-se de 97.719 para 45.592. Já no sudoeste de Mato Grosso do Sul, segundo subsistema produtivo do estado, onde se localizam os municípios de Dourados, Ponta Porã e Naviraí, a retração foi de 132.484 para 96.649 postos de trabalho. Considerando que a agropecuária é a base econômica do Centro-oeste, foram identificados três sistemas produtivos diferenciados nesse setor. O principal sistema é formado pela pecuária, cuja magnitude pode ser apreendida pela importância relativa do rebanho bovino e do valor da produção animal. Mato Grosso foi o estado que apresentou maior expansão dessa atividade, com predominância do rebanho de corte, embora o valor da produção animal de Goiás e de Mato Grosso do Sul suplante o do referido estado.
  Apesar da expansão produtiva, trata-se de uma atividade caracteristicamente marcada pela concentração econômica, baixa ocupação de mão-de-obra e fracas repercussões para o dinamismo da economia urbana de seu entorno. Essa atividade está disseminada por todo o Centro-oeste, embora mais concentrada nas mesorregiões do sul goiano, norte mato-grossense e, de forma mais homogênea, em Mato Grosso do Sul, as quais têm os maiores rebanhos.
- O segundo sistema produtivo é a produção de *commodities* agrícolas, cuja maior expressão é a sojicultura, principalmente nas mesorregiões do sul goiano, norte e sudeste mato-grossense e sudoeste de Mato Grosso do Sul. Esse sistema é intensivo em mecanização e poupador de mão-de-obra, com representativos impactos no processamento e na comercialização, que podem desdobrar-se em estímulos de emprego e renda para os municípios de sua adjacência. Cabe destacar que as mesorregiões sul goiano e sudoeste de Mato Grosso do Sul são as que apresentam os melhores índices de tecnificação e de produções agrícola e pecuária, com as maiores áreas de pastagens e de lavoura.
  O terceiro sistema produtivo refere-se às áreas de produção tradicional de alimentos básicos, principalmente no noroeste e norte goianos, que foram as mais afetadas pelo desmonte dos programas oficiais de apoio à agricultura. Porangatu, por exemplo, principal município da área, que vinha desenvolvendo expressiva produção de alimentos, voltada para o mercado interno e ancorada em cooperativas, hoje é citada como área em

estagnação, em decorrência do esgotamento da lavoura e de sua substituição por áreas de pastagens.

- O estado de Goiás detém a economia mais expressiva e diversificada do Centro-oeste. Entretanto, apenas duas mesorregiões concentram a quase totalidade do produto estadual: o centro e o sul goianos. O centro é o principal gerador de emprego e produção nos setores secundário e terciário, sobretudo no aglomerado de Goiânia e, secundariamente, no núcleo de Anápolis, que, juntos, acumulam a quase totalidade dessas funções na mesorregião. O sul goiano representa a área de maior desenvolvimento da agropecuária e do emprego primário (167.878 em 1996, de acordo com dados do Censo Agropecuário); nele se situam os municípios de Rio Verde e Itumbiara, polarizados por Uberlândia.
- É baixa a participação geral dos serviços no conjunto da região, evidenciando a sua complementaridade à economia do Sudeste e a sua concentração em um número reduzido de municípios. Essa divisão territorial do trabalho causa impacto diretamente sobre a funcionalidade dos núcleos urbanos do Centro-oeste, caracterizando uma fragilidade dos núcleos intermediários e a forte centralidade dos núcleos principais, sobretudo as capitais. As mudanças recentes na base produtiva regional reafirmam esse papel dos centros principais, que tiveram sua centralidade reforçada.

Em resumo, já a partir do final dos anos 60 estão definidas as áreas de maior dinamismo da região: o centro e o sul de Goiás, com o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, uma ocupação mais adensada e uma estrutura urbana de maior expressão, tendo como centros de maior destaque os municípios de Goiânia, Anápolis, Rio Verde e Itumbiara e o Distrito Federal; o sudoeste de Mato Grosso, com Cuiabá, Rondonópolis e Cáceres; e o centro-sul de Mato Grosso do Sul, com duas áreas distintas, polarizadas pelas cidades de Campo Grande e Dourados, além de Corumbá, que exerce funções específicas de indústria (siderurgia, moinho de trigo, fiação, cimento e extração de ferro e manganês), turismo e entreposto de fronteira internacional.

4.2 Tendências e Novas Espacialidades

O processo de abertura da economia, empreendido nos anos 90, provocou fortes alterações na dimensão espacial do desenvolvimento, promovendo uma ruptura da lógica interna que presidiu o período anterior, assentada, como foi visto, na complementaridade do conjunto da economia nacional à economia paulista, que fazia convergir os fluxos econômicos na direção do Sudeste, com epicentro em São Paulo. Com a abertura, surgem novas alternativas de articulação econômica regional, possibilitando aos distintos sistemas produtivos internos uma ligação direta com o exterior e enfraquecendo, portanto, a unilateralidade da amarração territorial presidida pela lógica anterior de estruturação do mercado interno.

Além dos efeitos centrípetos causados pelo processo de globalização e pela redução da capacidade de coordenação do Estado nacional – problemas, por si sós, altamente preocupantes, em um país de dimensões continentais e imensas disparidades regionais como o Brasil –, a adoção de políticas de abertura comercial, em um contexto de inexistência de planejamento, tende a produzir impactos regionais bastante diferenciados, até mesmo afetando o equilíbrio federativo. Como afirma Pacheco (1996, p. 114),

> um exame da dinâmica regional recente mostra que nos últimos anos já estavam em curso processos que não mais se referiam meramente à constituição do mercado interno e à montagem de uma estrutura produtiva integrada, marcada por fortes nexos de complementaridade inter-regional e que, em conjunto com os incentivos regionais, patrocinavam o crescimento solidário das diversas regiões brasileiras. Na verdade, as transformações da economia internacional e as opções de política econômica interna, especialmente a partir da abertura comercial dos anos 90, estão definindo um temário distinto para a problemática regional brasileira: as implicações – fortemente diferenciadas por região – de uma dinâmica de acumulação de economia aberta, frente a um quadro de intensa globalização.

Diante dessa realidade, cabe indagar sobre as implicações para o Centro-oeste, bem como sobre as perspectivas que se abrem para a região como um todo, nesse novo cenário, assim como sobre as perspectivas para alguns de seus sistemas produtivos, em particular, sobretudo no que diz respeito às novas funções que poderão vir a ser cumpridas tanto no plano da integração com o exterior (especialmente com o Mercosul) como no plano interno, em termos de geração de excedentes e retenção populacional.

Como foi exposto, a região viveu um período de crescimento nos anos 80 que, em grande medida, ocorreu em descompasso com o pífio desempenho da economia nacional, sendo somente ao final da década que a economia centro-estina ficou mais sujeita aos percalços da economia nacional, chegando a apresentar alguns sinais de perda de dinamismo. Em anos recentes, já era notada sensível redução do crescimento e da mobilidade espacial característicos da década anterior, conforme foram sendo reduzidos os recursos de diversos programas patrocinados pelo Estado, em várias frentes de atuação.

Em termos espaciais, pode-se dizer que o resultado do processo em curso, nos últimos anos, consolidou as áreas mais dinâmicas e capitalizadas, onde a atividade produtiva privada foi mais beneficiada, tanto pela fertilidade natural dos solos como pelas políticas de aproveitamento dos cerrados. Aí foram conquistados expressivos

diferenciais de produtividade, firmando-as como áreas modernas de produção de *commodities*, com crescente inserção no mercado internacional, como é o caso emblemático das zonas produtoras de soja. Por outro lado, esse processo fez ressaltar a heterogeneidade interna da região, acentuando os desequilíbrios existentes e praticamente condenando à própria sorte as áreas deprimidas, à medida que o Estado foi levado a abrir mão de sua capacidade reguladora sobre as forças de mercado e, portanto, de atuar com vistas à correção das desigualdades.

Do ponto de vista ambiental, os efeitos sobre o ecossistema dos cerrados são sensíveis e preocupantes, principalmente pela contaminação química das águas, o empobrecimento genético e a erosão do solo. Os sucessivos investimentos em insumos químicos para aumento da produtividade e adequação dos solos do cerrado à produção mecanizada – economicamente compensados, dado o baixo preço das terras – foram fundamentais para a enorme competitividade obtida pelas modernas áreas de cultivo agrícola regional. O custo ambiental, entretanto, ainda está por ser avaliado, posto que os estudos existentes são poucos, pontuais e ainda não conclusivos. Como a ocupação é vista exclusivamente do ponto de vista dos ganhos de produtividade, pouco se atentou para os custos implícitos dessa acumulação privada sobre a deterioração do meio ambiente. Como ressalta Shiki (1997, p. 139),

> aumento de produtividade significa consumo de estoques de sintropia positiva e, portanto, aumento de entropia, de desordem, sob as formas de misturas de energias (gases, materiais), aumento de níveis tóxicos, redução de biodiversidade... Assim, o ordenamento proposto pelo capital industrial, sobretudo no setor agroalimentar, que é o da simplificação e homogeneização (cuja expressão no espaço agrário é a monocultura), contradiz com a ordem do ecossistema primário, criando em conseqüência uma desordem.

É dessa perspectiva de agravamento das heterogeneidades inter e intra-regionais, de novos papéis reservados aos sistemas produtivos e a necessária incorporação da problemática ambiental que devem ser analisados os novos investimentos, públicos e privados, programados para o Centro-oeste. Em particular, cabe examinar o conjunto de investimentos consubstanciados no Programa Brasil em Ação, que, pela dimensão e objetivos anunciados, merecem observação mais detalhada e um esforço de prospecção que busque captar seus impactos futuros na espacialidade do Centro-oeste. Importa ressaltar que a análise que se segue possui caráter mais especulativo – a fim de apontar para a necessidade de investigação e estudos futuros –, do que conteúdo conclusivo. Primeiro, porque os processos em curso ainda são recentes e ainda não há clara manifestação dos seus resultados objetivos. Segundo, em decorrência do aspecto ainda projetivo de algumas intenções de investimento, cujos desdobramentos só serão relevantes se vierem a ser concretizados. Terceiro, em razão da precária base de dados, que por vezes induz os analistas à quase adivinhação ou à simplificação econométrica. Por fim, em decorrência das grandes transformações financeiras, comerciais, tecnológicas e organizacionais que vêm colocando grandes desafios não só para a inserção regional como também para a própria economia brasileira, em especial.

O ponto de partida para essa *démarche* deve ter como referência a base infra-estrutural sob a qual se consolidou a inserção produtiva dessa região, que, como foi demonstrado, teve como característica principal a direção definida pelo traçado das rodovias e pela dimensão fracionada do transporte de cargas. O modal rodoviário, por prescindir de escalas concentradas, permite o desenvolvimento de atividades produtivas pulverizadas no espaço. Com isso, os desdobramentos do movimento autônomo dos agentes econômicos geraram uma configuração espacial cujos resultados foram a consolidação de poucos e bem diferenciados pontos de concentração dos fluxos econômicos, privilegiando os entroncamentos rodoviários, os diferenciais de tributação e isenção (formal e informal), a integração com São Paulo e outras características mais específicas.

O programa governamental Brasil em Ação abarca uma série de investimentos em infra-estrutura, definidos em razão de sua capacidade de reduzir custos de produção e comercialização, com vistas a estimular novas oportunidades de inversões privadas, por meio da consolidação de grandes eixos de integração, reforçando os elos entre as áreas de maior dinamismo. Ou seja, tal como definidos no programa, os eixos buscam responder aos fluxos de bens e serviços já delineados pela atividade produtiva, e a intervenção do Poder Público resume-se a remover obstáculos e a abrir novos horizontes à acumulação privada.

Do conjunto de intervenções previstas para todo o território brasileiro, várias afetam diretamente a região Centro-oeste, estando em sua maioria voltadas para a infra-estrutura de transportes. Dentre os projetos de maior importância, podemos citar:

- a recuperação da BR-364/163, por meio da restauração de cerca de 700 quilômetros, nos estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, melhorando as condições de tráfego deste que é o principal eixo rodoviário do Centro-oeste;
- a hidrovia Tocantins-Araguaia e a recuperação da BR-153, que, juntamente com a ferrovia Norte-Sul, devem compor um corredor intermodal, com vistas a favorecer a produção de grãos em parte do Centro-oeste e no estado do Maranhão, com saída para o Atlântico;
- a Ferronorte, que objetiva o estabelecimento de um sistema ferroviário de transporte de carga e engloba a construção, exploração e conservação das estradas de ferro ligando as cidades de Porto Velho, Santarém e Cuiabá a Aparecida do Taboado, em Mato Grosso do Sul, unin-

do seus trilhos à malha ferroviária paulista, por meio da ponte rodoferroviária sobre o rio Paraná, na divisa de São Paulo com Mato Grosso do Sul, recentemente inaugurada;

- a hidrovia do Madeira, visando assegurar navegabilidade permanente de comboios de grande porte (até 6 mil toneladas) no rio Madeira, entre Porto Velho e Itacotiara (AM), integrando ao rio Amazonas os sistemas rodoviários dos estados de Mato Grosso, Rondônia, Acre e Amazonas, para baratear o escoamento de grãos de Mato Grosso e Rondônia na direção do eixo norte. Esse sistema hidroviário, já em operação, deverá ser complementado pela navegação do rio Teles-Pires, interligando o norte de Mato Grosso a Santarém (PA);
- a ampliação e o término das obras da hidrovia Tietê-Paraná, aumentando o suporte da infra-estrutura física para o Sul, com a conexão dessa hidrovia com a BR-364. A partir de São Simão, o Centro-oeste conecta-se com a hidrovia, com mais de mil quilômetros navegáveis entre São Paulo, Mato Grosso do Sul e Goiás;
- a construção do ramal ferroviário ligando o Distrito Federal a Unaí e Pirapora, na sub-região noroeste de Minas Gerais, e a modernização da ferrovia Pirapora-Belo Horizonte-Vitória, propiciando uma alternativa de escoamento da produção agrícola do Centro-oeste, favorecendo a integração de Goiás e Tocantins à região Sudeste, pela malha ferroviária;
- a hidrovia do Paraguai, navegável numa extensão de cerca de 2.260 quilômetros, entre Cáceres (MT) e a foz do rio do mesmo nome, em território uruguaio, para a qual o projeto governamental prevê serviços regulares de dragagem, manutenção, desobstrução e sinalização. Em território mato-grossense, entre Cáceres e Corumbá, seu calado é de 1,5 metro; suporta comboios de 1.200 toneladas e, nos últimos anos, tem transportado uma média de 10 mil toneladas por ano. No trecho sul, saindo de Corumbá em direção ao Paraguai, vêm sendo movimentados cerca de 6 milhões de toneladas por ano, com comboios de até 20 mil toneladas, levando minérios e grãos; e
- a construção do gasoduto Brasil-Bolívia, cujo tronco principal, em construção, cruza o estado de Mato Grosso do Sul, saindo de Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, e passando pelos municípios de Corumbá, Campo Grande e Três Lagoas. Além do tronco principal, poderão ser contemplados dois ramais, sendo um para o estado de Mato Grosso, no sentido de Cuiabá, e outro ramal com traçado previsto para atravessar o estado de Goiás, pela cidade de Serranópolis, em direção a Jataí.

Além do ramal do gasoduto boliviano, para atender Cuiabá, está em construção a usina hidroelétrica do rio Manso, com capacidade projetada de 210 megawatts, visando solucionar o estrangulamento energético da capital mato-grossense. No caso do ramal goiano, está projetada a implantação de duas usinas termelétricas de 200 megawatts nas cidades de Goiânia e Brasília, utilizando a referida fonte energética.

Outro projeto com desdobramentos no sistema produtivo Rondônia/norte de Mato Grosso é o aproveitamento do gás natural de Urucu/Juruá, na bacia do Solimões (AM), com ramais previstos para Manaus e Porto Velho. A viabilização dessa fonte energética no estado de Rondônia deverá aumentar o abastecimento de energia na capital do estado e, com isso, aumentar o potencial de polarização de Porto Velho no norte mato-grossense, considerando a inversão dos fluxos econômicos já propiciados pelo corredor de exportação da hidrovia do Madeira.

Além dos investimentos públicos, cujos impactos, por sua própria natureza, são mais relevantes, há que se considerar ainda as previsões de investimentos privados no Centro-oeste. A título de exemplo, são apresentadas as intenções de investimento de grupos empresariais nacionais e internacionais, veiculadas por órgãos de imprensa. Na área de processamento de alimentos, destacam-se os projetos da Parmalat, da Nestlé e da Caramuru, esta última para comercialização de soja, e a instalação de abatedouros e frigoríficos, nos estados de Mato Grosso do Sul e Goiás, em especial do grupo Perdigão. Este último, visando à constituição de um complexo de produção de carne de frango e de suínos, na cidade goiana de Rio Verde, com gastos estimados em R$ 300 milhões, deve aproveitar boa parte da produção de milho do estado. Com esse montante, serão construídos uma planta industrial de carnes, abatedouros de aves e de suínos, uma fábrica de ração, duas granjas de matrizes e um incubatório, que poderão gerar cerca de 3 mil empregos diretos e 7 mil indiretos. Desse investimento deverá ser desdobrada a Videplast, consórcio formado por empresários catarinenses e goianos para produzir embalagens plásticas para o grupo Perdigão. A Cica, divisão alimentícia da Gessy Lever, produzirá derivados de tomate em Rio Verde, estimando-se o investimento em R$ 400 milhões. A Mabel investirá US$ 42 milhões, entre 1996 e 1999, para a ampliação da capacidade produtiva e a construção de um moinho para processamento de farinha de trigo.

No setor têxtil, destacam-se os investimentos que têm em vista o aproveitamento da oferta de algodão do cerrado. O grupo Vicunha pretende investir R$ 100 milhões na implantação de uma unidade de fiação, tecelagem e tinturaria, em Anápolis. A empresa portuguesa JMA, a italiana Piu Belle e a brasileira Bouquet aplicaram US$ 65 milhões para a criação da *joint venture* Goiás Têxtil, criando cerca de mil empregos. A Malharia Mans, de Santa Catarina, investiu R$ 12 milhões em Morrinhos e Trindade, gerando 3 mil empregos. A Hering, de Santa Catarina, investiu em Anápolis R$ 35 milhões, com aber-

tura de 300 postos de trabalho.

Na área de veículos automotores, está em implantação a unidade da Mitsubishi, na cidade de Catalão (GO), para a produção de caminhões e *pick-ups*, com início da produção anunciado para 1999[29], ficando o investimento a cargo do grupo nacional Souza Ramos, responsável pela distribuição dos produtos da marca. A Honda anunciou investimentos de R$ 300 milhões na instalação de uma fábrica de motocicletas em Goiás, e a polonesa PZL Mielec, fabricante de aviões agrícolas, começou a produzir em Anápolis mediante investimentos da ordem de R$ 140 milhões.

Dentre os empreendimentos infra-estruturais enumerados, pode-se afirmar que a hidrovia do Madeira, com a construção do terminal flutuante de embarcação de grãos para o rio Amazonas, e a Ferronorte, já parcialmente executada, trarão as mudanças mais significativas na infra-estrutura do Centro-oeste. A hidrovia, porque altera o fluxo de transporte de grãos da Chapada dos Parecis, nos estados de Mato Grosso e Rondônia, abrindo uma nova rota de escoamento da produção para exportação. Antes baseado exclusivamente no modal rodoviário, o escoamento da produção tinha como única alternativa a rodovia BR-364, cruzando mais de 2 mil quilômetros em direção aos portos do Sudeste. Com a hidrovia, o novo caminho da soja percorre a área das fazendas na Chapada dos Parecis, segue de Sapezal (MT) pela BR-364 até Porto Velho, onde os grãos são embarcados em balsas, que percorrem o rio Madeira até o Amazonas. No porto de Itacoatiara, a soja é transferida para navios graneleiros e transportada para o exterior. O caminho inverso é percorrido pelos fertilizantes, cujo preço, com a redução das distâncias e custos de transportes, diminuiu em até US$ 40 por tonelada (*Folha de S. Paulo*, 1998). Como dado concreto desse empreendimento, pode-se citar o porto graneleiro de Itacoatiara, que iniciou suas operações em março de 1997, exportando 300 mil toneladas de soja no ano. O empreendimento é administrado pelo grupo Maggi, o maior produtor nacional de soja e também proprietário da empresa de navegação que opera a hidrovia.

Assim, mais do que uma nova estratégia de escoamento de produtos e de oportunidades de investimento, a importância desse projeto reside na inversão dos fluxos que promove, com potencial para transformar a capital de Rondônia no centro polarizador de uma área que abrange os estados do Acre, Rondônia e a porção noroeste de Mato Grosso. Ou seja, situado no extremo norte da interligação de Rondônia com São Paulo, Porto Velho pode vir a assumir um papel catalisador da produção do norte centro-estino, centralizando diretamente o intercâmbio com o mercado externo.

A Ferronorte, por sua vez, percorrerá todo o eixo oeste, estimulando a produção de soja, que, pelas estimativas oficiais, deverá passar de 6 milhões para 10 milhões de toneladas apenas no raio de 400 quilômetros entre Alto Taquari (MT) e Aparecida do Taboado (MS), área de solos férteis. Essa ferrovia deve aumentar a atratividade de Mato Grosso do Sul, sobretudo ao se considerar que, além da articulação ferroviária com São Paulo, ela abre também a alternativa de escoamento da produção através da hidrovia Tietê-Paraná. Embora tenda a reforçar os nexos com a economia paulista e a polarização de São Paulo sobre o território sul mato-grossense – em especial da cidade de São José do Rio Preto –, alguns impactos deverão ocorrer na porção nordeste do território de Mato Grosso do Sul, com a possível implantação de centros de armazenagem e ativação do comércio atacadista nas cidades de influência da ferrovia.

Na verdade, a área onde está sendo construída a Ferronorte poderá ser objeto de expressivas transformações na logística dos fluxos. É que, juntamente com a ferrovia, dois novos projetos poderão vir a beneficiar o transporte de mercadorias e a integração nacional e internacional desta que é a área do Centro-oeste mais bem localizada no que se refere à articulação com os mercados da região Sudeste e com os principais portos de exportação. Trata-se da já mencionada hidrovia Tietê-Paraná e da recuperação da BR-364, com sua pavimentação no trecho mineiro, ligando Frutal (MG) a São Simão (GO). A importância dessas novas alternativas de interligação, individualmente ou de forma integrada, reside na alteração das áreas de influência que historicamente polarizaram a atividade produtiva dessa área, abrangendo desde o pontal do Triângulo Mineiro, incluindo o sudoeste de Goiás e o nordeste de Mato Grosso do Sul, até o sudeste de Mato Grosso. Ainda não está claro onde haverá capitalização das novas alternativas, pois essa área constituiu-se, historicamente, em um campo de forças sem nucleação interna, e os novos investimentos do Estado não objetivaram – e nem levaram em consideração – o desenvolvimento de pontos (ou núcleos) regionais específicos. Pela logística presumida dos novos fluxos, há indícios de um possível fortalecimento da posição estratégica de São José do Rio Preto; por outro lado, também há grande possibilidade de perda de influência dos núcleos de Campo Grande e Três Lagoas (MS), Rondonópolis (MT) e Uberlândia (MG).

A hidrovia Tietê-Paraná, em 1996, com 18 terminais de cargas, poderá vir a se constituir em uma das principais rotas do Centro-oeste em direção ao Mercosul, principalmente se levadas em conta suas potencialidades logísticas e as condições favoráveis de articulação a outros modais de transporte. Ademais, o asfaltamento da BR-364 até a divisa de Minas Gerais com São Paulo, ao melhorar o fluxo do sudoeste goiano com a economia paulista, poderá potencializar a diversificação de inves-

[29] A unidade da Mitsubishi em Catalão foi implantada em 1999 e já se encontra em pleno funcionamento.

timentos nessa sub-região.

A construção do ramal ferroviário Unaí-Pirapora, e sua extensão posterior até Brasília, também deverá favorecer a comercialização da produção regional, tanto no sentido do mercado externo, uma vez que sua articulação à malha ferroviária mineira propicia maior aproximação ao porto de Vitória, como na direção da Capital federal. E não só para a entrada de produtos importados para o grande mercado consumidor que é Brasília, como também para o escoamento da produção da microrregião de seu entorno, bastante significativa. Com isso, vislumbra-se um possível fortalecimento do Distrito Federal e de seu entorno goiano, enquanto áreas com real poder de integração aos mercados, tendo como possível desdobramento a ampliação do potencial de diversificação produtiva, antes assentado nas atividades terciárias.

Na matriz energética, a construção do gasoduto Brasil-Bolívia trará atratividade para unidades produtivas estabelecidas ao longo de seu traçado, favorecidas pelo baixo preço do combustível. Trata-se de um diferencial, que se torna, somado aos incentivos fiscais ofertados pelo governo estadual, um fator de estímulo relevante aos empreendimentos privados.

Assim, a constituição de novas alternativas e a redução dos custos de escoamento da produção abrem possibilidades potenciais de atração de investimentos privados e de expansão de pólos regionais: Porto Velho poderá transformar-se em centro de processamento e escoamento da produção de Rondônia e Mato Grosso, invertendo o fluxo tradicional historicamente estruturado na direção do Sudeste; o pólo de Cáceres poderá transformar-se em *porta de saída* estratégica dos produtos do sudoeste matogrossense para o Mercosul, tendo ali sido criada uma zona especial livre de tributos de exportação; e o pólo do Alto Taquari, como ponto terminal da Ferronorte, com potencial de acesso, tanto à economia do Sudeste, pelo porto de Santos, como ao Mercosul, pela hidrovia do Paraná.

Não há dúvida de que a existência de vias mais eficientes de escoamento e abastecimento, baseadas em maior multimodalidade nos transportes, abre perspectivas de novos empreendimentos agropecuários e novos caminhos de integração entre o extremo norte, a área central e o Sul-Sudeste do território brasileiro, bem como de integração continental com o Mercosul, com resultados consensualmente considerados positivos.

Contudo, de outro lado, a lógica que subjaz ao programa governamental tende a reforçar a seletividade espacial, visto que os projetos que o compõem buscam favorecer interesses localizados e específicos. Prevalece, portanto, não a concepção de desenvolvimento regional – baseada no planejamento da infra-estrutura de suporte à consolidação de alguns pólos previamente selecionados, visando promover a integração regional –, mas a idéia de *eixos estruturantes*, definidos pela racionalidade do investimento. Daí seu caráter seletivo e a tendência a se concentrar em áreas mais dinâmicas e já integradas.

Embora os novos sistemas de transporte hidroviário e ferroviário devam reduzir custos operacionais, a estrutura do sistema tributário brasileiro e a debilidade do aparato fiscalizador do Estado – que favorecem a informalidade e a sonegação no registro dos fluxos econômicos, especialmente pelo modal rodoviário – tendem a minimizar os impactos e a importância da multimodalidade. A razão é que a necessidade de registro das cargas nos sistemas ferroviário e hidroviário dificulta a informalidade e as práticas de sonegação tributária, o que pode resultar em competição entre os modais e a subutilização das novas infra-estruturas consideradas mais eficientes.

Dessa forma, é possível que não sejam adequadamente contempladas as áreas estagnadas e deprimidas, sobretudo se considerada a atuação limitada dos organismos regionais de planejamento e o estreitamento do espaço para a formulação de políticas regionais de desenvolvimento.

5 Considerações Finais

O estudo da dinâmica socioeconômica recente do Centro-oeste mostrou, em primeiro lugar, que não se trata de uma ampla inserção produtiva e funcional do conjunto dessa área e, conseqüentemente, nem de pleno desenvolvimento regional. Ao contrário, há uma diversidade intrínseca, uma clara heterogeneidade espacial marcada por uma rede de cidades pouco estruturada. Tomada em seu conjunto, essa rede apresenta fracos laços de articulação e complementaridade, predominando cidades de pequeno porte e baixo grau de desenvolvimento das atividades e dos serviços urbanos. Apenas um número reduzido de cidades, como se viu, logrou alcançar uma inserção mais expressiva nos cenários regional e nacional.

A migração constituiu-se em elemento importante para a ocupação regional, desde as décadas de 50 e 60, atraída pela nova Capital federal e pelos projetos de colonização. A infra-estrutura implantada nesse período e a expansão populacional estimularam transformações na estrutura produtiva, preparando o Centro-oeste para a modernização agropecuária dos anos 70 e 80, desdobrada em um importante complexo agroindustrial de grãos-carnes.

Porém, o dinamismo produtivo da economia do Centro-oeste, nas três últimas décadas, não foi capaz, pelas características aqui analisadas, de consolidar um desenvolvimento urbano regional, haja vista que gerou con-

centração de população e retenção parcial da renda em poucos subsistemas regionais, ratificando a divisão territorial do trabalho pretérita. Apenas a atividade agropecuária encontra-se mais bem distribuída no espaço regional e, mesmo assim, não vem sendo capaz de proporcionar uma distribuição espacial da renda menos concentrada, dado o predomínio da pecuária e das monoculturas intensivas. Nesse contexto, a agropecuária perdeu capacidade de geração de empregos diretos a partir da segunda metade da década de 80. Nos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, houve redução do pessoal ocupado a partir de 1985, como decorrência do avanço das frentes de agricultura intensiva e, de forma mais decisiva, com o avanço da pecuária. Ou seja, o grande setor de ocupação no Centro-oeste, que chegou a responder por 90% do emprego total de algumas mesorregiões, em 1985, perdeu sua capacidade de absorção de mão-de-obra.

Desse modo, predomina no Centro-oeste grande concentração da população e das atividades secundárias e terciárias em poucos centros urbanos. A receita do terciário é proporcionalmente menor nas mesorregiões que não possuem núcleos representativos, e o setor é polarizado pelos quatro principais centros urbanos do Centro-oeste (Brasília, Goiânia, Cuiabá e Campo Grande), ou por núcleos paulistas, mineiros ou paranaenses. A transformação industrial é relevante apenas em poucos núcleos, seja pela centralidade das suas funções urbanas, seja, em casos específicos, pelo peso de alguns empreendimentos isolados de agroindustrialização, extração mineral (Corumbá), ou beneficiamento de madeira, como no caso, já citado, de Sinop e Alta Floresta.

Os poucos núcleos urbanos de maior expressão consolidaram suas respectivas inserções na economia nacional em períodos que antecederam as três últimas décadas de incorporação e modernização produtiva regional, não guardando dependência desse processo mais recente. O que o estudo demonstra é que esses núcleos – localizados historicamente nos principais eixos rodoferroviários de integração ao Sudeste – foram fortalecidos em seus papéis regionais, na medida em que, simultaneamente, condicionaram espacialmente as frentes modernas e delas apropriaram os efeitos dinâmicos, acentuando a participação e a abrangência dos centros polarizadores no conjunto da rede urbana.

Em síntese, o adensamento da rede urbana ocorrido no período recente se deu de forma concentrada nas cidades de maior porte, reforçando o sistema já desenhado anteriormente. A modernização agropecuária, responsável pelo salto produtivo e pelas grandes transformações na base produtiva do Centro-oeste, não foi suficiente para alterar, de modo substantivo, o sistema urbano da região. Apenas modificou-o na margem, com a formação de subsistemas em áreas de ocupação recente, como é o caso do norte mato-grossense, embora com enormes precariedades e deficiências nas atividades urbanas, sem falar da predação do meio ambiente. Independentemente do tamanho populacional dos municípios, são bastante precárias as condições de infra-estrutura urbana do Centro-oeste, em especial as de saneamento básico: a rede de esgotamento sanitário é quase inexistente nos municípios da região e é baixa a cobertura dos serviços de rede geral de abastecimento de água.

Há que se destacar a especialidade de Brasília, cujas atividades urbanas estão preponderantemente associadas à administração pública federal. Diante disso, e diferentemente das demais cidades do Centro-oeste, a Capital federal não apresenta uma dinâmica econômica assentada na complementaridade à economia do Sudeste. Sua localização geográfica foi fruto de decisão política, e sua evolução populacional e econômica decorreu basicamente da transferência de recursos fiscais, não ostentando, até o presente, uma significativa integração ao mercado nacional.

Na verdade, pode-se dizer que o crescimento de Brasília ocorreu de dentro para fora. Dado o grande volume de renda movimentada e o expressivo mercado consumidor, o Distrito Federal exerce forte atração de fluxos populacionais, provocando, dada a potencialidade de sua demanda, estímulos produtivos para seu entorno.

Os fluxos migratórios provêm de todas as partes do país, especialmente do Nordeste e do estado de Minas Gerais. Tendo como destino o Distrito Federal, os migrantes terminam por fixar-se nos municípios limítrofes do Distrito Federal que formam o entorno de Brasília e, principalmente, nos municípios goianos do entorno da Capital federal, que, estimulados pelo potencial de renda do Distrito Federal, vêm apresentando expressivas taxas de crescimento populacional e, em menor escala, de desenvolvimento econômico. Por se tratar de municípios de outra unidade federativa, pródiga na concessão de incentivos, estes são beneficiados pelos estímulos fiscais não disponíveis no Distrito Federal, o que vem a favorecer o desenvolvimento de atividades produtivas voltadas para o atendimento da demanda da Capital federal.

Apesar dessa característica originária de função administrativa, à medida que o Distrito Federal se adensa e seu mercado se fortalece, a acumulação regional de capitais é favorecida e projeta-se para fora do seu território, abrindo possibilidades efetivas de uma inserção mais estreita na economia nacional. Entretanto, para um diagnóstico mais preciso das peculiaridades do Distrito Federal, faz-se necessário um estudo mais aprofundado do seu entorno e das próprias especificidades da Região Metropolitana de Brasília, haja vista que as alterações provocadas pela abertura da economia, notadamente o enfraquecimento na centralidade hegemônica de São Paulo, apontam ten-

dências que o escopo deste estudo não pode determinar. De um lado, porque as informações econômicas disponíveis são limitadas e defasadas, e, de outro lado, porque podem estar em gestação alterações na funcionalidade do Distrito Federal que requerem certo período de tempo para se explicitarem, o que impedem, neste momento, novas inferências acerca da Capital federal.

Outro importante papel de Brasília, desde sua construção, é o estímulo aos dois principais centros urbanos goianos. Anápolis, principal entreposto atacadista do estado até os anos 50, foi a cidade que, pela proximidade com a nova Capital, capitalizou o surto de desenvolvimento por ela suscitado, passando a exercer algumas funções estratégicas de apoio. Goiânia, por sua vez, carregando o trunfo de ser a sede administrativa do estado, consolidou-se como o mais importante centro regional do Centro-oeste, reduzindo as vantagens da vizinha Anápolis.

Principal cidade-pólo do Centro-oeste, Goiânia apresenta uma base econômica mais diversificada, embora sua área de influência não abarque o conjunto da região, circunscrevendo-se aos limites dos estados de Goiás, Tocantins e à porção leste de Mato Grosso. A dinâmica de sua economia está estreitamente relacionada tanto aos estímulos provenientes do grande mercado consumidor do Distrito Federal como ao conjunto de atividades de apoio à expansão da fronteira agrícola.

Assim como no caso de outras grandes cidades brasileiras, na última década houve redução no ritmo de crescimento populacional de Goiânia. Entretanto, essa desaceleração não deve ser interpretada como sinal de arrefecimento do dinamismo econômico e de enfraquecimento do seu potencial centralizador de população e de renda regionais. Na verdade, o núcleo diminuiu o ritmo de crescimento demográfico, porque a população foi canalizada para os municípios periféricos que compõem o aglomerado não metropolitano da capital estadual.

No caso de Mato Grosso, houve o mesmo processo de concentração econômica e funcional das cidades, estando as atividades de indústria, comércio e serviços localizadas basicamente na mesorregião do centro-sul matogrossense, nucleadas por Cuiabá e seu entorno, que inclui Várzea Grande. Em Mato Grosso do Sul – que teve sua história intimamente ligada ao processo de formação do mercado interno –, a centralidade de Campo Grande é notória e a complementaridade à economia paulista muito direta, condicionando as funções urbanas e econômicas nesse estado. Em ambos os estados, a agropecuária constitui a base da economia, embora, nas principais cidades, sejam as atividades comerciais que mais contribuem para a acumulação local e regional de renda.

Apesar de a infra-estrutura implantada e a expansão populacional terem dado ensejo à transformação das estruturas produtivas e à ampliação da circulação de mercadorias, diversificando os setores produtivos dos núcleos urbanos estrategicamente posicionados como entrepostos comerciais, a base econômica do Centro-oeste continua sendo a agropecuária. Mas o dinamismo de suas principais cidades, excluindo Brasília, não advém diretamente do potencial produtivo primário, mas das suas posições estratégicas em relação ao Sudeste, o que possibilita a concentração das atividades terciárias e, em alguns casos, a própria diversificação produtiva. E a despeito de a construção da Capital federal ter sido fundamental para justificar os melhoramentos na infra-estrutura da região, é Goiânia, e não Brasília, que melhor se posiciona na função de pólo regional.

Diante de tantos desafios, resta indagar se ainda é possível projetar para o futuro o atual modelo de ocupação agropecuário do Centro-oeste e seus resultados, em produção e produtividade, tendo em vista que sua implementação dependeu de forte apoio de recursos e do aparato público. Transcorridos 25 anos de pastagens plantadas, estima-se que estão ocorrendo, como aponta Shiki (1997), exaustão e degradação dos solos, causando redução na produtividade dos rebanhos, com sinais de desertificação e conseqüente entropia do ecossistema e proliferação de pragas. Além disso,

> com a escassez de forragens, as áreas de pasto começam a se estender para dentro das matas de galerias, das veredas e dos covoás, afetando o sistema hídrico dos cerrados. (Shiki, 1997, p. 149)

Esses custos estarão sendo imputados ao processo produtivo numa fase de créditos caros e reduzidos, que impõem desafios ao sistema tradicional de bovinocultura de corte. Lembra Shiki (1997, p. 161) que

> no campo das políticas públicas, programas como o dos transportes multimodais (...) tendem a estimular a reprodução de modelos pouco sustentáveis, em áreas cada vez mais frágeis e, portanto, produzindo efeitos deletérios a curto prazo.

Não se trata de enveredar por uma conclusão pessimista da inserção do Centro-oeste e de seu sistema de cidades, mas de enfatizar que esse modelo de ocupação precisa ser reestruturado. É necessário adotar uma nova abordagem que, ao mesmo tempo, vise à incorporação de avanços tecnológicos e aportes financeiros e permita a continuidade do dinamismo socioeconômico, sem inviabilizar a sustentabilidade.

Em suma, todas estas considerações apontam para a fragilização do que poderia vir a se constituir em uma rede de cidades e, no lado oposto, para o reforço das concentrações populacional e econômica em poucos aglomerados urbanos, o que contribui para a precarização e a marginalização das condições de vida nos grandes centros, bem como para a insuficiência de oportunidades de emprego e de oferta de bens e serviços no conjunto dos demais municípios.

Referências Bibliográficas

AGRIANUAL – Anuário Estatístico da Agricultura Brasileira (1996). *Agrianual*. São Paulo, FNP Consultoria e Comércio.

ARAÚJO, E. A. (1981) *Fronteira agrícola e formação de centros comerciais urbanos em Goiás (1030-1955)*. Dissertação de Mestrado, Cedeplar/UFMG, Belo Horizonte, 1991.

BERTRAN, P. (1978) *Formação econômica de Goiás*. Goiânia, Oriente.

BEZERRA, Vera M. d'Ávila Cavalcanti (1998) *Tipologia dos municípios brasileiros: aspectos metodológicos*. (s. l.), IBGE, Departamento de Geografia, Divisão de Estudos Territoriais, mimeo.

BRANDÃO, C. A. (1989) *Triângulo "capital comercial, geopolítica e agroindústria"*. Belo Horizonte, UFMG (Dissertação de Mestrado).

BRASIL/MPO (1997). *Bases para um programa de desenvolvimento integrado: região Centro-oeste (ações do governo federal no Centro-oeste)*. Brasília, MPO/Secretaria Especial de Políticas Regionais/Universidade Católica de Brasília.

BRUNO, Ernani Silva (1967) *História do Brasil geral e regional – o grande Oeste*. São Paulo, Cultrix.

CAMPOS LEME, Heládio J. (1992) "A Região administrativa de Bauru". In: *São Paulo no Limiar do Século XXI*, São Paulo, Fundação Seade.

_____ (1981) *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2ª ed., São Paulo, T. A. Queiroz.

_____ (1995) *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970)*. São Paulo, Global.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel (1984) *O Capitalismo tardio*. São Paulo, Brasiliense.

CARNEIRO, Marília Carvalho (1998) *Regiões de influência das cidades: rede de lugares centrais e áreas de atuação das cidades brasileiras*. Rio de Janeiro, IBGE, Departamento de Geografia (ano-base 1993).

CASTRO, Ana Célia; FONSECA, Maria da Graça D. (1995) *A Dinâmica igroindustrial do Centro-oeste*. Brasília, Ipea.

CASTRO, Antônio Barros de (1975) *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária.

CONGRESSO Nacional (1993) *Desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro*. Brasília, Congresso Nacional/Comissão Especial Mista (Relatório Beni Veras, v. I).

CUNHA, José Marcos (1997) "Os Movimentos migratórios no Centro-oeste na década de 80". In: CODEPLAN, I Encontro de Demografia da Região Centro-oeste. Brasília, *Anais*. Brasília, Codeplan, jun.

DELGADO, Guilherme (1985) *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-85*. Campinas, Editora Ícone/Unicamp.

DINIZ, Clélio Campolina (1987) *Capitalismo, recursos naturais e espaço*. Campinas, IE/Unicamp (Tese de Doutorado).

_____ (1993) "Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização". In: *Nova Economia*, Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG.

ESTEVAM, Luis Antônio (1997) *O Tempo da transformação: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás*. Campinas, IE/Unicamp (Tese de Doutorado).

FERNANDES, Duval ; CORDEIRO, Lucilene (1997) "Notas sobre o entorno do Distrito Federal". In: CODEPLAN, I Encontro de Demografia da Região Centro-oeste. Brasília, *Anais*. Brasília, Codeplan, jun.

FOLHA DE S. PAULO (1998) São Paulo, 12 de maio.

FURTADO, Celso (1962) *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.

_____ (1992) *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

GALINDO, O. ; DUARTE, R. (1998) *Infra-estrutura econômica: um desafio à consolidação da grande fronteira do Brasil*. Brasília, Ipea (Trabalhos para Discussão, 77/98).

GUIMARÃES, Eduardo Nunes (1990) *Infra-estrutura pública e movimento de capitais: a inserção do Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho*. Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG (Dissertação de Mestrado).

GUIMARÃES, E. N. ; LEME, H. J. C. (1998) "Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-oeste". In: *Textos Nepo*, Campinas, Unicamp, n. 33.

GUIMARÃES NETO, Leonardo (1997) *Dinâmica regional no Brasil*. Brasília, IPEA (Relatório de Pesquisa).

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1957) *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Brasília, IBGE.

_____ (1993) *Rede de influência de cidades*. Brasília, IBGE.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (1997) *Gestão de uso do solo e disfunções do crescimento urbano – aglomerado urbano de Brasília*. Brasília, Ipea, jul.

IPEA/FJN (1997) *Transformações recentes da fronteira agrícola e implicações para a dinânica espacial do Brasil.* Recife, Ipea/Fundação Joaquim Nabuco, mimeo.

KON, Anita (1995) *A Estruturação ocupacional brasileira: uma abordagem regional.* Brasília, Sesi.

LESSA, Carlos (1981) *Quinze anos de política econômica.* 2ª ed., São Paulo, Brasiliense.

MARTINE, George (1992) *Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações.* Brasília, ISPN, n. 11, maio (Documento de Trabalho).

MUELLER, Charles C. (1990) *Políticas governamentais e expansão recente da agropecuária no Centro-oeste.* Brasília, Ipea.

NATAL, Jorge L. A. (1991) *Transporte, ocupação do espaço e desenvolvimento capitalista no Brasil: história e perspectivas.* Campinas, IE/Unicamp (Tese de Doutorado).

OLIVEIRA, Luis Antônio (1997) "A Nova dinâmica demográfica recente da região Centro-oeste". In: CODEPLAN, I Encontro de Demografia da Região Centro-oeste. Brasília, *Anais.* Brasília, Codeplan, jun.

OLIVEIRA, Tito Carlos de M. (1993) *Agroindústria e reprodução do espaço: o caso da soja em Mato Grosso do Sul.* São Paulo, USP, 216 p. (Tese de Doutorado).

PACHECO, Carlos A. (1996) Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. In: *Economia e Sociedade.* Campinas, IE/Unicamp, n. 6, jun./set., p. 114.

_____ (1997) *Novos padrões de localização industrial? Tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial.* Campinas, Nesur/Unicamp, mimeo.

_____ (1998) *Fragmentação da nação.* Campinas, IE/Unicamp.

PRADO JÚNIOR, Caio (1965) *Formação do Brasil contemporâneo.* 8ª ed., São Paulo, Brasiliense.

REVISTA Veja (1989) 11 jan., p. 48.

RUAS, Claudete (1997) "Os Movimentos migratórios no Distrito Federal". In: CODEPLAN, I Encontro de Demografia da Região Centro-oeste. Brasília, *Anais.* Brasília, Codeplan, jun.

SEPLAN-GO/IBGE (1994) *Zoneamento ecológico-econômico da área do aglomerado urbano de Goiânia.* Goiânia, Seplan-GO/IBGE (Sumário Executivo).

SHIKI, Shigeo (1997) *Sistema agroalimentar nos cerrados brasileiros: caminhando para o caos?* Uberlândia, Edufu.

SILVA, Sérgio (1981) *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.* 5ª ed., São Paulo, Alfa-Ômega.

SIMONSEN, Roberto (1958) *História econômica do Brasil.* 8ª ed., São Paulo, Cia. Editora Nacional.

SZMRECSÁNYI, T. (1983) "Análise crítica das políticas para o setor agropecuário". In: *Cadernos IFCH,* Campinas, IFCH/Unicamp, jul.

ANEXOS

TABELA A.1
REGIÃO CENTRO-OESTE – PRINCIPAIS FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERESTADUAIS (1981-91)

Estado	Imigração		Emigração	
	Origem	Volume	Destino	Volume
Mato Grosso do Sul	São Paulo	93.829	São Paulo	70.250
	Paraná	64.602	Paraná	33.752
	Mato Grosso	24.828	Rondônia	23.336
	Rio Grande do Sul	13.629	Minas Gerais	6.050
	Minas Gerais	9.976	Mato Grosso	68.320
	Rondônia	9.571	Outros estados	35.718
	Outros estados	65.061		
	Total	**271.925**	**Total**	**237.426**
Mato Grosso	Paraná	164.597	Paraná	52.559
	Mato Grosso do Sul	68.320	São Paulo	37.689
	São Paulo	64.125	Rondônia	39.531
	Goiás	51.121	Mato Grosso	24.828
	Rondônia	30.509	Goiás	29.528
	Sta. Catarina	25.880	Outros estados	60.303
	Rio G. do Sul	27.800		
	Minas Gerais	24.267		
	Maranhão	22.148		
	Bahia	12.262		
	Outros estados	52.155		
	Total	**543.184**	**Total**	**244.438**
Goiás	**Distrito Federal**	**153.642**	**Minas Gerais**	**65.792**
	Minas Gerais	73.581	Mato Grosso	51.121
	Bahia	50.991	Distrito Federal	53.434
	São Paulo	41.811	São Paulo	35.019
	Tocantins	36.804	Pará	30.975
	Mato Grosso	29.528	Outros estados	108.837
	Pará	19.762		
	Ceará	15.003		
	Piauí	12.690		
	Maranhão	14.954		
	Outros estados	71.584		
	Total	**520.355**	**Total**	**345.178**
Distrito Federal	Goiás	53.434	Goiás	153.642
	Minas Gerais	49.048	Rio de Janeiro	22.498
	Piauí	38.082	São Paulo	20.793
	Bahia	36.765	Minas Gerais	34.663
	Ceará	29.066	Outros estados	108.504
	Maranhão	25.740		
	Rio de Janeiro	22.856		
	Outros estados			
	Total	**354.918**	**Total**	**340.100**

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 1991).
Tabulações Especiais: Nesur/IE/Unicamp.

TABELA A.2
REGIÃO CENTRO-OESTE – PARTICIPAÇÃO DA MIGRAÇÃO DE RETORNO NOS PRINCIPAIS FLUXOS MIGRATÓRIOS: PESSOAS COM MAIS DE 10 ANOS DE RESIDÊNCIA NA UF (1981-91)

Estado	Imigração		Emigração	
	Total	% Retorno	Total	% Retorno
Mato Grosso do Sul				
São Paulo	93.829	15,37	70.250	44,47
Paraná	64.602	7,28	33.752	54,54
Mato Grosso	24.828	31,11	68.320	5,51
Rondônia	9.571	32,03	23.336	1,78
Total Geral	**271.925**	**15,28**	**237.426**	**29,57**
Mato Grosso				
Paraná	164.597	2,80	52.559	63,35
Mato Grosso do Sul	68.320	5,51	24.828	31,11
São Paulo	64.125	4,90	37.689	43,58
Goiás	51.121	6,93	29.528	49,37
Rondônia	30.509	14,00	39.531	1,62
Total Geral	**543.184**	**4,85**	**244.438**	**41,44**
Goiás				
Distrito Federal	153.642	18,47	53.434	8,59
Minas Gerais	73.581	19,18	65.792	46,70
Bahia	50.991	7,95	10.236	55,29
São Paulo	41.811	20,08	35.019	32,29
Tocantins	36.804	5,65	39.374	16,43
Mato Grosso	29.528	49,37	51.121	6,93
Total Geral	**520.355**	**20,13**	**345.178**	**24,70**
Distrito Federal				
Goiás	53.434	8,59	153.642	18,47
Minas Gerais	49.048	3,25	34.663	59,61
Rio de Janeiro	25.856	4,54	22.498	51,07
Total Geral	**354.918**	**3,87**	**340.100**	**34,29**

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 1991).
Tabulações Especiais: Nesur/IE/Unicamp.

TABELA A.3
REGIÃO CENTRO-OESTE – PRINCIPAIS VOLUMES DE EMIGRAÇÃO SEGUNDO SUBÁREAS: RM/CAPITAL E INTERIOR (1981-91)

Origem Emigração	Destino	Volume	%
Mato Grosso do Sul			
Campo Grande	RMSP	3.845	4,21
	Interior SP	11.038	12,08
	Cuiabá	5.699	6,24
	Interior MT	8.496	9,30
Interior MS	RMSP	8.457	9,26
	Interior SP	46.910	51,35
	Cuiabá	6.917	7,57
Subtotal		**91.362**	**100,00**
Campo Grande	RMs/Capitais	17.249	7,27
	Interior UF	32.671	13,76
Interior MS	RMs/Capitais	27.608	11,63
	Interior UF	159.893	67,35
Total		**237.426**	**100,00**
Mato Grosso			
Cuiabá	RM Curitiba	1.152	1,71
	Interior Paraná	7.130	10,61
	RMSP	2.021	3,01
	Interior SP	5.742	8,55
Interior MT	RM Curitiba	4.058	6,04
	Interior Paraná	40.218	59,86
	RMSP	6.865	10,22
Subtotal		**67.186**	**100,00**
Cuiabá	RMs/Capitais	18.412	7,53
	Interior UF	29.797	12,19
Interior MT	RMs/Capitais	84.140	13,97
	Interior UF	162.084	66,31
Total		**294.433**	**100,00**
Goiás			
Goiânia	RMBH	1.853	1,09
	Interior MG	10.278	6,04
	Cuiabá	4.761	2,80
	Interior MT	8.893	5,23
	Distrito Federal	8.769	5,16
Interior GO	RMBH	2.486	1,46
	Interior MG	51.175	30,09
	Cuiabá	4.626	2,72
	Interior MT	32.542	19,14
	Distrito Federal	44.666	26,27
Subtotal		**170.049**	**100,00**
Goiânia	RMs/Capitais	31.179	9,03
	Interior UF	55.300	16,02
	RMs/Capitais	70.398	20,39
	Interior UF	188.704	54,55
Total		**345.181**	**100,00**
Distrito Federal	RMs/Capitais	100.142	29,44
	Interior UF	239.959	70,56
Total		**340.101**	**100,00**

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 1991).
Tabulação: Nesur/IE/Unicamp.

TABELA A.4
REGIÃO CENTRO-OESTE – MIGRAÇÃO INTER-REGIONAL (1986-96)

		1986-91		1991-96	
		Imigração	Emigração	Imigração	Emigração
Centro-oeste		**627.286**	**336.717**	**505.884**	**281.376**
Mato Grosso do Sul	Norte	8.602	7.807	6.336	4.666
	Nordeste	8.622	3.397	7.689	2.684
	Sudeste	51.248	40.973	37.752	26.774
	Sul	37.472	19.584	20.620	16.537
	Centro-oeste	18.101	33.248	14.977	23.087
Total		**124.045**	**105.009**	**87.374**	**73.748**
Mato Grosso	Norte	30.615	19.437	26.935	18.963
	Nordeste	26.122	4.506	19.672	5.137
	Sudeste	38.976	29.035	24.899	31.783
	Sul	78.220	33.737	38.720	25.263
	Centro-oeste	52.975	31.618	40.195	28.880
Total		**226.908**	**118.333**	**150.421**	**110.026**
Goiás	Norte	43.814	37.462	42.264	29.624
	Nordeste	65.183	12.682	82.686	12.880
	Sudeste	63.176	49.890	50.966	43.915
	Sul	9.768	4.519	7.020	4.387
	Centro-oeste	86.128	52.103	105.712	46.507
Total		**268.069**	**156.656**	**288.648**	**137.313**
Distrito Federal	Norte	12.333	6.456	11.093	5.416
	Nordeste	98.501	26.789	84.050	22.702
	Sudeste	49.618	34.173	39.690	26.378
	Sul	5.016	6.270	5.492	4.267
	Centro-oeste	29.751	69.986	26.524	88.934
Total		**195.219**	**143.674**	**116.849**	**147.697**

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 1991 e Contagem Populacional de 1996).

TABELA A.5

MESORREGIÕES DA REGIÃO CENTRO-OESTE – MATRIZ DA ESTRUTURA OCUPACIONAL: PERCENTUAL DA PIA DOS MUNICÍPIOS, SEGUNDO SÍNTESE DA TIPOLOGIA OCUPACIONAL, POPULAÇÃO TOTAL, URBANA, RENDA FAMILIAR *PER CAPITA* E ANOS MÉDIOS DE ESTUDO (1991)

UF	Mesorregião	Município	Em Porcentagem																						População		RFPC	Anos Est.	Regic
			A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	Z	X	Total	Urbana			
MS	Pantanal Sul Mato-grossense	Anastácio	19,09	8,84	0,27	3,38	0,30	0,15	0,28	1,41	0,71	3,55	4,15	0,70	0,40	0,25	0,39	0,53	2,14	0,14	0,25	0,72	0,32	0,85	0,14	51,02	19 254	14 340	27 496	3,29	1
MS	Pantanal Sul Mato-grossense	Aquidauana	14,13	5,68	0,45	3,10	0,26	0,26	0,40	1,73	0,37	2,86	4,36	0,41	0,36	0,38	0,49	0,82	2,35	0,72	0,27	1,29	1,89	2,26	0,15	55,00	38.700	29 131	39.599	4,20	4
MS	Pantanal Sul Mato-grossense	Corumbá	9,53	5,53	0,59	4,08	0,43	0,36	0,19	3,11	0,67	4,58	4,03	0,68	0,31	0,55	0,35	0,84	1,97	0,37	0,19	0,86	2,88	2,99	0,28	54,64	86.921	76 113	46.534	4,84	2
MS	Pantanal Sul Mato-grossense	Dois Irmãos do Buriti	33,83	2,01	0,10	1,97	0,00	0,15	0,18	0,85	0,24	1,30	1,76	0,30	0,26	0,06	0,00	0,24	1,80	0,22	0,22	1,17	0,36	1,27	0,08	51,63	8.721	3 908	25.881	2,93	1
MS	Pantanal Sul Mato-grossense	Ladário	7,79	4,53	0,28	2,49	0,33	0,32	0,08	3,14	0,64	3,08	3,63	0,24	0,24	0,36	0,21	1,08	2,18	0,27	0,33	1,11	6,82	1,33	0,19	59,37	11.954	11 033	32.545	4,44	1
MS	Pantanal Sul Mato-grossense	Miranda	19,38	5,38	0,59	2,31	0,04	0,22	0,15	1,51	0,35	2,19	2,20	0,66	0,27	0,22	0,31	0,22	1,49	0,33	0,49	0,58	0,25	2,53	0,80	57,52	20.005	10.660	43 766	3,69	1
MS	Pantanal Sul Mato-grossense	Porto Murtinho	21,50	1,73	0,26	2,28	0,00	0,42	0,18	0,20	0,31	2,50	2,94	0,31	0,12	0,24	0,17	0,29	1,13	0,37	0,30	1,29	3,77	1,66	0,27	57,75	12 634	6.107	29 833	4,03	1
MS	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Bandeirantes	24,36	5,54	0,70	1,96	0,00	0,35	0,03	1,58	0,12	2,55	2,80	0,95	0,40	0,38	0,21	0,23	1,80	0,65	0,12	0,77	0,49	3,23	0,00	50,79	6.158	4.077	46.393	3,65	1
MS	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Camapuã	24,50	4,93	0,35	3,46	0,28	0,19	0,65	1,28	0,60	3,67	3,57	0,56	0,31	0,19	0,10	0,34	1,94	0,55	0,36	0,93	0,25	2,44	0,37	48,19	15.408	9 410	54 989	4,36	1
MS	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Campo Grande	2,86	9,87	0,71	6,68	1,21	0,80	1,18	3,03	0,82	6,20	4,96	1,77	0,69	1,21	0,92	0,81	2,04	1,69	0,60	0,95	1,79	3,29	0,26	45,66	522.648	515.397	74 399	5,38	6
MS	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Corguinho	29,92	2,29	1,05	0,37	0,00	0,00	0,00	1,55	0,00	0,30	1,56	0,00	0,11	0,23	0,00	0,19	1,89	0,54	0,00	1,33	0,55	1,25	0,17	56,71	3.677	1 053	29 529	4,06	1
MS	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Coxim	21,07	4,83	0,40	4,44	0,43	0,53	0,30	1,04	0,64	3,62	4,17	0,39	0,26	0,49	0,18	0,47	1,47	0,36	0,31	1,16	1,53	2,64	0,23	49,04	33 190	23.300	44.039	3,48	2
MS	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Jaguari	36,24	2,46	0,00	0,91	0,00	0,08	0,00	0,58	0,11	1,73	2,21	0,28	0,09	0,00	0,11	0,50	1,81	0,00	0,00	2,10	0,43	1,22	0,33	48,80	4 417	911	36.863	3,67	1
MS	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Pedro Gomes	22,46	4,43	0,50	1,20	0,12	0,23	0,74	0,39	0,24	1,94	4,09	0,23	0,20	0,27	0,08	0,36	1,54	0,40	0,05	0,89	0,12	3,55	0,16	55,79	8 267	5 987	38.783	3,22	1
MS	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Rio Negro	21,48	4,15	0,49	1,06	0,12	0,25	0,24	1,21	0,07	2,42	4,97	0,47	0,05	0,00	0,00	0,53	2,53	0,60	1,29	1,61	0,34	2,97	0,10	53,03	5.534	3 555	26 606	3,65	1
MS	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Rio Verde de Mato Grosso	18,09	8,93	0,29	3,00	0,25	0,58	0,22	1,49	0,58	3,85	4,00	0,65	0,24	0,19	0,25	1,20	2,67	0,09	0,04	0,80	0,45	2,33	0,48	49,34	14 950	12 236	36.088	3,69	1
MS	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Rochedo	30,71	5,51	0,19	0,29	0,38	0,23	0,22	1,14	0,00	1,71	1,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,64	2,43	0,49	0,36	0,84	0,00	1,77	0,00	51,40	3 499	1 388	29.768	3,77	1
MS	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	São Gabriel do Oeste	22,34	7,12	0,39	4,80	0,82	0,46	0,23	1,28	0,14	4,44	5,07	0,92	0,22	0,76	0,48	0,35	2,32	0,46	0,57	1,85	0,25	3,04	0,24	41,46	11.754	8 693	65.848	4,55	2
MS	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Sidrolândia	22,83	5,82	0,78	3,41	0,25	0,25	0,45	2,12	0,00	2,21	4,11	0,54	0,69	0,17	0,07	0,12	1,47	0,12	0,63	2,43	0,37	1,73	0,11	49,32	16.113	10 653	42.269	3,66	1
MS	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Sonora	23,47	11,06	0,54	2,18	0,00	0,74	0,19	1,86	0,11	4,38	2,74	0,76	0,58	0,44	0,21	0,82	1,28	0,39	0,00	2,48	0,39	1,87	0,50	43,01	5.695	4 790	56.503	3,09	1
MS	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Terenoso	24,86	6,34	0,37	2,06	0,09	0,17	0,09	1,82	0,23	1,44	4,02	0,17	0,38	0,16	0,00	0,42	2,48	0,28	0,28	0,85	0,57	1,81	0,00	51,11	9.960	4 731	32.347	3,81	1
MS	Leste de Mato Grosso do Sul	Água Clara	32,99	2,06	0,36	4,33	0,43	0,64	0,20	0,95	0,08	1,99	1,57	0,35	0,23	0,28	0,00	0,06	0,52	0,57	0,78	0,52	0,15	1,99	0,16	48,79	5.733	2 191	36.760	3,38	1
MS	Leste de Mato Grosso do Sul	Anaurilândia	25,64	3,86	0,99	2,61	0,00	0,00	0,29	0,35	0,00	1,76	4,77	0,05	0,16	0,49	0,97	0,34	2,40	0,66	0,16	2,38	0,44	2,25	0,35	49,08	7 270	3 167	50 616	3,67	1
MS	Leste de Mato Grosso do Sul	Aparecida do Taboado	16,10	9,62	1,27	3,58	0,12	0,10	0,29	1,73	0,07	3,70	4,64	0,43	0,57	0,33	0,00	0,58	1,89	1,27	0,31	0,99	0,57	3,04	0,12	48,67	15 071	11 712	42 719	4,19	1
MS	Leste de Mato Grosso do Sul	Bataguassu	16,60	8,75	1,07	3,45	0,00	0,17	0,60	2,02	0,35	3,79	4,59	0,61	0,34	0,31	0,11	0,14	2,04	1,26	0,55	2,64	0,81	2,28	0,17	47,34	11.370	8 398	41 438	3,70	1
MS	Leste de Mato Grosso do Sul	Bataiporã	27,66	4,25	0,35	1,38	0,15	0,00	0,07	0,65	0,16	1,33	3,66	0,42	0,53	0,24	0,00	0,49	2,08	0,52	0,18	2,20	0,19	1,93	0,06	51,49	7 960	3.598	31 235	3,48	1
MS	Leste de Mato Grosso do Sul	Brasilândia	28,63	8,70	0,52	1,97	0,42	0,54	0,16	2,51	0,15	2,55	2,94	0,79	0,34	0,67	0,09	0,44	0,66	0,80	0,07	0,78	0,39	2,67	0,00	43,19	10.183	4 833	39.588	3,38	1
MS	Leste de Mato Grosso do Sul	Cassilândia	14,22	7,80	0,28	3,86	0,11	0,91	0,37	1,52	0,30	4,10	4,30	1,01	0,23	0,62	0,40	0,58	4,08	0,66	0,32	1,66	0,35	4,37	0,18	47,79	17.658	14.852	58.929	4,38	3
MS	Leste de Mato Grosso do Sul	Chapadão do Sul	29,23	5,83	0,59	2,74	0,13	0,81	0,40	1,62	0,15	3,13	2,57	1,19	0,46	0,17	0,23	0,13	0,64	0,67	0,00	1,59	0,00	2,31	0,13	45,26	5.294	2 309	68 170	5,28	1
MS	Leste de Mato Grosso do Sul	Costa Rica	23,06	5,53	0,30	2,54	0,14	0,73	0,72	0,62	0,26	2,76	3,44	0,87	0,78	0,30	0,03	0,67	1,96	0,67	0,49	0,86	0,27	3,23	0,37	49,40	13 848	8 971	37.401	3,75	1
MS	Leste de Mato Grosso do Sul	Inocência	28,03	2,74	0,24	1,91	0,04	0,00	0,60	1,23	0,22	2,24	2,96	0,60	0,07	0,37	0,26	0,24	1,14	0,53	0,08	0,79	0,33	2,88	0,00	52,51	6 249	2 986	69 215	3,69	1
MS	Leste de Mato Grosso do Sul	Nova Andradina	15,68	9,32	0,27	3,52	0,55	0,68	0,43	1,60	0,39	4,52	3,75	0,62	0,59	0,47	0,38	0,83	1,70	0,89	0,27	0,73	0,54	2,54	0,53	49,22	29.656	22.150	41 221	3,99	3
MS	Leste de Mato Grosso do Sul	Paranaíba	16,32	7,11	0,69	5,35	1,06	0,44	0,52	1,21	0,55	4,11	4,26	0,77	0,38	0,33	0,33	0,73	2,78	0,61	0,26	1,02	0,53	3,16	0,18	47,30	37.473	28 335	49.980	3,96	3
MS	Leste de Mato Grosso do Sul	Ribas do Rio Pardo	34,45	5,75	0,38	2,14	0,19	0,33	0,34	1,92	0,23	1,89	2,42	0,19	0,10	0,37	0,31	0,08	1,00	0,45	0,06	1,40	0,06	1,79	0,53	43,61	10.713	5.423	43 436	3,46	1
MS	Leste de Mato Grosso do Sul	Santa Rita do Pardo	36,88	4,44	0,31	0,34	0,00	0,25	0,00	0,36	0,00	1,28	1,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,16	1,16	0,12	0,00	1,33	0,48	1,39	0,14	49,97	4.966	2 272	30.258	2,74	1
MS	Leste de Mato Grosso do Sul	Selvíria	26,97	7,66	1,30	2,56	0,00	0,37	0,08	0,24	0,10	1,31	5,23	0,44	0,26	0,00	0,00	0,34	1,96	0,32	0,20	1,73	0,08	1,85	1,09	45,91	5.584	3.611	42.478	2,99	1
MS	Leste de Mato Grosso do Sul	Taquarussu	36,74	3,41	0,41	1,05	0,00	0,13	0,48	0,61	0,00	1,22	3,28	0,00	0,25	0,14	0,27	0,19	1,84	0,30	0,37	0,75	0,29	1,59	0,08	46,57	4.476	2 398	32 965	2,82	1
MS	Leste de Mato Grosso do Sul	Três Lagoas	8,65	9,24	1,21	4,04	0,60	0,56	0,41	2,33	0,61	4,79	5,56	0,70	0,48	0,89	0,48	0,90	2,72	1,00	0,41	1,10	1,09	2,93	0,27	49,05	67 271	61.011	48.386	4,59	4
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Amambaí	18,94	4,92	0,31	3,91	0,30	0,33	0,31	1,63	0,34	2,22	3,48	0,71	0,24	0,61	0,13	0,16	1,62	0,68	0,42	0,96	2,03	3,09	0,07	52,59	25.747	15.101	40.669	4,44	2
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Angélica	26,19	5,94	0,44	1,38	0,16	0,66	0,39	1,17	0,18	2,32	2,39	0,43	0,38	0,44	0,06	0,65	2,52	0,29	0,13	2,32	0,66	1,68	0,55	48,66	8.813	6 371	27.050	3,47	1
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Antônio João	21,01	6,75	0,91	1,76	0,05	0,29	0,59	0,62	0,07	2,39	5,33	0,41	0,33	0,39	0,13	0,58	2,47	1,64	0,20	1,01	0,37	4,09	0,54	48,05	6.615	5 473	26.535	3,19	1
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Aral Moreira	28,47	5,14	0,66	0,59	0,00	0,09	0,14	0,78	0,00	1,88	2,88	0,00	0,26	0,14	0,06	0,47	1,76	0,48	0,22	1,34	0,25	2,37	0,00	52,00	7.986	2 949	39.742	3,54	1
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Bela Vista	13,50	5,52	0,72	2,58	0,24	0,33	0,87	0,68	0,35	2,51	6,09	0,62	0,41	0,26	0,11	0,64	1,87	0,32	0,22	1,12	3,32	3,44	0,26	54,03	18 964	15.981	47.637	4,29	1
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Bodoquena	21,04	14,26	0,16	0,99	0,00	0,08	0,09	0,67	0,09	1,16	4,39	0,24	0,19	0,00	0,05	0,17	0,89	0,23	0,11	1,14	0,33	0,93	0,39	52,42	6 854	4 111	30.757	3,39	1
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Bonito	22,79	6,54	0,34	2,37	0,39	0,47	0,75	0,70	0,25	2,04	4,26	0,43	0,15	0,18	0,33	0,36	1,95	0,43	0,16	0,55	0,46	2,63	0,00	51,48	14 742	9.901	38.817	3,61	1
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Caarapó	21,08	5,99	1,09	3,05	0,06	0,00	0,64	1,39	0,48	2,43	3,24	0,45	0,38	0,29	0,00	0,21	2,26	0,49	0,00	1,10	0,15	2,24	0,07	52,92	22.360	14 230	39.805	3,84	1
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Caracol	30,99	2,77	0,83	0,83	0,00	0,00	0,00	0,50	0,00	0,83	2,77	0,00	0,16	0,00	0,00	0,27	1,76	0,54	0,13	0,84	0,65	1,83	0,00	54,30	3.904	1 883	23.251	3,41	1
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Coronel Sapucaia	17,04	7,08	0,15	4,25	0,10	0,28	0,04	1,54	0,40	3,14	2,38	0,52	0,51	0,22	0,22	0,12	0,96	0,00	0,18	0,69	0,05	2,96	0,06	57,10	11.586	5.777	30.162	3,17	1
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Deodápolis	26,20	2,00	0,46	2,54	0,07	0,07	0,50	1,26	0,62	2,59	3,84	0,51	0,48	0,34	0,00	0,52	2,02	0,28	0,17	1,10	0,23	2,52	0,26	51,41	13.703	8.910	30.782	3,40	1
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Douradina	25,14	2,21	0,56	0,81	0,00	1,01	0,47	2,19	0,16	1,47	3,22	0,00	0,40	0,28	0,10	0,53	2,68	0,86	0,23	2,72	0,66	1,15	0,00	53,15	4.741	2 487	42 529	3,94	1
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Dourados	7,57	8,93	0,58	6,59	1,23	0,65	1,08	2,44	0,68	5,96	5,33	1,24	0,52	1,24	0,62	0,70	2,22	0,72	0,28	0,87	1,07	2,59	0,30	46,59	134 881	122 010	52 041	4,65	5
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Eldorado	21,68	6,13	0,32	2,62	0,24	0,56	0,35	1,45	0,38	3,46	3,87	0,38	1,08	0,42	0,05	0,48	2,29	0,66	0,38	1,03	0,51	2,49	0,06	49,12	10.961	7 420	33.354	3,40	2
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Fátima do Sul	19,95	6,16	0,32	3,63	0,07	0,53	0,77	1,38	0,14	4,05	3,29	0,85	0,31	0,34	0,30	0,44	2,24	0,83	0,20	1,75	0,78	2,66	0,32	48,69	22.086	16.884	42.520	4,19	1
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Glória de Dourados	22,23	3,95	0,29	3,38	0,12	0,09	0,43	2,02	0,18	3,95	4,70	0,74	0,52	0,37	0,13	0,27	2,29	0,53	0,63	0,64	0,33	2,81	0,03	49,36	11 809	7.917	30.170	4,32	1
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Guia Lopes da Laguna	18,01	8,36	0,35	1,88	0,09	0,07	0,36	0,54	0,15	1,39	4,93	0,27	0,31	0,00	0,11	0,32	2,10	0,31	0,16	1,03	0,81	2,23	0,17	56,08	9.137	7.028	30 283	3,42	1
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Iguatemi	19,81	9,32	0,14	4,18	0,18	0,42	0,34	0,62	0,11	2,29	3,97	0,53	0,23	0,40	0,15	0,34	1,48	0,94	0,14	2,05	0,91	2,57	0,12	48,75	11.011	6.919	41.116	3,42	1
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Itaporã	23,15	5,58	0,74	2,80	0,00	0,24	0,48	0,78	0,08	1,97	3,52	0,87	0,22	0,17	0,26	0,54	1,10	0,54	0,21	2,06	0,44	2,51	0,04	51,70	15.922	9.958	36.663	3,89	1
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Itaquiraí	34,45	6,38	0,65	1,87	0,10	0,72	0,20	0,51	0,07	1,80	2,54	0,27	0,07	0,17	0,00	0,24	1,41	0,21	0,37	1,24	0,45	1,77	0,00	44,51	12.505	5 205	31 407	3,16	1
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Ivinhema	32,87	5,81	0,32	2,71	0,17	0,45	0,22	1,23	0,25	2,05	2,80	0,73	0,41	0,18	0,18	0,35	1,34	0,40	0,11	0,79	0,18	3,10	0,20	43,18	31 545	14.753	27.924	3,46	2
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Jaraguari	11,37	5,58	0,25	4,62	0,26	0,31	0,49	1,19	0,24	4,49	4,23	0,87	0,32	0,49	0,46	0,36	1,97	0,83	0,55	1,18	1,08	3,32	0,00	55,55	18 820	17.096	45.365	4,18	3
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Jateí	32,37	1,26	0,84	0,33	0,00	0,00	0,06	0,51	0,13	1,56	1,63	0,24	0,19	0,00	0,00	0,33	1,73	1,12	0,66	1,38	1,14	1,01	0,00	53,52	4.953	1 314	23.250	4,42	1
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Juti	25,72	3,67	0,32	2,32	0,00	0,00	0,26	0,20	0,00	0,68	2,55	0,19	0,34	0,00	0,00	0,28	1,42	0,15	0,10	0,87	0,11	2,05	0,41	58,37	5.171	3.064	22 141	2,84	1
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Maracaju	16,64	7,71	0,26	5,44	0,63	0,23	0,68	2,01	0,50	3,48	6,64	0,71	0,64	0,82	0,60	0,04	1,82	0,60	0,39	1,80	0,35	3,46	0,27	44,28	22.757	17 230	60.590	4,05	1
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Mundo Novo	15,65	8,01	0,49	6,95	0,30	0,36	0,48	1,42	0,37	3,94	3,20	0,61	0,60	0,48	0,20	0,46	2,27	0,48	0,15	1,00	0,30	2,49	0,19	49,58	22 234	15.636	35.195	4,05	2
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Naviraí	14,67	10,01	0,72	4,04	0,58	0,82	0,95	1,03	0,34	4,41	5,46	0,84	0,40	0,19	0,18	0,70	2,02	0,88	0,29	1,51	0,80	2,14	0,20	46,84	30.383	25.096	42 534	3,77	4
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Nioaque	26,02	3,93	0,28	1,24	0,00	0,23	0,16	0,26	0,05	1,24	1,93	0,10	0,07	0,07	0,17	0,35	1,78	0,28	0,19	1,47	2,04	1,41	0,05	56,68	11.048	4 769	30 873	3,46	1
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Paranhos	23,61	11,84	0,09	2,25	0,00	0,19	0,25	1,52	0,13	1,92	3,15	0,70	0,07	0,09	0,06	0,43	1,35	0,20	0,11	0,56	0,24	-3,21	0,16	47,87	9 454	5 766	34.677	2,94	1
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Ponta Porã	11,22	7,16	0,36	5,49	1,15	0,22	0,75	2,62	0,90	4,32	4,51	1,20	0,78	0,55	0,56	0,29	1,95	0,59	0,32	1,24	1,59	4,28	0,12	47,85	54 894	46.522	56.379	4,27	4
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Rio Brilhante	17,33	10,73	0,66	3,46	0,08	0,40	0,56	1,80	0,28	3,17	4,06	0,27	0,62	0,11	0,34	0,22	1,41	0,29	0,10	1,48	0,42	3,37	0,62	48,22	22 078	14 533	55.595	3,77	1

Continua

TABELA A.5

MESORREGIÕES DA REGIÃO CENTRO-OESTE – MATRIZ DA ESTRUTURA OCUPACIONAL: PERCENTUAL DA PIA DOS MUNICÍPIOS, SEGUNDO SÍNTESE DA TIPOLOGIA OCUPACIONAL, POPULAÇÃO TOTAL, URBANA, RENDA FAMILIAR *PER CAPITA* E ANOS MÉDIOS DE ESTUDO (1991)

Continuação

UF	Mesorregião	Município	Em Porcentagem																								População		RFPC	Anos Est.	Regic
			A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	Z	X	Total	Urbana			
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Sete Quedas	16,70	12,53	0,22	3,39	0,26	0,68	0,80	1,16	0,20	3,24	4,99	0,17	0,21	0,64	0,03	0,28	1,03	0,79	0,07	0,43	0,15	3,52	0,18	48,31	14 503	8 491	32 843	3,67	1
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Tacuru	27,38	3,95	0,72	2,71	0,00	0,23	0,07	0,53	0,11	1,24	2,13	0,18	0,17	0,00	0,05	0,28	0,94	0,23	0,15	2,11	0,31	1,05	0,00	55,48	6 911	3 338	26 666	3,04	1
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Vicentina	40,09	2,45	0,72	1,29	0,00	0,18	0,18	1,03	0,06	1,59	1,19	0,17	0,11	0,08	0,10	0,39	1,96	0,27	0,00	0,44	0,64	1,01	0,00	46,05	7 245	3 611	21 143	3,58	1
MT	Norte Mato-grossense	Alta Floresta	29,30	4,98	0,32	4,18	0,27	0,35	0,42	1,62	0,39	3,54	3,28	0,49	0,34	0,39	0,27	0,31	1,46	0,25	0,24	0,32	0,21	2,48	0,10	44,50	66 347	37 217	34 500	3,80	3
MT	Norte Mato-grossense	Apiacas	38,64	2,30	0,14	3,53	0,10	0,53	0,00	1,82	0,06	4,04	4,56	0,31	0,45	0,63	0,11	0,07	1,39	0,23	0,07	0,68	0,17	3,08	0,67	36,40	5 772	4 452	108 925	3,56	1
MT	Norte Mato-grossense	Aripuanã	33,82	5,63	0,25	1,13	0,05	0,31	0,01	1,04	0,00	1,15	0,32	0,24	0,20	0,20	0,00	0,36	1,70	0,32	0,00	0,55	0,11	1,56	0,06	50,99	12 737	4 400	48 962	3,47	1
MT	Norte Mato-grossense	Brasnorte	21,34	20,73	0,64	1,35	0,00	0,22	0,52	1,81	0,12	1,59	4,07	0,46	0,13	0,31	0,10	0,50	1,27	0,31	0,00	0,81	0,00	1,56	0,05	42,11	6 536	3 624	50 331	3,40	1
MT	Norte Mato-grossense	Campo Novo do Parecis	25,61	8,05	0,31	3,92	0,10	0,04	0,42	4,87	0,17	4,09	3,13	0,91	0,44	0,16	0,11	0,28	1,90	0,47	0,07	2,19	0,10	2,61	0,27	39,79	5 961	2 123	66 717	4,87	1
MT	Norte Mato-grossense	Castanheira	26,06	15,17	0,06	1,86	0,00	0,18	0,07	0,58	0,08	1,37	1,30	0,54	0,13	0,50	0,00	0,08	1,68	0,00	0,00	1,17	0,05	1,84	0,00	47,27	8 319	3 622	33 891	3,21	1
MT	Norte Mato-grossense	Cláudia	10,06	29,30	0,15	3,60	0,22	0,00	0,40	0,68	0,82	1,14	2,74	0,51	0,35	0,07	0,05	0,09	1,25	0,00	0,20	0,17	0,00	2,27	0,00	45,94	8 829	3 589	54 425	3,45	1
MT	Norte Mato-grossense	Colíder	30,43	4,68	0,21	3,77	0,19	0,38	0,30	1,01	0,45	2,72	2,23	0,36	0,33	0,45	0,08	0,09	2,34	0,45	0,22	0,28	0,10	3,33	0,26	45,36	30 713	15 548	29 278	3,91	1
MT	Norte Mato-grossense	Comodoro	24,52	9,35	0,08	2,18	0,11	0,03	0,96	1,18	0,29	3,17	2,54	0,57	0,29	0,53	0,25	0,10	2,08	0,16	0,13	1,65	0,10	3,69	0,06	45,98	8 803	4 890	42 513	3,70	1
MT	Norte Mato-grossense	Diamantino	21,86	6,08	0,57	3,94	1,58	0,94	1,44	1,65	0,56	4,54	2,64	0,79	0,59	0,86	0,38	0,29	2,65	1,20	0,27	2,31	0,15	3,04	0,11	41,54	15 698	12 419	74 422	4,37	3
MT	Norte Mato-grossense	Guarantã do Norte	36,03	4,69	0,12	2,22	0,20	0,29	0,17	2,25	0,54	2,95	2,76	0,56	0,18	0,21	0,06	0,20	1,53	0,10	0,13	0,37	0,11	3,08	0,27	40,96	21 452	10 960	42 381	3,64	1
MT	Norte Mato-grossense	Itaúba	23,09	15,72	0,10	1,91	0,06	0,27	0,50	1,05	0,07	3,31	1,79	0,35	0,11	0,13	0,00	0,12	1,83	0,19	0,00	0,99	0,09	1,64	0,00	46,69	6 399	1 989	37 342	3,66	1
MT	Norte Mato-grossense	Juara	21,97	13,01	0,53	2,93	0,43	0,25	0,31	1,41	0,08	3,13	4,41	0,88	0,37	0,39	0,15	0,44	2,05	0,29	0,13	0,46	0,05	3,11	0,04	43,16	21 422	14 864	37 130	3,31	2
MT	Norte Mato-grossense	Juína	27,73	9,74	0,15	3,52	0,49	0,06	0,45	1,54	0,27	3,11	2,40	0,78	0,42	0,37	0,08	0,23	2,17	0,19	0,03	0,61	0,13	3,27	0,11	42,12	36 332	25 666	54 688	3,67	2
MT	Norte Mato-grossense	Juruena	19,19	18,84	0,00	1,40	0,32	0,31	0,20	2,38	0,06	1,85	3,19	0,57	0,40	0,66	0,67	0,08	2,06	0,00	0,00	1,52	0,10	2,41	0,23	43,54	5 787	2 660	57 784	4,41	1
MT	Norte Mato-grossense	Lucas do Rio Verde	21,74	4,28	0,12	4,80	0,34	1,08	0,78	2,40	0,24	4,89	3,80	1,29	0,36	0,75	0,28	0,40	2,69	0,43	0,17	0,46	0,25	3,53	0,32	44,59	6 563	4 312	83 596	4,83	1
MT	Norte Mato-grossense	Marcelândia	14,49	29,29	1,01	2,06	0,00	0,91	0,26	0,33	0,25	2,11	2,58	1,00	0,05	0,00	0,07	0,25	1,36	0,15	0,11	0,67	0,00	1,99	0,00	41,06	7 564	4 154	47 270	3,68	1
MT	Norte Mato-grossense	Matupá	22,25	7,82	0,31	4,14	0,24	0,67	0,26	1,40	0,77	4,12	2,70	0,42	0,46	0,51	0,26	0,16	1,51	0,12	0,00	0,88	0,30	3,55	0,50	46,64	9 302	7 008	63 268	4,20	1
MT	Norte Mato-grossense	Nobres	19,97	7,80	0,77	1,89	0,00	0,03	0,37	1,15	0,66	3,64	3,80	0,90	0,14	0,78	0,00	0,13	2,77	0,47	0,57	0,54	0,07	3,30	0,30	49,96	14 895	10 575	45 577	3,84	1
MT	Norte Mato-grossense	Nova Brasilândia	31,44	1,68	0,35	1,04	0,10	0,10	0,34	0,83	0,04	1,79	1,86	0,13	0,32	0,14	0,58	0,16	2,08	0,08	0,17	0,87	0,12	1,91	0,28	53,58	9 455	4 889	25 611	2,82	1
MT	Norte Mato-grossense	Nova Canaã do Norte	36,73	2,83	0,14	1,60	0,11	0,20	0,15	0,75	0,11	1,14	1,32	0,13	0,14	0,10	0,09	0,00	1,41	0,03	0,14	0,34	0,11	2,08	0,15	50,21	13 650	5 073	35 651	2,99	1
MT	Norte Mato-grossense	Nova Mutum	35,83	3,28	0,21	4,93	0,46	0,46	0,79	1,11	0,26	1,52	1,98	0,65	0,21	0,11	0,00	0,00	2,29	0,08	0,00	0,63	0,17	2,54	0,11	42,38	5 405	2 059	55 997	4,90	1
MT	Norte Mato-grossense	Novo Horizonte do Norte	32,56	7,12	0,21	0,68	0,00	0,00	0,15	0,61	0,00	0,77	1,32	0,43	0,00	0,00	0,00	0,17	1,82	0,62	0,00	2,51	0,13	1,68	0,00	49,20	4 225	1 243	23 298	3,43	1
MT	Norte Mato-grossense	Paranaíta	37,09	1,68	0,06	2,81	0,28	0,41	0,00	1,03	0,37	2,61	3,75	0,50	0,27	0,37	0,00	0,28	1,05	0,24	0,09	0,63	0,10	1,74	0,00	44,62	11 093	6 602	54 080	3,49	1
MT	Norte Mato-grossense	Paranatinga	26,17	2,90	0,22	1,44	0,03	0,10	0,36	0,61	0,02	2,16	2,37	1,08	0,28	0,58	0,30	0,10	1,89	0,21	0,38	0,64	0,19	1,79	0,21	55,95	18 161	9 582	33 136	3,44	1
MT	Norte Mato-grossense	Peixoto de Azevedo	35,53	2,47	0,00	5,25	0,40	0,60	0,07	1,22	0,43	4,33	3,87	0,55	0,14	0,33	0,07	0,09	0,94	0,05	0,07	0,55	0,09	4,16	0,22	38,56	32 115	31 337	77 709	2,82	1
MT	Norte Mato-grossense	Porto dos Gaúchos	23,14	17,74	0,41	0,80	0,24	0,26	0,37	0,53	0,09	1,41	3,23	0,08	0,31	0,00	0,14	0,09	2,50	0,29	0,57	1,43	0,37	0,84	0,16	45,00	5 829	3 126	30 134	3,55	1
MT	Norte Mato-grossense	São José do Rio Claro	20,19	17,77	0,13	1,85	0,10	0,36	0,27	1,78	0,20	2,42	2,73	0,43	0,19	0,28	0,20	0,06	2,13	0,65	0,11	1,48	0,09	2,03	0,04	44,51	16 260	10 594	48 976	3,46	1
MT	Norte Mato-grossense	Sinop	6,26	24,61	0,41	4,40	1,19	0,38	0,58	2,62	0,89	4,95	2,84	0,78	0,88	0,91	0,54	0,31	2,09	0,92	0,11	0,42	0,19	3,71	0,12	39,90	37 741	32 683	65 085	4,25	4
MT	Norte Mato-grossense	Sorriso	19,89	10,17	0,23	4,93	0,60	0,29	1,08	3,40	0,51	4,88	2,42	0,94	0,19	0,29	0,47	0,45	1,18	0,28	0,19	0,59	0,12	4,75	0,18	41,97	15.775	11 171	74 152	4,84	1
MT	Norte Mato-grossense	Tapurah	30,17	12,75	0,00	1,35	0,00	0,00	0,18	1,55	0,21	1,85	0,60	0,30	0,00	0,16	0,00	0,11	0,71	0,05	0,27	0,70	0,35	1,47	0,34	46,90	6 763	1 224	54 942	4,49	1
MT	Norte Mato-grossense	Terra Nova do Norte	36,15	2,62	0,05	1,53	0,05	0,44	0,00	0,93	0,04	2,10	1,34	0,19	0,26	0,14	0,09	0,70	1,46	0,15	0,29	0,35	0,14	1,33	0,62	49,02	22 213	7 814	33 167	4,07	1
MT	Norte Mato-grossense	Vera	18,62	33,73	0,27	1,34	0,15	0,10	0,35	1,90	0,09	2,15	2,06	0,24	0,11	0,15	0,12	0,23	1,40	0,27	0,00	0,44	0,00	1,35	0,14	34,78	10 307	3 140	72 342	3,90	1
MT	Nordeste Mato-grossense	Água Boa	24,91	3,96	0,40	2,95	0,39	0,46	0,41	2,16	0,15	3,22	3,77	0,63	0,14	0,86	0,03	0,10	1,76	0,43	0,41	0,75	0,49	1,76	0,14	49,71	16 299	7 395	40 315	4,19	1
MT	Nordeste Mato-grossense	Araguaiana	27,73	1,75	0,71	0,00	0,00	0,00	0,39	1,11	0,24	0,58	1,73	0,13	0,18	0,00	0,00	0,11	3,15	0,22	0,38	1,80	0,52	1,90	0,00	57,36	3 363	1 978	43 199	3,29	1
MT	Nordeste Mato-grossense	Barra do Garças	8,64	7,48	0,51	5,55	1,03	0,37	1,01	2,63	0,68	4,16	4,37	0,60	0,63	0,50	0,49	0,35	3,07	1,07	0,48	1,04	1,58	3,99	0,09	49,69	45 419	41 453	48 389	4,67	4
MT	Nordeste Mato-grossense	Campinápolis	28,89	1,24	0,10	1,04	0,00	0,00	0,25	1,19	0,04	1,29	1,43	0,12	0,14	0,09	0,00	0,42	1,12	0,09	0,15	0,55	0,26	1,40	0,04	60,16	11 745	4 458	27 959	2,87	1
MT	Nordeste Mato-grossense	Canarana	21,49	6,44	0,21	3,47	0,28	0,41	0,84	1,96	0,24	2,70	3,39	0,69	0,23	0,88	0,19	0,21	2,98	0,57	0,37	1,24	0,30	4,59	0,07	46,25	11 827	6 611	49 872	4,58	1
MT	Nordeste Mato-grossense	Cocalinho	31,81	2,35	0,41	1,07	0,00	0,17	0,35	1,05	0,00	1,03	2,29	0,17	0,17	0,00	0,00	0,00	2,48	0,44	0,00	1,94	0,35	1,30	0,24	52,40	5 348	2 408	33 661	3,22	1
MT	Nordeste Mato-grossense	Luciara	25,46	4,90	0,00	1,16	0,00	0,00	0,10	1,09	0,20	1,27	2,67	0,00	0,31	0,09	0,09	0,74	2,63	0,46	0,18	2,14	0,50	2,34	0,12	53,55	5 522	2 971	39 018	3,20	1
MT	Nordeste Mato-grossense	Nova Xavantina	21,48	4,87	0,29	3,27	0,22	1,04	0,50	2,19	0,12	3,92	3,72	0,56	0,51	0,21	0,13	0,33	2,27	1,03	0,27	1,37	0,55	3,03	0,26	47,86	18 235	13 119	37 861	4,03	1
MT	Nordeste Mato-grossense	Novo São Joaquim	32,25	3,92	0,41	0,48	0,12	0,12	0,25	1,01	0,04	0,92	1,00	0,10	0,11	0,12	0,09	0,57	2,70	0,11	0,00	0,75	0,13	1,11	0,27	53,42	7 140	2 567	33 378	3,09	1
MT	Nordeste Mato-grossense	Porto Alegre do Norte	27,15	2,33	0,15	0,96	0,08	0,00	0,06	0,97	0,18	1,09	1,53	0,05	0,10	0,15	0,15	0,25	1,98	0,14	0,13	0,56	0,30	2,05	0,05	59,59	10.151	5 068	24 240	2,93	1
MT	Nordeste Mato-grossense	Ribeirão Cascalheira	34,32	2,74	0,19	1,28	0,09	0,39	0,71	0,29	0,11	1,36	1,02	0,27	0,49	0,35	0,48	0,07	1,76	0,16	0,00	0,73	0,07	2,74	0,20	50,18	8 474	3 487	40 028	3,27	1
MT	Nordeste Mato-grossense	Santa Terezinha	22,61	3,38	0,48	0,61	0,08	0,00	0,08	0,77	0,64	1,60	1,50	0,65	0,26	0,18	0,08	0,16	2,57	0,19	0,18	0,93	0,09	1,89	0,00	61,08	8 783	2 620	22 570	3,14	1
MT	Nordeste Mato-grossense	São Félix do Araguaia	20,98	3,30	0,40	1,66	0,25	0,40	0,35	0,65	0,07	2,67	3,06	1,54	0,08	0,29	0,09	0,12	3,29	0,70	0,53	1,19	0,21	2,39	0,00	55,79	14 610	5 631	41 569	4,22	2
MT	Nordeste Mato-grossense	Vila Rica	30,69	5,27	0,23	2,70	0,08	0,07	0,41	1,55	0,11	2,24	4,14	0,39	0,28	0,52	0,23	0,12	1,34	0,13	0,00	1,10	0,21	2,68	0,09	45,42	9 319	4 510	64 135	3,73	1
MT	Sudeste Mato-grossense	Araputanga	18,21	10,43	0,26	2,18	0,17	0,98	0,38	1,13	0,33	1,36	3,45	0,47	0,35	0,44	0,12	0,07	3,65	0,25	0,30	0,97	0,11	2,97	0,24	51,18	12 440	7 207	44 907	3,89	1
MT	Sudeste Mato-grossense	Barra do Bugres	22,34	7,17	0,35	2,35	0,13	0,16	0,43	1,67	0,19	1,43	2,59	1,03	0,19	0,17	0,17	0,14	2,18	0,70	0,52	0,54	0,08	2,79	0,35	52,32	22 108	15 126	41 649	3,56	2
MT	Sudeste Mato-grossense	Denise	17,35	9,19	0,30	3,48	0,12	0,13	0,12	1,44	0,10	2,23	0,60	1,45	0,00	0,10	0,69	0,42	2,56	0,00	0,10	0,59	0,30	1,28	0,27	57,18	4 785	3 672	25 715	3,59	1
MT	Sudeste Mato-grossense	Figueirópolis d'Oeste	37,46	2,06	0,15	1,08	0,00	0,26	0,10	1,18	0,13	1,06	1,04	0,16	0,27	0,22	0,00	0,15	2,76	0,36	0,34	1,48	0,34	1,61	0,00	47,79	5 333	1 727	29 152	3,43	1
MT	Sudeste Mato-grossense	Indiavaí	34,67	2,89	0,81	0,00	0,00	1,14	0,51	1,11	0,00	0,88	3,59	0,00	0,45	0,00	0,00	0,35	3,92	1,10	0,00	2,20	0,43	1,11	0,00	44,85	1 999	1 035	43 869	3,37	1
MT	Sudeste Mato-grossense	Jauru	29,56	2,97	0,21	0,81	0,00	0,10	0,19	0,78	0,06	1,17	1,44	0,24	0,26	0,37	0,17	0,21	2,39	0,14	0,04	0,63	0,13	1,74	0,11	56,31	13 190	5 618	21.010	3,06	1
MT	Sudeste Mato-grossense	Mirassol d'Oeste	15,90	8,59	0,53	4,19	0,55	0,69	0,51	0,94	0,25	3,42	3,95	0,77	0,39	0,57	0,36	0,03	2,71	0,41	0,13	1,25	0,08	3,63	0,13	50,00	25 621	20 711	53 074	3,66	2
MT	Sudeste Mato-grossense	Nova Olímpia	21,35	20,95	0,80	1,36	0,00	0,00	0,34	1,55	0,39	2,17	1,66	0,17	0,57	0,07	0,30	0,29	1,94	0,17	0,25	1,03	0,17	2,08	0,09	42,30	6 372	5 006	46 302	2,98	1
MT	Sudeste Mato-grossense	Pontes e Lacerda	25,52	7,48	0,41	3,74	0,35	0,31	0,25	1,63	0,32	3,77	3,19	0,58	0,19	0,41	0,22	0,13	1,08	0,36	0,10	0,32	0,28	2,44	0,15	46,78	34 350	21 657	46 813	3,46	1
MT	Sudeste Mato-grossense	Porto Esperidião	34,46	2,24	0,09	1,23	0,15	0,04	0,09	0,37	0,10	0,89	1,45	0,28	0,05	0,05	0,00	0,09	1,66	0,15	0,00	0,66	0,48	1,21	0,09	54,20	8 518	2 159	32 662	3,51	1
MT	Sudeste Mato-grossense	Reserva do Cabaçal	23,65	1,05	0,36	0,22	0,00	0,48	0,27	0,23	0,00	0,98	1,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,74	1,07	0,00	1,84	0,80	2,03	0,13	62,93	3 183	1 825	23 872	2,92	1
MT	Sudeste Mato-grossense	Rio Branco	28,55	5,32	0,24	1,12	0,10	0,05	0,33	1,02	0,00	1,56	1,92	0,23	0,05	0,17	0,00	0,19	2,42	0,31	0,05	0,80	0,33	2,15	0,00	53,08	11 631	5.013	32 275	3,39	1
MT	Sudeste Mato-grossense	Salto do Céu	36,38	0,92	0,06	1,41	0,00	0,15	0,15	0,52	0,00	0,29	1,23	0,06	0,17	0,00	0,00	0,15	3,67	0,36	0,11	2,53	0,30	0,67	0,33	50,54	7 386	2 568	24 647	3,18	1
MT	Sudeste Mato-grossense	São José dos Quatro Marc	24,91	5,63	0,34	6,12	0,15	0,08	0,26	1,80	0,13	2,71	2,78	0,62	0,12	0,30	0,10	0,04	2,32	0,13	0,14	0,55	0,30	2,20	0,30	47,96	21 706	13 982	36 840	3,53	2
MT	Sudeste Mato-grossense	Tangará da Serra	16,69	8,21	0,58	4,43	0,67	0,17	0,84	3,08	0,52	4,71	3,55	0,79	0,34	0,84	0,12	0,20	2,47	0,68	0,19	0,60	0,17	3,51	0,33	46,29	39 396	31 710	53 946	3,89	4
MT	Sudeste Mato-grossense	Vila Bela da Santíssima	34,11	5,29	0,18	0,98	0,00	0,04	0,26	0,57	0,04	1,33	2,09	0,17	0,16	0,17	0,15	0,06	1,79	0,28	0,29	1,21	0,46	0,49	0,08	49,81	13 201	3 985	38 137	3,28	1
MT	Centro Mato-grossense	Aconzal	22,65	3,12	0,06	1,03	0,00	0,00	0,00	0,22	0,10	1,09	2,15	0,00	0,29	0,00	0,00	0,36	6,11	0,19	0,19	1,66	0,23	1,54	0,00	59,01	5.293	2 848	23 679	3,26	1
MT	Centro Mato-grossense	Alto Paraguai	36,13	1,15	0,28	0,89	0,04	0,00	0,00	0,50	0,00	1,71	2,81	0,34	0,20	0,00	0,00	0,08	2,01	0,22	0,20	0,37	0,08	1,50	0,05	51,43	13 774	9 771	26 688	3,16	1
MT	Centro Mato-grossense	Arenápolis	30,16	3,41	0,46	2,36	0,31	0,14	0,38	0,62	0,06	2,28	3,07	0,40	0,19	0,12	0,36	0,07	2,66	0,20	0,00	0,51	0,12	2,72	0,08	49,32	18 945	15 923	31 907	3,28	1

Continua

TABELA A.5

MESORREGIÕES DA REGIÃO CENTRO-OESTE – MATRIZ DA ESTRUTURA OCUPACIONAL: PERCENTUAL DA PIA DOS MUNICÍPIOS, SEGUNDO SÍNTESE DA TIPOLOGIA OCUPACIONAL, POPULAÇÃO TOTAL, URBANA, RENDA FAMILIAR *PER CAPITA* E ANOS MÉDIOS DE ESTUDO (1991)

Continuação

UF	Mesorregião	Município	Em Porcentagem																								População		RFPC	Anos Est.	Regic
			A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	Z	X	Total	Urbana			
MT	Centro Mato-grossense	Barão de Melgaço	34,90	1,05	0,24	0,42	0,00	0,00	0,00	0,38	0,00	0,85	1,91	0,08	0,28	0,00	0,14	0,14	2,06	0,09	0,10	0,41	0,33	1,30	0,04	55,28	9 792	3 173	20 014	3,51	1
MT	Centro Mato-grossense	Cáceres	15,92	6,35	0,52	2,92	0,38	0,25	0,38	1,57	0,26	3,26	3,14	0,65	0,27	0,31	0,18	0,44	2,49	0,63	0,22	0,62	1,31	2,21	0,18	55,54	77 072	54 132	33 903	4,00	4
MT	Centro Mato-grossense	Chapada dos Guimarães	27,29	3,86	0,00	0,61	0,00	0,09	0,43	0,59	0,23	0,70	1,46	0,28	1,07	0,24	0,35	0,25	3,51	0,43	0,19	1,51	0,83	2,43	0,35	53,29	12 714	5 075	35 793	3,98	1
MT	Centro Mato-grossense	Cuiabá	2,36	8,63	1,01	6,39	1,13	0,49	1,41	2,65	0,65	5,25	4,25	1,46	0,63	0,81	0,89	0,93	3,20	2,47	0,76	1,17	1,14	3,50	0,38	48,46	398 848	391 699	75 350	5,43	6
MT	Centro Mato-grossense	Jangada	19,81	1,16	0,35	0,55	0,00	0,24	0,48	0,51	0,00	2,54	0,48	0,21	0,11	0,00	0,00	0,00	3,06	0,32	0,19	1,35	0,83	2,64	0,13	65,04	5 227	2 122	25 125	3,58	1
MT	Centro Mato-grossense	Nortelândia	26,76	2,85	0,50	2,10	0,13	0,45	0,46	0,64	0,89	2,27	2,78	0,24	0,08	0,26	0,18	0,81	3,61	0,50	0,17	0,43	0,28	2,70	0,04	50,87	10 001	9 111	25 802	3,98	1
MT	Centro Mato-grossense	Nossa Senhora do Livramento	33,20	0,56	0,20	0,38	0,00	0,00	0,18	0,42	0,05	0,48	1,46	0,00	0,24	0,00	0,00	0,13	3,53	0,21	0,20	1,32	0,16	0,64	0,06	56,58	10 412	3 405	29 339	3,58	1
MT	Centro Mato-grossense	Poconé	24,31	3,92	0,26	2,25	0,00	0,14	0,23	0,68	0,26	2,03	4,46	0,21	0,25	0,11	0,16	0,20	3,18	0,46	0,15	1,14	0,19	2,03	0,17	53,19	29 679	21 280	56 147	3,68	1
MT	Centro Mato-grossense	Rosário Oeste	22,03	3,48	0,38	1,90	0,08	0,18	0,48	1,01	0,00	0,80	2,61	0,10	0,25	0,18	0,00	0,59	2,95	0,62	0,25	1,42	0,98	1,69	0,00	58,02	19 703	10 727	24 310	3,41	1
MT	Centro Mato-grossense	Santo Antônio do Leverger	26,16	1,44	0,16	0,28	0,30	0,00	0,06	0,73	0,36	1,51	1,57	0,10	0,00	0,00	0,03	0,24	3,33	0,12	0,08	1,13	0,25	1,18	0,23	60,74	15 157	4 485	24 276	4,51	1
MT	Centro Mato-grossense	Várzea Grande	4,33	11,69	0,62	6,99	1,22	0,64	0,62	2,98	0,58	6,01	3,21	0,68	0,23	0,39	0,38	0,50	2,15	0,69	0,26	0,61	0,75	2,79	0,37	51,31	161 046	154 572	39 537	4,26	4
MT	Sudeste Mato-grossense	Alto Araguaia	15,89	4,34	0,16	2,28	0,49	0,10	0,47	1,15	0,13	2,00	2,94	0,55	0,36	0,39	0,06	0,14	2,22	1,28	1,25	1,66	1,13	3,66	0,32	57,03	9 848	7 854	40 864	4,01	2
MT	Sudeste Mato-grossense	Alto Garças	23,47	4,84	0,26	3,03	0,16	0,68	0,37	2,06	0,10	3,53	3,13	0,98	0,55	0,42	0,00	0,33	3,56	1,06	0,47	2,55	0,50	1,74	0,13	46,07	8 148	6 884	34 274	4,07	1
MT	Sudeste Mato-grossense	Alto Taquari	29,28	5,18	0,77	2,45	0,34	0,00	0,52	1,76	0,28	1,48	7,06	0,75	0,26	0,31	0,28	0,00	2,93	0,42	0,21	2,62	0,21	1,65	0,36	40,88	2 893	2 068	49 340	3,40	1
MT	Sudeste Mato-grossense	Araguainha	22,18	3,60	0,44	0,65	0,00	0,30	0,00	0,00	0,00	0,36	2,24	0,63	0,00	0,00	0,00	1,88	3,88	0,39	0,00	5,75	0,39	0,82	0,00	56,49	1 410	1 122	50 397	3,07	1
MT	Sudeste Mato-grossense	Campo Verde	26,68	6,74	0,36	3,83	0,59	1,03	0,58	3,40	0,07	2,74	3,04	0,51	0,22	0,57	0,08	0,34	1,95	0,14	0,10	1,74	0,75	2,76	0,06	41,72	5 302	2 488	68 459	4,58	1
MT	Sudeste Mato-grossense	Dom Aquino	20,07	4,77	0,90	1,49	0,04	0,00	0,71	1,07	0,16	1,28	3,42	0,49	0,71	0,28	0,11	0,42	3,91	0,30	0,25	2,22	0,29	2,36	0,17	54,58	8 853	7 019	32 843	3,85	1
MT	Sudeste Mato-grossense	General Carneiro	19,38	2,06	0,54	1,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,88	0,71	0,31	0,53	0,08	0,15	0,53	3,08	0,59	0,58	1,14	0,64	1,98	0,00	65,58	4 246	1 999	22 148	3,44	1
MT	Sudeste Mato-grossense	Guiratinga	24,37	4,03	0,46	2,16	0,08	0,25	0,77	1,54	0,08	2,58	4,13	0,27	0,10	0,65	0,19	0,12	3,45	0,37	0,15	1,50	0,21	2,06	0,26	50,22	14 720	12 244	37 657	3,79	1
MT	Sudeste Mato-grossense	Itiquira	31,93	2,72	0,38	0,61	0,00	0,00	0,30	0,24	0,52	1,52	2,39	0,00	0,38	0,17	0,33	0,27	1,35	0,49	0,41	1,38	0,28	2,04	0,23	52,07	7 708	2 909	30 664	4,19	1
MT	Sudeste Mato-grossense	Jaciara	15,03	8,72	0,55	4,98	0,29	0,34	0,75	2,03	0,30	3,60	3,98	0,38	0,44	0,06	0,33	0,06	3,46	0,85	0,27	1,12	0,30	3,80	0,04	48,34	21 772	19 537	47 856	4,15	2
MT	Sudeste Mato-grossense	Juscimeira	24,82	3,61	0,47	2,06	0,16	0,21	0,33	1,42	0,31	1,67	2,63	0,21	0,14	0,11	0,00	0,66	2,76	0,21	0,17	1,33	0,11	2,44	0,09	54,09	10 865	7 578	46 668	3,49	1
MT	Sudeste Mato-grossense	Pedra Preta	24,13	4,39	0,14	1,42	0,00	0,00	0,38	1,34	0,12	3,54	3,65	0,14	0,52	0,31	0,02	0,35	2,80	0,00	0,37	1,06	0,23	3,72	0,45	50,94	11 180	7 599	39 851	3,47	1
MT	Sudeste Mato-grossense	Ponte Branca	20,64	3,02	1,06	0,08	0,00	0,00	0,45	0,11	0,00	1,34	3,13	0,00	0,39	0,00	0,00	1,61	1,68	1,38	0,65	2,85	0,30	3,16	0,27	57,86	3 689	2 714	27 606	3,22	1
MT	Sudeste Mato-grossense	Poxoréo	32,61	2,02	0,28	1,05	0,03	0,20	0,43	0,23	0,06	1,27	2,28	0,16	0,02	0,37	0,04	0,12	2,28	1,04	0,10	1,18	0,28	1,28	0,34	52,33	23 634	16 323	34 443	3,58	1
MT	Sudeste Mato-grossense	Primavera do Leste	19,31	7,31	0,15	5,22	0,72	0,32	1,14	2,87	0,36	4,54	4,29	1,10	0,27	0,64	0,63	0,11	2,63	0,18	0,13	0,79	0,35	5,84	0,23	40,86	12 316	9 651	73 498	4,49	1
MT	Sudeste Mato-grossense	Rondonópolis	9,96	8,27	0,68	6,28	1,00	0,46	0,87	2,30	0,46	5,01	3,98	1,17	0,38	0,74	0,58	0,46	3,03	0,48	0,17	0,42	0,58	2,85	0,32	49,54	125 781	112 248	50 827	4,38	5
MT	Sudeste Mato-grossense	Tesouro	28,52	3,55	0,43	1,71	0,00	0,19	0,00	0,84	0,43	1,24	1,80	0,09	0,45	0,00	0,00	0,80	3,30	0,32	0,17	0,92	0,69	3,30	1,65	49,60	4 501	3 260	28 955	3,39	1
MT	Sudeste Mato-grossense	Torixoreu	20,66	4,85	0,61	2,08	0,07	0,11	0,55	0,47	0,14	3,24	4,48	0,34	0,19	1,32	0,18	0,28	2,44	0,71	0,15	1,61	0,18	3,35	0,11	51,89	8 230	5 450	37 906	3,77	1
GO	Noroeste Goiano	Aragarças	8,91	9,50	0,23	3,94	0,26	0,30	0,32	2,83	0,46	5,33	5,33	1,01	0,38	0,40	0,32	0,47	2,00	0,57	0,25	0,66	2,59	2,35	0,07	51,51	13 561	13 037	32 742	3,83	1
GO	Noroeste Goiano	Araguapaz	25,75	5,24	0,72	4,25	0,00	0,64	0,09	0,94	0,00	1,72	4,70	0,26	0,00	0,11	0,00	0,00	2,05	0,00	0,02	0,74	0,45	1,76	0,13	50,43	7 325	5 061	26 975	2,90	1
GO	Noroeste Goiano	Avenópolis	26,91	4,86	0,77	1,54	0,00	0,14	0,00	1,61	0,09	1,07	1,15	0,19	0,34	0,00	0,00	0,15	3,16	0,08	0,26	1,26	0,54	1,96	0,00	53,92	4 139	2 033	29 497	3,56	1
GO	Noroeste Goiano	Auriflama	20,32	6,89	1,45	3,04	0,00	0,33	0,00	1,93	0,43	5,61	7,07	1,23	0,05	0,19	0,66	0,43	3,84	0,47	0,23	1,54	0,60	2,75	0,25	40,71	4 860	3 546	42 038	3,04	1
GO	Noroeste Goiano	Baliza	32,56	1,80	0,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,17	0,47	0,43	2,03	0,00	0,00	0,00	0,08	0,15	1,84	0,23	0,33	0,58	0,27	0,78	0,00	57,89	4 018	1 146	18 280	2,90	1
GO	Noroeste Goiano	Bom Jardim de Goiás	27,31	3,95	0,66	1,50	0,00	0,47	0,23	1,16	0,00	2,16	3,05	0,20	0,13	0,05	0,21	0,46	2,85	0,58	0,00	0,93	0,26	1,99	0,15	51,72	7 945	4 913	31 210	3,49	1
GO	Noroeste Goiano	Britânia	22,26	3,43	0,10	1,95	0,00	0,38	0,68	0,93	0,09	1,93	5,62	0,00	0,44	1,01	0,31	0,80	1,52	0,45	0,12	2,26	0,33	2,36	0,00	53,06	4 666	3 372	27 814	3,38	1
GO	Noroeste Goiano	Crixás	31,02	4,05	0,17	1,77	0,11	0,24	0,15	1,52	0,23	2,25	3,49	0,33	0,16	0,39	0,05	0,16	1,69	0,06	0,12	0,51	0,00	2,29	0,47	48,78	22 075	10 074	41 754	3,56	1
GO	Noroeste Goiano	Diorama	28,92	2,35	0,46	0,32	0,00	0,25	0,00	0,00	0,00	0,79	0,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,79	2,15	1,06	0,40	2,06	0,38	0,89	0,00	58,98	2 630	1 061	22 081	3,50	1
GO	Noroeste Goiano	Faina	32,68	3,07	0,52	1,02	0,00	0,29	0,00	0,23	0,00	0,92	2,61	0,00	0,08	0,00	0,00	0,17	2,96	0,39	0,00	0,75	0,70	1,91	0,06	51,63	7 852	2 606	27 337	3,29	1
GO	Noroeste Goiano	Goiás	18,11	6,87	0,82	3,17	0,07	0,39	0,33	0,36	0,24	2,90	5,12	0,44	0,72	0,70	0,62	0,52	2,78	0,64	0,12	1,67	0,99	2,11	0,15	50,16	27 260	19 667	36 122	4,22	2
GO	Noroeste Goiano	Itapirapuã	23,68	5,08	0,40	1,16	0,00	0,18	0,69	0,94	0,10	1,44	4,14	0,46	0,40	0,20	0,00	0,36	2,38	0,23	0,29	1,34	0,43	1,22	0,00	54,86	8 988	6 212	34 305	2,91	1
GO	Noroeste Goiano	Jussara	17,42	7,04	0,78	4,07	0,55	0,22	0,45	1,78	0,45	4,89	5,31	0,49	0,26	0,30	0,22	0,06	3,00	0,34	0,00	1,64	0,23	2,89	0,30	47,31	20 752	14 253	37 613	4,19	2
GO	Noroeste Goiano	Matrinchã	28,02	4,10	0,00	0,50	0,00	0,38	0,00	1,50	0,00	0,76	1,81	0,00	0,22	0,19	0,00	0,23	3,77	0,46	0,00	2,94	0,00	3,44	0,00	51,69	3 859	2 139	29 290	3,52	1
GO	Noroeste Goiano	Montes Claros de Goiás	26,99	5,22	0,56	1,56	0,05	0,27	0,53	1,38	0,13	2,90	3,23	0,20	0,13	0,29	0,06	0,55	2,03	0,39	0,11	1,53	0,22	2,42	0,39	48,85	8 411	4 733	48 158	3,88	1
GO	Noroeste Goiano	Mozarlândia	20,83	6,28	0,39	2,48	0,25	0,60	0,40	0,99	0,35	3,25	2,33	0,27	0,18	0,09	0,08	0,47	1,59	0,37	0,05	0,60	0,43	3,87	0,09	53,76	9 909	8 079	30 417	3,48	1
GO	Noroeste Goiano	Mundo Novo	27,56	4,45	0,30	1,49	0,00	0,00	0,24	1,11	0,00	2,14	7,88	0,11	0,00	0,00	0,00	0,18	2,76	0,23	0,00	0,63	0,66	3,06	0,00	47,18	5 413	3 988	31 472	2,46	1
GO	Noroeste Goiano	Nova Crixás	30,35	3,78	0,13	1,05	0,00	0,06	0,13	1,13	0,15	1,94	4,10	0,11	0,05	0,24	0,05	0,28	2,02	0,09	0,07	1,32	0,29	1,38	0,16	51,12	11 013	6 268	37 112	2,78	1
GO	Noroeste Goiano	Novo Planalto	23,05	3,36	0,83	1,81	0,00	0,00	0,20	1,26	0,00	2,54	6,75	0,20	0,00	0,00	0,00	0,14	4,06	0,26	0,00	3,44	0,71	1,73	0,25	49,41	4 370	3 166	34 350	3,14	1
GO	Noroeste Goiano	Piranhas	18,77	7,31	0,48	2,78	0,62	0,30	0,34	1,19	0,26	3,73	3,57	0,38	0,47	0,85	0,55	0,15	2,45	0,47	0,00	0,71	0,23	2,60	0,05	51,76	12 786	10 144	36 261	3,50	1
GO	Noroeste Goiano	Santa Fé de Goiás	31,16	3,96	0,81	1,22	0,00	0,12	0,07	1,58	0,00	2,09	4,91	0,26	0,00	0,00	0,00	0,12	0,13	3,14	0,19	0,31	0,73	0,19	3,10	0,58	45,31	3 491	1 950	30 676	2,75	1
GO	Noroeste Goiano	São Miguel do Passa Quatro	28,76	3,72	0,40	0,84	0,00	0,00	0,00	1,58	0,13	0,23	1,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,21	2,04	0,00	0,32	1,51	0,79	0,76	0,00	57,22	2 764	815	26 911	3,93	1
GO	Norte Goiano	Alto Paraíso de Goiás	23,43	6,70	0,40	0,31	0,00	0,00	1,03	0,92	0,00	1,35	3,98	0,07	0,75	0,36	0,19	1,66	3,60	0,09	0,18	1,32	0,43	1,73	0,00	51,51	4 088	2 311	28 668	4,07	1
GO	Norte Goiano	Campinaçu	34,09	1,08	0,00	0,10	0,00	0,00	0,00	0,17	0,06	0,41	1,27	0,18	0,00	0,32	0,00	0,79	2,95	0,32	0,00	1,24	0,11	0,60	0,00	56,31	4 483	1 575	27 756	3,66	1
GO	Norte Goiano	Campinorte	18,38	4,12	0,13	1,86	0,03	0,33	0,13	0,86	0,14	3,34	0,86	0,69	0,42	0,77	0,57	0,37	1,36	0,24	0,24	1,23	0,31	4,41	0,12	59,09	8 238	5 014	24 502	3,43	1
GO	Norte Goiano	Campos Belos	14,78	5,54	0,10	1,69	0,34	0,28	0,18	3,02	0,23	3,25	2,24	0,93	0,12	0,80	0,39	1,00	2,01	0,46	0,19	0,91	0,49	2,46	0,41	58,19	14 682	11 664	34 200	3,22	3
GO	Norte Goiano	Campos Verdes	17,73	3,59	0,23	10,94	0,00	0,32	0,00	1,12	0,15	1,63	1,62	0,17	0,12	0,03	0,02	0,07	1,29	0,19	0,00	0,12	0,05	7,11	0,44	53,04	16 632	14 153	34 405	2,45	1
GO	Norte Goiano	Cavalcante	29,51	1,71	0,26	0,34	0,00	0,00	0,00	0,59	0,00	0,56	1,27	0,11	0,00	0,00	0,00	0,61	1,79	0,40	0,09	1,02	0,00	1,38	0,07	60,30	7 281	2 001	17 275	3,11	1
GO	Norte Goiano	Colinas do Sul	32,02	3,50	0,88	1,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,83	1,00	0,07	0,12	0,00	0,27	0,00	3,15	0,64	0,00	0,97	0,26	1,45	0,07	52,34	3 373	1 151	29 940	3,22	1
GO	Norte Goiano	Estrela do Norte	19,85	5,04	0,05	2,03	0,00	0,00	0,14	1,32	0,47	2,61	4,21	0,42	0,15	0,00	0,34	1,30	3,29	0,00	0,49	2,41	0,76	1,92	0,00	53,20	3 351	2 762	20 785	3,50	1
GO	Norte Goiano	Formoso	22,13	4,26	0,90	1,56	0,17	0,72	0,22	1,41	0,00	1,49	3,27	0,38	0,48	0,75	0,09	0,28	3,53	0,94	0,00	1,18	0,33	4,07	0,00	51,85	6 096	4 188	33 359	3,84	1
GO	Norte Goiano	Mara Rosa	24,54	3,45	0,35	1,25	0,00	0,05	0,07	0,80	0,09	1,88	2,36	0,17	0,14	0,36	0,16	0,28	1,25	0,08	0,10	0,29	0,14	1,77	0,00	60,40	20 952	7 561	32 765	3,47	1
GO	Norte Goiano	Minaçu	18,01	9,58	0,35	2,63	0,09	0,58	0,39	0,76	0,10	3,43	3,80	0,27	0,17	0,79	0,45	0,23	1,84	0,24	0,07	0,46	0,34	2,25	0,16	52,99	31 734	25 690	44 889	3,81	1
GO	Norte Goiano	Monte Alegre de Goiás	28,41	2,73	0,09	0,42	0,00	0,00	0,40	0,52	0,00	0,61	1,52	0,00	0,48	0,00	0,05	1,16	2,43	0,18	0,00	1,05	0,31	1,21	0,04	58,39	7 918	2 237	20 767	3,72	1
GO	Norte Goiano	Mutunópolis	29,31	4,13	0,29	1,42	0,00	0,27	0,19	1,09	0,00	1,78	3,32	0,00	0,26	0,00	0,00	0,35	1,74	0,00	0,00	3,00	0,69	1,49	0,09	50,57	4 049	2 558	22 200	3,23	1
GO	Norte Goiano	Niquelândia	26,83	4,19	0,46	1,47	0,18	0,25	0,21	0,98	0,05	2,21	2,53	0,40	0,08	0,31	0,70	0,05	2,06	0,16	0,08	0,86	0,04	2,27	0,14	53,49	40 464	23 662	31 816	3,49	1
GO	Norte Goiano	Nova Roma	28,96	2,77	0,62	0,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,01	2,93	0,00	0,42	0,00	0,34	0,22	4,25	0,56	0,00	0,38	0,35	1,33	0,00	55,45	4 621	1 268	22 374	3,14	1
GO	Norte Goiano	Porangatu	14,72	6,16	0,66	4,21	0,90	0,34	0,69	1,76	0,47	4,37	4,05	0,65	0,36	0,47	0,22	0,29	3,08	0,39	0,31	1,41	0,78	3,17	0,28	50,26	40 923	31 745	37 695	4,16	3
GO	Norte Goiano	Santa Tereza de Goiás	16,29	4,56	0,41	2,36	0,09	0,00	0,11	6,02	0,00	3,59	1,93	0,15	0,23	0,36	0,14	0,47	3,94	0,85	0,00	0,18	0,24	3,21	0,00	54,88	5 075	4 064	32 499	3,36	1
GO	Norte Goiano	Santa Terezinha de Goiás	18,03	3,76	0,19	3,13	0,00	0,35	0,35	0,69	0,07	3,17	3,30	0,49	0,15	0,45	0,15	0,10	2,03	0,23	0,00	0,26	0,00	12,77	0,31	50,01	16 398	11 856	38 834	3,71	1

Continua

TABELA A.5

MESORREGIÕES DA REGIÃO CENTRO-OESTE – MATRIZ DA ESTRUTURA OCUPACIONAL: PERCENTUAL DA PIA DOS MUNICÍPIOS, SEGUNDO SÍNTESE DA TIPOLOGIA OCUPACIONAL, POPULAÇÃO TOTAL, URBANA, RENDA FAMILIAR *PER CAPITA* E ANOS MÉDIOS DE ESTUDO (1991)

Continuação

UF	Mesorregião	Município	Em Porcentagem																						População		RFPC	Anos Est.	Regi
			A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	O	R	S	T	U	V	Z	X	Total	Urbana			
GO	Norte Goiano	São João da Paraúna	26,40	3,57	0,58	0,83	0,00	0,00	0,00	0,88	0,00	2,62	2,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,80	3,95	1,12	0,35	2,94	0,00	0,69	0,00	53,07	1 854	1 099	30 222	3,95	1
GO	Norte Goiano	Teresina de Goiás	11,56	1,90	3,52	1,04	0,00	0,00	0,00	0,31	0,00	0,45	1,11	0,68	0,00	0,76	0,00	1,28	3,29	1,89	0,00	1,52	0,76	2,15	0,00	67,76	1 337	856	28 802	3,54	1
GO	Norte Goiano	Trombas	28,93	2,99	0,00	0,93	0,09	0,00	0,14	0,72	0,05	2,14	1,98	0,20	0,06	0,00	0,00	0,20	3,40	0,06	0,00	2,26	0,19	2,10	0,00	53,57	6 488	2 048	18 519	3,20	1
GO	Norte Goiano	Uruaçu	14,39	6,56	0,56	4,83	0,73	0,61	0,48	1,05	0,34	5,08	4,43	0,51	0,06	1,11	0,62	0,29	2,47	0,69	0,04	0,84	0,34	3,51	0,08	50,36	33 880	28 142	36 193	3,96	2
GO	Centro Goiano	Adelândia	25,88	3,23	0,50	0,31	0,00	0,00	0,00	1,39	0,00	1,56	0,93	0,37	0,34	0,38	0,00	0,72	1,64	0,42	0,00	1,71	0,00	1,96	0,00	58,64	2 304	1 520	32 435	3,36	1
GO	Centro Goiano	Americano do Brasil	26,03	7,61	0,57	1,65	0,00	0,13	0,00	1,08	0,18	3,08	4,83	0,12	0,80	0,36	0,00	0,24	2,49	0,00	0,35	1,24	0,22	2,84	0,03	46,13	4 840	4 111	43 320	3,03	1
GO	Centro Goiano	Amorinópolis	26,64	3,48	0,60	1,14	0,00	0,59	0,18	1,50	0,12	1,83	4,28	0,25	0,26	0,16	0,12	0,34	3,77	0,40	0,25	0,36	0,08	1,84	0,00	51,79	4 409	2 325	55 079	3,74	1
GO	Centro Goiano	Anapolis	3,74	11,85	0,53	6,16	1,20	0,34	0,75	3,04	0,46	5,80	4,75	1,06	0,58	1,25	0,77	0,49	1,60	0,37	0,17	1,05	1,10	3,63	0,29	49,00	237 612	225 540	50 869	4,88	6
GO	Centro Goiano	Anicuns	20,23	8,54	1,11	2,69	0,14	0,05	0,25	1,82	0,58	3,76	4,66	0,60	0,22	0,35	0,42	0,08	3,03	0,56	0,04	0,54	0,25	2,28	0,03	47,76	18 074	12 012	28 089	3,79	3
GO	Centro Goiano	Aparecida de Goiânia	1,69	16,15	0,95	5,33	1,11	0,64	0,60	3,36	0,64	7,74	5,13	0,87	0,58	0,96	0,57	0,58	1,41	0,54	0,30	0,72	0,66	2,12	0,83	46,50	174 672	172 354	34 955	4,00	1
GO	Centro Goiano	Araçu	28,88	3,38	1,60	0,72	0,11	0,00	0,18	1,25	0,00	2,05	2,31	0,00	0,43	0,00	0,00	0,11	3,51	1,24	0,00	1,22	0,72	2,37	0,00	49,93	3 680	2 608	29 286	3,59	1
GO	Centro Goiano	Aragoiânia	16,78	11,10	0,76	2,55	0,11	0,64	0,05	1,70	0,00	3,03	3,12	0,44	0,00	0,10	0,09	0,69	2,49	0,32	0,00	1,26	0,18	1,55	0,34	52,70	4 894	2 815	28 128	3,88	1
GO	Centro Goiano	Aurilândia	23,91	5,81	1,22	1,72	0,44	0,00	0,50	1,85	0,00	3,15	4,74	0,17	0,32	0,46	0,11	0,00	2,47	0,46	0,00	1,23	0,33	2,49	0,26	48,36	4 162	2 727	35 633	4,08	1
GO	Centro Goiano	Avelinópolis	27,29	4,01	0,96	0,35	0,00	0,00	0,00	0,95	0,00	1,60	3,42	0,00	0,43	0,20	0,00	0,92	2,58	0,51	0,73	1,02	0,80	2,49	0,00	51,75	2 287	1 268	31 191	3,33	1
GO	Centro Goiano	Barro Alto	25,00	4,78	0,22	1,09	0,00	0,22	0,09	0,46	0,00	0,99	1,76	0,00	0,00	0,00	0,08	0,00	1,95	0,28	0,49	2,43	0,40	1,81	0,00	57,96	9 878	3 546	19 900	3,12	1
GO	Centro Goiano	Bela Vista de Goiás	23,23	5,56	0,31	2,30	0,00	0,54	0,18	1,81	0,24	4,41	2,50	0,35	0,40	0,30	0,30	0,03	1,89	0,45	0,15	0,69	0,27	1,27	0,19	52,64	17 090	9 541	46 069	3,96	1
GO	Centro Goiano	Bonfinópolis	19,45	5,86	1,20	0,92	0,00	0,22	0,28	1,95	0,00	3,29	2,93	0,31	0,18	0,00	0,00	0,43	2,06	0,27	0,12	1,91	0,78	2,38	0,28	55,18	3 306	2 725	25 555	3,48	1
GO	Centro Goiano	Brazabrantes	25,16	4,75	1,47	2,02	0,00	0,40	0,00	0,18	0,00	1,23	2,40	0,78	0,00	0,16	0,00	0,18	1,99	1,12	0,00	4,56	0,00	1,24	0,00	52,34	2 267	1 204	23 916	3,44	1
GO	Centro Goiano	Cachoeira de Goiás	30,77	6,48	0,99	0,00	0,00	0,73	0,00	0,00	0,00	0,73	4,34	0,00	0,23	0,00	0,00	0,27	3,58	0,27	0,73	2,54	0,71	1,17	0,00	46,46	1 399	878	28 952	3,40	1
GO	Centro Goiano	Carmo do Rio Verde	26,95	3,94	0,92	1,68	0,00	0,11	0,18	0,77	0,18	2,14	2,41	0,43	0,10	0,21	0,37	0,24	2,57	0,63	0,04	0,72	0,12	2,14	0,00	53,15	10 263	4 730	24 728	4,05	1
GO	Centro Goiano	Caturaí	33,48	2,50	0,56	2,86	0,00	0,32	0,00	0,12	0,00	1,03	3,55	0,00	0,10	0,00	0,00	0,14	0,48	2,17	0,15	0,00	1,45	0,31	1,39	0,00	49,38	4 092	2 477	26 217	3,09	1
GO	Centro Goiano	Ceres	11,88	6,78	0,78	4,91	0,68	0,65	0,52	2,13	0,16	4,74	3,63	0,53	0,32	1,62	0,33	1,11	3,19	0,48	0,23	0,87	0,27	3,25	0,12	50,82	22 387	16 500	45 387	4,89	4
GO	Centro Goiano	Córrego do Ouro	29,55	2,92	0,49	0,25	0,00	0,27	0,12	0,58	0,00	1,96	5,46	0,18	0,00	0,13	0,00	0,47	3,09	0,56	0,13	1,07	0,42	2,39	0,00	49,96	3 268	1 469	24 210	4,02	1
GO	Centro Goiano	Damolândia	33,06	5,38	0,71	0,75	0,00	0,00	0,36	1,26	0,43	2,25	2,58	0,27	0,78	0,00	0,00	1,20	1,80	0,28	0,47	0,85	0,00	1,91	0,00	45,66	2 588	1 669	27 435	3,63	1
GO	Centro Goiano	Fazenda Nova	27,51	3,40	0,74	0,83	0,10	0,22	0,22	0,54	0,08	1,57	2,09	0,15	0,33	0,50	0,13	0,51	3,01	0,23	0,27	1,53	0,32	2,68	0,00	53,01	7 110	3 873	29 841	4,07	1
GO	Centro Goiano	Firminópolis	17,57	5,67	1,40	2,36	0,24	0,38	0,35	1,66	0,05	3,22	5,55	0,43	0,30	0,68	0,07	0,92	2,77	0,65	0,13	1,03	0,54	2,75	0,36	50,92	9 661	7 058	37 918	4,33	1
GO	Centro Goiano	Goiandira	17,92	5,01	0,51	1,05	0,10	0,17	1,19	2,17	0,08	2,67	3,50	0,33	0,63	0,42	0,10	0,91	5,16	0,76	0,26	2,72	0,86	1,71	0,11	51,69	5 333	4 234	33 464	4,69	1
GO	Centro Goiano	Goianésia	13,63	10,69	0,86	3,62	0,31	0,37	0,62	1,42	0,44	4,60	4,54	0,71	0,35	0,58	0,42	0,91	2,65	0,18	0,24	1,05	0,39	2,62	0,09	49,40	43 066	36 255	35 987	3,78	2
GO	Centro Goiano	Goiânia	1,57	10,77	1,27	7,03	1,41	0,62	1,61	2,76	0,91	6,31	4,45	1,74	0,95	1,36	1,10	1,18	1,93	1,61	0,42	0,65	1,10	3,59	0,51	45,14	916 314	907 658	78 061	5,89	8
GO	Centro Goiano	Goianira	13,83	9,24	1,44	3,53	0,37	0,27	0,42	3,29	0,27	4,53	2,58	0,32	0,73	0,32	0,26	0,29	1,70	0,42	0,32	1,09	0,69	1,51	0,26	52,32	12 835	10 074	26 521	3,51	1
GO	Centro Goiano	Guapó	13,26	15,53	0,48	3,45	0,28	0,00	0,17	2,32	0,14	3,25	4,43	0,20	0,16	0,47	0,40	0,12	2,56	0,63	0,30	1,26	0,40	2,24	0,22	47,72	11 703	8 167	35 593	3,93	1
GO	Centro Goiano	Guarnós	36,40	1,51	0,42	0,84	0,00	0,54	0,00	0,77	0,00	1,33	0,14	0,00	0,15	0,12	0,34	0,18	1,61	0,26	0,37	1,54	0,10	1,43	0,00	51,95	3 698	1 320	16 959	2,91	1
GO	Centro Goiano	Hetorai	29,22	3,90	1,79	0,75	0,00	0,09	0,00	1,06	0,00	1,92	1,95	0,43	0,38	0,33	0,23	0,42	2,28	0,15	0,22	1,03	0,23	1,60	0,00	52,03	3 002	1 939	24 755	3,80	1
GO	Centro Goiano	Hidrolândia	21,46	6,88	0,54	1,66	0,09	0,10	0,75	1,22	0,08	2,67	3,49	0,30	0,44	0,15	0,25	0,30	1,96	0,56	0,22	1,25	0,45	1,47	0,31	53,41	10 153	4 584	26 966	4,28	1
GO	Centro Goiano	Hidrolina	24,06	4,65	0,71	1,97	0,00	0,14	0,24	0,76	0,00	2,71	2,69	0,26	0,14	0,49	0,00	0,18	5,19	1,02	0,15	0,96	0,16	2,07	0,06	51,37	4 964	2 844	22 115	3,89	1
GO	Centro Goiano	Inhumas	13,40	11,55	0,61	7,12	0,50	0,41	0,34	1,32	0,32	4,30	4,33	0,49	0,42	1,09	0,60	0,44	2,47	0,25	0,22	0,99	0,35	2,93	0,22	45,33	38 190	32 544	42 336	4,13	3
GO	Centro Goiano	Ipoará	14,61	8,00	0,58	4,80	0,55	0,57	0,35	1,56	0,34	4,88	5,87	0,79	1,27	0,89	0,53	0,27	2,97	0,41	0,17	0,87	0,96	3,45	0,13	45,16	29 578	25 430	36 973	4,22	3
GO	Centro Goiano	Israelândia	32,87	2,34	1,12	0,88	0,00	0,00	0,12	1,06	0,00	0,52	1,36	0,00	0,56	0,00	0,00	0,34	4,34	0,53	0,15	0,80	0,42	1,14	0,00	51,44	3 352	2 446	23 808	3,81	1
GO	Centro Goiano	Itaberaí	21,26	5,99	0,78	2,48	0,47	0,63	0,23	1,29	0,17	3,51	4,02	0,46	0,48	0,19	0,23	0,54	2,86	0,41	0,03	0,57	0,18	3,30	0,41	49,53	24 821	17 224	34 711	3,85	2
GO	Centro Goiano	Itaguarí	22,28	5,92	0,60	1,96	0,00	0,11	0,00	1,81	0,27	2,10	0,30	0,00	0,51	0,23	0,13	0,79	4,65	0,00	0,23	1,48	0,27	1,04	0,23	55,09	4 085	3 026	22 542	3,58	1
GO	Centro Goiano	Itaguaru	27,91	3,35	0,52	1,03	0,00	0,37	0,14	0,98	0,23	2,49	4,46	0,17	0,00	0,00	0,23	0,12	3,60	0,65	0,00	1,06	0,11	3,08	0,00	49,51	6 399	3 889	30 350	3,79	1
GO	Centro Goiano	Itapaci	23,15	7,01	0,78	1,47	0,13	0,47	0,55	1,43	0,32	2,52	3,82	0,35	0,36	0,19	0,12	0,36	2,27	0,40	0,00	0,80	0,00	1,99	0,00	51,54	12 577	8 286	34 382	4,06	1
GO	Centro Goiano	Itapuranga	23,91	4,58	0,29	2,51	0,23	0,16	0,63	1,04	0,09	3,45	3,97	0,67	0,42	0,68	0,17	0,45	1,93	0,29	0,00	0,46	0,39	2,32	0,09	51,28	31 023	19 727	29 994	4,01	1
GO	Centro Goiano	Itauçu	20,83	8,29	1,19	2,40	0,00	0,15	0,07	1,56	0,11	3,27	4,59	0,09	0,11	0,10	0,27	0,58	3,28	0,40	0,33	0,61	0,35	2,63	0,08	48,72	8 651	5 887	27 401	3,82	1
GO	Centro Goiano	Ivolândia	29,68	1,36	0,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,21	0,00	0,42	0,30	0,41	0,25	0,40	0,00	0,18	3,08	0,61	0,29	0,52	0,72	2,02	0,00	58,87	2 948	1 337	29 019	3,69	1
GO	Centro Goiano	Jaraguá	20,83	7,27	0,28	2,47	0,11	0,18	0,25	1,18	0,14	3,22	2,82	0,13	0,17	0,46	0,14	0,40	1,83	0,56	0,04	0,32	0,35	2,36	0,14	54,33	28 041	15 492	27 402	3,92	1
GO	Centro Goiano	Jaupaci	32,14	2,95	1,71	1,06	0,00	0,00	0,00	0,50	0,00	2,11	4,86	0,00	0,46	0,15	0,00	0,41	2,82	0,16	1,23	1,21	0,09	2,65	0,00	45,48	3 127	2 261	37 315	3,17	1
GO	Centro Goiano	Leopoldo de Bulhões	25,71	4,29	0,48	0,87	0,00	0,09	0,15	1,61	0,00	1,95	1,81	0,12	0,14	0,31	0,00	0,23	1,71	0,36	0,00	0,55	0,31	1,16	0,00	58,15	7 376	4 103	33 378	3,76	1
GO	Centro Goiano	Moiporá	22,86	3,64	1,19	1,80	0,00	0,00	0,00	0,75	0,00	1,99	1,19	0,00	0,19	0,00	0,00	0,00	5,14	0,16	0,00	4,09	0,36	1,26	0,00	55,38	2 224	1 229	25 002	3,60	1
GO	Centro Goiano	Morro Agudo de Goias	24,67	3,18	0,32	1,34	0,00	0,00	0,22	1,67	0,00	0,72	0,00	0,00	0,44	0,00	0,00	0,57	2,86	0,59	0,25	1,68	0,52	2,18	0,00	58,79	2 514	1 294	31 378	3,78	1
GO	Centro Goiano	Mossâmedes	34,47	2,44	0,30	0,85	0,00	0,09	0,23	0,60	0,14	3,21	2,95	0,08	0,22	0,25	0,00	0,65	2,56	0,87	0,04	0,54	0,13	1,43	0,07	47,87	8 996	4 789	28 529	3,48	1
GO	Centro Goiano	Nazário	16,42	8,61	0,45	1,82	0,00	0,44	0,23	2,21	0,18	1,86	2,72	0,22	0,50	0,42	0,25	0,26	1,75	0,68	0,34	0,71	0,06	2,71	0,18	56,97	6 206	4 461	25 100	3,11	1
GO	Centro Goiano	Nerópolis	18,67	9,40	0,18	3,70	0,25	0,11	0,61	3,22	0,47	3,36	3,41	0,14	0,27	0,70	0,56	0,76	2,63	0,50	0,11	0,61	0,70	2,14	0,20	47,29	12 911	11 291	34 192	3,83	1
GO	Centro Goiano	Nova América	20,15	4,33	0,72	1,38	0,00	0,00	0,27	1,60	0,50	2,16	0,93	0,00	0,94	0,00	0,00	0,34	5,73	0,72	0,00	1,92	0,00	3,23	0,00	55,08	1 998	1 094	25 966	3,88	1
GO	Centro Goiano	Nova Glória	19,43	2,98	0,30	2,02	0,06	0,00	0,00	1,95	0,30	2,16	1,71	0,14	0,34	0,22	0,00	0,46	4,32	0,16	0,00	0,49	0,56	1,99	0,21	60,20	8 476	4 918	22 315	4,03	1
GO	Centro Goiano	Nova Veneza	20,39	6,61	0,66	0,79	0,00	0,34	0,69	1,07	0,13	3,02	6,04	0,07	0,54	0,11	0,20	0,41	3,55	0,00	0,20	2,92	0,64	2,18	0,17	49,27	4 992	3 647	25 840	4,02	1
GO	Centro Goiano	Novo Brasil	24,99	5,78	0,83	1,12	0,00	0,13	0,00	0,17	0,19	2,37	2,81	0,00	0,46	0,13	0,00	0,84	4,08	0,40	0,13	1,57	0,34	1,65	0,18	51,82	4 789	2 639	33 204	3,65	1
GO	Centro Goiano	Ouro Verde de Goiás	30,87	5,07	0,89	0,67	0,00	0,00	0,26	1,38	0,00	1,46	1,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,48	2,24	0,62	0,29	0,99	0,46	1,20	0,27	51,44	4 259	2 144	38 343	3,91	1
GO	Centro Goiano	Petrolina de Goiás	30,46	1,70	0,26	1,03	0,00	0,15	0,45	0,35	0,10	1,03	2,94	0,41	0,21	0,15	0,41	0,00	3,26	0,39	0,00	1,63	0,08	1,20	0,41	53,37	10 692	5 325	23 616	4,06	1
GO	Centro Goiano	Pilar de Goiás	35,65	1,03	1,01	1,02	0,00	0,07	0,00	0,12	0,57	1,03	2,02	0,00	0,07	0,00	0,22	0,39	1,81	0,50	0,12	0,89	0,00	0,99	0,08	52,40	4 578	1 105	28 979	4,22	1
GO	Centro Goiano	Rialma	8,51	6,91	0,71	7,00	0,57	0,05	0,64	2,69	0,54	5,45	5,81	1,44	0,56	1,11	0,14	0,89	2,89	1,24	0,30	0,84	0,34	3,96	0,28	47,13	8 835	7 866	30 365	4,42	1
GO	Centro Goiano	Rianápolis	14,59	6,04	0,85	4,15	0,11	0,17	0,06	1,20	0,14	3,42	3,57	0,26	0,73	0,35	0,00	0,00	2,22	0,39	0,31	1,25	0,17	3,52	0,23	56,25	4 257	3 576	29 220	3,59	1
GO	Centro Goiano	Rubiataba	15,31	10,17	0,26	2,80	0,19	0,09	0,37	2,26	0,08	3,12	4,82	0,49	0,48	0,10	0,32	0,34	2,67	0,15	0,12	1,18	0,37	2,86	0,07	51,39	16 495	12 403	30 902	4,17	1
GO	Centro Goiano	Sanclerlândia	20,34	4,84	0,66	2,93	0,06	0,25	0,37	0,64	0,00	1,70	3,36	0,00	0,83	0,14	0,14	0,25	3,39	0,60	0,21	1,09	0,69	2,77	0,33	54,40	7 326	4 911	26 923	3,85	1
GO	Centro Goiano	Santa Bárbara de Goiás	18,77	6,21	1,07	2,23	0,00	0,00	0,44	3,33	0,41	2,36	1,76	0,10	0,30	0,21	0,16	0,27	2,44	0,82	0,20	1,54	0,54	3,40	0,20	53,23	3 916	3 267	26 606	3,62	1
GO	Centro Goiano	Santa Isabel	29,26	1,54	0,41	0,28	0,00	0,00	0,00	0,39	0,24	1,35	2,98	0,20	0,43	0,00	0,00	0,61	3,87	0,52	0,40	3,12	0,48	1,31	0,00	52,63	3 876	1 161	29 682	4,60	1
GO	Centro Goiano	Santa Rosa de Goias	31,03	3,72	0,18	1,19	0,00	0,39	0,14	0,58	0,00	1,40	0,90	0,11	0,00	0,17	0,00	1,13	3,57	0,00	0,24	0,99	0,19	3,05	0,00	51,03	3 965	2 280	37 896	3,76	1
GO	Centro Goiano	São Francisco de Goiás	27,63	2,96	0,31	0,52	0,00	0,00	0,38	0,88	0,00	1,11	1,44	0,31	0,05	0,00	0,06	0,24	2,07	0,53	0,09	0,78	0,17	1,24	0,07	59,17	8 022	3 052	22 323	3,56	1
GO	Centro Goiano	São Luis de Montes Belos	13,83	6,49	0,68	4,69	0,71	0,34	0,39	1,76	0,40	4,04	3,38	1,00	0,91	0,81	0,39	0,35	3,21	0,63	0,10	1,62	0,70	3,28	0,12	50,15	24 844	19 023	36 595	4,35	3

Continua

TABELA A.5

MESORREGIÕES DA REGIÃO CENTRO-OESTE – MATRIZ DA ESTRUTURA OCUPACIONAL: PERCENTUAL DA PIA DOS MUNICÍPIOS, SEGUNDO SÍNTESE DA TIPOLOGIA OCUPACIONAL, POPULAÇÃO TOTAL, URBANA, RENDA FAMILIAR *PER CAPITA* E ANOS MÉDIOS DE ESTUDO (1991)

Continuação

UF	Mesorregião	Município	Em Porcentagem																						População		RFPC	Anos Est.	Regic
			A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	O	R	S	T	U	V	Z	X	Total	Urbana			
GO	Centro Goiano	São Luis do Norte	32,37	1,94	0,15	1,65	0,00	0,11	0,00	0,66	0,10	3,33	2,63	0,23	0,50	0,25	0,00	0,30	2,14	0,11	0,00	1,43	0,16	1,34	0,11	50,48	4.146	1 908	19.968	2,73	1
GO	Centro Goiano	Senador Canedo	5,95	15,22	0,97	3,15	0,52	0,16	0,15	2,62	0,19	6,79	5,28	0,52	0,56	0,55	0,31	0,47	2,07	0,45	0,23	1,09	0,51	1,11	0,22	50,92	21.715	8 723	24 076	3,33	1
GO	Centro Goiano	Taquaral de Goiás	23,04	5,44	0,32	1,18	0,00	0,00	0,18	1,34	0,14	0,78	1,02	0,10	0,98	0,61	0,00	0,60	2,54	0,24	0,00	0,75	0,56	0,71	0,00	59,44	4.065	2.357	20.368	3,73	1
GO	Centro Goiano	Trindade	7,40	11,80	0,68	5,08	0,29	0,53	0,69	2,89	0,30	5,84	3,57	0,77	0,64	0,34	0,37	0,21	2,15	0,25	0,17	0,53	0,60	1,87	0,62	52,42	52.779	47 680	33.877	3,88	1
GO	Centro Goiano	Turvânia	23,82	5,50	0,72	1,44	0,00	0,70	1,07	1,94	0,14	2,51	4,42	0,23	0,22	0,23	0,00	0,43	3,92	0,48	0,24	0,42	0,12	1,88	0,00	49,59	5.346	3.518	37 917	3,93	1
GO	Centro Goiano	Uruana	22,92	3,92	0,53	1,94	0,12	0,26	0,25	2,01	0,13	2,49	4,33	0,35	0,12	0,29	0,04	0,61	3,27	0,25	0,53	0,38	0,18	2,01	0,23	52,83	13 705	9 345	39.557	4,40	1
GO	Leste Goiano	Abadiânia	20,96	8,42	0,16	1,29	0,14	0,32	0,21	2,63	0,00	3,32	3,09	0,00	0,10	0,33	0,90	0,65	2,76	0,31	0,28	1,41	0,27	1,64	0,07	50,74	9.319	5.076	31 837	3,62	1
GO	Leste Goiano	Água Fria de Goiás	33,46	2,16	0,19	0,55	0,00	0,00	0,00	0,60	0,10	0,55	1,02	0,16	0,00	0,11	0,00	0,11	2,76	0,25	0,10	1,60	0,00	1,04	0,95	54,29	3.887	919	25.324	2,70	1
GO	Leste Goiano	Alexânia	15,78	4,40	0,02	2,93	0,00	0,00	0,12	3,10	0,23	4,16	3,60	0,80	0,43	0,25	0,17	0,17	1,36	0,18	0,16	0,03	0,26	3,54	0,09	58,22	16.384	9.472	28.364	3,57	1
GO	Leste Goiano	Alvorada do Norte	14,48	5,12	0,82	3,04	0,00	0,36	0,27	1,62	0,22	2,67	3,93	1,05	0,33	0,16	0,23	0,92	2,51	0,55	0,19	0,70	0,52	3,13	0,34	56,84	7 340	5.667	28.312	3,19	1
GO	Leste Goiano	Cabeceiras	26,72	4,29	0,00	0,61	0,00	0,07	0,21	1,51	0,00	1,54	1,92	0,11	0,78	0,11	0,06	0,08	2,22	0,47	0,13	1,35	0,12	2,39	0,00	55,33	6.437	4 168	26.172	3,56	1
GO	Leste Goiano	Corumbá de Goiás	24,81	5,46	0,18	0,65	0,13	0,18	0,03	0,74	0,04	1,28	3,37	0,26	0,17	0,35	0,24	0,00	1,75	0,24	0,35	0,77	0,25	1,59	0,44	56,74	19.193	3.792	28 429	3,42	1
GO	Leste Goiano	Cristalina	17,22	8,32	0,16	3,45	0,23	0,06	0,70	2,06	0,13	5,42	2,68	0,87	0,13	0,24	0,33	0,45	2,27	0,54	0,07	1,09	0,92	2,05	0,47	50,13	24.463	17.435	40.075	4,28	1
GO	Leste Goiano	Damianópolis	30,11	2,97	1,16	0,15	0,00	0,41	0,00	0,00	0,21	1,40	0,87	0,00	0,25	0,00	0,00	0,44	2,62	0,14	0,00	1,81	0,33	1,00	0,14	55,98	3.666	1 167	19 545	3,00	1
GO	Leste Goiano	Divinópolis de Goiás	23,11	2,76	0,51	0,22	0,00	0,24	0,09	0,84	0,00	0,52	2,17	0,00	0,10	0,00	0,00	0,56	1,50	0,00	0,00	1,20	0,36	1,50	0,00	64,32	4 988	2 172	19.572	3,63	1
GO	Leste Goiano	Flores de Goiás	30,09	1,95	0,92	0,16	0,00	0,00	0,00	0,74	0,00	1,35	1,59	0,15	0,29	0,00	0,32	0,42	1,56	0,56	0,61	1,05	0,12	1,02	1,10	56,01	4.905	1.575	22.940	2,10	1
GO	Leste Goiano	Formosa	14,01	6,74	0,60	3,99	0,44	0,58	0,40	2,37	0,19	5,23	4,33	0,72	0,09	0,52	0,56	0,59	2,64	0,47	0,19	0,53	0,84	3,06	0,20	50,71	62.480	49 211	52.852	4,42	3
GO	Leste Goiano	Guarani de Goiás	31,54	2,18	0,00	0,16	0,00	0,05	0,12	0,79	0,00	0,61	1,58	0,00	0,13	0,00	0,00	0,16	1,49	0,35	0,09	1,80	0,40	0,98	0,09	57,51	5.576	1.465	15 589	2,34	1
GO	Leste Goiano	Iaciara	22,46	5,28	0,33	1,00	0,17	0,53	0,11	1,71	0,12	3,10	4,30	0,17	0,36	0,00	0,00	0,26	2,30	0,38	0,23	0,88	0,37	2,84	0,13	52,97	9 565	6 603	25 864	2,92	1
GO	Leste Goiano	Luziânia	3,57	9,93	0,63	3,89	0,40	0,50	0,63	3,58	0,51	7,35	5,75	1,19	0,47	0,51	0,68	1,05	1,54	1,42	0,79	0,48	1,71	2,20	0,38	50,85	206.787	193.580	47 833	4,29	1
GO	Leste Goiano	Mambaí	27,41	2,86	0,42	1,42	0,00	0,25	0,00	1,00	0,00	1,10	2,58	0,00	0,69	0,00	0,13	0,80	2,67	0,54	0,18	0,74	0,10	0,76	0,06	56,27	6.923	2.946	15.273	2,28	1
GO	Leste Goiano	Mimoso de Goiás	35,57	1,17	0,00	0,40	0,00	0,00	0,00	0,33	0,00	0,44	1,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,28	0,22	0,14	0,38	0,10	0,76	0,00	58,10	3.738	975	19 700	2,97	1
GO	Leste Goiano	Padre Bernardo	19,60	4,84	0,39	0,71	0,14	0,00	0,04	1,72	0,04	2,37	5,36	0,21	0,39	0,24	0,16	0,16	2,16	0,36	0,18	0,87	0,25	2,35	0,48	56,96	16.316	9.197	25.649	3,05	1
GO	Leste Goiano	Pirenópolis	29,05	4,08	0,36	0,95	0,00	0,02	0,19	0,86	0,08	2,17	2,48	0,85	0,73	0,10	0,00	0,38	1,79	0,21	0,31	0,69	0,55	1,24	0,32	52,61	24.681	9.182	27 776	3,95	1
GO	Leste Goiano	Planaltina	4,79	10,85	0,46	2,95	0,36	0,27	0,48	1,95	0,21	6,73	6,13	0,85	0,32	0,23	0,09	0,40	1,62	0,39	0,27	0,27	0,72	2,35	0,17	57,16	40.116	37 414	30.583	3,24	1
GO	Leste Goiano	Posse	20,22	5,36	0,62	1,95	0,33	0,20	0,38	1,37	0,48	3,46	3,07	0,19	0,04	0,24	0,34	0,60	2,23	0,28	0,00	0,53	0,63	1,69	0,10	55,68	23.321	13 120	26.450	3,32	3
GO	Leste Goiano	Santo Antônio do Descoberto	5,47	12,19	0,40	3,67	0,18	0,69	0,19	3,48	0,38	7,23	4,79	0,72	0,37	0,09	0,28	0,28	0,95	0,25	0,06	0,51	1,11	1,98	0,64	54,09	35 391	28 599	32 972	3,31	1
GO	Leste Goiano	São Domingos	27,41	2,39	0,45	0,84	0,00	0,14	0,32	0,69	0,10	1,75	1,45	0,00	0,05	0,02	0,02	0,30	2,40	0,42	0,15	0,30	0,11	1,20	0,00	59,50	10.163	3 529	20 361	3,01	1
GO	Leste Goiano	Simolândia	19,22	3,69	0,44	1,49	0,27	0,22	0,00	1,49	0,12	3,01	3,93	0,77	0,71	0,11	0,23	0,21	1,62	0,16	0,65	0,76	0,57	1,46	0,17	58,70	5.578	4 306	14.510	1,99	1
GO	Leste Goiano	Sítio d'Abadia	32,62	0,27	0,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,57	0,26	0,00	0,17	0,00	0,00	0,00	3,12	0,37	0,00	0,99	0,24	1,26	0,00	59,92	2 739	482	18 434	3,44	1
GO	Sul Goiano	Acreúna	18,17	6,75	0,59	3,47	0,42	0,07	0,39	2,18	0,14	3,54	6,06	0,46	0,20	0,42	0,25	0,09	1,95	0,25	0,00	1,33	0,25	2,46	1,41	49,15	14.036	11.526	37.198	3,46	1
GO	Sul Goiano	Água Limpa	25,79	4,71	0,39	0,30	0,18	0,00	0,00	0,91	0,00	0,61	1,91	0,00	0,25	0,00	0,00	0,28	3,32	0,00	0,29	5,48	0,17	2,68	0,00	52,75	1.937	1.171	29.296	3,51	1
GO	Sul Goiano	Aloândia	24,25	6,62	1,60	0,96	0,00	0,00	0,49	0,29	0,00	1,94	5,04	0,22	0,41	0,25	0,00	0,59	2,88	0,48	0,27	1,34	0,38	0,57	0,00	51,42	1.984	1 451	23.133	3,35	1
GO	Sul Goiano	Anhanguera	7,82	10,66	0,86	1,20	0,00	0,00	0,00	1,52	0,00	1,00	3,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,57	5,64	0,67	0,00	8,06	0,90	0,00	0,00	57,90	845	755	23.999	4,24	1
GO	Sul Goiano	Aporé	32,56	5,61	0,38	0,66	0,00	0,00	0,17	0,60	0,00	0,40	0,92	0,64	0,00	0,00	0,14	0,71	2,45	0,36	0,15	2,22	0,40	1,29	1,73	48,60	4.762	1 555	36 222	3,13	1
GO	Sul Goiano	Bom Jesus de Goiás	19,88	6,08	0,54	3,32	0,40	0,27	1,17	3,04	0,53	4,17	6,44	0,41	0,44	0,50	0,10	0,00	0,79	0,26	0,00	1,26	0,13	2,68	0,47	47,12	13.720	11.687	41 310	3,60	1
GO	Sul Goiano	Buriti Alegre	21,46	5,89	1,14	2,50	0,41	0,00	0,45	1,29	0,27	4,12	6,83	0,41	0,45	0,46	0,48	0,23	2,40	0,55	0,10	1,54	0,16	4,15	0,16	44,54	8.562	7 167	51.016	4,19	1
GO	Sul Goiano	Cachoeira Alta	29,02	4,56	0,77	2,66	0,00	0,34	0,34	0,37	0,12	2,77	4,47	0,75	0,42	0,21	0,32	0,43	2,64	0,37	0,00	0,90	0,08	2,56	0,06	45,84	8.482	4.387	48 430	4,02	1
GO	Sul Goiano	Cachoeira Dourada	20,61	6,19	1,58	1,99	0,09	0,00	0,14	0,82	0,35	3,77	2,89	0,23	1,21	0,07	0,37	0,40	1,93	0,56	0,05	1,25	0,95	1,20	0,13	53,21	8.470	3.703	36.666	3,15	1
GO	Sul Goiano	Caçu	20,55	5,70	0,45	4,11	0,12	0,34	0,40	2,62	0,17	3,38	5,55	0,41	0,45	0,66	0,32	0,44	2,40	0,09	0,05	1,58	0,16	3,21	0,14	46,68	11.101	7 902	59.388	3,70	1
GO	Sul Goiano	Caiapônia	24,60	4,35	0,50	2,10	0,16	0,84	0,63	2,47	0,03	3,45	6,33	0,33	0,38	0,31	0,28	0,22	2,02	0,53	0,15	1,25	0,07	2,95	0,23	45,81	13.696	9 468	40.798	3,41	1
GO	Sul Goiano	Caldas Novas	7,27	9,77	0,44	5,28	0,10	0,41	0,74	1,12	2,30	12,86	4,01	0,90	0,60	0,11	0,45	0,34	1,14	0,21	0,00	1,58	0,06	3,15	0,38	46,78	23 610	20 704	58 411	4,48	2
GO	Sul Goiano	Campestre de Goiás	31,72	7,42	0,96	1,72	0,00	0,00	0,00	1,47	0,00	0,77	2,00	0,00	0,17	0,00	0,00	0,36	3,63	0,28	0,00	1,81	0,00	2,16	0,00	45,53	2.304	1 399	25 678	3,37	1
GO	Sul Goiano	Campo Alegre de Goiás	30,17	5,16	0,40	1,42	0,07	0,00	0,31	1,69	0,00	2,91	3,63	0,20	0,45	0,00	0,43	0,72	2,37	0,00	0,00	0,84	0,00	1,54	0,18	47,49	4 488	2.063	62.231	4,15	1
GO	Sul Goiano	Catalão	13,99	9,00	0,63	3,71	0,47	0,14	0,47	2,26	0,49	4,68	5,37	0,84	0,33	1,15	0,59	0,44	2,58	0,40	0,10	1,61	0,55	2,88	0,13	47,20	54 118	46.771	44 994	4,80	4
GO	Sul Goiano	Cezarina	20,21	13,53	0,47	2,14	0,00	0,17	0,06	0,98	0,10	1,68	3,36	0,30	0,08	0,00	0,00	0,06	2,13	0,33	0,32	0,94	0,18	1,93	0,23	50,79	5.634	2.752	36.186	3,29	1
GO	Sul Goiano	Corumbaíba	27,81	5,99	0,40	0,48	0,14	0,00	0,26	1,20	0,00	2,34	4,21	0,06	0,74	0,28	0,00	0,18	2,86	0,60	0,13	1,08	0,00	2,96	0,18	48,08	5.482	3 261	35 347	3,71	1
GO	Sul Goiano	Cristianópolis	20,76	8,60	2,02	0,81	0,00	0,18	0,00	2,22	0,17	2,83	2,60	0,34	0,76	0,23	0,53	0,11	3,08	0,21	0,69	4,52	0,00	2,46	0,00	46,87	2.336	1 745	37.508	4,19	1
GO	Sul Goiano	Crominia	24,82	6,74	1,35	1,03	0,00	0,48	0,17	0,76	0,13	2,06	4,76	0,50	0,95	0,10	0,00	1,45	2,38	0,21	0,43	1,36	0,36	1,95	0,00	48,01	3.400	2.228	30 471	4,21	1
GO	Sul Goiano	Cumari	22,60	7,72	0,41	1,80	0,00	0,08	0,23	1,31	0,00	1,12	3,69	0,20	0,00	0,27	0,00	1,71	3,20	0,53	0,17	2,69	0,66	2,36	0,00	49,25	2.851	2.080	32.269	3,98	1
GO	Sul Goiano	Davinópolis	31,38	4,07	0,45	1,27	0,00	0,00	0,00	1,36	0,00	0,29	3,92	0,00	0,27	0,00	0,00	0,14	1,71	0,40	0,31	2,42	0,47	1,81	0,00	49,75	2.097	925	28.175	3,59	1
GO	Sul Goiano	Doverlândia	31,62	3,06	0,60	0,71	0,07	0,05	0,06	0,40	0,00	0,86	2,64	0,10	0,07	0,13	0,12	0,17	1,94	0,28	0,06	0,76	0,16	1,54	0,27	54,33	9.674	4.996	28.203	3,16	1
GO	Sul Goiano	Edealina	25,22	6,39	1,23	2,03	0,00	0,06	0,35	1,31	0,07	2,11	7,66	0,30	0,14	0,15	0,32	0,24	2,19	0,00	0,00	1,17	0,00	2,67	0,11	46,26	4.001	2.161	33.538	3,45	1
GO	Sul Goiano	Edéia	23,98	5,89	0,31	1,99	0,40	0,14	0,65	1,50	0,00	4,21	5,14	0,36	0,29	0,36	0,60	0,39	2,08	0,46	0,30	0,76	0,14	2,37	0,36	47,31	8.867	6.995	51 803	3,66	1
GO	Sul Goiano	Goianápolis	32,57	3,27	0,00	0,83	0,00	0,37	0,00	0,63	0,11	1,25	5,40	0,33	0,21	0,00	0,00	0,00	1,67	0,29	0,42	0,57	0,18	0,99	0,31	50,60	10 437	8.446	26.592	3,01	1
GO	Sul Goiano	Goiatuba	15,29	6,46	0,43	4,91	0,97	0,47	0,64	2,66	0,31	4,35	5,64	0,51	0,31	0,58	0,34	0,52	1,86	0,08	0,05	1,18	0,32	3,56	0,21	48,36	32.230	27.535	46.809	3,85	2
GO	Sul Goiano	Gouvelândia	31,77	4,67	0,45	1,68	0,09	0,00	0,00	0,59	0,49	1,21	1,25	0,12	0,39	0,00	0,00	0,00	1,84	0,38	0,00	1,64	0,00	0,78	0,00	52,65	4 104	2 420	40.973	2,95	1
GO	Sul Goiano	Indiara	23,80	9,28	0,57	1,40	0,24	0,79	0,09	1,06	0,29	2,65	3,44	0,14	0,20	0,22	0,26	0,32	1,98	0,05	0,00	1,15	0,23	4,17	0,26	47,42	9 810	6.709	39 759	3,44	1
GO	Sul Goiano	Ipameri	14,77	6,89	0,52	2,32	0,31	0,77	0,29	1,70	0,27	3,77	4,96	1,80	0,49	0,89	0,48	0,43	2,39	0,35	0,13	1,11	1,84	3,31	0,43	49,78	20.655	16 765	37 534	4,33	1
GO	Sul Goiano	Itajá	22,96	7,35	0,38	2,53	0,00	1,04	1,16	0,82	0,62	2,47	3,80	0,73	0,10	0,48	0,00	0,12	1,91	0,11	0,11	2,23	0,20	2,84	0,03	48,01	6.022	3 449	38.106	3,88	1
GO	Sul Goiano	Itarumã	29,03	8,44	0,10	1,90	0,28	0,09	0,09	0,38	0,00	2,20	7,50	0,48	0,93	0,13	0,39	0,00	1,31	0,33	0,00	1,55	0,12	1,97	0,35	42,44	5.604	2.754	49.698	3,25	1
GO	Sul Goiano	Itumbiara	9,84	10,47	0,99	4,93	1,14	0,58	0,96	3,28	0,45	5,03	5,16	1,10	0,36	0,70	0,46	0,45	1,84	0,30	0,11	0,99	0,50	3,35	0,30	46,70	78.701	71.575	49.782	4,27	5
GO	Sul Goiano	Jandaia	25,75	5,90	1,25	2,26	0,00	0,42	0,48	0,98	0,00	1,83	4,91	0,06	0,14	0,16	0,32	0,00	3,40	0,17	0,19	1,15	0,42	2,57	0,00	47,67	6.450	3.513	37.207	4,14	1
GO	Sul Goiano	Jataí	12,96	8,97	0,83	5,13	0,60	0,22	0,92	2,03	0,55	5,61	5,38	0,73	0,54	0,73	0,30	0,46	1,83	0,45	0,04	0,77	0,66	3,92	0,19	46,18	65.169	55.106	52 679	4,33	3
GO	Sul Goiano	Jovânia	19,72	7,51	0,79	2,50	0,10	0,21	0,04	1,85	0,00	3,79	5,14	0,09	0,22	0,44	0,37	0,46	2,60	0,48	0,07	0,97	0,26	3,64	0,00	48,74	6 490	5.182	44.663	4,02	1
GO	Sul Goiano	Mainpotaba	28,99	4,00	0,60	0,39	0,00	0,00	1,27	0,58	0,00	0,46	3,56	0,00	0,29	0,27	0,00	1,04	2,22	1,21	0,00	1,69	0,85	1,40	0,00	51,17	2 658	1.326	41.507	3,87	1
GO	Sul Goiano	Marzagão	16,76	6,91	1,39	1,64	0,00	0,00	0,76	2,27	0,96	1,23	9,80	0,61	0,48	0,00	0,37	2,16	5,30	1,19	0,00	1,57	0,64	0,54	0,35	45,08	1.389	1.131	61.314	4,96	1
GO	Sul Goiano	Maurilândia	25,60	10,52	1,88	3,00	0,20	0,34	0,31	2,47	0,07	5,42	2,75	0,55	0,43	0,20	0,12	0,49	1,47	0,51	0,12	0,82	0,15	1,52	0,30	40,78	7.274	6.415	40.298	3,33	1
GO	Sul Goiano	Mineiros	15,55	9,55	0,43	4,83	0,48	0,53	1,06	2,78	0,38	4,83	5,48	1,05	0,85	1,23	0,53	0,19	2,27	0,19	0,09	0,76	0,31	3,66	0,05	42,94	30.725	26.446	60 871	4,02	3

Continua

TABELA A.5

MESORREGIÕES DA REGIÃO CENTRO-OESTE – MATRIZ DA ESTRUTURA OCUPACIONAL: PERCENTUAL DA PIA DOS MUNICÍPIOS, SEGUNDO SÍNTESE DA TIPOLOGIA OCUPACIONAL, POPULAÇÃO TOTAL, URBANA, RENDA FAMILIAR *PER CAPITA* E ANOS MÉDIOS DE ESTUDO (1991)

Conclusão

UF	Mesorregião	Município	Em Porcentagem																							População		RFPC	Anos Est.	Região
			A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	Z	X	Total	Urbana			
GO	Sul Goiano	Montividiu	29,38	4,65	0,79	1,17	0,07	0,00	0,40	1,76	0,13	2,33	3,11	0,35	0,42	0,15	0,68	0,56	1,40	0,54	0,04	2,16	0,12	2,30	0,12	47,37	5 304	2 987	40 885	2,89	1
GO	Sul Goiano	Morrinhos	15,38	6,48	0,65	4,46	0,46	0,81	0,41	2,23	1,17	6,11	5,20	0,77	0,58	0,55	0,13	0,39	2,64	0,42	0,27	0,92	0,26	3,20	0,25	46,25	32 372	25 324	40 584	4,60	3
GO	Sul Goiano	Nova Aurora	27,93	3,34	0,41	0,54	0,00	0,00	0,00	1,02	0,00	0,89	2,35	0,50	0,31	0,00	0,00	0,15	2,48	0,00	0,00	5,30	0,50	1,79	0,00	52,48	1 832	1 432	21 194	4,15	1
GO	Sul Goiano	Orizona	26,85	4,91	0,16	1,88	0,05	0,16	0,43	1,10	0,24	2,81	2,91	0,15	0,47	0,74	0,02	0,14	2,15	0,18	0,00	0,82	0,33	1,45	0,09	51,98	12 361	5 299	31 183	4,31	1
GO	Sul Goiano	Ouvidor	21,84	7,46	1,29	0,40	0,00	0,00	0,34	0,52	0,00	0,61	3,18	0,11	0,16	0,00	0,47	1,14	1,71	1,01	0,32	3,52	0,48	1,57	0,34	53,52	3 698	2 513	35 931	4,17	1
GO	Sul Goiano	Palestina de Goiás	31,65	1,45	0,77	0,71	0,00	0,37	0,00	0,34	0,00	0,48	1,56	0,27	0,39	0,00	0,00	0,00	2,73	0,00	0,00	3,32	0,00	2,09	0,00	53,87	3 156	1 590	23 891	3,07	1
GO	Sul Goiano	Palmeiras de Goiás	21,50	7,57	1,05	2,65	0,10	0,37	0,69	1,54	0,00	3,26	5,44	0,60	0,42	0,19	0,30	0,36	2,08	0,05	0,13	1,11	0,24	2,70	0,08	47,54	16 543	11 102	41 669	4,05	1
GO	Sul Goiano	Palmelo	11,85	5,39	0,72	1,54	0,00	0,47	0,00	1,41	0,00	2,56	4,99	0,73	1,10	1,22	0,00	1,20	4,60	0,00	0,90	3,28	1,30	2,32	0,00	54,42	1 964	1 821	26 212	3,98	1
GO	Sul Goiano	Palminópolis	31,05	5,22	0,25	0,38	0,00	0,20	0,10	1,73	0,00	2,32	1,33	0,13	0,09	0,78	0,13	0,23	1,10	0,44	0,00	0,39	0,00	1,11	0,00	53,02	3 618	1 891	31 066	3,70	1
GO	Sul Goiano	Panamá	28,15	0,84	0,44	0,52	0,00	0,00	0,29	0,42	0,00	0,71	0,82	0,12	0,23	0,00	0,00	1,32	1,03	0,00	0,00	3,20	1,45	2,39	0,00	58,07	2 501	1 501	38 560	4,60	1
GO	Sul Goiano	Paranaiguara	15,51	4,30	0,70	4,12	0,31	0,05	0,46	1,07	0,14	3,89	4,84	0,86	0,17	0,48	0,33	0,61	1,66	0,49	0,00	1,16	0,21	2,97	0,00	55,66	7 430	6 400	37 154	3,83	1
GO	Sul Goiano	Paraúna	23,14	4,18	0,53	1,92	0,15	0,99	0,50	1,54	0,07	2,78	2,82	0,35	0,33	0,31	0,14	0,18	1,77	0,20	0,17	2,10	0,08	1,18	0,23	54,37	9 778	6 737	36 894	3,49	1
GO	Sul Goiano	Piracanjuba	21,90	6,37	0,55	2,20	0,36	0,05	0,33	1,53	0,11	2,84	3,55	0,45	0,23	0,60	0,24	0,39	2,77	0,41	0,15	0,89	0,41	2,53	0,23	50,93	25 095	15 613	43 204	4,22	1
GO	Sul Goiano	Pires do Rio	9,69	7,81	0,86	3,52	0,59	0,72	0,59	3,52	0,47	4,69	4,09	0,54	0,76	0,45	0,21	0,28	2,35	0,35	0,18	1,76	1,52	3,46	0,07	51,50	22 003	20 409	50 240	4,45	2
GO	Sul Goiano	Pontalina	23,39	5,51	1,01	2,84	0,29	0,70	0,38	1,10	0,00	3,88	5,35	0,56	0,28	0,49	0,75	0,64	2,26	0,65	0,08	0,85	0,44	2,43	0,09	46,04	15 106	11 058	40 374	3,89	2
GO	Sul Goiano	Portelândia	24,78	7,02	0,82	2,02	0,00	0,00	0,00	3,57	0,00	0,84	3,82	0,29	0,00	0,00	0,00	0,80	2,80	0,31	0,20	0,35	1,25	2,07	0,00	49,04	2 993	2 220	28 144	2,90	1
GO	Sul Goiano	Quirinópolis	17,53	7,10	0,95	4,74	0,38	0,22	0,52	2,17	0,31	4,42	5,47	0,91	0,33	0,63	0,07	0,52	2,40	0,26	0,11	1,10	0,37	2,76	0,10	46,63	34 025	26 405	44 560	4,14	2
GO	Sul Goiano	Rio Quente	14,43	5,89	1,27	2,03	0,00	0,00	0,00	0,75	1,21	5,64	1,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,02	0,00	1,00	0,84	0,60	4,68	0,00	58,42	821	464	30 848	3,53	1
GO	Sul Goiano	Rio Verde	13,48	7,23	0,91	4,86	0,71	0,35	0,72	2,57	0,38	5,06	4,92	0,84	0,71	1,01	0,48	0,38	2,07	0,36	0,13	1,03	0,45	3,15	0,15	48,05	95 317	83 296	46.769	4,17	4
GO	Sul Goiano	Santa Cruz de Goiás	34,11	1,72	0,51	0,00	0,00	0,31	0,00	1,63	0,00	1,83	2,34	0,00	0,39	0,00	0,50	0,26	1,66	0,00	0,00	2,17	0,33	1,37	0,00	50,88	3 192	819	30 439	3,39	1
GO	Sul Goiano	Santa Helena de Goiás	16,79	8,69	0,63	4,20	0,57	0,56	0,47	2,26	0,28	4,22	5,49	0,41	0,48	0,52	0,07	0,07	1,97	0,28	0,15	0,34	0,45	2,87	0,16	48,06	32 850	29 144	43 672	3,79	1
GO	Sul Goiano	Santa Rita do Araguaia	13,29	4,97	1,10	3,21	0,00	0,77	0,67	1,65	0,26	5,25	5,18	0,68	0,88	0,35	0,15	0,42	2,30	0,62	0,54	1,12	0,87	3,30	0,08	52,34	4 508	3 934	58 780	3,79	1
GO	Sul Goiano	São João d'Aliança	27,26	3,89	0,37	2,48	0,27	0,00	0,00	1,03	0,57	2,72	1,86	0,13	0,43	0,00	0,08	0,39	1,88	0,26	0,07	1,19	0,00	1,66	1,06	52,43	5 009	2 417	26 312	3,30	1
GO	Sul Goiano	São Miguel do Araguaia	16,70	4,94	0,73	2,92	0,70	0,31	0,38	1,78	0,24	3,99	4,11	0,69	0,54	0,54	0,44	0,43	2,24	0,60	0,03	0,72	0,60	2,63	0,00	53,71	18 984	15 472	33 598	3,64	1
GO	Sul Goiano	São Simão	15,76	4,49	1,88	3,77	0,41	0,44	0,54	1,54	0,11	3,64	5,66	0,49	0,47	0,00	0,08	0,54	2,21	0,17	0,39	0,73	0,16	4,09	0,35	52,09	11 015	10 530	29 203	3,48	1
GO	Sul Goiano	Serranópolis	31,51	6,79	0,45	1,31	0,12	0,18	0,29	1,26	0,00	2,47	2,49	0,25	0,11	0,17	0,24	0,27	1,72	0,00	0,08	0,96	0,44	2,97	0,00	45,91	7 785	4 073	44 048	3,52	1
GO	Sul Goiano	Silvânia	25,73	8,23	0,18	1,80	0,14	0,03	0,50	1,51	0,08	1,40	4,22	0,33	0,33	0,05	0,00	0,19	1,35	0,49	0,07	0,65	0,06	2,36	0,12	50,19	17 914	8 134	41 202	4,12	1
GO	Sul Goiano	Três Ranchos	11,10	10,25	1,71	0,74	0,00	0,22	0,00	1,91	0,36	4,28	3,78	0,00	0,38	0,00	0,00	0,28	2,26	0,27	0,00	2,45	0,49	1,88	0,61	57,05	2 214	1 268	27 538	4,22	1
GO	Sul Goiano	Turvelândia	30,82	0,98	0,88	0,47	0,00	0,00	0,50	3,90	0,00	1,65	2,34	0,00	0,00	0,00	0,41	0,00	2,50	0,00	0,00	2,11	0,00	1,80	0,27	51,38	2 404	1 234	34 375	3,05	1
GO	Sul Goiano	Urutaí	23,47	5,96	1,18	0,75	0,17	0,26	0,71	0,95	0,00	0,69	8,73	0,00	0,50	0,23	0,00	0,18	4,33	0,48	0,47	4,28	0,13	1,27	0,00	45,24	2 778	1 980	35.797	4,40	1
GO	Sul Goiano	Varjão	24,17	4,21	0,84	0,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,90	1,42	0,23	0,16	0,66	0,00	0,63	2,42	0,00	0,00	1,72	0,38	0,52	0,00	60,81	3 424	1 911	26 141	3,30	1
GO	Sul Goiano	Vianópolis	22,10	6,69	0,69	2,72	0,00	0,07	0,51	2,08	0,19	2,19	4,71	0,19	0,28	0,35	0,74	0,28	2,18	0,13	0,36	0,95	0,12	2,22	0,23	50,04	8 914	5 015	32 961	3,94	1
GO	Sul Goiano	Vicentinópolis	24,08	4,76	0,56	1,41	0,11	0,25	0,14	2,11	0,00	2,43	0,59	0,12	0,25	0,15	0,00	0,24	1,94	0,13	0,15	1,29	0,39	1,56	0,20	57,14	5 133	3 477	47.101	3,44	1
DF	Brasília	Brasília	1,37	6,58	0,96	5,01	0,82	0,55	1,94	3,04	0,81	6,93	5,73	1,36	0,87	0,76	1,00	1,81	2,66	4,19	1,21	0,09	2,88	2,47	0,52	46,46	1 503	327	110 860	6,11	7

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 1991)

Código	Nome
A	Agropecuária e Ext Mineral
B	Indústria Transformação e Const Civil
C	Serviços Industriais de Utilidade Pública
D	Ocupações do Comércio em Geral
E	Ocupações do Comércio de Maq e Veículos
F	Ocupações de Lojas Dep e Supermercados
G	Ocupações em Bancos
H	Ocupações nos Transp e Comum
I	Ocupações Tec e Adm em Serviços Gerais
J	Trabalhadores em Serviços Gerais
K	Serviços Domésticos
L	Ocupações em Serviços Técnico-Profissionais
M	Ocupações em Serviços Sociais
N	Ocupações em Serviços Saúde Part
O	Ocupações em Serviços Ensino Particular
P	Ocupações em Serviços Saúde Púb
Q	Ocupações em Serviços Ensino Púb
R	Ocupações Téc e Adm em Ativ Púb Fed e Est
S	Trabalhadores em Ativ Púb Fed e Est
T	Ocupações em Ativ Púb Mun ou Autarquia
U	Ocupações em Ativ Seg Púb
V	Outros Proprietários
Z	Outras Atividades
X	PIA sem Ocupação

TABELA A.6
MESORREGIÕES DA REGIÃO CENTRO-OESTE – CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS URBANOS (1991)

UF	Mesorregiões	Município	População		% Domicílios Urbanos Particulares Permanentes com						
			Total	Urbana	Rede Água	Rede Esg	Fossa Sep.	Lixo Col.	Energ. Elet.	TV Cor	Freezer
MS	Pantanal Sul Mato-grossense	Anastácio	19.254	14.340	86	5,80	1,30	86,20	91,10	26,50	11,70
MS	Pantanal Sul Mato-grossense	Aquidauana	38.700	29.131	89	7,80	4,50	72,10	92,70	40,10	15,80
MS	Pantanal Sul Mato-grossense	Corumbá	86.921	76.113	97	0,00	10,30	75,50	96,60	47,80	13,00
MS	Pantanal Sul Mato-grossense	Dois Irmãos do Buriti	8.721	3.908	88	0,00	0,00	16,50	87,70	19,20	10,40
MS	Pantanal Sul Mato-grossense	Ladário	11.954	11.033	98	1,30	0,40	77,80	97,20	46,30	7,60
MS	Pantanal Sul Mato-grossense	Miranda	20.005	10.660	98	0,00	0,00	80,20	94,00	32,50	12,70
MS	Pantanal Sul Mato-grossense	Porto Murtinho	12.634	6.107	100	25,10	0,20	90,90	96,40	40,50	15,80
MS	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Bandeirantes	6.158	4.077	95	0,00	7,50	96,50	92,70	25,80	10,70
MS	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Camapuã	15.408	9.410	97	41,40	2,80	57,90	86,90	36,90	14,90
MS	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Campo Grande	522.648	515.397	89	20,20	2,40	93,20	98,90	56,60	17,40
MS	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Corguinho	3.677	1.053	90	0,00	0,00	85,60	98,20	36,20	18,80
MS	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Coxim	33.190	23.300	95	3,20	0,70	35,50	96,70	31,80	16,30
MS	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Jandaia	6.450	3.513	96	0,00	4,70	63,10	97,90	38,10	18,90
MS	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Pedro Gomes	8.267	5.987	92	0,00	3,50	75,90	91,70	32,70	14,70
MS	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Rio Negro	5.534	3.555	96	0,00	4,50	45,70	91,70	28,80	7,20
MS	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Rio Verde de Mato Grosso	14.950	12.236	96	0,00	0,40	70,10	96,20	33,80	14,90
MS	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Rochedo	3.499	1.388	96	0,00	0,00	95,00	94,70	18,20	23,50
MS	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	São Gabriel do Oeste	11.754	8.693	96	0,00	0,00	85,20	97,30	46,10	26,40
MS	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Sidrolândia	16.113	10.653	94	0,00	0,40	82,40	93,80	32,70	20,30
MS	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Sonora	5.695	4.790	97	0,00	0,00	67,80	93,50	24,90	9,30
MS	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Terenos	9.960	4.731	99	0,00	0,00	94,30	96,00	35,20	8,90
MS	Leste de Mato Grosso do Sul	Água Clara	5.733	2.191	98	0,00	0,00	97,50	83,60	30,60	17,20
MS	Leste de Mato Grosso do Sul	Anaurilândia	7.270	3.167	100	0,00	0,00	98,40	97,80	29,40	18,10
MS	Leste de Mato Grosso do Sul	Aparecida do Taboado	15.071	11.712	96	12,50	0,00	64,50	97,10	42,40	14,40
MS	Leste de Mato Grosso do Sul	Bataguassu	11.370	8.398	86	0,00	0,20	85,30	95,10	33,40	12,70
MS	Leste de Mato Grosso do Sul	Bataiporã	7.960	3.598	96	0,00	0,00	99,00	97,00	32,90	16,70
MS	Leste de Mato Grosso do Sul	Brasilândia	10.183	4.833	93	0,00	0,50	89,10	99,10	37,80	11,70
MS	Leste de Mato Grosso do Sul	Cassilândia	17.658	14.852	96	0,00	0,20	93,00	96,00	47,90	19,10
MS	Leste de Mato Grosso do Sul	Chapadão do Sul	5.294	2.309	99	0,00	0,00	99,30	100,00	65,30	31,80
MS	Leste de Mato Grosso do Sul	Costa Rica	13.848	8.971	80	0,00	0,20	79,30	94,00	38,30	16,90
MS	Leste de Mato Grosso do Sul	Inocência	6.249	2.986	81	0,00	0,00	85,00	96,60	40,70	22,90
MS	Leste de Mato Grosso do Sul	Nova Andradina	29.656	22.150	100	0,00	0,00	98,80	98,90	42,80	20,30
MS	Leste de Mato Grosso do Sul	Paranaíba	37.473	28.335	94	29,70	1,30	87,60	94,90	41,20	17,20
MS	Leste de Mato Grosso do Sul	Ribas do Rio Pardo	10.713	5.423	92	0,00	1,00	92,70	87,60	31,60	12,50
MS	Leste de Mato Grosso do Sul	Santa Rita do Pardo	4.966	2.272	95	0,00	0,00	80,70	96,00	19,30	16,60
MS	Leste de Mato Grosso do Sul	Selvíria	5.584	3.611	95	0,00	0,00	82,90	96,80	23,00	6,60
MS	Leste de Mato Grosso do Sul	Taquarussu	4.476	2.398	98	0,00	0,00	76,80	96,70	21,70	8,60
MS	Leste de Mato Grosso do Sul	Três Lagoas	67.271	61.011	98	15,50	0,80	93,30	99,10	50,70	17,10
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Amambaí	25.747	15.101	97	0,00	0,40	94,40	96,80	48,40	24,80
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Angélica	8.813	6.371	81	0,00	0,00	72,70	93,00	25,40	14,00
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Antônio João	6.615	5.473	89	0,00	39,00	78,10	85,50	18,10	13,40
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Aral Moreira	7.986	2.949	99	0,00	0,00	93,00	95,90	37,00	19,80
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Bela Vista	18.964	15.981	86	0,00	11,10	77,10	85,10	34,80	16,70
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Bodoquena	6.854	4.111	96	0,00	0,00	74,30	89,00	25,50	10,80

Continua

TABELA A.6
MESORREGIÕES DA REGIÃO CENTRO-OESTE – CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS URBANOS (1991)

Continuação

UF	Mesorregiões	Município	População		% Domicílios Urbanos Particulares Permanentes com						
			Total	Urbana	Rede Água	Rede Esg	Fossa Sep.	Lixo Col.	Energ. Elet.	TV Cor	Freezer
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Bonito	14.742	9.901	94	38,40	1,30	70,90	97,20	33,00	16,60
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Caarapó	22.360	14.230	96	0,00	3,20	72,00	96,20	37,50	15,40
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Caracol	3.904	1.883	100	0,00	0,00	0,00	85,40	19,40	10,00
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Coronel Sapucaia	11.586	5.777	94	0,00	0,80	91,00	96,40	40,80	19,80
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Deodápolis	13.703	8.910	92	0,00	0,00	71,70	93,80	26,80	10,10
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Douradina	4.741	2.487	91	0,00	0,00	78,80	97,40	32,60	20,20
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Dourados	134.881	122.010	92	8,20	1,00	91,30	99,30	47,40	19,40
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Eldorado	10.961	7.420	98	0,00	0,00	52,50	94,50	35,00	13,10
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Fátima do Sul	22.086	16.884	97	0,00	2,80	87,20	99,30	39,70	17,40
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Glória de Dourados	11.809	7.917	96	0,00	0,00	84,30	98,40	41,00	18,60
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Guia Lopes da Laguna	9.137	7.028	76	0,00	42,10	62,00	88,70	24,80	19,10
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Iguatemi	11.011	6.919	97	0,00	0,00	88,00	95,30	30,20	16,40
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Itaporã	15.922	9.958	90	4,90	0,00	90,40	95,30	36,80	17,90
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Itaquiraí	12.505	5.205	89	0,00	0,60	82,40	90,20	26,20	12,60
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Ivinhema	31.545	14.753	95	0,00	0,00	73,50	98,70	32,30	10,20
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Jardim	18.820	17.096	93	0,00	7,90	75,20	95,00	39,90	19,90
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Jateí	4.953	1.314	100	0,00	0,00	100,00	86,60	43,60	24,80
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Juti	5.171	3.064	100	0,00	0,00	78,00	87,80	18,80	9,90
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Maracaju	22.757	17.230	92	0,00	0,40	90,50	97,00	41,30	25,60
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Mundo Novo	22.234	15.636	96	0,00	0,00	42,80	98,60	38,60	13,00
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Naviraí	30.383	25.096	98	0,00	0,00	83,70	97,20	37,80	12,50
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Nioaque	11.048	4.769	82	0,00	52,10	52,60	90,40	36,10	17,80
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Paranhos	9.454	5.766	90	0,00	0,00	24,40	84,60	17,90	12,00
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Ponta Porã	54.894	46.522	88	4,50	0,20	86,40	94,70	48,50	16,90
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Rio Brilhante	22.078	14.533	91	0,00	0,00	91,40	97,20	38,70	21,80
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Sete Quedas	14.503	8.491	93	0,00	0,00	78,20	94,30	34,60	16,80
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Tacuru	6.911	3.338	97	0,00	1,00	22,80	92,30	29,40	10,80
MS	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Vicentina	7.245	3.611	95	0,00	0,00	81,70	93,70	28,30	14,60
MT	Norte Mato-grossense	Alta Floresta	66.347	37.217	16	0,00	0,70	80,50	82,50	40,00	10,40
MT	Norte Mato-grossense	Apiacás	5.772	4.452	0	0,00	15,70	79,60	64,80	31,60	12,00
MT	Norte Mato-grossense	Aripuanã	12.737	4.400	80	0,00	0,30	40,30	82,80	28,40	14,20
MT	Norte Mato-grossense	Brasnorte	6.536	3.624	76	0,00	0,00	21,60	78,30	23,70	16,40
MT	Norte Mato-grossense	Campo Novo do Parecis	5.961	2.123	98	0,00	0,90	93,80	90,30	49,10	22,30
MT	Norte Mato-grossense	Castanheira	8.319	3.622	0	0,00	0,00	33,20	64,90	15,90	10,50
MT	Norte Mato-grossense	Cláudia	8.829	3.589	86	0,00	6,60	84,40	89,70	33,50	26,80
MT	Norte Mato-grossense	Colíder	30.713	15.548	40	0,00	0,40	68,90	93,90	35,20	12,90
MT	Norte Mato-grossense	Comodoro	8.803	4.890	72	0,00	1,40	51,90	82,60	33,80	11,50
MT	Norte Mato-grossense	Diamantino	15.698	12.419	86	0,00	0,20	68,40	94,80	41,10	19,90
MT	Norte Mato-grossense	Guarantã do Norte	21.452	10.960	41	0,00	0,10	34,60	80,00	30,00	13,60
MT	Norte Mato-grossense	Itaúba	6.399	1.989	89	0,00	14,40	63,70	93,80	37,50	18,50
MT	Norte Mato-grossense	Juara	21.422	14.864	60	0,00	1,90	42,90	76,60	24,20	11,80
MT	Norte Mato-grossense	Juína	36.332	25.666	11	0,00	39,90	20,50	68,70	28,00	9,20
MT	Norte Mato-grossense	Juruena	5.787	2.660	0	0,00	2,00	79,20	80,70	31,10	32,10
MT	Norte Mato-grossense	Lucas do Rio Verde	6.563	4.312	97	0,00	0,80	71,20	80,20	40,90	32,10

Continua

TABELA A.6
MESORREGIÕES DA REGIÃO CENTRO-OESTE – CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS URBANOS (1991)

Continuação

UF	Mesorregiões	Município	População		% Domicílios Urbanos Particulares Permanentes com						
			Total	Urbana	Rede Água	Rede Esg	Fossa Sep.	Lixo Col.	Energ. Elet.	TV Cor	Freezer
MT	Norte Mato-grossense	Marcelândia	7.564	4.154	0	0,00	0,40	57,20	80,60	24,90	10,30
MT	Norte Mato-grossense	Matupá	9.302	7.008	23	0,00	0,50	89,50	91,70	44,40	16,70
MT	Norte Mato-grossense	Nobres	14.895	10.575	86	0,00	39,80	61,40	86,70	27,20	12,00
MT	Norte Mato-grossense	Nova Brasilândia	9.455	4.889	69	0,00	0,00	24,70	60,40	13,40	6,50
MT	Norte Mato-grossense	Nova Canaã do Norte	13.650	5.073	0	0,00	13,70	23,70	49,70	16,10	13,30
MT	Norte Mato-grossense	Nova Mutum	5.405	2.059	97	0,00	0,00	82,30	82,10	48,80	26,90
MT	Norte Mato-grossense	Novo Horizonte do Norte	4.225	1.243	0	0,00	0,00	25,10	61,00	20,60	8,00
MT	Norte Mato-grossense	Paranaíta	11.093	6.602	50	0,00	14,10	86,90	92,90	30,50	18,70
MT	Norte Mato-grossense	Paranatinga	18.161	9.582	70	0,00	10,60	30,30	80,40	29,70	18,50
MT	Norte Mato-grossense	Peixoto de Azevedo	32.115	31.337	0	0,00	0,90	73,20	74,90	29,50	7,50
MT	Norte Mato-grossense	Porto dos Gaúchos	5.829	3.126	67	0,00	0,00	60,80	73,40	26,30	10,20
MT	Norte Mato-grossense	São José do Rio Claro	16.260	10.594	73	0,00	2,50	58,40	83,20	32,70	15,40
MT	Norte Mato-grossense	Sinop	37.741	32.683	28	0,00	1,20	73,20	99,30	40,80	18,20
MT	Norte Mato-grossense	Sorriso	15.775	11.171	75	0,00	5,70	82,60	94,90	49,80	32,90
MT	Norte Mato-grossense	Tapurah	6.763	1.224	62	0,00	1,50	0,00	91,30	44,70	36,70
MT	Norte Mato-grossense	Terra Nova do Norte	22.213	7.814	40	0,00	0,40	45,60	70,60	28,80	14,70
MT	Norte Mato-grossense	Vera	10.307	3.140	38	0,00	0,00	61,40	91,70	29,30	17,80
MT	Nordeste Mato-grossense	Água Boa	16.299	7.395	95	0,00	2,50	84,20	86,40	36,00	22,50
MT	Nordeste Mato-grossense	Araguaiana	3.363	1.978	83	0,00	1,20	61,90	83,60	29,70	14,30
MT	Nordeste Mato-grossense	Barra do Garças	45.419	41.453	92	22,00	4,80	59,00	93,30	47,30	17,00
MT	Nordeste Mato-grossense	Campinápolis	11.745	4.458	34	0,00	0,00	1,90	65,60	23,30	6,90
MT	Nordeste Mato-grossense	Canarana	11.827	6.611	58	0,00	5,60	73,20	93,30	39,80	33,40
MT	Nordeste Mato-grossense	Cocalinho	5.348	2.408	19	0,00	0,00	59,80	73,70	23,10	16,90
MT	Nordeste Mato-grossense	Luciara	5.522	2.971	48	0,00	21,90	20,60	61,00	24,80	17,50
MT	Nordeste Mato-grossense	Nova Xavantina	18.235	13.119	86	0,00	0,00	60,70	81,80	37,90	12,40
MT	Nordeste Mato-grossense	Novo São Joaquim	7.140	2.567	71	0,00	0,00	46,70	57,40	20,00	2,90
MT	Nordeste Mato-grossense	Porto Alegre do Norte	10.151	5.068	63	0,00	25,00	0,00	53,80	17,20	3,40
MT	Nordeste Mato-grossense	Ribeirão Cascalheira	8.474	3.487	62	0,00	0,00	0,00	67,10	21,60	8,30
MT	Nordeste Mato-grossense	Santa Terezinha	8.783	2.620	77	0,00	6,80	6,80	61,40	9,80	6,30
MT	Nordeste Mato-grossense	São Félix do Araguaia	14.610	5.631	63	0,00	1,30	75,30	80,80	36,00	7,10
MT	Nordeste Mato-grossense	Vila Rica	9.319	4.510	0	0,00	18,50	36,30	63,20	21,00	18,00
MT	Sudeste Mato-grossense	Araputanga	12.440	7.207	99	0,00	0,30	87,80	97,30	32,40	12,10
MT	Sudeste Mato-grossense	Barra do Bugres	22.108	15.126	58	0,00	44,80	57,80	88,20	31,30	9,90
MT	Sudeste Mato-grossense	Denise	4.785	3.672	98	0,00	51,30	77,50	100,00	34,60	11,00
MT	Sudeste Mato-grossense	Figueirópolis d'Oeste	5.333	1.727	86	0,00	0,00	63,60	93,00	32,20	12,90
MT	Sudeste Mato-grossense	Indiavaí	1.999	1.035	91	0,00	0,00	57,90	92,90	21,40	13,10
MT	Sudeste Mato-grossense	Jauru	13.190	5.618	73	0,00	0,00	26,00	87,80	32,60	4,70
MT	Sudeste Mato-grossense	Mirassol d'Oeste	25.621	20.711	37	0,00	0,80	56,40	87,90	33,50	11,80
MT	Sudeste Mato-grossense	Nova Olímpia	6.372	5.006	55	0,00	0,00	80,00	89,70	24,50	8,40
MT	Sudeste Mato-grossense	Pontes e Lacerda	34.350	21.657	63	0,00	0,60	49,40	91,80	33,10	12,60
MT	Sudeste Mato-grossense	Porto Esperidião	8.518	2.159	84	0,00	0,00	34,30	75,90	24,10	14,20
MT	Sudeste Mato-grossense	Reserva do Cabaçal	3.183	1.825	89	0,00	0,00	8,20	80,00	15,50	2,40
MT	Sudeste Mato-grossense	Rio Branco	11.631	5.013	82	0,00	0,00	20,80	84,50	23,70	10,40
MT	Sudeste Mato-grossense	Salto do Céu	7.386	2.568	82	0,00	0,00	7,00	78,30	18,30	1,60

Continua

TABELA A.6
MESORREGIÕES DA REGIÃO CENTRO-OESTE – CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS URBANOS (1991)

Continuação

UF	Mesorregiões	Município	População		% Domicílios Urbanos Particulares Permanentes com						
			Total	Urbana	Rede Água	Rede Esg	Fossa Sep.	Lixo Col.	Energ. Elet.	TV Cor	Freezer
MT	Sudeste Mato-grossense	São José dos Quatro Marc	21.706	13.982	82	0,00	0,10	64,20	92,70	34,70	13,10
MT	Sudeste Mato-grossense	Tangará da Serra	39.396	31.710	78	0,00	8,00	77,60	92,30	41,60	12,70
MT	Sudeste Mato-grossense	Vila Bela da Santíssima	13.201	3.985	56	0,00	0,00	31,50	62,10	17,30	4,60
MT	Centro Mato-grossense	Acorizal	5.293	2.848	85	0,00	2,50	8,90	76,50	17,30	6,70
MT	Centro Mato-grossense	Alto Paraguai	13.774	9.771	78	0,00	0,20	24,10	71,50	26,80	6,20
MT	Centro Mato-grossense	Arenápolis	18.945	15.923	67	0,00	12,20	55,50	91,00	28,90	10,70
MT	Centro Mato-grossense	Barão de Melgaço	9.792	3.173	86	0,00	48,80	53,00	70,00	18,70	15,40
MT	Centro Mato-grossense	Cáceres	77.072	54.132	80	4,90	12,90	53,30	91,90	33,40	10,70
MT	Centro Mato-grossense	Chapada dos Guimarães	12.714	5.075	93	0,00	9,50	78,70	85,00	33,10	15,50
MT	Centro Mato-grossense	Cuiabá	398.848	391.699	96	17,20	49,20	88,20	98,20	53,10	18,20
MT	Centro Mato-grossense	Jaraguá	28.041	15.492	77	0,00	0,90	48,90	95,50	35,70	9,60
MT	Centro Mato-grossense	Nortelândia	10.001	9.111	92	0,00	28,80	44,50	98,60	36,50	9,40
MT	Centro Mato-grossense	Nossa Senhora do Livramento	10.412	3.405	62	0,00	12,00	24,30	76,60	20,40	7,60
MT	Centro Mato-grossense	Poconé	29.679	21.280	76	0,00	0,70	53,70	80,50	27,80	10,90
MT	Centro Mato-grossense	Rosário Oeste	19.703	10.727	89	0,00	2,00	45,50	85,60	29,30	6,90
MT	Centro Mato-grossense	Santo Antônio do Leverge	15.157	4.485	77	0,00	0,00	53,00	90,20	41,80	14,20
MT	Centro Mato-grossense	Várzea Grande	161.046	154.572	83	3,40	27,40	57,60	97,20	35,70	9,40
MT	Sudeste Mato-grossense	Alto Araguaia	9.848	7.854	91	0,00	5,60	77,10	95,60	50,10	23,70
MT	Sudeste Mato-grossense	Alto Garças	8.148	6.884	84	0,00	3,30	65,10	91,50	34,70	18,10
MT	Sudeste Mato-grossense	Alto Taquari	2.893	2.068	79	0,00	0,80	53,10	92,90	38,00	25,10
MT	Sudeste Mato-grossense	Araguainha	1.410	1.122	100	0,00	52,00	1,50	79,00	22,90	6,30
MT	Sudeste Mato-grossense	Campo Verde	5.302	2.488	87	0,00	88,60	91,40	93,70	47,00	28,00
MT	Sudeste Mato-grossense	Dom Aquino	8.853	7.019	94	0,00	0,00	47,10	90,60	26,60	7,50
MT	Sudeste Mato-grossense	General Carneiro	4.246	1.999	87	0,00	60,20	29,70	78,10	26,80	8,20
MT	Sudeste Mato-grossense	Guiratinga	14.720	12.244	98	0,00	26,90	56,20	90,80	35,30	13,80
MT	Sudeste Mato-grossense	Itiquira	7.708	2.909	97	0,00	0,00	72,60	88,00	37,40	17,00
MT	Sudeste Mato-grossense	Jaciara	21.772	19.537	88	0,00	0,30	50,70	93,80	37,80	11,60
MT	Sudeste Mato-grossense	Juscimeira	10.865	7.578	88	0,00	0,70	64,80	89,50	24,40	10,80
MT	Sudeste Mato-grossense	Pedra Preta	11.180	7.599	99	0,00	13,40	46,10	95,20	30,10	11,20
MT	Sudeste Mato-grossense	Ponte Branca	3.689	2.714	86	0,00	35,10	12,00	79,70	24,00	19,60
MT	Sudeste Mato-grossense	Poxoréo	23.634	16.323	92	1,00	0,20	42,50	81,40	30,70	7,20
MT	Sudeste Mato-grossense	Primavera do Leste	12.316	9.651	55	0,00	0,20	83,00	94,70	51,40	31,10
MT	Sudeste Mato-grossense	Rondonópolis	125.781	112.248	95	18,70	52,40	73,90	94,70	41,50	16,00
MT	Sudeste Mato-grossense	Tesouro	4.501	3.260	85	0,00	0,50	33,10	89,40	18,10	6,20
MT	Sudeste Mato-grossense	Torixoreu	8.230	5.450	94	9,40	7,60	38,20	92,20	31,10	13,50
GO	Noroeste Goiano	Aragarças	13.561	13.037	67	0,00	11,70	26,40	95,70	33,80	5,60
GO	Noroeste Goiano	Araguapaz	7.325	5.061	56	0,00	0,00	49,20	92,90	25,20	9,90
GO	Noroeste Goiano	Arenópolis	4.139	2.033	81	0,00	23,60	63,00	91,50	34,30	14,90
GO	Noroeste Goiano	Aruanã	4.860	3.546	46	0,00	61,00	42,50	90,80	33,90	15,50
GO	Noroeste Goiano	Baliza	4.018	1.146	75	0,00	0,00	38,20	67,60	20,70	8,30
GO	Noroeste Goiano	Bom Jardim de Goiás	7.945	4.913	73	0,00	0,00	26,60	88,60	27,20	7,30
GO	Noroeste Goiano	Britânia	4.666	3.372	83	0,00	0,00	46,30	99,40	27,60	8,10
GO	Noroeste Goiano	Crixás	22.075	10.074	66	0,00	0,00	39,70	92,00	31,20	12,70
GO	Noroeste Goiano	Diorama	2.630	1.061	89	0,00	0,70	46,50	81,00	19,80	4,40

Continua

TABELA A.6
MESORREGIÕES DA REGIÃO CENTRO-OESTE – CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS URBANOS (1991)

Continuação

UF	Mesorregiões	Município	População		% Domicílios Urbanos Particulares Permanentes com						
			Total	Urbana	Rede Água	Rede Esg	Fossa Sep.	Lixo Col.	Energ. Elet.	TV Cor	Freezer
GO	Noroeste Goiano	Faina	7.852	2.606	53	0,00	0,00	19,30	85,60	28,40	2,30
GO	Noroeste Goiano	Goiás	27.260	19.667	88	0,00	0,10	53,70	97,80	43,00	15,00
GO	Noroeste Goiano	Itapirapuã	8.988	6.212	70	0,00	2,20	32,80	94,60	24,20	7,10
GO	Noroeste Goiano	Jussara	20.752	14.253	81	0,00	0,30	71,30	96,20	36,40	16,90
GO	Noroeste Goiano	Matrinchã	3.859	2.139	0	0,00	0,00	61,70	89,80	24,20	12,60
GO	Noroeste Goiano	Montes Claros de Goiás	8.411	4.733	63	0,00	28,40	48,80	92,50	29,20	12,80
GO	Noroeste Goiano	Mozarlândia	9.909	8.079	68	0,00	0,00	35,60	97,40	33,70	9,20
GO	Noroeste Goiano	Mundo Novo	5.413	3.988	70	0,00	0,00	28,80	89,70	16,90	11,80
GO	Noroeste Goiano	Nova Crixás	11.013	6.268	0	0,00	0,00	24,40	91,90	23,80	8,20
GO	Noroeste Goiano	Novo Planalto	4.370	3.166	0	0,00	0,00	1,00	83,10	15,10	4,80
GO	Noroeste Goiano	Piranhas	12.786	10.144	67	0,00	0,00	38,30	91,90	24,20	6,30
GO	Noroeste Goiano	Santa Fé de Goiás	3.491	1.950	65	0,00	0,00	64,60	88,30	16,80	7,70
GO	Noroeste Goiano	São Miguel do Passa Quatro	2.764	815	0	0,00	0,00	100,00	87,90	17,00	6,30
GO	Norte Goiano	Alto Paraíso de Goiás	4.088	2.311	95	0,00	10,00	0,00	95,00	29,00	7,20
GO	Norte Goiano	Campinaçu	4.483	1.575	67	0,00	0,00	60,60	85,30	20,90	7,30
GO	Norte Goiano	Campinorte	8.238	5.014	63	0,00	0,00	40,60	95,00	26,30	6,00
GO	Norte Goiano	Campos Belos	14.682	11.664	77	0,00	0,00	23,40	85,30	31,40	5,10
GO	Norte Goiano	Campos Verdes	16.632	14.153	0	0,00	0,20	64,60	95,30	34,00	3,20
GO	Norte Goiano	Cavalcante	7.281	2.001	96	0,00	26,10	14,30	86,80	40,70	5,70
GO	Norte Goiano	Colinas do Sul	3.373	1.151	95	0,00	5,70	2,30	74,30	15,80	6,00
GO	Norte Goiano	Estrela do Norte	3.351	2.762	61	0,00	0,00	57,10	99,40	23,80	3,00
GO	Norte Goiano	Formoso	6.096	4.188	82	0,00	0,00	29,80	96,80	28,80	12,20
GO	Norte Goiano	Mara Rosa	20.952	7.561	72	0,00	0,00	52,20	94,50	35,00	6,70
GO	Norte Goiano	Minaçu	31.734	25.690	89	0,00	0,70	38,90	94,70	36,10	10,10
GO	Norte Goiano	Monte Alegre de Goiás	7.918	2.237	86	0,00	0,00	4,60	81,80	25,60	5,00
GO	Norte Goiano	Mutunópolis	4.049	2.558	61	0,00	0,00	28,70	83,00	19,40	6,60
GO	Norte Goiano	Niquelândia	40.464	23.662	84	12,90	0,60	48,10	91,30	24,60	5,40
GO	Norte Goiano	Nova Roma	4.621	1.268	85	0,00	0,00	4,00	75,50	19,40	4,30
GO	Norte Goiano	Porangatu	40.923	31.745	46	0,00	0,00	63,30	93,80	34,90	14,00
GO	Norte Goiano	Santa Tereza de Goiás	5.075	4.064	76	0,00	0,00	45,70	93,20	33,30	6,70
GO	Norte Goiano	Santa Terezinha de Goiás	16.398	11.856	31	0,00	0,00	56,70	94,40	45,70	9,90
GO	Norte Goiano	São João da Paraúna	1.854	1.099	73	0,00	3,10	62,80	95,10	35,80	9,00
GO	Norte Goiano	Teresina de Goiás	1.337	856	100	0,00	0,00	47,70	85,00	40,40	5,70
GO	Norte Goiano	Trombas	6.488	2.048	0	0,00	0,00	3,20	88,30	21,00	4,20
GO	Norte Goiano	Uruaçu	33.880	28.142	40	0,00	0,30	46,40	91,50	36,90	11,30
GO	Centro Goiano	Adelândia	2.304	1.520	0	0,00	0,00	75,50	98,90	22,10	13,40
GO	Centro Goiano	Americano do Brasil	4.840	4.111	70	0,00	0,30	44,40	95,30	22,70	9,10
GO	Centro Goiano	Amorinópolis	4.409	2.325	71	0,00	0,00	34,50	91,30	18,90	7,20
GO	Centro Goiano	Anápolis	237.612	225.540	73	41,40	0,70	58,10	98,70	46,90	12,00
GO	Centro Goiano	Anicuns	18.074	12.012	85	20,40	0,20	83,60	98,60	30,50	9,40
GO	Centro Goiano	Aparecida de Goiânia	174.672	172.354	23	12,70	3,70	37,10	96,00	34,10	6,50
GO	Centro Goiano	Araçu	3.680	2.608	90	0,00	0,00	75,00	97,30	26,90	5,30
GO	Centro Goiano	Aragoiânia	4.894	2.815	51	0,00	19,40	53,30	98,40	31,90	6,80
GO	Centro Goiano	Aurilândia	4.162	2.727	100	0,00	1,20	78,90	99,60	38,40	15,00

Continua

TABELA A.6
MESORREGIÕES DA REGIÃO CENTRO-OESTE – CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS URBANOS (1991)

Continuação

UF	Mesorregiões	Município	População		% Domicílios Urbanos Particulares Permanentes com						
			Total	Urbana	Rede Água	Rede Esg	Fossa Sep.	Lixo Col.	Energ. Elet.	TV Cor	Freezer
GO	Centro Goiano	Avelinópolis	2.287	1.268	79	0,00	0,00	76,50	98,50	34,10	12,70
GO	Centro Goiano	Barro Alto	9.878	3.546	69	0,00	0,00	58,40	91,40	25,90	2,40
GO	Centro Goiano	Bela Vista de Goiás	17.090	9.541	61	0,00	69,80	65,80	98,50	38,20	10,10
GO	Centro Goiano	Bonfinópolis	3.306	2.725	74	0,00	0,00	18,20	96,50	25,10	3,90
GO	Centro Goiano	Brazabrantes	2.267	1.204	55	0,00	0,00	65,50	97,50	40,50	8,20
GO	Centro Goiano	Cachoeira de Goiás	1.399	878	96	0,00	0,00	77,50	96,20	29,20	3,40
GO	Centro Goiano	Carmo do Rio Verde	10.263	4.730	87	0,00	0,60	38,70	92,80	23,10	8,70
GO	Centro Goiano	Caturaí	4.092	2.477	75	0,00	0,00	57,40	100,00	25,40	4,40
GO	Centro Goiano	Ceres	22.387	16.500	94	0,00	5,30	81,10	99,10	47,60	16,00
GO	Centro Goiano	Córrego do Ouro	3.268	1.469	98	0,00	0,00	54,90	96,60	26,40	8,00
GO	Centro Goiano	Damolândia	2.588	1.669	76	0,00	0,00	79,90	96,40	28,00	8,90
GO	Centro Goiano	Fazenda Nova	7.110	3.873	71	0,00	0,00	61,00	90,70	30,90	10,20
GO	Centro Goiano	Firminópolis	9.661	7.058	82	0,00	0,00	61,70	97,00	32,70	12,80
GO	Centro Goiano	Goiandira	5.333	4.234	99	0,00	2,20	79,40	97,30	37,30	11,80
GO	Centro Goiano	Goianésia	43.066	36.255	67	39,10	2,20	69,50	96,20	30,90	7,50
GO	Centro Goiano	Goiânia	916.314	907.658	79	75,10	2,70	93,90	99,80	60,90	18,60
GO	Centro Goiano	Goianira	12.835	10.074	14	0,00	7,90	26,60	94,00	28,80	6,40
GO	Centro Goiano	Guapó	11.703	8.167	66	0,00	60,70	72,20	97,70	34,00	5,20
GO	Centro Goiano	Guarinos	3.698	1.320	93	0,00	0,00	45,20	97,40	23,40	4,50
GO	Centro Goiano	Heitoraí	3.002	1.939	81	0,00	0,00	60,30	100,00	20,80	8,60
GO	Centro Goiano	Hidrolândia	10.153	4.584	54	0,00	2,10	47,30	98,80	37,60	8,80
GO	Centro Goiano	Hidrolina	4.964	2.844	75	0,00	0,00	39,50	96,60	29,70	9,30
GO	Centro Goiano	Inhumas	38.190	32.544	68	33,90	0,00	93,10	98,90	42,40	11,50
GO	Centro Goiano	Ipora	29.578	25.430	54	0,00	0,10	67,80	95,50	35,40	12,30
GO	Centro Goiano	Israelândia	3.352	2.446	76	0,00	0,00	36,10	83,20	20,10	6,40
GO	Centro Goiano	Itaberaí	24.821	17.224	62	5,80	0,90	59,50	97,20	36,00	8,70
GO	Centro Goiano	Itaguari	4.085	3.026	0	0,00	0,00	50,70	93,60	28,10	2,10
GO	Centro Goiano	Itaguaru	6.399	3.889	88	0,00	0,00	51,80	94,50	25,50	4,70
GO	Centro Goiano	Itapaci	12.577	8.286	69	0,00	7,10	41,10	98,30	35,20	8,80
GO	Centro Goiano	Itapuranga	31.023	19.727	78	0,00	0,40	56,30	98,40	32,20	8,20
GO	Centro Goiano	Itauçu	8.651	5.887	89	0,00	0,00	76,10	98,20	31,10	8,70
GO	Centro Goiano	Ivolândia	2.948	1.337	89	0,00	0,00	49,20	82,50	37,90	9,90
GO	Centro Goiano	Jaraguari	4.417	911	100	0,00	1,70	85,80	95,00	26,30	11,30
GO	Centro Goiano	Jaupaci	3.127	2.261	73	0,00	0,00	42,40	85,10	19,20	10,70
GO	Centro Goiano	Leopoldo de Bulhões	7.376	4.103	96	0,00	1,30	41,50	99,30	26,50	6,70
GO	Centro Goiano	Moiporá	2.224	1.229	100	0,00	9,00	39,50	90,50	38,10	2,00
GO	Centro Goiano	Morro Agudo de Goiás	2.514	1.294	76	0,00	0,00	43,40	90,70	15,50	2,30
GO	Centro Goiano	Mossâmedes	8.996	4.789	80	0,00	0,80	22,00	93,40	28,10	5,30
GO	Centro Goiano	Nazário	6.206	4.461	70	0,00	0,00	85,40	98,70	27,80	4,20
GO	Centro Goiano	Nerópolis	12.911	11.291	69	0,00	0,00	69,70	98,60	29,00	6,30
GO	Centro Goiano	Nova América	1.998	1.094	79	0,00	0,00	32,30	89,70	19,10	3,90
GO	Centro Goiano	Nova Glória	8.476	4.918	33	0,00	59,20	19,80	90,60	25,10	4,70
GO	Centro Goiano	Nova Veneza	4.992	3.647	83	0,00	0,00	78,50	99,70	34,90	5,60
GO	Centro Goiano	Novo Brasil	4.789	2.639	59	0,00	0,00	23,30	93,80	27,20	4,30

Continua

TABELA A.6
MESORREGIÕES DA REGIÃO CENTRO-OESTE – CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS URBANOS (1991)

Continuação

UF	Mesorregiões	Município	População		% Domicílios Urbanos Particulares Permanentes com						
			Total	Urbana	Rede Água	Rede Esg	Fossa Sep.	Lixo Col.	Energ. Elet.	TV Cor	Freezer
GO	Centro Goiano	Ouro Verde de Goiás	4.259	2.144	87	0,00	0,00	59,40	93,90	33,10	6,70
GO	Centro Goiano	Petrolina de Goiás	10.692	5.325	83	0,00	0,90	79,00	98,00	30,20	8,80
GO	Centro Goiano	Pilar de Goiás	4.578	1.105	94	0,00	38,10	65,40	95,00	31,50	5,40
GO	Centro Goiano	Rialma	8.835	7.866	91	0,00	0,00	84,70	99,00	41,20	13,10
GO	Centro Goiano	Rianápolis	4.257	3.576	72	0,00	3,10	45,20	89,90	27,30	5,90
GO	Centro Goiano	Rubiataba	16.495	12.403	82	0,00	0,00	45,50	95,90	32,10	8,00
GO	Centro Goiano	Sanclerlândia	7.326	4.911	94	0,00	0,40	42,80	92,10	26,40	9,80
GO	Centro Goiano	Santa Bárbara de Goiás	3.916	3.267	92	0,00	0,60	72,10	98,40	30,20	2,20
GO	Centro Goiano	Santa Isabel	3.876	1.161	86	0,00	3,30	65,40	93,10	32,00	4,90
GO	Centro Goiano	Santa Rosa de Goiás	3.965	2.280	64	0,00	0,00	98,70	99,20	30,70	7,10
GO	Centro Goiano	São Francisco de Goiás	8.022	3.052	75	0,00	6,40	22,30	88,10	27,80	3,30
GO	Centro Goiano	São Luís de Montes Belos	24.844	19.023	85	0,00	0,00	74,00	98,80	35,70	11,30
GO	Centro Goiano	São Luís do Norte	4.146	1.908	0	0,00	0,00	16,70	93,40	20,10	1,60
GO	Centro Goiano	Senador Canedo	21.715	8.723	0	0,00	0,00	3,00	96,70	20,90	4,70
GO	Centro Goiano	Taquaral de Goiás	4.065	2.357	80	0,00	0,00	64,30	98,40	25,60	5,30
GO	Centro Goiano	Trindade	52.779	47.680	40	0,00	5,20	41,50	96,50	33,50	7,80
GO	Centro Goiano	Turvânia	5.346	3.518	92	0,00	0,00	61,40	99,40	28,80	6,40
GO	Centro Goiano	Uruana	13.705	9.345	78	12,00	0,40	49,10	94,30	39,60	11,80
GO	Leste Goiano	Abadiânia	9.319	5.076	77	0,00	0,00	26,50	93,90	28,00	6,00
GO	Leste Goiano	Água Fria de Goiás	3.887	919	92	0,00	0,00	0,00	92,80	13,40	9,30
GO	Leste Goiano	Alexânia	16.384	9.472	66	0,00	0,00	49,70	95,70	32,00	5,80
GO	Leste Goiano	Alvorada do Norte	7.340	5.667	66	0,00	0,00	20,90	88,60	31,70	8,10
GO	Leste Goiano	Cabeceiras	6.437	4.168	70	0,00	0,00	42,00	88,60	19,10	3,20
GO	Leste Goiano	Corumbá de Goiás	19.193	3.792	79	0,00	0,90	53,50	91,40	26,20	8,70
GO	Leste Goiano	Cristalina	24.463	17.435	82	0,00	3,10	66,90	93,10	45,90	9,90
GO	Leste Goiano	Damianópolis	3.666	1.167	78	0,00	0,00	28,90	80,10	12,20	0,00
GO	Leste Goiano	Divinópolis de Goiás	4.988	2.172	96	0,00	1,50	29,60	87,30	24,50	3,40
GO	Leste Goiano	Flores de Goiás	4.905	1.575	79	0,00	0,00	3,70	89,50	18,50	10,50
GO	Leste Goiano	Formosa	62.480	49.211	67	0,00	0,10	44,20	95,60	40,80	10,30
GO	Leste Goiano	Guarani de Goiás	5.576	1.465	78	0,00	0,00	4,70	88,50	10,70	3,80
GO	Leste Goiano	Iaciara	9.565	6.603	45	0,00	0,00	51,00	80,10	18,20	3,50
GO	Leste Goiano	Luziânia	206.787	193.580	51	24,20	3,50	48,70	96,60	47,20	8,00
GO	Leste Goiano	Mambaí	6.923	2.946	90	0,00	0,00	54,90	91,70	14,10	2,20
GO	Leste Goiano	Mimoso de Goiás	3.738	975	92	0,00	0,00	13,40	89,80	13,00	1,90
GO	Leste Goiano	Padre Bernardo	16.316	9.197	59	0,00	0,00	10,90	73,10	21,90	3,70
GO	Leste Goiano	Pirenópolis	24.681	9.182	89	11,90	0,50	59,70	93,10	39,70	12,30
GO	Leste Goiano	Planaltina	40.116	37.414	62	0,00	0,30	1,60	94,00	29,00	3,50
GO	Leste Goiano	Posse	23.321	13.120	96	0,00	1,70	43,40	81,10	29,60	4,10
GO	Leste Goiano	Santo Antônio do Descoberto	35.391	28.599	57	0,00	5,70	59,20	92,90	23,70	2,90
GO	Leste Goiano	São Domingos	10.163	3.529	69	0,00	0,00	23,30	82,00	23,80	5,80
GO	Leste Goiano	Simolândia	5.578	4.306	0	0,00	0,80	6,90	96,70	7,30	4,00
GO	Leste Goiano	Sítio d'Abadia	2.739	482	80	0,00	0,00	0,00	76,00	29,00	17,00
GO	Sul Goiano	Acreúna	14.036	11.526	43	0,00	0,00	59,80	97,80	35,70	10,90
GO	Sul Goiano	Água Limpa	1.937	1.171	84	0,00	0,00	89,60	98,50	22,10	8,00

Continua

TABELA A.6
MESORREGIÕES DA REGIÃO CENTRO-OESTE – CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS URBANOS (1991)

Continuação

UF	Mesorregiões	Município	População		% Domicílios Urbanos Particulares Permanentes com						
			Total	Urbana	Rede Água	Rede Esg	Fossa Sep.	Lixo Col.	Energ. Elet.	TV Cor	Freezer
GO	Sul Goiano	Aloândia	1.984	1.451	75	0,00	54,70	68,50	94,60	15,00	8,00
GO	Sul Goiano	Anhanguera	845	755	88	0,00	0,00	31,30	100,00	19,50	12,80
GO	Sul Goiano	Aporé	4.762	1.555	91	0,00	0,00	70,40	85,60	28,40	9,30
GO	Sul Goiano	Bom Jesus de Goiás	13.720	11.687	61	0,00	0,00	52,90	97,60	33,80	18,80
GO	Sul Goiano	Buriti Alegre	8.562	7.167	89	20,00	0,00	66,20	97,90	40,90	11,00
GO	Sul Goiano	Cachoeira Alta	8.482	4.387	88	62,10	0,00	54,80	99,20	39,30	14,90
GO	Sul Goiano	Cachoeira Dourada	8.470	3.703	44	8,80	0,00	31,20	100,00	32,20	9,20
GO	Sul Goiano	Caçu	11.101	7.902	93	0,00	1,40	65,70	97,00	40,20	16,60
GO	Sul Goiano	Caiapônia	13.696	9.468	96	0,00	1,10	29,20	94,60	36,60	15,00
GO	Sul Goiano	Caldas Novas	23.610	20.704	55	41,30	1,50	81,70	96,90	48,60	13,00
GO	Sul Goiano	Campestre de Goiás	2.304	1.399	82	0,00	0,00	89,80	98,90	24,80	11,80
GO	Sul Goiano	Campo Alegre de Goiás	4.488	2.063	92	0,00	0,00	87,10	100,00	22,60	15,30
GO	Sul Goiano	Catalão	54.118	46.771	94	32,30	2,40	78,50	98,90	45,30	12,30
GO	Sul Goiano	Cezarina	5.634	2.752	98	0,00	0,00	90,10	99,70	17,00	6,70
GO	Sul Goiano	Corumbaíba	5.482	3.261	63	0,00	0,00	52,30	97,40	34,90	13,20
GO	Sul Goiano	Cristianópolis	2.336	1.745	93	0,00	0,00	72,50	97,90	33,90	8,60
GO	Sul Goiano	Cromínia	3 400	2.228	88	0,00	0,00	76,00	95,00	34,10	15,60
GO	Sul Goiano	Cumari	2.851	2.080	94	0,00	4,40	94,20	97,80	26,70	13,20
GO	Sul Goiano	Davinópolis	2.097	925	94	0,00	0,00	0,00	94,00	27,30	9,70
GO	Sul Goiano	Doverlândia	9.674	4.996	95	0,00	0,00	41,90	95,10	34,60	10,30
GO	Sul Goiano	Edealina	4.001	2.161	0	0,00	0,00	71,80	91,50	28,30	12,10
GO	Sul Goiano	Edéia	8.867	6.995	0	0,00	1,40	41,00	96,00	33,70	14,80
GO	Sul Goiano	Goianápolis	10.437	8.446	41	0,00	0,00	17,60	89,60	21,70	4,20
GO	Sul Goiano	Goiatuba	32.230	27.535	67	12,70	1,20	69,30	97,20	44,10	13,10
GO	Sul Goiano	Gouvelândia	4.104	2.420	91	0,00	2,00	68,50	96,10	19,20	9,40
GO	Sul Goiano	Indiara	9.810	6.709	80	0,00	65,40	31,70	95,90	26,70	7,50
GO	Sul Goiano	Ipameri	20.655	16.765	86	0,00	2,10	76,90	96,60	38,80	10,50
GO	Sul Goiano	Itajá	6.022	3.449	88	32,60	0,60	76,10	94,60	39,10	20,70
GO	Sul Goiano	Itarumã	5.604	2.754	68	0,00	2,70	54,50	93,60	25,70	18,00
GO	Sul Goiano	Itumbiara	78.701	71.575	75	35,20	2,80	68,50	98,80	47,00	16,20
GO	Sul Goiano	Jangada	5.227	2.122	87	0,00	0,00	0,00	85,10	29,80	7,70
GO	Sul Goiano	Jataí	65.169	55.106	71	35,40	0,40	61,30	96,60	46,60	19,60
GO	Sul Goiano	Joviânia	6.490	5.182	78	0,00	0,50	52,70	98,90	36,20	18,60
GO	Sul Goiano	Mairipotaba	2.658	1.326	97	0,00	1,80	72,80	99,40	37,00	15,40
GO	Sul Goiano	Marzagão	1.389	1.131	100	0,00	0,00	54,40	100,00	38,00	15,10
GO	Sul Goiano	Maurilândia	7.274	6.415	89	0,00	0,20	65,50	97,70	31,40	10,20
GO	Sul Goiano	Mineiros	30.725	26.446	96	59,10	0,20	76,00	94,30	45,70	20,00
GO	Sul Goiano	Montividiu	5.304	2.987	96	0,00	56,40	67,00	96,50	35,80	15,70
GO	Sul Goiano	Morrinhos	32.372	25.324	88	16,90	0,40	83,70	99,50	47,90	15,50
GO	Sul Goiano	Nova Aurora	1.832	1.432	98	0,00	0,00	18,40	98,90	23,70	7,60
GO	Sul Goiano	Orizona	12.361	5.299	94	0,00	0,00	65,00	98,10	41,90	16,90
GO	Sul Goiano	Ouvidor	3.698	2.513	99	0,00	0,00	84,70	96,00	27,90	8,30
GO	Sul Goiano	Palestina de Goiás	3.156	1.590	94	0,00	0,00	29,60	85,70	18,60	7,90
GO	Sul Goiano	Palmeiras de Goiás	16.543	11.102	39	0,40	0,00	65,00	96,80	42,30	16,50

Continua

TABELA A.6
MESORREGIÕES DA REGIÃO CENTRO-OESTE – CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS URBANOS (1991)

Conclusão

UF	Mesorregiões	Município	População		% Domicílios Urbanos Particulares Permanentes com						
			Total	Urbana	Rede Água	Rede Esg	Fossa Sep.	Lixo Col.	Energ. Elet.	TV Cor	Freezer
GO	Sul Goiano	Palmelo	1.964	1.821	75	0,00	0,00	61,40	99,40	31,90	6,20
GO	Sul Goiano	Palminópolis	3.618	1.891	72	0,00	0,00	37,40	93,20	35,60	10,10
GO	Sul Goiano	Panamá	2.501	1.501	94	0,00	0,00	87,60	98,00	31,80	16,20
GO	Sul Goiano	Paranaiguara	7.430	6.400	100	71,70	0,00	81,50	95,40	28,40	7,90
GO	Sul Goiano	Paraúna	9.778	6.737	96	0,00	67,80	77,70	95,40	36,10	15,70
GO	Sul Goiano	Piracanjuba	25.095	15.613	45	0,00	0,00	63,80	98,60	35,00	10,10
GO	Sul Goiano	Pires do Rio	22.003	20.409	94	13,20	0,20	62,90	97,80	44,70	14,40
GO	Sul Goiano	Pontalina	15.106	11.058	58	0,00	2,80	65,00	97,20	36,50	14,40
GO	Sul Goiano	Portelândia	2.993	2.220	48	0,00	0,00	33,60	87,50	28,80	18,30
GO	Sul Goiano	Ouirinópolis	34.025	26.405	70	62,00	0,10	69,90	98,50	39,80	17,10
GO	Sul Goiano	Rio Ouente	821	464	0	0,00	0,00	94,90	100,00	21,40	30,80
GO	Sul Goiano	Rio Verde	95.317	83.296	70	41,70	0,80	71,90	98,50	44,90	19,30
GO	Sul Goiano	Santa Cruz de Goiás	3.192	819	93	0,00	0,00	68,30	100,00	19,20	5,80
GO	Sul Goiano	Santa Helena de Goiás	32.850	29.144	71	21,70	0,00	63,00	97,70	39,70	13,20
GO	Sul Goiano	Santa Rita do Araguaia	4.508	3.934	86	0,00	4,70	73,90	94,70	32,30	14,90
GO	Sul Goiano	São João d'Aliança	5.009	2.417	78	0,00	1,70	4,10	87,30	18,50	6,30
GO	Sul Goiano	São Miguel do Araguaia	18.984	15.472	58	0,00	0,00	65,40	95,60	31,60	13,40
GO	Sul Goiano	São Simão	11.015	10.530	88	67,10	0,50	60,20	95,20	36,50	10,50
GO	Sul Goiano	Serranópolis	7.785	4.073	76	0,00	0,00	67,90	93,00	21,70	9,60
GO	Sul Goiano	Silvânia	17.914	8.134	94	0,00	2,30	66,10	99,00	33,70	13,60
GO	Sul Goiano	Três Ranchos	2.214	1.268	90	0,00	0,00	73,00	95,90	37,50	14,10
GO	Sul Goiano	Turvelândia	2.404	1.234	89	0,00	25,30	54,30	100,00	31,30	15,50
GO	Sul Goiano	Urutaí	2.778	1.980	87	0,00	0,00	43,20	97,10	25,80	6,80
GO	Sul Goiano	Varjão	3.424	1.911	58	0,00	59,00	67,40	97,30	21,40	3,60
GO	Sul Goiano	Vianópolis	8.914	5.015	82	0,00	0,00	61,70	96,30	34,70	13,30
GO	Sul Goiano	Vicentinópolis	5.133	3.477	94	0,00	1,10	88,20	97,40	30,60	7,40
DF	**Brasilia**	Brasília	1.586.882	1.503.327	94	79,30	11,40	98,50	99,60	68,10	22,00

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 1991).

TABELA A.7

REGIÃO CENTRO-OESTE – MATRIZ DA ESTRUTURA OCUPACIONAL: PERCENTUAL DA PIA DOS MUNICÍPIOS, SEGUNDO SÍNTESE DA TIPOLOGIA OCUPACIONAL, POPULAÇÃO TOTAL, URBANA, RENDA FAMILIAR *PER CAPITA* E ANOS MÉDIOS DE ESTUDO (1991)

(em % - tabela ordenada por pop. urb. e regic - principais municípios)

Município	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	Z	X	População Total	População Urb.	RFPC	Anos Est.	Regic
Brasília	1,37	6,58	0,96	5,01	0,82	0,55	1,94	3,04	0,81	6,93	5,73	1,36	0,87	0,76	1,00	1,81	2,66	4,19	1,21	0,09	2,88	2,47	0,52	46,46	1 586 882	1 503 327	110 860	6,1	7
Goiânia	1,57	10,77	1,27	7,03	1,41	0,62	1,61	2,76	0,91	6,31	4,45	1,74	0,95	1,36	1,10	1,18	1,93	1,61	0,42	0,65	1,10	3,59	0,51	45,14	916.314	907 658	78 061	5,9	8
Campo Grande	2,86	9,87	0,71	6,68	1,21	0,80	1,18	3,03	0,82	6,20	4,96	1,77	0,69	1,21	0,92	0,81	2,04	1,69	0,60	0,95	1,79	3,29	0,26	45,66	522 648	515 397	74.399	5,4	6
Cuiabá	2,36	8,63	1,01	6,39	1,13	0,49	1,41	2,65	0,65	5,25	4,25	1,46	0,63	0,81	0,89	0,93	3,20	2,47	0,76	1,17	1,14	3,50	0,38	48,46	398 848	391 699	75.350	5,4	6
Anápolis	3,74	11,85	0,53	6,16	1,20	0,34	0,75	3,04	0,46	5,80	4,75	1,06	0,58	1,25	0,77	0,49	1,60	0,37	0,17	1,05	1,10	3,63	0,29	49,00	237 612	225 540	50 869	4,9	6
Luziânia	3,57	9,93	0,63	3,89	0,40	0,50	0,63	3,58	0,51	7,35	5,75	1,19	0,47	0,51	0,68	1,05	1,54	1,42	0,79	0,48	1,71	2,20	0,38	50,85	206 787	193 580	47 833	4,3	1
Ap. de Goiânia	1,69	16,15	0,95	5,33	1,11	0,64	0,60	3,36	0,64	7,74	5,13	0,87	0,58	0,96	0,57	0,58	1,41	0,54	0,30	0,72	0,66	2,12	0,83	46,50	174 672	172 354	34 955	4,0	1
Várzea Grande	4,33	11,69	0,62	6,99	1,22	0,64	0,62	2,98	0,58	6,01	3,21	0,68	0,23	0,39	0,38	0,50	2,15	0,69	0,26	0,61	0,75	2,79	0,37	51,31	161.046	154 572	39 537	4,3	4
Dourados	7,57	8,93	0,58	6,59	1,23	0,65	1,08	2,44	0,68	5,96	5,33	1,24	0,52	1,24	0,62	0,70	2,22	0,72	0,28	0,87	1,07	2,59	0,30	46,59	134 881	122 010	52 041	4,6	5
Rondonópolis	9,96	8,27	0,68	6,28	1,00	0,46	0,87	2,30	0,46	5,01	3,98	1,17	0,38	0,74	0,58	0,46	3,03	0,48	0,17	0,42	0,58	2,85	0,32	49,54	125 781	112 248	50 827	4,4	5
Rio Verde	13,48	7,23	0,91	4,86	0,71	0,35	0,72	2,57	0,38	5,06	4,92	0,84	0,71	1,01	0,48	0,38	2,07	0,36	0,13	1,03	0,45	3,15	0,15	48,05	95 317	83 296	46 769	4,2	4
Corumbá	9,53	5,53	0,59	4,08	0,43	0,36	0,19	3,11	0,67	4,58	4,03	0,68	0,31	0,55	0,35	0,84	1,97	0,37	0,19	0,86	2,88	2,99	0,28	54,64	86 921	76 113	46 534	4,8	2
Itumbiara	9,84	10,47	0,99	4,93	1,14	0,58	0,96	3,28	0,45	5,03	5,16	1,10	0,36	0,70	0,46	0,45	1,84	0,30	0,11	0,99	0,50	3,35	0,30	46,70	78 701	71 575	49 782	4,3	5
Cáceres	15,92	6,35	0,52	2,92	0,38	0,25	0,38	1,57	0,26	3,26	3,14	0,65	0,27	0,31	0,18	0,44	2,49	0,63	0,22	0,62	1,31	2,21	0,18	55,54	77 072	54 132	33 903	4,0	4
Três Lagoas	8,65	9,24	1,21	4,04	0,60	0,56	0,41	2,33	0,61	4,79	5,56	0,70	0,48	0,89	0,48	0,90	2,72	1,00	0,41	1,10	1,09	2,93	0,27	49,05	67 271	61 011	48 386	4,6	4
Alta Floresta	29,30	4,98	0,32	4,18	0,27	0,35	0,42	1,62	0,39	3,54	3,28	0,49	0,34	0,39	0,27	0,31	1,46	0,25	0,24	0,32	0,21	2,48	0,10	44,50	66 347	37 217	34 500	3,8	3
Jataí	12,96	8,97	0,83	5,13	0,60	0,22	0,92	2,03	0,55	5,61	5,38	0,73	0,54	0,73	0,30	0,46	1,83	0,45	0,04	0,77	0,66	3,92	0,19	46,18	65 169	55.106	52.679	4,3	3
Formosa	14,01	6,74	0,60	3,99	0,44	0,58	0,40	2,37	0,19	5,23	4,33	0,72	0,09	0,52	0,56	0,59	2,64	0,47	0,19	0,53	0,84	3,06	0,20	50,71	62 480	49 211	52 852	4,4	3
Ponta Porã	11,22	7,16	0,36	5,49	1,15	0,22	0,75	2,62	0,90	4,32	4,51	1,20	0,78	0,55	0,56	0,29	1,95	0,59	0,32	1,24	1,59	4,28	0,12	47,85	54 894	46 522	56 379	4,3	4
Catalão	13,99	9,00	0,63	3,71	0,47	0,14	0,47	2,26	0,49	4,68	5,37	0,84	0,33	1,15	0,59	0,44	2,58	0,40	0,10	1,61	0,55	2,88	0,13	47,20	54 118	46 771	44 994	4,8	4
Trindade	7,40	11,80	0,68	5,08	0,29	0,53	0,69	2,89	0,30	5,84	3,57	0,77	0,64	0,34	0,37	0,21	2,15	0,25	0,17	0,53	0,60	1,87	0,62	52,42	52 779	47 680	33 877	3,9	1
Barra do Garças	8,64	7,48	0,51	5,55	1,03	0,37	1,01	2,63	0,68	4,16	4,37	0,60	0,63	0,50	0,49	0,35	3,07	1,07	0,48	1,04	1,58	3,99	0,09	49,69	45 419	41 453	48 389	4,7	4
Goianésia	13,63	10,69	0,86	3,62	0,31	0,37	0,62	1,42	0,44	4,60	4,54	0,71	0,35	0,58	0,42	0,21	2,65	0,18	0,24	1,05	0,39	2,62	0,09	49,40	43 066	36 255	35 987	3,8	2
Porangatu	14,72	6,16	0,66	4,21	0,90	0,34	0,69	1,76	0,47	4,37	4,05	0,65	0,36	0,47	0,22	0,29	3,08	0,39	0,31	1,41	0,78	3,17	0,28	50,26	40 923	31 745	37.695	4,2	3
Niquelândia	26,83	4,19	0,46	1,47	0,18	0,25	0,21	0,98	0,05	2,21	2,53	0,40	0,08	0,31	0,70	0,05	2,06	0,16	0,08	0,86	0,04	2,27	0,14	53,49	40 464	23 662	31.816	3,5	1
Planaltina	4,79	10,85	0,46	2,95	0,36	0,27	0,48	1,95	0,21	6,73	6,13	0,85	0,32	0,23	0,09	0,40	1,62	0,39	0,27	0,27	0,72	2,35	0,17	57,16	40.116	37 414	30 583	3,2	1
Tangará da Serra	16,69	8,21	0,58	4,43	0,67	0,17	0,84	3,08	0,52	4,71	3,55	0,79	0,34	0,84	0,12	0,20	2,47	0,68	0,19	0,60	0,17	3,51	0,33	46,29	39 396	31 710	53 946	3,9	4
Aquidauana	14,13	5,68	0,45	3,10	0,26	0,26	0,40	1,73	0,37	2,86	4,36	0,41	0,36	0,38	0,49	0,82	2,35	0,72	0,27	1,29	1,89	2,26	0,15	55,00	38 700	29 131	39 599	4,2	4
Inhumas	13,40	11,55	0,61	7,12	0,50	0,41	0,34	1,32	0,32	4,30	4,33	0,49	0,42	1,09	0,60	0,44	2,47	0,25	0,22	0,99	0,35	2,93	0,22	45,33	38 190	32 544	42 336	4,1	3
Sinop	6,26	24,61	0,41	4,40	1,19	0,38	0,58	2,62	0,89	4,95	2,84	0,78	0,88	0,91	0,54	0,31	2,09	0,92	0,11	0,42	0,19	3,71	0,12	39,90	37 741	32 683	65.085	4,3	4
Paranaíba	16,32	7,11	0,69	5,35	1,06	0,44	0,52	1,21	0,55	4,11	4,26	0,77	0,38	0,33	0,33	0,73	2,78	0,61	0,26	1,02	0,53	3,16	0,18	47,30	37 473	28 335	49 980	4,0	3
Juína	27,73	9,74	0,15	3,52	0,49	0,06	0,45	1,54	0,27	3,11	2,40	0,78	0,42	0,37	0,08	0,23	2,17	0,19	0,03	0,61	0,13	3,27	0,11	42,12	36 332	25 666	54 688	3,7	2
S.A.Descoberto	5,47	12,19	0,40	3,67	0,18	0,69	0,19	3,48	0,38	7,23	4,79	0,72	0,37	0,09	0,28	0,28	0,95	0,25	0,06	0,51	1,11	1,98	0,64	54,09	35 391	28 599	32.972	3,3	1
Pontes e Lacerda	25,52	7,48	0,41	3,74	0,35	0,31	0,25	1,63	0,32	3,77	3,19	0,58	0,19	0,41	0,22	0,13	1,08	0,36	0,10	0,32	0,28	2,44	0,15	46,78	34 350	21 657	46.813	3,5	1
Quirinópolis	17,53	7,10	0,95	4,74	0,38	0,22	0,52	2,17	0,31	4,42	5,47	0,91	0,33	0,63	0,07	0,52	2,40	0,26	0,11	1,10	0,37	2,76	0,10	46,63	34 025	26.405	44 560	4,1	2
Uruaçu	14,39	6,56	0,56	4,83	0,73	0,61	0,48	1,05	0,34	5,08	4,43	0,51	0,06	1,11	0,62	0,29	2,47	0,69	0,04	0,84	0,34	3,51	0,08	50,36	33 880	28 142	36 193	4,0	2
Coxim	21,07	4,83	0,40	4,44	0,43	0,53	0,30	1,04	0,64	3,62	4,17	0,39	0,26	0,49	0,18	0,47	1,47	0,36	0,31	1,16	1,53	2,64	0,23	49,04	33 190	23 300	44 039	3,5	2
S. H. de Goiás	16,79	8,69	0,63	4,20	0,57	0,56	0,47	2,26	0,28	4,22	5,49	0,41	0,48	0,52	0,07	0,07	1,97	0,28	0,15	0,34	0,45	2,87	0,16	48,06	32 850	29 144	43 672	3,8	1
Morrinhos	15,38	6,48	0,65	4,46	0,46	0,81	0,41	2,23	1,17	6,11	5,20	0,77	0,58	0,55	0,13	0,39	2,64	0,42	0,27	0,92	0,26	3,20	0,25	46,25	32 372	25 324	40 584	4,6	3
Goiatuba	15,29	6,46	0,43	4,91	0,97	0,47	0,64	2,66	0,31	4,35	5,64	0,51	0,31	0,58	0,34	0,52	1,86	0,08	0,05	1,18	0,32	3,56	0,21	48,36	32 230	27 535	46 809	3,9	2
Peixoto de Azev	35,53	2,47	0,00	5,25	0,40	0,60	0,07	1,22	0,43	4,33	3,87	0,55	0,14	0,33	0,07	0,09	0,94	0,05	0,07	0,55	0,09	4,16	0,22	38,56	32 115	31 337	77 709	2,8	1
Minaçu	18,01	9,58	0,35	2,63	0,09	0,58	0,39	0,76	0,10	3,43	3,80	0,27	0,17	0,79	0,45	0,23	1,84	0,24	0,07	0,46	0,34	2,25	0,16	52,99	31 734	25 690	44 889	3,8	1
Mineiros	15,55	9,55	0,43	4,83	0,48	0,53	1,06	2,78	0,38	4,83	5,48	1,05	0,85	1,23	0,53	0,19	2,27	0,19	0,09	0,76	0,31	3,66	0,05	42,94	30 725	26 446	60.871	4,0	3
Naviraí	14,67	10,01	0,72	4,04	0,58	0,82	0,95	1,03	0,34	4,41	5,46	0,84	0,40	0,19	0,18	0,70	2,02	0,88	0,29	1,51	0,80	2,14	0,20	46,84	30.383	25 096	42 534	3,8	4
Poconé	24,31	3,92	0,26	2,25	0,00	0,14	0,23	0,68	0,26	2,03	4,46	0,21	0,25	0,11	0,16	0,20	3,18	0,46	0,15	1,14	0,19	2,03	0,17	53,19	29 679	21 280	56 147	3,7	1
Nova Andradina	15,68	9,32	0,27	3,52	0,55	0,68	0,43	1,60	0,39	4,52	3,75	0,62	0,59	0,47	0,38	0,83	1,70	0,89	0,27	0,73	0,54	2,54	0,53	49,22	29 656	22.150	41.221	4,0	3
Iporá	14,61	8,00	0,58	4,80	0,55	0,57	0,35	1,56	0,34	4,88	5,87	0,79	1,27	0,89	0,53	0,27	2,97	0,41	0,17	0,87	0,96	3,45	0,13	45,16	29 578	25 430	36.973	4,2	3
Mirassol d' Oeste	15,90	8,59	0,53	4,19	0,55	0,69	0,51	0,94	0,25	3,42	3,95	0,77	0,39	0,57	0,36	0,03	2,71	0,41	0,13	1,25	0,08	3,63	0,13	50,00	25 621	20 711	53 074	3,7	2

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 1991)

Código	Nome
A	Agropecuária e Ext. Mineral
B	Indústria Transformação e Const. Civil
C	Serviços Industriais de Utilidade Pública
D	Ocupações do Comércio em Geral
E	Ocupações do Comércio de Maq. e Veículos
F	Ocupações de Lojas Dep. e Supermercados
G	Ocupações em Bancos
H	Ocupações nos Transp. e Comum
I	Ocupações Téc. e Adm. em Serviços Gerais
J	Trabalhadores em Serviços Gerais
K	Serviços Domésticos
L	Ocupações em Serviços Técnico-Profissionais
M	Ocupações em Serviços Sociais
N	Ocupações em Serviços Saúde Part.
O	Ocupações em Serviços Ensino Particular
P	Ocupações em Serviços Saúde Púb.
Q	Ocupações em Serviços Ensino Púb.
R	Ocupações Téc. e Adm. em Ativ. Púb. Fed. e Est.
S	Trabalhadores em Ativ. Púb. Fed. e Est.
T	Ocupações em Ativ. Púb. Mun. ou Autarquia
U	Ocupações em Ativ. Seg. Púb.
V	Outros Proprietários
Z	Outras Atividades
X	PIA sem Ocupação

TABELA A.8
REGIÃO CENTRO-OESTE – CLASSIFICAÇÃO DA REDE URBANA: CONCEITO E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DE NÚCLEOS URBANOS E SUAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA (1998)

Categoria	Conceitos
Centro Urbano - Aglomerado Metropolitano - Nível Nacional	Corresponde ao conjunto de municípios que integram uma unidade territorial polarizada por uma metrópole, com as seguintes características: Regic = 7 (centro), 1-3 (periferia); PEA Urbana = 97,8% (centro), 15 a 93% (periferia oficial), 42 a 93% (periferia Rede); Densidade pop.= 312,9 (centro), 1,9 a 142,4 (periferia oficial), 4,6 a 142,4 (periferia Rede) hab./km²; Taxas de crescto. a.a. = 262% (centro), (-)7,18 a 24,84 (periferia oficial) e (-) 1,57% (periferia Rede); Pop.total = 1.821.946 (centro), 2.589 a 275.669 (periferia oficial), e 5.973 a 275.669 (periferia Rede) hab.
Metrópole:	Corresponde à cidade principal de uma região, com alto nível de centralidade (7-8), comandando uma rede urbana e desempenhando funções complexas, cuja abrangência da polarização estende-se por todo o território nacional.
Brasília	Obs.: Sugerimos tratar Água Fria de Goiás, Abadiania, Mimoso de Goiás e Buritis não como municípios da Aglomeração de Brasília, e sim como Municípios de Pequenas Dimensões Demográficas.
Centro Urbano - Aglomerado Metropolitano - Nível Regional	Corresponde ao conjunto de municípios que integram uma unidade territorial polarizada por uma metrópole. Trata-se de um conjunto de municípios com elevada população urbana, com contigüidade, ou tendência de contigüidade da mancha de ocupação entre um conjunto de municípios, que demonstram relações socioeconômica intensas decorrentes de especialização, complementação e/ou suplementação funcional, pólo com nível alto de centralidade (8), cuja abrangência da polarização é mais restrita ao estado e/ou à região. Possui as seguintes características: Regic = 8 (centro), 1 a 6 (periferia IBGE), 1 (periferia Rede); PEA Urbana = 97,7% (centro), 74,3 a 97,6% (periferia);Taxas de crescto. = 1,72 (centro), 2,05 a 13,11 (periferia IBGE), 3,25 a 13,11 (periferia Rede); Densidade pop. = 127,5 (centro), 74,4 a 916,5 (periferia) hab. km2; Pop. total = 1.004.098 (centro), 265.868 (periferia) hab.
Goiânia	Obs.: Sugerimos tratar Anápolis como um Centro Urbano Isolado de nível regional, ao invés de membro da Aglomeração de Goiânia.
Centro Urbano - Aglomerado Não-Metropolitano Nível Regional	Corresponde a uma mancha de ocupação polarizada por um município-centro. Trata-se de um conjunto de municípios com tendência de contigüidade e de formação de uma mancha de ocupação entre eles, com existência de relações econômicas decorrentes de especialização, complementação e/ou suplementação funcional. Possui um pólo com nível de centralidade (6), cuja abrangência se restringe mais ao estado.
Cuiabá Várzea Grande	Possue as seguintes características: Regic = 6 (centro) e 4 (periferia); PEA Urbana = 96,6% (centro), 93,9% (periferia); Taxas de crescto. a.a. = 1,47% (centro), 3,61% (periferia); Densidade pop. = 108,7 (centro), 213,8 (periferia) hab./km²; Pop.tot. = 433.355 (centro), 16.193.401 (periferia) hab.

Continua

TABELA A.8
REGIÃO CENTRO-OESTE – CLASSIFICAÇÃO DA REDE URBANA: CONCEITO E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DE NÚCLEOS URBANOS E SUAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA (1998)

Conclusão

Categoria	Conceitos
Centro Urbano Isolado **Nível Regional - 1** Campo Grande	Município que polariza uma região e que concentra grande parte das funções regionais, mas sem formar um aglomerado urbano. Possui as seguintes características: Regic 6; PEA Urbana = 95,2%; Densidade = 73,9 hab./km², Taxa crescto. a.a. = 2,66%; Pop. total = 600.069 hab.
Centros Urbanos Isolados **Nível Regional - 2** Anápolis Dourados Itumbiara Rondonópolis Rio Verde	Município que polariza uma região e que concentra grande parte das funções regionais, mas sem formar um aglomerado urbano. Possui as seguintes características: Regic 4-5; PEA Urbana = 75-93%; Densidade = 32-245 hab./km²; Taxa de crescto. a.a. = 1-2,8%; Pop. tot. = 84-264.000 hab.
Centros Urbanos Isolados **Nível Regional - 3** Catalão Ponta Porã Sinop	Município que polariza uma região e que concentra grande parte das funções regionais, mas, sem formar um aglomerado urbano. Possui as seguintes características: Regic 4; PEA Urbana = 79-91%; Densidade pop. = 14-17,5 hab./km²; Taxa de crescto. a.a. = 3-11%; Pop. tot. = 57-64.000 hab.
Centros Urbanos Isolados **Nível Local** Aquidauana Alta Floresta Cáceres Ceres Naviraí Nova Andradina Tangará da Serra	Município que polariza uma região mais em seu entorno imediato, e que concentra algumas funções de âmbito local. Possui as seguintes características: Regic 3-4; PEA Urbana = 60-70%; Densidade pop. = 2,5 a 48 hab./km² Taxa de crescto. a.a. = (-)0,34 - 5,3%; Pop. total = 22-78.000 hab.
Eixo de crescto. Goiás/Tocantins Polarizado por Campos Belos	Tem como especificidade um expressivo crescimento da população rural, cujo crescimento abrange os municípios de Divinópolis, Monte Alegre de Goiás, São João D'Aliança, Alto Paraíso de Goiás, N. Roma, Terezina de Goiás e Cavalcante.
Centro Turístico Caldas Novas	Possui as seguintes características: Regic = 3; PEA Urbana = 86,8%; Dens. pop. = 24,9; Taxa de crescto. a.a. = 10,41%; Pop. tot. = 39.635 hab.

Obs. (1) Boa parte dos conceitos aqui propostos foram baseados nas definições dadas pelo Relatório da Região Sul, guardadas as especificidades locais da Região Centro-oeste.
Obs. (2) Os dados discriminantes foram extraídos do Banco de Dados Nesur/Ipea – Base Censos Demográficos de 1980, 1991 e 1996; os dados da PEA são do Censo de 1991, os de Densidade e População são da Contagem de 1996; e o Regic é de 1993.
Obs. (3) Estamos avaliando a pertinência de se manter os centros locais, o eixo GO/TO e a estância turística, do ponto de vista da expressividade econômica deles na região e em nível nacional.

TABELA A.9
REGIÃO CENTRO-OESTE – PARA CLASSIFICAÇÃO DA REDE URBANA (1998)

Cód. UF	UF	Cód. Mun.	Município	Regic	População Total			Taxa Crescto.		% PEA	Densidade		Class. IBGE	% PEA						Cluster
					1980	1991	1996	1980-91	1991-96	Urb.	1991	1996	1991	Adm.	Pr. Serv.	C. Merc.	Agrop.	C. Civil	I. Transp.	
Centro Urbano Metropolitano de Brasília - Aglomerado Metropolitano - Nível Nacional composição oficial																				
53	**DF**	**530010**	**Brasília**	**7**	**1.176.908**	**1.601.094**	1.821.946	**2,84**	**2,62**	**97,8**	**275,87**	**312,9**	RM	**20,9**	**26,8**	**14,2**	**2,2**	**6,8**	**5,3**	7
52	GO	520017	Água Fria de Goiás	1	3.897	3.976	3.771	0,18	-1,05	29,7	1,96	1,9	RM	8,0	6,0	1,2	70,3	3,8	0,9	7
52	GO	520010	Abadiânia	1	9.030	9.402	10.144	0,37	1,53	58,6	9,05	9,7	RM	7,3	14,5	5,1	41,4	7,5	9,4	7
52	GO	521305	Mimoso de Goiás	1	4.046	3.750	2.584	-0,69	-7,18	15,0	2,7	1,9	RM	4,4	3,9	2,5	85,0	1,7	1,0	7
31	MG	310930	Buritis	1	15.429	18.417	19.796	1,62	1,45	46,6	3,32	3,8	RM	10,7	16,0	6,9	53,4	3,8	2,6	7
31	MG	317040	Unaí	2	67.885	69.612	73.664	0,23	1,14	59,9	7,13	7,3	RM	12,0	20,7	12,1	40,1	6,0	6,5	7
52	GO	520030	Alexania	1	12.116	16.472	18.623	2,83	2,49	63,8	19,43	21,9	RM	5,0	23,9	10,2	36,2	6,2	4,3	7
52	GO	520400	Cabeceiras	1	4.993	6.464	5.973	2,38	-1,57	41,1	5,65	5,3	RM	6,0	9,7	4,7	58,9	7,0	2,6	7
52	GO	520580	Corumbá de Goiás	1	20.212	19.663	21.423	-0,25	1,73	47,0	6,91	15,2	RM	6,3	12,1	4,4	53,0	6,3	6,3	7
52	GO	520620	Cristalina	1	15.977	24.937	28.262	4,13	2,53	68,1	4,04	4,6	RM	11,5	17,8	10,1	31,9	10,6	6,0	7
52	GO	520800	Formosa	3	43.297	62.982	71.424	3,47	2,55	72,3	9,17	14,4	RM	13,0	22,8	12,6	27,7	7,9	5,8	7
52	GO	521250	Luziânia	1	79.082	207.674	275.669	9,17	5,83	93,1	44,58	142,4	RM	12,9	29,7	11,9	6,9	13,7	6,4	7
52	GO	521560	Padre Bernardo	1	11.809	16.500	16.879	3,09	0,46	56,0	5,16	5,4	RM	6,8	20,5	4,8	44,0	7,2	4,1	7
52	GO	521730	Pirenópolis	1	29.329	25.056	24.717	-1,42	-0,27	48,4	5,74	5,6	RM	3,7	10,4	4,2	51,6	5,2	3,4	7
52	GO	521760	Planaltina	1	12.281	40.201	58.576	11,38	7,82	89,5	15,76	23	RM	7,5	33,0	10,7	10,5	20,0	5,4	7
52	GO	521975	Santo Antonio do Descoberto	1	13.735	35.509	107.672	9,02	24,84	89,2	30,42	95	RM	6,3	29,5	11,8	10,8	18,5	8,0	7
			Média periferia (IBGE)			**49.278**	**3,25**	**3,02**	**62,72**	**12,22**	**25,53**									
			Média periferia (Ipea/Rede)			**57.202**	**4,38**	**4,64**	**66,83**	**14,69**	**33,28**									
			Média conjunto (IBGE)			**160.070**	**3,22**	**2,99**	**65,05**	**29,79**	**44,69**									
			Média conjunto (Ipea/Rede)			**210.402**	**3,91**	4,18	**8,76**	**35,82**	**54,20**									
			Soma conjunto (IBGE)		**2.161.709**	**2.561.123**														
Centro Urbano Metropolitano de Goiânia - Aglomerado Metropolitano - Nível Regional																				
52	**GO**	**520870**	**Goiânia**	**8**	**714.167**	**922.222**	1.004.098	**2,35**	**1,72**	**97,7**	1.170,06	1.271,5	1	**21,3**	**23,5**	**19,4**	**2,3**	**7,9**	**11,6**	6
52	GO	520110	Anápolis	6	180.012	239.378	264.975	2,62	2,05	93,1	222,58	245,8	2	14,2	24,1	18,6	6,9	8,3	14,8	6
52	GO	520140	Aparecida de Goiânia	1	42.592	178.483	265.868	13,91	8,30	97,6	617,04	916,5	2	10,9	26,9	15,5	2,4	18,3	11,7	6
52	GO	520880	Goianira	1	7.488	12.896	17.631	5,07	6,45	74,3	43,9	93,9	3	6,9	16,4	10,2	25,7	8,8	10,6	6
52	GO	521450	Nerópolis	1	9.368	12.987	15.241	3,01	3,25	65,6	63,42	74,4	3	6,8	15,8	9,5	34,4	6,2	11,7	6
52	GO	522045	Senador Canedo	1	6.263	23.905	44.266	12,95	13,11	88,5	93,45	180,2	7	6,3	26,0	8,9	11,5	20,0	11,0	6
52	GO	522140	Trindade	1	30.609	54.072	69.838	5,31	5,25	85,2	66,5	89,5	2	7,8	21,6	15,2	14,8	10,7	13,9	6
			Média periferia				**112.970**	**7,15**	**6,40**	**84,06**	**184,48**	**266,7**								
			Média conjunto				**240.274**	**6,46**	**5,73**	**86,01**	**325,28**	**410,3**								
			Soma conjunto			1.443.943	**1.681.917**													
Centro Urbano de Cuiabá - Aglomerado Não-Metropolitano Regional																				
51	**MT**	**5103400**	**Cuiabá**	**6**	**209.549**	**402.813**	**433.355**	**6,12**	**1,47**	**96,6**	**100,83**	**108,7**	1	**22,3**	**22,1**	**18,6**	**3,4**	**10,1**	**6,5**	5
51	MT	510840	Várzea Grande	4	76.678	161.958	193.401	7,03	3,61	93,9	179,57	213,8	2	13,4	22,3	21,1	6,1	11,6	12,3	4
			Média conjunto				**313.378**	**6;58**	**2,54**	0,95	140,20	**161,25**								
			Soma conjunto				**626.756**													
Centro Urbano Isolado de Campo Grande - Nível Regional 1																				
50	**MS**	**500270**	**Campo Grande**	**6**	**291.777**	**526.126**	600.069	**5,51**	**2,66**	**95,2**	64,94	73,9	1	20,1	**24,3**	**18,6**	**4,8**	**11,4**	**6,5**	5

Continua

TABELA A.9
REGIÃO CENTRO-OESTE – PARA CLASSIFICAÇÃO DA REDE URBANA (1998)

Continuação

Cód. UF	UF	Cód. Mun.	Município	Regic	População Total			Taxa Crescto.		% PEA Urb.	Densidade		Class. IBGE	% PEA						Cluster
					1980	1991	1996	1980-91	1991-96		1991	1996	1991	Adm.	Pr. Serv.	C. Merc.	Agrop.	C. Civil	I. Transp.	
Centro Urbano Isolado de Anápolis - Nível Regional 2																				
52	GO	520110	Anápolis	6	180.012	239.378	264.975	2,62	2,05	93,1	222,58	245,8	2	14,2	24,1	18,6	6,9	8,3	14,8	6
Municípios que Anápolis polariza (Matriz Regic):																				
52	GO	520840	Goianópolis	1	7.569	10.716	14.613	3,21	6,40	35,8	39,98	103,7	3	4,8	14,1	4,0	64,2	3,0	3,6	1
52	GO	520680	Damolândia	1	2 366	2.593	2.629	0,84	0,28	39,9	30,58	31	5	4,4	10,1	4,5	60,1	5,0	4,9	1
52	GO	521500	Nova Veneza	1	5.083	5.003	5.809	-0,14	3,03	64,4	40,8	46,9	5	4,6	19,9	4,4	35,6	4,1	8,9	1
52	GO	521540	Ouro Verde de Goiás	1	3.844	4.259	4.513	0,94	1,17	37,3	20,03	21,4	5	8,4	7,2	2,7	62,7	4,8	5,7	1
			Média (munic. polarizados)				6.891	1,21	2,72	44,36	32,85	50,75								
Centro Urbano Isolado de Dourados - Nível Regional 2																				
50	MS	500370	Dourados	5	100.994	135.984	153.191	2,74	2,41	86,6	33,26	37,4	2	16,9	24,3	18,0	13,4	8,8	7,8	4
Municípios que Dourados polariza (Matriz Regic):																				
50	MS	500240	Caarapó	1	20.771	22.492	21.427	0,73	-0,97	55,6	10,61	10,2	5	12,6	15,3	8,8	44,4	4,1	8,6	2
50	MS	500345	Deodápolis	1	18.078	13.713	11.783	-2,48	-2,99	46,7	16,5	14,1	5	13,1	16,3	8,3	53,3	1,5	2,6	2
50	MS	500350	Douradina	1	5.506	4.741	4.718	-1,35	-0,10	48,1	16,89	16,8	5	13,6	10,9	5,8	51,9	1,5	3,2	1
50	MS	500380	Fátima do Sul	1	22.841	22.155	20.511	-0,28	-1,53	61,8	69,62	64,9	3	13,5	17,1	10,4	38,2	5,9	6,1	2
50	MS	500400	Glória de Dourados	1	16.195	11.889	10.606	-2,77	-2,26	56,3	24,26	21,5	5	11,0	18,3	10,9	43,7	3,8	3,7	2
50	MS	500450	Itaporã	1	14.417	15.935	15.440	0,91	-0,63	53,3	12,05	11,6	5	14,4	14,0	8,3	46,7	4,3	7,2	2
50	MS	500540	Maracaju	1	13.601	22.999	24.621	4,89	1,37	70,9	4,35	4,6	3	18,2	21,7	14,1	29,1	8,1	5,8	2
50	MS	500720	Rio Brilhante	1	15.567	22.509	24.895	3,41	2,04	67,0	3,3	6,23	5	19,5	18,2	9,4	33,0	5,9	14,7	2
50	MS	500840	Vicentina	1	10.477	7.283	6.226	-3,25	-3,09	26,0	23,46	20	5	3,8	6,6	3,1	74,0	2,7	1,8	1
			Média (munic. polarizados)				15.581	-0,02	-0,91	53,98	20,12	18,88								
Centro Urbano Isolado de Rondonópolis - Nível Regional 2																				
51	MT	510760	Rondonópolis	5	81.375	126.627	145.615	4,10	2,83	81,7	27,45	41,0	2	15,2	20,5	18,7	18,3	9,2	7,1	4
Municípios que Rondonópolis polariza (Matriz Regic):																				
51	MT	510040	Alto Garças	1	6.705	8.306	7.780	1,97	-1,30	74,0	2,25	2,1	3	13,9	13,6	9,4	26,0	5,2	3,8	1
51	MT	510420	Guiratinga	1	13.585	14.798	13.555	0,78	-1,74	71,6	2,71	2,6	3	13,3	16,2	6,5	28,4	5,0	3,0	2
51	MT	510460	Itiquira	1	6.997	8.005	7.871	1,23	-0,34	42,6	0,91	0,9	7	13,7	11,5	3,2	57,4	2,9	2,8	1
51	MT	510637	Pedra Preta	1	12.343	11.225	12.783	-0,86	2,63	52,0	2,74	3	5	11,5	19,5	6,1	48,0	3,5	5,4	2
51	MT	510670	Ponte Branca	1	3.492	3.724	4.027	0,59	1,58	51,6	2,84	6,1	5	17,5	14,6	3,7	48,4	2,7	4,5	1
51	MT	510700	Paxoréo	1	22.584	23.878	21.846	0,51	-1,76	69,1	3,45	3,1	5	8,3	8,1	4,5	30,9	2,8	1,4	2
51	MT	510810	Tesouro	1	3.693	4.548	3.720	1,91	-3,94	72,5	1,14	0,9	5	5,4	10,9	6,5	27,5	3,0	3,8	1
			Média (munic. polarizados)				10.226	0,87	-0,70	61,93	2,29	2,67								
Centro Urbano Isolado de Itumbiara - Nível Regional 2																				
52	GO	521150	Itumbiara	5	70.382	79.533	83.666	1,12	1,02	82,2	25,3	39,1	2	15,7	22,4	15,8	17,8	8,9	10,6	4
Municípios que Itumbiara polariza (Matriz Regic):																				
52	GO	520350	Bom Jesus de Goiás	1	11.623	13.851	14.618	1,61	1,08	63,2	9,81	10,4	3	9,6	23,4	10,0	36,8	5,7	5,8	2
52	GO	520425	Cachoeira Dourada	1	7.667	8.502	8.225	0,94	-0,66	57,4	16,22	15,7	7	8,7	15,8	6,0	42,6	11,8	1,4	1
52	GO	521600	Panamá	1	2.878	2.501	2.607	-1,27	0,83	33,6	5,79	6	5	5,1	4,1	6,4	66,4	2,0	0,0	1
52	GO	520910	Goiatuba	2	26.937	32.469	32.698	1,71	0,14	71,0	10,53	10,6	3	13,8	23,0	15,5	29,0	5,4	7,1	3
			Média (munic. polarizados)				14.537	0,75	0,35	56,31	10,59	10,68								

Continua

TABELA A.9
REGIÃO CENTRO-OESTE – PARA CLASSIFICAÇÃO DA REDE URBANA (1998)

Continuação

Cód. UF	UF	Cód. Mun.	Município	Regic	População Total			Taxa Crescto.		% PEA Urb.	Densidade		Class. IBGE	% PEA						Cluster
					1980	1991	1996	1980-91	1991-96		1991	1996	1991	Adm.	Pr. Serv.	C. Merc.	Agrop.	C. Civil	I. Transp.	
Centro Urbano Isolado de Rio Verde - Nível Regional 2																				
52	**GO**	**521880**	**Rio Verde**	**4**	**69.907**	**96.309**	**108.178**	**2,96**	**2,35**	**74,9**	**10,5**	**32,9**	**2**	**14,3**	**22,5**	**13,8**	**25,1**	**7,9**	**5,9**	4
Municípios que Rio Verde polariza (Matriz Regic):																				
52	GO	520013	Acreúna	1	9.834	14.059	15.330	3,30	1,75	65,5	8,97	9,8	3	9,3	20,2	11,9	34,5	7,4	5,4	2
52	GO	521930	Santa Helena de Goiás	1	26.654	33.142	32.985	2,00	-0,09	68,1	29,36	29,2	3	13,1	21,9	12,7	31,9	5,9	10,9	3
52	GO	520410	Cachoeira Alta	1	9.243	8.605	8.272	-0,65	-0,79	47,1	5,21	5	5	14,5	15,1	8,7	52,9	4,2	4,1	1
52	GO	521190	Jataí	3	53.394	65.957	73.225	1,94	2,11	76,2	7,48	15,1	2	15,5	24,2	14,4	23,8	9,1	7,5	4
52	GO	521850	Quirinópolis	2	30.996	34.276	35.460	0,92	0,68	67,6	10,72	9,4	3	15,7	21,6	11,9	32,4	7,4	5,7	3
52	GO	520440	Caiapônia	1	17.362	13.915	14.223	-1,99	0,44	55,0	1,6	1,6	5	15,3	20,4	8,3	45,0	3,7	4,3	2
52	GO	522050	Serranópolis	1	5.390	7.855	6.707	3,48	-3,11	42,3	1,42	1,2	5	15,0	11,1	6,3	57,7	4,0	8,6	1
			Média (munic. polarizados)				**26.600,29**	**1,29**	**0,14**	**60,28**	**9,25**	**10,19**								
Centro Urbano Isolado de Ponta Porã - Nível Regional 3																				
50	**MS**	**500660**	**Ponta Porã**	**4**	**38.062**	**55.541**	**64.023**	**3,50**	**2,88**	**78,9**	**7,91**	**14,1**	**2**	**18,9**	**21,5**	**17,6**	**21,1**	**5,9**	**7,6**	4
Municípios que Ponta Porã polariza (Matriz Regic):																				
50	MS	500090	Antônio João	1	5.668	6.636	6.370	1,44	-0,81	60,4	5,78	5,6	3	17,5	18,2	8,5	39,6	6,7	6,2	1
50	MS	500124	Aral Moreira	1	10.121	8.064	7.381	-2,04	-1,75	41,4	4,86	4,4	7	15,5	12,7	3,2	58,6	5,2	5,5	1
			Média (munic. polarizados)				**6.876**	**-0,30**	**-1,28**	**50,91**	**5,32**	**5**								
Centro Urbano Isolado de Sinop - Nível Regional 3																				
51	**MT**	**510790**	**Sinop**	**4**	**12.232**	**38.374**	**57.461**	**10,95**	**8,41**	**91,0**	**3,18**	**17,52**	**3**	**17,5**	**16,2**	**13,8**	**9,0**	**6,6**	**34,3**	3
Municípios que Sinop polariza (Matriz Regic):																				
51	MT	510305	Cláudia	1	2.964	8.988	13.132	10,61	7,88	84,3	6,88	1,78	7	10,8	9,9	9,8	15,7	1,5	52,3	1
51	MT	510320	Colider	1	17.297	31.160	28.460	5,50	-1,80	50,1	7,56	7,24	5	9,0	12,1	11,3	49,9	3,1	5,4	3
51	MT	510455	Itaúba	1	2.323	6.926	8.076	10,44	3,12	60,6	1,03	1,2	7	8,9	11,2	5,8	39,4	0,5	29,0	1
51	MT	510558	Marcelândia	1	2.172	8.049	11.678	12,65	7,73	76,9	0,61	0,9	7	9,7	9,2	6,2	23,1	2,7	47,0	1
51	MT	510621	Nova Canaã do Norte	1	7.986	14.041	10.704	5,26	-5,28	41,3	1,81	1,3	7	5,0	6,2	6,8	58,7	1,5	4,2	2
51	MT	510850	Vera	1	2.759	10.759	13.473	13,17	4,60	73,0	0,41	0,5	7	14,3	7,3	3,8	27,0	1,4	50,3	1
			Média (munic. polarizados)				**14.254**	**9,60**	**2,71**	**64,36**	**3,05**	**2,15**								
Centro Urbano Isolado de Catalão - Nível Regional 3																				
52	**GO**	**520510**	**Catalão**	**4**	**39.172**	**54.525**	**58.507**	**3,05**	**1,42**	**79,5**	**14,41**	**15,4**	**2**	**12,0**	**22,2**	**10,9**	**20,5**	**9,3**	**7,8**	4
Municípios que Catalão polariza (Matriz Regic):																				
52	GO	520120	Anhanguera	1	732	869	861	1,57	-0,18	81,5	15,8	15,7	3	14,4	9,9	2,7	18,5	0,0	25,3	1
52	GO	520480	Campo Alegre de Goiás	1	4.386	4.536	4.621	0,31	0,37	43,8	1,84	1,9	7	9,5	13,0	5,2	56,2	5,7	4,2	2
52	GO	520660	Cumari	1	3.783	2.883	3.095	-2,44	1,43	58,7	5,03	5,4	5	5,4	11,5	6,3	41,3	7,7	7,5	1
52	GO	520690	Davinópolis	1	2.450	2.118	2.079	-1,32	-0,37	46,7	3,92	4	7	5,2	10,5	3,9	53,3	4,0	4,0	1
52	GO	520850	Goiandira	1	5.711	5.368	5.157	-0,56	-0,80	64,9	9,44	9,2	3	10,7	14,7	4,5	35,1	7,5	2,6	1
52	GO	521010	Ipameri	1	20.384	20.794	21.975	0,18	1,11	71,3	4,75	5	3	13,6	19,7	11,1	28,7	7,7	6,0	2
52	GO	521480	Nova Aurora	1	1.940	1.845	1.898	-0,46	0,57	42,7	6,1	6,3	3	11,4	8,3	3,5	57,3	1,1	6,0	1
52	GO	521550	Ouvidor	1	3.443	3.703	4.013	0,66	1,62	61,5	8,99	9,7	5	5,9	10,1	2,3	38,5	10,0	6,0	1

Continua

TABELA A.9
REGIÃO CENTRO-OESTE – PARA CLASSIFICAÇÃO DA REDE URBANA (1998)

Continuação

Cód. UF	UF	Cód. Mun.	Município	Regic	População Total			Taxa Crescto.		% PEA Urb.	Densidade		Class. IBGE	% PEA						Cluster
					1980	1991	1996	1980-91	1991-96		1991	1996	1991	Adm.	Pr. Serv.	C. Merc.	Agrop.	C. Civil	I. Transp.	
52	GO	522130	Três Ranchos	1	2.249	2.260	2.660	0,04	3,31	74,5	8,02	9,4	5	10,1	21,2	4,5	25,5	21,0	2,8	1
52	GO	522180	Urutaí	1	3.138	2.834	2.870	-0,92	0,25	57,4	4,53	4,6	5	11,0	19,6	2,1	42,6	4,2	6,7	1
			Média (munic. polarizados)				4.923	-0,29	0,73	60,31	6,84	7,12								
Centro Urbano Isolado de Aquidauana - Nível Local																				
50	MS	500110	Aquidauana	4	34.493	39.342	40.394	1,20	0,53	69,6	2,28	2,4	5	13,0	18,8	10,5	30,4	6,4	6,1	3
Municípios que Aquidauana polariza (Matriz Regic):																				
50	MS	500070	Anástacio	1	14.599	19.940	21.378	2,87	1,40	61,0	6,76	7,2	5	8,8	18,0	8,4	39,0	6,8	11,3	2
50	MS	500215	Bodoquena	1	7.280	8.120	7.735	1,00	-0,97	58,0	3,23	3,1	5	6,7	12,2	3,8	42,0	25,7	4,2	1
50	MS	500220	Bonito	1	11.002	15.543	15.252	3,19	-0,38	54,5	3,14	3,1	5	8,3	14,4	10,0	45,5	5,9	7,5	2
50	MS	500348	Dois Irmãos do Buriti	1	7.340	8.749	8.937	1,61	0,43	30,6	3,73	3,8	7	6,4	8,0	5,2	69,4	2,3	1,8	1
50	MS	500560	Miranda	1	16.842	20.176	20.878	1,66	0,69	54,7	3,68	3,8	5	10,3	13,8	8,8	45,3	6,5	6,2	2
			Média (munic. polarizados)				14.836	2,07	0,23	51,73	4,11	4,20								
Centro Urbano Isolado de Alta Floresta - Nível Local																				
51	MT	510025	Alta Floresta	3	14.073	66.926	68.727	15,23	0,53	58,9	2,3	11,34	4	9,4	14,4	11,0	41,1	3,0	5,9	4
Municípios que Alta Floresta polariza (Matriz Regic):																				
51	MT	510080	Apiacás	1	5.043	7.361	6.980	3,50	-1,06	84,6	0,53	0,87	5	8,0	15,9	9,3	15,4	1,3	2,3	1
51	MT	510517	Juruena	1	1.655	5.956	9.226	12,35	9,15	66,9	0,59	1,9	7	11,2	10,1	6,9	33,1	2,0	31,2	1
			Média (munic. polarizados)				8.103	7,92	4,04	75,73	0,56	1,39								
Centro Urbano Isolado de Cáceres - Nível Local																				
51	MT	510250	Cáceres	4	52.654	77.540	76.243	3,58	-0,34	66,0	2,84	3,77	4	10,6	16,9	10,9	34,0	7,2	7,1	4
Municípios que Cáceres polariza (Matriz Regic):																				
51	MT	510330	Comodoro	1	3.752	9.278	14.118	8,58	8,76	56,8	0,36	0,6	5	14,8	13,3	8,5	43,2	3,9	13,2	1
51	MT	510675	Pontes e Lacerda	1	14.406	34.603	40.768	8,29	3,33	58,0	2,75	3,1	5	9,0	15,5	10,6	42,0	5,7	8,3	3
51	MT	510720	Rio Branco	1	11.631	11.845	11.197	0,17	-1,12	39,4	7,35	15,31	7	6,4	8,5	5,9	60,6	3,5	7,8	2
51	MT	510775	Salto do Céu	1	11.249	7.410	5.669	-3,72	-5,22	27,6	5,13	4,3	7	6,8	3,8	3,6	72,4	1,1	0,8	1
51	MT	510550	Vila Bela da Santissima Trindade	1	5.183	13.693	13.622	9,23	-0,10	36,0	0,64	0,6	7	7,8	7,5	2,4	64,0	1,5	9,0	2
			Média (munic. polarizados)				17.075	4,51	1,13	43,56	3,25	4,782								
Centro Urbano Isolado de Naviraí - Nível Local																				
50	MS	500570	Naviraí	4	28.567	30.670	34.670	0,65	2,48	72,8	9,7	10,9	3	15,9	21,4	11,6	27,2	7,8	11,0	2
Municípios que Naviraí polariza (Matriz Regic):																				
50	MS	500430	Iguatemi	1	11.658	11.100	12.164	-0,44	1,85	61,3	3,77	4,1	5	14,1	14,7	11,7	38,7	5,5	12,7	2
50	MS	500460	Itaquirai	1	12.438	13.090	13.047	0,47	-0,07	38,0	6,32	6,3	7	10,3	9,4	6,4	62,0	2,9	8,5	2
50	MS	500510	Jateí	1	6.778	4.986	4.558	-2,75	-1,78	30,7	2,58	2,4	7	6,5	8,5	1,3	69,3	1,7	1,0	1
50	MS	500515	Juti	1	8.375	5.273	5.318	-4,12	0,17	39,0	3,2	3,3	5	12,5	9,5	9,3	61,0	7,2	1,2	1
			Média (munic. polarizados)				8.772	-1,71	0,04	42,26	3,97	4,03								
Centro Urbano Isolado de Andradina - Nível Local																				
50	MS	500620	Nova Andradina	3	21.673	29.848	34.216	2,95	2,77	69,6	6,24	7,1	5	15,7	19,5	11,3	30,4	7,9	10,4	2

Continua

TABELA A.9
REGIÃO CENTRO-OESTE – PARA CLASSIFICAÇÃO DA REDE URBANA (1998)

Continuação

Cód. UF	UF	Cód. Mun.	Município	Regic	População Total			Taxa Crescto.		% PEA	Densidade		Class. IBGE	% PEA						Cluster
					1980	1991	1996	1980-91	1991-96	Urb.	1991	1996	1991	Adm.	Pr. Serv.	C. Merc.	Agrop.	C. Civil	I. Transp.	
Municípios que Nova Andradina polariza (Matriz Regic):																				
50	MS	500085	Angélica	1	10.535	8.834	8.215	-1,59	-1,44	49,5	6,91	6,4	5	7,8	11,1	5,7	50,5	3,7	7,9	1
50	MS	500470	Ivinhena	2	23.616	32.426	28.361	2,92	-2,64	43,0	11,36	18,5	7	8,5	11,4	8,1	57,0	2,6	7,7	3
			Média (munic. polarizados)				18.288	0,67	-2,04	46,27	9,135	12,45								
Centro Urbano Isolado de Tangará da Serra - Nível Local																				
51	**MT**	**510795**	**Tangará da Serra**	**4**	**31.293**	**39.848**	**50.925**	**2,22**	**5,03**	**71,3**	**3,44**	**4,4**	**3**	**14,9**	**19,1**	**12,5**	**28,7**	**8,7**	**6,6**	**3**
Municípios que Tangará da Serra polariza (Matriz Regic): verificar de onde saíram N. Marilândia e Sto.Afonso																				
51	MT	510130	Arenópolis	1	13.320	19.617	18.500	3,58	-1,17	81,1	6,04	35,1	3	8,0	12,3	8,9	18,9	3,1	3,4	2
51	MT	510190	Brasnorte	1	1.176	6.622	9.362	17,01	7,17	64,0	0,41	0,6	5	14,8	10,9	4,3	36,0	2,3	33,3	1
51	MT	510263	Campo Novo do Parecis	1	1.176	6.311	16.949	16,50	21,85	60,6	0,27	0,7	7	19,8	14,9	8,5	39,4	4,6	8,7	1
			Média (munic. polarizados)				14.937	12,37	9,28	68,54	2,24	12,13								
Centro Urbano Isolado de Ceres - Nível Local																				
52	**GO**	**520540**	**Ceres**	**4**	**22.266**	**22.874**	**21.951**	**0,25**	**-0,82**	**76,3**	**50,32**	**48,1**	**5**	**14,6**	**19,6**	**16,8**	**23,7**	**7,5**	**6,2**	**2**
Municípios que Ceres polariza (Matriz Regic): verificar de onde saíram São Luís do Norte e Uirapuru																				
52	GO	521860	Rialma	1	7.516	8.912	9.889	1,56	2,10	86,0	33,4	36,6	3	12,7	26,3	17,4	14,0	6,0	6,7	1
52	GO	520500	Carmo do Rio Verde	1	10.233	10.292	9.464	0,05	-1,66	44,4	17,97	16	7	4,4	10,9	7,6	55,6	3,7	4,7	1
52	GO	521890	Rubiataba	1	16.722	16.686	17.254	-0,02	0,67	69,3	21,82	22,5	3	8,3	18,3	10,2	30,7	6,5	14,4	2
52	GO	521935	Santa Isabel	1	5.450	3.887	3.638	-3,03	-1,32	39,0	4,8	4,5	7	6,7	10,3	2,7	61,0	1,8	1,0	1
52	GO	521486	Nova Glória	1	9.227	8.506	9.111	-0,74	1,38	52,8	20,5	22	5	3,5	11,6	9,1	47,2	4,3	3,2	1
52	GO	521385	Morro Agudo de Goiás	1	3.196	2.526	2.361	-2,12	-1,34	40,5	9,58	8,8	5	5,8	3,0	7,3	59,5	5,5	2,3	1
52	GO	521470	Nova América	1	2.204	2.022	2.183	-0,78	1,54	55,2	9,33	10,3	5	13,4	11,3	6,9	44,8	7,6	2,1	1
52	GO	522170	Uruana	1	12.011	13.757	14.826	1,24	1,51	52,2	29,59	28,3	5	8,6	15,7	8,4	47,8	4,2	4,1	2
52	GO	521870	Rianápolis	1	3.501	4.290	4.456	1,86	0,76	70,4	26,73	27,9	3	5,6	18,0	17,1	29,6	7,4	6,3	1
52	GO	520495	Campos Verdes	1	2.461	16.648	13.055	18,98	-4,75	85,7	37,55	29,4	3	3,0	9,7	36,6	14,3	6,0	1,4	2
52	GO	520640	Crixás	1	18.232	22.213	18.997	1,81	-3,08	64,0	3,82	6	7	6,1	14,4	5,3	36,0	4,9	3,0	2
52	GO	521090	Itapaci	1	10.872	12.652	13.403	1,39	1,16	55,2	13,3	14	5	11,6	14,8	6,8	44,8	6,3	8,2	2
52	GO	521690	Pilar de Goiás	1	6.145	4.845	3.814	-2,14	-4,67	39,2	5,27	4,1	7	3,5	8,7	3,3	60,8	1,5	0,6	1
52	GO	521970	Santa Terezinha de Goiás	1	8.503	16.522	13.206	6,22	-4,38	69,8	13,94	11,1	5	4,6	16,1	29,2	30,2	5,3	2,1	2
			Média (munic. polarizados)				9.689,79	1,74	-0,86	58,83	17,69	17,25								
Eixo de crescimento (princ. pop. rural) Goiás/Tocantins:																				
52	**GO**	**520490**	**Campos Belos**	**3**	**10126**	**14.746**	**15.392**	**3,48**	**0,86**	**66,8**	**18,28**	**19,6**	**3**	**6,7**	**16,3**	**8,3**	**33,2**	**8,4**	**4,9**	**2**
Municípios que Campos Belos polariza (Matriz Regic):																				
52	GO	520830	Divinópolis de Goiás	1	4244	5.025	5.015	1,55	-0,04	37,0	6,04	6		3,7	9,5	3,5	63,0	3,6	4,1	1
52	GO	521350	Monte Alegre de Goiás	1	2787	2.254	6.888	-1,91	25,03	49,7	2,57	2,2	7	4,4	7,1	1,7	65,6	3,5	3,1	1
52	GO	522000	São João d'Aliança	1	4333	5.116	5.962	1,52	3,11	45,6	1,54	1,8	7	10,8	12,3	7,4	54,4	4,6	3,6	1
52	GO	520060	Alto Paraíso de Goiás	1	2721	4.193	5.414	4,01	5,24	53,3	1,59	2,1	5	11,5	12,8	2,3	46,7	9,3	4,5	1
52	GO	521490	Nova Roma	1	4110	4.715	3.995	1,26	-3,26	40,7	2,21	1,9	7	7,2	9,5	2,5	59,3	4,9	1,3	1
52	GO	522108	Teresina de Goiás	1	1146	1.373	2.056	1,66	8,41	64,2	1,77	2,6	5	15,7	11,5	3,2	35,8	3,5	2,6	1
52	GO	520530	Cavalcante	1	8081	7.306	9.511	-0,91	5,42	31,8	1,17	1,4	7	6,1	5,2	3,6	68,2	3,2	1,1	1
			Média (munic. polarizados)				5.548,71	1,02	6,27	46,04	2,41	2,57								

Continua

TABELA A.9
REGIÃO CENTRO-OESTE – PARA CLASSIFICAÇÃO DA REDE URBANA (1998)

Conclusão

Cód. UF	UF	Cód. Mun.	Município	Regic	População Total			Taxa Crescto.		% PEA Urb.	Densidade		Class. IBGE	% PEA						*Cluster*
					1980	1991	1996	1980-91	1991-96		1991	1996	1991	Adm.	Pr. Serv.	C. Merc.	Agrop.	C. Civil	I. Transp.	
Estância Turística de Caldas Novas																				
52	GO	520450	Caldas Novas	2	9.791	24.159	39.635	8,56	10,41	86,8	15,15	24,9	3	12,9	38,5	12,9	13,2	15,2	3,2	2
Municípios que Caldas Novas polariza (Matriz Regic):																				
52	GO	520020	Agua Limpa	1	2.226	1.937	2.067	-1,26	1,31	45,5	4,29	4,5	5	6,0	7,1	4,8	54,5	8,9	1,0	1
52	GO	520590	Corumbaiba	1	5.909	5.529	5.970	-0,60	1,55	47,7	2,93	3,2	5	15,4	15,5	3,9	52,3	5,2	6,3	1
52	GO	521290	Marzagão	1	1.095	1.405	1.854	2,29	5,70	69,5	6,09	8,1	3	17,2	21,9	3,0	30,5	6,1	6,5	1
52	GO	521878	Rio Ouente	1	1.483	837	1.828	-5,07	16,91	66,4	3,3	7,1	5	10,2	21,5	14,2	33,6	10,2	4,0	1
52	GO	521920	Santa Cruz de Goiás	1	3.086	3.261	3.114	0,50	-0,92	31,7	3,05	2,9	7	6,8	8,7	3,1	68,3	2,0	1,4	1
			Média (munic. polarizados)				29.666	-0,83	4,91	52,17	3,93	5,16								

Legendas:
Cluster-Pop. 1991

		Pop.Mín.	Pop.Máx.	Nº Munic.
1	A	837	11.025	210
2	B	11.057	30.670	97
3	C	31.144	43.535	23
4	D	45.651	239.378	14
5	Cuiabá/CampoGrande	402.813	526.126	2
6	Aglomeração Urbana de Goiânia			
7	Região Metropolitana de Brasília			

Classificação IBGE
1 = Municípios urbanos de grandes dimensões demográficas
2 = Municípios urbanos de médias dimensões demográficas
3 = Municípios urbanos de pequenas dimensões demográficas
4 = Municípios em transição de médias dimensões demográficas
5 = Municípios em transição de pequenas dimensões demográficas
6 = Municípios rurais de médias dimensões demográficas
7 = Municípios rurais de pequenas dimensões demográficas

Classificação Regic
8 Máximo
7 Muito forte
6 Forte
5 Forte p/ médio
4 Médio
3 Médio p/ fraco
2 Fraco
1 Muito Fraco

TABELA A.10
BRASIL – RESUMO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DA REDE URBANA(*) (1998)

Categoria	Aglomerações Urbanas		Centros Urbanos que não Constituem Aglomeração Urbana		Total		
	Nº	População	Nº	População	Nº	População	% no Brasil
Metrópole Global (MG)	2	27.199.368	–	–	2	27.199.368	17,32
Metrópole Nacional (MN)	7	20.513.855	–	–	7	20.513.855	13,05
Metrópole Regional (MR)	3	6.195.202	1	1.157.357	4	7.352.559	4,68
Centro Regional (CR)	13	11.025.037	3	1.168.430	16	12.193.467	7,76
Centro Sub-regional 1 (CSR1)	16	7.226.167	15	4.191.409	31	11.417.576	7,27
Centro Sub-regional 2 (CSR2)	8	2.191.729	43	6.874.941	51	9.066.670	5,77
Total	**49**	**74.351.358**	**62**	**13.392.137**	**111**	**87.743.495**	**55,85**

Fonte: Elaboração Ipea/Nesur/IBGE (1998); IBGE (Contagem Populacional de 1996).
Notas: (*) A classificação abrange os municípios com mais de 100 mil habitantes. Os municípios nessa faixa populacional, não nomeados na classificação, ou fazem parte de alguma aglomeração urbana, ou não atendem aos critérios de inclusão definidos no estudo.
(–) fenômeno inexistente.

TABELA A.11
BRASIL – CLASSIFICAÇÃO FINAL DA REDE URBANA[a] – METRÓPOLES (1998)

Centro Urbano	UF	Classificação Ipea/Nesur/ IBGE	Aglomeração Urbana	Não Constitui Aglomeração	Forma Espacial[b]			Forma Institucional	
					Nº Munic. IPEA/Rede	Pop. Total das Aglomerações	% no Brasil	Reg.Metr. Institucion.	Nº Mun. Oficial
São Paulo	SP	MG	x		39	16.666.986	10,61	x	39
Rio de Janeiro	RJ	MG	x		21	10.532.382	6,71	x	19
Total					**60**	**27.199.368**	**17,32**		**58**
Salvador	BA	MN	x		11	2.776.217	1,77	x	10
Belo Horizonte	MG	MN	x		25	3.829.042	2,44	x	30
Fortaleza	CE	MN	x		11	2.639.180	1,68	x	10
Brasília	DF	MN	x		11[c]	2.368.069	1,51	x	22[d]
Curitiba	PR	MN	x		16	2.348.559	1,50	x	24
Recife	PE	MN	x		16	3.258.388	2,07	x	14
Porto Alegre	RS	MN	x		24	3.291.680	2,10	x	26
Total					**114**	**20.511.135**	**13,05**		**96**
Manaus	AM	MR		x	1	1.157.357	0,74		
Belém	PA	MR	x		4	1.628.746	1,04	x	5
Goiânia	GO	MR	x		6	1.416.942	0,90		
Campinas	SP	MR	x		17	1.992.157	1,27		
Total					**28**	**6.195.202**	**3,94**		**5**

Fonte: Elaboração Ipea/Nesur/IBGE (1998); IBGE (Contagem Populacional de 1996).

Notas: (a) A classificação abrange os municípios com mais de 100 mil habitantes. Os municípios nessa faixa populacional, não nomeados na classificação, ou fazem parte de alguma aglomeração urbana, ou não atendem aos critérios de inclusão definidos no estudo.

(b) As aglomerações urbanas metropolitanas e não-metropolitanas estão identificadas pelo município-núcleo.

(c) A aglomeração urbana metropolitana de Brasília é constituída pelo DF e mais 10 municípios.

(d) A região integrada de desenvolvimento do DF e entorno é constituída pelo DF e mais 21 municípios.

TABELA A.12
BRASIL – CLASSIFICAÇÃO FINAL DA REDE URBANA[a] – CENTROS REGIONAIS (1998)

Centro Urbano	UF	Aglomeração Urbana	Não Constitui Aglomeração	Forma Espacial[b]			Forma Institucional	
				Nº Munic. IPEA/Rede	Pop. Total das Aglomerações	% no Brasil	Reg.Metr. Institucion.	Nº Mun. Oficial
São Luís	MA	x		3	941.431	0,60		
Maceió	AL	x		6	803.869	0,51		
Natal	RN	x		6	921.491	0,59	x	6
Teresina	PI	x		2	773.901	0,49		
Campo Grande	MS		x	1	600.069	0,38		
João Pessoa	PB	x		4	773.847	0,49		
São José dos Campos	SP	x		6	1.088.597	0,69		
Ribeirão Preto	SP	x		8	640.715	0,41		
Cuiabá	MT	x		2	626.756	0,40		
Aracaju	SE	x		6	643.435	0,41		
Londrina	PR	x		8	775.850	0,49	x	6
Santos	SP	x		9	1.309.263	0,83	x	9
Porto Velho	RO		x	1	324.737	0,21		
Florianópolis	SC	x		4	543.528	0,35	x	22
Vitória	ES	x		5	1.182.354	0,75	x	5
Rio Branco	AC		x	1	243.624	0,16		
Total				**72**	**12.193.467**	**7,76**		**48**

Fonte: Elaboração Ipea/Nesur/IBGE (1998); IBGE (Contagem Populacional de 1996).

Notas: (a) A classificação abrange os municípios com mais de 100 mil habitantes. Os municípios nessa faixa populacional, não nomeados na classificação, ou fazem parte de alguma aglomeração urbana, ou não atendem aos critérios de inclusão definidos no estudo.

(b) As aglomerações urbanas metropolitanas e não-metropolitanas estão identificadas pelo município-núcleo.

TABELA A.13
BRASIL – CLASSIFICAÇÃO FINAL DA REDE URBANA[a] – CENTROS SUB-REGIONAIS 1 (1998)

Centro Urbano	UF	Forma Espacial[b]					Forma Institucional	
		Aglomeração Urbana	Não Constitui Aglomeração	Nº Munic. IPEA/Rede	Pop. Total das Aglomerações	% no Brasil	Reg.Metr. Institucion.	Nº Mun. Oficial
Feira de Santana	BA		x	1	450.487	0,29		
Uberlândia	MG		x	1	438.986	0,28		
Sorocaba	SP	x		9	889.538	0,57		
Juiz de Fora	MG		x	1	424.479	0,27		
Campos dos Goitacazes	RJ		x	1	401.487	0,26		
Joinville	SC	x		6	570.403	0,36	x	20
Campina Grande	PB		x	1	344.730	0,22		
São José do Rio Preto	SP	x		3	378.328	0,24		
Caxias do Sul	RS	x		10	554.403	0,35		
Pelotas/Rio Grande[c]	RS	x		2	485.923	0,31		
Jundiaí	SP	x		5	462.497	0,29		
Bauru	SP		x	1	292.566	0,19		
Imperatriz	MA		x	1	274.104	0,17		
Maringá	PR	x		4	380.527	0,24	x	8
Anápolis	GO		x	1	264.975	0,17		
Ilhéus/Itabuna[c]	BA	x		2	425.848	0,27		
Vitória da Conquista	BA		x	1	242.155	0,15		
Macapá	AP		x	1	237.815	0,15		
Uberaba	MG		x	1	237.433	0,15		
V. Redonda/B. Mansa[c]	RJ	x		5	637.142	0,41		
Blumenau	SC	x		7	433.108	0,28	x	16
Limeira	SP	x		6	383.737	0,24		
Cascavel	PR	x		2	317.391	0,20		
Caruaru	PE	x		2	250.444	0,16		
Petrolina/Juazeiro[c]	PE/BA	x		2	376.555	0,24		
Juaz.Norte/Crato[c]	CE	x		3	328.240	0,21		
Presidente Prudente	SP		x	1	177.367	0,11		
Araraquara/S. Carlos[c]	SP	x		2	352.083	0,22		
Boa Vista	RR		x	1	165.518	0,11		
Dourados	MS		x	1	153.191	0,10		
Palmas	TO		x	1	86.116	0,05		
Total				**85**	**11.417.576**	**7,27**		**44**

Fonte: Elaboração Ipea/Nesur/IBGE (1998); IBGE (Contagem da Populacional de 1996).

Notas: (a) A classificação abrange os municípios com mais de 100 mil habitantes. Os municípios nessa faixa populacional, não nomeados na classificação, ou fazem parte de alguma aglomeração urbana, ou não atendem aos critérios de inclusão definidos no estudo.

(b) As aglomerações urbanas metropolitanas e não-metropolitanas estão identificadas pelo município-núcleo.

(c) Aglomeração urbana formada por centros urbanos de mesmo porte demográfico.

TABELA A.14
BRASIL – CLASSIFICAÇÃO FINAL DA REDE URBANA[a] – CENTROS SUB-REGIONAIS 2 (1998)

Centro Urbano	UF	Forma Espacial[b]				
		Aglomeração Urbana	Não Constitui Aglomeração	Nº Munic. IPEA/Rede	Pop. Total das Aglomerações	% no Brasil
Piracicaba	SP		x	1	308.147	0,20
Montes Claros	MG		x	1	271.608	0,17
Franca	SP		x	1	267.235	0,17
Santarém	PA		x	1	263.468	0,17
Ponta Grossa	PR		x	1	256.302	0,16
Santa Maria	RS		x	1	236.498	0,15
Foz do Iguaçu	PR		x	1	231.627	0,15
Governador Valadares	MG		x	1	231.242	0,15
Mossoró	RN		x	1	205.822	0,13
Ipatinga	MG	x		4	372.366	0,24
Marília	SP		x	1	177.632	0,11
Guarapuava	PR		x	1	174.713	0,11
Arapiraca	AL		x	1	173.339	0,11
Divinópolis	MG		x	1	171.565	0,11
Araçatuba	SP	x		2	254.736	0,16
Nova Friburgo	RJ		x	1	169.246	0,11
Sete Lagoas	MG		x	1	167.340	0,11
Jequié	BA		x	1	165.345	0,11
Passo Fundo	RS		x	1	161.880	0,10
Criciúma	SC	x		8	317.025	0,20
Cachoeiro de Itapemirim	ES		x	1	150.359	0,10
Marabá	PA		x	1	150.095	0,10
Lages	SC		x	1	148.860	0,09
Caxias	MA		x	1	146.045	0,09
Rondonópolis	MT		x	1	145.615	0,09
Chapecó	SC		x	1	142.880	0,09
Sobral	CE		x	1	138.565	0,09
Teófilo Otoni	MG		x	1	136.044	0,09
Parnaíba	PI		x	1	135.687	0,09
Itajaí	SC	x		6	291.252	0,19
Santa Cruz do Sul	RS		x	1	126.154	0,08
Linhares	ES		x	1	125.297	0,08
Paranaguá	PR		x	1	124.920	0,08
Uruguaiana	RS		x	1	124.881	0,08
Alagoinhas	BA		x	1	122.838	0,08
Poços de Caldas	MG		x	1	121.831	0,08
Bragança Paulista	SP		x	1	120.811	0,08
Araguaína	TO		x	1	120.559	0,08
Castanhal	PA		x	1	117.380	0,07
Cabo Frio	RJ	x		6	268.602	0,17
Mogi-Guaçu/Mogi-Mirim[c]	SP	x		4	258.748	0,16
Barreiras	BA		x	1	113.695	0,07
Garanhuns	PE		x	1	110.084	0,07
Rio Verde	GO		x	1	108.178	0,07
Barbacena	MG		x	1	107.810	0,07
Jaú	SP		x	1	103.601	0,07
Catanduva	SP		x	1	103.511	0,07
Botucatu	SP		x	1	100.876	0,06
Guaratinguetá/Aparecida[c]	SP	x		6	261.962	0,17
Ji-Paraná	RO		x	1	95.356	0,06
Itabira	MG	x		3	167.038	0,11
Total				**82**	**9.066.670**	**5,77**

Fonte: Elaboração Ipea/Nesur/IBGE (1998); IBGE (Contagem Populacional de 1996).

Notas: (a) A classificação abrange os municípios com mais de 100 mil habitantes. Os municípios nessa faixa populacional, não nomeados na classificação, ou fazem parte de alguma aglomeração urbana, ou não atendem aos critérios de inclusão definidos no estudo.
(b) As aglomerações urbanas metropolitanas e não-metropolitanas estão identificadas pelo município-núcleo.
(c) Aglomeração urbana formada por centros urbanos de mesmo porte demográfico.

Série: Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil
Volume 4: Redes Urbanas Regionais: Norte, Nordeste e Centro-oeste
Número de Páginas: 263
Formato: 21 cm x 27,5 cm
Mancha: 17 cm x 25,5 cm
Tipos: Palatino 10/12; Geometric 231 BT; Helvética
Papel (capa): Cartão Supremo 250 g
Papel (miolo): Couchê fosco 90 g
Tiragem: 1.650 exemplares

Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil

Redes Urbanas Regionais:

Norte, Nordeste e Centro-oeste

A série *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil* reúne estudos sobre o processo de urbanização do país e as mudanças funcionais e espaciais no sistema de cidades, tendo por base as principais transformações espaciais da economia, nas décadas de 80 e 90. Sua finalidade é contribuir para a definição de estratégias de apoio a formulação e execução da política urbana nacional, bem como subsidiar as políticas setoriais e territoriais.

Este volume, *Redes Urbanas Regionais: Norte, Nordeste e Centro-oeste* integra os estudos das redes urbanas das grandes regiões e tem por objetivo apresentar um quadro de referência das redes urbanas das regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste.

Como os demais volumes de redes urbanas regionais, este livro traz, inicialmente, as bases teóricas que nortearam o estudo. É composto de três partes, que apresentam, respectivamente, as regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste. Todas as partes são subdivididas em capítulos que, em linhas gerais, tratam da caracterização da economia regional (histórico, evolução, configuração atual e impactos sobre a rede urbana); caracterização da rede urbana regional (classificação e perfil da rede, mudanças na sua conformação nos anos 80 e 90 e funções dos principais centros urbanos); mudanças econômicas e impactos sobre a rede urbana (principais tendências, desdobramentos espaciais – novas espacialidades/territorialidades – e transformações na atividade produtiva, na infra-estrutura, novos investimentos e traços contemporâneos de urbanização).

ISBN 85-86170-24-0
9 788586 170249